11

RELATÓRIO E CONTAS | 11

CONFIANÇA HUMANISMO EFICÁCIA INOVAÇÃO AMBIÇÃO

BANIF
GRUPO FINANCEIRO

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Redes de Distribuição do Banif - Grupo Financeiro

Diagrama de Participações do Banif - Grupo Financeiro em 31-12-2011

01. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

1.1 Desenvolvimentos das Principais

2. CONJUNTURA NACIONAL

2.1 Procura e oferta

2.2 Evolução dos preços

2.3 Necessidades de Financiamento da Economia

2.4 Política Orçamental

3. SISTEMA FINANCEIRO

3.1 Estabilidade Financeira

3.2 Mercados Monetário e Cambial

3.3 Mercado de Obrigações

3.4 Mercado de Acções

02. ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO EM 2011

1. SOCIEDADES *HOLDING*

1.1 Banif SGPS, SA

1.2 Banif Comercial SGPS, SA

1.3 Banif Investimentos, SGPS, SA

1.4 Banif Mais, SGPS, SA

1.5 Rentipar Seguros, SGPS, SA

2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

2.1 Recursos Humanos

2.2 Operativa e Tecnologia

2.3 Gestão dos Riscos de Actividade

2.4 Finanças

2.5 Planeamento e Controlo de Gestão

2.6 *Compliance*

2.7 Auditoria

2.8 Imagem e Comunicação

3. BANCA COMERCIAL

3.1 Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

3.1.3 Actividade Comercial no Continente

3.1.4 Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

3.1.5 Produtos de Crédito e de Poupança

3.1.6 Actividade Financeira

3.1.7 Actividade Internacional

3.1.8 Síntese da Actividade e Resultados do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

3.2. Crédito Especializado

3.2.1 Banco Mais, SA

3.2.1.1 Actividade em Portugal

3.2.1.2 Actividade Internacional

3.2.2 Banif Plus Bank, Zrt

3.2.3 Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

3.3 Actividade Internacional do Grupo

3.3.1 Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.

3.3.2 Banif International Bank, Ltd.

3.3.5 Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA

3.3.6 Banca Pueyo, SA

3.3.7 Banco Caboverdiano de Negócios, SA

3.3.8 Banif Bank (Malta), Ltd.

3.3.9 Banif International Holdings, Ltd

3.3.9.1 Banif Finance (USA) CORP.

3.3.9.2 Banif Financial Services Inc.

3.3.9.3 Banif Forfaiting Company, Ltd

4. BANCA DE INVESTIMENTO

4.1 Banif - Banco de Investimento, SA

4.1.1 *Advisory Services & Banking*

4.1.2 *Treasury & Markets*

4.1.3 *Trading & Sales*

4.1.4 Gestão de Clientes

4.1.5 *Institutional Clients*

4.1.6 *Coorporate Clients*

4.1.7 PMEs

4.1.8 *Private Equity*

4.2 A actividade de Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha

4.2.1 Banif Securities, Inc.

4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA

4.2.3 Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, SA (Bankpime)

5. SEGUROS

5.1 Companhia de Seguros Açoreana, SA

6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

6.1 Banif Imobiliária, SA

6.2 BanifServ - Empresa de Serviços, Sist. e Tecnologias de Informação, ACE

7. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

03. ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

04. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS E DE DISTRIBUIÇÃO DE RESERVAS

05. NOTA FINAL

06. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Demonstrações Financeiras Separadas

1.1 Balanço

1.2 Demonstração de Resultados

1.3 Demonstração do Rendimento Integral

1.4 Demonstração de Variações em Capitais Próprios

1.5 Demonstração de Fluxos de Caixa

1.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas

2.1 Balanço Consolidado

2.2 Demonstração de Resultados

2.3 Demonstração do Rendimento Integral

2.4 Demonstração de Variações em Capitais Próprios

2.5 Demonstração de Fluxos de Caixa

2.6 Anexo às Demonstrações Consolidadas

07. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

08. OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Informação nos termos do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais
2. Transacções de acções ou de instrumentos financeiros com elas relacionados efectuadas pela Rentipar Financeira, SGPS, SA, pelos seus dirigentes e por pessoas estreitamente relacionadas com aqueles
3. Informação nos termos do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais
4. Informação sobre Acções Próprias
5. Titulares de Participações Sociais Qualificadas

09. RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

ANEXOS

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Índice de Abreviaturas Utilizadas

Nota Ambiental

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2011 foi um ano extremamente difícil para a economia portuguesa. Representou um ano de forte recessão económica, mas também um ano de rotura com um paradigma económico e social que vigorou em Portugal nas últimas décadas, que se traduziu no crescimento constante do endividamento público e privado, financiado pela contração persistente de défices orçamentais e da balança corrente e de capital.

A economia portuguesa perdeu o acesso aos mercados de financiamento e teve que aceitar um programa de assistência económica e financeira por parte dos seus parceiros internacionais da União Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional, que impuseram uma forte condicionalidade como contrapartida do financiamento da economia por um período de 3 anos. Essa condicionalidade incidiu sobretudo em três grandes vertentes que pretendem, no seu conjunto, enfrentar os problemas estruturais da economia portuguesa e permitir que se criem condições de crescimento mais forte e sustentável no futuro, nomeadamente (i) a consolidação das finanças públicas; (ii) a desalavancagem e recapitalização do sistema bancário, e; (iii) reformas estruturais em sectores e mercados protegidos da concorrência.

Paralelamente, este processo ocorre num momento em que as principais economias desenvolvidas se encontram numa fase ainda incipiente do processo de recuperação da recessão global de 2008 e 2009 e em que, em particular, as economias da Zona Euro, os nossos principais parceiros, se encontram à beira de uma nova recessão. Com efeito, a crise das dívidas soberanas da Zona Euro, da qual Portugal foi uma das primeiras vítimas, contagiou vários países da moeda única, que se vêm forçados a adoptar políticas orçamentais restritivas que contribuem para deprimir ainda mais os nossos principais parceiros económicos. E os efeitos da crise aparentam, infelizmente, estar longe de terem terminado.

O ano de 2012 será, pois, o ano do grande ajustamento económico face aos condicionalismos impostos e o ano em que se espera uma queda mais pronunciada da actividade económica. Será portanto um ano de enormes desafios, com uma forte contração da procura interna, grandes dificuldades no tecido empresarial, desalavancagem por parte dos agentes económicos e aumento do desemprego.

O sector financeiro tem vindo a ajustar-se ao novo enquadramento. Desde logo, o novo contexto económico, mas também um novo enquadramento regulamentar, de maior exigência dos requisitos de capital, maior exigência da função de supervisão sobre as instituições financeiras por parte dos reguladores e de necessidade de adequar a estrutura dos balanços à capacidade de captar recursos junto dos seus clientes.

O Programa de Assistência Económica e Financeira prevê a possibilidade de os bancos recorrerem ao apoio do Estado para se dotarem dos níveis de capital adequados à nova realidade regulamentar, utilizando para o efeito parte das verbas que integram o montante total do programa e que estão reservadas expressamente para esse efeito. Essa possibilidade terá de ser encarada como um aspecto positivo por todas aquelas instituições que a ela tenham de recorrer, tendo em conta a indisponibilidade de fontes de mercado que permitam dotar as instituições com os níveis de capitalização adequados e atendendo à necessidade de reforço da estrutura de capital necessária para enfrentar o contexto económico e regulamentar. O Grupo não deixará de equacionar todas as opções disponíveis que lhe permitam cumprir com esses requisitos, tendo por base a defesa dos interesses dos seus clientes, depositantes e demais *stakeholders*.

Os desafios acima descritos impõem também uma nova estratégia para o Banif – Grupo Financeiro, em paralelo com a continuação do esforço de racionalização e controle de custos. Após um período de forte expansão doméstica e internacional, em que o Grupo reforçou a sua presença geográfica e nos vários segmentos da actividade financeira, torna-se agora necessário proceder à reorganização do Grupo, de forma a criar uma linha de orientação estratégica comum às várias unidades do Grupo que permita uma melhor e mais eficiente utilização dos recursos gerados internamente, uma gestão global e integrada dos riscos e uma unificação da proposta de valor que o Grupo oferece aos seus clientes.

A reorganização do Grupo passa, em primeiro lugar, pela adopção de uma nova estrutura de governo societário, que corporiza a necessária coordenação das actividades do Grupo nas diversas áreas geográficas e nos vários segmentos de mercado, através da consagração do modelo matricial de funcionamento entre as áreas de produto e as áreas de clientes. A adopção de uma estrutura de gestão de topo comum às várias unidades do Grupo é também um passo importante para o reforço da necessária coordenação da actuação do Grupo no mercado.

A nova estratégia passa igualmente por refocar a presença internacional do Grupo, dando primazia ao acompanhamento das necessidades dos seus clientes, no novo enquadramento caracterizado pelo reforço da dinâmica exportadora da economia portuguesa. A presença internacional será avaliada em função da actividade empresarial dos clientes do Grupo, devendo o Grupo dotar-se, em cada caso, dos recursos financeiros e das estruturas orgânicas necessárias para prestar um serviço que demonstre elevada capacidade de resposta às solicitações dos clientes.

O Banif – Grupo Financeiro foi capaz de demonstrar, nos anos mais recentes, que dispõe de uma estrutura organizacional sólida, que lhe permitiu assegurar, no contexto do falecimento do fundador, acionista controlador e Presidente do Conselho de Administração, a sucessão necessária nas equipas de gestão e de salvaguardar a normal continuação da actividade das empresas que o compõem.

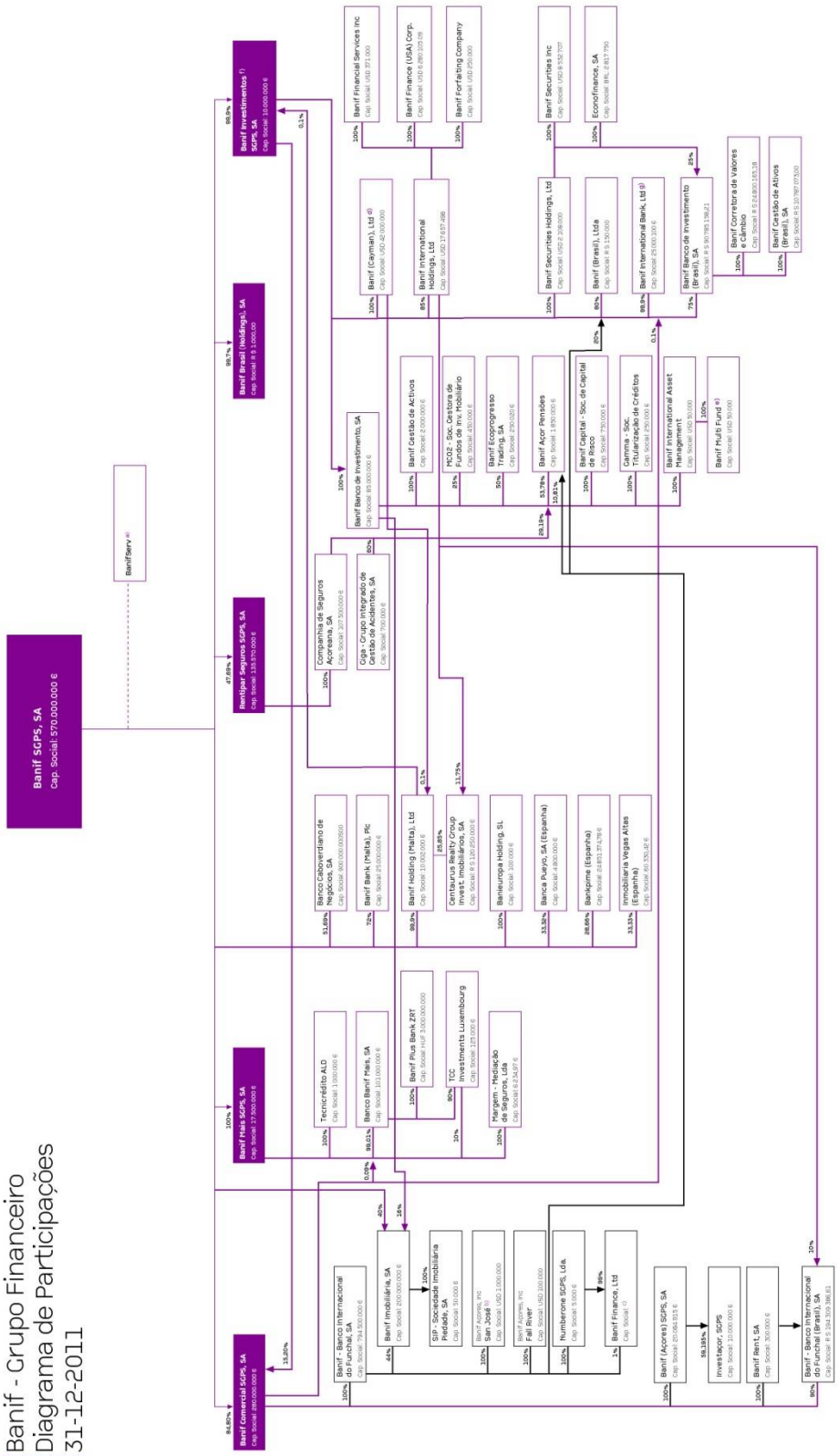
O novo enquadramento impõe agora novos desafios, aos quais o Grupo procura responder com uma nova estratégia e uma nova equipa de gestão. Os valores nos quais se funda o Grupo e que são

vividos por todos os seus Colaboradores, em conjunto com a confiança dos nossos Clientes e a força de acreditar dos nossos Accionistas serão a base a partir da qual será possível superar as dificuldades naturais de um processo de transição e permitir ao Grupo afirmar-se com o êxito em que todos acreditamos.

O Presidente do Conselho de Administração

Dr. Luís Filipe Marques Amado

Banif - Grupo Financeiro
Diagrama de Participações
31-12-2011



a) Em virtude de ser um AGE a sua localização no diagrama pode ser inexpressiva face à legislação dos AGE

b) Capital Social Realizado USD 220

c) Capital Social Realizado USD 100 000 ; a percentagem de capital controlado de 100%, sendo o capital social constituído por 100 000 acções ordinárias de valor nominal unitário de USD 1 e acções preferenciais sem voto: 50.000 acções USD 0,01 acção e 135 000 acções EUR 0,01 acção.

d) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por 26 000 000 de acções ordinárias de valor nominal USD 1 e 28.000.000 de acções preferenciais sem voto, de valor nominal de USD 1.

e) Capital Social Realizado USD 220

f) A percentagem de controlo de capital votante, por parte do Banif SGPS, é de 100%, sendo o capital social constituído por 1.998.000 acções ordinárias. A Banco Caixa Geral, SA detém 2 acções ordinárias, sendo o capital social constituído por 2 000 acções ordinárias.

g) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por 25.000.000 de acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 1,00 e 10.000 acções preferenciais com o valor nominal unitário de EUR 0,01

Redes de Distribuição do Banif - Grupo Financeiro

Postos de atendimento em 31 de Dezembro de 2011

	CONTINENTE	MADEIRA	AÇORES	ESTRANGEIRO	TOTAL
BANIF Comercial	314	42	57	156	569
1. BANIF	294	41	55	7	397
Agências	260	36	47	0	343
Centros de Empresas	19	1	4	0	24
Centros de Clientes Institucionais	0	0	1	0	1
BANIF Privado	14	1	1	0	16
Call Centre	1	0	0	0	1
S.F.E.	0	2	0	0	2
Lojas de Habitação	0	1	1	0	2
Escritórios de Representação/Outros	0	0	1	7	8
2. TECNICRÉDITO, SGPS	18	1	2	10	31
BANCO BANIF MAIS	16	1	2	4	23
Outros	2	0	0	6	8
3. Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	0	0	0	20	20
Agências	0	0	0	13	13
BANIF Financeira	0	0	0	6	6
Outros	0	0	0	1	1
4. BANIF BANK (Malta)	0	0	0	9	9
5. Banco Caboverdiano de Negócios	0	0	0	18	18
6. Banca Pueyo (Espanha)*	0	0	0	91	91
7. Outros	2	0	0	1	3
BANIF Investimentos	8	1	1	14	24
1. BANIF – Cayman	0	0	0	1	1
2. BANIF International Bank	0	0	0	1	1
3. BANIF Banco de Investimento	2	1	1	0	4
4. BANIF Banco de Investimento (Brasil)	0	0	0	5	5
5. Outros	6	0	0	7	13
Seguros	34	7	18	0	59
1. CSA/GLOBAL	34	7	18	0	59
Sucursais	34	1	18	0	53
Outros	0	6	0	0	6
TOTAL	356	50	76	170	652

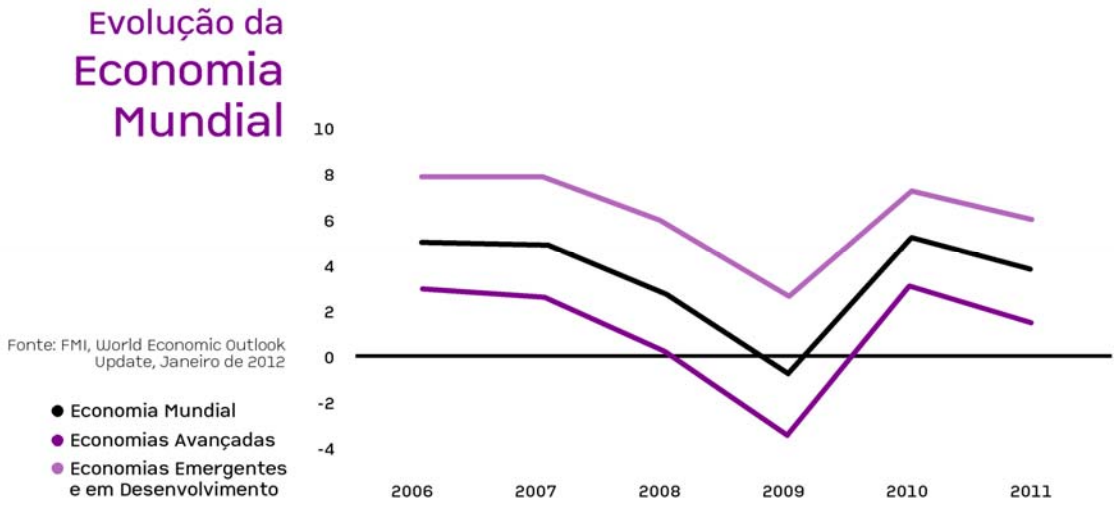
* Consolidada pelo método de equivalência patrimonial

01 Enquadramento Macroeconómico

01
Enquadramento Macroeconómico

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

O ano de 2011 foi marcado pelo abrandamento do ritmo de expansão das principais economias mundiais, após a recuperação económica verificada em 2010. De acordo com o FMI, a economia global terá crescido 3,8% em 2011, face a um crescimento de 5,2% em 2010, tendo o crescimento sido mais acentuado nos países emergentes e mais moderado na generalidade das economias avançadas.



Apesar da redução do ritmo de crescimento, a sustentabilidade do ciclo de expansão foi ainda condicionada por um conjunto de factores temporários, de entre os quais: i) os efeitos do terramoto e consequente tsunami no Japão; ii) a crise política em países do Norte de África e Médio Oriente, em particular na Líbia, e os efeitos ao nível do preço do petróleo; e, iii) o agravamento crise de dívida soberana ocorrida na Zona Euro, com o contágio para a economia portuguesa e, na segunda metade do ano, para as economias espanhola e italiana.

A crise de dívida soberana que afecta os países da Zona Euro começou no final do ano de 2009 na Grécia e propagou-se no início de 2011 para Portugal, depois de ter obrigado a Irlanda a um pedido de ajuda externa no final de 2010. A desconfiança dos mercados financeiros relativamente à dívida de Portugal conduziu ao aparecimento de dificuldades crescentes no financiamento dos agentes públicos e privados e conduziu o governo a um pedido de assistência financeira à União Europeia, aos países membros da área do euro e ao FMI no dia 7 de Abril de 2011. No âmbito deste pedido, foi elaborado um alargado programa de ajustamento económico e financeiro para o período de 2011-14, o qual contempla um financiamento total de 78 mil milhões de euros. O programa centra a sua intervenção em 3 grandes áreas:

- Reformas estruturais para aumentar o crescimento potencial da economia;
- Estabelecimento de uma estratégia de consolidação orçamental credível;
- Desalavancagem ordenada do sector financeiro.

A crise na Zona Euro condicionou o acesso ao crédito por parte das famílias e das empresas, devido às dificuldades de refinanciamento da banca, e pressionou os governos a anunciar políticas orçamentais mais restritivas com vista a recolocar as finanças públicas em trajectória sustentável, caso da França, da Grécia, de Espanha, de Itália e Portugal. Estas medidas contraccionistas condicionam de forma significativa o processo de recuperação económica em curso. Paralelamente, os governos da Alemanha e França insistiram na necessidade de envolver os investidores privados nos programas de resgate financeiros dos países em dificuldade, o que veio agravar ainda mais o sentimento dos investidores.

O aumento da aversão ao risco sentido pelos investidores traduziu-se, em Agosto e Setembro de 2011, num contágio global em que a elevada volatilidade de mercado afectou igualmente os mercados da Zona Euro, demais mercados desenvolvidos e os mercados emergentes, com os fluxos de capital a caírem de forma pronunciada e as divisas a depreciarem face à moeda de refúgio, o dólar norte-americano.

Neste contexto, as economias avançadas registaram em 2011 um forte abrandamento no crescimento face ao registado em 2010, tendo passado, de acordo com o FMI, de um crescimento de 3,2% em 2010 para 1,6% em 2011. Neste bloco económico, a procura interna tem vindo a desacelerar, com o consumo privado a ser afectado pelas negativas condições do mercado de trabalho nas principais economias ao longo de 2011, com níveis de desemprego elevados e modesta criação de emprego. Paralelamente, regista-se na maioria destes países um processo de desalavancagem das famílias e das empresas, o que tem afectado tanto o comportamento do consumo privado como o do investimento residencial. O consumo público, por seu turno, tem sido afectado pela necessidade geral de consolidação das finanças públicas.

As economias emergentes e em desenvolvimento continuam a liderar o crescimento, apresentando uma dinâmica mais forte que as desenvolvidas, o que tem contribuído para o aumento do seu peso relativo na economia mundial. Esta dinâmica superior tem influenciado positivamente o preço de matérias-primas e a inflação a nível global. Adicionalmente estas economias permanecem com amplo espaço de manobra ao nível monetário e fiscal que permite compensar um abrandamento da actividade das economias desenvolvidas que se reflicta negativamente sobre as exportações das economias emergentes.

1.1 Desenvolvimentos das principais economias

A economia norte-americana perdeu dinâmica em 2011, com o crescimento a desacelerar de cerca de 3% em 2010 para 1,8% em 2011, tendo no entanto registado um desempenho distinto no primeiro e no segundo semestre do ano. Nos meses finais do ano, beneficiou dos efeitos técnicos positivos que resultaram da recuperação dos choques negativos sofridos na primeira metade de 2011, em particular em resultado da subida do preço do petróleo e das quebras do abastecimento da cadeia de produção, na sequência do terramoto do Japão. Esta recuperação permitiu alimentar um crescimento de cerca de 2,9% no último trimestre do ano e uma redução da taxa de desemprego, que passou de 9,1% no 3º trimestre para 8,7% no 4º trimestre. Ao longo do ano a confiança das empresas e das famílias deteriorou-se de forma marcada, afectada pela elevada volatilidade dos mercados financeiros e pelo *downgrade* do risco de crédito soberano.

A Reserva Federal Norte-Americana (FED) optou ao longo do ano pela manutenção das taxas de juro, tendo sinalizado que estas se iriam manter a níveis reduzidos por um período prolongado. Paralelamente, continuou com um processo de aquisição de dívida em mercado secundário (vulgarmente designado por *quantitative easing*), que havia sido iniciado em Novembro de 2010 e que se prolongou até Junho de 2011, envolvendo um montante aproximado de 600 mil milhões de dólares. Em Setembro, a FED anunciou a "operação twist", que consiste na troca de dívida de curto prazo por dívida de médio longo prazo, com a qual pretende estimular a economia através da redução das taxas de juro de longo prazo. No final do ano, a Reserva Federal, numa alteração extremamente significativa, decidiu modificar a política de comunicação, com o objectivo de influenciar a formação de expectativas por parte dos agentes económicos, que assim poderão mais facilmente interpretar as próximas acções da FED e contribuir para o sucesso das suas políticas. Entre as principais novidades estão: i) a explicitação e publicação de um objectivo de médio prazo para a inflação, de 2%; ii) a publicação das projecções dos membros do comité de política monetária para trajectória das taxas de juro, que aponta para a manutenção das taxas próximo de zero até finais de 2014.

No continente asiático, a actividade económica permaneceu robusta, mas abrandou no primeiro semestre na sequência das disrupções na cadeia de produção, sobretudo nos sectores automóvel e de componentes electrónicos, causadas pelo terramoto e tsunami no Japão. Algumas economias registaram um abrandamento no crescimento das exportações, tendo embora a procura doméstica continuado a ser suportada pelo crescimento do crédito e da confiança empresarial e dos fortes mercados de trabalho.

Na economia japonesa, os dados mais recentes apontam para uma contracção do PIB em 2011 de -0,9%, em virtude da quebra das linhas de abastecimento de matérias-primas e bens intermédios às indústrias, após o terramoto de Março, e da queda das exportações. O abrandamento externo e a apreciação do iene têm contribuído para a deterioração da balança comercial, que apresentou em Dezembro o 9º défice consecutivo em termos ajustados de sazonalidade. No último trimestre o volume de exportações aumentou para os EUA mas caiu fortemente para a EU e ligeiramente para a Ásia.

O ambiente externo, em particular as tensões financeiras provocadas pela crise na zona euro, está a afectar o sentimento empresarial japonês e as empresas estão a reportar o adiamento de decisões de investimento. Os consumidores, por seu turno, continuam a sustentar a economia, suportados pelo novo programa governamental para a aquisição de viaturas, assim como pelo aumento do poder de compra em termos reais, dada a expectativa de continuação da deflação. Paralelamente, o esforço de reconstrução das infra-estruturas pós-terramoto deverá sustentar a recuperação na primeira metade de 2012.

De acordo com o FMI, a China registou um abrandamento do crescimento em 2011, de 10,4% para 9,2%. Este abrandamento está relacionado com a envolvente externa, sobretudo uma menor procura por parte da UE, que está a afectar o comportamento das exportações e a uma redução do excedente comercial. Paralelamente, o investimento imobiliário começou a corrigir fortemente na segunda metade de 2011. No entanto, com a inflação a cair de forma consistente desde o máximo de 6,5% atingido em Julho, situando-se em 4,1% em Dezembro, a política monetária alterou-se, passando o foco do combate à inflação para a estabilização do crescimento. Neste sentido, o Banco da China baixou o rácio de reservas legais dos bancos e existe ampla margem de manobra para continuar a medidas de estímulo monetário, assim como a política orçamental, que deverá ser igualmente acomodatícia, com cortes de impostos e mais despesa na habitação social, segurança social e agricultura.

Os países da América Latina e Caraíbas registaram no seu conjunto um crescimento de 4,6% em 2011, o que configura um abrandamento face ao crescimento de 6,1% registado em 2010. O crescimento na região foi forte no primeiro semestre do ano, impulsionado pelas exportações de matérias-primas, mas onde a procura interna, suportada por políticas acomodatícias e forte influxo de capitais, também desempenhou papel relevante. Na segunda metade do ano, a dinâmica de crescimento, começou a moderar-se, com a necessidade de reverter o sentido das políticas económicas e com os efeitos da crise financeira na Zona Euro. O Brasil deverá ter crescido 2,9% em 2011, significativamente abaixo do crescimento registado em 2010 (7,5%). Este abrandamento está relacionado com a visível queda da economia no 2º semestre de 2011, em resultado do efeito desfasado do aumento dos juros na 1ª metade do ano, da imposição medidas macro-prudenciais, da redução da oferta de crédito por parte do BNDES e da contenção dos gastos públicos. Adicionalmente, o impacto do ambiente externo sobre a confiança e da surpresa de inflação sobre o poder de compra real dos salários também tiveram efeito negativo.

A Zona Euro registou um ano marcado por elevada volatilidade dos mercados financeiros e riscos crescentes à estabilidade financeira. Os custos de financiamento dos Estados soberanos e dos bancos aumentaram nos países periféricos e a instabilidade propagou-se, por contágio, a países que até então tinham permanecido relativamente imunes, como Itália, Bélgica, Espanha, Áustria e até França.
Após um primeiro trimestre relativamente forte, a actividade económica desacelerou de forma significativa na segunda metade do ano, tendo a Zona Euro, no seu conjunto, registado um crescimento de 1,6% em 2011, após um crescimento de 1,9% em 2010. Este abrandamento, que se

prolonga para 2012, fica a dever-se a uma combinação de factores, dentre os quais a subida das yields de dívida soberana, os efeitos sobre a economia real da desalavancagem bancária e os impactos da consolidação orçamental adicional anunciada pelos vários governos. Estes factores, em conjunto, tiveram impacto muito negativo sobre a confiança dos consumidores e dos empresários, que afectou também os países centrais da Zona Euro. A divergência de crescimento entre os vários países europeus acentuou-se em 2011, com alguns países a operarem a níveis próximos dos registados antes da crise (Dinamarca, Alemanha, Holanda, Polónia, Suécia, entre outros), e outros a níveis marcadamente inferiores, onde se incluem a periferia da Zona Euro (Grécia, Irlanda, Portugal).

Na Alemanha, apesar de um forte crescimento registado para o conjunto do ano de 2011, de 3%, o PIB já terá contraído no 4º trimestre do ano, apesar de a procura interna se manter relativamente resiliente e o nível de emprego continuar a aumentar. Em França, por seu turno, o crescimento situou-se em 1,6% em 2011, mas a economia finalizou o ano em clima recessivo, afectada pela crise da Zona Euro, pela perda do *rating* de AAA e pela incerteza política resultante da realização de eleições presidenciais (cuja primeira volta se realiza a 22 de Abril de 2012).

A Espanha deverá ter registado em 2011 um crescimento moderado, que o FMI estima em 0,7%. A economia espanhola sofreu, após a cimeira europeia de 21 de Julho na qual se decidiu a participação do sector privado no novo pacote de resgate à Grécia, um forte ataque por parte dos mercados financeiros, que especularam sobre a sustentabilidade da trajectória das finanças públicas e sobre a necessidade de o país ter de recorrer a um pacote de ajuda externa. Esta instabilidade conduziu a eleições antecipadas e à mudança de Governo, tendo o novo governo anunciado, em Novembro, um novo pacote de medidas de austeridade com o objectivo de atingir um défice público de 4,4% do PIB em 2012, que incluem medidas de corte de despesa e de aumento de impostos que, em conjunto, ascendem a 1,4% do PIB.

Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) iniciou, durante o primeiro semestre de 2011, o processo de normalização das condições monetárias após as medidas excepcionais tomadas na sequência da crise financeira de 2008/09. Assim, o BCE procedeu à subida das taxas de juro directoras em Abril, de 1,00% para 1,25%, tendo no início de Julho procedido a um novo aumento para 1,50%. Paralelamente, o BCE continuou, nos primeiros 3 meses do semestre e no contexto da crise da dívida soberana, com o programa de compra em mercado secundário de dívida de países da Zona Euro com dificuldades de financiamento, através de operações esterilizadas.

No entanto, o agravamento das condições económicas e a instabilidade dos mercados financeiros durante os meses de Verão conduziram o BCE a inverter as subidas anteriores, tendo procedido ao corte das taxas de juro em 50 pontos base (25 pontos em Novembro e Dezembro), colocando-as no mesmo nível do início do ano, e ao anúncio de novas medidas não convencionais, que incluíram cedências de liquidez em quantidade ilimitada a taxa fixa pelo prazo de 3 anos (LTRO), a primeira das quais realizada em finais de Dezembro de 2011 (que envolveu a cedência de cerca de 489 mil milhões de euros por cerca de 523 instituições na Zona Euro), e novas regras de aceitação de colateral nas operações de refinanciamento dos bancos.

O abaixamento das notações de *rating* de um conjunto de países da Zona Euro por parte da agência Standard & Poors, que conduziu à perda do *rating* de AAA por parte da França e da Áustria implicou a perda por parte do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) de cerca de 180 mil milhões de euros de garantias AAA e a perda do seu próprio estatuto de AAA, o que pode dificultar ainda mais o apoio aos países sem acesso ao financiamento de mercado. As autoridades estão por isso focadas em aprovar as regras do Mecanismo de Estabilidade Europeu (MEE), que deverá entrar em funcionamento em Julho de 2012 (inicialmente previsto para 2013), requerendo para tal alterações aos tratados da UE. Em paralelo, continuam os avanços para o estabelecimento do chamado "fiscal compact", que pretende estabelecer as regras de uma arquitectura institucional estável para a ZE e que inclua, entre outros aspectos, limites constitucionais (ou em leis de poder reforçado) aos défices e endividamento e o envolvimento do Tribunal Europeu de Justiça para garantir o seu cumprimento; submissão prévia, para validação, dos orçamentos nacionais a órgãos de supervisão multilaterais; sistema de sancionamento e penalização automática para os não cumpridores.

2. CONJUNTURA NACIONAL

A economia nacional encontra-se condicionada e enquadrada pelo cumprimento das metas acordadas no plano de financiamento com a UE, os países da zona euro e o FMI, e que pressupõe um processo de ajustamento que se deverá caracterizar, em traços gerais, pela conjugação dos processos de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado. A sua concretização será particularmente exigente, não só porque decorre num enquadramento económico e financeiro internacional adverso, mas também pela persistência de um conjunto de fragilidades estruturais que contribuem para um baixo crescimento da produtividade tendencial em Portugal.

2.1 Procura e Oferta

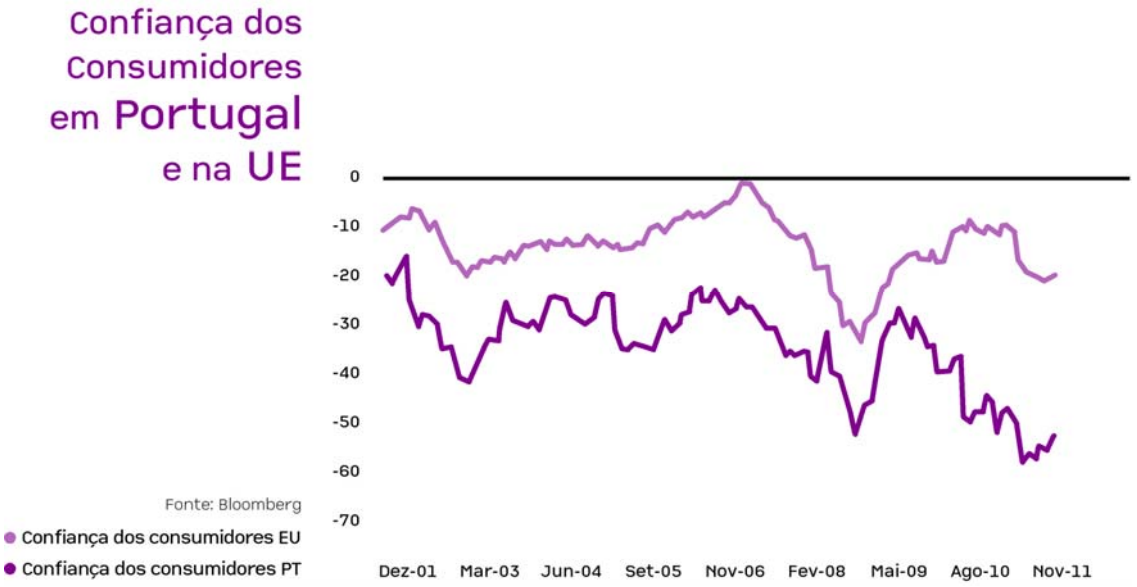
A conjuntura nacional caracterizou-se, em 2011, pela continuação do agravamento das condições económicas, que se verifica desde a segunda metade de 2010. Este agravamento é visível na evolução do PIB, que terá registado uma queda de -1,5% em 2011. A redução da variação anual do produto deveu-se a uma redução acentuada do investimento e das despesas de consumo final das famílias. Associado à queda do consumo, verificou-se uma diminuição das importações de bens e serviços, enquanto as exportações, por seu turno, mantiveram um ritmo elevado de crescimento, o que se reflectiu num contributo positivo da procura externa líquida. A taxa de desemprego estimada para o quarto trimestre situou-se em 14%, um nível historicamente elevado.

A forte quebra do consumo privado em 2011, que deverá apresentar pela primeira vez uma variação inferior à do PIB (diminuindo portanto o seu peso nesse agregado), e o fraco desempenho do investimento, reflectem o impacto das medidas de consolidação orçamental, a manutenção da situação adversa no mercado de trabalho, as condições restritivas de financiamento e o abrandamento significativo do ritmo de crescimento nos principais parceiros económicos.

O desempenho económico em Portugal acentuou o diferencial negativo para o crescimento da zona euro, que se deverá intensificar nos próximos anos, no contexto do processo de correcção de desequilíbrios da economia portuguesa. Nos últimos 10 anos, o PIB em Portugal registou taxas de crescimento bastante reduzidas, que têm acentuado a divergência face à média dos países da Zona euro, sendo estas acompanhadas por taxas de poupança historicamente baixas e por um aumento do nível de endividamento da economia.

O consumo privado deverá ter contraído cerca de 3,8% em 2011. Esta evolução é consistente com a evolução do rendimento disponível real e com a expectativa de redução do rendimento permanente por parte das famílias. A redução muito acentuada do rendimento disponível real reflecte a redução das remunerações por trabalhador no conjunto da economia, num contexto em que o nível de emprego deverá voltar a apresentar uma queda, bem como o impacto das medidas de consolidação orçamental, onde se destacam a redução de 5% em termos médios das remunerações dos funcionários públicos, o agravamento dos impostos directos e indirectos e o aumento dos preços de bens e serviços sujeitos a regulação. A correcção do consumo privado deverá continuar nos próximos anos e deverá traduzir-se num processo de reestruturação dos balanços das famílias, num contexto de condições restritivas de financiamento. Os empréstimos bancários concedidos a particulares apresentam variações negativas desde meados de 2011, afectados, do lado da procura, pela deterioração das expectativas dos consumidores acerca da situação financeira futura e, do lado da oferta, pelas dificuldades de financiamento dos bancos nos mercados financeiros internacionais, decorrente da crise da dívida soberana e da necessidade de desalavancagem dos respectivos balanços.

Os principais indicadores do consumo apontam claramente a tendência, com a confiança dos consumidores a atingir -56 em Dezembro e o índice do volume de negócios no comércio a retalho com uma variação de -10,3% em termos homólogos, em Dezembro. Por componentes, a variação negativa do consumo privado deverá ser explicada por reduções nos bens correntes e serviços e também, com particular relevo, na componente de bens duradouros. O consumo de bens duradouros deverá ter registado uma quebra de cerca de 20%, após um aumento de 10,6% em 2010, justificada pelas restrições ao financiamento das famílias, pelas alterações das expectativas dos consumidores, pelo impacto das medidas do programa de ajustamento económico e financeiro e, sobretudo, pela antecipação de compra no final de 2010 de alguns bens duradouros, em particular veículos automóveis, associada às alterações na tributação que entraram em vigor no início de 2011, bem como às alterações no programa do incentivo ao abate a veículos em fim de vida. Em 2011 as vendas de veículos ligeiros novos de passageiros caíram 60,1% e as importações de bens de consumo (excluindo material de transporte) caíram 6%. O consumo de bens correntes e serviços, apesar de ter um comportamento menos volátil, também deverá apresentar uma queda de cerca de 2%, após uma subida de 1,4% em 2010. O consumo público deverá ter registado uma queda em termos reais de 3,3% em 2011, em consequência da diminuição em volume das despesas com pessoal, do consumo intermédio e das prestações em espécie.



A formação bruta de capital fixo registou em 2011 uma redução muito acentuada, que no 3º trimestre do ano se cifrava em 12,0%. Esta evolução está presente tanto na componente pública, em resultado do processo de consolidação orçamental, como na componente privada, em resultado da deterioração das expectativas quanto à evolução futura da procura, a elevada incerteza e as condições restritivas de financiamento, num contexto em que as empresas apresentam um nível de endividamento muito elevado em comparação com as empresas na zona euro.

Não obstante o forte crescimento do crédito e os baixos custos de financiamento de que Portugal beneficiou desde o início da década anterior, a FBCF em Portugal registou uma queda acumulada de

31,9% entre 2001 e 2010. O desempenho da FBCF em 2011 prolonga esta tendência, que não estará associada a factores de natureza cíclica, mas de natureza estrutural. Entre os factores que condicionam as decisões de investimento por parte das empresas destaca-se o nível de qualificação da mão-de-obra, o quadro institucional existente, em particular ao nível da flexibilidade dos mercados, e a previsibilidade do sistema fiscal.

Nos próximos anos, não é de antecipar uma recuperação forte desta componente da procura, ao contrário do que é típico nos períodos pós-recessivos, já que se encontra em curso o processo de ajustamento dos balanços das empresas face ao seu elevado nível de endividamento. Paralelamente, a deterioração das expectativas de crescimento da procura para os próximos anos também condicionam a evolução da FBCF.

A queda da FBCF em 2011 é transversal a todas as suas componentes, mas assume particular destaque na FBCF em construção. O indicador de confiança no sector da construção regista os valores mais baixos desde que o inquérito foi iniciado (1989), as vendas de cimento caíram 19,1% em termos homólogos, em Dezembro, e a taxa de variação dos empréstimos bancários a empresas dos sectores da construção e actividades imobiliárias apresenta valores negativos desde o início de 2010. A FBCF em máquinas e equipamento também registou uma forte queda, visível nas importações de máquinas e outros bens de capital, que registaram uma queda homóloga de 23,6% em Dezembro, em linha com a evolução do indicador de confiança na indústria transformadora e nos serviços. No que respeita à FBCF em material de transporte, a evolução em 2011 reflecte a queda significativa de vendas de veículos comerciais ligeiros e pesados, com quebras de -4,1% e -68,2%, respectivamente e, em menor grau, a diminuição significativa de compras de automóveis pelas empresas de rent-a-car.

As exportações de bens e serviços apresentaram-se como a componente mais dinâmica da despesa total, se bem que se verificou um marcado abrandamento das mesmas no segundo semestre, reflectindo a evolução da procura externa. De acordo com a informação disponível, as exportações cresceram 6,5% até ao 3º trimestre (Contas Nacionais do INE). Em termos nominais, as exportações de bens verificaram uma desaceleração significativa em Dezembro, tendo passado de uma variação homóloga de 16,1% em Novembro para 4,4% em Dezembro. As exportações de bens para a UE passaram de uma variação positiva de 9,8% em Novembro para -1,1% em Dezembro, enquanto as exportações de bens extra-UE abrandaram de 36,8% para 19,2% no mesmo período, respectivamente. Também o índice de volume de negócios da indústria para o mercado externo revelou um comportamento similar, tendo registado uma subida homóloga de 4,4% em Dezembro. Em relação aos mercados de destino, destaca-se a desaceleração das exportações para Espanha (que representam mais de ¼ das exportações nacionais), e o forte crescimento das exportações para a Alemanha, Itália e França. Relativamente aos mercados extra-comunitários, realça-se a recuperação da dinâmica das exportações para os PALOP, com destaque para Angola (o principal mercado extra-comunitário das exportações portuguesas), após as quedas registadas em 2009 e 2010.

No que respeita às exportações de serviços, estas apresentaram um dinamismo inferior às exportações de bens, mas ainda assim registaram um crescimento de 9,5% nos primeiros 7 meses de 2011. Dentro das exportações de serviços, destacam-se as receitas de turismo (que pesam cerca de 43% do total), e que registaram um crescimento de 8,6% até Julho, beneficiando da recuperação da procura mundial. Em particular, as receitas de turismo extra-comunitárias, em particular para o Brasil, revelaram um dinamismo superior ao das provenientes do conjunto dos países da UE. Por outro lado, a instabilidade no norte de África também poderá ter influenciado o crescimento das exportações de turismo para França (+10,3% até Julho).

As importações de bens e serviços, por seu turno, apresentaram uma queda de 2,8% até ao final do 3º trimestre e deverão ter registado uma queda superior para o final do ano, concomitante com a evolução das componentes da procura com maior conteúdo importado, como o consumo de bens duradouros e a FBCF em máquinas e material de transporte.

Na componente de bens, as importações caíram 16,9% em Dezembro, em termos homólogos, tendo a evolução sido díspar, com uma queda no caso das importações da UE (-22,8%) e uma subida das importações extra-UE (+6,2%). A queda das importações de bens foi particularmente evidente nos produtos de média-alta tecnologia, com destaque para a forte queda das aquisições de veículos automóveis e outro material de transporte. As importações de combustível mantiveram um elevado ritmo de crescimento ao longo da primeira metade do ano, o que se traduz na evolução das importações provenientes da Argélia e Nigéria, que registaram um forte crescimento.

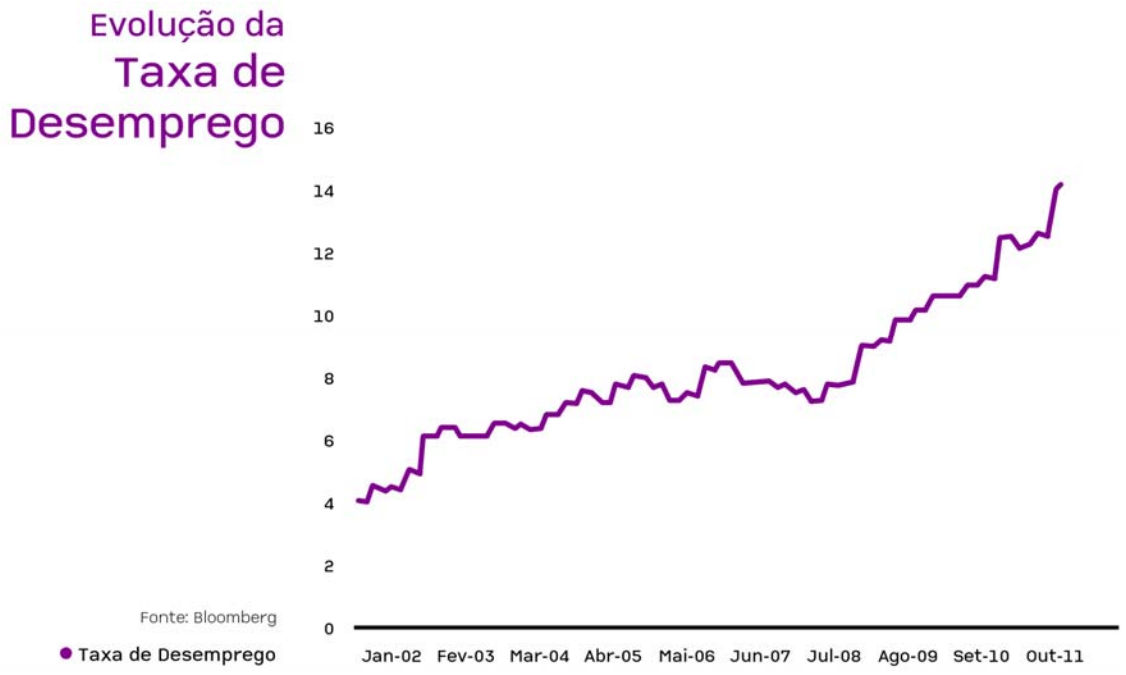
Na componente de serviços, as importações registaram um crescimento em termos homólogos (5,7% até Julho) que reflecte largamente o forte crescimento da componente de serviços financeiros, associada ao pagamento de comissões e taxas de serviços na sequência do recebimento das tranches do programa de assistência financeira a Portugal. Nas componentes de serviços mais relevantes na estrutura das importações, a variação tem sido negativa, com destaque para o abrandamento das importações de turismo (que pesam 27,2% do total), que cresceram 8,9% em 2010 e apenas 1,1% até Julho de 2011.

Do lado da oferta, os dados do INE até ao 3º trimestre de 2011 mostram uma evolução heterogénea do Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sectores de actividade, com um crescimento do VAB da Agricultura, Silvicultura e Pescas (1,5%), uma quase estagnação do VAB da indústria, energia, água e saneamento (-0,1%), uma queda moderada dos serviços (-1,1%) e uma forte queda do VAB da construção (-11,6%). Em termos acumulados, a redução do VAB no sector da construção é particularmente forte, ascendendo a cerca de 20% desde 2008. Atendendo à evolução mais recente, observa-se no conjunto de sectores de actividade alguma reorientação da actividade no sentido dos sectores mais transaccionáveis, o que decorre do processo de ajustamento da economia portuguesa.

Os indicadores de confiança dos vários sectores de actividade mostram uma evolução descendente para valores mínimos ao longo do ano, com o sector da construção a atingir níveis historicamente

baixos. O sector da indústria transformadora apresenta uma leitura de -25 em Dezembro de 2011 (-12 em 2010), do comércio -25 (-5 em 2010), da construção -69 (-47 em 2010) e dos serviços -37 (-9 em 2010).

No que respeita ao mercado de trabalho, os dados do INE referentes ao 4º trimestre de 2011 situam a taxa de desemprego em 14% (11,1% no 4º trimestre de 2010), situando-se o número de desempregados em 771 mil, face a uma população empregada de 4.735,4 mil. Relativamente ao desemprego registado nos centros de emprego, os dados do IEFP mostram uma variação de 11,7% em 2011 face ao ano anterior, afectando um total de 605 mil pessoas (542 mil no final de 2010). O processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos em curso na economia portuguesa e a restritividade das condições de financiamento da economia levam a perspectivar que a evolução do emprego continuará a ser desfavorável, com impactos negativos sobre a taxa de desemprego.

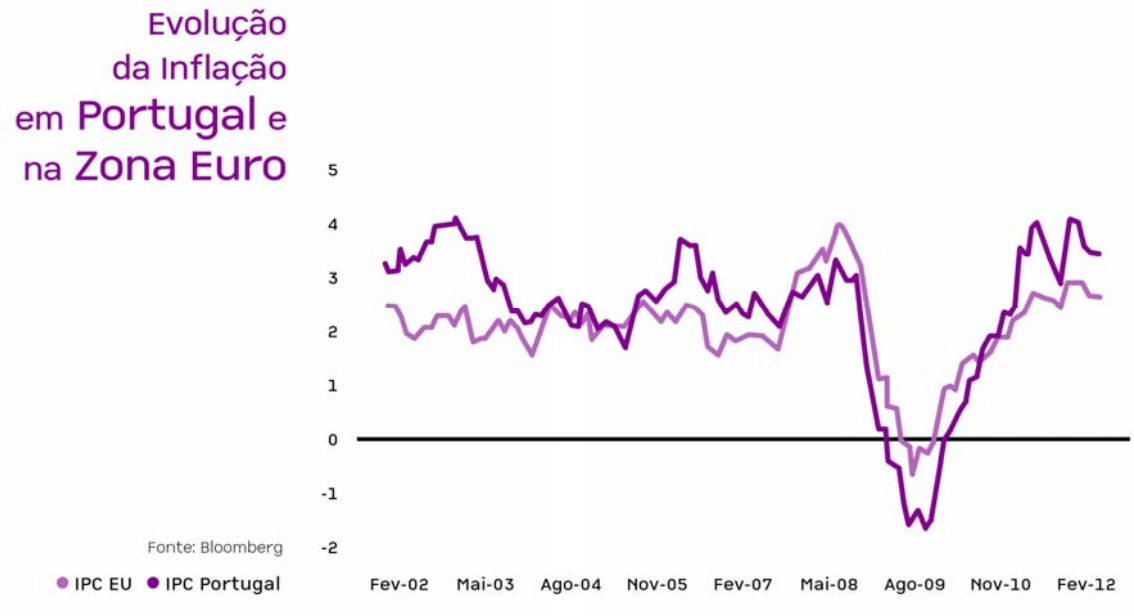


2.2 Evolução dos preços

A evolução da inflação em Portugal, nos últimos anos, tem sido explicada, fundamentalmente, pela evolução dos preços do petróleo e de outras matérias-primas nos mercados internacionais, em detrimento do impacto dos fundamentais da economia. Assim, após uma taxa de inflação média anual negativa em 2009 (facto inédito nas últimas 3 décadas em Portugal), a taxa de inflação voltou a apresentar valores positivos a partir de 2010, mantendo-se acima de 3 % desde Janeiro de 2011.
Em Dezembro de 2011, a inflação homóloga situou-se em 3,6% e a variação média dos 12 meses anteriores ascendeu a 3,7%. O índice harmonizado de preços no consumidor situou-se em 3,5%, enquanto o IPC subjacente ascendeu a 2,3%.

Os transportes e a habitação, água e electricidade foram as categorias que mais contribuíram para o aumento da inflação, dada a influência do preço dos produtos energéticos sobre estas.

Adicionalmente, a aceleração dos preços no consumidor foi largamente condicionada pela entrada em vigor de diversas medidas associadas ao processo de consolidação orçamental, com destaque para o efeito do aumento em 1 p.p. de todas as taxas do IVA a partir de Julho de 2010 e um aumento adicional de 2 p.p. da taxa normal em Janeiro de 2011, bem como o preço de alguns bens e serviços sujeitos a regulação.



2.3 Necessidades de Financiamento da Economia

Desde o início da crise financeira que as necessidades de financiamento da economia portuguesa têm vindo a diminuir, incluindo o primeiro semestre de 2011. De facto, depois do agravamento verificado em 2008, fortemente condicionado pelas sociedades não financeiras, a gradual desalavancagem que se tem vindo a verificar desde então, especialmente no sector privado, conduziu à diminuição das necessidades de financiamento nos anos de 2009 e 2010. Porém, este comportamento não terá sido uniforme quando analisado por sector institucional: à redução das necessidades de financiamento das sociedades não financeiras e ao aumento da capacidade de financiamento das sociedades financeiras e famílias, contrapôs-se um forte agravamento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas.

O grau de dependência energética de Portugal face ao exterior, e o consequente elevado défice da balança energética, tem contribuído para o agravamento das necessidades de financiamento da economia, sendo que estas se reduzem de forma significativa quando se exclui esta componente.

As condições de financiamento da economia portuguesa deterioraram-se de forma significativa ao longo de 2011, com a crescente diferenciação do risco soberano na área do euro. Esta diferenciação conduziu a fortes tensões nos mercados financeiros internacionais e à restrição no

acesso do sistema financeiro português ao mercado de dívida por grosso. Esta situação traduziu-se na subida das taxas de rendibilidade das obrigações do tesouro para níveis economicamente insustentáveis e em acrescidas dificuldades no acesso ao financiamento por parte do sector público. Esta situação colocou pressão adicional sobre os bancos domésticos, o que tornou ainda mais complexa a sua situação.

O financiamento das administrações públicas foi, assim, particularmente problemático, sobretudo no primeiro trimestre de 2011, onde o fluxo de crédito líquido representou uma pequena fracção do total das necessidades de financiamento do Estado para 2011. A assinatura do programa de assistência financeira dominou o fluxo de crédito líquido nos trimestres subsequentes, tendo os desembolsos ao abrigo do programa ascendido a 38.500 milhões de euros.

Neste contexto, o aumento dos depósitos de clientes e o recurso às operações de refinanciamento do BCE, que permaneceram a um nível elevado, permitiram mitigar o impacto do encarecimento do "funding" dos bancos sobre o preço e a quantidade do crédito. De facto, em 2011 o financiamento do sector bancário dependeu em grande medida do aumento da captação de depósitos junto do sector não monetário residente, que cresceu em termos homólogos 14,7%, enquanto os depósitos de não residentes registaram uma redução de 13,9% no mesmo período. As responsabilidades representadas por títulos mantiveram um contributo negativo, algo que é verificado desde o 4º trimestre de 2010. O recurso às operações de cedência de liquidez do BCE permaneceu relativamente estável, se bem que a nível elevado, representando cerca de 9% do financiamento do sistema.

O aumento dos depósitos bancários contrasta com a diminuição verificada na generalidade dos outros instrumentos de poupança desde o início de 2010, nomeadamente a diminuição dos títulos de dívida de instituições financeiras colocados junto de clientes, a diminuição das subscrições líquidas de unidades de participação de fundos de investimento e o aumento dos resgates de certificados de aforro.

2.4 Política Orçamental

A política orçamental foi condicionada em 2011 pela execução de um Orçamento do Estado virado para a redução do défice orçamental e, posteriormente, pela trajectória de ajustamento das variáveis orçamentais definida no Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em Maio com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI.
Como ponto de partida, os valores do défice para 2010 foram sucessivamente revistos em alta de um valor inicialmente reportado de 7,3% do PIB, devido à inclusão na órbita das administrações públicas de um conjunto de empresas do sector dos transportes. Adicionalmente, foi também incluído no défice desse ano a assunção de imparidades do Banco Português de Negócios e a execução de uma garantia concedida ao Banco Privado Português. Paralelamente, o Eurostat procedeu a uma alteração metodológica sobre o tratamento de 3 contratos de construção e exploração de infra-estruturas rodoviárias, até então classificadas como parcerias público-privadas com impactos nos défices e dívida dos períodos de 2007 a 2010. Por último, os valores finais

sofreram nova alteração, após a identificação de um conjunto de dívidas contraídas desde 2004 pelas administrações e empresas públicas da Madeira e não comunicadas antes às autoridades estatísticas nacionais. Os valores finais para o défice e dívida em percentagem do PIB para o ano de 2010 estabilizaram finalmente em 9,8% e 93,3%, respectivamente.

O OE2011 definiu inicialmente os objectivos para o défice e dívida de, respectivamente, 4,6% e 86,6%. Na sequência do pedido de assistência financeira, foram definidos novas metas que tiveram em consideração as revisões acima referidas e ainda as perspectivas menos favoráveis de evolução do cenário macroeconómico. Os objectivos foram então revistos em alta para 5,9% e 101,7%, respectivamente para o défice e dívida pública. No entanto, a execução do OE2011 apresentou desvios significativos que, de acordo com o Ministério das Finanças (MF), se cifravam em cerca de 2 pontos percentuais do PIB (cerca de 3.400 milhões de euros). Estes desvios são explicados, do lado da despesa, por uma redução menor que o esperado nas "remunerações certas e permanentes" (em cerca de 300 milhões de euros), por um acréscimo de 560 milhões de euros em consumos intermédios (dos quais 335 milhões em comissões pagas pelos empréstimos associados à ajuda internacional). Do lado da receita, o MF estimou um desvio de cerca de 800 milhões de euros em outras receitas correntes, resultantes de menores contribuições para a Segurança Social, receitas próprias do Ministério da Justiça e dividendos de participações do Estado. Para além destes desvios, existiram custos associados com a recapitalização do BPN, uma deterioração maior do que o esperado do sector empresarial do Estado e a não execução de vendas previstas de participações e património. Em conjunto estes desvios ascenderam a 2.800 milhões de euros, sendo o restante explicado por operações ligadas a responsabilidades do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira.

O desvio apurado foi colmatado com o recurso a medidas transitórias, de entre as quais a sobretaxa de IRS cobrada junto do subsídio de natal dos trabalhadores por conta de outrem com vínculo permanente, o aumento do IVA sobre os bens energéticos e a integração dos Fundos de Pensões da Banca na Segurança Social.

Com o conjunto destas medidas o défice público para 2011 ter-se-á situado em 4% do PIB, se bem que o défice subjacente, excluindo as medidas de carácter pontual, se teria situado próximo de 7% do PIB.

3. SISTEMA FINANCEIRO

No quadro de crise no mercado de dívida soberana, as condições de financiamento do sector público e do sector bancário nos mercados internacionais deterioraram-se significativamente desde o início 2010. As medidas não convencionais de política monetária do BCE, com destaque para as operações de cedência de liquidez, permitiram assegurar o financiamento do sistema bancário português, substituindo em parte o financiamento de médio e longo prazo nos mercados internacionais de dívida por grosso. Em 2010 e em 2011, o enquadramento do sistema

bancário foi particularmente adverso e implicou um ajustamento do balanço da maioria dos bancos, que incluiu reforços de capital, vendas de activos, e uma intensificação da captação de recursos de clientes.

Este enquadramento tem naturalmente repercussões sobre o volume de crédito concedido pelo sector bancário. Refira-se, a título de exemplo, o crédito destinado às empresas não financeiras em Portugal, que após ter mantido um crescimento de 2 dígitos em 2008, iniciou uma trajectória de descida em 2009, tendo atingido uma variação negativa de 0,4% em Julho de 2011. Para esta evolução contribuem não apenas as condições mais restritivas aplicadas pelos bancos na concessão de empréstimos, como também um efeito de procura por parte das empresas num contexto de clara desaceleração da actividade económica.

Quanto à materialização do risco de crédito, é de salientar que o crédito à habitação continuou a apresentar níveis de incumprimento baixos, para o qual tem contribuído o nível das taxas de juro, que conduziu a reduções substanciais da prestação média nos contratos deste segmento. Pelo contrário, o crédito de cobrança duvidosa respeitante aos empréstimos dirigidos ao consumo e às empresas continuou a acelerar nos últimos meses, tendo assumido níveis historicamente elevados, para o primeiro caso e valores relativamente altos, para o segundo.

A grande volatilidade e incerteza nos mercados financeiros repercutiu-se igualmente no mercado accionista, tendo o índice PSI-20 registado desde finais de 2010 quebras significativas, à semelhança das registadas nos índices bolsistas internacionais.

3.1 Estabilidade Financeira

A preocupação com a estabilidade financeira num contexto de agudização da crise da dívida soberana foi particularmente marcada, sendo uma parte fundamental do programa de assistência financeira. O principal objectivo desta estratégia é o de obter uma desalavancagem gradual e ordeira do sistema financeiro que não prejudique o financiamento dos sectores produtivos da economia.

Neste sentido, a estratégia anunciada baseia-se em 4 pilares fundamentais:

(i) O reforço da base de capital dos bancos;
(ii) A protecção da liquidez do sistema;
(iii) A melhoria da monitorização e supervisão do sistema bancário, e;
(iV) Melhoria do enquadramento regulamentar.

Relativamente ao primeiro aspecto, o Banco de Portugal introduziu desde o final de 2010 um conjunto de medidas destinadas a melhorar a solvência do sistema, de entre as quais a recomendação, realizada em Janeiro de 2011 para os bancos não distribuírem dividendos, de forma a melhorar os capitais de base; o estabelecimento, em Abril de 2011, de um objectivo para o rácio de "core tier 1" de 8% para o final de 2011, objectivo esse que foi alterado em Maio, sob a égide do

programa de assistência financeira, para 9%. No programa foi igualmente estabelecido um rácio mínimo de "core tier 1" de 10% para o final de 2012. Também no programa de assistência financeira ficou definida uma facilidade de suporte à solvência dos bancos, de 12.000 milhões de euros, destinada a providenciar aos bancos uma fonte de capital público na circunstância em que não for possível atingir os objectivos de capital através de fontes de mercado.

A protecção da liquidez do sistema financeiro está relacionada com o processo de desalavancagem em curso, que se pretende ordeiro. Nesse sentido, o BP recomendou aos bancos, em Setembro de 2010, a desalavancagem através da venda de activos não-core ou não estratégicos, e começou a monitorar os rácios de alavancagem mais activamente. Em particular, pretende-se reduzir a dependência elevada do financiamento nos mercados grossistas, passando de um rácio de crédito sobre depósitos de cerca de 170% em Junho de 2010 para 120% até 2014 (no final do programa de ajustamento). Até ao final de Setembro de 2011, o rácio de crédito sobre depósitos já tinha descido para 146%, uma queda de mais de 20 pontos percentuais face ao máximo atingido em Junho do ano anterior. Esta queda foi obtida através da combinação de aumento do volume de depósitos e de venda de activos, tanto domésticos como externos.

A monitorização e supervisão do sistema bancário foram reforçadas através de um programa de inspecções "on-site" sobre a qualidade dos activos dos bancos, compreendendo os 8 maiores grupos financeiros e 83% dos activos do sector bancário. As correcções às imparidades reportadas pelos bancos ascenderam a menos de 0,5% das exposições creditícias analisadas. Os impactos dessas revisões sobre os rácios de capital, à data de 30 de Junho de 2011, foram pouco significativas, tendo o rácio de "core tier 1" agregado passado de 9,1% para 8,8%, acima do mínimo de 8% exigível para aquela data.

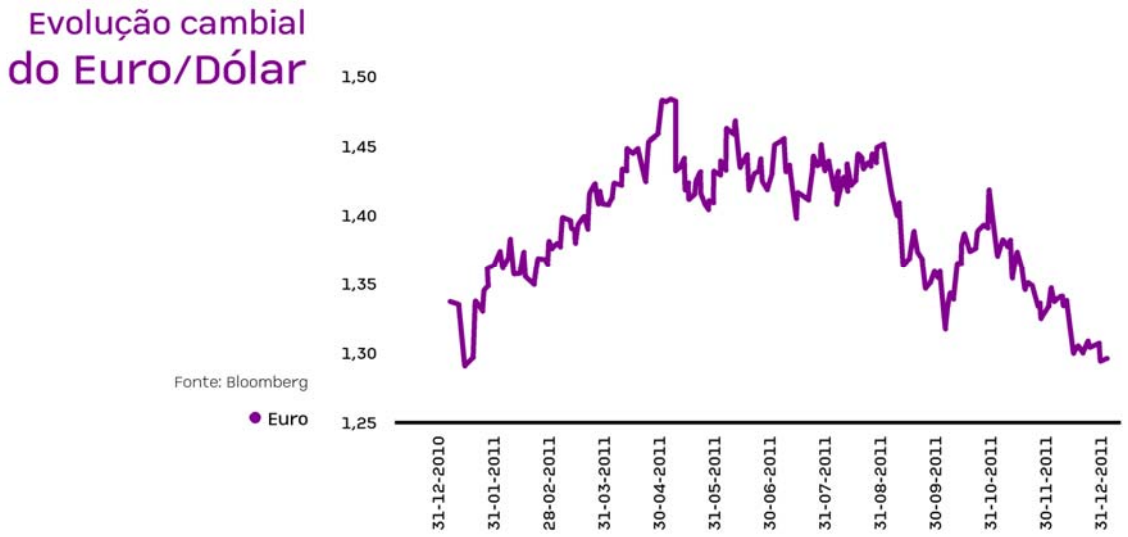
Paralelamente, os bancos passaram a reportar um novo rácio de crédito vencido, alinhado com as práticas internacionais e publicado pelo BP a partir de Setembro de 2011.

No que respeita ao enquadramento regulamentar, merecem particular destaque os diplomas já apresentados no início de 2012, que respeitam ao acesso dos bancos ao capital público (DL Nº4/2012 de 11 de Janeiro), e ao reforço de poderes do BP para intervenção preventiva, resolução e protecção de depósitos, que está nas fases finais de aprovação.

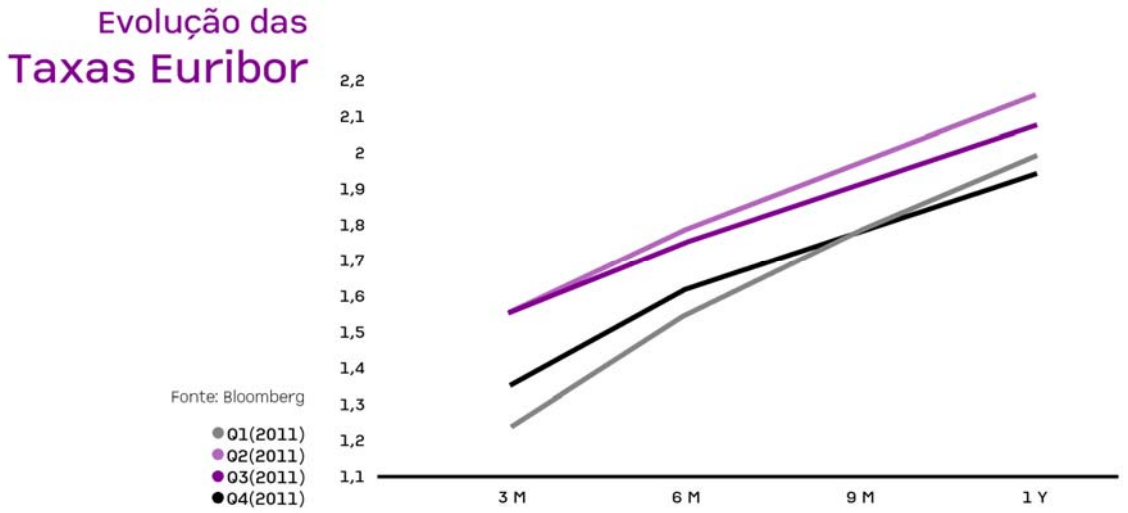
3.2 Mercados Monetário e Cambial

Em 2011, os mercados cambiais voltaram a mostrar uma elevada volatilidade, com as moedas que habitualmente são procuradas pelos investidores por motivo de refúgio a terem desempenhos muito fortes, sobretudo face ao euro, na sequência da agudização da crise da dívida soberana, em Agosto e Setembro. Assim, no início do ano e até finais de Abril, o euro apreciou-se face ao iene e face ao dólar em, respectivamente 13% e 12%, na sequência da incorporação da expectativa de subida das taxas de juro por parte do BCE, para depois encetar um processo de queda que proporcionou uma depreciação anual de cerca de 8,8% e 4%, respectivamente. O Euro foi

particularmente afectado pelas perspectivas que se criaram em torno de eventual incumprimento por parte de um país da Zona Euro e da inevitabilidade que essa situação criaria de abandono da zona euro por parte desse país. Também as menores perspectivas de crescimento económico da Zona euro pesaram negativamente no sentimento dos investidores, conduzindo em baixa o valor externo da moeda.

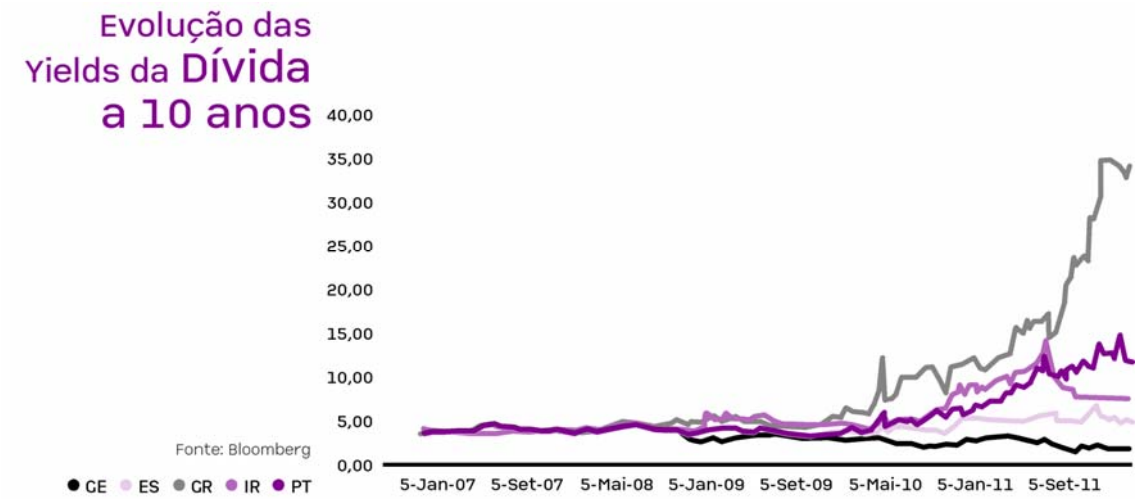


Ao longo de 2011, verificou-se um clima de aversão ao risco elevado que foi particularmente agudo durante os meses de Verão. Nesse período, os mercados interbancários deixaram de funcionar, com consequências negativas nos fluxos de financiamento intra-comunitários. As taxas euribor subiram durante os primeiros três trimestres, acompanhando o andamento da política monetária por parte do BCE, para depois caírem no 4º trimestre, na sequência dos cortes de taxas de juro oficiais. Com efeito, a autoridade monetária da Zona Euro continuou a praticar medidas extraordinárias de cedência de liquidez e as taxas de juro oficiais fecharam o ano a níveis mínimos, se bem que na primeira metade do ano houve um período de subida de taxas (entre Abril e Julho) que foi posteriormente revertido (em Novembro e Dezembro).



3.3 Mercado de Obrigações

Os mercados obrigacionistas foram condicionados, ao longo de 2011, pelo agudizar da crise das dívidas soberanas na Zona Euro, o que provocou variações muito diferenciadas no desempenho das dívidas dos vários países. Neste contexto, a forte valorização da dívida alemã deveu-se ao aumento de procura por activos de refúgio, enquanto a dívida de países sob planos de assistência financeira, como Grécia e Portugal, apresentaram desvalorizações sem precedentes, de -61,8% e -24,2%, respectivamente. A Irlanda registou o melhor desempenho no seio da Zona Euro (+11,2%), com o bom desempenho económico e o sucesso na implementação do respectivo programa de assistência a impactar positivamente no sentimento dos investidores. Nos restantes mercados, destaca-se a valorização da dívida de Espanha (+7,0%) e a tendência inversa em Itália (-5,7%). No mercado de crédito, após um 1º semestre positivo, o índice iBoxx Corporate sofreu uma desvalorização no segundo semestre, tendo encerrado o ano com um ganho modesto de 1,71%.



3.4 Mercado de Acções

Os mercados de acções registaram comportamentos díspares ao longo do ano. O índice S&P (EUA) terminou o ano inalterado, enquanto na Europa (índice MSCI Europe), no Japão (índice Nikkei) e nos Emergentes (índice MSCI Emerging Markets) os mercados apresentaram fortes quedas, de -10,94%, -17,05% e -20,41%, respectivamente.

No que respeita à Zona Euro, o índice DJ Euro Stoxx 50, representativo das maiores capitalizações desta região, desvalorizou 17,05% em 2011, penalizado pelas questões em torno do agravamento da crise da Zona Euro atrás referidas. Ao nível sectorial, observou-se uma divergência significativa de desempenhos. Pela positiva, destacaram-se sectores mais defensivos, como farmacêuticas (+11,84%) e Alimentação e Bebidas (+5,39%), que conjugam uma maior estabilidade nos resultados com uma exposição mais elevada a mercados fora da Europa. Pela negativa, destacou-se o sector bancário (-32,48%), um dos mais directamente afectados pela crise das dívidas soberanas, mas também sectores mais expostos ao ciclo económico, como materiais básicos (-30,12%) e o sector

automóvel (-24,08%) foram penalizados, em parte devido a receios de um abrandamento económico mais forte na China.

Em Portugal, o índice PSI-20 encerrou o ano de 2011 nos 5.494,27 pontos, menos 27,6% do que no final de 2010. A capitalização bolsista da Euronext Lisbon totalizou 170.551,6 milhões de euros em Dezembro, 11,7% inferior à do período homólogo de 2010.

O segmento de obrigações foi o que mais contribuiu para o aumento da capitalização bolsista do mercado regulamentado da Euronext Lisbon no final do ano de 2011, ao subir 16,6% em relação ao mesmo período de 2010. O segmento de acções acumulou uma queda de 23,6% no ano, encerrando 2011 com uma capitalização bolsista de 102.693,8 milhões de euros.

A volatilidade do índice PSI-20 foi de 20,77% em Dezembro, acima dos 16,08% fixados no período homólogo de 2010. A EDP (18,92%), a Jerónimo Martins (17,90%) e a Galp (16,27%) foram os emitentes com maior representatividade no índice no final do ano.

O valor das transacções efectuadas no mercado secundário a contado totalizou 2.083,8 milhões de euros em Dezembro, menos 1.796,2 milhões (46,3%) do que em igual período de 2010.

No mercado regulamentado Euronext Lisbon, o volume de transacções caiu em 2011 46,5% face ao registado até Dezembro do ano anterior, para 2.054,9 milhões de euros. No mercado regulamentado de dívida (MEDIP), o valor transaccionado recuou 77,6% em relação ao final de 2010, para 246 milhões.

Em Dezembro de 2011, o valor sob gestão dos organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM) totalizou 6.017,9 milhões de euros, menos 2.741,5 milhões de euros (-31,3%) do que no final de 2010. Recorde-se que, nesta indústria, os volumes sob gestão já haviam caído 25% em 2010 face a 2009. Nos fundos especiais de investimento (FEI) o valor sob gestão caiu para 4.817,5 milhões de euros, menos 12% do que no ano anterior, cujo montante ascendeu a 5.477,7 milhões de euros.

02 Actividade do Banif - Grupo Financeiro em 2011

02
Actividade do Banif - Grupo Financeiro em 2011

1. SOCIEDADES *HOLDING*

1.1 Banif SGPS, SA

Durante o ano 2011, a Sociedade centrou a sua actividade na gestão das suas participações financeiras, complementada com a gestão da sua tesouraria e com a definição e dinamização de estratégias transversais às diversas sociedades do Banif - Grupo Financeiro, em termos que se concretizam neste capítulo.

Com o objectivo de gerir as suas participações financeiras, a sociedade reforçou a sua tesouraria, recorrendo a financiamento junto de sociedades do Banif – Grupo Financeiro. Neste período, contratou vários financiamentos com o Banif que totalizaram 344,7 milhões de euros e liquidou financiamentos nos montantes de 192 milhões de euros e de 53,5 milhões de euros que foram contratados em 2010 e 2011, respectivamente.

Assim, o endividamento junto do Banif, à data de 31 de Dezembro de 2011, fixou-se em 291,2 milhões de euros.

A Banif SGPS, SA liquidou os financiamentos obtidos, no exercício anterior, junto da Rentipar, Financeira SGPS, SA, que totalizaram 100 milhões de euros.

No decorrer do ano de 2011, a Banif SGPS, SA liquidou o financiamento para apoio à tesouraria que havia contratado com a Banif Investimentos, SGPS, SA, no montante de 94 milhões de euros, do qual estavam utilizados 75,7 milhões de euros.

A Banif SGPS, SA adquiriu dois lotes de 20.000 acções preferenciais da Banif Finance, Ltd, com juros corridos incluídos, pelos montantes de 12 milhões de euros e 12 milhões de dólares americanos.

A 30.09.11, obteve junto da Banif Investimentos, SGPS, SA um financiamento para apoio à tesouraria no valor de 75,7 milhões de euros do qual, posteriormente, amortizou o montante de 47,2 milhões de euros.

Por conseguinte, o endividamento junto da Banif Investimentos, SGPS, SA passou a ser, em 31 de Dezembro de 2011, de 28,5 milhões de euros.

A Sociedade subscreveu 7.500.000 acções do Banif Bank (Malta) PLC com o valor nominal de 1 euro, sem direito a voto, pelo montante de 7,5 milhões de euros. Estas acções serão, posteriormente, convertidas em acções ordinárias, aquando do novo aumento de capital da Instituição.

A Banif SGPS, SA também subscreveu o aumento de capital da Banif Holding (Malta), no valor de 10 milhões de euros, na proporção da percentagem que detém, ou seja, 9.990.000,00 euros.

A Sociedade prestou uma garantia à Banca Pueyo no valor de 10 milhões de euros, no âmbito do financiamento concedido pela Instituição Bancária Espanhola ao Banif, SA.

A 3 de Março de 2011, a Sociedade emitiu 50.000 obrigações, ordinárias, escriturais, ao portador, com o valor nominal unitário de 1.000 euros, representativas do empréstimo obrigacionista Banif, SGPS, SA, 2010/2013, fungível, no valor de 50 milhões de euros.

Em Julho de 2011, a Sociedade procedeu à emissão de 75.000 obrigações, ordinárias, escriturais, ao portador, com o valor nominal unitário de 1.000 euros, representativas do empréstimo obrigacionista, Banif SGPS, SA, 2011/2013, no valor de 75 milhões de euros.

A Banif SGPS, SA liquidou, na data de vencimento, o empréstimo obrigacionista Banif SGPS 2008/2011 no valor de 50 milhões de euros.

Os financiamentos obtidos destinaram-se a sustentar o crescimento da actividade do Banif – Grupo Financeiro, quer no reforço de participações financeiras em instituições de crédito nacionais e internacionais, quer ainda na constituição de novas filiais e no reforço dos fundos próprios de diferentes sociedades do Grupo, nomeadamente da Banif Comercial, SGPS, SA, à qual concedeu prestações acessórias/suplementares de capital no montante de 10,5 milhões de euros.

Os suprimentos concedidos à Companhia de Seguros Açoreana, SA pelo Banco Comercial dos Açores, SA, que posteriormente passaram a ser da responsabilidade da Rentipar Seguros, SGPS, SA, e que, após a fusão do referido Banco, foram tomados pelo Banif (que entretanto cedeu à Banif SGPS, SA, no valor de 1.969.727,00 euros), foram liquidados ao Banif no final do ano de 2011.

Os suprimentos concedidos à Companhia de Seguros Açoreana, SA, pela Banif SGPS, SA, no valor de 4,7 milhões de euros, foram cedidos à Rentipar Seguros, SGPS, SA que os aceitou, de acordo com o contrato de cessão de créditos celebrado pelas quatro sociedades.

Para satisfazer as necessidades de tesouraria da Rentipar Seguros, SGPS, SA, a Banif SGPS, SA concedeu um financiamento a título de suprimentos no montante de 5,6 milhões de euros. Entretanto, a Sociedade participada liquidou o financiamento de apoio à tesouraria, que lhe havia sido concedido em 2010, no valor de 5 milhões de euros.

A fim de subscrever o aumento de capital da Banif Imobiliária, SA de 750 milhares de euros para 200 milhões de euros, foram transformados suprimentos em capital no valor de 79.250 milhares de euros.

Assim, a Banif SGPS, SA, que era detentora da totalidade do capital da Banif Imobiliária, SA, passou a deter 40% do capital, representados por 16.000.000 de acções, que totalizam 80,2 milhões de euros.

A Sociedade concedeu financiamentos, a título de suprimentos, à Banif Imobiliária, SA no valor de 10 milhões de euros, ficando esta última, em 31 de Dezembro de 2011, com um endividamento, junto da Banif SGPS, SA no valor global de 65,7 milhões de euros.

A Banif SGPS, SA concedeu à Banif Imobiliária, SA um financiamento para apoio à tesouraria, no valor de 10 milhões de euros, do qual foi libertado o montante de 1,5 milhões de euros.

A 30 de Setembro de 2011, a Sociedade pagou 2,1 milhões de euros referentes à remuneração do 2º cupão, devida a cada um dos titulares dos VMOC's emitidos pela Banif SGPS, SA.

A Banif SGPS, SA recebeu os dividendos da Banif Mais, SGPS, SA, de que se tinha apropriado em 2010, no montante de 36,2 milhões de euros. A Banif SGPS SA recebeu ainda dividendos da Banca Pueyo, SA no valor de 0,2 milhões de euros e da Sociedade Inmobiliária Vegas Altas, SA, no valor de 0,01 milhões de euros e do Banco Caboverdiano de Negócios no valor de 0,093 milhões de euros.

A Banif SGPS, SA entregou, na 1.ª Repartição de Finanças do Funchal, o montante de 2.633,75 euros, referente a dividendos de 2004 que não foram reclamados.

A Direcção Geral dos Impostos restituiu a liquidação do IRC de 1991 no valor de 2.534.319,14 euros e liquidou juros indemnizatórios, do referido processo, no montante de 918.126,34 euros.

No que se refere aos principais indicadores e ao nível das contas individuais, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade ascendia a 1.335 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011, enquanto, no final de 2010 atingia o montante de 1.298 milhões de euros, o que representa um crescimento de 1,18%. No mesmo período, o Passivo fixou-se em 548 milhões de euros, contra 484 milhões no ano anterior, o que significa uma subida de 13.24%.

Em 2011, a sociedade obteve um Resultado Líquido, Prejuízo, de 27,4 milhões de euros, contra um Lucro de 14,4 milhões de euros em 2010, o que traduz um decrescimo de 291,26%, elevando-se, no final de 2011, os seus capitais próprios a 786,7 milhões de euros, enquanto, no final de 2010, este agregado atingia o valor de 814,2 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 3.37%.

A sociedade não dispunha, no final de 2011, de um quadro de pessoal próprio.

CONTAS INDIVIDUAIS			Milhares de Euros
	2011	2010	Variação %
Activo líquido	1.335.103	1.298.494	2.81
Passivo	548.353	484.268	13.24
Capital próprio	786.750	814.226	-3.37
Resultado líquido	-27.476	14.366	-291.26

1.2 Banif Comercial SGPS, SA

A actividade da *sub-holding* Banif Comercial consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade da banca comercial e crédito especializado.

No exercício de 2011, a sociedade obteve, junto da sua accionista Banif SGPS, SA, prestações acessórias suplementares de capital no montante de 10,5 milhões de euros, que foram utilizadas na aquisição de obrigações BANIF 2009 FLOAT PERP COND, com juros incluídos, no valor de 10.231.308,33 euros, tendo sido vendidas, no final do ano, com juros incluídos, pelo montante de 10.022.315,56 euros.

Para satisfazer as necessidades de tesouraria da Banif Açores, SGPS, SA ao longo do ano de 2011, a Banif Comercial, SGPS, SA concedeu suprimentos no valor de 161,5 milhões de euros que totalizavam, no final do ano, o montante de 172,5 milhaões de euros, representando a totalidade do endividamento junto do accionista.

A Banif Comercial, SGPS, SA decidiu dotar a Banif Rent, SA de fundos próprios adequados ao desempenho da sua actividade. Por conseguinte, concedeu-lhe prestações suplementares no montante de 8,5 milhões de euros, através da entrada de dinheiro no valor de 3 milhões de euros e da passagem do financiamento, a título de suprimentos, no montante de 5,5 milhões de euros, para prestações suplementares.

Ao nível das participações internacionais, a sociedade subscreveu e realizou o aumento de capital social do Banif (Brasil), no montante de BRL 18.003.660,00, com o contra-valor de 8.089,7 milhares de euros.

A Banif Go foi objecto de um processo de cisão-fusão com o Banco Banif Mais, SA e o Banif, SA de que resultou a cisão do seu património e a sua subsequente fusão por incorporação nas duas entidades bancárias.

Devido à operação de cisão-fusão o Banco Banif Mais, SA aumentou o seu capital de 100 milhões de euros para 101 milhões de euros e o Banif, SA aumentou o seu capital de 780 milhões de euros para 794,5 milhões de euros.

Em consequência a Banif Comercial, SGPS, SA passou a deter 1% do capital do Banco Banif Mais, SA, representado por 1 milhão de acções, continuando a deter 100% do capital do Banif, SA representado por 158,9 milhões de acções.

A Banif Comercial SGPS, SA liquidou a conta corrente caucionada, obtida junto do Banif, SA, no montante de 400 milhões de euros, da qual havia utilizado 277.065 milhares de euros.

A sociedade contratou um financiamento com o Banif, SA, sob a forma de conta corrente caucionada, no valor 425 milhões de euros, da qual foram utilizados 303.965 milhares de euros.

No inicio do mês de Abril, a Banif Comercial, SGPS, SA obteve junto do Banif, SA, um financiamento para apoio de tesouraria no valor de 45 milhões, que foi liquidado no final do mês.

Foi prorrogado, por mais um ano, o prazo da conta corrente contratada com o Banco Espírito Santo, a 29.12.10, no montante de 50 milhões de euros.

Integrada na estratégia global do Banif – Grupo Financeiro, a Banif Comercial, SGPS, SA entidade cuja actividade está vocacionada para o acompanhamento das suas subsidiárias, está exposta a um conjunto de riscos e incertezas que podem afectar os resultados da sua exploração futura, nomeadamente riscos de mercado, decorrentes da exposição cambial dos investimentos em moeda estrangeira, e risco país, na medida em que poderão colocar-se restrições nas transferências de capital e/ou rendimentos gerados no exterior.

Com o objectivo de controlar esses riscos e de implementar mecanismos de prevenção e mitigação, a Banif Comercial efectua periodicamente uma análise da evolução dos riscos a que se encontra exposta e dos diferentes mecanismos de cobertura que pode aplicar, caso se justifique.

Para o exercício de 2011, a sociedade continuará a analisar todas as oportunidades de negócio que surgirem, tendo em vista a concretização da estratégia do Banif – Grupo Financeiro, consubstanciada num crescimento sustentado e diversificado.

No que se refere aos principais indicadores, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade que era de 925 milhões de euros, em 2010, foi reescrito, em 2011, devido à correcção dos saldos das rubricas Investimentos em Filiais e Reservas de Reavaliação no valor de 4.305 milhares de euros, tendo-se fixado no montante de 921 milhões de euros.

Por conseguinte, em comparação com o exercício anterior, o Activo Líquido cresceu de 921 milhões de euros para 1.087 milhões de euros, no final de 2011

O Passivo, em comparação com o exercício transacto, aumentou de 214 milhões de euros para 398 milhões de euros.

A conjuntura económica recessiva, nacional e internacional, influenciou negativamente os resultados de 2011, que se situaram abaixo dos comparáveis do ano anterior, por terem passado de um Prejuízo de 4,5 milhões de euros, em 2010, para um Prejuízo de 28 milhões de euros, em 2011.

Os Capitais Próprios da sociedade que atingiram, em 2010, o montante de 711 milhões de euros foram reescritos, em 2011, devido à correcção dos saldos das rubricas Investimentos em Filiais e Reservas de Reavaliação no valor de 4.305 milhares de euros, tendo-se fixado no montante de 707 milhões de euros.

Por conseguinte, em comparação com o exercício anterior, os Capitais Próprios decresceram de 707 milhões de euros para 689 milhões de euros, no final de 2011.

A Sociedade não dispunha, no final de 2011, de um quadro de pessoal próprio.

CONTAS INDIVIDUAIS — Milhares de Euros

	2011	2010 (reescrito)	2010	Variação %
Activo líquido	1.086.541	920.819	925.124	18%
Passivo	397.644	214.003		85.81%
Capital próprio	688.897	706.816	711.121	-2.54%
Resultado líquido	-28.419	-4.500		-731.53%

1.3 Banif Investimentos SGPS, SA

A actividade da *sub-holding* Banif Investimentos consistiu, fundamentalmente, na gestão das suas participações sociais, as quais estão predominantemente ligadas às áreas da banca de investimento, mercado de capitais e gestão de activos, a nível nacional e internacional.

Em 2011, ocorreu o aumento de capital do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, em 7.500.000 BRL. O investimento total fixa-se em 67.391.673,88 BRL que representa no Balanço da Sociedade 26.607.367,96 euros. Também o Banif Banco de Investimento, SA, procedeu ao aumento de capital em 30.000.000,00 euros, assumindo o valor de Balanço de 86.878.624,84 euros. No decorrer do exercíco de 2011 não foram aquiridas novas participações.

Foi efectuada uma reestruturação do Passivo da sociedade, onde foram liquidados todos os empréstimos, formulando apenas um financiamento a título de suprimentos, concedidos pela Banif Holding Malta no montante de 240.000.000 euros.

A sociedade não recebeu dividendos das suas subsidiárias, tal como também não distribuiu dividendos aos accionistas.

A Banif SGPS, SA procedeu à amortização parcial do financiamento de apoio à tesouraria concedido pela sociedade, pelo que, à data das demonstrações financeiras, este ascende a 28.461.168,44 euros.

No que se refere aos principais indicadores, o Activo Líquido da Sociedade, elevava-se a 264,4 milhões de euros em Dezembro de 2011, contra 283,9 milhões de euros face ao período homólogo, valor que foi reescrito em 2011, devido à correcção da rubrica de Investimento em Filiais, no valor de 3,7 milhões de euros, que se fixava em 280 milhões de euros. No final do exercício de 2011 foi apurado um Resultado Líquido negativo de 9 milhões de euros, quando em 31 de Dezembro de 2010 havia obtido um Resultado Líquido negativo de 778,8 mil euros.

Os Capitais Próprios da Sociedade ascendiam, na mesma data, a 23,9 milhões de euros, contra 36,6 milhões de euros no final de 2010, os quais foram também reescritos devido à correcção da rubrica de Reservas de Reavaliação, no valor de 3,7 milhões de euros e que apresentavam o valor de 32,8 milhões de euros.

A Banif Investimentos não dispunha, em 31 de Dezembro de 2011, de um quadro de pessoal próprio.

CONTAS INDIVIDUAIS — Milhares de Euros

	2011	2010 (reescrito)	2010	Variação %
Activo líquido	264.408	283.951	280.231	-6,88
Passivo	240.555	247.373		-2,76
Capital próprio	23.853	36.578	32.858	-34,79
Resultado líquido	-9.005	-779		-1055,97

1.4. Banif Mais SGPS, SA

A actividade desta sociedade em 2011 consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade do crédito especializado e do *cross-selling* de produtos associados.

Durante 2011, a Banif Mais SGPS, S.A. distribuiu dividendos ao seu accionista Banif SGPS, S.A. no valor de 36,2 milhões de euros.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de Dezembro de 2011 foi aprovado um aumento do capital social e a entrada de novos accionistas na sociedade, até então detida a 100% pela Banif SGPS, SA, concretizada através de entradas de dinheiro. A referida entrada de novos accionistas foi aprovada nos seguintes moldes: 22,5 milhões de euros com a entrada no capital da sociedade da Companhia de Seguros Açoreana, SA; 10 milhões de euros com a entrada no capital da sociedade da Vestiban, Gestão e Investimentos, SA; 7,5 milhões de euros com a entrada no capital da sociedade da Auto Industrial Investimentos e Participações, SGPS, SA. O valor do aumento do capital social ascende a 2,869 milhões de euros e resulta da integral aplicação dos 40 milhões de euros de encaixe na

subscrição de novas acções, no valor nominal de 1 euro e preço de subscrição de 13,94 euros (estabelecido com base no valor contabilístico das acções à data de 31 de Dezembro de 2011).

Com a concretização da operação acima descrita, o capital social da Banif Mais SGPS, S.A. passaram a ascender a 20,369 milhões de euros e a sua estrutura accionista passaram a ser a seguinte:

- 85,92% Banif SGPS, SA;
- 7,92% Companhia de Seguros Açoreana, SA;
- 3,52% Vestiban, Gestão e Investimentos, SA;
- 2,64% Auto Industrial Investimentos e Participações, SGPS, SA

No que respeita a alterações nas principais sociedades que constituem o sub-grupo Banif Mais SGPS, há a assinalar que em 30 de Dezembro de 2011 foi concluído o processo de Cisão-Fusão da Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA, em resultado do qual se assinala o seguinte:

- Foi incorporada por fusão no Banco Mais, S.A. a parcela do património da Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A. constituída por todos os activos e passivos que consubstanciam os ramos de actividade "leasing mobiliário" e "financiamento de aquisições a crédito";
- A denominação do Banco Mais, S.A. foi alterada para "Banco Banif Mais, S.A." e o respectivo capital social foi aumentado de 100 milhões de euros para 101 milhões de euros.

No que se refere aos principais indicadores, as demonstrações financeiras consolidadas de 2011 do sub-grupo Banif Mais (que incorporam os efeitos da referida fusão) apresentam um Activo Líquido de 948,3 milhões de euros, Capitais Próprios de 254,5 milhões de euros e um Resultado Líquido consolidado de 1,2 milhões de euros.

A referida fusão, cujo impacto se deu na totalidade nas contas da actividade em Portugal, produziu impactos de relevo nas demonstrações financeiras de final de 2011 da Banif Mais SGPS em termos consolidados, sendo que excluindo o efeito da mesma, o Resultado Líquido consolidado ascenderia a 23,0 milhões de euros, evidenciando uma redução de apenas 2% face a 2010.

Tendo em consideração o referido, o contributo da actividade por mercado geográfico para o Resultado Líquido consolidado foi o seguinte: -0,3 milhões de euros em Portugal (21,5 milhões de euros excluindo o impacto da fusão), -2,2 milhões de euros em Espanha, 0,3 milhões de euros na Eslováquia, -0,5 milhões de euros na Polónia e 3,8 milhões de euros na Hungria.

CONTAS CONSOLIDADAS (base IAS/IFRS)				Milhares de Euros
	2011	2010	2010 Pro-forma (*)	Variação %
Activo líquido	948,348	927,099	1,306,656	2.3%
Passivo	693,803	668,059	1,016,191	3.9%
Capital próprio	254,545	259,040	290,465	-1.7%
Resultado líquido	1,209	23,496	22,790	-94.9%

(*) As demonstrações financeiras pró-forma 2010 agregam os balanços e demonstrações de resultados do Banco Banif Mais e da parcela do património da Banif Co integrada.

1.5 Rentipar Seguros SGPS, SA

A Sociedade é a "sub-holding" do Grupo Rentipar para o sector segurador, detendo no final de 2011 uma participação financeira no montante de 90 555 170 euros, consubstanciada em 21 500 000 acções representativas de 100% do capital social da Companhia de Seguros Açoreana, S.A. ("Açoreana").

Da actividade desenvolvida em 2011 é de realçar a seguinte situação:

- A Açoreana, sociedade incorporante, e as sociedades incorporadas, Global - Companhia de Seguros, S.A. e Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. efectuaram uma fusão, em Janeiro de 2011, com a consequente extinção destas duas últimas entidades. Com esta operação a actividade económica da Sociedade enquanto SGPS, e em particular no sector segurador, ficou circunscrita à gestão da participação financeira detida na Companhia de Seguros Açoreana, S.A., pelo que, em termos consolidados, reflecte a actividade da sua única participação;

- No âmbito de uma operação de reforço dos elementos exigíveis das margens de solvência das entidades do Grupo Rentipar, sujeitas à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal, ocorreram as seguintes operações, em Abril de 2011: a) a Açoreana aumentou o seu capital social no montante de 25 000 000 euros, sendo 11 000 000 através de entradas em dinheiro e 14 000 000 euros através da conversão de suprimentos subordinados. Este aumento de capital foi integralmente subscrito pela Rentipar Seguros; b) a Rentipar Seguros procedeu à emissão de obrigações subordinadas com prazo de reembolso a 10 anos no montante de 10 000 000 euros;

- Em 2011 a Rentipar obteve suprimentos remunerados dos seus accionistas no montante global de 7 876 575 euros.

A estrutura do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidado da Rentipar Seguros, SGPS, S.A. é basicamente a que resulta da contabilização pelo método da Consolidação Integral da sua participada Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

Activo e capitais próprios consolidados

Milhares de Euros

Rubricas	2011 Valor	Variação 2011/2010	2011 Valor	Variação 2010/2009
Activo	1.336.624	-9,2%	1.472.853	68,1%
Capitais próprios	129 246	-3,7%	134.239	160,7%
Autonomia Financeira	9,7%		9,1%	

O activo consolidado da Rentipar Seguros atingiu o valor de 1 336 624 milhares de euros, e os capitais próprios atingiram o valor de 129 246 milhares de euros, o que gerou um aumento no rácio de Autonomia Financeira em relação ao ano anterior de +0,6 p.p.

A nível individual a actividade da Empresa em 2011 resume-se à detenção da participação financeira na Companhia de Seguros Açoreana, S.A., sendo de realçar os seguintes factos:

- O resultado do exercício, no montante de cerca de 1 578 milhares de euros é emergente do resultado da sua participada: Companhia de Seguros Açoreana, S.A. do qual a empresa se apropria nos termos legais, pela aplicação do método da equivalência patrimonial.

2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

2.1 Recursos Humanos

No decorrer do ano de 2011, os Recursos Humanos Corporativos continuaram a desenvolver o projecto ValoresCentauro.

Foi criado um micro-*site* "Nós Banif" que tem por objectivo facilitar a divulgação e vivência dos ValoresCentauro, permitindo uma maior ligação entre os Colaboradores do Grupo. O lançamento deste micro-*site* está previsto para 2012.

No que respeita ao valor Eficácia, os Recursos Humanos Corporativos, em parceria com uma equipa de projecto, fizeram o levantamento de boas práticas de cada empresa do Grupo, através de

entrevistas a responsáveis e Administradores, visando encontrar soluções e estratégias de aproximação entre as empresas e unidades do Grupo. Os resultados deste trabalho deverão servir para análise das empresas e estar na base da realização de acções inerentes aos objectivos referidos.

No âmbito do Valor Humanismo, realizou-se um concurso de fotografia sobre o tema " O Humanismo pela Objectiva do Banif", destinado a Colaboradores e respectivos filhos, que contou com a participação de mais de cem trabalhos. Além disso, foi dado ínicio a um projecto de criação de um Fundo, com a finalidade de apoiar Colaboradores em situação de grande precariedade financeira.

Foram também desenvolvidos trabalhos em matéria de políticas de Recursos Humanos, tais como, política de remuneração dos Colaboradores, formação, gestão do talento, avaliação do desempenho, entre outras.

Importa ainda realçar mais três eventos: O primeiro diz respeito à Concretização do "Caso Banif" levado a efeito pela AESE - Escola de Direcção e Negócios, com a colaboração activa de dois Colaboradores do Grupo, formados por esta escola nos programas de MBA. O segundo evento a destacar foi a realização do Prémio Comendador Horácio Roque, atribuído a 25 Colaboradores do Grupo que se distinguiram pelo seu desempenho e conduta na vivência dos ValoresCentauro. Por último, sublinha-se realização de *workshops* com Directores de 1ª linha em várias empresas do Grupo com a finalidade de identificar e pôr em prática as acções consideradas mais pertinentes para dar resposta a insatisfações detectadas no Estudo de Análise de Satisfação no Trabalho realizado no último trimestre de 2010.

O Grupo reduziu, em 9,1% o seu número total de colaboradores, face a Dezembro de 2010. O número de Colaboradores do Grupo, no final de 2011 ascendeu a 4.911, o que compara com 5.400 Colaboradores no período homólogo de 2010. Em termos de peso relativo, o Banif, com 2.548 Colaboradores, representa 51,9% do total do quadro de pessoal do Grupo, seguido da Açoreana, com 775 Colaboradores, e um peso relativo de 15,8%.

No que respeita às actividades desenvolvidas pelas Direcções de Recursos Humanos das empresas do Grupo destacam-se:

No Banif, SA a clara aposta no *e-Learning*. Ao nível da formação foi desenvolvido o plano de formação anual, de que se destaca o enfoque na elaboração de novos cursos para serem disponibilizados na plataforma "Evoluir", dos quais se salientam, Crédito Imobiliário, Cartões, CGT – Conta Gestão Tesouraria e Segurança de Pessoas e Bens. Foram também lançados novos cursos de e-Learning, como Conhecimento da Moeda Metálica Euro e Certificação de Agentes de Seguros, formações certificantes e obrigatórias para quem manipula numerário e comercializa seguros, respectivamente.

Com o objectivo de dinamizar a formação interna, foi lançado o projecto Formadores Evoluir que consistiu na identificação de colaboradores internos que foram preparados com recurso a Formação Pedagógica Inicial de Formadores para a obtenção do Certificado de Aptidão (CAP) de Formador. Os Formadores Evoluir têm como responsabilidade desenvolver conteúdos de formação presencial e de *e-Learning* que, pela sua especificidade, não são passíveis de serem adquiridos no mercado.

No total, foram realizadas 81.051 horas de formação, o que equivale a 32 horas de formação por Colaborador.

Na Açoreana, ao nível das estratégias de desenvolvimento, foi efectuada uma revisão das abordagens de formação e desenvolvimento, reforço e reorganização do trabalho e objectivos da equipa, redefinição da matriz funcional, categorias e competências.

Desta revisão, destaca-se a clara aposta na formação, nomeadamente ao nível das equipas comerciais e parceiros. A este nível, destacam-se, pela sua abrangência, três acções internas destinadas aos comerciais, sobre novos produtos: Açoreana Conforto, Saúde i-med e Pontual auto. Paralelamente, em termos de formação aos Agentes, foram ministradas, entre outras, as seguintes acções de formação: Formação a agentes sobre os produtos vida risco, novos produtos de saúde – imed e procedimentos Advancecare – i-med.

Destaca-se também na Açoreana o Projecto Partilha, um programa de visitas dos Colaboradores dos pólos e delegações às direcções centrais, a fim de partilhar informações e facilitar as relações de cliente interno.

Foi realizado um estudo de Clima na Companhia para diagnóstico da satisfação e motivação dos Colaboradores face às políticas de RH adoptadas pela Empresa.

O Banif Mais desenvolveu um projecto de ajustes ao nível das Direcções, serviços centrais e delegações, com o objectivo de melhorar os serviços e promover uma adequada articulação com as restantes sociedades do Grupo. Este projecto revelou-se muito importante, pelo carácter estruturante que teve.

Os encontros de Colaboradores, Reunião Anual de Apresentação dos Planos de Actividade para 2011, destinado aos Directores e Responsáveis de cada área (Departamentos e Delegações) e a Convenção anual BMais para as equipas comerciais e fornecedores tiveram igualmente forte impacto na Organização.

Pela importância que terá no futuro, destaca-se ainda a elaboração de um Guião de apoio à comunicação de resultados da Avaliação de Desempenho.

O primeiro semestre do ano no Banco de Investimento fica marcado pelo facto da Instituição ter sido premiada pela Revista Exame, em parceria com a consultora Accenture, como o melhor Banco para trabalhar, ocupando o TOP 100 das melhores empresas para trabalhar em Portugal e também por ter sido distinguida com o Prémio de Excelência no Trabalho, no sector da Banca e Serviços Financeiros.

Para além deste ponto, destacam-se também as acções de formação realizadas a propósito de diversos aspectos directamente relacionados com o negócio.

Sublinha-se, ainda, a reunião de Orçamento e Linhas de Acção para 2011, onde foram trabalhados 10 temas críticos para a Organização, em 10 grupos de trabalho.

O Banco de Investimento procurou rever e optimizar os contratos de estacionamentos, ginásios, jornais e revistas, cafés, economato, instalações, entre outros. Para o efeito, foi designado um Comité de Produtividade e Sustentabilidade.

Quanto às empresas no estrangeiro, destaca-se o seguinte:

O Banif (Brasil) desenvolveu um conjunto de projectos de desenvolvimento dos seus Colaboradores, dos quais se destacam: O Programa de Certificação Profissional 10, que se destina a certificar profissionais que desempenham actividades directas de comercialização e de distribuição de produtos bancários junto dos Clientes nas agências bancárias, acções de formação pontuais solicitadas pelas Chefias ou pelos Colaboradores, de acordo com a necessidade e formação exigida pelo Banco Central do Brasil a todos os Colaboradores, sobre a Prevenção contra Crimes de Branqueamento de Capitais e/ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores.

A nível mais estratégico, destaca-se um projecto de reestruturação de Cargos e Remuneração. Este projecto foi desenvolvido para estabelecer uma estrutura de cargos compatível com a estratégia e objectivos de negócio, assim como uma arquitectura de remuneração compatível com o perfil da organização e alinhada às práticas dominantes no mercado.

Paralelamente, foi desenhado um descritivo de Funções, desenvolvido junto dos gestores, com base na Estrutura de Cargos existente, através de questionários específicos, com o objectivo de levantamento de competências humanas (conhecimento, habilidades e atitudes) alinhadas às competências organizacionais, de forma a viabilizar o alcance dos objectivos estratégicos da organização.

O Banif Banco (Malta) desenvolveu um conjunto de acções de formação importantes para o desenvolvimento do seu negócio: integração, falsificação, micro-negócio, liderança/*coaching* e produtos foram alguns dos temas desenvolvidos.

Destacam-se, também, uma acção de *team building*, organizada para todos os Colaboradores, bem como a realização de um *Survey* de satisfação, igualmente com a participação de todas as equipas.

No ano de 2011, foi inaugurada uma filial em Rabat. Esta inauguração, oficialmente presidida pelo Primeiro-Ministro de Malta, representa um importante voto de confiança nos Colaboradores, tendo tido enorme impacto nas pessoas.

O Banco Caboverdiano de Negócios (BCN), durante o primeiro semestre do ano, deu ênfase ao Sistema de Gestão de Desempenho, através do desenvolvimento e apresentação de um Manual que facilita o processo e também de algumas acções de formação realizadas em parceria com o IFB: AML, Vendas e Negociação, Direito Bancário, Crédito Bancário, Conta Bancária, Contabilidade Geral e Financeira.

Foram realizadas várias acções de formação, das quais se destacam os cursos realizados em parceria com o IFB: Mercados Financeiros, Cálculo Financeiro, Produtos Bancários e Financeiros. Destacam-se também a formação interna a Sub-Gerentes e Gestores de Clientes, bem como a realização de um programa de acolhimento destinado a novos Colaboradores.

Finalmente, refira-se a importância da Reunião de Quadros BCN 2011 pelos *outputs* estratégicos e reflexões sobre as prioridades para o triénio 2011-2013.

No Plano de Acção da SST Corporativa para o ano de 2011 foram estabelecidas cinco estratégias competitivas de diferenciação, com base nos ValoresCentauro:

- Confiança - Estabelecer relações duradouras com as empresas do Grupo, na área de SST, assentes no rigor, integridade e transparência;
- Humanismo - Concretizar projectos na área de SST, numa perspectiva de compromisso e de responsabilidade social;
- Eficácia - Prestar Serviços de Excelência, tanto nas posições nacionais como nas internacionais, tendo por base o conhecimento profundo da actividade, dando cumprimento às responsabilidades legais e potenciando as sinergias;
- Inovação - Reconhecer os riscos emergentes, analisar as novas tendências na área de SST e antecipar soluções diferenciadoras e adequadas a cada uma das empresas do Grupo, com enfoque na prevenção;
- Ambição - Alargar os Serviços de SST a todas as Empresas do Grupo.

Estas linhas de acção estratégica foram complementadas com a definição de vinte e nove objectivos de SST, implementados através de várias acções, das quais se destacam:

- Actualização mensal da base de dados para gestão dos elementos de conformidade legal em matéria de SST;

- Realização de auditoria de conformidade legal às empresas do Grupo, a nível nacional e internacional;
- Manutenção dos meios de extinção do fogo, nomeadamente, os extintores, carretéis e sistemas automáticos de extinção de incêndio, bem como a manutenção dos sistemas de detecção e alarme nas unidades de negócio e nos edifícios centrais do Banif – Grupo Financeiro;
- Identificação de não conformidades mediante auditorias efectuadas aos 15 edifícios centrais do Grupo, no âmbito da legislação de Segurança Contra Incêndios em edifícios;
- Elaboração dos Planos de Segurança internos referentes a 15 edifícios centrais do Grupo;
- Visita a 5 edifícios centrais do Grupo e a 47 unidades de negócio para avaliação das condições de segurança física e actualização da classificação do nível de risco das Agências;
- Garantia da operacionalidade dos sistemas integrados de protecção dos edifícios centrais e das unidades de negócio, do Banif;
- Ligação de todas as unidades de negócio do Banco Mais à central de segurança do Banif;
- Avaliação sistemática de riscos a 431 postos de trabalho e a 60 unidades de negócio, do Banif, da CSA e do Banif Mais, bem como a implementação das medidas correctivas identificadas;
- Avaliação de cinco edifícios centrais, José Malhoa, Pórtico, EUA e Av. 24 Julho, em Lisboa, e do edifício dos Aliados, no Porto, no âmbito da segurança contra incêndio em edifícios e dos riscos para a segurança no trabalho, tendo sido abrangido um total de 1337 postos individuais de trabalho;
- Realização de diversas acções de formação relativas a temas de SST.

No âmbito do Programa de Desfibrilhação Automática Externa, foi celebrado um contrato *umbrella* entre o Banif e a MedFirst, extensível às outras empresas do Banif – Grupo Financeiro aderentes, nomeadamente, o BBI, o Banif Mais e a BanifServ. O programa foi licenciado junto do Instituto Nacional de Emergência Médica e foram instalados os respectivos equipamentos nos edifícios centrais.

A nível externo, o Banif participou nas primeiras Jornadas de SHST, promovidas pela Caixa Geral de Depósitos, tendo sido convidado a realizar uma apresentação sobre a "Implementação do Programa DAE no Grupo Banif", por ser considerado pioneiro nesta matéria no Sector da Banca e Serviços Financeiros. Neste sector de actividade, o Banco de Investimento foi reconhecido com o Prémio Excelência no Trabalho, categoria de média empresa, numa iniciativa da Heidrick & Struggles, da ISCTE Business School e do Económico.

Com o objectivo de reforçar as redes e cooperação com outras Instituições de Crédito e autoridades, no domínio da segurança de pessoas e bens, o Banif participou em diversos *fora* e reuniões promovidas, nomeadamente, pela Associação Portuguesa de Bancos, Polícia Judiciária,

Polícia de Segurança Pública, Sociedade Interbancária de Serviços, SA, bem como no 1º Seminário de Segurança Bancária, da Caixa Geral de Depósitos.

2.2 Operativa e Tecnologia

Durante o ano de 2011, os projectos de infra-estruturas tecnológicas mantiveram a aposta no reforço qualitativo das condições de suporte ao Negócio, com enfoque na optimização de processos e de custos, melhorando, sempre que possível, os níveis de serviço prestados, a segurança, a robustez e a disponibilidade das aplicações.

Igual atenção continuou a merecer a componente de ergonomia, normalização e simplificação dos postos de trabalho, através do projecto de alargamento da solução de *single sign-on*, já em utilização nas Agências, aos utilizadores dos edifícios centrais do Banif.

Neste âmbito, merecem ainda referência as seguintes realizações:

- Reestruturação da infra-estrutura de suporte à Banca Electrónica do Banif e aos sites do Grupo, disponibilizando novos patamares de qualidade de serviço, estabilidade e performance;

- Reestruturação da infra-estrutura intermédia de armazenamento e de espaço em disco, destinada a suportar o crescimento vegetativo dos servidores distribuídos (Windows e Linux);

- Normalização dos postos de trabalho das Agências do Banif, incluindo a actualização de sistema operativo e de ferramentas de apoio, como forma de aumentar a ergonomia e a produtividade individual;

- Instalação de uma nova infra-estrutura de suporte ao correio electrónico do Banif, migração dos respectivos utilizadores e disponibilização de novas funcionalidades de acesso por intermédio de equipamentos móveis (em curso);

- Disponibilização de uma nova solução de gravação de chamadas para a Direcção de Rede Directa do Banif, reforçando o controlo e a qualidade da solução ao dispor dos clientes e do serviço de atendimento telefónico;

- Estudo e implementação de projecto de optimização da utilização das impressoras da rede comercial do Banif e de redução dos respectivos custos de impressão;

- Estudo e implementação de solução de controlo de acessos à rede interna do Banif, reforçando, por essa via, o nível de segurança contra acessos não autorizados;

- Normalização da numeração telefónica interna utilizada entre empresas do Grupo e respectiva interligação de voz, com chamadas a custo zero, entre Banif, BBI, Banif Mais, Banif Malta, Sucursal do Banif no Reino Unido, BanifServ e Genius.

- Integração dos sistemas de informação da Banif Rent e da Banif Imobiliária na infra-estrutura central (CPD) de suporte do Grupo;

- Lançamento do projecto de estudo e implementação de uma solução de controlo, escalonamento e automatização das tarefas da Operação de Sistema Central;

- Reforço da abrangência das ferramentas de monitorização de sistemas e redes, permitindo reforçar a pro-actividade na detecção e resolução de ocorrências.

Durante o exercício de 2011 foram realizados os testes semestrais à efectividade do Plano de Continuidade de Operações do Banif, envolvendo as direcções DRA, DCRAM, DCRAA, DEO, DOQ, DGR, DAI, DF e DRD, com elementos em todos os edifícios centrais e em cinco Agências do Continente (Norte, Centro e Sul), Açores e Madeira e três equipas técnicas (BanifServ, IBM e PT). No 2º semestre de 2011, a abrangência dos testes foi alargada, passando a contar, pela primeira vez, com a Banif Rent, a Rentipar e a Banif Imobiliária.

À semelhança de exercícios anteriores, foram igualmente realizados os testes de intrusão da infra-estrutura de comunicações e sistemas distribuídos.

No exercício de 2011, a Direcção de Organização e Qualidade (DOQ) executou um vasto plano de acção, composto por 119 actividades e projectos, dos quais 79 foram concluídos e 40 continuaram em curso para além do final do ano.

Durante o período em análise, foi dada continuidade à análise crítica dos circuitos e processos implementados, tendo como objectivo melhorar o serviço, reduzir os custos de operação, garantir as melhores práticas e acautelar a segurança, o rigor e a transparência que caracterizam a actividade bancária.

A DOQ garantiu a elaboração, publicação e divulgação de todo o normativo do Banco, monitorizou sistematicamente e melhorou o Sistema de Gestão da Qualidade do Banif, conseguindo alargar o seu âmbito aos Depósitos a Prazo e Poupanças, aumentando assim, o número de processos e produtos do Banco que já se encontram Certificados.

Num clima de forte contenção, o principal enfoque incidiu no reforço dos critérios de análise custo/benefício, na prioritização de projectos no âmbito da recuperação de crédito, monitorização e antecipação de riscos, ajustamento fiscal e regulatório, "funding" e reengenharia de processos, em termos susceptíveis de gerarem ganhos inequívocos de eficiência e de sustentabilidade.

Destacam-se, pela sua relevância e impacto, os seguintes projectos:

- Reengenharia ao processo de gestão de arquivo documental do Banco.

- Optimização do *front office*, com a disponibilização à rede comercial de uma nova solução informática integrada, facilitadora da concretização de negócios, nomeadamente, através da geração de alertas em *real time*.

- Análise e optimização dos processos nos Serviços Centrais, reflectindo o empenho na mitigação dos custos operativos e a melhoria da eficácia operativa subjacente.

- Desenvolvimento do projecto transversal de desmaterialização de processos documentais e respectiva automatização, focado no processo de abertura de conta D.O..

No final do 4º Trimestre de 2011, continuaram em curso os trabalhos de reengenharia do processo do Correio Interno do Banco, visando a sua gestão integrada através de aplicação específica, tendo como principal objectivo a diminuição de custos e o incremento do controlo sobre os pedidos de operações.

A Direcção do Executivo de Operações (DEO) assegurou a execução diária das operações que consubstanciam a actividade do Banif, colaborou nas campanhas realizadas pelo Banco e participou em diversos projectos. O ano de 2011 caracterizou-se por um ligeiro decréscimo no volume das operações, sobretudo no crédito ao consumo e habitação, a par de um acréscimo nas reestruturações, nas penhoras e nas passagens para contencioso.

Foi dada continuidade aos processos de racionalização/normalização e de centralização em Lisboa do tratamento de seguros, da emissão de minutas e contratos, das ordens de pagamento emitidas e recebidas e das renovações/alterações das contas correntes.

Merecem ainda referência a correcção da base de dados, a recuperação e actualização de garantias, a digitalização dos principais documentos de suporte das operações de crédito, e a participação na certificação da qualidade dos produtos e serviços certificados pelo Banco.

O exercício de 2011 caracterizou-se ainda por uma aposta forte, na formação, envolvendo um significativo número de empregados, em formação *on-job*, *e-learning* e específica/externa, contribuindo, desta forma, para uma melhoria na gestão e controlo das operações.

Ao nível das aplicações informáticas evoluiu-se para a nova versão do *Trade Innovation* e para a utilização de novas aplicações, para gerir e controlar os registos de hipoteca e a aplicação de garantias bancárias, as quais vieram permitir reduzir o risco operacional. Foram ainda realizados alguns levantamentos de processos operativos que permitiram remediar deficiências identificadas e melhorar fluxos operativos.

2.3 Gestão dos Riscos de Actividade

A gestão dos riscos no Banif – Grupo Financeiro assenta na identificação, análise e monitorização da exposição aos principais riscos aos quais o Grupo se encontra exposto, na medição e gestão adequada das diversas posições em risco e, por conseguinte, na determinação mais eficiente da alocação do capital.

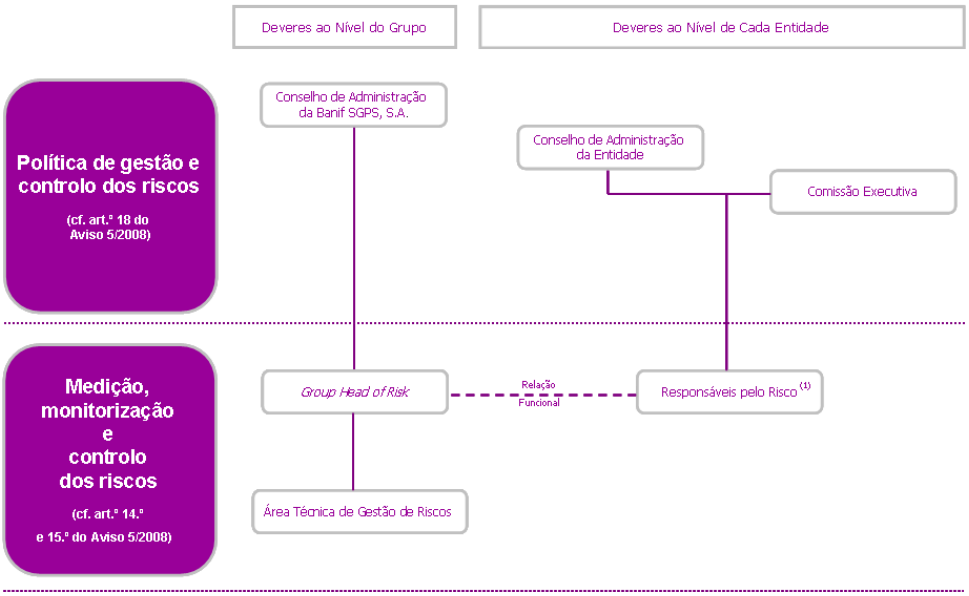
O controlo e a gestão dos riscos assume-se cada vez mais como um pilar fundamental na garantia da rendibilidade e da sustentabilidade do negócio. A gestão do Grupo encontra-se cada vez mais focalizada na obtenção do equilíbrio entre risco e retorno, bem como na redução de potenciais efeitos adversos que podem influenciar a *performance* financeira do Grupo.

A função de gestão de riscos do Grupo é conduzida de acordo com estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração da Banif SGPS, S.A., estando a sua implementação a cargo de um órgão corporativo e especificamente dedicado a esta função: Risco Corporativo.

O Risco Corporativo constitui-se como um Órgão da Estrutura da Banif SGPS, S.A. dependendo directamente do Conselho de Administração. A sua estrutura enquadra-se nos requisitos apresentados nos normativos em vigor, emanados pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelo Aviso n.º 5/2008 de 25 de Junho de 2008.

O modelo de governance da gestão de riscos corporativo, apresentado em seguida, contempla um controlo transversal das várias Entidades do Grupo, no qual cabe ao Conselho de Administração a responsabilidade última pela definição das Políticas de Gestão e de Controlo de Risco.

Modelo de Gestão de Riscos



Notas:

(1) Os responsáveis da função Risco de cada uma das entidades indicadas reportam hierarquicamente ao respectivo órgão de administração através do Administrador do Pelouro.

Cada entidade do Grupo possui a sua própria estrutura orgânica de gestão dos riscos, dimensionada em função da actividade e dos respectivos riscos associados, seguindo as políticas emanadas pelo Conselho de Administração da Banif SGPS.

O Risco Corporativo, pelos poderes conferidos pelo Estatuto Orgânico e Funcional da função, mantém uma relação funcional com os respectivos Órgãos responsáveis pela gestão dos riscos das filiais do Grupo.

Essa relação é exercida através de um responsável nomeado e de interlocutores designados para a condução dos diferentes temas de risco sob gestão. Trata-se de um modelo de relação dinâmico e evolutivo que é alvo de ajustamentos sempre que necessário, assegurando assim a prestação atempada de informação tendo em conta a complexidade crescente dos trabalhos nesta área.

No âmbito das suas funções, o Risco Corporativo participa no Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO – *Assets and Liabilities Committee*), que descrevemos de seguida.

O Comité ALCO é um Órgão consultivo do Grupo que assiste o Conselho de Administração da Banif SGPS na gestão estratégica das principais massas de balanço e, bem assim, na gestão do risco estrutural do Grupo. O ALCO, no desempenho das suas funções, analisa a informação macroeconómica do país e das principais economias regionais, de forma a antecipar impactos na exposição ao risco e na actividade financeira do Grupo. Analisa também a evolução do balanço

consolidado do Grupo e de cada uma das suas principais subsidiárias, quer em termos de saldos de crédito e recursos de clientes, quer de margens, disponibilizando ao Conselho de Administração os elementos necessários para a definição dos objectivos estratégicos comerciais (captação de recursos, concessão de crédito e políticas de investimento financeiro), de gestão da estrutura de capital, e respectivos prazos, e *pricing*/margens.

De salientar que em 2011 foi criado o Comité de Tesouraria ao nível do Grupo. Este Comité assegurou o acompanhamento regular das posições de liquidez e principais métricas de risco das várias unidades de negócio, tendo como objectivo explícito a mitigação do risco de liquidez contingencial.

O Grupo promove a revisão periódica das políticas e dos procedimentos instituídos para a gestão dos riscos de modo a reflectir as alterações nos mercados, nos produtos e nas melhores práticas. O Conselho de Administração é responsável pela definição das referidas políticas contando com o apoio do Órgão de Risco Corporativo na avaliação e monitorização dos riscos, acompanhando os riscos mais significativos – risco de crédito, de mercado, de liquidez, risco operacional, risco de negócio/estratégia e o risco imobiliário – e, propondo sempre que necessário, novas políticas e medidas correctivas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

O Grupo recorre também a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis que estima e incorpora nos exercícios de auto - avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) nos termos do Aviso n.º 15/2007 do Banco de Portugal, no âmbito do Pilar II de Basileia II.

Em virtude da relevância do Grupo no contexto do sistema financeiro, relativamente às actividades realizadas em 2011 assumem especial destaque, pela sua dimensão, complexidade e recursos alocados, os trabalhos efectuados relativos ao Programa Especial de Inspecções realizado como parte das medidas e acções acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o FMI/EU/BCE em Maio de 2011.

Este Programa de Inspecções abrangeu os 8 maiores grupos bancários portugueses, incluindo o Grupo Rentipar Financeira (Banif - Grupo Financeiro), e teve por objectivo validar: i) os dados sobre risco de crédito utilizados na avaliação da sua solidez financeira, através de uma avaliação independente das suas carteiras de crédito e da adequação das suas políticas e procedimentos de gestão de risco, ii) o cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e iii) a adequação dos parâmetros e das metodologias utilizados na realização das projecções financeiras que suportam a avaliação da sua solvabilidade futura, no quadro dos exercícios de *stress test*.

Para além da descrição que é efectuada nas páginas seguintes sobre cada um dos riscos a nível individual, existem algumas vertentes do modelo de gestão que englobam simultaneamente diversas tipologias de risco:

- Informação de Gestão: no exercício de 2011 consolidou-se o trabalho desenvolvido nos anos anteriores, tendo-se procedido a uma actualização dos indicadores e das análises que compõem a informação de gestão periodicamente produzida para efeitos de reporte interno, possibilitando uma visão mais abrangente e efectiva da gestão de risco por parte dos órgãos de gestão. A informação produzida permite, regularmente, uma avaliação do desempenho dos principais riscos, do seu enquadramento nos limites definidos e, bem assim, o desenvolvimento de acções que levam à correcção ou mitigação dos riscos identificados.

- Testes de Esforço: a realização e a análise dos resultados dos Testes de Esforço são actividades que se revestem de especial relevância, designadamente na antecipação e identificação de situações inesperadas e de anormal funcionamento dos mercados em que as Instituições operam, tal como sucede actualmente. Nestes casos, apresentam a virtude de poder alertar para eventuais situações de risco que possam ter impactos relevantes nas condições financeiras do Grupo, propiciando a definição de planos de contingência e um adequado apoio à tomada de decisão, mais adequados a situações extremas, mas plausíveis.

- Adequação de Capital Interno (ICAAP): o Grupo dispõe de um modelo interno de avaliação dos seus recursos financeiros disponíveis – *Modelo de Risk Taking Capacity* – que avalia a adequação dos níveis de capital e recursos financeiros existentes para fazer face aos riscos actuais e a assumir no futuro. O modelo existente considera os principais riscos a que o Grupo se encontra exposto, dos quais se salienta o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco cambial, o risco de negócio/estratégia, o risco imobiliário, o risco operacional, de sistemas de informação, de compliance e de reputação.

Na aferição dos recursos financeiros existentes, o Grupo considera duas perspectivas que se complementam: a perspectiva da gestão corrente e a perspectiva da liquidação. Estas perspectivas agrupam e hierarquizam as diferentes componentes de capital que se encontram disponíveis para fazer face a diferentes cenários de perdas, respectivas severidades e consequentes impactos na solvabilidade.

No processo de determinação do *Risk Taking Capacity* os diferentes recursos financeiros são classificados de acordo com a sua acessibilidade, liquidez, utilização e respectiva repercussão no mercado (efeito reputacional), protecção dos accionistas e elegibilidade por parte das entidades de supervisão.

O modelo de *Risk Taking Capacity* do Grupo assenta na captação da visão económica associada a cada elemento passível de constituir uma fonte de capital interno, assim como na categorização em perspectivas de cobertura de capital e hierarquização por níveis de segurança. Esta hierarquização facilita a interpretação e implementação da estratégia em termos da sua política de adequação de capital e perfil de risco assumido.

O Grupo agrega os recursos financeiros disponíveis em quatro níveis de segurança e quantifica a contribuição de cada um para o nível de capital interno do Grupo.

Após a quantificação dos riscos e recursos financeiros disponíveis, o Grupo desenvolve um conjunto de acções de adequação de capital interno, nomeadamente a alocação de capital económico pelas suas diversas entidades e áreas de negócio.

Numa base regular, o Grupo analisa a adequação do capital face à evolução prevista dos riscos e dos recursos financeiros disponíveis para o prazo de dois anos, quer para o cenário base quer para os cenários de agravamento da conjuntura macroeconómica onde são consideradas como principais variáveis, a taxa de inflação, taxa de desemprego, o PIB e a taxa de juro.

2.3.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante o Grupo, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior e constitui um dos riscos mais relevantes a que o Grupo se encontra exposto.

A actividade de concessão e acompanhamento do crédito tem por base um conjunto de políticas orientadoras, que decorrem da estratégia de risco de crédito definida no Grupo, tendo em conta o desenvolvimento do negócio e das condições económicas, sendo essas políticas ajustadas, sempre que tal se justifique.

A gestão do risco de crédito e, bem assim, a delegação de competências, desenvolvem-se de acordo com os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos concedidos a Clientes previstos em normativos, os quais são alvo de actualizações e ajustamentos sempre que tal se mostre necessário.

Os normativos são de aplicação genérica no Grupo, porquanto incluem regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e às suas redes de comercialização assim como regras de preparação, análise e acompanhamento do crédito concedido aos clientes.

Considerando as características das carteiras, a situação económica e conjuntural do País e as restrições de *funding*, o Grupo tem vindo a pautar a sua actuação, com critérios de prudência adicionais e com políticas de concessão de crédito mais restritivas.

2.3.1.1 Gestão do Risco de Crédito

O Grupo promove a monitorização contínua do risco de crédito, pela avaliação regular da estrutura global do crédito concedido e de um conjunto de operações consideradas significativas.

A avaliação da carteira é realizada tendo em conta os objectivos qualitativos estabelecidos anualmente, e visa orientar os objectivos quantitativos definidos para a actividade comercial. Assim, fazem parte deste enquadramento, a definição de objectivos de notação de risco da carteira, de concentração/dispersão de exposição ao risco, de distribuição geográfica, sectorial, de grandes riscos, de riscos por colateral/garantias, entre outros. A informação de gestão, preparada regularmente, tem em conta estas variáveis e promove a sua divulgação pelas estruturas de decisão e órgãos de gestão.

Considerando as particularidades do Portfolio de crédito do Grupo, os modelos internos de notação de risco atendem às características específicas dos clientes, a variáveis históricas de relacionamento e às características das operações quer qualitativas quer quantitativas.

a) Medição do Risco de Crédito

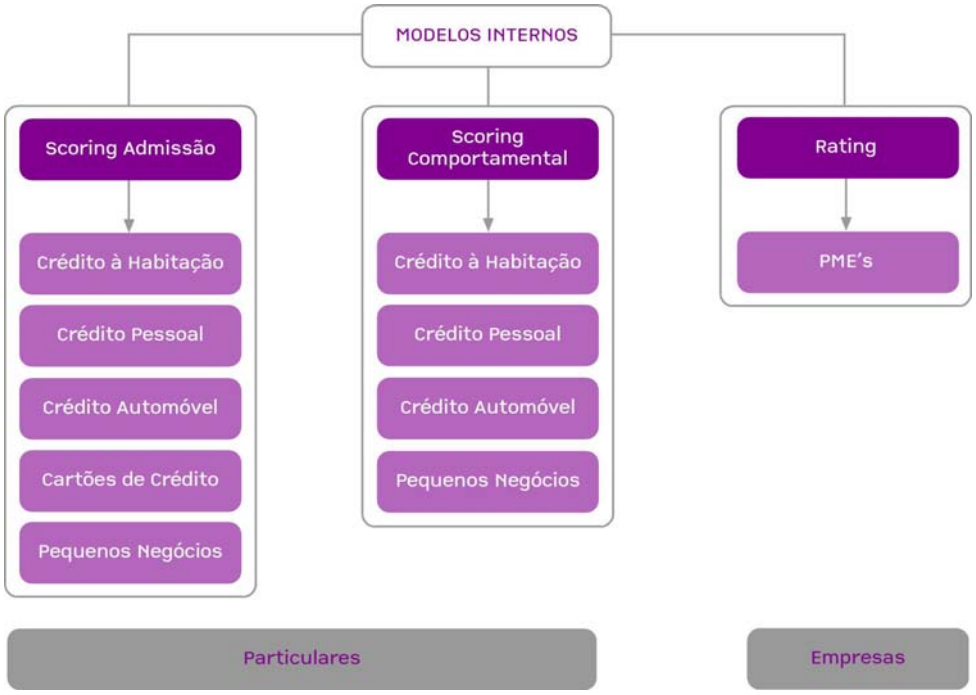
Sistemas Internos de Notação de Risco

Para efeitos de cálculo dos requisitos regulamentares de fundos próprios ao nível do Pilar I, o Grupo utiliza as seguintes metodologias:

- O Método *Standard* para o risco de crédito;
- O Método do Indicador Básico para o risco operacional;
- Método de Avaliação ao Preço de Mercado para o risco de mercado.

O Grupo dispõe de Modelos Internos de Notação de Risco para uma parte significativa do seu portfolio de crédito concedido. Os modelos foram desenvolvidos internamente considerando as metodologias mais adequadas para cada um dos segmentos e/ou produtos com base na experiência de incumprimento dos Clientes, e que combinam um vasto conjunto de variáveis sócio-demográficas, de relação da operação e financeiras, proporcionando uma capacidade de avaliação do crédito mais preditiva.

Os sistemas internos de notação de risco desenvolvidos subdividem-se nas seguintes categorias:



Modelos internos de *Scoring* e *Rating*

Modelos Internos de *Scoring*

Os modelos de *Scoring* de Admissão, utilizados no momento da concessão do crédito, permitem associar a cada proposta de crédito uma probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD), bem como classificar cada operação, em termos de exposição ao risco, até esta perfazer um ano de vida.

Os modelos de *Scoring* Comportamental têm como objectivo medir o risco das operações de crédito de retalho ao longo da sua vida útil, através da análise do comportamento, irregular ou não, das operações com mais de um ano de vida e do respectivo mutuário.

Modelos Interno de *Rating* para carteira de Empresas

O modelo de *Rating* em utilização no Grupo atribui a cada Cliente (Empresa) uma classificação de risco de acordo com a sua probabilidade de incumprimento, medindo assim o risco de *default* da contraparte.
Este modelo comporta as vertentes de admissão e comportamental, considerando a regularidade de actualização de informação por cada entidade alvo de notação.

b) Análise do Risco de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2011, o total do activo do Grupo apresenta a seguinte exposição ao risco de crédito:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2011		2010	
	Exposição[1] máxima	Exposição[2] líquida	Exposição[1] máxima	Exposição[2] líquida
Activos financeiros detidos para negociação	256.614	256.614	461.311	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	203.646	203.646	393.508	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda	561.488	561.488	294.410	294.410
Crédito a clientes	11.135.315	5.384.128	12.206.255	6.488.728
Investimentos detidos até à maturidade	53.506	53.506	63.939	63.939
Outros activos	3.612.545	3.612.545	2.291.269	2.291.269
Sub-Total	**15.823.114**	**10.071.927**	**15.710.692**	**9.993.165**
Passivos contigentes	5.146.373	5.146.373	3.783.518	3.783.518
Compromissos assumidos	873.349	873.349	1.197.193	1.197.193
Sub-Total	**6.019.722**	**6.019.722**	**4.980.711**	**4.980.711**
Total	**21.842.836**	**16.091.649**	**20.691.403**	**14.973.876**

[1] **Exposição máxima**: respeita ao valor líquido de balanço.

[2] **Exposição líquida**: respeita à exposição máxima deduzida do efeito da mitigação por colaterais relevantes, não se considerando assim avales/fianças e outros colaterais de fraco valor.

A exposição máxima representa o maior cenário de exposição ao risco do Grupo, à data de referência de 31 de Dezembro, nos exercícios de 2011 e 2010, tendo em conta que esta exposição não considera os colaterais e outros mitigantes associados aos activos. Os valores reflectem as posições financeiras relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em termos de exposição líquida, o efeito dos mitigantes apresenta-se significativo no crédito a clientes reflectindo um efeito redutor do risco de crédito de cerca de 48%.

Ainda, e em termos de exposição ao risco de crédito, o total dos activos do Grupo ponderados por classes de risco apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2011, os seguintes ponderadores médios:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2011		2010	
	Activos Ponderados[1]	Pond. de risco médio[2]	Activos Ponderados[1]	Pond. de risco médio[2]
Administrações e Sector Público	89.492	9%	292.989	32%
Empresas	3.219.550	88%	4.049.703	95%
Instituições	186.998	28%	231.332	42%
Carteira de Retalho	1.710.198	71%	2.067.578	72%
Posições garantidas por bens imóveis	1.556.601	40%	1.536.741	41%
Outras Classes de Risco	3.448.422	81%	2.773.829	79%
Total	**10.211.262**		**10.952.172**	

[1] Não inclui posições extrapatrimoniais

[2] Ponderador de risco médio = Activos Ponderados / Posição original.

A variação ocorrida no ponderador de risco médio do segmento "Administrações e Sector Público" de 2010 para 2011 reflecte a alteração introduzida pela *Capital Requirements Directive III* na classe

de risco "Administrações regionais ou locais" atribuindo-lhe um ponderador de 20%, bem como, o reconhecimento, pelo Banco de Portugal, da supervisão e regulamentação da República do Brasil como equivalente à aplicada na União Europeia.

No contexto do Programa Especial de Inspecções (SIP), foi apurada a necessidade de efectuar correcções pontuais aos valores dos activos ponderados pelo risco, que implicaram um aumento de 0,3% no montante total calculado para aquela data.

A decomposição dos activos ponderados por classes de risco demonstra que a exposição ao risco de crédito por segmento mantém-se em linha com a actividade desenvolvida pelo Banif - Grupo Financeiro, tendo em conta a contribuição significativa dos seguintes segmentos: Empresas (32%) e Retalho (17%) em 2011.

Relativamente à exposição ao risco de crédito aos diferentes mercados, em 31 de Dezembro de 2011, o risco de concentração dos activos financeiros, assume a seguinte distribuição:

2011 (valores expressos em milhares de Euros)

	Europa	América do Norte	América Latina	Resto do Mundo	Total
Activos financeiros detidos para negociação[1]	31.013	5.908	136.964	5.076	178.962
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	151.392	8.904	6.003	37.347	203.646
Activos financeiros disponíveis para venda	465.033	7.751	76.076	12.628	561.488
Crédito a clientes	10.066.841	193.204	730.429	144.842	11.135.315
Investimentos detidos até à maturidade	27.203	12.610	13.558	136	53.506
Total	**10.741.482**	**228.376**	**963.030**	**200.029**	**12.132.917**
Peso de cada área geográfica	89%	2%	8%	2%	

[1] Não estão incluídos os derivados.

Face aos valores apresentados importa referir que o Crédito a Clientes apresenta um risco de concentração significativo no mercado europeu e no mercado da América Latina representando 94% e 76% no total dos activos financeiros geridos em cada mercado.

Salienta-se ainda que os activos financeiros detidos para negociação apresentam uma relevância significativa no mercado da América Latina representando 14% dos activos geridos nesse mercado.

c) Estrutura da Carteira de Crédito

À data de 31 de Dezembro de 2011, o crédito a Clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

(valores expressos em milhares de Euros)

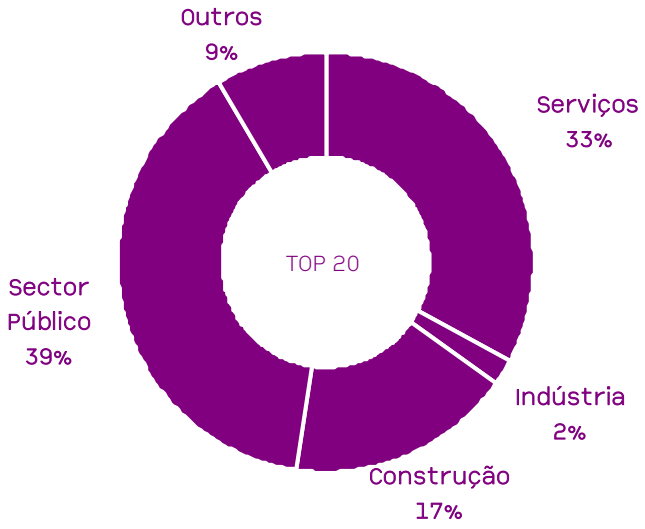
	2011				2010			
	Exposição máxima		Exposição líquida		Exposição máxima		Exposição líquida	
Indústria	695.967	6%	496.965	9%	820.900	7%	630.994	10%
Construção	1.279.195	11%	686.510	13%	1.357.119	11%	809.467	12%
Vendas a Retalho	495.295	4%	294.959	5%	531.330	4%	334.952	5%
Serviços[1]	2.587.808	23%	1.576.808	29%	2.681.060	22%	1.604.389	25%
Instituições financeiras e seguradoras	110.423	1%	80.252	1%	195.839	2%	175.371	3%
Sector Público	240.616	2%	222.147	4%	158.283	1%	155.987	2%
Outros (inclui Particulares)	5.726.011	51%	2.026.488	38%	6.461.724	53%	2.777.568	43%
Total	**11.135.315**		**5.384.128**		**12.206.255**		**6.488.728**	

[1] Serviços inclui actividades imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.

O segmento "Serviços" representa 23% do total da exposição máxima em 2011, considerando que engloba também valores referentes a exposições de actividades imobiliárias, seguindo-se o segmento "Construção" contribuindo com 11% de exposição.

Ainda no que se refere à exposição de risco por sector, salienta-se que a exposição ao risco de crédito dos top-20 Clientes e/ou grupos económicos ascende, à data de 31 de Dezembro de 2011 (incluindo crédito directo e garantias prestadas), a 1.672 milhões de euros (valor bruto).

A distribuição do crédito pelos diversos sectores é apresentada, como segue:



Exposição aos Mercados

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição ao risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado europeu, assumindo uma representatividade de 91%.

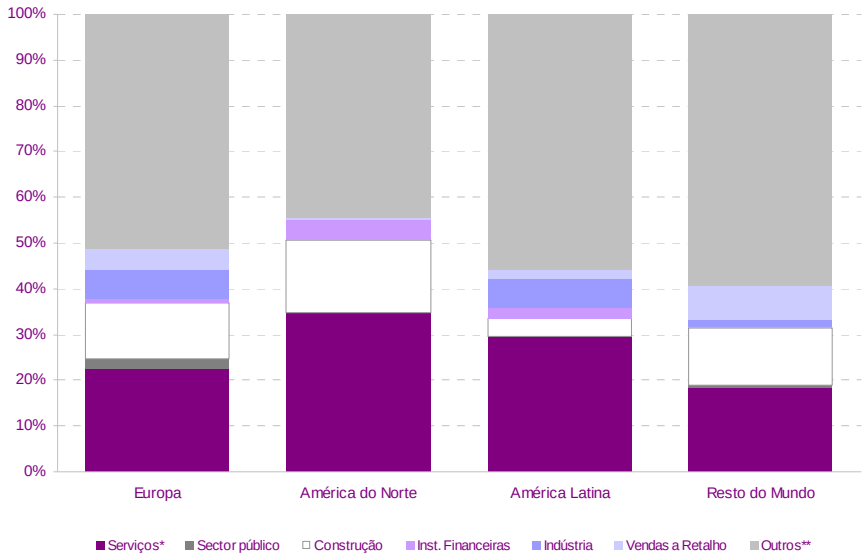
(valores expressos em milhares de Euros)

	2011				2010			
	Exposição máxima		Exposição líquida		Exposição máxima		Exposição líquida	
Portugal Continental	6.106.242	55%	2.895.252	54%	6.921.211	57%	3.655.505	56%
Regiões Autónomas	3.041.459	27%	1.269.550	24%	3.236.727	27%	1.488.754	23%
União Europeia	893.058	8%	350.510	7%	817.847	7%	317.864	5%
Resto da Europa	26.082	<1%	8.055	<1%	31.710	<1%	15.635	<1%
América do Norte	193.204	2%	138.219	3%	149.631	1%	101.080	2%
América Latina	730.429	7%	636.530	12%	824.259	7%	756.449	12%
Resto do Mundo	144.842	1%	86.013	2%	224.870	2%	153.442	2%
Total	**11.135.315**		**5.384.128**		**12.206.255**		**6.488.728**	

Relativamente aos restantes mercados, o mercado da América Latina, reflecte a representatividade que o Grupo tem no Brasil, com um valor na ordem dos 7%.

Exposição aos mercados por distribuição sectorial

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição do Grupo aos mercados por sector de actividade assume a seguinte distribuição:



* Serviços incluem actividades imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.

** Inclui Particulares.

Montantes médios por intervalos de exposição

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição média da carteira de crédito por intervalos de valor de operação, apresenta os seguintes montantes:

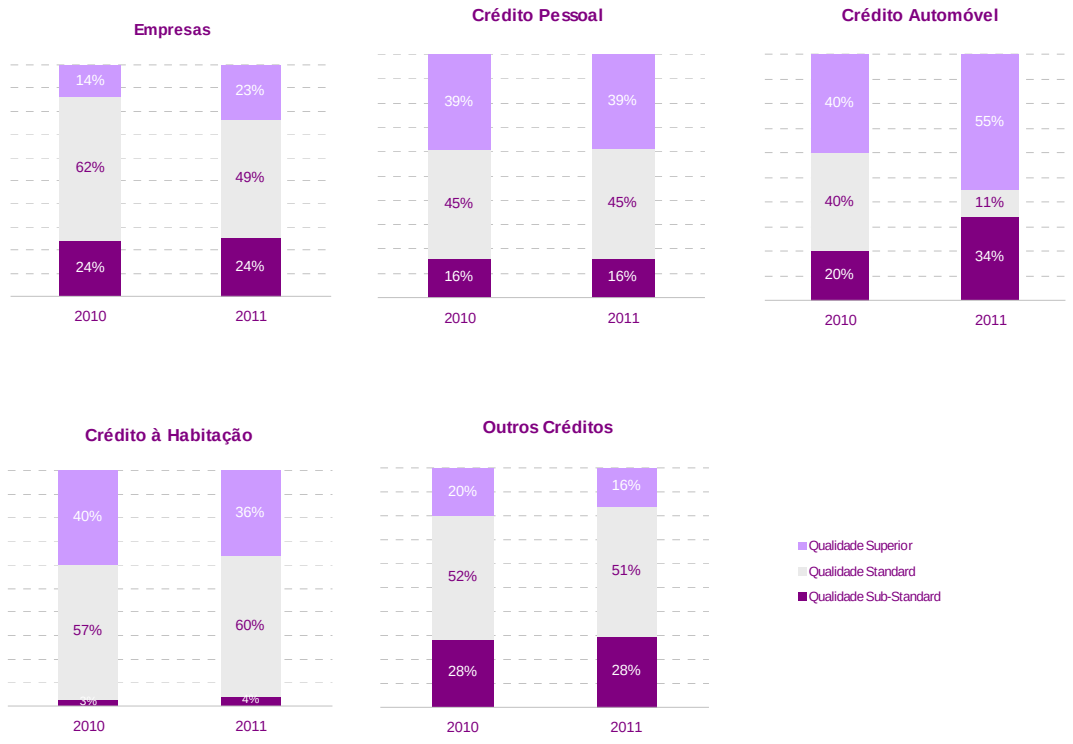
2011 (valores expressos em milhares de Euros)

Intervalo de valor por Operação	Nr Clientes	Crédito	Exposição média	Peso
]0M - 0,5M]	423.753	6.861.856	16	61,6%
]0,5M - 2,5M]	1.291	1.690.442	1.309	15,2%
]2,5M - 5M]	190	723.450	3.808	6,5%
]5M - 10M]	96	694.352	7.233	6,2%
> 10M	60	1.165.216	19.420	10,5%
Total	**425.390**	**11.135.315**		

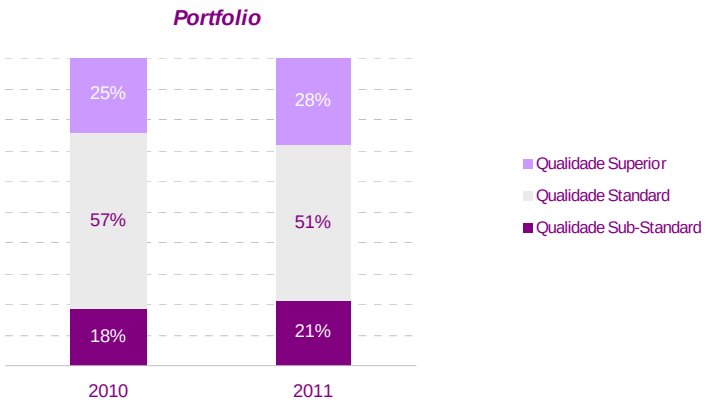
d) Qualidade do Crédito e Outros Activos Financeiros

Crédito Concedido

A repartição da carteira de crédito do Grupo por notação de risco para os principais segmentos de negócio, a 31 de Dezembro de 2011, apresenta a seguinte estrutura ao nível da qualidade do crédito:



A evolução da carteira total do crédito apresenta a seguinte distribuição:



A distribuição da qualidade do crédito a Clientes baseia-se na classificação atribuída às carteiras das entidades mais representativas do Grupo, desagregadas pelos segmentos mais significativos e qualificadas em três níveis de risco. A carteira de crédito foi objecto de avaliação interna de risco, baseada nas Probabilidades de *Default* (PD) aplicáveis aos principais produtos e segmentos de negócio. As PD´'s foram agregadas por níveis de risco de modo a serem classificadas nas categorias de Risco de Qualidade Superior, de Qualidade *Standard* e de Qualidade *Sub-Standard*.

Ainda e, no que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade apresentam a 31 de Dezembro de 2011, os seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2011	2010
Crédito a Clientes[1], do qual:	11.948.846	12.586.267
Crédito e Juros Vencidos[3]	1.064.470	831.401
Imparidade do crédito	(813.531)	(594.857)
Indicadores (%)		
Imparidade do Crédito / Crédito a Clientes	6,8%	4,7%
Crédito com Incumprimento/Crédito Total	8,9%	6,5%
Crédito com Incumprimento, líquido/Crédito Total, líquido	2,3%	1,9%
Crédito em Risco/Crédito Total[2]	16,4%	12,0%
Crédito em Risco, líquido/Crédito Total, líquido[2]	10,3%	7,7%

[1] Em 2010, foram deduzidos dos títulos de dívida registados em empréstimos concedidos e contas a receber.
[2] Rácios provenientes da Instrução n.º 22/2011 do Banco de Portugal.
[3] Crédito e Juros vencidos > 90 dias

Os indicadores apresentados demonstram que, no exercício de 2011, registou-se uma degradação da qualidade da carteira de crédito. Esta situação prendeu-se não apenas com o aumento dos valores do crédito vencido e das respectivas perdas por imparidade estimadas no âmbito da análise individual mas também, pelo agravamento verificado no parâmetro LGD – *Loss Given Default*, nomeadamente no Segmento Empresas, após o exercício de actualização dos parâmetros do Modelo de Imparidade do Grupo.

O valor de crédito e juros vencidos inclui 135.555 milhares de euros de crédito abatido ao activo nas contas individuais das Entidades do Grupo.

Compromissos e Garantias

Para fazer face às necessidades dos seus Clientes, o Grupo disponibiliza um conjunto de compromissos e passivos contingentes. Muito embora estas obrigações não sejam reconhecidas em balanço, estes compromissos apresentam risco de crédito e, por conseguinte, o Grupo considera-as como parte integrante do referido risco.

Os valores de exposição máxima para compromissos e garantias assumidos pelo Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2011, encontram-se divulgados na nota 29.

Avaliação de Imparidade

À data de 31 de Dezembro de 2011, o valor das perdas por imparidade colectiva e individual, incluindo as perdas extrapatrimoniais, ascendem a 464.629 milhares de euros (2010 – 390.968 milhares de euros) e 351.728 milhares de euros (2010 – 206.603 milhares de euros), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011, o crédito analisado individualmente ascendeu a 1.995.995 milhares de euros.

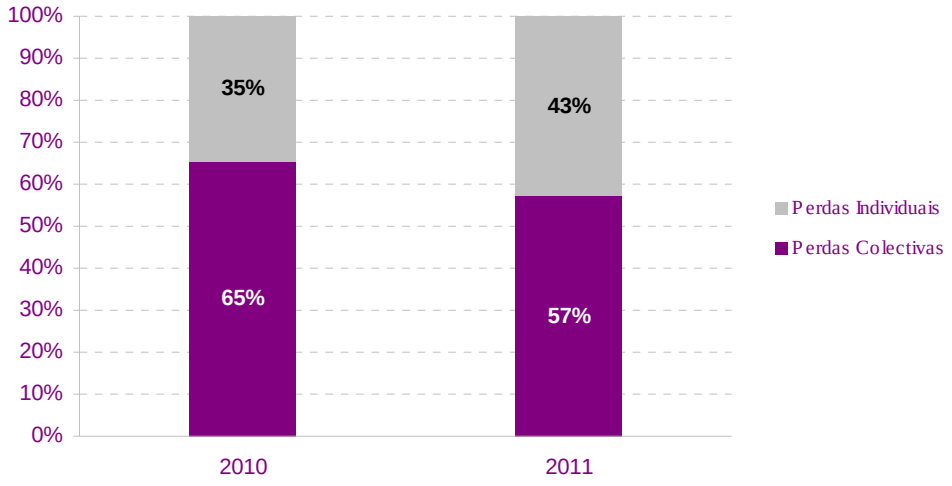
De salientar que no âmbito do Programa Especial de Inspecções ao qual o Banif – Grupo Financeiro participou,
que teve por objectivo validar, com referência a 30 de Junho de 2011, os dados sobre risco de crédito utilizados na avaliação da sua solidez financeira, através de uma avaliação independente das suas carteiras de crédito e da adequação das suas políticas e procedimentos de gestão de risco, bem como da confirmação do cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito.

Foram analisados créditos no valor de 11,9 mil milhões de euros, cobrindo 96% do total da carteira de crédito do Banif – Grupo Financeiro. Esta avaliação concluiu existir necessidade de reforço de 90

milhões de euros no valor da imparidade registado nas contas consolidadas do Grupo. Este montante correspondeu a 0,8% do montante global dos créditos analisados e a 15,7% do valor da imparidade da carteira abrangida pela análise.

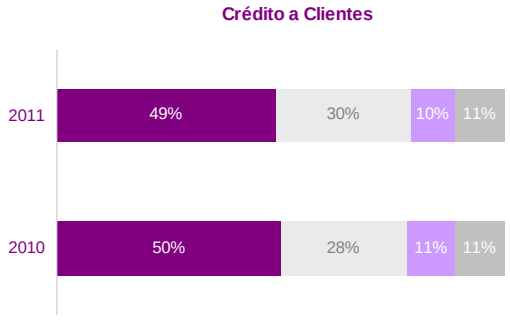
Adicionalmente, o Banif – Grupo Financeiro informa que, relativamente à necessidade de reforço de imparidades apurada com referência ao primeiro semestre de 2011, foram, à data de 30 de Setembro de 2011, reforçadas extraordinariamente as imparidades em cerca de 20 milhões de euros. Até ao final do ano, foram realizadas iniciativas que permitiram atenuar o impacto da diferença apurada, designadamente, pela regularização ou reforço de garantias de uma parte significativa dos montantes das operações avaliadas. No final do presente exercício, o Grupo planeia efectuou a necessária dotação de imparidade que permita colmatar a necessidade de reforço remanescente.

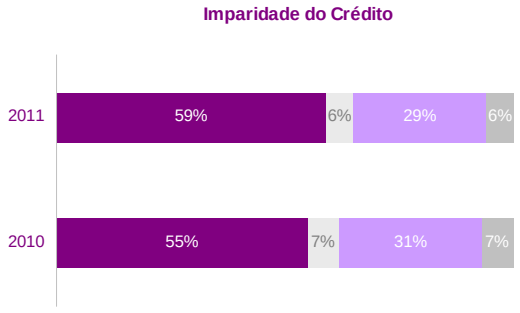
No final do exercício, a contribuição das perdas individuais para o montante total das perdas estimadas para o crédito concedido no Grupo e responsabilidades extrapatrimoniais com natureza de crédito, é apresentado como segue:



Ainda no exercício findo em 2011, o justo valor dos colaterais associados às operações analisadas individualmente, para efeitos do apuramento da imparidade individual, ascendem a cerca de 1.553.301 milhares de euros (2010: 889.457 milhares de euros). Os colaterais associados a estas operações são representados essencialmente, por hipotecas, títulos e depósitos.

O montante do crédito concedido, face às perdas estimadas por segmento, para os exercícios de 2011 e 2010, apresenta os seguintes valores:





Em 2011, verifica-se uma degradação da carteira de crédito a clientes do Segmento Empresas cuja imparidade representa cerca de 59% do total da imparidade do crédito estimado, face a 55% registada em 2010.

Em 31 de Dezembro de 2011, a imparidade do crédito concedido apresenta a seguinte movimentação face a 2010:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2010	**326.805**	**186.755**	**39.330**	**41.967**	**594.857**
Reforços	296.904	113.345	13.121	32.280	455.649
Utilizações e Regularizações	(99.267)	(13.483)	-	(10.853)	(123.602)
Reversões e Recuperações	(42.414)	(47.786)	(4.766)	(18.406)	(113.373)
Saldo 2011	**482.028**	**238.831**	**47.685**	**44.988**	**813.531**

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2009	**265.295**	**179.701**	**29.371**	**42.832**	**517.199**
Reforços	110.733	43.028	13.863	9.471	177.095
Utilizações e Regularizações	(18.091)	(8.570)	-	(3.625)	(30.286)
Reversões e Recuperações	(31.132)	(27.404)	(3.904)	(6.711)	(69.151)
Saldo 2010	**326.805**	**186.755**	**39.330**	**41.967**	**594.857**

Crédito e Juros Vencidos

À data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante de crédito e juros vencidos há mais de 90 dias por classes de incumprimento apresenta a seguinte desagregação:

2011 (valores expressos em milhares de Euros)

	3 - 6 Meses	6 - 12 Meses	1 - 3 Anos	> 3 Anos	Total
Empresas	80.177	83.176	213.804	109.894	**487.052**
Particulares Consumo	2.775	8.655	66.482	142.523	**220.434**
Particulares Imobiliário	19.698	26.094	42.596	22.183	**110.570**
Particulares Outros	3.766	27.767	44.817	170.064	**246.413**
Total	**106.416**	**145.692**	**367.697**	**444.663**	**1.064.469**

2010 (valores expressos em milhares de Euros)

	3 - 6 Meses	6 - 12 Meses	1 - 3 Anos	> 3 Anos	Total
Empresas	34.754	90.952	193.553	103.121	**422.380**
Particulares Consumo	10.402	21.743	89.882	89.457	**211.484**
Particulares Imobiliário	303	1.047	40.199	11.906	**53.455**
Particulares Outros	3.788	16.792	55.516	67.986	**144.082**
Total	**49.247**	**130.534**	**379.150**	**272.470**	**831.401**

Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso

No seguimento da abordagem seguida nos últimos anos, o Grupo prosseguiu o reforço dos recursos, meios e modelos na recuperação dos créditos, com o objectivo de se promover o seu ajustamento às exigências decorrentes do aumento acentuado do crédito vencido.

No decorrer de 2011, o Grupo concretizou um conjunto de iniciativas orientado à melhoria dos Processos Transversais e Ferramentas de Suporte aos Modelos de Recuperação, em que assumiram maior relevância:

- A consolidação e aprofundamento da actividade desenvolvida pelas unidades especializadas no apoio técnico-jurídico às estruturas de recuperação, através da dinamização de uma maior proactividade e sistematização de processos na sua actuação;

- A revisão dos procedimentos na articulação das estruturas de recuperação com os Mandatários dos processos, suportada numa aplicação informática que centraliza a troca de informação necessária à gestão dos processos;

- O reforço do grau de sistematização e eficiência no desempenho dos procedimentos no âmbito do acompanhamento dos processos, estimativas de taxas de recuperabilidade / imparidade e reporte de informação, suportadas numa nova aplicação informática específica para o efeito (Banif S.A.)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito não vencido, mas cujas condições foram renegociadas ascende aos seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2011	2010
Empresas	18.728	28.483
Particulares - Consumo	6.262	5.593
Particulares - Imobiliário	184	344
Particulares - Outros	766	2.098
Total	**25.940**	**36.518**

Outros Activos Financeiros

Os quadros seguintes apresentam as carteiras de títulos de dívida ventiladas por *ratings* externos (emissão/emitente). Os *ratings* das carteiras foram apurados com base nos *ratings* das agências internacionais Moody's, Fitch e S&P, segundo as regras de Basileia II.

2011 (valores expressos em milhares de Euros)

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação[1]	2.213	107.197	26.310	43.242	178.962
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	332	162	89.212	113.939	203.646
Activos financeiros disponíveis para venda	29.467	62.106	385.526	84.389	561.488
Crédito a clientes[2]	1.734	-	6.417	77.520	85.671
Investimentos detidos até à maturidade	15.068	5.001	19.744	13.694	53.506
Total	**48.814**	**174.467**	**527.210**	**332.782**	**1.083.273**
Em %	4,5%	16,1%	48,7%	30,7%	100%

[1] Não estão incluídos os derivados.
[2] Não estão incluídos os títulos de papel comercial.

2010 (valores expressos em milhares de Euros)

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	3.890	205.545	19	170.970	380.424
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	83.636	22.213	2.631	48.669	157.149
Activos financeiros disponíveis para venda	183.337	37.605	18.692	35.494	275.128
Crédito a clientes	50.626	7.613	17.194	14.178	89.611
Investimentos detidos até à maturidade	36.701	25.764	1.338	136	63.939
Total	**358.190**	**298.740**	**39.874**	**269.447**	**966.251**
Em %	37,1%	30,9%	4,1%	27,9%	100%

Classificação:	
HIGH GRADE	[AAA to A-]
STANDARD GRADE	[BBB+ to BBB-]
SUB-STANDARD GRADE	<= BB+
NOT RATED	NR

A identificação dos títulos incluídos nas diversas carteiras encontra-se descrita nas notas 8, 9, 10, 13 e 15 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

e) Monitorização do Risco de Crédito

A monitorização do risco de crédito assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito da carteira do Grupo e na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos, a qual é concretizada através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito, da produção automatizada de sinais de alerta e da execução de acções a desenvolver em função da classificação dos referidos sinais. Desta forma, é possível antecipar acções de recuperação e actuar na gestão preventiva do incumprimento.

A gestão dos referidos eventos de risco assume uma relevância significativa conseguida pela atribuição de responsabilidades na gestão dos alertas, pelas competências atribuídas aos

responsáveis na prestação e actualização da informação e, por fim, pela definição das acções a desenvolver em face da classificação preditiva dos referidos sinais.

Através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras segmentadas é efectuada a monitorização do risco de crédito, avaliando-se a eficácia das políticas instituídas e a correspondente aplicação de medidas correctivas.

f) Mitigação do Risco de Crédito

O valor e natureza dos colaterais – garantias do crédito concedido – bem como o grau de cobertura necessário, dependem do resultado da avaliação do risco de crédito da contraparte.

O Grupo dispõe de procedimentos internos no que respeita à aceitação de determinados tipos de colaterais com critérios específicos de avaliação.

No entanto, existem alguns colaterais que, por natureza, estão associados a determinado tipo de crédito concedido, a saber:

- No crédito de médio/longo prazo a Particulares, como o crédito imobiliário, o colateral tem normalmente a natureza de garantia real, nomeadamente a hipoteca do imóvel e/ou penhor de depósitos;

- No crédito de curto prazo a Particulares são normalmente exigidas apenas garantias pessoais, solicitando-se valores de garantias para prazos mais longos;

- No caso do crédito a Empresas, nomeadamente o crédito *revolving*, são solicitadas garantias pessoais dos sócios/accionistas sendo que, nalguns casos, são exigidas garantias reais, tais como a hipoteca de imóveis ou penhor de depósitos ou títulos. Estas situações variam em função do risco atribuído ao Cliente e da maturidade do crédito concedido a Empresas.

Os colaterais que, por incumprimento do Cliente, são executados e passam para a posse do Grupo são, na sua generalidade, vendidos para o cumprimento total ou parcial da dívida.

g) Processo de Recuperação de Créditos

O acompanhamento dos Clientes que apresentam sinais de alerta ou crédito em incumprimento e, a recuperação de créditos, são assegurados com base em modelos organizacionais, processos e prazos que privilegiam uma celeridade de actuação, diferenciados em função dos respectivos segmentos de negócio.

A gestão da recuperação de crédito é assegurada numa óptica de Cliente, e assenta na função de "Recuperador de Crédito" enquanto elemento responsável pela liderança do processo e coordenação do envolvimento dos restantes intervenientes que participam no seu desempenho.

Os Clientes do segmento Retalho são geridos com base em estruturas centralizadas, transitando entre as diferentes fases e equipas de acordo com prazos pré-definidos, que asseguram a sua gestão com base em procedimentos uniformizados, que variam em função da natureza dos clientes e dos créditos e garantias associadas.

Os Clientes do segmento Empresas são geridos por núcleos de recuperação, em função da sua proveniência geográfica. A sua transferência para essas estruturas processa-se mediante decisão das Unidades de Negócio, sob a supervisão de um órgão superior. Os Clientes transferidos para recuperação são objecto de acompanhamento e recuperação com base em estratégias definidas numa óptica casuística, que privilegiam, sempre que possível, a via negocial.

2.3.2 Risco de Mercado

O risco de mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

2.3.2.1 Gestão do Risco de Mercado

Ao nível do Banif - Grupo Financeiro, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos nas carteiras de negociação das várias subsidiárias. Em norma, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para Clientes, através da realização de operações simétricas com outras contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria e dos veículos de securitização do Grupo. Desta forma, tendo em conta os negócios onde opera, os principais riscos de mercado a que o Grupo Banif se encontra sujeito são os resultantes das variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e das cotações de mercado subjacentes aos títulos.

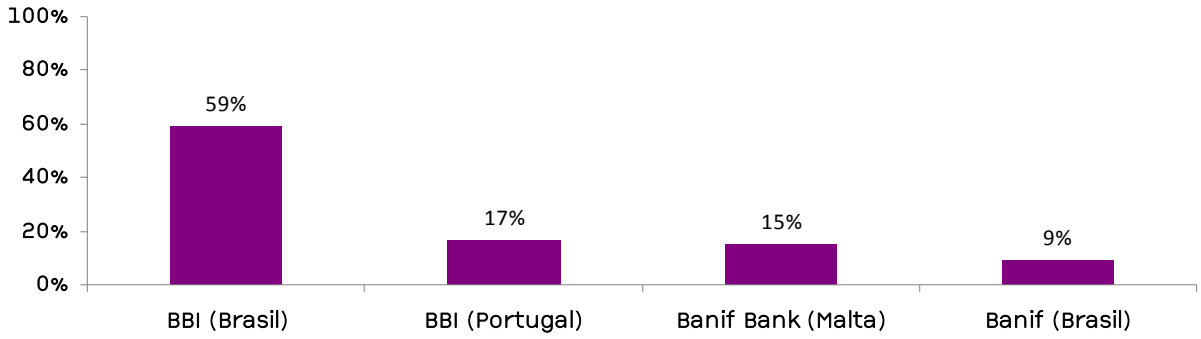
Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de mercado da carteira de títulos detidos para negociação do Grupo ascendeu, em termos absolutos, a 187 milhões de euros, composto por 179 milhões de euros de posições longas e 8 milhões de euros de posições curtas.

A gestão do risco de mercado é realizada de uma forma autónoma pelas várias subsidiárias, reflectindo as especificidades e vantagens competitivas, entre as quais a proximidade e o

conhecimento local dos mercados em que operam, com particular ênfase para as instituições que actuam no Brasil, nomeadamente a unidade de banca de investimento, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, e a unidade de banca comercial, Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA e, ainda, o Banif - Banco de Investimento, SA, em Portugal.

Em termos consolidados, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo as sociedades participadas, representa a maior fatia da carteira de negociação, com um peso de 59%, seguido do Banif Banco de Investimento, SA, em Portugal, com 17%, do Banif Bank (Malta) com 15%, e do Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA com um peso de 9%.

À data de 31 de Dezembro de 2011, a carteira de títulos de negociação pelas principais subsidiárias apresentava a seguinte repartição:



A análise do risco de mercado no Grupo é desenvolvida com o apoio da ferramenta BarraOne, a qual permite analisar o risco das carteiras, desagregado pelos vários factores explicativos do risco, nomeadamente, entre as componentes de risco específico e risco global (ou de mercado), o qual, por sua vez, é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. O BarraOne tem como metodologia um sistema Multi-Factor, baseado em fundamentais que incluem características económicas intuitivas na escolha de temas/factores baseados em dados do mercado, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco, numa perspectiva *forward-looking*.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o BarraOne desagrega o risco, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos itens aplicáveis à carteira.

O cálculo do Value-at-Risk (VaR) é assim decomposto pelos seguintes factores:

Risco Cambial – componente de VaR atribuível ao de risco moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor, o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.

Risco de Mercado Local – componente de VaR atribuível ao risco de mercado per si, excluindo o risco cambial. O risco para cada mercado é decomposto em 3 componentes: risco global, risco específico e correlação.

Risco Global – consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, *spread*, mercados emergentes e *hedge funds* e *commodities*. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.

Acções – cada activo é classificado no sector onde melhor se enquadra (de acordo com a metodologia do Barra), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector. Além disso, o modelo captura o risco que deriva do facto do activo: deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização; expectativa de crescimento elevado versus avaliações mais baixas; padrão de volatilidade de longo e de curto prazo.

Obrigações - os activos são analisados em duas vertentes: i) Taxa de Juro (*Yield Curve*), que inclui o risco que decorre das alterações da inclinação da curva de rendimentos e da curvatura (*twist* ou *butterfly*) e ii) *Spread*, que analisa a diferença entre a curva Swap e a curva de dívida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação de VaR.

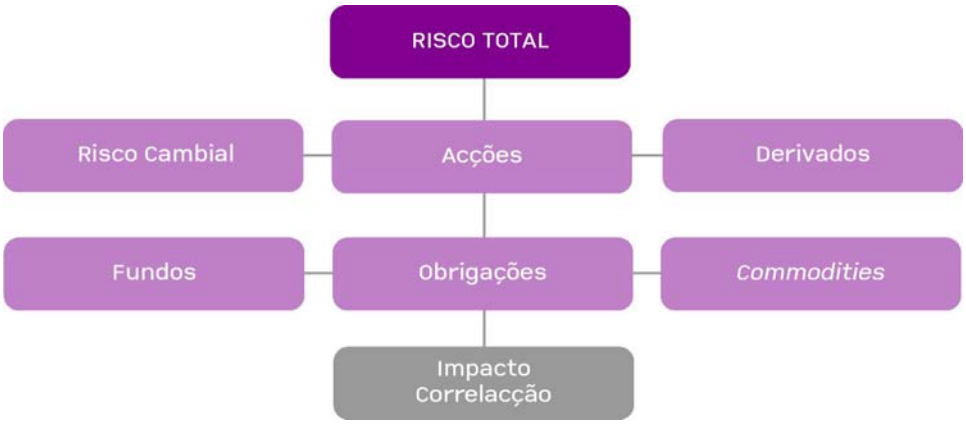
Mercados Emergentes - mede o risco adicional pelo facto do emitente ser de um país emergente ou, pelo facto, do activo ter sido emitido num país emergente.

Risco Específico – o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco único exclusivo a cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa do nível médio de risco específico com valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

De referir que as instituições do Grupo Banif a operar no Brasil, nomeadamente a unidade de banca de investimento, Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e a unidade de banca de comercial, Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, possuem um sistema próprio de controlo e gestão de risco de mercado, utilizado igualmente com objectivos de reporte prudencial, de acordo com as regras da entidade de supervisão, o Banco Central do Brasil. Em termos regulamentares, o Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA não procede à distinção entre carteira bancária e de negociação, procedendo ao cálculo do VaR para a totalidade das posições.

O sistema MAPS, propriedade da MAPS, SA Soluções e Serviços, é uma importante ferramenta de suporte à gestão e controlo dos riscos destas duas instituições, sendo uma referência no mercado financeiro brasileiro, utilizado pelos principais bancos deste país, permitindo o controlo de limites, testes de aderência e testes de esforço, elaboração de relatórios para a gestão e de reporte ao Banco Central do Brasil.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o MAPS desagrega o risco para o cálculo do VaR.



2.3.2.2 Análise do Risco de Mercado

Nos quadros seguintes, apresenta-se o cálculo do *Value-at-Risk* (VaR) para as carteiras de títulos de negociação do Banif - Grupo Financeiro. O VaR foi apurado seguindo o modelo paramétrico, para um horizonte de 10 dias e com um intervalo de confiança de 99%, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do Banco de Portugal (Aviso n.º 8/2007). A referir que, no cômputo global, as carteiras são compostas maioritariamente por títulos de renda fixa.

O sistema BarraOne foi aplicado às carteiras de negociação das várias entidades do Grupo, à excepção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo participadas, tendo em consideração que o sistema usado internamente para controlo e gestão de risco de mercado, o MAPS, revela-se mais adequado ao tratamento das respectivas carteiras, dadas as características dos activos, entre os quais unidades de participação de fundos de investimento e outros instrumentos financeiros locais. A carteira de negociação do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo sociedades participadas, correspondia a cerca de 111 milhões de euros à taxa de câmbio de final do ano. O VaR total carteira do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, cifrava-se em BRL 1.482 mil (ou 613 mil euros) no final do ano, sendo composta maioritariamente por títulos de dívida pública brasileira (superior a 60%).

No que diz respeito à carteira do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Brasil), com um valor de mercado de cerca de 17 milhões de euros no final do ano, era composta por títulos com elevada liquidez, cerca de 63% composta por dívida pública brasileira, de taxa fixa, em moeda local, com maturidade de curto prazo (inferior a 2 anos e meio), e uma *duration* total de cerca de meio ano. O VaR total da carteira ascendia a BRL 563 mil (233 mil euros) no final do ano.

A carteira de negociação do Banif - Banco de Investimento, SA, em Portugal, incluindo sociedades participadas, que ascendia a cerca de 31 milhões de euros em valor absoluto, a 31 de Dezembro de 2011, era composta quase exclusivamente por títulos de renda fixa, com cerca de metade da carteira denominada em dólares. A componente de acções assume um peso imaterial, que se traduzia num valor de mercado de cerca de 5 mil euros. Relativamente ao risco-país, cerca de 60% da carteira corresponde a investimento em títulos portugueses e 36% do Brasil. O VaR da carteira de negociação da unidade de banca de investimento em Portugal ascendia a 612 mil euros no final do ano. Para efeitos de simplificação, incluiu-se nesta análise as exposições da carteira de negociação do Banif (Malta), com um valor de mercado de cerca de 28 milhões de euros.

Nos quadros seguintes, apresenta-se o VaR para a carteira consolidada a 31 de Dezembro de 2011, desagregada pelas várias subsidiárias do Grupo, reflectindo a gestão independente e local das respectivas carteiras de negociação e o risco de mercado próprio a que estão sujeitas.

Decomposição do VaR da carteira do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA:

(valores expressos em milhares de Euros)

	VaR da Carteira (BRL)	VaR da Carteira (EUR)
Risco Total	1.482	613
Risco de Mercado	2.203	912
Acções	-	-
Fundos	3	1
Obrigações	2.200	911
Risco Cambial	-	-

Decomposição do VaR da carteira do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA:

(valores expressos em milhares de Euros)

	VaR da Carteira (BRL)	VaR da Carteira (EUR)
Risco Total	563	233
Risco de Mercado	563	233
Risco Global (factores comuns)	562	233
Acções	-	-
Sector	-	-
Estilo	-	-
Obrigações	562	233
Curva de Rendimento	543	225
Spread	319	132
Mercados Emergentes	-	-
Correlação - factores comuns	-	-
Risco Específico	29	12

Decomposição do VaR da carteira do Banif - Banco de Investimento, SA e outros:

(valores expressos em milhares de Euros)

	VaR da Carteira
Risco Total	612
Risco de Mercado	594
Risco Global (factores comuns)	570
Acções	469
Sector	205
Estilo	-
Obrigações	182
Curva de Rendimento	165
Spread	172
Mercados Emergentes	64
Correlação - factores comuns	(145)
Risco Específico	169
Risco Cambial	383
Correlação Moeda / Mercado	(366)

Desta forma, o VaR total agregado das carteiras de negociação das várias entidades do Banif - Grupo Financeiro ascende a cerca de 1,5 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2011, representando menos de 1% do respectivo valor de mercado em base consolidada. O rácio do VaR total nos fundos próprios de base consolidados do Grupo (Tier 1), assume um peso muito reduzido (inferior a 0,2%).

2.3.3 Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro. Neste caso, é avaliado o risco de taxa de juro numa perspectiva de médio/longo prazo, ao nível da carteira bancária que permita avaliar a exposição do Grupo a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

2.3.3.1 Gestão do Risco de Taxa de Juro

a) Análise de sensibilidade à taxa de juro

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos. A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro, tem como objectivo avaliar a exposição do Grupo a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

Esta análise, tem por base a determinação do nível de exposição efectuada de acordo com os métodos e pressupostos submetidos à aprovação da autoridade de supervisão, considerando um choque *standard*, positivo e negativo, de 200 pontos base na taxa de juro e o respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses). Contudo, o Grupo determina o impacto, nos seus indicadores internos, de outras magnitudes de choque.

Desta análise foram excluídos todos os instrumentos financeiros patrimoniais e extra-patrimoniais que, por definição, não são afectados pelas variações ocorridas nas taxas de juro.

Análise de sensibilidade – impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas de juro por moedas relevantes

(valores expressos em milhares de Euros)

Dez-2011		EUR	USD	TOTAL
	Até 1 m	946	0	946
	1 - 3 m	-3.510	153	-3.357
	3 - 6 m	-7.226	-451	-7.677
	6 - 12 m	3.632	160	3.792
	1 - 5 A	29.448	-2.160	27.288
	> 5 A	-70.369	-14.757	-85.126
Impacto na Situação Líquida		-47.079	-17.055	-64.134
Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios		**-5,0%**	**-1,8%**	**-6,8%**

		EUR	USD	TOTAL
	Até 1 m	-22.157	-16	-22.173
	1 - 3 m	18.749	-769	17.980
	3 - 6 m	8.656	927	9.583
	6 - 12 m	-1.504	63	-1.441
Impacto na Margem Financeira, a 12 meses		3.744	205	3.949
Impacto na Margem Financeira anual, em %		**1,4%**	**0,1%**	**1,5%**

Fundos Próprios	951.045
Margem Financeira	277.275

Dez-2010		EUR	USD	TOTAL
	Até 1 m	2.470	66	2.536
	1 - 3 m	-10.097	469	-9.628
	3 - 6 m	-6.043	674	-5.369
	6 - 12 m	-411	260	-151
	1 - 5 A	-456	-4.250	-4.706
	> 5 A	-71.055	-11.729	-82.784
Impacto na Situação Líquida		-85.592	-14.510	-100.102
Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios		**-7,3%**	**-1,2%**	**-8,6%**

		EUR	USD	TOTAL
	Até 1 m	-59.283	-1.590	-60.873
	1 - 3 m	49.808	-2.408	47.400
	3 - 6 m	6.723	-1.167	5.556
	6 - 12 m	-2.172	-444	-2.616
Impacto na Margem Financeira, a 12 meses		-4.924	-5.609	-10.533
Impacto na Margem Financeira anual, em %		**-1,4%**	**-1,6%**	**-3,0%**

Fundos Próprios	1.165.521
Margem Financeira	348.132

Os resultados da análise de sensibilidade reflectem que uma subida nas taxas de mercado terá um impacto negativo na Situação Líquida e um impacto positivo sobre a Margem Financeira. A variação ocorrida na sensibilidade à taxa de juro face à magnitude dos impactos simulados, quer na Situação Líquida quer na Margem Financeira, relativamente ao ano anterior não é considerada significativa.

2.3.4 Risco Cambial

O risco cambial representa as flutuações de valor que os instrumentos financeiros podem sofrer decorrente de alterações verificadas nas taxas de câmbio.

2.3.4.1 Gestão do Risco Cambial

O Grupo monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas, e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

2.3.4.2 Análise do Risco Cambial

A maior exposição ao risco de crédito em moeda estrangeira, na carteira de crédito concedido centra-se em BRL, conforme divulgado no quadro seguinte:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2011	2010
EUR	9.969.671	10.962.300
BRL	571.705	646.333
USD	325.803	340.030
CVE	83.914	87.934
CHF	51.159	81.815
GBP	88.972	63.907
HUF	35.025	13.945
PLN	6.736	5.427
JPY	2.296	4.506
Outras	34	58
Total	**11.135.315**	**12.206.255**

2.3.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada no Grupo.

Durante o ano de 2011, a política de gestão de tesouraria e a política de financiamento das Instituições Financeiras foi pautada pela necessidade de dar resposta as condições extraordinárias que emergiram da escassez de liquidez dos mercados financeiros, agravada pela crise de endividamento soberano e dos downgrades consecutivos de países e instituições pelas agências de *rating*, o que ainda dificultou mais o acesso aos mercados.

2.3.5.1 Gestão do Risco de Liquidez

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *Caps* de liquidez.

Atendendo às condições do mercado, as politicas de obtenção de *funding* direccionaram-se para a captação de recursos estáveis de clientes e para o financiamento junto do BCE. Esta foi a fonte fundamental de liquidez ao longo do exercício de 2011 mas, com a implementação das medidas preconizadas pelo Plano de Assistência para o sistema financeiro, espera-se que venha a ser progressivamente reduzida, com o retorno ao normal funcionamento dos mercados e da recuperação económica.

Apesar de uma redução generalizada verificada dos níveis de liquidez, quer o *liquidity gap* quer o *cumulative gap* mantiveram-se dentro dos limites considerados aceitáveis para os vários períodos analisados.

Em virtude da elevada volatilidade que caracterizou os mercados financeiros internacionais onde o Grupo actua, manteve-se um acompanhamento apertado na situação de liquidez corrente, não apenas pelos indicadores presentes nas disposições emanadas do Banco de Portugal, mas também pelos indicadores internos orientados a uma gestão eficiente diária.

a) Estratégia de Financiamento em 2011

A situação complexa da economia portuguesa durante o ano de 2011, que viria a ditar o recurso ao Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF), teve implicações muito concretas para a gestão de *funding* do Grupo, na medida em que os mercados de capitais permaneceram inactivos inviabilizando a rolagem de instrumentos de dívida. Este cenário foi ainda agravado pelas sucessivas revisões de notações de rating da República portuguesa e, consequemente, dos bancos, para níveis inferiores a *Investment Grade*.

Por essa razão, o Grupo enfrentou em Maio de 2011 o reembolso antecipado de Empréstimos Sindicados no montante total de 428 milhões de euros, devido à activação de cláusulas de *rating* associadas aos respectivos contratos, na sequência da revisão em baixa do *rating* de dívida atribuído pela Fitch Ratings no início de Abril. Ao nível do Grupo, o Banif como entidade mais significativa viria igualmente a reembolsar 114,7 milhões de euros, 100 dos quais em Dezembro, relativos a outros empréstimos sindicados.

As sucessivas revisões em baixa do *rating* da República e dos bancos ao longo do exercício afectaram igualmente a posição de liquidez do Banco por via da desvalorização dos activos que integram a pool de operações de refinanciamento junto do BCE, nomeadamente instrumentos de titularização, empréstimos com *rating* equiparado ao soberano e obrigações emitidas por outros bancos.

A estratégia seguida para acomodar os factores de pressão acima referidos passou, em primeiro lugar, por uma orientação clara de redução do *Cap* Comercial – essencial ao cumprimento do objectivo de desalavancagem no âmbito do Plano de Resgate implementado em conjunto pelo FMI / BCE / EU, quer por via do incremento expressivo dos depósitos, quer pela redução da carteira de crédito. Merecem ainda referência a colocação de instrumentos de titularização emitidos pelo Banif SA e originalmente retidos em balanço em mercado secundário, junto de investidores internacionais, e um maior recurso a financiamentos com acordos de recompra junto de contrapartes locais.

O recurso ao financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE) revelou-se igualmente um pilar importante na gestão de liquidez do Grupo, motivando por isso uma gestão bastante activa da pool de colaterais. Neste âmbito, o Banif SA iniciou um Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias ('Covered Bonds') no montante total de 3 mil milhões de euros, o qual obteve um *rating* de Baa3 pela agência Moody's Rating Services. A primeira emissão de Obrigações Hipotecárias, no montante de 85 milhões de euros, a vencer no prazo de 3 anos, ocorreu no fim de Julho, tendo o Banif SA voltado a lançar nova emissão já no último trimestre do ano, no montante de 50 milhões de euros a um prazo de 3 anos.

A pool de activos do BCE foi adicionalmente reforçada por via de duas novas Emissões com Garantia do Estado Português, ao abrigo da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, no montante nominal total

de 700 milhões de euros. A primeira emissão ocorreu a 19 de Julho, no montante de 500 milhões de euros, com maturidade a 3 anos e a segunda a 23 de Dezembro, no montante de 200 milhões de euros, pelo mesmo prazo.

Finalmente, o Grupo participou activamente em leilões de Bilhetes do Tesouro ('BTs') ao longo do ano, igualmente utilizados como colateral junto do BCE, tendo essa exposição atingido um pico em Junho e vindo a reduzir-se gradualmente até Dezembro.

b) Plano de Vencimentos e Estratégia de Financiamento

O plano de vencimento de dívida do Grupo tem um ponto importante no mês de Maio de 2012, momento em que deverão ser reembolsadas duas emissões: i) uma emissão de dívida garantida pelo Estado Português no montante nominal de 500 milhões de euros, mas cujo saldo actual se situa em 443 milhões de euros devido a recompras entretanto efectuadas por entidades do Banif – Grupo Financeiro e; ii) uma emissão de dívida sénior emitida pela Banif Finance Ltd., no montante nominal de 300 milhões de euros mas cujo saldo actual se situa em cerca de 250 milhões de euros.

(valores expressos em milhares de Euros)

			2012			< 2015
	TOTAL	T1	T2	T3	T4	
Dívida sénior	250.379		250.379			
Dívida subordinada	32.374					32.374
Empréstimos sindicados	17.333		17.333			
Dívida garantida pelo Estado	860.403		500.000*			360.403
Total	1.160.489		767.712			392.777

* O montante de 500 milhões de Dívida garantida pelo Estado a vencer em Maio de 2012 inclui cerca de 57 milhões de euros comprados por entidades do Banif – Grupo Financeiro, pelo que o reembolso efectivo corresponde a 443 milhões de euros, a investidores institucionais.

O financiamento dos reembolsos esperados para Maio de 2012 deverá ser feito em linha com a estratégia já seguida durante 2011: i) recurso a uma nova Emissão Garantida pelo Estado, no montante nominal de 300 milhões; ii) reforço da *pool* de colaterais a utilizar junto do BCE através de carteiras de crédito com direitos de crédito em resultado da revisão das regras de elegibilidade definidas em Fevereiro de 2012; iii) novas colocações em mercado secundário de instrumentos de titularização emitidos pelo Banco e financiamentos interbancários com acordos de recompra.

A partir de Maio de 2012, a estratégia de liquidez do Grupo passará essencialmente por reduzir o recurso ao financiamento obtido junto do BCE através da redução do *Cap* comercial.

2.3.5.2 Análise do Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Grupo baseia-se no cálculo e análise de indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais estão definidos limites de exposição.

Assim, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando-se todos os factores que justificam as variações ocorridas. Este controlo é reforçado com a execução de stress tests de forma a caracterizar o perfil de risco do Grupo e a assegurar que são passíveis de ser cumpridas as suas obrigações num cenário de agravamento da crise de liquidez.

A política interna de gestão de liquidez atribui grande relevância à constante monitorização e revisão dos limites de exposição de forma a reflectirem a cada momento as condições de mercado. No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Grupo, têm sido elaboradas regularmente análises quantitativas e qualitativas que permitem identificar eventuais debilidades e preconizar a tomada de medidas correctivas, que visam o restabelecimento das reservas mínimas de liquidez, sempre que se julgue necessário.

No cumprimento das regras prudenciais emanadas pelo Banco de Portugal, o Grupo está obrigado a manter um equilíbrio adequado entre os fluxos financeiros associados às rubricas do balanço, de forma a assegurar que dispõem de fundos líquidos para cumprir, em condições razoáveis, as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas vencem.

a) Concentração de Risco por data de maturidade

As tabelas abaixo resumem o perfil de maturidade dos fluxos de caixa dos activos e passivos do Grupo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente:

(valores expressos em milhares de euros)

2011	ATÉ 1 MÊS	1-3 MESES	3-6 MESES	6-12 MESES	1-5 ANOS	>5 ANOS	TOTAL
PASSIVO	**3.526.754**	**2.810.521**	**2.228.561**	**1.136.085**	**3.496.183**	**1.690.094**	**14.888.198**
Recursos de Bancos Centrais e outras IC´s	1.266.390	748.077	146.760	144.339	1.243.245	23.989	3.572.800
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.940.092	1.922.301	1.564.913	876.560	1.668.258	58.567	8.030.691
Responsabilidades representadas por titulos	75.980	65.502	504.738	82.533	178.033	1.442.370	2.349.156
Passivos Subordinados	293	18.366	0	5.643	29.071	165.168	218.541
Outros Passivos	243.999	56.275	12.150	27.010	362.171	0	701.605
Provisões	0	0	0	0	15.405	0	15.405
Capital e Reservas	0	0	0	0	0	934.916	934.916
TOTAL	**3.526.754**	**2.810.521**	**2.228.561**	**1.136.085**	**3.496.183**	**2.625.010**	**15.823.114**
ACTIVO							
Crédito sobre IC´s	563.814	59.193	-6.028	110.838	49.374	55.249	832.440
Crédito a Clientes	640.074	756.899	1.079.930	1.546.137	3.546.161	3.566.114	11.135.315
Activos financeiros	197.418	10.507	161.247	83.177	280.322	289.077	1.021.748
Investimentos e activos tangíveis e intangíveis	0	0	0	0	52.855	499.463	552.318
Outros Activos	421.061	25.918	324.424	421.551	10.728	1.077.611	2.281.293
TOTAL	**1.822.367**	**852.517**	**1.559.573**	**2.161.703**	**3.939.440**	**5.487.514**	**15.823.114**

(valores expressos em milhares de euros)

2010	ATÉ 1 MÊS	1-3 MESES	3-6 MESES	6-12 MESES	1-5 ANOS	>5 ANOS	TOTAL
PASSIVO	**3.896.223**	**2.444.919**	**1.829.764**	**1.384.902**	**3.034.522**	**1.919.622**	**14.509.952**
Recursos de Bancos Centrais e outras IC´s	1.486.534	328.228	159.178	362.539	688.999	199.548	3.225.026
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.118.331	2.020.211	1.440.726	888.443	1.348.526	23.813	7.840.050
Responsabilidades representadas por titulos	228	43.659	209.050	109.212	758.434	1.259.438	2.380.021
Passivos Subordinados	0	5.964	0	553	116.335	145.326	268.178
Outros Passivos	289.800	46.590	17.268	24.063	26.989	376.737	781.447
Provisões	1.330	267	3.542	92	95.239	-85.240	15.230
Capital e Reservas	0	0	16	8	50.247	1.139.912	1.190.183
TOTAL	**3.896.223**	**2.444.919**	**1.829.780**	**1.384.910**	**3.084.769**	**3.059.534**	**15.700.135**
ACTIVO							
Crédito sobre IC´s	421.533	70.117	33.127	19.703	77.137	87.219	708.836
Crédito a Clientes	481.983	930.659	1.257.541	1.801.127	3.570.872	4.164.072	12.206.254
Activos financeiros	27.523	6.196	55.799	217.908	309.169	532.633	1.149.228
Investimentos e activos tangíveis e intangíveis	1.406	9	0	0	102.891	339.994	444.300
Outros Activos	391.130	28.174	5.763	228.790	29.239	508.421	1.191.517
TOTAL	**1.323.575**	**1.035.155**	**1.352.230**	**2.267.528**	**4.089.308**	**5.632.339**	**15.700.135**

A análise dos desfasamentos (*gaps*) verificados no perfil de vencimentos dos *cash-flows* futuros permite também verificar concentrações de risco nos vários prazos:

(valores expressos em milhares de euros)

2011

	GAP	GAP ACUMULADO	%GAP /TOTAL ACTIVO	%GAP ACUMULADO /TOTAL ACTIVO
Até 1 Mês	(1.704.387)	(1.704.387)	-10,8%	-10,8%
1-3 MESES	(1.958.004)	(3.662.391)	-12,4%	-23,1%
3-6 MESES	(668.988)	(4.331.379)	-4,2%	-27,4%
6-12 MESES	1.025.618	(3.305.761)	6,5%	-20,9%
1-5 ANOS	443.257	(2.862.504)	2,8%	-18,1%
>5 ANOS	2.862.504	-	18,1%	-

(valores expressos em milhares de euros)

2010

	GAP	GAP ACUMULADO	%GAP /TOTAL ACTIVO	%GAP ACUMULADO /TOTAL ACTIVO
Até 1 Mês	(2.572.648)	(2.572.648)	-16,4%	-16,4%
1-3 MESES	(1.409.764)	(3.982.412)	-9,0%	-25,4%
3-6 MESES	(477.550)	(4.459.962)	-3,0%	-28,4%
6-12 MESES	882.618	(3.577.344)	5,6%	-22,8%
1-5 ANOS	1.004.539	(2.572.805)	6,4%	-16,4%
>5 ANOS	2.572.805	-	16,4%	-

Derivados ao Justo Valor

O Quadro abaixo analisa os derivados apresentados ao justo valor decompostos pelos gap de maturidade, baseados no período remanescente (pela data contratual) à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente. Os montantes apresentados correspondem aos *cash-flows* contratados actualizados, contudo estes podem ocorrer antes da data de maturidade.

Os *cash-flows* da carteira de instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidades residuais são os seguintes:

(valores expressos em milhares de euros)

2011	Até 1m	1-3m	3-12m	1-5 A	>5A	Total
Swaps FX	2.582	4.353	309	0	0	7.244
Divisas	-679	147	34	0	0	-498
Interest Rate Swaps	-2.821	0	0	141	-2.021	-4.701
Credit Default Swaps	0	0	-4.785	0	0	-4.785
Operações a prazo de divisas	0	0	0	0	0	0
Total	-918	4.500	-4.442	141	-2.021	-2.740

2010	Até 1m	1-3m	3-12m	1-5 A	>5A	Total
Swaps FX	-1.914	-2.854	-9	0	0	-4.777
Divisas	21	-165	762	909	730	2.257
Interest Rate Swaps	0	0	-741	95	-6.812	-7.458
Credit Default Swaps	0	0	-60	-16.031	2.468	-13.623
Operações a prazo de divisas	9	1.208	503	0	0	1.720
Total	-1.884	-1.811	455	-15.027	-3.614	-21.881

2.3.6 Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

2.3.6.1 Gestão do Risco Operacional

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo é desenvolvida por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica para gestão do risco operacional, ajustada à estrutura do Grupo, que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

As entidades do Grupo estão orientadas para a identificação de focos de risco e a sua respectiva mitigação, que, sem prejuízo da responsabilização de toda a organização, assentam no contributo dos Gestores de Risco Operacional, distribuídos pelas diversas Direcções das entidades do Grupo.

Relativamente ao modelo de gestão de risco operacional adoptado pelo Grupo, é de salientar que o Risco Corporativo assume um papel de supervisão, validação e coordenação da informação recebida das várias entidades, bem como de apoio a todas as necessidades de formação relevantes, assegurando, deste modo, o desenvolvimento e a disseminação adequada da gestão do risco operacional no Grupo.

Na sequência do *self-assessment* promovido em 2010, em que se apurou o grau de desenvolvimento da gestão do risco operacional das diversas entidades do Grupo e o grau de conformidade

regulamentar nesta matéria face às exigências das correspondentes jurisdições, o Órgão de Risco Corporativo pôde identificar as principais necessidades de formação existentes.

Com base nos resultados daquele trabalho, no decurso de 2011, o Risco Corporativo dedicou-se nesta matéria ao suprimento das necessidades de formação em matéria de risco operacional e ao desenvolvimento dos procedimentos e actividades indispensáveis a uma futura preparação da candidatura ao Banco de Portugal para aplicação do Método de Abordagem *Standard*.

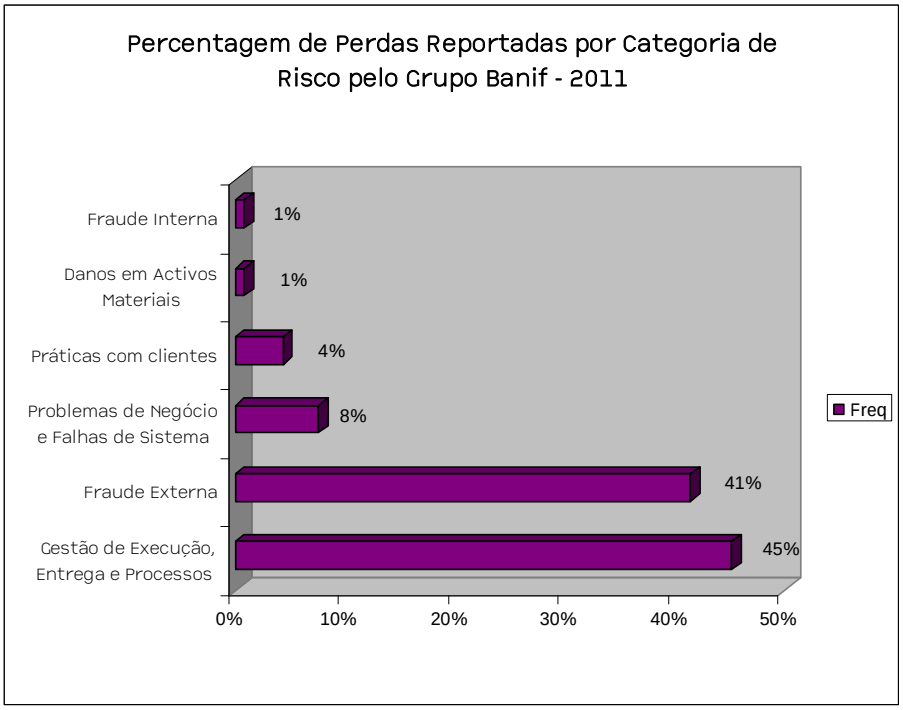
2.3.6.2 Perdas Operacionais

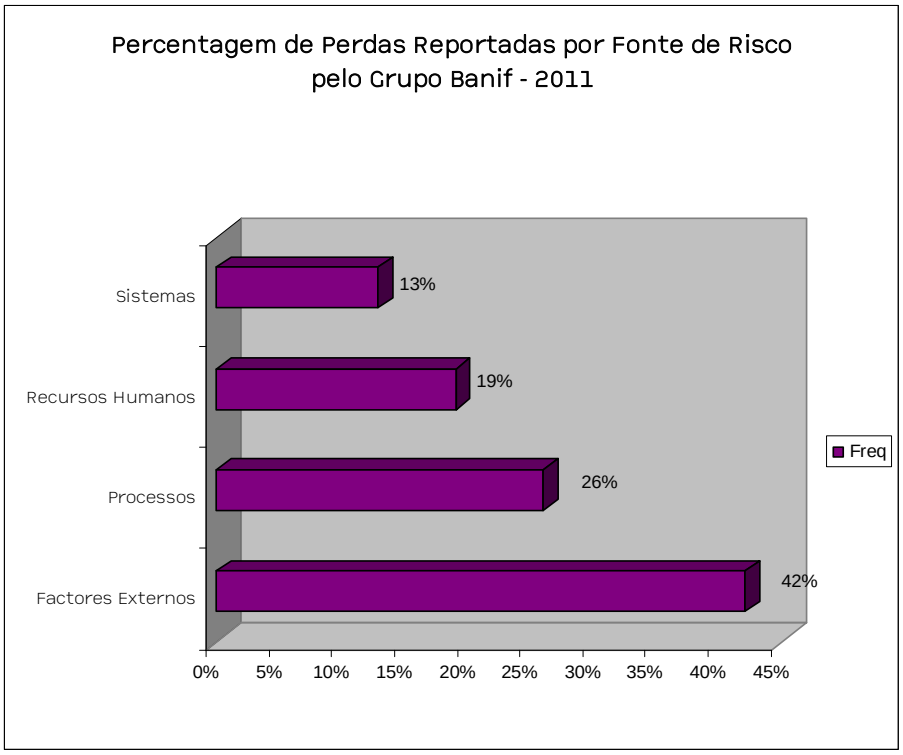
O registo de eventos de perda operacional, permite reforçar a sensibilidade para os diferentes tipos de risco e correspondentes acções de mitigação, sendo também um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco e, no futuro, suportar o cálculo das necessidades de capital económico e regulamentar.

O modelo de captação de perdas implementado consiste na identificação de perdas contabilizadas, sendo analisada toda a documentação que suporta essa contabilização, o que permite o seu registo na ferramenta informática com uma elevada qualidade de informação. Os registos são todos caracterizados quanto à sua fonte de risco, sendo quantificados e definidas acções correctivas ou de melhoria de procedimentos com vista à mitigação do risco que lhe deu origem.

A captura perdas incrementou-se em 2011, estando, neste momento, consolidada, no que diz respeito ao Banif S.A., Banif Brasil e BBI Brasil.

Os resultados do exercício de captação de perdas, em termos de distribuição de eventos de perda, por categorias de risco e fontes de risco, apresentam, em 2011, as seguintes representatividades:





2.3.7 Outros Riscos

No âmbito do aprofundamento e melhoria da sua função de gestão de riscos, o Grupo incorpora na sua gestão a monitorização de outras tipologias de risco, as quais, apesar de não serem tão expressivas como as tipologias mais "tradicionais", permitem, através do seu acompanhamento, obter uma apreciação mais abrangente e completa do perfil de risco da instituição. Desta forma, são incorporados nas estruturas de reporte de informação sobre gestão de risco do Grupo vários indicadores de avaliação para acompanhamento do "risco de estratégia".

Plano de Continuidade de Negócio (PCN)

Em 2010 o Conselho de Administração da Banif SGPS, aprovou o primeiro quadro de princípios na abordagem à crise e ao desastre ao nível Grupo, cujo objectivo primeiro, considerando a dispersão geográfica do Grupo e o elevado número de actividades e áreas de negócio, consistiu em garantir a coerência e a uniformidade, na adopção de uma política de continuidade consistente com os níveis de resiliência legalmente recomendados e com as melhores práticas nesta área.

Nesta matéria, no decurso de 2011 acentuaram-se os esforços ao nível corporativo no sentido de promover uma maior unificação entre as diversas Entidades do Grupo por via da supervisão assumida pelo Risco Corporativo, nomeadamente por uma equipa formada para o efeito em 2010, na implementação do Plano de Continuidade de Negócio em cada uma daquelas entidades. Os diferentes estágios de implementação em que se encontra cada uma das entidades do Grupo permitem projectar que esta estará concluída ao nível do Grupo no decurso do segundo semestre de 2012.

2.4 Finanças

A área de Finanças Corporativas, estabelecida em 2010, tem por missão:

- Assessorar o Conselho e Administração da Banif SGPS na definição dos objectivos e das políticas financeiras do Grupo, devidamente alinhadas com os objectivos de crescimento, solvabilidade, rendibilidade e risco;
- Assessorar o CFO na implementação e na operacionalização da gestão financeira integrada do Grupo.

O ano de 2011 ficou marcado pelo pedido de assistência financeira feito por Portugal às instâncias europeias e FMI e pela assinatura do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), programa no âmbito do qual o sector financeiro passou a ser monitorizado trimestralmente, nomeadamente com referência aos seus planos de recapitalização e financiamento, através da ferramenta 'Funding & Capital Plan' (FCP). Neste contexto, coube às Finanças Corporativas coordenar esse processo ao nível do Grupo, envolvendo a actualização trimestral dos planos de negócio das várias unidades de negócio bem como a análise e definição das medidas de capitalização e financiamento necessárias ao cumprimento dos rácios de capital e de liquidez estabelecidos no Programa. O Orgão esteve ainda envolvido na preparação e acompanhamento de todas as interações estabelecidas pelo Grupo com os representantes das entidades externas signatárias do PAEF ("Troika"), inseridas nas revisões trimestrais do PAEF. Ainda decorrente da responsabilidade pelo FCP, o Orgão participou no *Work Stream 3*, no âmbito do Programa de Inspecções Especiais, relativo às metodologias de Testes de Esforço.

No capítulo respeitante à liquidez, o Orgão iniciou os trabalhos preparatórios com vista à sintetização e uniformização da informação sobre liquidez produzida pelas várias unidades de negócio com autonomia de tesouraria, tendo operacionalizado o Comité de Tesouraria reunindo essas subsidiárias. Adicionalmente, procedeu-se a um levantamento exaustivo de potencial de colateralização dos activos de balanço, de forma a suportar um plano de contingência de liquidez. Ainda no âmbito da emissão de obrigações garantidas pelo Estado por parte de duas subsidiárias do Grupo (Banif e BBI) em Dezembro de 2011, as Finanças Corporativas coordenaram a realização de um Estudo de Viabilidade, a entregar ao Banco de Portugal e que será alvo de análise por parte da Comissão Europeia.

O Orgão esteve ainda envolvido nalguns processos de consultoria estratégia levados a cabo pelo Grupo, funcionando como elemento de ligação entre as várias unidades internas e os consultores,

paralelamente a um acompanhamento muito próximo dos trabalhos técnicos, e continuou a assessorar o Conselho de Administração, sobre temas centrados nos tópicos "liquidez" e "estratégia".

As Finanças Corporativas incorporam também o Gabinete de Apoio ao Investidor (GRII), através do qual o Grupo estabelece relacionamento com os vários agentes de mercado, nomeadamente agências de *Rating*, contrapartes e investidores. Neste âmbito, merecem destaque os seguintes aspectos:

- Relacionamento com agências de rating: atendendo às actuais circunstâncias de mercado, as agências adoptaram uma estratégia de pedidos casuísticos de informação em detrimento do tradicional rating book anual. Nesse sentido, as Finanças Corporativas têm vindo a responder a inúmeros e recorrentes pedidos de informação, tendo procurado sistematizar os procedimentos subjacentes de forma a garantir respostas atempadas;

- Pacote de Apresentação de Resultados – de forma a alinhar a divulgação de contas com as melhores práticas de mercado, adicionou-se uma apresentação – sumário em formato powerpoint à nota de imprensa já anteriormente disponibilizada;

- Apresentação Institucional – foi integralmente revista a apresentação institucional existente, adaptando-a às novas realidades do mercado e do Grupo. A Apresentação tem subjacente uma base de dados com informação das várias unidades de negócio de Grupo, actualizada numa base trimestral, e tem sido recorrentemente disponibilizada às áreas do Grupo com responsabilidades de relacionamento externo.

2.5 Planeamento e Controlo de Gestão

O exercício de 2011, foi um ano relevante para o Órgão de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo, tendo em conta as acções desenvolvidas que permitiram reforçar a sua presença, enquanto Função Corporativa, pela prestação de um apoio mais atento e estruturado ao Centro Corporativo da Banif SGPS, SA.

Assim, as actividades desenvolvidas por este Órgão ao longo do exercício, compreenderam actividades de âmbito interno, assentes na adequação da estrutura orgânica existente, às actuais necessidades do Grupo. Neste enquadramento, as funções foram revistas e, bem assim a sua estrutrura organizacional, tendo – se dado especial ênfase à àrea prudencial, onde a crescente necessidade de informação, bem como as sucessivas publicações de normativos e, subsequentes exercícios de avaliação de impactos, verificados ao longo de todo o ano, justificaram a definição no seu organograma, de uma Àrea Técnica específica, vocacionada para o desenvolvimento de uma gestão prudencial mais eficiente e eficaz.

Em termos mais específicos, importa destacar também a manutenção das actividades desenvolvidas com carácter de recorrência pela Àrea Técnica de Consolidação e *Reporte*,

nomeadamente o exercício de consolidação de contas do Banif – Grupo Financeiro e, a actualização do conteúdo e estrutura da informação, constante dos dossiers de informação de gestão da Banif SGPS, SA, e da informação financeira produzida sobre as principais Entidades do Grupo, mormente os indicadores de dimensão e crescimento e, bem assim, a quantificação da performance financeira demonstrada por estas, ao longo dos trimestres do exercício agora findo.

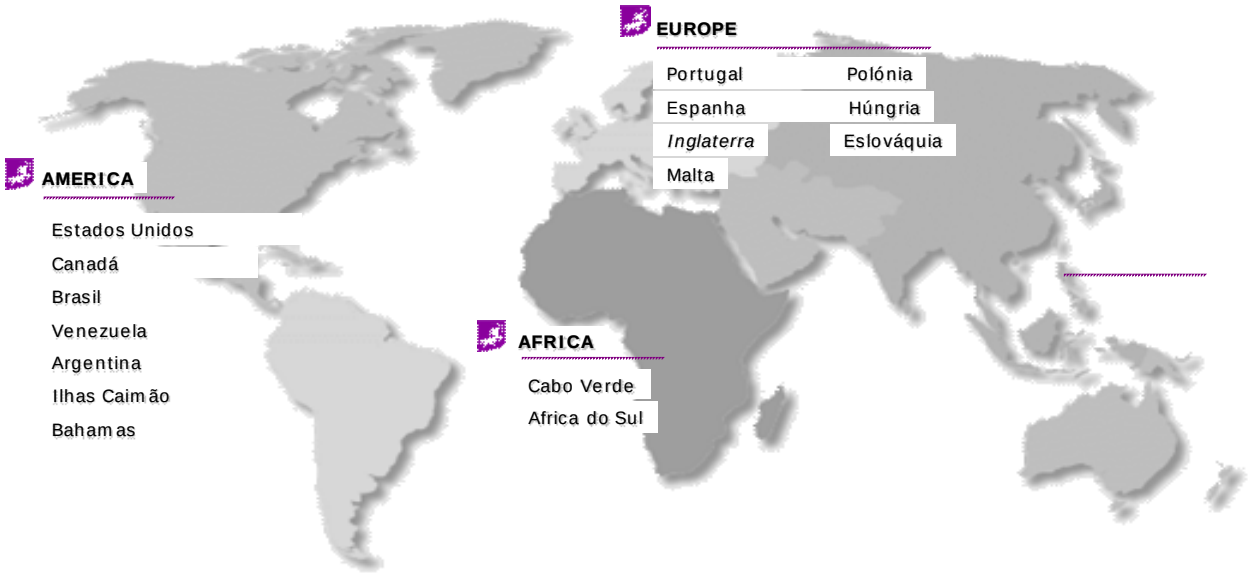
Em termos de exercício de consolidação, importa também mencionar que no período em destaque, registaram-se movimentos de entradas e saídas de Entidades do Banif – Grupo Financeiro, do perímetro de consolidação (IFRS), totalizando no seu conjunto 28 Entidades e/ou Fundos, Veículos, a saber:

	Movimentos		
Entidade	Entradas	Saídas	Alteração de condição
Banif Trading, Inc		x	Dissolução Sociedade
Centaurus Reality Group		x	Alteração % participação
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S.A.	x		Alteração % participação
Imogest	x		Alteração % participação
SPE Panorama	x		Alteração % participação
Banif Inv. Conservador	x		Alteração % participação
Banif Inv. Moderado	x		Alteração % participação
Banif Gestão Patrimonial	x		Alteração % participação
Gestarquipark	x		Alteração % participação
Banif Gestão Activa	x		Alteração % participação
Banif Real Estate Polska	x		Entrada no perímetro
Tiner Polska	x		Entrada no perímetro
Imopredial	x		Entrada no perímetro
Banif Europa Leste	x		Entrada no perímetro
Banif Property	x		Entrada no perímetro
Achala	x		Entrada no perímetro
Worldvilas	x		Entrada no perímetro
Turirent	x		Entrada no perímetro
Komodo	x		Entrada no perímetro
Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.		x	Cisão/ Fusão
Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.		x	Venda participação
Banif Iberia		x	Venda participação
Centro Venture - Soc. Capital de Risco S.A.		x	Venda participação
Banif Nitor FI Ações		x	Venda participação
Banif Nitor Maestro FIM		x	Venda participação
Banif Nitor Institucional FIM		x	Venda participação
Banif Equity Hedge FIM		x	Venda participação

O Grupo engloba uma diversidade de Entidades com dispercidade geográfica e de relações societárias complexas, tornando o processo de consolidação exigente, o que resulta, num acompanhamento mais estreito da execução dos exercícios de conversão de *LocalGaap* para IFRSGAAP, a cada data de referência.

Este processo promove a manutenção da harmonização das prácticas contabilísticas no Grupo, e, por conseguinte, a comparabilidade das posições financeiras das Entidades do Grupo, quando analisadas de per si. A harmonização das políticas contabilísticas é complementada pela actualização permanente do Manual de Contabilidade e de Políticas Contabilísticas do Grupo, que, a cada data de referência, é revisto, sendo incluída informação, no que concerne a novas divulgações e/ou regras contabilísticas.

À data, as Entidades que integram o perímetro de consolidação financeira do Grupo encontram-se localizadas nas seguintes àreas geográficas:



No que respeita às divulgações, salienta-se a obrigatoriedade de reporte nos termos do Relato Financeiro – IFRS e no Relato Prudencial – BdP, cujas regras produzem informação de diferente dimensão, apurando-se diferenças em termos quantitativos que podem ser observadas no mapa resumo representado de seguida:

	IFRS	BdP
	2011	2011
Total Activo	15.823.114	15.804.783
Total Capital Próprio	934.916	914.736

O processo termina com a preparação das divulgações ao mercado, nomeadamente, anexo às contas, análise às contas e preparação da press release dos resultados.

A Àrea Técnica de Consolidação e Reporte desenvolveu também, no decurso do 2º Semestre do exercício, um portfolio de informação que permite ao presente Órgão Corporativo prestar o apoio requerido ao Comité Alco.

O documento encerra os pontos de Agenda atribuídos ao Órgão de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo, nomeadamente, a apresentação da evolução da actividade da Banif SGPS, SA, das principais variações registadas nas rubricas do Balanço e Conta de Exploração, no período em referência e, bem assim, o comportamento dos indicadores de performance financeira. Ainda, cabe neste âmbito, a apresentação das perspectivas de evolução futuras do Grupo, cujos valores respeitam a um trabalho desenvolvido em conjunto com o Òrgão de Finanças Corporativas.

No que se refere às principais Entidades do Grupo, a informação para o ALCO integra, essencialmente, a quantificação dos desvios registados face ao plano, com a apresentação dos principais eventos que contribuiram para os desvios verificados.

Relativamente à Área de Planeamento e Estudos, foram desenvolvidos, no período em referência, diversos estudos de apoio às tomadas de decisões estratégicas do Conselho de Administração da Banif SGPS, SA. Por outro lado, e mais na vertente preventiva desta àrea, foi efectuado um levantamento e análise das Normas Internacionais de Relato Financeiro que estão identificadas pelo IASB, como de implementação mandatória provável, nos próximos exercícios. As análises desenvolvidas, que se mantêm ainda em curso, assentam na identificação de eventuais impactos que as prováveis alterações normativas possam gerar na posição financeira do Grupo.

Ainda, e no que respeita ao acompanhamento da performance financeira, importa destacar, que esta àrea mantém um acompanhamento contínuo, no que concerne, à evolução da performance financeira das principais *Business Units* do Grupo e, bem assim, à evolução da estrutura de balanço destas. As variações mais significativas são anotadas e esclarecidas com as respectivas Entidades.

Em termos de gestão prudencial, importa destacar o trabalho desenvolvido no exercício, com o intuito de garantir um reforço da estrutura de validação da informação produzida, promovendo uma maior tempestividade e fiabilidade da referida informação.

No âmbito prudencial, temos também a destacar a manutenção da gestão dos requisitos de capital regulamentar exigidos ao nível europeu pelo BCBS – *Basel Committee on Banking Supervision*, definidos de acordo com os tipos de risco identificados na actividade financeira do Grupo, nomeadamente, o risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, conjugados com a

necessidade de manutenção de níveis de capital ajustados aos objectivos de negócios definidos, permitindo a prossecução de uma estratégia de crescimento económico e financeiro.

Por último e, num enquadramento mais exógeno, destacamos a participação deste Órgão em diversos Projectos, em conjunto com outros Órgãos Corporativos, alguns de carácter mais estratégico, nomeadamente, a estreita participação no *Funding and Capital plan* em conjunto com as Finanças Corporativas a, outros de carácter mais operacional, como o projecto de optimização dos *Risk Weighted Assets* do Grupo, desenvolvido em conjunto com o Risco Corporativo.

Ainda, e, no que se refere aos sistemas aplicacionais que estão na base do trabalho desenvolvido pelo Órgão de Planeamento e Controlo de Gestão, é de salientar que se mantém em curso o processo de análise de novas aplicações informáticas com novas funcionalidades, mais ajustadas às actuais necessidades da Função.

2.6 *Compliance*

No início do exercício em apreço o *Compliance* Corporativo submeteu à apreciação do Conselho de Administração o Plano de Acção para 2011, tendo este órgão procedido à respectiva aprovação. O Plano de Acção para 2011 dá continuidade ao tratamento dos temas já oportunamente identificados – matriz de temas de *compliance* – com vista a assegurar uma abordagem transversal e coerente, atenta a respectiva relevância no contexto das actividades desenvolvidas pelo Grupo.

A implementação, em 2010, do reporte funcional ao *Compliance* Corporativo por parte das Unidades de *Compliance* das várias Entidades do Grupo tem contribuído para uma mais fluida articulação entre o *Compliance* Corporativo e as várias Unidades de *Compliance* do Grupo e para uma interacção que se objectiva na troca de informação relevante e no apoio prestado àquelas Unidades, versando pedidos de esclarecimento e questões de *compliance* eminentemente técnicas e práticas.

Neste enquadramento importa sublinhar o trabalho desenvolvido com referência à sistematização de contributos e análise crítica de conteúdos no contexto da elaboração dos Relatórios de Controlo Interno das diversas Entidades do Grupo, a Junho de 2011.

Também no contexto do apoio às várias Unidades de *Compliance* do Grupo cumpre referir a intervenção do *Compliance* Corporativo em diligências de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (PBC-FT) desenvolvidas no âmbito de processos de cariz internacional, assegurando, nomeadamente, investigações e inquéritos junto de entidades terceiras e o cruzamento e confirmação de informações.

Ainda no domínio da intervenção do *Compliance* Corporativo em matérias eminentemente técnicas, com repercussões na actividade de cada uma das Entidades do Grupo, com um maior ou menor teor de transversalidade no Banif- Grupo Financeiro, destacam-se i) o apoio dispensado a diversas Entidades do Grupo no contexto de acções de supervisão efectuadas por autoridades locais; ii) a coordenação do processo de obtenção das necessárias autorizações para a realização de

interconexão de dados de Clientes entre as diversas Entidades do Grupo iii) a colaboração em processos de actualização de Manuais de PBC-FT de várias filiais do Grupo.

No âmbito do Programa de *Compliance* Corporativo, prosseguiram-se os trabalhos de implementação referentes à sua 2ª Fase, que contempla a definição e o desenvolvimento de Políticas e *Standards* do Grupo, relativamente aos temas de *compliance* considerados prioritários, com especial enfoque para as *Guidelines* sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais e sobre a observância das Sanções Internacionais, aprovadas pelo Conselho de Administração em Março e em Outubro, respectivamente.

Deu-se simultaneamente continuidade à 3ª Fase do Programa, correspondente à implementação das mencionadas políticas e procedimentos, nomeadamente no tocante aos processos internos de comunicação, divulgação e monitorização da implementação das guidelines já referidas.

Uma referência ainda para os processos de acompanhamento das propostas de regulamentação do *Foreign Account Tax Compliance* Act (FATCA) e de análise dos seus pressupostos de aplicação extra jurisdicional, bem como dos respectivos impactos nas actividades das diversas Entidades do Grupo.

Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

A Direcção de Compliance (DCO) prosseguiu as suas actividades em linha com o plano de acção e prioridades estabelecidas no Programa de Compliance do Banif para 2010/ 2011.

A estrutura da DCO contempla três Gabinetes com missões específicas, o Gabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (GPBC-FT), responsável pela coordenação das actividades de prevenção nestas matérias e pela monitorização da observância das sanções internacionais; o Gabinete de Controlo de Cumprimento – Intermediação Financeira (GCC), órgão especializado em matérias de intermediação financeira e o Gabinete de *Compliance* (GC) com competências de *compliance* de espectro genérico.

Em matéria de prevenção do branqueamento de capitais, o GPBC-FT assegurou o processo de revisão de *guidelines* internos, que culminou com a aprovação, pela Comissão Executiva, do Programa de Prevenção do Branqueamento de Capitais – 2011, onde se sistematiza o conjunto de iniciativas e actividades que o Banif desenvolve, com carácter recorrente, neste domínio e se concretizam os referenciais de actuação do Banco no que respeita à prevenção deste tipo de ilícitos.

O GPBC-FT assegura a monitorização da transacionalidade de Clientes e Contrapartes, recorrendo a aplicativos informáticos para o efeito. No exercício em análise, o Gabinete prosseguiu o diálogo e interacção com a BanifServ e fornecedores, aprofundando os processos de aprimoramento dos circuitos e metodologias de análise e investigação nas áreas do Branqueamento de Capitais e das Sanções Internacionais, e de optimização das funcionalidades daquelas aplicações.

Por outro lado e na sequência da nova abordagem preconizada pelo Financial Action Task Force (FATF/GAFI) relativamente às jurisdições de risco, o GPBC-FT desencadeou um novo processo de

revisão do normativo interno, que contemplará também diversos ajustamentos aos procedimentos de controlo interno decorrentes da experiência entretanto colhida e que deverá ficar concluído em 2012.

No segmento de intermediação financeira, deu-se continuidade ao Programa de *Compliance*, encetado em 2010 e estruturado com o objectivo de garantir a existência de regras de conduta e de *compliance* rigorosas e a implementação de mecanismos eficazes de monitorização do seu cumprimento.

As acções de natureza preventiva (controlos *ex-ante*) representaram parte significativa das actividades desenvolvidas pelo Gabinete, com destaque para a emissão de pareceres e recomendações, bem como para a divulgação interna de documentos com o objectivo de promover um maior alinhamento das práticas e da cultura organizacional com as regras e princípios de conduta existentes.

A divulgação, pela CMVM, das suas prioridades de acção para o biénio 2011-2012 e da sua política em matéria de supervisão de produtos financeiros complexos, tornou incontornável o desenvolvimento de uma estratégia de *compliance* para a comercialização de instrumentos financeiros, destinada a alinhar as práticas do Banco com as políticas daquela Autoridade de Supervisão. Neste contexto, foram lançadas as bases para a implementação da referida estratégia, tendo sido aprovadas regras internas reguladoras da comercialização de instrumentos financeiros, centradas na melhoria da "qualidade da venda" e abarcando as etapas fundamentais do processo de comercialização.

Ao nível das actividades de controlo e monitorização (controlos *ex-post*), prosseguiu o trabalho de sistematização dos procedimentos e rotinas de gestão dos riscos de *compliance*, a par do desenvolvimento dos controlos regulares às operações sobre instrumentos financeiros realizadas através do Banco, com a finalidade de detectar indícios de abuso de mercado e potenciais situações de conflitos de interesses.

Intensificou-se igualmente o controlo à implementação das medidas de mitigação das deficiências detectadas em Relatórios de *Compliance* anteriores e foi ainda possível realizar novas acções de controlo, de que se salientam as relativas à verificação do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis aos contratos de prestação de serviços em regime de subcontratação sujeitos à disciplina da DMIF e à actividade de recepção de ordens de bolsa.

Refira-se finalmente a assessoria prestada pelo GC a outras Direcções do Banco, designadamente no processo de revisão e actualização do normativo interno, no tratamento de reclamações com maior grau de complexidade ou com origem na CMVM, bem como na prevenção de riscos de *compliance* associados ao *cross-selling* de serviços — comercialização de fundos de investimento e colocação de valores mobiliários em regime de oferta pública.

No que respeita à actividade do Gabinete de *Compliance* (GC), para além da regular monitorização de iniciativas legislativas e da actividade regulamentar do Banco de Portugal em matéria de supervisão comportamental, este órgão assegurou a elaboração de contributos e a participação em processos de consulta, no âmbito da APB, relativos à revisão do regime de prestação de serviços mínimos

bancários, à adesão a entidades de resolução extrajudicial de conflitos, à comercialização à distância de serviços financeiros e à função de auditoria interna.

Na vertente de detecção e mitigação de riscos de *compliance*, o GC desenvolveu várias iniciativas em articulação com outras unidades orgânicas do Banco, privilegiando uma intervenção preventiva, nomeadamente ao nível da elaboração de pareceres sobre normativo interno e a prestação de esclarecimentos de índole técnica sobre produtos e serviços do Banco.

No domínio das suas atribuições em matéria de protecção de dados pessoais, o GC concluiu a fase de levantamento e inventariação de bases de dados existentes no Banco e elaborou o respectivo relatório final, onde apresentou um conjunto de recomendações, no sentido de promover o desenvolvimento das actividades relevantes para implementar os procedimentos internos em matéria do exercício dos direitos conferidos pela lei aos titulares dos dados. Em colaboração com o Núcleo Jurídico da DCO, procedeu-se ainda à inventariação de todas as autorizações e registos do Banif junto da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) e desencadearam-se as actividades relativas à respectiva actualização/regularização.

Banif Banco de Investimento, SA

Ao longo de 2011, a Direcção de *Compliance* (DC) do Banif Banco de Investimento, SA prosseguiu, nos termos definidos no respectivo Plano de Actividades Anual, a sua acção de acompanhamento e de avaliação periódica da eficácia dos processos, políticas, procedimentos e normas internas aplicáveis ao exercício das actividades desenvolvidas pelo Banif – Banco de Investimento, SA e respectivas sociedades participadas, Banif Gestão de Activos – SGFIM SA, Banif Açor Pensões – SGFP SA, Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos SA e Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco SA.

Considerando a necessidade crescente das áreas de controlo dos intermediários financeiros prestarem de forma regular mais informação aos órgãos de administração e de fiscalização, em 2011 a DC reviu o seu modelo de reporte, passando a apresentar um Relatório de *Compliance* trimestral aos referidos órgãos.

No que respeita à actividade desenvolvida pela DC, manteve-se a incidência ao nível das medidas de controlo preventivo e de acompanhamento das actividades desenvolvidas, quer através da colaboração com outras Unidades Orgânicas, quer emitindo informações ou prestando-lhes o aconselhamento solicitado.

No exercício de 2011 a DC veio gradualmente a alargar o seu universo de actuação, nomeadamente por via i) do reporte aos diversos Órgãos do Banco e suas participadas, sobre eventuais situações de desconformidade detectadas, ii) da concepção e implementação de procedimentos internos adequados. Refira-se, neste âmbito, a implementação, durante o exercício em causa, de procedimentos a adoptar na avaliação de cumprimento de requisitos legais e regulamentares aplicáveis a diversas áreas, nomeadamente, Gestão de Activos, *Research* e Consultoria para o Investimento.

Salienta-se ainda o esforço desenvolvido no sentido de reforçar os procedimentos internos existentes, em matéria de *Know Your Costumer* (KYC), Directiva dos Mercados de Instrumentos

Financeiros (DMIF) e *Anti Money Laundry* (AML), designadamente através do desenvolvimento de um corpo de *Frequently Asked Questions* (FAQs), que pretendem sistematizar, de forma clara e sucinta, as principais questões que podem ser colocadas pelos Colaboradores das diversas áreas do Banco.

Em matéria de *PBC-FT*, e ainda na monitorização da observância das sanções internacionais, o BBI e Participadas têm vindo a adoptar um conjunto de medidas que permitam a sua conformidade com os *Guidelines* do Grupo.

No que respeita a correspondência escrita trocada com as Entidades de Supervisão e que deverão ser do conhecimento prévio da DC, esta Direcção elabora um registo actualizado mensalmente. Este registo é complementado, desde Julho de 2010, por uma ferramenta informática, *Audit Follow Up*, que lhe permite gerir e controlar de forma mais eficaz todos os pedidos de informação efectuados pelas entidades de supervisão.

No exercício de 2011 a DC desenvolveu um relatório trimestral denominado "MIS Risco de *Compliance* – Reportes e Comunicações com Reguladores", que tem vindo a integrar o MIS RISK elaborado pela Direcção de Risco e *Reporting*, que inclui informação relativa à qualidade das relações desenvolvidas pelas Direcções do Banco e das suas participadas com as entidades de supervisão, onde se ponderam aspectos como a tempestividade na resposta àquelas entidades, o respeito pelos prazos estabelecidos e pelos compromissos assumidos.

Acresce aos relatórios já referidos, o reporte funcional regular ao *Compliance* Corporativo, segundo o qual a DC submete trimestralmente um Relatório informativo ao *Group Head of Compliance*, sem prejuízo da interacção permanente que se promove com esta função corporativa.

Banco Banif Mais, S.A.

No decurso de 2011 a função de *compliance* do sub - Grupo Banif Mais, SA, transitoriamente adstrita à Direcção de Risco do Banif Mais, autonomizou-se.

Este exercício foi igualmente marcado pela efectiva integração da função de *compliance* do Banif Mais no âmbito do Grupo, mediante a qual esta função passou a responder funcionalmente ao *Compliance* Corporativo do Banif - Grupo Financeiro. O responsável pela função de *compliance* assume também o trabalho de coordenação dos procedimentos de controlo interno em matéria de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

A função de *compliance* do Banif Mais é responsável pelo reporte funcional trimestral ao *Compliance* Corporativo e assegura a regular interacção com aquela função corporativa sempre que esta se mostra necessária.

No âmbito do acompanhamento e avaliação dos procedimentos de controlo interno em matéria de PBC-FT, o *Compliance* do Banif Mais mantém responsabilidade pelo varrimento da base de dados no sentido de detectar eventuais situações não reportadas, assegurando ainda o controlo das ocorrências registadas pelos Colaboradores. No contexto da progressiva integração da função de

compliance do Banif Mais no Grupo, no segundo semestre de 2011 deu-se início ao projecto de implementação das *Guidelines* do Grupo em matéria de PBC-FT e Sanções Internacionais.

No presente exercício a Direcção de Compliance (DCO) prosseguiu as suas actividades em linha com o plano de acção e prioridades estabelecidas no Programa de Compliance do Banif para 2010/ 2011.

A estrutura da DCO contempla três Gabinetes com missões específicas, o Gabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (GPBC-FT), responsável pela coordenação das actividades de prevenção nestas matérias e pela monitorização da observância das sanções internacionais; o Gabinete de Controlo de Cumprimento – Intermediação Financeira (GCC), órgão especializado em matérias de intermediação financeira e o Gabinete de Compliance (GC) com competências de compliance de espectro genérico.

No decurso de 2011 foi revisto o estatuto orgânico da Direcção, que passou a dispor de um Núcleo Jurídico de apoio à Direcção, tendo-se procedido à actualização das competências dos Gabinetes no sentido de reforçar a sua intervenção, nomeadamente, nos processos de comercialização de novos produtos e serviços e na alteração de políticas e normas internas. Neste contexto, o GC passou igualmente a centralizar competências no âmbito da protecção de dados pessoais e o GCC a concentrar a gestão e a fiscalização do cumprimento das políticas e procedimentos associados à Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF).

Em matéria de prevenção do branqueamento de capitais, o GPBC-FT assegurou o processo de revisão de *guidelines* internos, que culminou com a aprovação, pela Comissão Executiva, do Programa de Prevenção do Branqueamento de Capitais – 2011, onde se sistematiza o conjunto de iniciativas e actividades que o Banif desenvolve, com carácter recorrente, neste domínio e se concretizam os referenciais de actuação do Banco no que respeita à prevenção deste tipo de ilícitos.

O GPBC-FT assegura a monitorização da transaccionalidade de Clientes e Contrapartes, recorrendo a aplicativos informáticos para o efeito. No exercício em análise, o Gabinete prosseguiu o diálogo e interacção com a BanifServ e fornecedores, aprofundando os processos de aprimoramento dos circuitos e metodologias de análise e investigação nas áreas do Branqueamento de Capitais e das Sanções Internacionais, e de optimização das funcionalidades daquelas aplicações.

Por outro lado e na sequência da nova abordagem preconizada pelo Financial Action Task Force (FATF/GAFI) relativamente às jurisdições de risco, o GPBC-FT desencadeou um novo processo de revisão do normativo interno, que contemplará também diversos ajustamentos aos procedimentos de controlo interno decorrentes da experiência entretanto colhida e que deverá ficar concluído em 2012.

No segmento de intermediação financeira, deu-se continuidade ao Programa de Compliance, encetado em 2010 e estruturado com o objectivo de garantir a existência de regras de conduta e de compliance rigorosas e a implementação de mecanismos eficazes de monitorização do seu cumprimento.

As acções de natureza preventiva (controlos *ex-ante*) representaram parte significativa das actividades desenvolvidas pelo Gabinete, com destaque para a emissão de pareceres e

recomendações, bem como para a divulgação interna de documentos com o objectivo de promover um maior alinhamento das práticas e da cultura organizacional com as regras e princípios de conduta existentes. Em particular, foram divulgados documentos de natureza pedagógica abordando:

- As principais regras de conduta disciplinadoras do exercício de actividades de intermediação financeira, com ênfase nos temas dos conflitos de interesses, do respeito dos direitos dos Clientes e da defesa de mercado;
- As regras relativas à realização de operações pessoais sobre instrumentos financeiros por parte de Colaboradores, membros dos Órgãos Sociais e pessoas ou entidades com estas relacionadas;
- Os deveres de identificação e comunicação de operações suspeitas de consubstanciarem práticas de abuso de mercado.

A divulgação, pela CMVM, das suas prioridades de acção para o biénio 2011-2012 e da sua política em matéria de supervisão de produtos financeiros complexos, tornou incontornável o desenvolvimento de uma estratégia de compliance para a comercialização de instrumentos financeiros, destinada a alinhar as práticas do Banco com as políticas daquela Autoridade de Supervisão. Neste contexto, foram lançadas as bases para a implementação da referida estratégia, tendo sido aprovadas regras internas reguladoras da comercialização de instrumentos financeiros, centradas na melhoria da "qualidade da venda" e abarcando as etapas fundamentais do processo de comercialização. As regras em apreço estabelecem um conjunto de procedimentos no que concerne:

- À validação da documentação associada aos produtos financeiros, designadamente para assegurar a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, nas fases de originação e estruturação;
- Ao processo de comercialização propriamente dito, exigindo-se a disponibilização às equipas comerciais de informação clara sobre as características, os riscos dos produtos financeiros e o perfil de investidor recomendado *("Know your Product")*, bem como sobre as formalidades associadas ao processo de comercialização ("*Know your Process*");
- À avaliação dos conhecimentos, da experiência e do perfil de risco do Cliente, complementares à realização do "questionário de adequação".

Ao nível das actividades de controlo e monitorização (controlos *ex-post*), prosseguiu o trabalho de sistematização dos procedimentos e rotinas de gestão dos riscos de compliance, a par do desenvolvimento dos controlos regulares às operações sobre instrumentos financeiros realizadas através do Banco, com a finalidade de detectar indícios de abuso de mercado e potenciais situações de conflitos de interesses.

Intensificou-se igualmente o controlo à implementação das medidas de mitigação das deficiências detectadas em Relatórios de Compliance anteriores e foi ainda possível realizar novas acções de controlo, de que se salientam as relativas à verificação do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis aos contratos de prestação de serviços em regime de subcontratação sujeitos à disciplina da DMIF e à actividade de recepção de ordens de bolsa.

O GCC assegurou também a coordenação do relatório de avaliação sistema de controlo interno de intermediação financeira, remetido à CMVM no final do 1º semestre, e articulou internamente a monitorização da implementação das recomendações formuladas pelos auditores externos em matéria de segregação e salvaguarda dos activos de Clientes.

Ao nível do acompanhamento de iniciativas legislativas e regulamentares, o GCC, em estreita interacção com outras áreas do Banco, assegurou a participação nos processos de consulta pública realizados pela CMVM.

Refira-se finalmente a assessoria prestada pelo GCC a outras Direcções do Banco, designadamente no processo de revisão e actualização do normativo interno, no tratamento de reclamações com maior grau de complexidade ou com origem na CMVM, bem como na prevenção de riscos de *compliance* associados ao *cross-selling* de serviços — comercialização de fundos de investimento e colocação de valores mobiliários em regime de oferta pública.

No que respeita à actividade do Gabinete de *Compliance*, para além da regular monitorização de iniciativas legislativas e da actividade regulamentar do Banco de Portugal em matéria de supervisão comportamental, o ano de 2011 ficou igualmente marcado por várias iniciativas no âmbito da supervisão prudencial, decorrentes da i) implementação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, nos aspectos do reforço dos capitais próprios das instituições de crédito e dos requisitos de cálculo e ponderação desses mesmos capitais próprios, e ii) da consolidação da actividade das autoridades de supervisão europeia, particularmente da EBA (*European Banking Authority*), situações que mereceram o respectivo acompanhamento, análise e divulgação internas.

Para além das actividades mencionadas, este Gabinete assegurou a elaboração de contributos e a participação em processos de consulta, no âmbito da APB, relativos à revisão do regime de prestação de serviços mínimos bancários, à adesão a entidades de resolução extrajudicial de conflitos, à comercialização à distância de serviços financeiros e à função de auditoria interna.

Na vertente de detecção e mitigação de riscos de compliance, o GC desenvolveu várias iniciativas em articulação com outras unidades orgânicas do Banco, privilegiando uma intervenção preventiva, nomeadamente ao nível da elaboração de pareceres sobre normativo interno e a prestação de esclarecimentos de índole técnica sobre produtos e serviços do Banco.

No desenvolvimento da abordagem *top-down* à gestão dos riscos de compliance no Banco, o GC concluiu o processo de diagnóstico destes riscos com a rede do Banif Privado, estimando-se que durante o ano de 2012 sejam concluídos os trabalhos de consolidação dos resultados obtidos e a extensão desta abordagem a outras Direcções do Banco.

No domínio das suas atribuições em matéria de protecção de dados pessoais, o GC concluiu a fase de levantamento e inventariação de bases de dados existentes no Banco e elaborou o respectivo relatório final, onde apresentou um conjunto de recomendações, no sentido de promover o desenvolvimento das actividades relevantes para implementar os procedimentos internos em matéria do exercício dos direitos conferidos pela lei aos titulares dos dados.

Paralelamente e em articulação com o Núcleo Jurídico da DCO concluiu-se a inventariação de todas as autorizações e registos do Banif junto da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) e

desencadearam-se as actividades relativas à actualização/regularização de registos e autorizações. Articularam-se, com várias Unidades Orgânicas do Banco, novos pedidos de autorização de tratamento de dados e a definição de metodologias e processos de recolha e interconexão de dados de Clientes no seio do Grupo e, genericamente, o esclarecimento de questões relacionadas com a protecção de dados.

2.7 Auditoria

À Auditoria Interna Corporativa (AIC), integrada no Centro Corporativo do Banif - Grupo Financeiro, estão atribuídas as seguintes funções principais:

a) Assessorar o Conselho de Administração em matérias relacionadas com a Auditoria Interna, nomeadamente no que respeita à definição e implementação da respectiva estratégia e política no universo do Grupo;

b) Coordenar a elaboração e a implementação do Programa Anual de Auditoria Interna, para todo o Grupo;

c) Acompanhar as actividades do Grupo na área da auditoria interna e executar, directamente, ou coordenar a subcontratação, das acções de auditoria nas entidades do Grupo que não disponham de órgão de auditoria interna próprio;

d) Garantir o reporte consolidado da auditoria interna do Grupo aos respectivos órgãos sociais e às entidades de supervisão.

A função de auditoria interna implementada no Grupo procura assegurar que sejam cumpridos os requisitos do Aviso nº5/2008 do Banco de Portugal, os quais implicam grandes exigências de controlo interno/auditoria, dentro de princípios de rigor e eficácia, ao nível das instituições do Grupo sujeitas ao referido Aviso.

Neste âmbito, está implementado o organigrama geral dos serviços de auditoria interna, o qual abrange as filiais do Grupo, estando nomeados os respectivos responsáveis e aprovados os documentos estruturais (Carta de Princípios, Estratégia, Regulamento de Auditoria Interna e Código de Ética) que completam a moldura orgânica e de actuação da função de auditoria interna, em base coerente e consistente, reforçando o controlo interno corporativo e, consequentemente, a convergência e a eficiência na consecução dos objectivos a nível individual.

Com vista ao estabelecimento de uma estrutura especializada na auditoria interna aos sistemas de informação, que abranja as maiores Entidades do Grupo, foram aprovadas, em 2011, "Orientações Gerais" para o respectivo modelo de organização a implementar.

A AIC desenvolveu actividades de coordenação inerentes à relação funcional com as funções de auditoria individuais, necessárias à definição dos Planos de Actividades, ao acompanhamento de acções de auditoria, ao reporte de informação e à elaboração dos conteúdos dos relatórios de controlo interno relacionados com a auditoria interna.

O acompanhamento da elaboração e aprovação dos Planos de Actividades das funções de auditoria individuais das Entidades do Grupo reveste-se de grande importância, pois possibilita que seja recomendada a realização de auditorias com objectivos específicos, nomeadamente riscos identificados e colmatação de situações indicadas pelas entidades reguladoras, possibilitando também que sejam abrangidas as áreas funcionais identificadas no âmbito do MAR- Modelo de Avaliação de Risco.

A AIC realizou várias acções de auditoria directas com o objectivo de avaliar os requisitos do sistema de controlo interno que devem ser implementados pela empresa-mãe, conforme previsto no n.º 2 do artigo 24.º do referido Aviso e efectuou a revisão independente do processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (Internal Capital Adequacy Assessment Process (ICAAP)), tendo elaborado o parecer com as respectivas conclusões, que apresentou ao Conselho de Administração da Banif SGPS, SA conforme estipulado na Instrução n.º 15/2007 do Banco de Portugal.

O Banif – Grupo Financeiro faz parte do universo de organizações aderentes às boas práticas no que respeita à implementação de um Processo de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento da função de auditoria interna. Utilizando o modelo aprovado, a AIC e as funções de auditoria interna das Filiais desenvolveram um processo de auto-avaliação da actividade do qual resultou a identificação de oportunidades de melhoria. A AIC elaborou informação consolidada, sobre os resultados obtidos, para reporte ao Conselho de Administração da Banif SGPS, SA.

Ainda no âmbito do Processo de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento, a AIC, em 2011, introduziu melhorias e actualizações no modelo implementado.

De modo a facilitar a elaboração do reporte consolidado para o Conselho de Administração da Banif SGPS, foi superiormente aprovado o modelo de reporte de informação a enviar trimestralmente à AIC por cada uma das funções de auditoria interna das entidades do Grupo. Com a implementação do modelo, aumentou-se a uniformização da informação e definiu-se a respectiva periodicidade, o que contribui, também, para a melhoria do acompanhamento funcional da AIC às actividades desenvolvidas.

A AIC tem ainda acompanhado a implementação das recomendações efectuadas no âmbito das suas acções de auditoria directas já concluídas e das medidas correctivas das deficiências identificadas, no âmbito do relatório de controlo interno do Grupo, relacionadas com a função de auditoria.

A função de auditoria interna do Grupo encontra-se dotada de um modelo organizacional sólido, coerente e consistente, que incorpora os requisitos regulamentares, as orientações e as melhores práticas de auditoria interna, reconhecidas e aceites a nível nacional e internacional para a prossecução da sua visão, missão, objectivos estratégicos e atribuições.

No âmbito das suas funções, a Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI) assegurou a verificação e avaliação do controlo interno instituído, sobressaindo o aprimorar dos programas de trabalho para a auditoria operacional e de auditoria contínua, dirigidos às unidades de negócio.

A evolução da perspectiva do Banco de Portugal relativamente à eficácia e adequação do sistema de controlo interno, bem como às exigências reconhecidas e aceites ao nível internacional, levaram a uma revisão contínua dos processos de análise de prevenção de Fraude Interna assim como a uma especialização da actividade de auditoria contínua, no âmbito da prevenção do risco operacional.

Em resultado da experiência acumulada, desenvolveu-se a planificação e estruturação das acções de auditoria interna, com enfoque no objectivo de desempenho, informação e compliance, aproveitando as sinergias advindas da implementação da "Matriz dos Riscos e Controlos Relevantes por Áreas Funcionais" ao nível do controlo interno. Além disso, foram estruturadas as verificações por tipos de risco, num esforço tendente a racionalizar os meios humanos disponíveis.

O Cabinete de Auditoria Operacional e Inspecção (GAOI) garantiu, através de acções de auditoria presencial e à distância, um suporte à monitorização do risco operacional nas estruturas comerciais e serviços centrais, reforçando a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo Interno.

Este Gabinete também deu especial enfoque à actividade de auditoria contínua, com suporte na monitorização informática e em acções de âmbito transversal, reforçando a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo Interno.

O Cabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação (GASI) garantiu o acompanhamento do controlo e análise do funcionamento dos sistemas informáticos geridos pela BanifServ, focando, em especial, o serviço de meios de pagamento electrónicos, banca electrónica e Plano de Continuidade de Operações.

Este Gabinete integra dois grupos de trabalho, um primeiro ligado à Polícia Judiciária – Secção Central de Investigação da Criminalidade de Alta Tecnologia e um segundo Interbancário, ambos ligados ao combate à Fraude Electrónica.

Foram tomadas várias acções de formação em Auditoria Bancária com o objectivo de desenvolver competências no pessoal afecto à DAI.

Do plano anual de actividades, do qual constam acções como:

- Auditorias a Unidades de Negócio (Agências /Centros de Empresa);
- Auditoria aos Serviços Centrais;
- Auditorias aos Sistemas de Informação,

Foram realizadas, durante o ano de 2011, as seguintes auditorias:

Unidades de Negócio	347
Serviços Centrais	16
Sistemas de Informação	8
Total	371

Todas as acções executadas foram objecto de planeamento, revisão de papéis de trabalho e relatório. De acordo com o circuito de relatórios instituído, os mesmos foram alvo de despacho da Comissão Executiva do Conselho de Administração e obtiveram acompanhamento dos órgãos auditados e/ou dos órgãos que foram envolvidos nas recomendações, após o que foram devidamente arquivados.

Assim, a Direcção de Auditoria e Inspecção, através do conjunto de acções desenvolvidas pelo Gabinete de Auditoria Operacional e Inspecção (GAOI) e pelo Gabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação (GASI), assegurou um adequado contributo para a revisão do controlo interno instituído.

2.8 Imagem e Comunicação

A Função Imagem Corporativa efectuou a gestão da marca do Banif – Grupo Financeiro e nesse pressuposto assegurou o cumprimento, por todas as empresas do Grupo, das normas estabelecidas nesta matéria.

Nesse contexto, destaca-se a conclusão do processo de implementação do projecto *Brand Center* da marca, que constitui uma ferramenta fundamental que permitirá disponibilizar a Marca de forma transparente, normalizada e facilitadora junto dos vários *stakeholders*.

Passados três anos sobre o *rebranding* em que se conseguiu, com sucesso, definir e consolidar a marca em todos os seus *touchpoints*, entendeu-se necessário colocar a marca num estádio de maturação mais evoluído e desenvolvido, ganhando simultaneamente economias de escala e de alinhamento de comunicação.

Nesse âmbito, foi concluído o processo de selecção de Agência de Publicidade, numa perspectiva mais abrangente, com o alargamento dos serviços prestados a mais empresas do Grupo.

Em 2011, o Banif - Grupo Financeiro foi escolhido pela AESE – Escola de Direcção e Negócios como objecto de estudo para os seus programas de MBA nas áreas de Marketing e Recursos Humanos. O "Caso Banif", *case study* desenvolvido conjuntamente pelas duas entidades, incide em dois projectos do Grupo que alcançaram uma elevada notoriedade e sucesso: o processo de *rebranding* e o projecto ValoresCentauro.

Neste período, e em fase de desenvolvimento/implementação, encontram-se activos um conjunto de projectos que têm por objectivo estabelecer uma comunicação (interna/externa) mais acessível e eficaz do Banif - Grupo Financeiro – Intranet e brochura institucional.

Referência para a activação, no corrente ano, do Projecto ValoresCentauro, tendo a Função Imagem Corporativa colaborado com a Função Recursos Humanos Corporativos na implementação das

iniciativas definidas, nomeadamente, na materialização gráfica e criativa das mesmas, bem como na gestão do micro-site criado para o efeito.

No âmbito da Imagem Corporativa e no que diz respeito aos factos relevantes registados, o Banif - Grupo Financeiro, de acordo com resultados publicados no início do corrente ano, integrou, pelo terceiro ano consecutivo, o "Global 500 Banking Brands Index", um ranking de empresas do sector financeiro, elaborado pela Brand Finance e publicado pela "The Banker Magazine", que posiciona a marca "Banif" entre as 500 mais valiosas do mundo, ocupando a 487ª posição, sendo uma das 5 instituições financeiras nacionais presentes no *ranking*.

A marca "Banif" atingiu, durante o ano de 2011, um valor (*brand value*) de 174 milhões de dólares (120 milhões de euros).

O posicionamento entre as 500 marcas mais valiosas do mundo ganha especial importância numa altura em que a crise financeira tem prejudicado a imagem e o valor de algumas das principais marcas. A avaliação da Brand Finance vem confirmar que o Banif mantém a força da sua marca, mesmo num período bastante conturbado.

No final de 2011, o Banif - Grupo Financeiro recebeu o prémio de "Médio e Pequeno Banco Que Mais Cresceu", no estudo anual "Banca & Seguros" realizado pela revista Exame, em parceria com a Deloitte e InformaDB. Para a atribuição desta distinção, foram considerados três indicadores: taxa de crescimento dos recursos captados, taxa de crescimento do produto bancário e taxa de crescimento do crédito concedido a Clientes. O estudo em questão, realizado anualmente pelas três entidades, refere-se ao exercício de 2010 e distingue os melhores Bancos e Seguradoras a operar no mercado nacional.

Procedeu-se à execução dos Relatórios e Contas de 2010 da Banif SGPS, este ano e pela primeira vez em formato totalmente digital, tendo sido também desenvolvidas aplicações multimédia.

A Função Imagem Corporativa integra também a Área de Sustentabilidade, que desenvolve iniciativas com vista à introdução das questões ambientais e sociais no seio das actividades das empresas do Grupo. Esta área coordena o trabalho de 6 *Task Forces* criadas para gerir a temática da sustentabilidade de forma transversal ao Grupo, para além da comunicação interna e externa a este nível, que inclui as respostas a vários Inquéritos sobre Sustentabilidade, provenientes de *stakeholders* externos.

Em termos de comunicação, esta área coordenou, executou e divulgou, interna e externamente, o 4º Relatório de Sustentabilidade do Banif – Grupo Financeiro, em Português e em Inglês, o qual atingiu o nível A em termos de qualidade e abrangência da informação das "Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade" da organização internacional Global Reporting Initiative (GRI). Este ano foi ainda editada uma brochura síntese relativa a este relatório, bem como uma aplicação multimédia disponível na internet.

Em 2011, esta área deu continuidade ao esforço de sensibilização e comunicação internas nas temáticas da sustentabilidade e à promoção do relacionamento com *stakeholders* através de vários *fora*. Neste âmbito, decorreu a participação do Grupo nos Grupos de Trabalho "Sustentabilidade no Sector Financeiro" e "Desenvolvimento" do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - BCSD Portugal, que deverão vir a promover a divulgação de publicações sobre esta temática.

No que respeita à análise de riscos ambientais e sociais na carteira de crédito, deu-se continuidade a este estudo, em parceria com a Direcção de Gestão Global de Risco do Banif, e foi aprovado um pacote de medidas internas para operacionalizar esta matéria.

A Área de Sustentabilidade coordenou ainda o 1º Programa de Voluntariado para o Banif, iniciativa desenvolvida em parceria entre as Direcções de Recursos Humanos e Marketing e Comunicação, o qual incide em duas áreas: "literacia financeira", em colaboração com a Associação Junior Achievement, e "ambiente", em colaboração com a Agência Cascais Natura. A comunicação deste programa envolveu a adaptação da identidade corporativa criada para a área de Sustentabilidade – o VAMOS - Valores Mais Humanos -, um micro-site que funciona como peça central da comunicação interna, o envio de e-mails e *newsletters* dedicadas ao tema e a realização de um filme. Em termos de resultados o VAMOS Educar abrangeu 77 voluntários, 539 horas de voluntariado que chegaram a mais de 798 alunos do 3º ciclo, perfazendo 5.985 horas de formação em literacia financeira. O VAMOS Plantar contou com duas acções de requalificação ambiental de uma área de 1 hectare no Parque Natural Sintra-Cascais, envolvendo 26 voluntários do Banif os quais despenderam 143 horas nestas acções. Todo o tempo empreendido nos Programas de Voluntariado do Banif é em horário laboral.

Ainda na área da literacia financeira, a área de Sustentabilidade dá apoio à participação do Banif no grupo de trabalho da Associação Portuguesa de Bancos criado para esta matéria.

No pilar ambiental, a Área de Sustentabilidade deu continuidade à aposta na responsabilidade climática através da participação no questionário internacional Carbon Disclosure Project e no *ranking* de Responsabilidade Climática da Euronatura. Adicionalmente, foram neutralizadas 210 toneladas de carbono emitidas pelas seguintes actividades: seis Relatórios e Contas 2010 de empresas do Grupo, Relatório de Sustentabilidade 2010, Revista do Grupo "A Nossa Força" 2011, torneios de golfe de Vale de Lobo (Algarve), Batalha (Açores) e Santo da Serra (Madeira), agenda de secretária 2012 e almoço de Natal do Grupo.

Destaque ainda para a adesão à iniciativa internacional "Hora do Planeta" que envolveu todas as empresas do Grupo, à iniciativa nacional Movimento ECO – Empresas contra os Fogos, e para a implementação de uma acção de sensibilização ambiental: VAMOS Preservar - "O nosso Planeta - o clima – o meio ambiente – a natureza". Esta acção envolveu o desenvolvimento de autocolantes com recurso a imagens e mensagens ambientais que foram colocados em vários locais dos edifícios

centrais do Banif e o envio de dicas de comportamentos ambientais a adoptar no local de trabalho, com vista à redução de consumos e emissões poluentes.

Em termos de comunicação externa da sustentabilidade, destaca-se ainda a participação no Inquérito da *Heidrick & Struggles*/Diário Económico, relativo à 4ª edição do "Prémio Desenvolvimento Sustentável 2010/2011", a resposta ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do Instituto Superior Técnico / BCSD-Portugal e a participação no Projecto "Desenvolvimento" do BCSD-Portugal.

Estando integrada na Banif SGPS, esta área dá apoio às várias empresas do Grupo em projectos ou questões relacionados com a "Sustentabilidade", sempre que solicitado, destacando-se a participação na equipa de trabalho do Valor Humanismo, a qual desenvolveu um conjunto de iniciativas para activação deste Valor no seio do Grupo e o apoio à iniciativa de doação de 2.000 litros de leite para o Banco Alimentar.

Em termos estratégicos, passados 5 anos da implementação da Estratégia de Sustentabilidade, iniciou-se em 2011 um conjunto de iniciativas com vista à revisão dessa estratégia, bem como do Modelo de *Governance* para a área de Sustentabilidade da Banif SGPS, SA.

Relativamente ao site do Banif – Grupo Financeiro, foi reformulada a área de contactos de todo o Grupo, disponibilizando agora uma aplicação de georeferenciação que permite, entre outras funcionalidades, obter a localização das moradas mais próximas de determinado local e visualizar os próprios edifícios através da funcionalidade *street viewer* (*Google Maps*).

Foram efectuadas as habituais actualizações de todas as informações institucionais e as referentes à Relação com os Investidores (indicadores financeiros, relatórios e contas, dividendos, assembleia geral, etc), e foram disponibilizados todos os comunicados efectuados ao mercado, bem como um *clipping* de notícias sobre o Grupo.

3. BANCA COMERCIAL

3.1 Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

A actividade do Banif na Região autónoma da Madeira (RAM), desenvolveu-se num contexto marcado pelo agravamento da conjuntura macro e micro-económica e pela evolução política associada a essa conjuntura.

Este factor, transversal a todas as áreas de actividade do país, implicou uma actuação estratégica de permanente adaptação, no sentido do Banco se manter como líder do sector na Região.

Neste contexto, emergiram como prioridades, paralelamente ao crescimento da captação de recursos, a recuperação do crédito vencido e o controlo de custos.

Desta forma, durante 2011, registou-se o aumento da base de Clientes, com um crescimento de 5.102 novos Clientes. Apesar deste crescimento, o número médio de produtos por Cliente teve uma evolução negativa, penalizada sobretudo, pela carteira de produtos do passivo.

Durante o exercício, as rúbricas de crédito concedido a Clientes e recursos de Clientes, registaram evoluções negativas, respectivamente, 4,9% e 2,1%.

Na rúbrica crédito concedido a Clientes, a DCRAM adoptou a estratégia global do Banco, desacelerando a concessão de crédito. Sublinhe-se, contudo, o evidente abrandamento do investimento público, factor que se repercutiu em toda a economia regional e, colateralmente, nesta rúbrica.

Relativamente à rúbrica de recursos de Clientes, o desempenho registado deveu-se sobretudo à crescente falta de capacidade de aforro dos Clientes, resultante da situação económica e social do país.

Como forma de optimizar a estrutura física e humana do Banif na RAM, a actividade das micro-Agências do Madeira Tecnopolo e Livramento foi descontinuada e procedeu-se à revisão dos horários de funcionamento de algumas Unidades de Negócio.

A emigração continuou a ser um dos vectores estratégicos de actuação para a DCRAM. Neste campo foi realizado um plano de visitas bastante ambicioso aos mercados com forte implementação da emigração portuguesa – Venezuela e África do Sul. Este plano de trabalho teve a particularidade de conferir às visitas a estes países uma maior cobertura geográfica, assim como segmentar o mercado por tipo de Cliente – Retalho, Privado e Corporate – e ainda continuar o reforço do canal promotor.

Durante todo o ano realizou-se um trabalho de análise e acompanhamento pormenorizado de todas as Unidades de Negócio da DCRAM, envolvendo a estrutura directiva da DCRAM e algumas das estruturas de trabalho internas. Foi explorado o potencial de cada Concelho e Área de Negócio, e delineado um plano de acção das Unidades de Negócio envolvidas.

RUBRICA	VARIAÇÃO 2011/2010
Recursos	-2,1%
Crédito	-4,9%
Base de Clientes Activos	-0,2%
Base de Clientes	2, 0%

3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

A exemplo das outras regiões do país a actividade do Banif na Região Autónoma dos Açores (RAA), ficou marcada pelos condicionalismos resultantes de um contexto económico adverso, que

impuseram a necessidade de reorientação das principais estratégias e prioridades para a captação de recursos, manutenção da qualidade no crédito e redução de custos de estrutura, com vista ao objectivo último de incremento da rentabilidade.

Não obstante as dificuldades decorrentes da conjuntura económica, a Direcção Comercial do Banif na RAA (DCRAA) prosseguiu os objectivos de crescimento de negócio, com a responsabilidade de consolidar a posição de liderança que o Banco mantém no mercado regional.

Esta estratégia esteve presente em qualquer uma das duas Redes de Negócio que integram actualmente a DCRAA: a RPI (Rede de Particulares e Institucionais) e a RCE (Rede de Centros de Empresas), após a reestruturação que entrou em vigor no início de 2011. Na RPI passaram a estar, em paralelo, as áreas comerciais que incluem as agências dedicadas ao negócio de retalho, com o Centro de Privado e Institucionais.

Assim, a base de Clientes da DCRAA cresceu 3.726 Clientes, no seio de uma carteira total de 134.300 Clientes. O empenho na prestação de um serviço de qualidade traduziu-se também no crescimento do número médio de produtos por Cliente no retalho, de 3,46 para 3,48.

Num cenário de racionalização do crédito concedido, sem prejuízo dos compromissos assumidos, foi possível reduzir em 3,3% a carteira de crédito por desembolso, a qual ascendia a 1.613 milhões de euros no final de 2011.

Todavia, no que respeita aos Recursos de Balanço, cujo valor, no final de 2011, se cifrava em 955 milhões de euros, muito embora ao nível da Rede de Retalho se tenha conseguido crescer, este incremento foi absorvido pela variação negativa de recursos nos segmentos das Empresas, Privado e Institucionais, com especial incidência ao nível da rubrica Depósitos à Ordem, que ditou, no seu todo, uma variação homóloga negativa de 2,8%.

Um dos vectores utilizados para a estratégia de defesa dos recursos passou pela aposta nos mercados da emigração, para os quais foi implementado um mais amplo plano de visitas, com deslocações comerciais periódicas aos Escritórios de Representação, de carácter comercial e institucional.

Foi também em 2011 que se iniciou um plano com maior relevo de campanhas de índole regional, dedicadas a temas diversos, mas com enfoque especial na captação de recursos, abrangendo, quer a rede doméstica, quer os mercados da emigração.

Fruto do envolvimento de todos os colaboradores das áreas comerciais, a DCRAA deu, uma vez mais, um contributo positivo para a renovação da certificação da qualidade no banco, atendendo ao número de não conformidades registado.

No âmbito da descentralização da gestão de imóveis para venda e arrendamento, foi criado um Comité na Região Autónoma dos Açores, que passou a ser responsável pela gestão local dos imóveis não afectos à exploração, com a centralização de todos os processos, permitindo uma nova dinâmica e uma actuação mais célere na gestão dos mesmos.

Foi reactivado, no início deste ano, o Comité de Clientes Açores, que reúne periodicamente as Direcções Comerciais do Banif e da Açoreana, como objectivo de potenciar o negócio de ambas as empresas na Região, o qual permitiu já o desenvolvimento de várias iniciativas em parceria.

A necessidade de actualização de todos os NIB's para o Código do Banif ("0038") levou ao desencadeamento de um conjunto de iniciativas, para a sensibilização de Clientes, colaboradores e instituições diversas, a par de trabalhos técnicos específicos, por forma a garantir a substituição do anterior NIB em todos os canais e meios de pagamento em uso, nomeadamente cheques, transferências e sistema de débitos directos.

Destaque especial para a celebração de novos protocolos de colaboração institucional com o Governo Regional dos Açores, que visam assegurar o apoio às empresas dos Açores, no contexto da actual conjuntura económico-financeira.

RUBRICA	VARIAÇÃO 2011/2010
Recursos	-2,8%
Crédito	-3,3%
Base de Clientes Activos	-1,7%
Base de Clientes	2,9%

3.1.3 Actividade Comercial no Continente

3.1.3.1 Negócio no Segmento de Empresas e de Particulares de Médio-Alto Rendimento

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento em Portugal Continental. Integra ainda o Núcleo de Factoring, órgão que gere o negócio de Factoring e Confirming do Banco.

A actividade da DEP foi direccionada para o cumprimento das metas estabelecidas no programa de desalavancagem e financiamento, com grande enfoque no estreitamento do GAP Comercial. A imposição de condições mais restritivas na concessão de crédito, com os spreads a reflectirem quer

o agravamento das condições de acesso do sector bancário aos mercados financeiros, quer o risco associado aos clientes em geral e às operações em especial, permitiram uma diminuição da carteira de crédito. Tendo sempre presente os rácios de solvabilidade do Banco, a solidez do negócio e a qualidade da carteira de crédito, continuou-se a utilizar o *repricing* e, adicionalmente, o reforço de garantias associadas às operações de crédito como ferramentas de gestão. Por outro lado e tendo presente o aumento da aversão ao risco por parte dos clientes aforradores, manteve-se o ênfase na captação e manutenção de recursos de clientes. Fruto desta estratégia, conseguiu-se uma melhoria do GAP comercial, que passou a ser de 227% em 2011, e uma melhoria de 0,80 pp na margem financeira do crédito, que ascendeu a 4,54% em 2011.

O agravamento da situação económica, com degradação dos riscos actuais e consequente deterioração da carteira de crédito, impôs um acompanhamento estrito e sempre actualizado dos clientes e dos respectivos negócios, permitindo, nomeadamente, antecipar situações de incumprimento. Continuou-se, assim, a efectuar Comités de Vigilância, que funcionam como um importante instrumento na efectivação deste controlo.

Ao nível dos custos operacionais e de estrutura, prosseguiu-se a política de controlo anteriormente implementada. Continuou-se a apostar na racionalização e optimização das unidades de negócio, com constante ajustamento da estrutura ao volume de negócios. No segmento de empresas, a DEP encerrou o ano com 13 Centros de Empresas e 40 Gestores. No segmento de particulares, continuou-se a apostar na área de institucionais, como estratégia para aumento da capacidade de captação e diversificação de recursos. Pretendeu-se, assim, assegurar uma gestão de liquidez activa, com os recursos de clientes a representarem uma fonte crescente de financiamento. O segmento privado encontra-se actualmente estruturado em 22 Gestores.

Desta forma e relativamente a 2010, a DEP registou uma variação positiva nos Recursos de Balanço de 451 milhões de euros (+36%), tendo atingido o montante de 1.697 milhões de euros no final de 2011. Relativamente ao Crédito Total (incluindo Programas de Papel Comercial e Crédito Vencido) concedido a Clientes, verificou-se um decréscimo de cerca de 264 milhões de euros (-6%), ascendendo o valor a 3.851 milhões de euros, no final do ano.

Ao nível da Carteira de Clientes Activos, a DEP registou uma diminuição de 4% face ao final ao ano anterior. Esta variação reflecte o esforço de desalavancagem efectuada no decurso do ano de 2011, no segmento Empresas.

RUBRICA	VARIAÇÃO 2011/2010
Recursos	36%
Crédito	-6%
Base de Clientes Activos	-4%

Actividade do Núcleo de *Factoring*

Em 2011, a actividade desenvolvida pela área de *factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores, registou uma contracção assinalável.

As variações negativas anuais registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo médio de antecipações cifraram-se em 33% e 12%, respectivamente, atingindo, no final de 2011, 398 milhões de euros e 151 milhões de euros.

Em linha com a evolução do volume de negócio gerido por esta área, as comissões apresentaram uma evolução negativa de 11% relativamente ao ano anterior, atingindo 1,3 milhões de euros. A margem financeira atingiu os 7,4 milhões de euros, traduzindo um incremento positivo de 32%. Desta forma, em 2011, o produto bancário apresentou uma evolução positiva de 23%, atingindo 8,7 milhões de euros.

O sector da construção continuou a ser o mais significativo na estrutura da carteira de créditos sobre clientes (74% em 2011), seguido da fabricação de produtos metálicos e do comércio por grosso, com 11% e 5%, respectivamente.

3.1.3.2 Negócio no Segmento de Retalho

A Rede de Agências no Continente, através da respectiva Direcção (DRA) desenvolveu a sua actividade com particular enfoque nos seguintes grandes objectivos:

- Captação de recursos estáveis, contribuindo decisivamente para o reforço da carteira de depósitos do Banco;
- Controle do Crédito vencido ou com sinais de alerta;
- Redução de custos;
- Reforço do comissionamento;
- Aumento da carteira de Clientes Activos;

O processo gradual de racionalização da Rede, iniciado em 2010, reforçou-se em 2011, tendo sido encerradas algumas Agências com menor potencial de crescimento e adaptados os quadros de pessoal à dimensão dos negócios. Os encerramentos verificados não provocaram redução do negócio existente, dado que os Clientes foram alocados a outras Agências de proximidade.

A DRA terminou o ano com 260 Agências e um rácio de 3,93 empregados por Agência, dos mais baixos da Banca em Portugal, tendo-se:

- Encerrado 17 Agencias
- Aberto 4 novas Agências
- Transformado 3 Agências Standard em Associadas

- Reduzido o número total em 14 unidades.

As referidas medidas permitiram reduzir o quadro global da DRA em 63 empregados.

No 1º trimestre, foram introduzidas duas importantes medidas de racionalização:

- A criação das Direcções Regionais, DRA/Norte e DRA/Sul;
- A integração da Direcção de Canais Agenciados, extinta e substituída pela nova Rede de Canais Agenciados.

Estas duas importantes medidas vieram reforçar a capacidade de gestão da DRA, aproximando as várias Estruturas da Direcção às Unidades de Negócio.

Ao longo do ano, manteve-se o dinamismo de 3 grandes projectos estruturantes, iniciados há 3 anos, a saber:

- A Rede de Empresas e Empresários, com uma oferta de qualidade para as pequenas empresas e respectivos empresários, com produtos inovadores e Gestores de Negócio dedicados, instalados nas Agências do Banco com maior dimensão. Esta Rede terminou o ano com 51 Gestores de Negócios.

- Os Promotores Assurfinance, Rede de Promotores de Negócio assente em Agentes da Açoreana previamente seleccionados, canalizadores de Clientes e negócio para as Agências.
- Agências Associadas: das 260 Agências em funcionamento, 41 são Agências Associadas, mais pequenas e com um quadro de pessoal mais reduzido. São Agências universais, quanto aos serviços prestados e produtos vendidos, e estão dependentes do Gerente de uma Agência maior, do tipo Standard. Destas, 10 têm apenas 1 empregado.

Comparando 2010 e 2011, a DRA registou uma variação positiva nos recursos de 450 milhões de euros (+ 15%), tendo atingido o montante total de 3.381 milhões de euros. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira de crédito da DRA ascendeu a 2.922 milhões de euros, correspondendo a uma redução de cerca de 95 milhões de euros (-3%), conforme resulta dos dados indicados, a DRA teve um contributo essencial na redução da relação Crédito/Recursos, do Banco.

RUBRICA	VARIAÇÃO 2011/2010
Recursos	15%
Crédito	-3%
Base de Clientes Activos	6%
Base de Clientes	7%

3.1.4 Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

3.1.4.1 Actividade de *Call Center* e Banca Electrónica

Banca Telefónica

No período em análise e ao nível da captação de recursos realizou-se uma acção permanente - "Soluções Poupança 2011" - tendo sido atingida uma taxa de subscrição (percentagem dos Clientes que, tendo declarado a sua intenção de subscrever o produto no âmbito da campanha, vêm efectivamente a subscrevê-lo) na ordem dos 94%, valor que se encontra em linha com os 93% alcançados em 2010.

Decorreram duas campanhas de crédito pessoal pré-concedido, as quais permitiram alcançar uma taxa de subscrição que se situou nos 81%, em linha com o valor apurado no ano de 2010. Os contactos comerciais de Conta Gestão de Tesouraria sobre Não Clientes resultaram numa taxa de subscrição que ascendeu aos 43%, registando-se, assim, um acréscimo de 3 p.p. face ao ano anterior.

No âmbito do programa de aferição do nível de satisfação dos Clientes foi reforçada, em articulação com a DME, a promoção de inquéritos de satisfação. Realizaram-se cerca de 14.000 inquéritos, o que representa um acréscimo hómologo de cerca de 16%. Em 2011 voltaram, também, a concretizar-se campanhas dirigidas à promoção/colocação de cartões Banif, bem como iniciativas dirigidas aos Clientes Banif Mais.

No que concerne ao núcleo de "Contact Center", o número de chamadas atendidas na Linha Banif registou uma quebra de 18% face a 2010.

A avaliação externa da qualidade de serviço no atendimento telefónico, confirmou a liderança do Banif nas vertentes avaliadas, nomeadamente, nos domínios da banca comercial e banca operacional. A destacar o facto de, face a igual período de 2010, continuarem a registar-se evoluções positivas nos diversos items avaliados.

Na componente de recuperação de crédito não contenciosa, foram obtidas as seguintes taxas globais de recuperação (rácio entre o número total de processos regularizados e o número total de processos entrados/trabalhados): crédito pessoal e crédito imobiliário - 86%; contas correntes caucionadas e recuperação de juros e descobertos DO das Contas Gestão de Tesouraria - 84%; letras e livranças 87%; e cartões 50%.

Refira-se ainda que o número de processos trabalhados teve um incremento de 8% face a 2010. Os contactos registados ao nível desta actividade sofreram um acréscimo homólogo de 48%. Esta variação reflecte as melhorias de produtividade resultantes da redefinição do modelo de recuperação de crédito, iniciado em meados de 2010.

Banca Electrónica

Os principais objectivos estabelecidos para o ano de 2011 foram, na sua globalidade, alcançados.

Sendo uma preocupação constante do Banco proporcionar mecanismos que permitam garantir aos Clientes uma utilização segura do Banif@st, face aos frequentes ataques que são alvo na utilização da Internet, foi colocado ao longo do ano 2011, de uma forma gradual, o sistema de autenticação forte, Banif@st SAFe Bank, nos Clientes com utilização frequente do serviço. No final do ano, aproximadamente 40% destes Clientes já tinham aderido ao sistema.

Desta forma, o grau de confiança aumentou significativamente, tendo como consequência o incremento da utilização do serviço nas suas diversas funcionalidades.

Outro objectivo alcançado, e com impacto na utilização do Banif@st, foi a optimização dos conteúdos, através da melhoria na navegação e na informação disponibilizada.

Novas funcionalidades foram, igualmente, colocadas à disposição dos Clientes, com destaque para os débitos directos e os novos carregamentos para operadoras móveis.

Por fim, a dinamização das soluções de poupança, através dos canais electrónicos, teve como consequência um alargamento dos produtos disponibilizados por este meio, sendo que alguns destes são comercializados em exclusivo pelo Banif@st. Assim, é possível, face à redução dos custos operacionais, oferecer taxas mais atractivas em benefício dos Clientes que procuram as melhores soluções para as suas poupanças. Muito significativo foi o crescimento verificado na utilização das funcionalidades que permitem entregas pontuais e programadas nas poupanças que os Clientes já detêm no Banco - mais de 35% comparativamente a 2010.

No que respeita aos resultados quantitativos, no final do ano 84% dos Clientes do Banco já tinham aderido ao Banif@st. Destes, 21% utilizam regularmente o serviço, com particular incidência no canal Internet.

O número de entradas nos diversos canais cresceu 15% face a 2010, traduzindo um aumento de 18% nas transacções de negócio realizadas pelos Clientes. Em linha com estes crescimentos, os proveitos gerados pelas operações sujeitas a preçário aumentaram 22%.

No final do ano, o serviço de Banca Electrónica do Banco – Banif@st, renovou o Certificado de Qualidade, mantendo o cumprimento dos requisitos da norma NP EN ISO 9001.

3.1.4.2 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos

No que se refere a Terminais de Pagamento Automático (TPA), no final de Dezembro registava-se um total de 6.679 equipamentos apoiados pelo Banco, face a 6.665 no mês homólogo do ano anterior.

Relativamente a Caixas Automáticos, o Banif manteve, no ano, a sua política de limitar o número de instalações de Caixas Automáticos fora de loja, concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos actuais equipamentos e na optimização dos seus processos operativos. No final do ano, o número de Caixas existentes era de 543, face a 558 em Dezembro de 2010.

3.1.4.3 Marketing Estratégico

No ano de 2011 o Gabinete de Gestão de Informação de Negócio (GGIN) prosseguiu a sua acção focando-se quer na optimização das soluções de informação de gestão já disponíveis, quer no desenho de novas soluções que permitam uma gestão dos Clientes mais eficiente e a oferta de uma superior qualidade de serviço. Das principais actividades desenvolvidas e concluídas no ano de 2011, merecem relevo as seguintes:

- Lançamento do *software Planning* na área da Banca Privada. Esta é uma solução de planeamento automático e inteligente das actividades relacionadas com a gestão dos Clientes. Esta solução será alargada a todas as áreas comerciais do Banco no primeiro trimestre de 2012;
- Integração do Banif Mais na aplicação na aplicação de *workflow* de crédito;
- Alargamento da nova versão do *workflow* de crédito a toda a rede da Banca Privada;
- Disponibilização de uma solução de Informação de Gestão para o Banif Malta e para a Emigração;
- Lançamento de uma nova versão do Dossier do Cliente com um aumento significativo de novas funcionalidades e completamente sincronizada com as restantes aplicações de informação de gestão.

Gabinete de Protocolos e *Cross-Selling*

Durante o ano de 2011 a actividade de *Cross-Selling* continuou a dar primazia à satisfação integral das necessidades dos Clientes do Banco, pela disponibilização de um leque alargado de Produtos do Banif – Grupo Financeiro. Políticas de Produto atentas à conjuntura actual adversa, com enfoque primordial no Cliente, conduziram as Redes Comerciais do Banif a um esforço na crescente fidelização dos seus Clientes.

Da actividade anual dos produtos de *Cross-Selling* destaca-se:

- A colocação integral de 4 Emissões Obrigacionistas de Empresas do Grupo na base de Clientes Banif, no valor global de 220 milhões de euros;

- A aposta bem sucedida nos Seguros Não Financeiros, que comparam positivamente (5%) com a produção do ano de 2010, com especial enfoque no Seguro Automóvel e no Seguro de Saúde e Assistência, cujas produções anuais evoluem em 13% e 8%, respectivamente, também relativamente ao ano anterior.

A carteira de produtos de *Cross-Selling* representa, no final do ano, 12% da carteira de produtos detida pelos Clientes Banif. Atendendo à variação líquida de produtos registada entre 2011 e o ano anterior, o contributo dos produtos de *Cross-Selling* é de 12,4%.

Os Protocolos Comerciais continuaram a representar uma fatia significativa do total de Clientes captados pelo Banco durante todo o ano – cerca de 7% (3 300 novos Clientes) da globalidade das contas activas.

Para além da captação de novos Clientes, é essência dos Protocolos Comerciais a fidelização da base já existente. Essa ancoragem deriva não só da domiciliação de ordenados, que os Protocolos com mais expressão pressupõem, mas também da oferta integrada de soluções financeiras em condições ainda mais apelativas, que os Protocolos integram.

Esta aposta possibilitou a obtenção de resultados apreciáveis, porquanto o número médio de produtos registados no universo de Clientes beneficiários dos 3 Protocolos Ordenado com mais expressão foi de 5, tendo-se superiorizado em 55% ao rácio médio verificado no universo composto pelos restantes Clientes das 3 Redes de Retalho, que foi de 3,25.

Núcleo de Planeamento e Estratégia de Marketing (NPEM)

Durante o ano de 2011 as actividades do NPEM ajustaram-se à conjuntura económica, com maior impacto ao nível do aumento da oferta de produtos de Poupança e Depósitos a Prazo e da Gestão das Campanhas.

A análise de novos mercados, novos segmentos, foi igualmente uma das áreas com grande impacto nas actividades do NPEM, com especial destaque para os segmentos: Emigrantes e Novos Residentes.

Um outro projecto com grande destaque e com forte intervenção do NPEM, foi o Programa Comercial de Recursos 2012.

Em síntese, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Com vista ao ajuste regular da oferta de valor, foram produzidos estudos de *benchmarking* regulares e pontuais, a nível nacional e internacional, e de análise comparada do portefólio de produtos e serviços do Banco face ao mercado. Foram realizadas análises a campanhas da concorrência (frequência semanal), disponibilização do Boletim Semanal da Concorrência (frequência semanal). Procedeu-se à introdução da análise de Produtos e Serviços da Concorrência, retratando toda a oferta disponível em outras instituições de crédito para cada segmento de Mercado: Jovem, Universitário, Sénior, Mulher, Privado, *Corporate*, Pequenos Negócios (análise trimestral);

- Foram realizados o acompanhamento e os ajustes precipitados pela actual conjuntura económica, ao plano global de campanhas comerciais do Banco, em estreita articulação com as Direcções de Produto e Direcções Comerciais;

- Ao nível do Catálogo de Produtos e Serviços, efectuou-se a parametrização de novos produtos de Depósitos a Prazo e Poupanças;

- No que respeita ao Preçário, foi realizada a maior Revisão Geral do Precário, com efeitos em Abril de 2011;

- Ao nível da aferição da satisfação dos Clientes particulares e empresa do Banco (inquéritos), foi realizado, pela primeira vez, o inquérito de satisfação dos Clientes da Rede de Empresas e Empresários. Iniciou-se um ciclo de reuniões com as Direcções de Produto com vista à detecção de melhorias e à implementação de novas acções benéficas ao processo de aferição do nível de Satisfação da Qualidade de Serviço.

- Procedeu-se à monitorização e divulgação de informação relativa ao processo de *Mystery Shopping*, no âmbito do projecto da "Qualidade de Serviço" das Agências Banif, assim como relativa aos *Mystery Calls* (*call-center*);

- Passou a fase de preparação técnica a inclusão de nova informação sobre reclamações de clientes, essencial ao contacto comercial e à gestão da segmentação de clientes para campanhas comerciais;

- Foram estudados os mercados do segmento Emigrantes e Novos residentes, tendo sido impulsionada a aposta comercial que deverá decorrer em 2012 no segmento Emigrantes, numa primeira fase na Suíça e no Luxemburgo.

- O Programa Comercial de Recursos 2012 foi um dos grandes projectos do NPEM ao longo do 2º Semestre de 2011, tanto na sua vertente estratégica como na extrapolação das possíveis abordagens comerciais.

3.1.4.5 Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso

No final de Dezembro de 2011, o montante total de crédito em incumprimento, não considerando a carteira titularizada, ascendia a 423,6 milhões de euros dos quais 326,0 milhões de euros estavam afectos à Direcção de Recuperação de Créditos (DRC).

As transferências de capital para recuperação central (DRC), no exercício de 2011, totalizaram 343,5 milhões de euros (face a 276,2 milhões de euros no ano anterior, o que se traduz num acréscimo de 24%), das quais 157,7 milhões de euros provenientes das redes de "Retalho", 181,2 milhões de euros das redes de "Empresas", 4,6 milhões de euros das redes de "Private".

A actividade desenvolvida no âmbito da recuperação central de créditos materializou-se num montante acumulado de recebimentos (capital, juros, despesas e comissões) de 217,0 milhões de euros (que reflecte um acréscimo de 70% face a 2011), e na reformulação de créditos num montante total de 22,3 milhões de euros (que traduz um decréscimo de 3% relativamente a 2011).

No seguimento da abordagem seguida nos últimos anos, prosseguiu-se o reforço dos recursos, meios e modelos na recuperação dos créditos, com o objectivo de se promover o seu ajustamento às exigências decorrentes do aumento acentuado do crédito vencido.

Nesse contexto, o plano de actividades desenvolvido em 2011 privilegiou os seguintes vectores de actuação:

i. O ajustamento do Modelo de Recuperação de Retalho, tendo em vista uma melhoria de eficiência, produtividade e controlo no seu desempenho;

ii. A consolidação do Modelo de Recuperação de Empresas, e o reforço dos recursos e meios afectos a esse segmento;

iii. O reforço dos processos transversais aos Modelos de Recuperação, particularmente, no que concerne às seguintes 2 áreas:

iv. O aprofundamento e reforço da sistematização de práticas no acompanhamento técnico-jurídico dos processos;

v. A melhoria dos processos, qualidade da informação de suporte e ferramentas no acompanhamento da carteira.

No contexto das principais iniciativas desenvolvidas no âmbito do Modelo de Recuperação de Retalho assumiram particular relevância:

i. A melhoria dos procedimentos no acompanhamento dos Clientes em recuperação central, por via da introdução de novos controlos sistemáticos, endereçando as variáveis mais relevantes, com particular enfoque nos processos com maior materialidade e cuja situação recomenda uma maior proactividade na actuação;

ii. O aumento da capacidade instalada e a melhoria da produtividade na gestão dos processos.

O Modelo de Recuperação de Empresas foi objecto de monitorização e ajustamento numa base sistemática ao longo de 2011. Nesse âmbito, foi desenvolvido um conjunto de iniciativas, das quais importa destacar:

i. O redimensionamento e estabilização das estruturas da DRC afectas a este segmento, em função da evolução do crédito em recuperação central;
ii. A introdução de uma maior sistematização de procedimentos e o reforço da frequência no acompanhamento dos Clientes / processos sob gestão;
iii. O aprofundamento e consolidação dos procedimentos na cooperação com as Redes Comerciais, ao nível do acompanhamento dos Clientes sob a sua gestão.

No decorrer de 2011 foi ainda concretizado um conjunto de iniciativas orientado à melhoria dos Processos Transversais e Ferramentas de Suporte aos Modelos de Recuperação, em que assumiram maior relevância:

i. A consolidação e aprofundamento da actividade desenvolvida pela Unidade especializada no apoio técnico-jurídico às estruturas de recuperação, através da dinamização de uma maior proactividade e sistematização de processos na sua actuação;
ii. A revisão dos procedimentos na articulação das estruturas de recuperação com os Mandatários dos processos, suportada numa aplicação informática que centraliza a troca da informação necessária à gestão dos processos;
iii. O reforço do grau de sistematização e eficiência no desempenho dos procedimentos no âmbito do acompanhamento dos processos, estimativa de taxas de recuperabilidade / imparidade e reporte de informação, suportados numa nova aplicação informática específica para o efeito.

3.1.5 Produtos de Crédito e de Poupança

3.1.5.1 Crédito Imobiliário

O ano de 2011 confirmou a tendência negativa registada em 2010 no sector da construção. O mercado de construção continuou fortemente marcado pela redução do número de pedidos de novos licenciamentos, pela retracção da procura, traduzida numa quebra de preços e redução do número de transacções.

Esta conjuntura, aliada às imposições resultantes do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) condicionaram toda a actividade do Banco que, através da Direcção de Crédito Imobiliário (DCRI), se viu obrigado a monitorizar de forma sistemática as carteiras e o mercado, com o objectivo controlar o risco de crédito e adaptar a oferta às tendências do mercado.

Como consequência desta monitorização, foram introduzidas alterações diversas à oferta de produtos disponibilizada, com o objectivo de reduzir o risco dos produtos, bem como de adequar a sua rentabilidade às novas exigências do mercado.

Resultado da redução da procura (quebra de 55% face a 2010) e da maior exigência na concessão do crédito, a carteira de crédito imobiliário, incluindo os créditos securitizados, decresceu cerca 1%, atingindo, no final de 2011, um valor de 3.338 milhões de euros (Continente: 2.200 milhões de euros; Madeira: 486 milhões de euros e Açores: 652 milhões de euros) o que, em termos absolutos, representa um decréscimo de 19,4 milhões de euros face ao final de 2010.

A produção realizada atingiu um valor de 176 milhões de euros, com um *spread* médio de 2,91%, o que teve um reflexo positivo no *spread* médio da carteira, que atingiu um valor de 1,18% (face a 1,07% verificado em Dezembro de 2010).

Em termos de originação, a rede comercial do Banco representou 77% do negócio, sendo o canal agenciado responsável por 23% da produção em 2011.

Relativamente ao Crédito a Não Residentes, a carteira praticamente não registou variação, tendo-se mantido o saldo de 380 milhões de euros, não obstante o decréscimo de 65% na produção de novos contratos neste segmento.

Leasing Imobiliário

Consequência da reestruturação da actividade de locação financeira imobiliária do Grupo, anteriormente desenvolvida exclusivamente pela Banif GO, o Banif integrou a carteira de *Leasing* Imobiliário daquela instituição através de uma operação de cisão-fusão, ampliando assim a oferta de produtos de financiamento imobiliário disponibilizada pelo Banco.

A produção de novos contratos de *Leasing* Imobiliário, no exercício de 2011, foi de 16,4 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 22% face ao período homólogo anterior, o qual se explica pela contínua degradação da conjuntura económica, com reflexo nas políticas de maior contenção e restrição na concessão de crédito.

A carteira de crédito de *Leasing* Imobiliário no final de 2011 ascendia a 192,9 milhões de euros.

3.1.5.2 Crédito ao Consumo

No final de 2011, o Banif procedeu à fusão da Direcção de Meios de Pagamento com a de Produtos de Retalho, dando origem à Direcção de Retalho e Meios de Pagamento (DRMP), a qual tem como objectivo a gestão integrada de produtos e serviços, nomeadamente depósitos à ordem, a prazo e de poupança, crédito ao consumo, crédito a pequenos negócios, meios de pagamento, designadamente Cartões, Caixas Automáticos, Terminais de Pagamentos Automáticos, Débitos

Directos, Transferências e Pagamentos de Serviços. Assim, a DRMP, resulta do ajustamento da estrutura organizacional do Banco, no sentido de potenciar uma maior articulação na gestão de produtos de retalho, com a manutenção da especificidade das áreas de actuação.

Meios de Pagamento

A Carteira de Cartões está consolidada na Operativa do Banco, o que permitiu o foco no aumento da qualidade de serviço ao Cliente, através de novas funcionalidades disponibilizadas nos Cartões e da taxa de penetração junto de Clientes, através de Campanhas de Colocação e Acções de Divulgação. Destacam-se algumas das principais actividades desenvolvidas no decurso do exercício de 2011:

- Relativamente a cartões, foram desenvolvidas as funcionalidades de *Cash Advance*, de devolução de saldo credor para as contas DO e de pré-atribuição de Cartas PIN. Estas funcionalidades, alinhadas com a tendência de mercado, visam tornar o Cartão num meio de pagamento cada vez mais flexível e cómodo para o Cliente.

- Destaca-se, no 1º Semestre, o lançamento da *Newsletter* de Cartões do Banif - monofolha, com periodicidade mensal, para divulgação e promoção de Cartões – e o arranque dos desenvolvimentos para suportar a migração da carteira de Cartões de Crédito do Banif Mais para o Banif.

- Durante o 2º Semestre estiveram em curso desenvolvimentos com vista ao lançamento, planeado para o início de 2012, de dois novos produtos Cartão: o Cartão Simple e o Cartão Pré-Pago.

- Em termos promocionais, foram realizadas duas campanhas de colocação (Débito e Crédito), tendo sido registada uma colocação de 5.200 novos Cartões de Crédito e de 10.100 novos Cartões de Débito. Os titulares do Cartão de Crédito Hello Kitty beneficiaram de um programa de fidelização, através do qual foram atribuídos prémios mediante a utilização destes Cartões.

Análise da Carteira

Resultante da migração da carteira de Cartões de Crédito da Unicre para o Banif, ocorrida no 2º Semestre de 2010, tem-se vindo a registar um reajustamento da carteira.

Assim, apesar de se ter registado, nos primeiros meses do ano de 2011, um pequeno decréscimo no total de Cartões existentes em Carteira, verificou-se no fecho do exercício de 2011, um aumento de 4,30%, face a Dezembro de 2010.

	2011	2010	VARIAÇÃO %
Cartões de Crédito	72.050	66.892	7,7
Cartões de Débito	321.405	310.312	3,6
Total de Cartões	393.455	377.204	4,3

- Relativamente a Terminais de Pagamento Automático, no final do ano registava-se um total de 6.679 equipamentos apoiados pelo Banco, face a 6.665 no final de 2010.
- No que respeita a Caixas Automáticos, o Banif manteve a sua política de limitar o número de instalações de Caixas Automáticos fora de loja, concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos actuais equipamentos e na optimização dos seus processos operativos. No final do ano, o número de Caixas existentes era de 543, face a 558 em Dezembro de 2010.
- Foi iniciado o desenvolvimento de uma aplicação de suporte à gestão e controlo de Terminais de Pagamento Automático e de Caixas Automáticos.

Crédito Pessoal

No âmbito da concessão de Crédito ao Consumo, na modalidade de Crédito Pessoal, o ano de 2011 caracterizou-se pelos seguintes factos:

- Contracção do crédito concedido a Clientes, para a qual foi decisivo o agravamento da conjuntura económica e a necessidade de redução do endividamento das famílias;

- Dinamização de iniciativas comerciais - Crédito Pessoal *Revolving* e Crédito Pessoal Multimédia com enfoque na concessão de empréstimos de pequeno montante a Clientes fidelizados e com experiência positiva na contratação desta modalidade de financiamento;

- Ajustamento das condições de financiamento praticadas na generalidade dos produtos de Crédito Pessoal;

- Revalidação do Certificado de Qualidade, atribuído ao processo de Crédito Pessoal em 2008, pela norma internacional NP EN ISO 9001:2008.

A carteira de Crédito Pessoal atingiu, no final de 2011, 54.700 contratos de empréstimo e 259,3 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 3% em número de contratos e a um decréscimo de 19% em saldo, face ao exercício anterior.

Apesar das condicionantes económicas, registou-se uma produção acumulada de 60,6 milhões de euros, representativa de 8.967 novos contratos.

Crédito Especializado – Crédito a Pequenos Negócios

No âmbito da gestão de produtos para Clientes do segmento Pequenos Negócios, destacam-se os seguintes factos:

- Adopção de critérios mais restritivos na concessão de crédito, ao abrigo das Soluções CGT;

- Revisão em alta das taxas de juro praticadas na concessão de crédito, por força do aumento do custo do *funding*;

- Aposta nas Soluções *Business* sectoriais, com o lançamento de um novo *bundling* de produtos e serviços para Pequenos Negócios com actividade no sector do comércio;

- Dinamização de campanhas dirigidas a Clientes do segmento, em Carteira, para colocação e reforço de serviços de apoio ao transaccional;

- Revalidação do Certificado de Qualidade, atribuído ao processo da Conta Gestão Tesouraria em 2010, pela norma internacional NP EN ISO 9001:2008.

No final de 2011, a carteira de crédito concedido ao abrigo da Conta Gestão Tesouraria cifrou-se em 17.508 contratos e 273,9 milhões de euros, correspondendo a um decréscimo de 10% e de 7%, respectivamente, face ao exercício anterior que registava 19.386 contratos, representativos de uma Carteira de 295,3 milhões de euros.

Contas de Depósitos e Produtos de Poupança

Na sequência da reestruturação das Soluções de Depósitos à Ordem, em que foram disponibilizados produtos diferenciados por segmento, prosseguiu-se, na segmentação de Clientes, de acordo com o seu perfil e envolvimento financeiro.

No âmbito da gestão do portefólio de produtos para captação e aplicação de recursos de Clientes, destacam-se as seguintes acções implementadas em 2011:

- Reestruturação da oferta de produtos de passivo para aplicação de poupanças das Famílias;

- Campanha anual Soluções Poupança, ao abrigo da qual foram desenvolvidas iniciativas de incentivo à criação de poupança, com especial enfoque em Contas Poupança com definição de planos de entregas programadas;

- Lançamento de novos produtos de Depósito a Prazo, com o atributo de não mobilização de capital, com o intuito de promover a aplicação de recursos de Clientes por períodos mais alargados e remunerações mais atractivas;
- Campanha semanal Poupe Hoje, para captação de poupanças a partir do serviço de banca electrónica Banif@st;

- Dinamização de iniciativas de captação de recursos, associadas a eventos patrocinados pelo Banco – 21ª Meia Maratona de Lisboa, e em datas comemorativas – Dia Mundial da Criança e Dia Mundial da Poupança;

- Desenvolvimento de acções promocionais com vista à captação de recursos e de novos Clientes do segmento jovem;

- Concessão do Certificado de Qualidade ao processo de Aplicações a Prazo, pela norma internacional NP EN ISO 9001:2008.

O ano de 2011 caracterizou-se ainda pela subida das taxas de juro praticadas no mercado para Depósitos de Clientes, pela entrada em vigor de medidas regulamentares relativas aos níveis de remuneração praticados em depósitos e pelo reforço do posicionamento do Banif na disponibilização de uma oferta consolidada e competitiva de Soluções Poupança, com o objectivo de assegurar e incentivar as diferentes capacidades de aforro dos Clientes. A oferta de produtos regista, para além dos tradicionais depósitos a prazo, contas poupança (com a possibilidade de entregas pontuais e/ou programadas), depósitos crescentes e depósitos a prazo não mobilizáveis antecipadamente. Os produtos são ainda diferenciados por segmento alvo.

3.1.6 Actividade Financeira

O ano de 2011 continuou marcado por um agravamento generalizado das condições de mercado, com repercussões ao nível da confiança no sistema financeiro, que afectaram a liquidez das instituições bancárias. Neste sentido, continuou a assistir-se a um aumento do recurso a operações de refinanciamento junto do BCE e a uma forte procura por recursos de Clientes particulares. A Direcção Financeira desempenhou um papel importante na gestão integrada dos activos e passivos financeiros do Grupo, assegurando uma intervenção dinâmica ao nível dos mercados monetário e cambial e desenvolvendo todo o relacionamento institucional com contrapartes nacionais e internacionais, necessário ao bom funcionamento desta actividade. Foi também relevante o apoio prestado às Direcções Comerciais na conceptualização e desenvolvimento de produtos para venda nas redes comerciais.

A política de investimentos em activos financeiros de elevada liquidez foi conduzida com o apoio das equipas de análise do Banco de Investimento, seguindo um perfil conservador na selecção dos emitentes e privilegiando uma diversificação sectorial consistente com o enquadramento macroeconómico. Tendo por base as condições adversas de mercado, o Banif manteve uma política

de diversificação nas suas áreas de actuação, limitando os investimentos nas suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando um elevado nível de liquidez do seu balanço.

Os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se num lucro de 21,6 milhões de euros em 2011, contra um resultado de 2,8 milhões de euros em 2010.

Os valores apurados resultam principalmente de ganhos com a recompra privada e pública de obrigações do Banif.

O mercado cambial continuou marcado por uma grande volatilidade durante 2011. A grave situação financeira na Grécia e o seu contágio aos restantes países periféricos criaram um forte clima de instabilidade que não foi resolvido com a aprovação, pelos responsáveis europeus, de um novo pacote de ajuda financeira à Grécia, com o envolvimento do sector privado. As estimativas de um abrandamento do crescimento económico global e as incertezas quanto à recuperação do mercado de trabalho e imobiliário nos EUA e a entrada num período recessivo moderado na Europa foram factores que também provocaram instabilidade no mercado.

As autoridades monetárias prosseguiram as suas políticas expansionistas, com a FED a manter as suas taxas directoras na banda entre 0% e 0,25% e o BCE, após ter procedido ao aumento da sua taxa directora no 1º semestre, alterou a sua política monetária e retornou de novo a taxa para 1% no mês de Dezembro. De salientar que o BCE foi obrigado a reforçar os instrumentos de cedência de liquidez, para além de manter o programa de compra de dívida pública da Zona Euro em mercado, a fim de restaurar a confiança agentes económicos.

A conjugação destes factores contribuiu para uma valorização do Dólar Norte-Americano face ao Euro, cotando-se em 1,2939 no final de Dezembro de 2011.

Uma gestão conservadora nas operações de risco do Banco originou um aumento nos resultados cambiais, que ascenderam a 976 milhares de euros, contra os 783 milhares de euros em 2010.

O Banif manteve uma política equilibrada de gestão da liquidez, com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando em aplicações de menor risco e fazendo a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo os *mismatches* das taxas de juro e fazendo uma avaliação permanente desta abordagem.

A estabilidade da liquidez foi conseguida através do *funding* de Clientes, do recurso ao mercado monetário e às operações de refinanciamento do BCE. Durante o ano de 2011, os Clientes do Banco continuaram a privilegiar os depósitos a prazo, certificados de depósito e em aplicações de títulos de curto prazo, em virtude da instabilidade verificada nos mercados financeiros.

A este nível, destacam-se os recursos captados directamente pela Direcção Financeira junto de determinados clientes institucionais, os quais ascendiam, no final de 2011, a 230 milhões de euros.

O total de activos elegíveis para desconto no BCE existente na carteira no final de 2011, ascendia a 4,25 mil milhões de euros, com um valor total líquido de *haircuts* no montante de 2,2 mil milhões de euros, contra 3 mil milhões de euros e 1,9 mil milhões de euros, respectivamente, em 2010. O recurso a financiamento via BCE ascendeu a 2,13 mil milhões de euros, contra os 1,65 mil milhões de euros em 2010. No total dos activos elegíveis o Banco detinha em carteira 332,8 milhões de euros em Bilhetes do Tesouro.

Como consequência da revisão em baixa dos *ratings* do Banif devido ao corte das notações de *rating* da República Portuguesa, o Banif teve que proceder à liquidação antecipada em Maio, de três empréstimos de médio-longo prazo, no montante de 419 milhões de euros, que se venciam em Julho 2011, Abril 2012 e Julho 2013.

No âmbito dos mercados de capitais, a Direcção Financeira participou na preparação e montagem de uma operação de Titularização de Crédito Corporativo (Atlantes nº1 SME's – Classe A), no montante de 555,3 milhões de euros que foi finalizada em Abril, e de duas operações de Obrigações Hipotecárias, *Covered Bonds*, no montante de 85 milhões de euros e 50 milhões de euros, que foram finalizadas em Julho e Outubro, respectivamente.

Em Dezembro foi finalizada a montagem de uma operação de Titularização de Crédito ao Consumo (Atlantes Finance nº4 – Classe A), no montante de 110 milhões de euros.

Durante 2011, o Banif procedeu ao processo de estruturação de duas novas emissões de Obrigações, com o prazo de 3 anos, com a garantia do Estado, uma no montante de 200 milhões de euros, finalizada em Julho, e outra de 500 milhões de euros, finalizada em Dezembro, para inclusão na *pool* de activos elegíveis para operações de refinanciamento junto do BCE.

No que diz respeito ao mercado de risco de crédito português, durante 2011 as principais agências de *rating* procederam a novo corte das notações de *rating* da República Portuguesa. As razões apresentadas pelas agências centraram-se pelo aumento da incerteza política, orçamental e económica que aumentam o risco de o Governo não ser capaz de atingir as metas de redução do défice previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento.

Neste contexto, e como seria de esperar, os bancos portugueses viram as suas notações de *rating* serem cortadas com a mesma amplitude da República. Assim, também os *ratings* de longo e curto prazo, do Banif – Banco Internacional do Funchal SA, foram revistos em baixa.

As notações de *rating* do Banif são, actualmente:

	Longo prazo	Curto prazo	*Outlook*
Moody´s (22/06/2011)	Ba2	NP	Negativo
Fitch (23/12/2011)	BB	B	Negativo

3.1.7 Actividade Internacional

Durante o ano de 2011, a actividade internacional do Grupo continuou a pautar-se pela presença estratégica em mercados com potencial de negócios e com sinergias para o Grupo no seu todo, contando para tal com presença e actividade no Brasil, EUA, Malta, Espanha e Reino Unido, Hungria, Eslováquia e Polónia.

Em paralelo, o Banif manteve o enfoque em mercados onde a comunidade emigrante portuguesa (em especial, a proveniente da Madeira e Açores) detém uma forte presença, nomeadamente, Estados Unidos, Canadá, Venezuela e África do Sul.

Destaca-se a aposta em mercados de expressão portuguesa, como Cabo Verde, porta de entrada do Grupo para o continente africano.

Durante o ano de 2011 - e mais concretamente durante o segundo trimestre do ano – assistiu-se a um agravamento crescente, por parte da generalidade da banca nacional, no acesso aos mercados interbancários e financeiros internacionais, em resultado das preocupações relacionadas com a dívida soberana de Portugal, descida do *rating*-país (e subsequentemente do *rating* da generalidade da banca portuguesa), que culminou com a assinatura do PAEF com a "Troika".

Não obstante e no final de Dezembro de 2011, o Banif SA emitiu, com sucesso, um "3Y Floating Rate Guaranteed Note", no valor de 500.000.000,00 euros garantido pela República Portuguesa, tendo com *Paying Agent* o Citibank e como *Lead Manager & Bookrunner* o Banco de Investimento.

Apesar do contexto actual acima referido, o Banif continuou a contar com uma regular relação de negócios com as suas contrapartes bancárias, com as quais mantém limites de trabalho recíprocos e opera no mercado, embora com volumes mais reduzidos e em prazos mais curtos, comparativamente com um passado recente. O Banco, por via de parcerias com outros bancos, tem realizado, numa base regular, operações comerciais, nomeadamente, Pagamentos, Remessas, Cartas de Crédito e Garantias.

O Banif conta, actualmente, com um universo de cerca de 1.500 bancos correspondentes em todo o mundo e também com 34 contas directas de correspondentes aos respectivos livros (Vostro) e 30

contas de correspondentes, nas várias moedas, no mundo, em livros de bancos de primeira grandeza (Nostro).

Em termos de negócio internacional, não obstante as políticas creditícias internas mais restritivas, o Banif manteve a aposta no *trade finance* internacional, com destaque para as operações *pure trade related* com risco corporate, essencialmente brasileiro, numa parceria entre Banif Brasil, Banif Londres e Banif Finance USA.

O Banif tem, também, concentrado esforços no *Trade Finance* internacional puro, no *Structured Trade Finance*, e no apoio às empresas portuguesas através de equipas de especialistas, com enfoque no vector Direcção Internacional (Lisboa e Londres) e Direcção de Empresas e Particulares, em Portugal.

Como resultado da estratégia adoptada, obteve-se um incremento das receitas com comissões no Negócio Interbancário e de *Unfunded Trade Finance*, de 116,7%, em relação ao período homólogo.

Para tal, o Banco tem disponível uma carteira de produtos e serviços de comércio exterior (importação e exportação) destinados a apoiar os seus clientes empresas no incremento dos seus negócios no mercado internacional.

Na sua actividade de Comércio Exterior, o Banco conta ainda com linhas comerciais junto dos seus bancos correspondentes na Europa e EUA numa base *funded* e *unfunded*. Esta base funded tem sido trabalhada pela Direcção Internacional como uma via alternativa aos tradicionais meios de financiamento de mercado.

Para além do *Trade Finance*, o Banco tem também apoiado a expansão do negócio dos seus clientes no estrangeiro através da coordenação entre a Direcção Internacional e as Estruturas do Grupo Banif no exterior.

O Banif – Grupo Financeiro conta com presença física internacional em 16 países e 4 Continentes tendo, durante o ano de 2011, apostado na consolidação do negócio das suas estruturas no estrangeiro, com excepção da região da Ásia, onde, considerando as prioridades estratégicas estabelecidas para os próximos anos, o Banco decidiu encerrar o Escritório de Representação de Hong Kong, aberto em 2009.

No Reino Unido e durante o ano de 2011, o Banif alargou a sua oferta de produtos e serviços aos clientes da Sucursal, numa abordagem plena de banca comercial. Como consequência natural das mudanças verificadas nos mercados internacionais, o direccionamento estratégico naquele importante mercado foi também revisto, privilegiando o relacionamento com empresas (*Wholesale Banking, Project Finance, Corporate Banking* e *Pure Trade Finance*), particulares (*Private Banking* e negócios com Não-Residentes), com ênfase para clientes com origem e/ou com relações de negócios em países nos quais o Grupo está presente; e ainda, *Real Estate* com foco em *Property Development*

no Reino Unido, com *developers* locais e *Second Home Mortgage* para Clientes *affluent* residentes naquele país ou com interesse em adquirir imóveis em Portugal, assim como em outros países onde o Banif está presente (Cabo Verde, Malta, Brasil, etc.).

De referir, adicionalmente, que o Banif mantém a sua posição como membro de pleno direito no Grupo Bancário Internacional G.E.B. (Groupement Européen de Banques) e com cujos demais membros temos procurado estreitar relações em diversas áreas de interesse comum. A reunião anual deste ano decorreu em Junho p.p., em Malmö, na Suécia.

3.1.8 Síntese da Actividade e Resultados do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, (Banif) referentes aos períodos em análise, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. Contudo, tendo em vista a análise do desempenho económico e a respectiva comparabilidade a nível internacional, bem como o contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais adequado a utilização de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif SGPS, empresa-mãe do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas. Os dados de 2010 correspondem aos saldos reexpressos para assegurar a comparabilidade com as políticas e critérios aplicados em 2011.

No final de 2011 concretizou-se o processo de cisão-fusão da Banif GO, que resultou no aumento de 16.950 milhares de euros do Activo Líquido e num impacto de -11.703 milhares de euros nos resultados de 2011 do Banif, em base IAS/IFRS.

A análise das demonstrações financeiras e dos principais indicadores permite salientar o desempenho do Banco no exercício de 2011, do qual se destaca:

- O Resultado do Exercício de 2011 apresenta um prejuízo de 86.654 milhares de Euros no final de 2011, que compara com 37.108 milhares de euros de lucro em 2010;
- O *Cost to Income* evoluiu favoravelmente de 60,6% em 2010 para 57,1% em 2011, em consequência da subida do Produto da Actividade em 4,8% e da descida dos Custos de Funcionamento em 1,2%.
- O rácio de transformação de depósitos em crédito desceu de 140,7% para 119,5%, em resultado da diminuição do Crédito Líquido e do aumento dos Depósitos de Clientes, alcançando-se assim o rácio indicativo previsto no Programa de Assistência Financeira a Portugal.
- O rácio de capital *Core Tier 1* ascendeu a 10,1%, acima dos 9,0% de mínimo requerido para 31 de Dezembro de 2011, e o rácio total foi de 11,4%, calculados nos termos regulamentares do Banco de Portugal.

Demonstração de Resultados

A crise da dívida soberana que afectou Portugal e que conduziu a um pedido de ajuda externa ao Fundo Monetário Internacional, à Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu, conjuntamente designados por "Troika", veio prolongar e agravar as dificuldades de acesso aos mercados monetários e de capitais internacionais por parte dos bancos nacionais, os quais continuam praticamente limitados ao recurso a operações de refinanciamento do BCE e à captação de depósitos junto dos seus clientes, com agravamento do seu custo, motivado por uma concorrência muito agressiva. Esta situação, aliada a uma progressiva deterioração da qualidade do crédito, condicionou fortemente a actividade e os resultados do Banco em 2011.

A Margem Financeira, incluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, apresentou uma descida de 3,5% face ao final de 2010, ascendendo a 223.710 milhares de euros. Os Rendimentos de Instrumentos de Capital incluem dividendos distribuídos antecipadamente pela sociedade Numberone, SGPS, Lda, veículo que gere participações sociais e a emissão de dívida das empresas do Banif - Grupo Financeiro, que passaram de 16,8 milhões de euros em 2010 para 26,0 milhões de euros em 2011. A evolução da margem financeira propriamente dita foi negativa, devido principalmente à subida das taxas de juro passivas, que foram superiores à progressão verificada nas taxas de juro activas, gerando uma diferença unitária negativa, estimada em 29 p.b.

Nas Operações Financeiras, registou-se em 2011 um prejuízo no valor de 7.251 milhares de euros, contra um lucro de 527 milhares de euros em 2010. O prejuízo de 2011 foi motivado pelos Resultados de Activos e Passivos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados que, no cômputo geral, foram negativos em 8.163 milhares de euros, justificados principalmente por desvalorizações em unidades de participação de fundos de investimento. Os Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda também foram negativos em 64 milhares de euros, contra lucros de 7.513 milhares de euros no ano de 2010, ano em que se efectuou a alienação de uma participação na Rentipar Seguros, que gerou uma mais-valia de 7,5 milhões de euros. Em Resultados de Reavaliação Cambial foram alcançados ganhos de 976 milhares de euros, que comparam com 783 milhares de euros registados em 2010.

Os Outros Proveitos Líquidos, que incluem Rendimento de Serviços e Comissões, Resultados de Alienação de Outros Activos, e os Outros Resultados de Exploração, apresentaram uma subida de 32,7%, passando de 96.477 milhares de euros no exercício de 2010 para 128.071 milhares de euros em 2011. Os Rendimentos de Serviços e Comissões subiram 15,1%, o que evidencia o alargamento registado no relacionamento comercial com a base de clientes do Banco e a revisão das condições de preçário. Em Resultados de Alienação de Outros Activos registou-se um prejuízo de 1.808 milhares de euros, justificado principalmente por menos-valias na venda de imóveis, que compara com ganhos de 2.286 milhares de euros, em 2010. Por último, neste agregado, os Outros Resultados de Exploração ascenderam a 47.954 milhares de euros em 2011, com uma subida de 108,2% face aos 23.031 milhares de euros registados em 2010. A principal causa desta evolução decorre do ganho de

25.612 milhares de euros com recompra de passivos emitidos, no âmbito da operação de oferta pública de troca de obrigações subordinadas.

Como corolário da evolução da Margem Financeira, Operações Financeiras e Outros Proveitos Líquidos, o Produto de Actividade subiu 4,8%, totalizando 344.530 milhares de euros.

Os custos de funcionamento, que incluem Custos com Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Amortizações, ascenderam a 196.726 milhares de euros, menos 1,2% do que no exercício de 2010, conseguindo-se novamente uma redução neste conjunto de custos.

Os Custos com Pessoal apresentaram um aumento de 3,0%, justificados pelo impacto com a transferência parcial das responsabilidades com pensões para a Segurança Social, que ascendeu a 6.833 milhares de euros. O total das remunerações pagas apresenta uma descida de 3,2%.

Em 2011, os Gastos Gerais Administrativos foram inferiores em 7,2% face a 2010, representa uma poupança de 5.254 milhares de euros. As maiores poupanças registaram-se em serviços informáticos, comunicações, rendas e alugueres e formação de pessoal. Nas amortizações verificou-se uma descida de 3,5%, menos 512 milhares de euros.

O desinvestimento na rede de distribuição do Banif em 2011, com o encerramento de 17 agências e a consequente libertação de meios humanos, que se traduziu na redução de 121 colaboradores, foram determinantes na obtenção das poupanças atrás referidas.

Como resultado da diminuição verificada nos custos de funcionamento e na expansão do Produto de Actividade, a evolução do rácio *Cost to Income* traduz o acréscimo de eficiência de alcançado, tendo passado de 60,6%, no final do de 2010, para 57,1%, no final do exercício em análise.

O *Cash Flow* de Exploração ascendeu a 161.726 milhares de euros, representando um crescimento de 12,2% quando comparado com o final do exercício anterior.
As Provisões e Imparidade, líquidas, calculadas de acordo com as IAS/IFRS ascenderam a 265.767 milhares de euros em 2011, mais 180.163 milhares de euros do que em 2010, situação demonstrativa da actual conjuntura económica adversa.

A carga fiscal suportada pelo Banco em 2010 e 2011 é influenciada pelo regime fiscal específico que incide sobre os dividendos recebidos de filiais no exterior. Por outro lado, os impostos correntes incluem o impacto com a Contribuição Extraordinária do Sector Bancário que ascendeu a 3.276 milhares de euros.

Em consequência da actual conjuntura, a actividade do Banco em 2011 gerou um resultado líquido negativo, em base IAS/IFRS, no montante de 86.654 milhares de euros, contra um lucro de 37.108 milhares de euros em 2010.

Relativamente aos resultados do exercício em base NCA's, que em 2011 se fixaram em -15.699 milhares de euros, a principal razão para a diferença resulta dos diferentes critérios entre as provisões constituídas nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que atingiram 167.763 milhares de euros (138.703 milhares de euros no final de 2010), e imparidade de crédito, em base IAS/IFRS, que ascendeu a 265.267 milhares de euros (85.604 milhares de euros no exercício de 2010), diferença que, líquida de impostos diferidos, ascendeu a 72.912 milhares de euros.

Balanço

No final de 2011, as principais variações ocorridas no Balanço, foram as seguintes:

- Activo Líquido aumentou 11,1%;
- Crédito sobre Clientes Bruto diminuiu 4,5%;
- Depósitos de Clientes subiram 10,6%;
- Capitais Próprios com uma redução de 75.139 milhares de euros, menos 8,3%.

O Activo Líquido do Banif ascendia em 31 de Dezembro de 2011 a 16.754 milhões de euros, mais 11,1%, como já referido, relativamente ao exercício de 2010. Este aumento decorre principalmente do aumento dos Activos disponíveis para venda, em consequência de aquisições de obrigações no âmbito de operações de securitização realizadas pelo Banco. Retirando este efeito, a variação do Activo Líquido seria de 6,8%.

No final do exercício de 2011, o saldo bruto do Crédito Concedido a clientes ascendia a 9.953 milhões de euros, representando uma diminuição de 4,5% relativamente ao exercício anterior.

No segmento de particulares, o crédito concedido bruto ascendia a 4.261 milhões de euros, menos 2,1% do que no período homólogo de 2010, representando 42,8% do total do crédito em balanço. O crédito imobiliário, que dentro do segmento de particulares representa 74,9%, ascendia em 31 de Dezembro de 2011 a 3.192 milhões de euros, dos quais, 2.661 milhões de euros estavam titularizados. Comparativamente ao ano anterior, o saldo do crédito imobiliário diminuiu na globalidade 1,0%, e o titularizado também diminuiu, 4,1%. O crédito ao consumo ascendia no final de 2011 a 345 milhões de euros, contra 375 milhões de euros um ano antes, ou seja, desceu 8,1%. O crédito ao consumo titularizado apresenta um aumento de 18,6%, devido à realização, no final de 2011, de uma nova operação de titularização de crédito ao consumo, a Atlantes Finance 4, que abrangeu 110 milhões de euros de créditos. O outro crédito a particulares ascendia no final de 2011 a cerca de 724 milhões de euros, menos 3,9% do que na mesma data de 2010.

O crédito a empresas ascendia, em 31 de Dezembro de 2011, a 5.611 milhões de euros, menos 6,7% do que na mesma data de 2010. O crédito ao segmento empresas representava no final do exercício em análise 56,4% do total do crédito bruto concedido.

(milhões de euros)	Dez-11	Dez-10	Variação
Particulares			
Crédito imobiliário	3.192	3.223	-1,0%
do qual titularizado	2.661	2.774	-4,1%
Crédito ao consumo	345	375	-8,1%
do qual titularizado	232	195	18,6%
Outro	724	754	-3,9%
Total Particulares	4.261	4.352	-2,1%
Empresas			
Desconto	193	293	-34,3%
Empréstimos	2.717	2.706	0,4%
do qual titularizado	863	0	-
Contas Correntes	1.913	2.260	-15,3%
Outros	788	755	4,4%
Total Empresas	5.611	6.014	-6,7%
Juros a receber e vencidos	81	54	51,8%
Total Crédito Bruto	9.953	10.419	-4,5%
Imparidade de Crédito	488	347	40,8%
Total Crédito Líquido	9.465	10.072	-6,0%

Em Abril de 2011 securitizaram-se 1.128 milhares de euros de créditos concedidos ao segmento empresas, sob a operação Atlantes SME 1.

Além das duas operações de titularização atrás referidas, o Banif, SA realizou em 2011 cessões de crédito, desreconhecidas do Balanço, no total de 142 milhões de euros, pelo preço de 133 milhões de euros.

Como já referido, a qualidade do crédito deteriorou-se em 2011, como demonstra a evolução do indicador "Imparidade / Crédito Total" que passou para 4,91% no final de 2011, contra 3.33% no final de 2010.

Os Activos Financeiros Disponíveis para Venda, líquidos de imparidade, ascendiam, em 31 de Dezembro de 2011, a 3.979 milhões de euros, mais 800 milhões de euros do que em 2010. Neste aumento, cerca de 501 milhões de euros correspondem a variações nas obrigações adquiridas no âmbito das operações de securitização, nomeadamente pela aquisição da totalidade das obrigações decorrentes das operações concretizadas em 2011, a Atlantes SME 1 e Atlantes Finance 4. O restante aumento, corresponde a aquisições de diversas obrigações e de dívida pública.

Relativamente à carteira de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados, verificou-se uma diminuição de 224 milhões de euros, decorrente da venda de unidades de participação de fundos imobiliários e do vencimento de obrigações.

No lado do Passivo, o *funding* captado pelo Banif subiu 7,8%, correspondendo a um aumento de 858 milhões de euros, entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2011.

(milhões de euros)	Dez-11	Estr.	Dez-10	Estr.	Var.
Recursos de Bancos Centrais	2.127	17,9%	1.651	15,0%	28,8%
Recursos de Outras Instituições de Crédito	859	7,2%	1.013	9,2%	-15,2%
Recursos de Clientes	8.530	71,8%	7.919	71,8%	7,7%
Passivos Financeiros	8	0,1%	17	0,2%	-50,8%
Passivos Subordinados	362	3,0%	429	3,9%	-15,6%
Total do *Funding*	11.886	100,0%	11.028	100,0%	7,8%

Os Recursos de Clientes apresentaram uma forte subida, com um aumento de 611 milhões de euros, mais 7,7%, mantendo um peso de 71,8% no total do *funding*.

Os Recursos de Bancos Centrais, nomeadamente do Banco Central Europeu, apresentam um aumento de saldo de 476 milhões de euros, mais 28,8% face a 31 de Dezembro de 2010, passando a representar 17,9% do total do *funding*, contra 15,0% no ano anterior. O aumento verificado nestes recursos está associado ao aumento da disponibilidade de colaterais resultantes das operações de securitização efectuadas no ano.

Os Recursos de Outras Instituições de Crédito diminuíram 154 milhões de euros face a Dezembro de 2010, menos 15,2%, diminuindo o seu peso no total do *funding*, no final de 2011, para cerca de 7,2%, em comparação com 9,2% no final de 2010.

Dentro do *funding* merece destaque os Recursos de Clientes, que incluem Depósitos de Clientes, Responsabilidades representadas por Títulos e Passivos Financeiros ao Justo Valor e que apresentaram a seguinte evolução nos períodos em análise:

(milhões de euros)	Dez-11	Dez-10	Variação
Depósitos de Clientes	7.918	7.158	10,6%
À ordem	2.445	1.311	86,4%
A prazo	4.892	5.304	-7,8%
Poupança	512	503	1,7%
Outros	69	40	72,8%
Responsabilidades representadas por títulos	611	755	-19,1%
Passivos ao justo valor	0	5	-100,0%
Recursos de Clientes	8.530	7.919	7,7%

Os Depósitos de Clientes subiram 10,6%, no período em análise, representando um aumento de 760 milhões de euros. Por natureza, verifica-se que os Depósitos a Prazo diminuíram 411 milhões de euros, menos 7,8%, e os Depósitos à Ordem aumentaram 1.134 milhões de euros, uma subida de 86,4%. Estas variações resultam de uma reclassificação entre produtos, em curso, com um valor estimado em cerca de 975 milhões de euros. Retirando este efeito, a evolução de Depósitos a Prazo e Depósitos à Ordem seria de 10,6% e 12,1%, respectivamente. Os restantes tipos de depósitos, Poupança e Outros, aumentaram 8 milhões de euros e 29 milhões de euros, respectivamente.

A performance obtida nos Depósitos de Clientes foi determinante na evolução favorável do rácio de transformação de depósitos em crédito, que passou de 140,7% em 2010 para 119,5% no final do exercício em análise.

A variação ocorrida em Responsabilidades representadas por títulos, com menos 144 milhões de euros, decorre principalmente do vencimento do BANIF 2010 FLOAT EUROMEDIUM TERM PROGRAM, no montante de 150 milhões de euros, que foi substituído por um outro programa de maturidade trimestral e valor de 20 milhões de euros.

Em 2011, o Banco realizou um aumento de capital social de 14,5 milhões de euros, na sequência do processo de cisão-fusão da Banif GO. Contudo, em consequência dos resultados negativos, os Capitais Próprios, em base IAS/IFRS, apresentam uma diminuição de 75,1 milhões de euros, para 833,8 milhões de euros no final de 2011, contra 908,9 milhões no final de 2010.

O Rácio de Solvabilidade, calculado nos termos regulamentares do Banco de Portugal, passou de 14,1%, no final de 2010 para 11,4% no final de 2011. O rácio *Core Tier 1* apresenta 10,1% em 2011, o mesmo valor apresentado no final de 2010.

Análise Comparativa, em base IAS/IFRS:

Expresso em milhares de Euros

Balanço	**31-12-2011**	**31-12-2010 Reexpresso**	**Variação absoluta**	**Variação %**
Activo Líquido	16.753.823	15.079.100	1.674.723	11,1%
Crédito Concedido (Bruto)	9.953.083	10.419.117	(466.034)	-4,5%
Depósitos de clientes	7.918.156	7.158.295	759.861	10,6%
Recursos totais de Clientes (balanço)	8.529.517	7.918.592	610.925	7,7%
Capitais Próprios	833.778	908.918	(75.139)	-8,3%

Demonstração de resultados	**31-12-2011**	**31-12-2010 Reexpresso**	**Variação absoluta**	**Variação %**
Margem Financeira (inclui Rendimentos de Instrumentos de Capital)	223.710	231.818	(8.108)	-3,5%
Lucros em Operações Financeiras (líq.)	(7.251)	527	(7.778)	-1475,9%
Outros Proveitos (líq.)	128.071	96.477	31.594	32,7%
Produto da Actividade	344.530	328.822	15.708	4,8%
Custos com Pessoal	115.337	112.018	3.319	3,0%
Gastos Gerais Administrativos	67.467	72.721	(5.254)	-7,2%
Cash Flow	161.726	144.083	17.643	12,2%
Amortizações do Exercício	13.922	14.434	(512)	-3,5%
Provisões e Imparidade (líq.)	265.767	85.604	180.163	210,5%
Resultado antes de Impostos	(117.963)	44.045	(162.008)	-367,8%
Impostos (correntes e diferidos)	(31.309)	6.937	(38.246)	-551,3%
Resultado do Exercício	(86.654)	37.108	(123.762)	-333,5%

Outros indicadores	**31-12-2011**	**31-12-2010 Reexpresso**	**Variação absoluta**	**Variação %**
Imparidade de Crédito / Crédito Total	4,91%	3,33%	-	-
ROE *	-	5,04%	-	-
ROA *	-	0,25%	-	-
Resultado Antes de Impostos / Activo Líquido Médios*	-	0,30%	-	-
Produto da Actividade / Activo Líquido Médios*	2,12%	2,23%	-	-
Resultado Antes de Impostos / Capitais Próprios Médios*	-	5,98%	-	-
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade	57,1%	60,6%	-	-
Custos Com Pessoal / Produto da Actividade	33,5%	34,1%	-	-
Rácio de Solvabilidade (base regulamentar Banco de Portugal)				
Total	11,4%	14,1%	-	-
Tier 1	10,4%	10,1%	-	-
Core Tier I	10,1%	10,1%	-	-
Rácio crédito líquido / depósitos	119,5%	140,7%	-	-
Nº de empregados	2.548	2.669	-121	-4,5%
N º de Agências Bancárias	343	360	-17	-4,7%

3.2 Crédito Especializado

3.2.1 Banco Mais, SA

3.2.1.1 Actividade em Portugal

O ano de 2011 foi marcado pelos impactos na actividade de concessão de crédito da crise económica e das medidas de austeridade impostas a Portugal e os seus efeitos negativos na oferta e procura de financiamentos e no perfil de risco dos potenciais clientes.

No que respeita à principal actividade desenvolvida pelo Banco Banif Mais, SA, a concessão de financiamento para a aquisição de veículos usados, de acordo com os dados da ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado, financiaram-se 828,8 milhões de euros, menos 17% do que em 2010, correspondentes a 71.785 unidades, menos 14.437 unidades do que no ano anterior.

Neste contexto, o Banco manteve a segunda posição em termos de quota do mercado de financiamento de veículos usados tendo, contudo, essa quota diminuído de 12,9% em 2010 para 11,8% em 2011. Também no financiamento para a aquisição de veículos novos a quota de mercado diminuiu de 3,3% para 2,5%. No financiamento de motos, o Banco manteve também a segunda posição do mercado, com uma quota de 29,1% em 2011.

Conforme referido, em 2011 foi concluído o processo de Cisão-Fusão da Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA, tendo o Banco Banif Mais, SA incorporado o património relativo às actividades de "*leasing* mobiliário" e "financiamento de aquisições a crédito". Note-se que concretização e respectivo *booking* de novas operações relativas a estes financiamentos já tinham passado a ser efectuados no Banco Banif Mais, SA desde 2010.

O ano de 2011 foi também um ano de esforço de contenção de custos, tendo sido desenvolvidas várias medidas neste sentido.

O Mercado Automóvel

Segundo a ACAP (Associação de Comércio Automóvel de Portugal), em Portugal, as vendas de automóveis ligeiros de passageiros novos não foram além das 153.433 unidades em 2011, o que representa uma forte contracção do mercado, de 31,3% face ao ano anterior.

No mês de Dezembro de 2011, o mercado de automóveis ligeiros de passageiros novos sofreu uma forte queda de 60,1% em relação a igual mês do ano anterior, tendo sido comercializados 11.207 veículos. Este decréscimo deveu-se, por um lado, ao prolongamento da tendência descendente iniciada em Janeiro de 2011 e, por outro, ao facto de no período homólogo de 2010, que constitui o termo de comparação, o mercado ter registado uma forte subida resultado do aumento da carga

fiscal para a compra de veículos e da extinção do programa de incentivos ao abate de veículos em fim de vida para automóveis não exclusivamente eléctricos introduzidos no início de 2011.

No que respeita ao mercado de venda de usados, as estatísticas disponíveis, que reflectem o número de registos efectuados, indicam uma redução do número de registos de cerca de 19% em 2011 face a 2010, que é significativamente inferior à verificada na venda de veículos novos.

Produção

O cenário de crise económica, nomeadamente o aumento do desemprego e diminuição geral da actividade comercial, levou a que fossem mantidos critérios de análise restritivos. Assim, foram celebrados em Portugal 15.738 contratos (21.013 em 2010), aos quais corresponde um volume de crédito de 134,6 milhões de euros (169,2 milhões de euros em 2010).

3.2.1.2 Actividade Internacional

Na Eslováquia, em 2011, o mercado automóvel registou um crescimento, tendo o segmento de veículos ligeiros de passageiros novos crescido 6,5% face a 2010.

Na Polónia e ao contrário de 2010, o mercado automóvel registou um fraco desempenho em 2011 face ao ano anterior, com o nível de vendas de automóveis ligeiros de passageiros novos a apresentar uma diminuição de 12,4%.

Em 2011 as sucursais do Banco Mais na Eslováquia e Polónia celebraram 1.950 contratos (1.579 contratos em 2010), com um total de crédito concedido de 8,7 milhões de euros (6,5 milhões de euros em 2010), o que traduz um crescimento do crédito concedido em ambos os países, apesar dos diferentes contextos de mercado referidos.

Face aos níveis de risco existentes e ao agravamento da situação económica em Espanha, o Banco Mais manteve, em 2011, o total enfoque na gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora, não havendo concessão de novos créditos.

Banco Banif MAIS, SA

Números significativos (base IAS)			Milhares de Euros
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	1,037,781	827,278	25.4%
Crédito total	931,301	780,091	19.4%
Capitais próprios	247,883	215,824	14.9%
Produção global	143,400	173,772	-17.5%
Margem financeira	35,003	39,112	-10.5%
Produto da actividade	48,204	49,596	-2.8%
Cash flow	26,733	28,282	-5.5%
Resultado líquido	(995)	19,726	-105.0%
Custos pessoal/Produto bancário	18.0%	17.3%	-
Cost to income	46.9%	45.1%	-
Produto bancário/Activo líquido médio	6.2%	6.5%	-
ROE	-0.5%	11.0%	-
ROA	-0.1%	2.3%	-
RAI/Activo líquido médio	-0.4%	2.9%	-
RAI/Capitais próprios médios	-1.6%	12.6%	-
Imparidade do crédito/Crédito total	24.4%	22.9%	-
Rácio solvabilidade	32.0%	23.4%	-
Pontos de venda	20	20	0.0%
N.º de empregados	243	267	-9.0%

3.2.2 Banif Plus Bank, ZRT

Em 2011 a actividade da subsidiária do Banco Banif Mais na Hungria contrariou a tendência negativa do mercado de financiamento de automóveis usados húngaro, que registou um decréscimo de 17% no número de unidades financiadas, tendo registado um aumento no número de contratos celebrados de 21,4% (e de 26% em termos de valor de crédito concedido). Este desempenho acima do mercado é em parte explicado pelo facto de em anos anteriores esta subsidiária ter sentido fortes quebras da sua produção, acima das quedas do mercado, situação que começou a inverter em 2010, mas cuja recuperação foi sobretudo notória em 2011, tendo recuperado parcialmente a sua posição no mercado.

Estes números são mais expressivos tendo em consideração o esforço de redução dos custos de estrutura da filial, e que teve implicações ao nível da rede de delegações que passou de 9 para 6 balcões.

Apesar da referida evolução do mercado de financiamento, as vendas veículos novos e usados apresentaram em 2011 evoluções positivas de 3,7% e 6,7%, respectivamente. Contudo, a penetração das vendas a crédito no ponto de venda reduziu-se em cerca de 2,3 pontos percentuais nas vendas de veículos usados (passando de 10,5% do total das transacções em 2010, para 8,2% em 2011) e cerca de 1,8 pontos percentuais no segmento de veículos novos (decrescendo de 29,3% para 27,5%).

BANIF PLUS BANK, ZRT

Números significativos (base IAS/IFRS)			Milhares de Euros
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	94,137	113,021	-16.7%
Crédito total	85,809	111,107	-22.8%
Capitais próprios	25,168	29,923	-15.9%
Produção global	10,594	6,732	57.4%
Margem financeira	9,720	9,914	-2.0%
Produto da actividade	11,195	12,156	-7.9%
Cash flow	5,947	6,985	-14.9%
Resultado líquido	3,844	3,095	24.2%
Custos Pessoal/Produto bancário	32.9%	29.0%	-
Cost to income	49.1%	45.0%	-
Produto bancário/ Activo líquido médio	10.9%	10.3%	-
ROE	14.7%	10.2%	-
ROA	3.7%	2.6%	-
RAI/Activo líquido médio	4.6%	3.1%	-
RAI/Capitais próprios médios	17.8%	12.2%	-
Imparidade do crédito/Crédito total	16.1%	14.4%	-
Rácio solvabilidade	25.8%	25.2%	-
Pontos de venda	6	9	-33.3%
N.º de empregados	71	90	-21.1%

3.2.3 Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

Durante o ano de 2011 o mercado de automóveis ligeiros assistiu mensalmente a quebras consecutivas nas suas vendas, terminando o ano com menos 30% de unidades vendidas face aos valores registados no ano anterior. A conjuntura macroeconómica adversa que se vive no nosso país, os critérios de análise mais restritivos na concessão de crédito e as altas taxas de juro, variáveis importantes na decisão de compra, contribuíram para as quebras registadas.

O mercado do Aluguer Operacional de Veículos (AOV) registou, segundo dados da ALF (Associação Portuguesa de *Leasing, Factoring e Renting*), uma quebra de 10% face aos valores do ano de 2010.

Esta quebra não foi tão acentuada quanto a registada no mercado automóvel, devido ao facto das gestoras de frotas terem optado por efectuar prolongamentos dos contratos existentes, bem como pelo realuguer de viaturas já existentes nas suas frotas, o que lhes permitiu contrariar a quebra da procura com níveis de investimentos mais reduzidos.

A actividade desenvolvida pela Banif Rent acompanhou a tendência negativa do mercado automóvel tendo registado um decréscimo na sua produção de 43%. Este decréscimo deveu-se à conjugação dos factores já referidos, associados à implementação de uma estratégia de desaceleração e controlo do investimento.

Em 2011 foram celebrados 1.593 contratos (2.800 no período homologo de 2010), o que correspondeu um investimento de 8 milhões de euros.

No final de 2011 a frota total sob gestão era de 3.394 veículos (4.671 no final de 2010), o que representa um decréscimo de 27% face ao ano anterior.

Do total dos veículos sob gestão, 2.718 (80%) incluem serviços (manutenção, pneus, viatura de substituição e seguro da Companhia de Seguros Açoreana), o que face a 2010 representa, no total da frota, uma maior proporção de viaturas com serviços associados.

Apesar da situação adversa do mercado, e consequente impacto na conta de exploração, a Banif Rent não limitou o apoio dado na gestão da frota automóvel do Banif – Grupo Financeiro.

O resultado líquido do período foi negativo em 11 milhões de euros, que compara com 317 mil euros negativos em 2010. Para este resultado contribuiu, significativamente, o constante aumento do custo de *funding* verificado durante o ano de 2011 e o reforço das perdas por imparidade em 6,7 milhões de euros (4,3 milhões de euros em dívidas de clientes e 2,4 milhões de euros em activos tangíveis e activos não correntes detidos para venda), consequência de uma política de prudência que tem vindo a ser adoptada pela Empresa.

Em Dezembro de 2011, procedeu-se ao reforço dos capitais próprios da sociedade em 8,5 milhões de euros através de prestações suplementares efectuadas pelo accionista único Banif Comercial, SGPS, SA.

Para 2012, a Banif Rent pretende dar continuidade à estratégia adoptada no segundo semestre de 2012.

A 31 de Dezembro de 2011, o número de colaboradores da sociedade era de 33.

Principais indicadores da actividade

(Milhares de Euros)

	2011	2010	Var.
Produção - nº Contratos	1.593	2.800	-43%
Produção – Investimento	8.024	26.282	-69%
Frota sob gestão	3.394	4.671	-27%
EBITDA	10.667	14.323	-26%
Activo	73.060	94.669	-23%
Capitais Próprios	-2.288	501	-557%
Nº empregados	33	35	-6%
Resultado Antes Impostos	-10.659	-746	1.329%
Resultado Líquido	-11.289	-317	3.461%

3.3 Actividade Internacional do Grupo

3.3.1 Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.

À data de 31 Dezembro de 2011 o volume de activos do Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd. (Banif (Cayman), Ltd.) cifrava-se em USD 599 milhões, tendo-se verificado um acréscimo de 16%, comparativamente a 31 de Dezembro de 2010.

O acréscimo verificado no volume dos activos do Banif (Cayman), Ltd. é explicado essencialmente pelo aumento ocorrido nas rubricas Outros activos, que cresceu USD 127,6 milhões; Aplicações em instituições de crédito que verificou um acréscimo de USD 45,7 milhões, face ao período homólogo. No entanto e em idêntico período, ocorreram decréscimos nas rubricas Disponibilidades em outras instituições de crédito que cifraram em USD 100,9 milhões, que corresponde a um decréscimo de USD 61,8 milhões; e Crédito a clientes que diminuiu USD 65,2 milhões, apresentando um valor de USD 199,8 milhões comparativamente a 2010. Destaca-se ainda o facto de a rubrica Propriedades de Investimento registar um saldo de USD 28,3 milhões enquanto que no período homólogo esta rubrica não apresentava saldo.

Relativamente ao Passivo do Banif (Cayman), Ltd. verificou-se, face ao fecho do exercício do ano de 2010, um acréscimo de 17%, o que corresponde um aumento de USD 81,8 milhões, cifrando-se em Dezembro de 2011 nos USD 557,2 milhões. Esta variação é essencialmente explicada pelos crescimentos verificados nas rubricas Outros passivos que apresenta um valor de USD 69,3 milhões e uma variação positiva de USD 61,6 milhões; Recursos de outras instituições de crédito, a qual cresceu USD 97,6 milhões e apresenta um saldo de USD 278,6 milhões. No entanto a rubrica de Recursos de clientes e outros empréstimos, contraiu-se em USD 22,5 milhões o que correspondeu a um saldo final de USD 69,5 milhões. Salienta-se ainda que a rubrica Outros passivos financeiros ao

justo valor através de resultados em Dezembro de 2011 apresenta saldo zero, quando em Dezembro de 2010 apresentava um saldo de USD 57,2 milhões.

O Banif (Cayman), Ltd. apresentou um resultado líquido negativo de USD 14 mil o que comparado com o lucro de USD 111 mil, que o Banco havia registado em 2010, explica-se maioritariamente pelas variações abaixo identificadas.

O Banco obteve, em 2011, um Produto Bancário de USD 5,3 milhões, o que representa um aumento de 10% face ao período homólogo. Este aumento deveu-se ao incremento da Margem financeira (que apresentou um saldo de USD 3,5 milhões) e da rubrica Outros resultados de exploração, que registou um montante de quase USD 10,0 milhões, enquanto no período homólogo o saldo desta rubrica tinha sido negativo em USD 4,4 milhões. No entanto, foram pagos USD 6,0 milhões em encargos com serviços e comissões e USD 2,3 milhões em Resultados de alienação de outros activos (em 2010 esta rubrica não apresentou qualquer valor), o que originou o Produto Bancário acima referido.

Os Gastos gerais administrativos de USD 1,5 milhões e as Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) de USD 3,2 milhões em 2011 contribuíram para o resultado líquido negativo apresentado.

Considerando a natureza das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações e em vigor no País, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro ("AML rules and regulations") e as regras de identificação de Clientes ("KYC rules"), são devidamente assegurados pela Direcção-Geral do Banif (Cayman), Ltd. nas Ilhas Caimão, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

Em Fevereiro de 2010, foi colocada por uma empresa de consultoria de investimentos, contra o Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd., uma acção judicial no Tribunal do Estado de Nova Iorque, reclamando o facto de o Banco ter, alegadamente, recebido comissões que seriam devidas à referida empresa. O Banco entende que a acusação formulada não tem fundamento, uma vez que nunca houve qualquer relação de negócios entre o Banco e a referida empresa, pelo que, apesar da incerteza quanto ao momento e ao valor do desfecho da acção judicial, não espera ter que suportar qualquer compensação ou prejuízo com esta acção, à parte dos custos legais incorridos com a sua defesa.

Milhares de Dólares

	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	599.313	518.283	15,6%
Crédito concedido	199.185	265.015	-24,8%
Depósito de clientes	69.449	91.942	-24,5%
Capitais próprios	42.095	42.910	-1,9%
Resultado líquido	-14	111	-112,6%

Em 31 de Dezembro de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,2939 Dólares (USD)

3.3.2 Banif International Bank, Ltd.

À data de 31 de Dezembro de 2011, o volume de activos do Banif International Bank, Ltd. (BIB) ascendia a USD 785,3 milhões, tendo-se verificado um acréscimo de 24%, comparativamente ao fecho do exercício de 2010, onde o total do activo do Banco era de USD 635,8 milhões.

O aumento verificado no total dos activos do BIB, face ao período homólogo, é maioritariamente explicado pelas variações ocorridas nas rubricas Outros Activos, com uma variação positiva de USD 39,1 milhões; Crédito a clientes, que cresceu USD 110, milhões; e Disponibilidades em outras instituições de crédito cujo aumento se cifrou em USD 100,1 milhões. Contudo em igual período, registou-se um decréscimo significativo de USD 92,0 milhões na rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados.

No que respeita ao Passivo do BIB, verificou-se um acréscimo de 27% que corresponde a USD 162,5 milhões face ao exercício de 2010, apresentando o total do passivo em Dezembro de 2011, o valor de USD 754,4 milhões. Esta variação é essencialmente explicada pelo acréscimo verificado na rubrica Recursos de outras instituições de crédito, que se cifrou em USD 445,0 milhões, o que correspondeu a um crescimento de USD 165,6 milhões. Houve no entanto uma redução na rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos em USD 21,1 milhões, que foi parcialmente compensada pelo acréscimo verificado na rubrica Outros passivos em USD 20,0 milhões.

O BIB apresentou no exercício de 2011, um resultado líquido negativo de USD 12,4 milhões, o que comparado com o prejuízo de USD 237 mil, que o Banco havia registado em 2010, explica-se maioritariamente pelas variações abaixo identificadas.

Na Margem Financeira ocorreu uma diminuição de USD 2,0 milhões (-25%), no entanto devido ao incremento verificado na rubrica Rendimentos de serviços e comissões, que registou um total de USD 14,7 milhões, o Banco apresentou um produto bancário de USD 8,9 milhões (o que corresponde a um aumento de USD 3,4 milhões face ao período homólogo).

Apesar deste aumento, foram registadas na rubrica Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) USD 19,6

milhões, um aumento de USD 15,3 milhões, face aos USD 4,3 milhões apresentados no ano de 2010, o que veio influenciar o resultado líquido negativo acima referido.

Considerada a natureza das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações e em vigor no País, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro - "AML rules and regulations" - e as regras de identificação de Clientes - "KYC rules"), são devidamente assegurados pela Direcção Geral do Banif International Bank, Ltd. nas Bahamas, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

Milhares de Dólares

	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	785.259	635.755	23,5%
Crédito concedido	579.781	469.344	23,5%
Depósito de clientes	224.801	245.945	-8,6%
Capitais próprios	30.811	43.772	-29,6%
Resultado líquido	-12.410	-237	5.142.4%

Em 31 de Dezembro de 2010 1 Euro (EUR) equivalente a 1,2939 Dólares (USD)

3.3.5 Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA

Em 2011, a economia brasileira foi afectada negativamente por factores externos, nomeadamente a instabilidade geopolítica do mundo árabe, as tensões militares na conturbada região do Paquistão, Iraque e Irão, assim como a crise das dívidas soberanas na Zona Euro.

Esta instabilidade económica e financeira mundial refletiu-se fortemente na subida do preço do petróleo, que impacta de forma acentuada na indústria transformadora e no sector dos transportes, comercial e público. Na ausência de financiamento externo pelos países mais desenvolvidos, sobretudo com os países da Zona Euro mergulhados numa crise sem precedentes, e dos quais o Brasil foi sempre extremamente dependente, a indústria dedicada à exportação, um sector importante para o desenvolvimento e fonte de equilíbrio da balança de pagamentos, foi fortemente afectada.

Neste contexto, o PIB do Brasil apresentou um crescimento de 2,7%, que compara com 7,6% obtido em 2010. Esta quebra do crescimento anual está relacionada com o visível abrandamento da economia no 2º semestre de 2011, em resultado do efeito desfasado do aumento dos juros na 1ª metade do ano, do efeito de imposição de medidas macro-prudenciais, pela redução da oferta de crédito por parte do BNDES e pela contenção dos gastos públicos. Adicionalmente, o impacto do ambiente externo sobre a confiança e da surpresa de inflação sobre o poder de compra real dos salários também tiveram efeito negativo. Com efeito, o crescimento foi negativamente afectado pela política monetária restritiva, destinada a controlar a inflação, que se traduziu numa subida das taxas de juro oficiais de 8,75% em 2009 para 12% em 2010 em para 12,5% até meados de 2011, colocando uma forte pressão nas taxas juros internas, que foram no período as mais altas taxas de juro reais a nível mundial.

O sector exportador ressentiu-se imediatamente da apreciação gradual do Real contra as principais divisas internacionais, conduzindo a uma perda de competitividade das exportações brasileiras, em

função do "custo Brasil", e agravando ainda mais a balança de pagamentos do país, devido ao acréscimo de importações de outros países emergentes que possuem maior flexibilidade cambial e subsídios. A indústria transformadora brasileira sofreu fortemente com essa concorrência, principalmente o sector têxtil e indústria do calçado, onde o Brasil, apesar de sua tradição, não conseguiu manter os níveis de exportação e produção interna.

Em 2011, as agências de rating, na sequência das dificuldades económicas da Zona do Euro e da grande repercussão da dificuldade para a renegociação da dívida da Grécia, reduziram novamente a notação de Portugal, o que provocou uma vaga de reduções das notações dos bancos portugueses que impactou negativamente na actividade do Banif Brasil, que perdeu o acesso a linhas de crédito de comércio exterior. Também no mercado interbancário brasileiro se reduziu substancialmente a actividade com os bancos médios, pequenos e estrangeiros, em particular os portugueses.

Dadas as incertezas relativas à Zona do Euro, as dificuldades de Portugal com as negociações para servir sua dívida externa, e os impactos negativos na economia brasileira causados pela política monetária restritiva de subida das taxas de juro, em conjunto com a ausência de uma flexibilidade fiscal que pudesse dar as empresas melhores perspectivas e maior actividade comercial, o Banif Brasil adoptou uma postura conservadora na concessão de crédito, privilegiando os clientes mais antigos, com um relacionamento favorável com a instituição, e assumindo um critério muito selectivo no desenvolvimento de novas relações comerciais.

Por essa razão, o Banif Brasil alterou a sua estratégia de crescimento, que acompanhou nos últimos anos o crescimento da economia brasileira, e passou a actuar em produtos de maior rentabilidade e de menor risco de concentração, procurando manter a sua posição no mercado.

O programa de crescimento da rede de agências, que conta actualmente com 13 agências no país, foi interrompido, não se tendo procedido a novas aberturas de sucursais em 2011. Foi colocada em prática na rede comercial uma estratégia de venda de produtos de crédito ao consumo, crédito automóvel e cartões de crédito, procurando alicerçar nesses mercados o desenvolvimento da base de clientes.

Na sequência dessa estratégia, os Activos Líquidos reduziram-se ligeiramente, em 3%, em 2001 com relação ao ano de 2010, tendo encerrado o exercício com 1,919 mil milhões de reais. O Crédito Liquido manteve-se próximo dos níveis de 2010, com uma redução da ordem de 4%, para 1,143 mil milhões de reais. Os recursos de clientes mantiveram-se praticamente estáveis em 1,024 mil milhões de reais, apresentando uma redução de 2% no exercício.

O resultado líquido do Banco apresentou um crescimento significativo no período, de 556%, encerrando o exercício com um Lucro Líquido de 12,6 milhões de reais. Este resultado está relacionado com a estratégia de redireccionar a actividade financeira do Banco para empréstimos e parcerias comerciais na área do imobiliário, além da aposta no crédito ao consumo, que apresenta melhores taxas de retorno.

Contas Individuais (de acordo com as normas brasileiras)			Mil Reais
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo Líquido	1.919.307	1.978.000	-3%
Crédito Líquido	1.143.733	1.194.371	-4%
Recursos de clientes	1.024.183	1.042.321	-2%
Capitais Próprios	203.240	176.744	15%
Produto Bancário	85.185	94.791	- 10%
Cash Flow de Exploração	41.830	27.621	51%
Resultado Líquido	12.652	1.929	556%
N.º de agências	13	13	0%
N.º de empregados	275	322	- 15%

Taxa 31 de dezembro de 2011 Euro 1,00 equivalente a Reais 2,43310

3.3.6 Banca Pueyo, SA

A Banca Pueyo, SA (Banca Pueyo) contava, em finais de 2011, com 90 agências bancárias nas Comunidades Autónomas da Estremadura, Madrid e Sevilha.

A Banca Pueyo desenvolve a actividade típica de um banco comercial destinado a clientes de retalho, abrangendo não só os produtos típicos bancários, contas correntes e de depósitos, depósitos a prazo, contratos de crédito e de *leasing*, mas também outros, como os depósitos e a intermediação de valores mobiliários e ainda a comercialização de seguros de diferentes ramos, de fundos de investimento e planos de pensões.

A Banca Pueyo é a sociedade-mãe de um grupo de empresas, entre as quais se encontram, como mais significativas, uma sociedade gestora de fundos de pensões – Pueyo Pensiones EGFP, SA – e uma sociedade agente de seguros – Pueyo Mediación, SA.

Durante o exercício de 2011, a Banca Pueyo manteve a estratégia de expansão da sua rede de Agências, tendo inaugurado 2 novas Agências, ambas na Estremadura.

A actividade do sector bancário espanhol, em 2011, esteve marcada pela crise económica internacional e pela reestruturação das Caixas de Aforro. A necessidade de liquidez por parte do sector financeiro provocou uma elevada concorrência pelos depósitos dos Clientes, o que manteve a remuneração dos mesmos em níveis elevados, com a consequente redução da margem financeira. Por este motivo, um dos principais objectivos da Banca Pueyo durante todo o ano de 2011 foi o de conseguir um crescimento equilibrado entre Crédito e Recursos de Clientes, de modo a não fazer depender o seu crescimento de outro tipo de recursos, mantendo os seus excelentes rácios de liquidez.

Em resultado desta política, foi possível atingir um crescimento de 2,34% no Crédito Concedido e de 3,40% nos Depósitos de Clientes, valores muito positivos dada a conjuntura económica verificada

durante todo o exercício de 2011. Estes números permitem à Banca Pueyo iniciar o exercício de 2012 em óptimas condições de liquidez para atingir os objectivos propostos para o mesmo.

O Crédito a Clientes atingiu, em 31 de Dezembro de 2011, o montante de 679 milhões de euros. Deste valor, 77% está coberto por garantias reais, quase exclusivamente hipotecárias.

Os Depósitos de Clientes atingiram o montante de 860 milhões de euros.

Todos estes dados de crescimento estão acompanhados de um Rácio de Crédito Vencido de 2,10% sobre o total da Carteira de Crédito, muito abaixo da média do sector em Espanha, com uma cobertura por provisões de 174%.

Quanto a resultados, o Grupo Banca Pueyo obteve, em 2011, um Lucro Líquido de 5,1 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 11,18% em relação ao resultado do exercício anterior. Esta diminuição resulta, essencialmente, da redução da margem financeira e dos montantes destinados ao fortalecimento do balanço através da constituição de provisões para imparidade.

CONTAS IAS / IFRS (consolidadas) — Milhares de Euros

	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	1.024.350	982.806	4,23
Crédito concedido bruto	679.462	663.943	2,34
Depósitos de clientes	859.678	831.446	3,40
Capitais próprios	85.028	81.170	4,75
Margem financeira	31.259	28.746	8,74
Produto da actividade	10.155	12.767	-20,46
Resultado líquido	5.117	5.761	-11,18
ROA	0,48	0,5%	-
ROE	5,84	6,87%	-
Crédito vencido/Crédito total	1,54	1,65%	-
Cost to income	50,57	50,45%	-
N.º de agências	90	88	3,27
N.º de empregados	227	225	0,89

3.3.7 Banco Caboverdiano de Negócios, SA

Durante 2011, a economia em Cabo Verde, apesar da crise financeira internacional, manteve alguma estabilidade, com taxas de crescimento real do PIB estimadas em torno de 5%.

Neste contexto, merece particular destaque a intervenção, em Dezembro de 2011, de cariz restritivo a nível da política monetária por parte do Banco Central, que aumentou a sua taxa directora em 150 bp e a taxa de Disponibilidade Mínimas de Caixa de16% para 18%, com o intuito de estabilizar as reservas cambiais, o que se traduz num acréscimo de custos de funding e pressão adicional sobre a gestão de liquidez para todos os intervenientes no sector financeiro.

Para o Banco Caboverdiano de Negócios (BCN), o ano de 2011 foi marcado pela continuidade da política de selectividade na concessão de crédito, que se traduziu numa redução de cerca de 4% da sua carteira de crédito bruto a clientes. Igualmente em 2011, o Banco viu reduzir-se a sua carteira de recursos de clientes em cerca de 16%, tendo esta variação negativa decorrido da redução da importância de um grupo limitado de grandes clientes, designadamente projectos imobiliários e empresas públicas. Este facto obrigou o Banco a adoptar uma política de gestão criteriosa da liquidez e a procurar alternativas de *funding* junto do mercado interbancário, tanto em Cabo Verde como junto do Grupo. Nesta linha, merece realce a obtenção de uma linha de crédito de médio – longo prazo, em condições favoráveis, junto da Proparco (França).

No que concerne à demonstração de resultados, a margem financeira manteve-se estável, ainda que espelhe uma redução de 13% em juros recebidos, traduzindo o aumento significativo da carteira de crédito vencido (tendo o rácio de crédito em incumprimento passado de 2,24% em 2010 para 6,7% para 2011), compensada por uma redução nos juros pagos em cerca de 27%. A margem complementar, por seu lado, apesar da revisão do preçário e comportamento positivo da posição cambial, apresenta uma redução de cerca de -9%, negativamente afectada pela redução da actividade creditícia.

Em termos de eficiência operacional, o rácio *Cost to Income* reduziu-se de 63% em 2010 para 61% em 2011.

Em síntese, em 2011, os Resultados Antes de Impostos reduziram-se cerca de -25% e os Resultados Líquidos em cerca de -32%.

O Banco procedeu, em Dezembro de 2011, à racionalização da sua estrutura comercial, com o encerramento de duas sub-Agências e a integração do Centro de Empresas na Rede de Agências, consolidando a Área Comercial numa única Direcção.

Análise Comparativa, com base IAS/FRS:

Milhares de Euros

	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	109.349	113.912	-4
Crédito concedido bruto	87.566	91.308	-4,1
Depósitos de clientes	73.375	87.486	-16,1
Capitais próprios	10.341	9.999	3,4
Margem financeira	4.704	4.706	0,0
Produto da actividade	6.206	6.350	-2,3
Cash flow de exploração	2.873	3.078	-6,7
Resultado líquido	491	719	-31,8
ROA	0,45%	0,63%	-0,2
ROE	4,74%	7,19%	-2,4
Crédito em incumprimento/Crédito total	6,7%	2,3%	4,4
Imparidade/Crédito em incumprimento	89,4%	165,6%	-76,2
Cost to income	60,5	62,6%	-2,1
N.º de agências	18	21	-3
N.º de colaboradores	124	124	0,0
Rácio de solvabilidade	12,4%	11,0%	1,4

NOTA: cotação em 31 Dezembro de 2010 = 31 Dezembro de 2011 (currency peg existente) 1 Euro = 110,265 CVE

3.3.8 Banif Bank (Malta), Ltd.

Desenvolvimento de Actividade

Em Dezembro de 2011, o Banif Bank (Malta) plc concluiu o seu quarto ano de actividade e, apesar das incertezas da conjuntura Internacional, com a crise da dívida soberana europeia a atingir máximos, riscos de recessão mundial e consequente volatilidade dos mercados, o Banif (Malta) voltou a registar um crescimento significativo da sua actividade em Malta.

O resultado desse crescimento, verificado no seu *core business* na área de Retalho e Empresas, na actividade de *Trading* e, ao mesmo tempo, pelo bom controlo sobre os custos operacionais, permitiu ao Banco, começar a registar lucros no segundo semestre do ano.

Este crescimento de negócio é um marco importante, que está em linha com as estratégias definidas para o Banif (Malta) no qual se prevê ainda mais investimentos em infra-estruturas, tanto em termos de capacidade de captação de negócio, como em soluções e produtos oferecidos aos seus Clientes.

O Banif (Malta) está actualmente presente na República de Malta com um Centro de Empresas e 9 Agências, tendo a última delas sido inaugurada no final do segundo trimestre de 2011, em Rabatt. Este crescimento foi complementado com o reforço da capacidade operacional, tanto no "front-office" como nas áreas de *back-office* e com a extensão das instalações da Sede.

Além destas acções, o banco abriu a sua rede interna de ATMs, disponibilizando-a aos seus Clientes, lançou produtos alternativos de poupança e disponibilizou novos serviços, como a funcionalidade do *Banif@st* pagamento de facturas.

Nos recursos humanos, o Banco também aumentou os seus efectivos, para assegurar um nível adequado de suporte ao crescimento de negócio.

Na verdade, no final de Dezembro de 2011, o número de empregados do Banif (Malta), atingiu 144 pessoas (em Dezembro de 2010 eram 137).

O importante papel do Banif (Malta) junto da comunidade local é hoje plenamente reconhecido, sendo um parceiro respeitável junto dos seus pares e continuando fortemente empenhado em tornar-se o terceiro maior banco em Malta.

Performance Financeira

Durante o ano de 2011, o Banco voltou a ter um crescimento significativo nas áreas de Retalho e de Empresas, o que resultou num crescimento importante do seu produto bancário e nos respectivos resultados do exercício.

A carteira de empréstimos cresceu 93,9 milhões de euros, representando um aumento de 60% quando comparado com 156,9 milhões de euros, alcançados em finais de Dezembro de 2010.

A carteira de depósitos de Clientes embora tenha diminuido de 433,7 milhões de euros, no final de Dezembro de 2010, para 261,9 milhões de euros, no final de Dezembro de 2011, teve uma importante consolidação e apresentou maior dispersão de maturidades, atenuando o risco de liquidez.

Na verdade, a queda nos depósitos de Clientes deveu-se ao levantamento de um depósito de 250 milhões de euros, de um Insittucional Internacional, depositado no Banco no final de 2010, por um período de curto prazo e maturidade no primeiro trimestre de 2011.

Dado o risco de concentração, este depósito não foi considerado para efeitos de sustentabilidade do negócio do Banco em Malta. Comparando a evolução dos depósitos de Clientes e excluindo este depósito extraordinário, o crescimento desta rubrica foi de 42,5%.

A margem financeira resultante foi de 5,6 milhões de euros, o que, comparado com o ano anterior, representa um crescimento de 69,4% (2010: 3,3 milhões de euros).

Quanto à margem complementar, o resultado de Serviços e Comissões somou 1,255 milhões de euros (2010: 0,806 milhões de euros) e os resultados de *Trading* 1,932 milhões de euros (2010:1,009 milhões de euros).

O resultado em Serviços e Comissões deveu-se principalmente ao aumento da carteira de crédito, ao aumento das taxas cobradas sobre as garantias emitidas e ao aumento de outros serviços bancários de retalho.

Quanto aos resultados de *Trading*, o Banif (Malta) aumentou o nível de actividade da Sala de Mercados durante o ano de 2011, por um lado, em actividades de moeda estrangeira e, por outro, constituíndo uma carteira de títulos nacionais e internacionais corporativos e, na generalidade, cobertos ("*covered bonds*"), com vencimentos de curto prazo. Alguns destes títulos foram utilizados, nomeadamente, em operações de *repos* para efeitos de liquidez do banco e, ao mesmo tempo, para maximizar os resultados.

Assim, durante o ano de 2011 o produto bancário foi de 8,8 milhões de euros, representando um aumento de 71,6% quando comparado com o registado no ano anterior, de 5,1 milhões de euros.

No total, o produto bancário cobriu em 92,1% os custos operacionais, incluindo provisões e imparidade líquidas (2010: 55,8%).

Quanto aos custos operacionais durante o período em análise, reflectem o aumento dos custos com pessoal e sistemas tecnológicos de suporte. Assim, os custos com pessoal, gastos gerais administrativos, depreciação de imobilizado e amortização de activos intangíveis, aumentaram no total 2,6%, passando de 8,5 milhões de euros em 2010 para 8,7 milhões de euros em finais de 2011.

Os custos com pessoal representaram 49,8% (2010: 43,6%) dos custos operacionais totais.

Embora o Banco tenha atingido, em Setembro de 2011, numa base mensal, o seu *Break Even* operacional, o resultado total do exercício para o período em análise, traduziu-se em uma perda antes de impostos de 0,753 milhões de euros, o que representou uma evolução significativa e positiva em termos de resultados e performance do Banco. (2010: 4,051 milhões de euros de perda para o mesmo período).

Levando em consideração a referida perda e a possibilidade de *offset* contra previsíveis lucros futuros para efeitos fiscais, registou-se um efeito positivo de imposto diferido de 0,175 milhões de euros (2010: 1,376 milhões de euros).

O total dos activos no final de Dezembro de 2011 totalizou 470,4 milhões de euros (2010: 458,6 milhões de euros), sendo que a maior componente do mesmo corresponde ao crédito a concedido a Clientes, que totalizou 250,9 milhões de euros (2010: 156,9 milhões de euros).

Como durante o ano 2011 o Banco continuou a aumentar a sua carteira de *Trading* e investimentos, os activos financeiros totalizavam 65,2 milhões de euros no final de Dezembro de 2011 (2010: 4,179 milhões de euros), representando a segunda maior componente dos activos do Banif (Malta).

O investimento em activo imobilizado, equipamentos e outros activos intangíveis líquidos de depreciação e amortização, representou 9,6 milhões de euros (2010: 7,818 milhões de euros).

Em 2011, pela segunda vez consecutiva, o Banif (Malta) foi nomeado o Melhor Grupo Bancário em Malta pela World Finance. Este prémio foi atribuído em reconhecimento do desempenho financeiro do Banco, do seu Governance Corporativo e pela colocação no mercado de produtos e soluções inovadoras, que proporcionam valor acrescentado para os clientes.

Este prémio representa, mais uma vez, um importante reconhecimento e a clara demonstração da confiança que os seus Clientes, Empregados e Accionistas depositam no Banif (Malta).

O Banco continua empenhado nos seus objectivos e em alcançar marcos importantes em 2012. Estes objectivos passam, não só pela consolidação do negócio até à data conseguido, mas também por um crescimento do mesmo e pela melhoria das margens de intermediação.

Para tal, deverão continuar os investimentos na capacidade de captação de negócio bancário, nomeadamente através da expansão da rede de Agências, com três novas agências a começar a operar no início de 2013 e outras três no início de 2014, o recrutamento de recursos humanos, para fortalecer a área comercial, bem como outras áreas, e, finalmente, o apoio em instrumentos e software de infra-estrutura técnica para suporte à gestão.

Milhares de Euros

	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	470.404	458.641	2,6
Crédito concedido bruto	250.914	156.950	59,9
Depósitos de clientes	261.873	433.679	-39,6
Capital social	32.500	25.000	30,0
Margem financeira	5.611	3.311	69,4
Crédito vencido/Total crédito	1,45%	2,38%	-39,1
Produto da actividade	8.797	5.126	71,6
Resultados líquidos	-528	-2.675	-80,3
ROA	-0,16%	-0,88%	-81,8
ROE	-2,61%	-17,36%	-85,0
Rácio de solvabilidade	8,37%	8,29%	1,0
Cost to income	99,24%	165,96%	-40,2
N.º de agências	9	8	12,5
N.º de empregados	144	137	5,1

3.3.9. Banif International Holdings, Ltd

A Banif International Holdings, Ltd (BIH) é uma empresa sediada nas Ilhas Caimão, fundada em 2004, que funciona como sociedade holding e detém 100% das acções emitidas pelas seguintes subsidiárias:

- Banif Finance (USA), Corp.;
- Banif Financial Services, Inc.;
- Banif Forfaiting Company

assim como participações no Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA (Banif Brasil) e Centaurus Realty Group (Brasil).

A BIH registou um resultado líquido negativo de 4,7 milhões de dólares em 2011, o que compara negativamente com um lucro de 100 mil dólares obtido em 2010, que se deveu a peedas não realizadas na carteira de investimentos, que ascenderam a 2,9 milhões de dólares, e a um aumento dos custos de financiamento em 745 mil dólares.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Milhares de Dólares

	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	65.424	54.104	-1
Capitais próprios	15.017	21.052	21
Proveitos totais	1.056	2.037	-29
Lucro líquido	-4.741	1	-47

Em 31 de Dezembro de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1.2939 Dólares (USD)

3.3.9.1 Banif Finance (USA) Corp.

A **Banif Finance (USA), Corp.** (BFUSA) é uma instituição de crédito hipotecário licenciada no Estado da Florida, cuja actividade principal consiste na concessão de crédito imobiliário para habitação e comércio e na concessão de financiamentos ao comércio internacional, a importadores e exportadores com sede nas Américas.

De acordo com a regulamentação do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFUSA está sujeita a fiscalização governamental e correspondente legislação. A verificação ao nivel de *compliance* local é também levada a efeito, anualmente, por uma terceira entidade independente, a fim de reduzir os riscos legais e operacionais a que possa estar exposta.

A sociedade iniciou a sua actividade em Fevereiro de 2002. Em 31 de Dezembro de 2008, mudou a sua designação de Banif Mortgage Company para Banif Finance (USA), Corp. assim reflectindo a expansão das suas actividades, as quais incluem hoje os financiamentos de comércio internacional, como resultado da fusão com a Banif Forfaiting (USA), Inc..

No que diz respeito ao crédito imobiliário, a BFUSA não só financia a compra e/ou construção de habitação própria ou para investimento a Clientes do Banif - Grupo Financeiro, mas também financia a compra e/ou construção de imóveis comerciais a Clientes institucionais. Todas as operações de crédito imobiliário são fundamentadas numa análise de crédito e/ou de viabilidade de projecto, para

além de uma avaliação feita por uma firma independente especializada. Todos os projectos imobiliários financiados pela BFUSA estão garantidos por hipoteca sobre o activo financiado.

Em 2011, a empresa continuou a operar em condições de mercado extremamente adversas. As receitas caíram 36% em 2011, sobretudo devido ao menor rendimento de juros proporcionado por uma base de activos que diminuiu e menos mais-valias de reavaliação nos imóveis da carteira de investimento. A empresa registou uma perda de 1,5 milhões de dólares em 2011, o que compara com o lucro de 2,4 milhões de dólares registado em 2010.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Milhares de Dólares

	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	270.449	264.997	2
Capitais próprios	11.467	12.986	-12
Proveitos totais	12.275	19.074	-36
Lucro líquido	-1.519	2.391	+164

Em 31 de Dezembro de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1.2939 Dólares (USD)

3.3.9.2 Banif Financial Services, Inc.

A **Banif Financial Services, Inc.** (BFS) é uma sociedade constituída em Novembro de 2000, registada no Estado da Flórida, que fornece aos seus Clientes serviços de aconselhamento ao investimento. Como entidade regulada pelo Governo e sob a jurisdição do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFS segue todos os procedimentos operacionais, códigos de ética e políticas anti-branqueamento de capitais a que está sujeita, assim reduzindo os riscos legais e operacionais da actividade.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Milhares de Dólares

	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	376	382	-2
Capitais próprios	362	361,4	0
Proveitos totais	222	465	-52
Lucro líquido	0	4	-90

Em 31 de Dezembro de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1.2939 Dólares (USD)

3.3.9.3 Banif Forfaiting Company, Ltd

A **Banif Forfaiting Company, Ltd.** (BFC), empresa constituída nas Bahamas em Novembro de 2005, iniciou a sua actividade durante o segundo trimestre de 2007. A BFC fornece apoio adicional às

operações de trade finance do Grupo no continente americano. Especificamente, conserva nos seus livros uma carteira de instrumentos de trade finance (letras, promissórias, aceites, etc.) para posterior venda/distribuição a terceiros.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Milhares de Dólares

	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	68.381	25.321	170
Capitais próprios	-9.478	-633	1.397
Proveitos totais	424	1.691	-75
Lucro líquido	-8.845	-1.317	572

Em 31 de Dezembro de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1.2939 Dólares (USD)

4. BANCA DE INVESTIMENTO

4.1 Banif - Banco de Investimento, SA

Tomando o universo da fileira de banca de investimento em Portugal e a perspectiva das contas consolidadas (relevando IAS), os resultados decresceram fortemente em 2011, de um lucro líquido de 8,1 milhões de euros para um prejuízo de 0,9 milhões de euros[4].

Esta regressão, que interrompe uma trajectória de crescente geração de valor, encontra explicação numa descida de 17% no principal indicador de actividade, o Produto Bancário, de 36,4 para 30,2 milhões de euros e no crescimento de 102% do *stock* de imparidade sobre crédito, condicionando a rubrica global de dotação para provisões e imparidades a uma contribuição adversa de 7,9 milhões de euros, contra apenas 2,1 milhões de euros no ano passado.

Em relação ao Produto Bancário, é de notar que os seus dois principais componentes sofreram evoluções desfavoráveis. A margem financeira caiu 29%, de 14,4 para 10,2 milhões de euros, devido à extraordinária subida do custo dos depósitos e dos fundos tomados ao abrigo da linha do Banif SA, só parcialmente repercutida nas aplicações. As comissões líquidas desceram 23%, de 21,5 para 16,6 milhões de euros, mercê do abrandamento sentido nas actividades de "advisory services & banking" e de corretagem de acções no banco e do notório decréscimo das comissões gerada pela gestora de activos (-34%), fortemente impactada pela quebra de comissões de gestão e desempenho nos fundos imobiliários.

Já os Resultados de Operações Financeiras tiveram um comportamento misto. De facto, enquanto a carteira proprietária de fundos de investimento - com destaque para as posições em Infra Invest, Banif Capital Infrastructure Fund, New Energy Fund, Ged Sur e Capven - sofreu uma considerável depreciação ao longo de exercício, os resultados cambiais, a imunização do risco República em

[4] Os resultados individuais (NCA) do Banif Banco de Investimento cifraram-se em 3.0 milhões de euros em 2011

carteiras valorizadas a *fair value* e a operação de recompra de obrigações próprias empreendida no final do ano permitiam que o agregado crescesse de 0,1 para 3,0 milhões de euros.

Os custos com o pessoal, incluindo 818 milhares de euros de indemnizações pagas no contexto de acordos de rescisão por acordo mútuo, cresceram 5,6% em relação ao ano transacto. Não fossem aquelas indemnizações os custos com o pessoal teriam decrescido 1,6%.

Os custos com fornecimentos e serviços externos caíram 12% (1,2 milhões de euros), com forte contributo da publicidade e de um conjunto de outras naturezas. As amortizações cresceram no exercício, quase exclusivamente devido à sub-rúbrica de *software*.

A dotação líquida para provisões atingiu, como referido, o montante de 7,9 milhões de euros, valor que compara com 2,1 milhões no ano passado. Para este desempenho contribuiu de forma decisiva o forte reforço das imparidades de crédito, elevadas de 6,4 para 13,1 milhões de euros.

Por último, algumas notas sobre a evolução das principais massas de balanço destacando, desde logo, o decréscimo do activo em 246 milhões de euros (-18%), assente em decréscimos nas carteiras de obrigações (-199 milhões de euros), unidades de participação de fundos de investimento (-36 milhões de euros) e crédito vivo (-35 milhões de euros), esta última infelizmente contrabalançada pelo crescimento de 32 milhões no Crédito Vencido. Quanto ao passivo e situação líquida, merecem realce a subida da exposição ao ECB, sobretudo na exposição média ao longo do ano (+135 milhões de euros), a quebra nos depósitos de empresas e institucionais, a recompra de dívida própria (gerando uma importante mais valia, no montante de 6.094,5 milhares de euros) e o aumento de capital de 30 milhões de euros realizado em Dezembro. As reservas de reavaliação foram impactadas negativamente em 17 milhões de euros (23 milhões antes do efeito fiscal) devido à degradação do risco República.

Contas Individuais	31-12-2011	31-12-2010	Variação 2011/2010
Activo Líquido	1.102.738	1.322.666	-17%
Capitais Próprios	77.027	60.968	26%
Produto Bancário	22.613	28.512	-21%
Cash-Flow	8.631	14.493	-40%
Resultado do Exercício	3.063	5.836	-48%
ROA	0,4%	0,5%	-
ROE	5,8%	9,6%	-
Cost-to-Income	67,6%	53,1%	-
Rácio de Solvabilidade	12%	9%	-

Contas Consolidadas	31-12-2011	31-12-2010	Variação 2011/2010
Activo Líquido	1.093.293	1.339.229	-18%
Capitais Próprios	89.253	77.485	15%
Produto Bancário	30.203	36.499	-17%
Cash-Flow	18.177	15.685	16%
Resultado do Exercício	-887	8.182	n/a
ROA	-0,1%	0,7%	-
ROE	-1,1%	10,6%	-
Cost-to-Income	71,7%	60,4%	-

4.1.1 *Advisory Services & Banking*

4.1.1.1 *Corporate Finance*

O plano de assistência financeira acordado em meados de 2011 entre o Governo Português e o FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia (conjuntamente designados por "Troika"), implicou a implementação de um conjunto de medidas de austeridade visando regularizar o défice orçamental do Estado e diminuir o seu nível de endividamento. Numa conjuntura económica e financeira já complexa a nível internacional e doméstico, a percepção do risco de crédito associado à dívida soberana portuguesa conheceu uma deterioração substancial em 2011, que tem penalizado de forma continuada o recurso por parte do Estado, bancos e empresas aos mercados financeiros internacionais, quer em termos de custo quer em termos do próprio acesso ao crédito.

Esta envolvente tem condicionado fortemente a actividade de Fusões & Aquisições em Portugal que, de acordo com a informação disponibilizada pela Bloomberg e ThomsonReuters, registou em 2011 uma queda em número de transacções superior a 50%. Em concreto, de acordo com a ThomsonReuters, concluíram-se em 2011 em Portugal cerca de 30 transacções contra 73 transacções concluídas durante o ano de 2010.

Em face deste enquadramento, a Direcção de *Corporate Finance* reforçou o seu esforço comercial junto de clientes internacionais com vista à prestação de serviços de assessoria financeira em operações de *cross-border*, nomeadamente nos mercados de Espanha, Brasil, Turquia e nas geografias cobertas pelos nossos parceiros da rede Terra Alliance. Desta forma, a nossa equipa esteve envolvida em vários projectos relevantes, dos quais merecem destaque:

- Assessoria financeira à Aviapartner na potencial aquisição da Groundforce;
- Assessoria financeira ao TIIC – Transport Infrastructure Investment Company na análise, avaliação e negociação de duas oportunidades de investimento em Espanha;
- Assessoria financeira ao Grupo SAGE na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento;
- Assessoria financeira à FINAF S.p.A. na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento;

- Assessoria financeira à Investindustrial na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento em Portugal e na Turquia;
- Assessoria financeira ao Grupo Soares da Costa na avaliação da sua participada Prince Contracting & Co.;
- Assessoria financeira ao Grupo Cenor na avaliação do conjunto das empresas do grupo;
- Assessoria financeira ao Grupo Lena na análise de desinvestimento de áreas de negócio não estratégicas;
- Coordenador financeiro do fecho da aquisição da OMNI Helicopters International pela Stirling Square Capital Partners
- Assessoria financeira ao FICA – Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual, na análise de viabilidade de candidaturas para o financiamento de produções cinematográficas;
- Assessoria financeira ao Governo Regional dos Açores na avaliação da EDA – Electricidade dos Açores, S.A.
- Assessoria financeira à Quifel Holding na potencial aquisição do Banco Efisa, BPN Gestão de Activos e BPN Brasil.

4.1.1.2 *Structured Finance*

No ano de 2011 constatou-se um acentuar da tendência já verificada em 2010 de muito maior restrição e selectividade na concessão de crédito às empresas e projectos de investimento, acompanhada por um ajustamento em alta das condições de pricing das operações. Neste contexto, tendo em conta as severas limitações enfrentadas na concessão de crédito, registou-se uma redução significativa na participação do Banco em financiamentos em regime de *Project Finance e Acquisition Finance*.

Em face deste panorama, a Direcção reforçou a dinâmica comercial orientada para a prestação de serviços de assessoria financeira especializada, e tem vindo a reformular a abordagem à estruturação de operações de financiamento, privilegiando a tomada e desintermediação de risco de crédito (em contraponto à tomada de risco directo para balanço). Neste âmbito, destacam-se as seguintes intervenções:

- *Mandated Lead Arranger* no financiamento à Portquay West I BV para a aquisição de uma participação de 10% da Media Capital;
- Prestação de Garantia Bancária à Selfenergy Solutions, S.A. destinada a cobrir os riscos de construção de um parque *fotovoltaico rooftop* de 2,0 MWh localizado em Múrcia (Espanha);

- Assessoria financeira a uma entidade do Grupo, na prestação de Garantias Bancárias (*Performance Bonds*) no âmbito do financiamento em regime de Project Finance de um parque Termosolar de 100 MWh localizado em Castilla la Mancha (Espanha), promovido pelo Grupo Abengoa;
- Assessor financeiro exclusivo da Rotas do Algarve Litoral (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Algarve Litoral;
- Assessor financeiro exclusivo da SPER (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Baixo Alentejo;
- Assessor financeiro do Grupo ETE, Edifer e TIIC no Concurso Público para a Concessão da Plataforma Logística do Porto de Leixões.

4.1.1.3 *Real Estate Finance*

A Direcção de *Real Estate Finance* (DREF) foca a sua actividade na montagem, tomada e gestão de operações de crédito estruturado especialmente orientadas para o mercado imobiliário. Adicionalmente, a DREF tem vindo a promover a prestação de serviços de assessoria financeira especializada para este segmento, tanto no *buy side* como no *sell side*.

Durante o ano de 2011, a actividade da DREF foi fortemente impactada pela crise que assola Portugal e, em particular, pelas restrições de liquidez e incremento acentuado do custo de funding do banco, que obrigou a uma forte contenção do crédito concedido a clientes, com reflexos directos na geração de negócio e rendibilidade desta área.

Neste contexto, a DREF concentrou os seus recursos na gestão e optimização da carteira de crédito existente, com particular ênfase na reestruturação e acompanhamento dos créditos deteriorados. Paralelamente, a equipa deu continuidade à actividade de Assessoria Real Estate que possibilitou, em 2011, a formalização de quatro mandatos de assessoria financeira orientada especificamente para a vertente imobiliária.

Finalmente, e para além dos mandatos de assessoria contratados com clientes, a DREF assegura igualmente a gestão de vários activos imobiliários e participações sociais em sociedades imobiliárias que o Banco de Investimento tomou posse no contexto da reestruturação de operações de financiamento.

4.1.2 *Treasury & Markets*

4.1.2.1 Mercado de Capitais

Em 2011, a área de Mercado de Capitais - Dívida, esteve envolvida na estruturação e colocação de 17 transacções em mercado primário, num montante total de cerca de 1.283 milhões de Euros.

Salientam-se, no âmbito da política de captação de recursos para o Banif – Grupo Financeiro, as seguintes transacções estruturadas pela Direcção de Mercado de Capitais:

a. duas emissões de obrigações com garantia da República Portuguesa para o Banif – Banco de Investimento, SA no montante global de 150 milhões de Euros;
b. duas emissões de obrigações com garantia da República Portuguesa para o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA no montante global de 700 milhões de Euros;
c. uma emissão de obrigações com garantia da República Portuguesa para o Banco Banif Mais, SA no montante de 25 milhões de Euros;
d. três emissões de Senior Notes para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ao abrigo do seu Euro Medium Term Note Programme, no montante global de 60 milhões de Euros; e
e. duas emissões de obrigações para a Banif SGPS, SA no montante global de 125 milhões de Euros.

Importa igualmente referir as transacções estruturadas pela Direcção de Mercado de Capitais para as sociedades integradas no Grupo Rentipar, nomeadamente:

a. uma emissão de obrigações subordinadas para a Rentipar Seguros, SGPS, S.A. no montante de 10 milhões de Euros;
b. uma emissão de obrigações perpétuas subordinadas para a Companhia de Seguros Açoreana, S.A. no montante de 10 milhões de Euros;
c. uma emissão de obrigações para a Rentiglobo, SGPS, SA no montante de 35 milhões de Euros;
d. uma emissão de obrigações para a Rentipar Investimentos, SGPS, SA no montante de 60 milhões de Euros; e
e. Programa de Papel Comercial para a Rentimundi – Investimentos Imobiliários, S.A. no montante de 10 milhões de Euros, por subscrição particular, sem garantia de reembolso.

De salientar ainda que, no âmbito da estruturação de financiamento para clientes não residentes, foram realizadas duas novas emissões de *Notes* pelo *Euro Invest Limited*, Ltd, indexadas ao risco de crédito do Banif – Grupo Financeiro e/ou dos seus accionistas maioritários, nos montantes de 55 milhões de Euros e de 55 milhões de Dólares Americanos.

No final do ano, o Banco desempenhou igualmente as funções de intermediário financeiro no âmbito de uma oferta pública geral e voluntária de aquisição lançada pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA sobre 100.000 obrigações subordinadas por este emitidas, por troca de até 100.000 obrigações subordinadas, a emitir pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA ao abrigo do seu *Euro Medium Term Note Programme*.

Por último, no que respeita à actividade internacional, o Banco prestou assessoria financeira na venda de activos brasileiros a um Grupo Financeiro Internacional.

4.1.2.2 Financeira

O ano de 2011 revelou ser um período delicado para o sistema bancário português, nomeadamente no acesso a fontes externas de liquidez. De facto, os sucessivos cortes de notação de rating, quer da República quer dos bancos nacionais, associados ao pedido de ajuda externa de Portugal, levaram a que se confirmasse a dependência do Banco Central Europeu como forma de financiamento da actividade.

O BBI encetou um processo de desalavancagem do balanço que se concretizou na redução de cerca de 16% do seu activo, com uma alteração não despicienda na composição das suas fontes de financiamento.

Atendendo ao acima referido e ao enquadramento regulamentar, tornou-se inevitável uma descida nos recursos captados junto de institucionais (que atingiu os 145 milhões de euros). Ainda assim, o BBI conseguiu reforçar a sua independência na obtenção de financiamento, como o comprova a redução de 135 milhões de euros na utilização de linhas de financiamento intra-grupo, aumentando em simultâneo a pulverização das fontes de financiamento, permitindo assim uma redução de riscos.

Os fluxos mencionados foram compensados por: (i) variação líquida em emissões próprias (137,5 milhões de euros); (ii) aumento do capital social (30 milhões de euros); (iii) subida no recurso ao BCE (35 milhões de euros); (iv) desenvolvimento das operações de reporte de títulos (30 milhões de euros) e (v) aumento dos recursos captados junto de clientes particulares (10 milhões de euros).

O aumento do capital social em 30 milhões de eruos permite ao BBI cumprir confortavelmente as metas regulamentares impostas para os rácios de capital.

Como forma de amenizar os efeitos nocivos da subida do seu custo de funding, o BBI aumentou significativamente a utilização de instrumentos de mercado monetário, nomeadamente Bilhetes do Tesouro, permitindo uma gestão eficiente da posição de liquidez e, simultaneamente, obter um contributo importante para a margem financeira.

A Direcção Financeira continuou a desenvolver esforços para diversificar as suas fontes de financiamento e potenciais contrapartes, nomeadamente assinando ISDA e ISMA com quatro entidades adicionais.

Durante 2011, foram feitos investimentos em sistemas de controlo e avaliação de produtos derivados para fazer face ao aumento de actividade de clientes nesta área. Aqueles investimentos garantem a avaliação independente para a totalidade das posições de derivados existentes (montante nocional de 700 milhões de euros), essencialmente provenientes de cobertura de risco de clientes (cambial, taxa de juro, crédito e *commodities*).

Por último, a actividade bem-sucedida de *trading* proprietário em mercados cambiais permitiu mais do que compensar a queda acentuada do volume de negócio de clientes neste segmento.

Estratégia de Financiamento

No plano de vencimentos de dívida do Banif - Banco de Investimento ("BBI") o ano de 2012 não regista qualquer acontecimento, tanto ao nível das emissões mais antigas emitidas em 2007 ("Upper e Lower TierII") dado que uma delas só amortiza em 2017 ("Upper TierII") e a outra é Perpétua ("Lower Tier II"), assim como as emissões de dívida garantida pelo Estado Português emitidas em 2011 só maturam em 2014.

A estratégia do BBI para 2012 passará por manter no nível mais baixo possível o recurso às linhas de financiamento intra-grupo, garantindo desta forma a autonomia do BBI no financiamento da sua actividade. Ainda no seguimento desta estratégia o BBI irá reforçar a *pool* de colaterais a utilizar junto do BCE através da carteira de crédito actual e com a aquisição de activos elegíveis, na sequência da amortização de títulos da sua carteira no montante de 120 milhões de euros, durante os meses de Maio e Junho de 2012.

Adicionalmente, o BBI através de uma política activa de captação de recursos junto dos seus clientes Particulares e Institucionais tentará melhorar o seu rácio de transformação, substituindo financiamento do ECB por financiamento de Clientes.

Não está prevista a emissão adicional de dívida garantida pelo Estado Português durante o ano de 2012 pelo BBI.

4.1.2.3 Securitização

A estratégia do Banif – Banco de Investimento, SA (Banif Investimento) nesta área de actividade, tem ao longo dos últimos anos, assentado nos seguintes pilares:

- Estruturação de novas operações;
- Concretização de emissões através da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, SA ("Gamma");
- Gestão das operações em que o Grupo intervém;

Principais eventos decorridos em 2011:

Foram estruturadas pelo Banif Investimento, durante o ano de 2011, 2 operações de Titularização, num montante global de aproximadamente 1.400 milhões de euros.

Em paralelo, foi constituído no decorrer de 2011 um Programa de Obrigações Hipotecárias para o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (Banif), num montante global de 3.000 milhões de euros e consequentemente concretizadas 2 emissões, que ascenderam a 135 milhões de euros.

Adicionalmente o BBI esteve também envolvido nos seguintes processos ao longo do ano de 2011:

- Obtenção de notação de *rating* pelas agências Fitch e DBRS, para as tranches seniores das emissões *Azor Mortgages* No.2, *Atlantes Mortgage* No.3, *Atlantes Mortgage* No.4 e *Atlantes Mortgage* No.5, assegurando dessa forma o cumprimento do requisito definido pelo Banco Central Europeu, que vigorou a partir de Março/11.

- Reestruturação de emissões em curso (*Azor Mortgages* No.2, *Atlantes Mortgage* No.2,3,4,5 e 7 e *Atlantes Finance* No.3), assegurando assim a adaptação das transacções em causa ao critério da Standard & Poor's publicado em Dez/10.

- Colaboração com o Banif na colocação de Obrigações Titularizadas, emitidas pela Gamma, junto de investidores institucionais.

No final de 2011 a Direcção de Securitização era responsável pela gestão de aproximadamente 4.650 milhões de euros de Obrigações Titularizadas, correspondentes a 13 operações, das quais cerca de 4.480 milhões de euros foram concretizadas pela Gamma.

A 31 de Dezembro de 2011 a Gamma registou um activo líquido total de 4.349 milhões de euros e capitais próprios de aproximadamente 5,5 milhões de euros, tendo obtido um resultado líquido de 563 milhares de euros.

(valores em milhares de euros)	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
Activo Líquido	4.349.782	3.251.874	34%
Capitais Próprios	5.459	3.796	44%
Resultado do Exercício	563	328	72%

- **Fevereiro:** conclusão do processo de obtenção de um 2º *rating* para as operações de Titularização *Azor Mortgages* No.2, *Atlantes Mortgage* No.3, *Atlantes Mortgage* No.4 e *Atlantes Mortgage* No.5. O *rating* atribuído pela Fitch foi de "A", para a operação Azor Mortgages No.2 e "AA-" para as restantes. Refira-se que este processo foi motivado pelas exigências do Banco Central Europeu, o qual a partir de 1 de Março de 2011, determinou que todas as operações de Titularização tinham de beneficiar de notação de *rating* por parte de, pelo menos, 2 agências reconhecidas.
- **Abril:** concretização de uma emissão de obrigações titularizadas, denominada *Atlantes* No.1, num montante global de 1.132,9 milhões de euros. Esta operação, envolveu uma carteira de créditos a Pequenas e Médias Empresas, originados pelo Banif. A emissão obteve um rating de "Aa2" pela Moody's e "AAA" pela DBRS.

- **Julho:** constituição de um Programa de Obrigações Hipotecárias para o Banif, num montante global de 3.000 milhões de euros. O Programa obteve notação de *rating* pela Moody's de "Baa3".
- **Julho:** emissão de 85 milhões de euros de Obrigações Hipotecárias, ao abrigo do Programa do Banif.
- **Julho:** conclusão do processo de obtenção de um 3º *rating* para a operação de Titularização denominada *Azor Mortgages* No.2. As obrigações classe A da referida emissão passaram a beneficiar de um *rating* "A+" pela agência DBRS.
- **Julho:** adaptação de algumas emissões em curso (*Azor Mortgages No.2, Atlantes Mortgage No.2, Atlantes Mortgage No.3, Atlantes Mortgage No.4, Atlantes Mortgage No.5, Atlantes Mortgage No.7 e Atlantes Finance No.3*) ao novo critério da Standard & Poor's. Esta adaptação teve por objectivo proteger o interesse dos investidores das referidas emissões, evitando, dessa forma, um downgrade das mesmas.
- **Setembro:** obtenção de garantia do *European Investment Fund* e consequente colocação junto de investidores institucionais de 80 milhões de euros de obrigações *Atlantes* 1, classe A.
- **Outubro:** emissão de 50 milhões de euros de Obrigações Hipotecárias, ao abrigo do Programa do Banif.
- **Dezembro:** concretização de uma operação de Titularização denominada *Atlantes Finance* No. 4, a qual envolveu uma carteira de créditos ao consumo, automóvel e leasing originados pelo Banif e Banif Mais, SA. Esta operação contemplou a emissão pela Camma de obrigações no montante global de aproximadamente 260 milhões de euros, tendo as obrigações classe A obtido uma notação "A+" pela agência Standard & Poor's.

Estruturações em curso

Está neste momento a decorrer a estruturação de uma nova operação de Titularização envolvendo créditos a empresas originados pelo Banif, num montante que deverá ascender a 350 milhões euros. Esta transacção irá beneficiar de notação de *rating* por parte das agências Moody's e DBRS, estando prevista a sua concretização para o primeiro trimestre de 2012.

4.1.3 *Trading & Sales*

4.1.3.1 Carteira Própria

No actual contexto, e atendendo às dificuldades em obter financiamento pelo mercado e à falta de liquidez generalizada, o BBI optou pela venda de activos da carteira própria. No total, os activos vendidos representaram quase um terço do valor nominal da carteira própria. Não obstante, continuou a desenvolver-se a actividade de *trading* sem consumo de recursos, de forma a permitir gerar receitas para cumprir o orçamento de actividade da área.

4.1.3.2 Mercado Secundário de Obrigações

Durante o primeiro semestre de 2011, o Banco consolidou a sua posição como um dos principais provedores de liquidez e "market maker" em *Eurobonds* brasileiros, aumentando a sua base de clientes institucionais activos para cerca de 300, espalhados por mais de 30 países. De salientar o crescimento da base de clientes no Médio Oriente e nos USA. Os segmentos onde o Banif Banco de Investimento se posiciona como importante participante do mercado secundário incluem Obrigações de *Corporates* Brasileiros em USD e EUR, Obrigações emitidas pela República Brasileira (USD e EUR), a curva de Pemex (Petróleos Mexicanos), e também de papéis denominados em BRL mas com liquidação financeira em EUR e USD, para investidores externos que queiram estar expostos à moeda brasileira sem necessidade de abrir conta local. A actividade teve um *turnover* global de aproximadamente dois mil milhões de euros em 2011. Nos meses de Verão, a actividade foi afectada pelas condições extremas de aversão ao risco, tendo o último trimestre revertido parte desse movimento negativo.

4.1.3.3 Mercado Secundário de Acções

O ano de 2011 foi muito difícil para os mercados accionistas. Os investidores demonstraram um elevado grau de aversão ao risco e deram preferência a activos financeiros defensivos. Consequentemente, assistiu-se a uma desvalorização significativa nos principais índices Europeus (DAX -14,69%, CAC -16,95%, FTSEMIB -25,2%, IBEX -13,11% e o PSI20 -27,6%) e a uma redução de volume de transacções no mercado regulamentado da *Euronext* Lisboa de 30% face a 2010, o qual já tinha registado uma elevada contracção (-43%) face ao ano de 2009.

Em resultado deste contexto adverso, a actividade de corretagem registou uma redução das receitas de intermediação. No entanto, o Banco continua empenhado na consolidação do negócio de Equities, quer em Portugal como no estrangeiro. Nesse sentido, destaca-se, no período em análise, a realização de diversas iniciativas, nomeadamente *roadshows* junto dos principais investidores institucionais nacionais e internacionais. Estas iniciativas, aliadas ao nosso serviço de *Research* e Vendas, irão certamente contribuir para reforçar o nosso posicionamento junto dos clientes aquando da melhoria das condições de mercado. Adicionalmente, é de salientar a consistência da qualidade da nossa equipa de *Research* que, uma vez mais, foi nomeada na categoria de "Melhor Analista" em Portugal pela Deloitte, *Investor & Governance Awards*.

O Banco continuou a assegurar no âmbito do contrato de liquidez da Banif SGPS a intermediação nas respectivas acções.

4.1.4 Gestão de Clientes

4.1.4.1 *Private Clients*

Ao longo do ano de 2011, a Direcção de *Private Clients* ("DPC") consolidou as suas linhas de actuação assentes numa estratégia de crescimento da base clientes quer via novos clientes particulares

quer através de um plano de dinamização da base de clientes ex-BPP. Para tal foi implementada uma estratégia de criação de valor via produto e via serviço, com enfoque no segmento de clientes monoproduto e com menor rotação de carteira. Esta estratégia resultou no aumento do número de clientes activos em cerca de 10% e num aumento significativo de rendibilidade por comparação com o ano anterior.

A actividade da DPC centrou-se na captação de funding via Produtos de Passivo (DPs e emissões próprias) sobre a base de clientes BBI. Adicionalmente, implementou-se uma estratégia de redução do crédito/CGI via aumento de spreads e redução de limites, tendo-se procedido à revisão de todos os contratos de crédito.

Este posicionamento permitiu concentrar os recursos desta direcção no acompanhamento de clientes particulares de alto rendimento, activos em investimento e intermediação financeira.

Prevê-se para ano de 2012 a manutenção de restrições na captação de *funding* mas com gradual redução da aversão ao risco. A concretizar-se, esta maior apetência por risco poderá permitir uma diversificação da carteira de investimentos com aumento do nível de comissionamento no mix de receitas da DPC. O foco manter-se-á no esforço de captação de novos recursos e na implementação de iniciativas comerciais para aumento da rotação dos activos por cliente (equity swaps, emissões estruturadas, produtos customizados) assim como na dinamização / consolidação da base de clientes BBI (base actual + base clientes BPP).

Verificou-se face ao ano anterior, uma manutenção do valor de activos sob gestão, mas com menor preponderância do mercado accionista por contrapartida do montante alocado a fundos de investimento.

4.1.5 *Institutional Clients*

O segmento de clientes institucionais tem requisitos específicos, quer pela sua dimensão e tipo de instrumentos financeiros que procuram, quer pela multiplicidade de actividades em que podem estar envolvidos. Este segmento foi anteriormente servido pela Direcção Financeira do BBI (essencialmente para soluções relacionadas com aplicações, investimentos e derivados) e pela Direcção de Clientes Institucionais da Banif Gestão de Activos (com enfoque na comercialização de produtos e serviços relacionados com fundos de investimento). Com o objectivo de sistematizar a oferta, e assim melhor servir este importante segmento de clientes, os recursos e experiência de ambas as direcções foram combinados numa única direcção de Institutional Clients, sedeada no BBI. Esta direcção passou a ser o ponto de contacto privilegiado da área de banca de investimento com clientes institucionais.

As prioridades de 2011 foram consolidar a base de clientes, potenciando a colocação dos diferentes produtos e serviços oferecidos pela banca de investimento, reflectindo as prioridades de negócio para este ano. O ano fechou com perto de 200 clientes em carteira e um total de 2,5 mil milhões de euros de activos sob gestão, sendo de salientar:

- a obtenção de dois mandatos de assistência em ofertas públicas de venda de fundos especiais de investimento imobiliário e ainda *short-listed* para outros dois;
- a captação de mais de 270 milhões em serviços de banco depositário;
- dinamização da colocação de papel comercial gerido / detido pelo grupo;
- captação de *funding* para o Banif Banco de Investimento, quer através de depósitos tradicionais, alargando a base de clientes, quer através de produtos inovadores e de valor acrescentado.

4.1.6 *Corporate Clients*

A Direcção de Corporate Clients tem como missão a originação de negócios junto de empresas e entidades e organismos públicos, promovendo as soluções financeiras de todas as áreas de produto do BBI e estabelecendo relações de confiança e de médio prazo com os clientes.

Os resultados atingidos na actual conjuntura reflectem, por um lado, a aposta sectorial efectuada e a forte integração com as diversas áreas de produto no BBI, e por outro lado, o esforço integrado de abordagem comercial para o segmento empresarial entre os bancos de investimento e comercial e a Companhia de Seguros Açoreana.

Destaca-se ainda o esforço de *cross-selling* desenvolvido com as unidades de negócio no estrangeiro, com especial destaque para o negócio originado por esta equipa para o Banif Banco de Investimento (Brasil) em várias operações cross border com empresas portuguesas e brasileiras. É de notar igualmente o início de um esforço coordenado com a equipa em Espanha para o desenvolvimento de operações *cross border*.

Em 2011, a Direcção de Corporate Clients colocou em prática o plano comercial traçado no início do ano e que teve como principal foco a originação de negócio para as áreas de *Advisory Services*, *Structured Finance, Asset Management*, Mercado de Capitais e operações de *Cross Border* (Brasil e Espanha) junto do *middle market* empresarial português.

4.1.7 PMEs

A Direcção de PMEs tem como missão a execução de mandatos de assessoria financeira e a estruturação de financiamentos na área das pequenas e médias empresas, tendo como principal objectivo a oferta de serviços de banca de investimento que se coadunem com as necessidades do tipo de empresas e das operações dominantes originadas junto do Banif - Grupo Financeiro, actuando em parceria com os Centros de Empresas do Banif – Banco Internacional do Funchal.

O ano de 2011 foi marcado por um continuado abrandamento de actividade. Deste modo, a Direcção de PMEs em conjunto com a Direcção de *Corporate Clients* intensificou neste período os contactos comercias junto das empresas de forma a alargar a base de clientes.

4.1.8 Gestão de Activos

A actividade de gestão de activos é desenvolvida pelo BBI na gestão de patrimónios e consultoria para o investimento de clientes particulares e institucionais, pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. nos fundos de investimento mobiliário e imobiliário e nos fundos especiais de investimento e pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, nos fundos de pensões.

O sector esteve particularmente pressionado devido à forte concorrência dos depósitos a prazo proporcionados pelas instituições financeiras. Com efeito, estas foram forçadas a adoptar um programa de desalavancagem do balanço no âmbito do programa de auxílio financeiro da troika, com vista à diminuição da dependência do financiamento externo, pelo que têm vindo a oferecer taxas de depósito muito competitivas. Os fundos mobiliários foram particularmente afectados, tendo registado uma queda de activos de cerca de 10.817 milhões de euros para 3.403 milhões de euros (-69%), com especial destaque para o volume de resgates ocorrido nas classes de Fundos de Tesouraria Euro (1.021 milhões de euros), de Fundos com Protecção de Capital (561 milhões de euros) e de Fundos Flexíveis (435 milhões de euros).

Neste contexto, a estratégia da Área de Gestão de Activos para o ano de 2011 assentou nos seguintes vectores:

- Aprofundar o relacionamento estratégico com o Banif – Grupo Financeiro, acompanhando especialmente o universo de clientes que detêm fundos de investimento e enfatizando o carácter recorrente da respectiva comercialização;
- Desenvolver o relacionamento com investidores institucionais exteriores ao Banif – Grupo Financeiro, de modo a potenciar as aplicações desses investidores em fundos de investimento e em serviços integrados de gestão de patrimónios;
- Manter a ênfase na procura de factores de diferenciação e de valor acrescentado, expressa nomeadamente no reenquadramento das estratégias dos fundos de investimento sob gestão e liquidação de fundos que se consideraram desadequados tendo em conta as actuais condições de mercado;
- Promover a implementação interna referente ao processo UCITS IV quanto à transposição das normas europeias a vigorar nos fundos de investimento, dotando-os da exigível (a muito curto prazo) harmonização a nível europeu.

Em 31 de Dezembro de 2011 a Área de Gestão de Activos do Banco de Investimento e sociedades participadas tinha sob gestão e consultoria para investimento o montante de 2.727 milhões de euros, consubstanciando, portanto, um decréscimo de 9,88% em relação ao montante gerido a 31 de Dezembro de 2010.

4.1.8.1 Banif Gestão de Activos (Fundos de Investimento Mobiliário, Imobiliário e Fundos Especiais de Investimento)

No âmbito da estratégia delineada a Sociedade colocou especial ênfase no constante acompanhamento do mercado e adequação dos fundos de investimento sob sua gestão às necessidades comerciais percepcionadas, num ambiente económico extremamente adverso e de enorme instabilidade. Neste âmbito, destaca-se a implementação de alterações efectuadas à política de investimento do Banif Brasil – Fundo Especial de Investimento Aberto, no sentido do alargamento dos seus limites de investimento, assim como do espectro de actuação.

Ainda durante o 1º trimestre a Assembleia de Participantes do fundo PRIME FII – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado deliberou por unanimidade proceder à sua liquidação. A Sociedade Gestora prevê que o prazo para conclusão do processo de liquidação do fundo e para o reembolso das unidades de participação venha a corresponder a um ano a contar da data do início da liquidação do fundo, sendo que, no entanto, esta previsão poderá não ser segura, por se encontrar dependente do trânsito em julgado de processos judiciais pendentes.

Em Março procedeu-se à redução dos mínimos de subscrição exigidos nos fundos de investimento harmonizados, adaptando a oferta da Banif Gestão de Activos à nova realidade conjuntural, tendo em consideração quer as necessidades dos actuais clientes, quer a angariação de novos participantes. Ainda nesse mês promoveu-se a alteração da política de investimento do Infra Invest – Fundo Especial de Investimento Aberto, permitindo que o Fundo adaptasse os limites de investimento à actual conjuntura dos mercados, tornando-o mais competitivo e com uma maior perspectiva potencial de rendibilidade.

No âmbito dos fundos de investimento imobiliário merece realce a redução temporária das comissões de gestão (componentes variável e fixa), cobradas pelos fundos de investimento Banif Imogest – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado e Banif Imopredial – Fundo de Investimento Imobiliário Aberto. Ainda relativamente ao Banif Imopredial salienta-se a redução temporária da comissão de depósito do fundo por parte da entidade depositária. Esta estratégia de isenção de comissões tem vindo a ser implementada pela Sociedade Gestora numa base trimestral.

Em Abril de 2011 realizou-se novo aumento de capital do fundo de investimento imobiliário fechado Imóveis Brisa, no montante de 1.500.000 Euros.

Em Assembleia de Participantes, realizada em 12 de Abril, foi deliberada a prorrogação do período de duração do fundo *Banif Imogest* – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado por mais três anos, ou seja, até 23 de Abril de 2014. Este fundo teve início em 2001 e tinha um prazo inicial de duração de 10 anos.

Em Maio de 2011 promoveu-se, em conjunto com o BBI, o lançamento de um novo produto dirigido à sua rede de *private banking*, o Banif Investimento Duplo, produto financeiro complexo que conjugou um depósito a prazo emitido pelo Banco com o investimento em um de dois fundos especiais de investimento mobiliário geridos pela Banif Gestão de Activos, seleccionados pelo cliente, Banif Brasil ou Banif Ásia.

A Sociedade Gestora promoveu em Setembro, no Porto e em Lisboa, duas sessões de apresentação do Fundo de Gestão Passiva – Fundo Especial de Investimento Fechado destinada aos seus participantes. Estes eventos tiveram como objectivo apresentar, aos mais de 500 participantes que nelas estiveram presentes, a retrospectiva da actividade do fundo e análise dos seus activos, assim como algumas perspectivas de rendibilidade e de liquidez.

No mês de Dezembro a Sociedade Gestora decidiu a liquidação do fundo Banif PPA – Fundo de Poupança em Acções.

Ainda no final de 2011 a Sociedade Gestora procedeu à publicação de Convocatória para a realização de uma Assembleia de Participantes do Fundo de Gestão Passiva – Fundo Especial de Investimento Fechado, a ter lugar em 17 de Janeiro de 2012, cujo ponto único em discussão será a alteração do Regulamento de Gestão do fundo no capítulo respeitante à sua politica de gestão, por forma a ficar expressamente prevista a possibilidade da Sociedade Gestora poder aceitar as ofertas apresentadas pelos emitentes de valores mobiliários em carteira.

No que diz respeito aos fundos mobiliários, os activos geridos passaram de 78,8 milhões de euros no final de 2010 para 44,8 milhões de euros no final de 2011 (43,2% de decréscimo), enquanto os fundos imobiliários evoluíram de 709 para 717 milhões de euros, no mesmo período, o que representou um acréscimo de 1,04%. Os activos geridos em fundos especiais de investimento passaram de 610 para 554 milhões de euros, ou seja, um decréscimo de 9,08 % no período. A

Sociedade conseguiu manter níveis elevados de quota de mercado nos Fundos Especiais de Investimento e nos Fundos Imobiliários, com respectivamente, 11,4 % e 6,4 % no final do exercício.

A quota de mercado da Banif Gestão de Activos, S.G.F.I.M., S.A. em Dezembro de 2011 era de 5,95% tendo crescido relativamente à quota de 5,42% apresentada no final de 2010.

Devido ao enquadramento desfavorável, os proveitos desceram 32,6% relativamente ao exercício anterior, o que conduziu a uma diminuição dos resultados líquidos da Sociedade, que passaram de 2.888 milhares de euros em 2010 para 934 milhares de euros em 2011. O ROE cifrou-se em cerca de 13,87% no período.

Milhares de Euros

	2011	2010	Variação %
Activo Líquido	13.618	13.242	3%
Capitais Próprios	8.631	10.247	- 16%
Resultado do Exercício	934	2.888	- 68%

4.1.8.2 Investimentos Alternativos e Private Equity - BGA

Infra Invest

O Infra Invest - FEIF iniciou a sua actividade no final do primeiro semestre de 2009, tendo comprometido um investimento inicial de 12 milhões de euros no fundo de capital de risco Banif Infrastructure Fund. Durante o ano de 2011 o Fundo não realizou qualquer novo investimento e não foi efectuada qualquer nova subscrição de capital por parte de novos ou actuais participantes.

Em 22 de Agosto de 2011 entraram em vigor diversas alterações à política de investimento como a supressão do limite máximo de 80% do valor líquido global do Fundo em unidades de participação de fundos de investimento que se dediquem maioritariamente ao investimento em infra-estruturas; supressão do limite máximo de 35% do valor líquido global do Fundo num único investimento; introdução do limite máximo de 75% do valor líquido global do Fundo num único fundo de investimento, desde que este represente uma carteira diversificada; introdução do limite máximo de 30% do valor líquido global do Fundo num único projecto de infra-estruturas; alargamento do prazo de 2 para 3 anos no que respeita a limites de investimento constantes no prospecto completo do fundo.

Em Janeiro de 2012 verificou-se que o valor reportado no final do ano respeitante às Unidades de Participação do Banif Infrastructure Fund – FCR (Banif Infrastructure) sofreu uma queda acentuada apresentando uma variação de cerca de 50% relativamente ao valor a que está avaliado este activo no Fundo. O impacto desta desvalorização, que resultou essencialmente do reconhecimento por parte da Finpro (activo do Banif Infrastructure) de desvalorizações de algumas participadas, foi repercutido no Fundo em Janeiro de 2012.

Art Invest

Mercado de Arte em 2011

Durante o ano de 2011 o mercado global de arte, apresentou um crescimento que superou as previsões mais optimistas. No início de 2011 os níveis de preços encontravam-se perto dos valores observados em meados de 2007, antes dos máximos de sempre que foram atingidos no final desse ano. No final do ano os preços aproximaram-se dos valores que se foram observados uns meses antes do colapso do mercado em 2008, logo após o histórico leilão de obras do Damien Hirst que ocorreu no dia seguinte à falência da Lehman Brothers.

Num cenário económico marcado pelo abrandamento dos Estados Unidos e especialmente pelo problema das dívidas soberanas na Europa, este crescimento do mercado de arte foi essencialmente impulsionado pelos mercados asiáticos. Os factores que justificam esta performance são vários, nomeadamente a tradicional procura de investimentos de refúgio, como o ouro ou as obras de arte, num ambiente de instabilidade económica e de falta de confiança nas tradicionais classes de activos. No entanto, quando confrontados com os números, o grande impulsionador deste crescimento foi a consolidação da China enquanto o maior protagonista mundial do mercado de arte.

Desde 2007 que a China se tem posicionado paulatinamente como o actor principal de um mercado que alternava entre Londres, Nova Iorque e Paris, e confirmou este ano a sua posição de primazia, não só ao nível do volume de vendas como dos preços de obras em leilão. Durante 2011 a China foi responsável por cerca de 39% do volume de vendas, seguida pelos Estados Unidos da América com 25% e de Inglaterra com 20%. Com mais de 684 lotes transaccionados a China também liderou o topo de mercado (obras com um valor acima de um milhão de dólares), batendo os EUA, que colocaram 533 lotes, o que representou um crescimento de 36% face a 2010.

Para estes valores contribuiu o emergir de artistas chineses, cujas obras começaram a atingir cotações acima da fasquia de USD 1 Milhão. O recorde de preço obtido por uma obra foi este ano foi alcançado num leilão em Pequim para uma obra Qi Baishi – "águia sobre um pinheiro" que foi arrematada por USD 57 Milhões. Qi Baishi (1864 - 1957) foi um pintor autodidacta sendo actualmente considerado um dos mais influentes artistas modernos chineses e apresenta como temática predominante do seu trabalho a natureza, com maior incidência em animais, plantas e paisagens. Em 1957 foi eleito presidente da Associação dos Artistas da China.

Aliciados pelo crescimento económico asiático a China tornou-se o novo el dourado de artistas, galeristas e especialmente leiloeiras. A Christie's e a Sotheby's que em 2011 representaram 53% (vs 72% em 2008) do total de volume de vendas do mercado de arte, estão a investir naquela zona do globo com o objectivo de manterem a liderança e travarem a ameaça que têm sofrido pelas concorrentes chinesas que colocaram sete leiloeiras entre as das dez maiores mundiais no final de 2011.

Durante o ano de 2011 o fundo colocou em leilão duas obras - "O Africano" de Leonilson, e o "Relevo Espacial", obra de Hélio Oiticica. Considerado um dos artistas mais revolucionários e influentes do seu tempo, Hélio Oiticica realizou uma vasta obra experimental e inovadora que é reconhecida internacionalmente. Em 2009 um incêndio destruiu cerca de duas mil obras do artista plástico, aproximadamente 90% do acervo que era mantido na residência do seu irmão e que foi avaliado em 200 milhões de dólares. Apesar da expectativa de concretização de uma mais-valia significativa através da venda em leilão realizado em Londres pela Phillips de Pury do "Relevo Espacial", esta acabou por não se concretizar, devido a um efeito de dupla tributação que incide sobre a importação de obras de arte para o Brasil. Pelo mesmo motivo, no leilão realizado pela Christie's a obra de Leonilson acabou por ser arrematada pelo valor de avaliação mais baixo.

Durante o ano foram distribuídos pelo *The Fine Art Fund* ("FAF") USD 259.206,87 o qual continua a ser o investimento com maior peso na carteira do fundo. Em termos de valorização as obras do FAF foram avaliadas cerca de 0,12% abaixo do seu valor de aquisição. Este valor compara com a avaliação realizada em 2010, que apresentava um valor de 8,49% abaixo do preço de custo, o que levou a uma valorização do fundo no período de um ano. A subida do valor do *The Fine Art Fund* contribuiu para que o Art Invest - FEIF apresentasse uma rendibilidade anual positiva de 5.19% em 2011.

FICA

Relativamente ao Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual (FICA) foi feita uma chamada de capital a 15 de Fevereiro de 2011, correspondente ao capital relativo ao ano de 2009, com a finalidade de reunir o capital necessário para poder deliberar acerca de novos investimentos, não tendo resultado qualquer realização por parte de nenhum dos Participantes.

Assim sendo, durante o ano de 2011, a BCA não deliberou acerca de novos investimentos, limitando-se a gerir os investimentos anteriormente contratualizados.

4.1.8.3 Banif Açor Pensões (Fundos de Pensões)

A Sociedade prosseguiu a actividade comercial junto de empresas e associações sócio-profissionais, o que se traduziu na apresentação de 5 propostas de constituição de novos Fundos de Pensões e 1 proposta de transferência de gestão.

Na sequência do lançamento, no último semestre de 2010, de 4 novos Fundos de Pensões Abertos, de comercialização conjunta, para empresas e particulares, em parceria com a Optimize Investment Partners – SGFIM, S.A., com a Optimize – Mediação de Seguros Unipessoal, Lda. e com a MDS – Corretores de Seguros, S.A., a Sociedade concretizou mais 2 adesões colectivas (por transferência) a estes fundos. Adicionalmente, a Sociedade concretizou, ainda em 2011, mais uma adesão colectiva, aos Fundos de Pensões Abertos Banif Reforma.

O volume de activos sob gestão passou de 296 milhões de euros no final de 2010 para 253 milhões no final de 2011, o que representou um decréscimo de 14,5%, justificado pela transferência das

responsabilidades com pensões em pagamento do FP BBCA para o Estado no montante de 47 milhões de euros.

O Resultado Líquido obtido pela Sociedade Banif Açor Pensões cifrou-se em 167 milhares de euros, contra 160 milhares no ano anterior, o que representou um acréscimo de 4%.

Milhares de Euros

	2011	2010	Variação %
Activo Líquido	4.711	4.361	8%
Capitais Próprios	4.120	3.953	4%
Resultado do Exercício	167	160	4%

4.1.8.4 Banif Investimento (Gestão de Patrimónios)

Na actividade de Gestão de Patrimónios foi implementada uma estratégia comercial ainda mais proactiva, em estreita coordenação entre o BBI e a Banif Gestão de Activos. Ao nível da gestão dos fundos de pensões, mandatada pela Banif Açor Pensões, aproveitou-se para redefinir as políticas de investimento de alguns mandatos, por forma a acomodarem as alterações de mercado que ocorreram nos últimos anos. Finalmente, no mandato de consultoria para investimento prestado à Companhia de Seguros Açoreana, há a destacar o desenvolvimento de novas ferramentas de gestão, que possibilitam uma gestão segregada por tipo de produto com base em objectivos de gestão distintos: retorno absoluto, contra um índice de referência ou com base numa gestão ALM (*Asset and Liability Management*).

Em 31 de Dezembro de 2011 o BBI e as sociedades por si participadas tinham sob gestão ou encontravam-se mandatados para prestar serviços de consultoria para o investimento em carteiras no montante total de 1.158 milhões de euros. Em 2010 os activos geridos por conta de outrem cifravam-se em 1.338 milhões de euros, ou seja, verificou-se um decréscimo de 13% em 2011.

4.1.9 *Private Equity*

Em 2011 a Banif Capital SCR, SA ("Banif Capital") contava com três Fundos sob gestão: o Fundo Capven FCR, constituído em Julho de 2003, e orientado para o segmento de PMEs portuguesas; o Banif Capital Infrastructure Fund FCR, um fundo direccionado para o sector das infra-estruturas europeu, constituído em Junho de 2009, e o Banif Global Private Equity Fund - FCR, um fundo de fundos de Private Equity lançado em Julho de 2010 composto por 3 fundos internacionais de Private Equity que investem essencialmente nos mercados Europeu e Norte Americano.

Em termos genéricos, a Banif Capital continuou a acompanhar de perto a evolução dos seus activos e dos fundos sob sua gestão, como se detalha de seguida:

- A Banif Capital participou activamente na negociação da reestruturação da dívida de algumas participadas e na obtenção de novas linhas e financiamento maioritariamente destinadas à expansão e internacionalização de alguns negócios, acção esta particularmente relevante tendo em conta a elevada restrição de liquidez do mercado português;
- Dada a necessidade premente de algumas empresas portuguesas aumentarem as suas exportações, a Banif Capital teve, e continua a ter, um papel decisivo de interface com alguns investidores internacionais para o alinhamento de parcerias estratégicas, de que é exemplo um acordo de exportação celebrado com uma das participadas do Fundo CAPVEN;
- Adoptando uma perspectiva de colaboração proactiva na gestão das suas participadas, a equipa de gestão Banif Capital contribuiu com competências específicas para a gestão económico e financeira das participadas directas e das empresas participadas dos fundos sob gestão;
- Em articulação com o seu accionista único Banif Banco de Investimento S.A., a Banif Capital expandiu a sua carteira de investimentos, adquirindo em 2011 participações em três sociedades, nomeadamente:
- 15,4% da Fomentinvest SGPS, SA (gestora de participações sociais que opera nas áreas de ambiente, energia, alterações climáticas, mercados de carbono e sustentabilidade);
- 37,5% da WIL – Projectos Turísticos, SA (sociedade focada no desenvolvimento, promoção e exploração de projectos turísticos, designadamente aldeamentos turísticos); e
- 100% da Worldvilas - Sociedade Imobiliária Lda (cujo objecto social é o de compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos).

Em 31 de Dezembro de 2011 a Banif Capital registava um activo líquido total de 9.924,9 milhares de euros, capitais próprios de 873,4 milhares de euros e um resultado líquido de 13,9 milhares de euros. O crescimento dos capitais próprios é explicado pela realização de prestações acessórias por parte do accionista BBI no valor de 500,0 milhares de euros, enquanto a variação negativa do resultado líquido é explicada pelo reconhecimento das imparidades do fundo CAPVEN FCR, detido em 28,5% pela Banif Capital.

Milhares de Euros

	31/12/2011	31/12/2010	Variação %
Activo Líquido	9.924,9	1.972,4	+403%
Capitais Próprios	873,4	359,5	+143%
Resultado do Exercício	13,9	84,0	-83%

4.2 A actividade da Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha

4.2.1 Banif Securities Inc.

O ano de 2011 foi um ano de continuidade para a Banif Securities, Inc., tendo sido visíveis os resultados das apostas estratégicas realizadas em anos anteriores, em particular a aposta na área de *trading* de renda fixa de mercados emergentes.

Depois de todas as iniciativas de racionalização da actividade levadas a cabo em 2010, o ano de 2011 foi o ano de consolidação dessas mesmas iniciativas. O Resultado Operacional recorrente melhorou, impulsionado por uma melhoria das comissões, sobretudo na actividade de *trading* de Renda Fixa (+14,84%), e por uma diminuição dos Gastos Gerais Administrativos em 9,87%.

O resultado final foi penalizado pelos Resultados em Operações Financeiras, devido à desvalorização de uma obrigação detida para efeitos de colateral, necessária para a actividade da sociedade.

4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA

A actividade do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA (BBI Brasil) pautou-se, ao longo de 2011, pela consolidação das suas operações, centrando a sua actividade comercial nas áreas de mercado de capitais e *advisory services*.

Na área de mercado de capitais, os esforços foram focados maioritariamente na estruturação de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") a serem distribuídos no mercado de capitais local. Neste contexto, destacam-se duas operações *built to suit* que englobaram o financiamento-ponte para a construção de dois *call centers* e a posterior securitização do fluxo de recebíveis provenientes dos contratos atípicos de locação de tais imóveis. As duas emissões contam com risco de crédito Atento Brasil SA, tendo obtido *rating* AAA (bra) atribuído pela Fitch Ratings. Em conjunto, as duas emissões atingiram cerca de R$ 60 milhões de reais.

A área também participou da estruturação de uma emissão de CRI colateralizada num contrato atípico de locação da Petrobras Distribuidora S.A., no valor de R$ 350 milhões de reais. Durante o segundo semestre, também foi iniciada a estruturação da primeira emissão de unidades de participação seniores do FIDC Fornecedores Odebrecht, a ser realizada no início de 2012, no montante aproximado de R$ 32 milhões.

Na área de advisory services, a equipa de "M&A" focou a sua actividade na condução das operações do *pipeline* de clientes, principalmente os chamados de *Mid e Upper Mid Caps*, em alguns sectores específicos, tais como: tecnologia da informação, BPO (*business process outsourcing*), auto-peças e Telecom. Paralelamente, o BBI Brasil tem explorado diversas oportunidades de negócios *cross border* com a matriz em Portugal, pelo interesse de diversos clientes ibéricos em investir no Brasil (nomeadamente nos sectores de construção e infraestrutura, entre muitos outros).

No segundo semestre de 2011, a equipa de "structured finance & infraestrutura" actuou na estruturação financeira e M&A de projectos nas áreas de energias renováveis, particularmente em energia eólica e PCHs. A área dedicou-se à estruturação de financiamento de longo prazo e de empréstimo-ponte no sector de logística, com operação de terminal de transbordo e beneficiamento de grãos no Centro-Oeste.

Na área de gestão de activos, em resultado da reestruturação da área em 2010, foi realizada uma concentração da actividade em fundos com estratégia de renda fixa. Assim sendo, merece referência o desempenho do fundo referenciado DI, que teve uma rentabilidade equivalente a 100,49% do CDI durante o ano de 2011. A Banif Gestão de Ativos detinha R$ 117 milhões sob gestão em dezembro de 2011. A área de fundos imobiliários encerrou o ano de 2011 com três fundos de investimento, totalizando R$170 milhões sob gestão.

Na área de corretagem, o desempenho do índice Ibovespa contabilizou perdas de 18,1% em 2011. Esta redução refletiu-se directamente nos volumes operados na Bolsa e consequentemente nas operações da Banif CVC SA. Em relação ao negócio de corretagem de retalho, verificaram-se as tendências do mercado institucional, com uma redução de 27,8% no número de ordens executadas, resultado de 870.436 executadas em 2011 face a 1.206.659 ordens executadas em 2010.

4.2.3 Banco de la Pequeña e Mediana Empresa, SA (Bankpime)

Em Setembro de 2011, o Bankpime alienou a quase totalidade dos seus activos e passivos ao Caixabank, operação esta que, indirectamente, permitiu ao Banif Grupo Financeiro reduzir a sua exposição ao mercado espanhol, num contexto em que a economia espanhola e o respectivo sistema financeiro enfrentam uma envolvente extremamente adversa.

Na sequência desta operação foi solicitado a revogação da licença bancária ao Banco de Espanha, situação que foi concretizada em Dezembro.

5. SEGUROS

O sector segurador nacional viveu um ano 2011 marcado pelas dificuldades económicas e financeiras com que Portugal se confrontou. As mesmas tiveram impacto significativo na actividade seguradora, num contexto nacional e internacional de grande turbulência.

Com efeito, Portugal viveu num ambiente económico e social marcado pela contracção do consumo, aumento muito relevante do desemprego, clara desaceleração da actividade económica, levando o país a viver numa recessão económica profunda. Em consequência, o número de falências aumentou de forma assinalável, o que adicionado a uma política fiscal mais restritiva e a medidas com impacto directo de redução do rendimento disponível, levou a que a massa segurável tivesse sofrido uma contracção.

Em simultâneo, a Europa, o principal mercado e onde se insere a actividade do Grupo, atravessou também uma das mais marcadas crises das últimas décadas, na sequência da crise da dívida soberana dos países da Zona Euro.

Este contexto determinou claramente o desempenho da actividade seguradora, tendo como tal, sido um ano particularmente difícil, cheio de restrições e mau desempenho de indicadores importantes para o negócio segurador. Destes, destacam-se a quebra abrupta do consumo, as restrições elevadas ao crédito, o nível de desemprego e a forte desaceleração da actividade produtiva.

Em 2011, o ramo Vida apresentou um decréscimo superior a -38%, contrariando a evolução positiva registada em 2010. Neste âmbito, merece destaque a evolução registada ao nível dos ramos Vida Risco, Produtos de Capitalização e PPR.

O enfoque da Banca na captação de recursos próprios e contabilizáveis no seu balanço levou a uma quebra significativa na produção de Seguros do ramo Vida. E, como é sabido, o canal bancário é claramente predominante na distribuição deste tipo de seguros. Também a alteração fiscal quanto aos benefícios fiscais do produto PPR contribui para que o mesmo perdesse atractividade aos olhos dos aforradores.

Assim, e no que respeita à Vida Risco (sem rendas vitalícias), o mercado apresentou uma evolução negativa de -1,0%, invertendo a evolução positiva registada em 2010 (+1,3%) e 2009 (+1,9%). Seguramente que a entrada em vigor do Decreto-Lei que regulamenta a actualização dos capitais seguros ligados ao Crédito à Habitação não será alheia a este decréscimo.

Quanto ao mercado de PPR há a destacar duas evoluções antagónicas. O mercado PPR no seu todo apresentou uma evolução negativa de -59,9%, invertendo de forma significativa o desempenho obtido nos últimos anos em que se registaram crescimentos consecutivos. No entanto, o mercado de PPR Contratos de Investimento sofreu uma acentuada quebra apoiada pelo mercado de PPR Contratos de Seguro, cujo decréscimo foi de -65,0%. Este facto será uma consequência do reforço da captação de poupança pelo sector bancário, via depósitos a prazo, de forma a melhorar os seus rácios de liquidez e solvência.

No que diz respeito aos ramos Não Vida, é de destacar o facto de os mesmos apresentarem uma ligeira variação negativa face a 2010. Este decréscimo foi modesto (-0,8%) embora significativo, uma vez que concretiza uma inversão do que aconteceu no ano de 2010.

Apesar da evolução negativa, acredita-se que a mesma revela uma resiliência e capacidade de resposta por parte do Sector Segurador, uma vez que a evolução dos prémios, se bem que negativa, o foi em menor escala que a evolução da própria economia e dos indicadores directamente relacionados com a produção seguradora.

Nos ramos Não Vida, destaque para os ramos Doença e IODC que registaram um aumento de +1,5% e +1,4%, respectivamente, mantendo desta forma a performance positiva do ano anterior. O ramo Automóvel registou em 2011 um ligeiro decréscimo de -0,1%, em claro contraste com a recuperação efectuada em 2010, onde tinha registado um crescimento de +0,4%. Quanto ao ramo de Acidentes de Trabalho, o ano de 2011 voltou a registar uma forte quebra ao nível dos prémios, fruto da envolvente económico-social. Com efeito, no ano de 2011 assistiu-se a uma redução de -3,7%, em linha com o decréscimo médio dos últimos anos (-4,1% em 2010 e -9,1% em 2009).

Por último, importa salientar que os restantes grupos de ramos apresentaram taxas de crescimento negativas no ano de 2011. Ao nível dos Acidentes Pessoais a evolução foi de -12,2% e em Responsabilidade Civil -2,5%.

Em resumo, num contexto económico, financeiro e social extremamente adverso, em que Portugal teve de recorrer a um Programa de Ajuda Externa e em que a evolução macro económica nacional ficou caracterizada por uma evolução penalizadora, quer para os particulares, quer para as empresas, a actividade seguradora conseguiu demonstrar uma evolução satisfatória, reforçando a sua imagem de solidez e inequívoca sustentabilidade.

5.1 Companhia de Seguros Açoreana, SA

O exercício de 2011 desenvolveu-se em condições de envolvente externa extremamente difíceis, marcado pela actual crise económica e pelo início do processo de ajustamento da economia portuguesa, ao qual o Sector Segurador Português não ficou indiferente.

O mercado segurador nacional atingiu cerca de 11,6 mil milhões de euros em volume de negócio, segundo dados provisórios da Associação Portuguesa de Seguradores, o que traduz uma quebra face ao ano anterior de 28,6%. A evolução negativa registada pelo mercado segurador, contrariando a tendência do último ano, verificou-se quer nos ramos Não Vida (-0,9%) quer no ramo vida (-38,1%), onde a quebra foi bastante mais acentuada.

No ramo vida é de salientar o decréscimo de 60% na produção dos planos poupança reforma (PPR), justificado quer pela redução dos incentivos fiscais associados a estes produtos quer pelo maior esforço de captação de poupanças efectuado pelo sector bancário, em particular sob a forma de depósitos a prazo. Nos ramos não vida observou-se uma contracção do seu volume de produção, em particular nos ramos acidentes de trabalho (-3,7%) e automóvel (-0,8%).

Após a integração da Global Seguros e Global Vida, cujo processo de fusão ficou concluído no início de 2011, a Açoreana passou a ser uma das Companhias com maior peso no sector segurador português em particular no ramo não vida, onde ocupa a 5ª posição do ranking e detém uma quota de 7%. Apesar do esforço decorrente do processo de fusão das Companhias, em particular no

alinhamento e uniformização da cultura, processos e sistemas, a Açoreana manteve o foco na persecução dos seus objectivos, consolidando a sua capacidade de desenvolvimento sustentado.

Da performance evidenciada pela Açoreana em 2011, merecem particular destaque:

- A melhoria significativa dos indicadores económico-financeiros, destacando-se a evolução positiva dos resultados líquidos que se traduziu na melhoria da rentabilidade dos capitais próprios;
- A evolução positiva dos indicadores de gestão técnica, nomeadamente da taxa de sinistralidade dos ramos não vida, que apresentou um decréscimo de 7 p.p., resultado da implementação de mecanismos mais rigorosos de selecção de risco, monitorização e controlo de carteiras;
- O comportamento verificado pelo ramo vida, em particular no ramo vida risco, que registou um crescimento de 5%, em contraciclo com o mercado segurador (-2,5%), o que permitiu reforçar a quota de mercado da Açoreana no ramo vida, de 2% em 2010 para 2,5% em 2011.

O ano 2011 marcou o início do novo Plano Estratégico Trienal que apresenta como fórmula essencial de actuação a seguinte equação: R^2E^2, que traduz o objectivo da Açoreana alcançar níveis de rentabilidade em linha com as *best pratices* do mercado no que respeita ao ROE, sendo cada vez mais uma referência no mercado segurador por via da eficiência e eficácia na qualidade de serviço, capacidade de inovação e rapidez de resposta.

Em linha com os objectivos estratégicos delineados, o enfoque, no exercício de 2011, consubstanciou-se nos seguintes quatro eixos de actuação:

- Rentabilidade técnica e gestão de risco;
- Manutenção da quota de mercado e optimização da gestão dos canais de distribuição;
- Modernização e eficiência operativa;
- Reforço do governance e da cultura da Companhia.

De entre os principais projectos e programas desenvolvidos em 2011, destacam-se:

- No plano regulatório, a publicação da nova apólice uniforme de acidentes de trabalho (Portaria 256/2011), o novo regime de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais (Lei 27/2011) e o novo regulamento do Sistema Integrado de Protecção Contra as Aleatoriedades Climáticas (Portaria 317/2011), que compreende o novo regime do seguro de colheitas. Continuou a decorrer o processo de consulta pública sobre diversos aspectos do futuro regime Solvência II, aguardando-se a publicação das Directivas de Nível II.

- No plano comercial, e em linha com os objectivos estratégicos definidos, foi iniciado o projecto Oxigénio, cujo principal objectivo é rever e optimizar os processos associados à rede comercial para que a mesma possa canalizar o seu potencial na dinamização do seu relacionamento com os agentes. No que se refere ao canal bancário prosseguiu-se o objectivo de alavancar as sinergias no seio do Grupo nas vertentes bancassurance e assurfinance.

- No plano de produtos, a Açoreana prosseguiu o objectivo de sofisticação do seu portefólio, destacando-se o lançamento do novo produto automóvel, o Pontual Auto, um produto que marca pela inovação, nomeadamente por via da assunção clara e quantificada de compromissos com os níveis de serviço (p.e., tempo máximo de chegada do reboque ao local onde a viatura se encontra imobilizada), nas opções e coberturas e na eficácia de resposta e adaptação às necessidades do mercado. Com o objectivo de divulgar a nova oferta automóvel foi lançada uma campanha de comunicação a nível nacional, a qual sublinhou o compromisso da Açoreana para com os seus clientes, no que respeita à qualidade de serviço na gestão de sinistros. Ainda no domínio dos produtos, de referir o lançamento do Açoreana Conforto, o novo produto Multi-Riscos Habitação, e a reestruturação da oferta na área da saúde, com o novo IMED.

- No plano de gestão de sinistros, foi lançado em 2010 um novo Modelo de Gestão de Sinistros da Açoreana, cuja implementação se encontra estabilizada. Este é um modelo que agregou o que de positivo tinham os dois que existiam antes da fusão e que gerou oportunidades a três níveis: a oportunidade dada à equipa de gestão de sinistros, de participar num novo projecto, aumentando os níveis motivacionais, a possibilidade de repensar processos internos e de implementar uma nova abordagem de integração da gestão de sinistros com os parceiros e a possibilidade de se virar para o exterior com a criação de uma equipa experiente, que melhorou significativamente a capacidade de atendimento da rede de mediação.

  Ainda durante o ano de 2011, com vista à melhoria do serviço prestado aos parceiros e Clientes, nomeadamente do ramo Acidentes de Trabalho, foi constituído o GIGA – Grupo Integrado de Gestão de Acidentes S.A., numa parceria entre a Açoreana e um conjunto de reputados especialistas médicos e gestores de unidades de saúde. Num projecto marcadamente inovador, pela qualidade do serviço prestado, foram inauguradas em Agosto as instalações da Clínica do GIGA, com uma localização central e de fácil acesso (na Av. 5 de Outubro), dispondo de instalações modernas e funcionais, possibilitando a prestação de serviços clínicos de excelência aos sinistrados da zona da Grande Lisboa.

- No plano da gestão de risco, foi realizado com recurso a uma equipa de consultores externos, o projecto que visou identificar os principais *gaps* e desenhar o plano de implementação do projecto Solvência II. Envolvendo transversalmente a estrutura da empresa, este projecto encontra-se actualmente em fase de *roll-out* abrangendo, para

além da componente de compliance e regulamentação externa, o desenvolvimento de ferramentas e competências internas que permitirão no futuro quantificar de forma mais detalhada, gerir e monitorizar os diferentes riscos inerentes à actividade, dentre os quais se destaca o risco específico de seguros, o risco de crédito, o risco de mercado e o risco de concentração.

Ainda no plano da gestão de riscos, 2011 marcou o arranque do projecto de gestão de continuidade de negócio, em parceria com uma reputada consultora internacional, em sintonia com as actividades que, no âmbito do Grupo, estão a ser desenvolvidas neste domínio, bem como o desenvolvimento de novas funcionalidades ao nível da prevenção do branqueamento de capitais.

- No plano tecnológico, a Companhia esteve focalizada no processo de migração tecnológica dos sistemas das companhias integradas para as plataformas de sistemas de informação da Açoreana. Este processo permitiu uma uniformização dos processos assentes em sistemas únicos, *core* e *workflows*, contribuindo de forma clara para o aumento da produtividade das equipas.

- No plano do reforço da cultura, o ano 2011 fica marcado pelo lançamento do projecto de reforço do bem-estar na Companhia. A primeira fase deste projecto consistiu no lançamento de um inquérito de satisfação interna, a partir do qual se pretende desenvolver um conjunto de iniciativas que impactem positivamente a relação dos Colaboradores com a Açoreana. Pretende-se revelar a dimensão humana da Companhia e, assim, reforçar os laços entre esta e os seus colaboradores. Com este projecto, pretende-se contribuir para a fidelização dos actuais colaboradores e concorrer para o objectivo da Açoreana se afirmar como uma das "melhores empresas para trabalhar".

- No domínio da responsabilidade social, destaque para a continuidade do programa "UNIDOS NA ESCOLA", através do qual é possível beneficiar e apoiar a formação de crianças carenciadas, através da melhoria das condições dos estabelecimentos de ensino.

Em termos de evolução económica, o volume de produção da Açoreana, medido através dos prémios brutos emitidos, ascendeu aos 475,3 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 13,3% face ao ano transacto.

O ramo Vida registou uma produção de 187,6 milhões de euros, o que representa um decréscimo face ao ano anterior de 22,3%, quando o mercado sofreu uma quebra de 38,1%. A venda de produtos de capitalização e PPR tem sofrido, devido à actual conjuntura económica, uma quebra significativa. No entanto, a variação negativa de 33,7%, registada pela Companhia nos produtos PPR, é consideravelmente melhor que a quebra de 60% verificada pelo mercado. No ramo Vida Risco a

companhia apresenta um crescimento de 5% face ao ano anterior, claramente em contraciclo com o mercado, que terminou o ano com uma quebra de 2,5%.

Os ramos Não Vida apresentaram em 2011 uma variação negativa do volume de prémios na ordem dos 6,3%, quando comparados com os valores agregados de 2010, destacando-se a diminuição verificada nos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel. Esta variação traduz, para além da perda sempre expectável em cenários de fusão, o contexto económico desfavorável, bem como o impacto do processo de saneamento de carteira implementado pela Companhia, em alinhamento com o objectivo estratégico de melhorar os níveis de rentabilidade da carteira dos ramos Não Vida. Não obstante, importa referir a evolução muito positiva registada pelo ramo Saúde, com uma variação de 9,7% face a 2010.

A quota global de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, é de 4,1%, sendo de 7% nos Ramos Não Vida e 2,5% no ramo Vida.

A distribuição dos produtos de seguros, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser efectuada através da rede de mediação, das agências do Banif e por 49 Delegações próprias.

A rede de mediação, que integra cerca de 4 300 mediadores com apólices em vigor, representava, no final de 2011, 57,1% na estrutura de distribuição da Açoreana.

O canal bancário foi responsável pela distribuição de 56,4% da produção do ramo Vida e por 2,8% da produção dos ramos Não Vida.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de 5.014 milhares de euros, revelam uma recuperação face a 2010, não obstante o contexto económico extremamente adverso em que a actividade se desenvolveu acrescido da actual conjuntura desfavorável dos mercados de capitais, com os respectivos impactos na gestão das carteiras de investimentos, nomeadamente no reconhecimento de imparidades, cujo montante atingiu cerca de 29 milhões de euros.

O activo líquido e os capitais próprios atingiram, respectivamente, o montante de 1.250,8 milhões de euros e de 115,5 milhões de euros.

Resultante do processo de fusão, foi efectuado, em Janeiro de 2011, um aumento do capital social da Açoreana para 82,5 milhões de euros. Com vista ao reforço dos elementos constitutivos da margem de solvência, os accionistas da Açoreana procederam, em Abril de 2011, ao aumento do capital social da Companhia em 25 milhões de euros, situando-se o mesmo actualmente em 107,5 milhões de euros. De realçar ainda a emissão de um empréstimo obrigacionista perpétuo subordinado, no montante de 10 milhões de euros, totalmente subscrito, o qual contribuiu igualmente para o reforço da margem de solvência da Açoreana.

A margem de solvência apresentava, assim, uma taxa de cobertura, no final de Dezembro de 2011, de cerca de 182%, o que confere à Açoreana uma posição muito confortável no mercado segurador e revela a capacidade e a robustez financeira da Companhia para enfrentar os desafios que a actual conjuntura impõe ao sector segurador.

Principais Indicadores Económico-Financeiros da Companhia de Seguros Açoreana, SA:

Milhares de Euros

	2011	2010	VARIAÇÃO %
Prémios Vida	187.630	241.424	-22,3
Prémios Não Vida	287.719	307.150	-6,3
Prémios totais	475.349	548.574	-13,3
Cash flow operacional	9.377	3.499	168
Activo líquido	1.250.788	1.381.935	-9,5
Investimentos líquidos	1.006.937	1.176.013	-14,4
Capitais próprios	115.465	88.661	30,2
Resultados líquidos	5.014	1.109	352,1

6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

6.1 Banif Imobiliária, SA

Nas difíceis condições económicas que Portugal conheceu durante o ano de 2011, o mercado imobiliário não podia deixar de se ressentir. Os investidores estrangeiros tradicionais afastaram-se, receosos das consequências do pedido de ajuda externa e expectantes em relação a descidas de preços muito substanciais. O investimento imobiliário institucional terá atingido níveis extraordinariamente baixos.

Por outro lado, a falta de liquidez e as perspectivas económicas negativas inibiram os investidores nacionais.

Assim, as vendas ressentiram-se em todos os segmentos de mercado e, face às dificuldades na obtenção de crédito, acentuou-se a tendência para o recurso ao arrendamento.

Foi neste difícil contexto e durante o ano de 2011, que a Banif Imobiliária alterou a sua estrutura orgânica, o seu modelo de governação, o âmbito de actuação e as suas competências funcionais, de forma muito profunda, passando a Sociedade, a partir do final do ano, a assumir uma função de maior intervenção na gestão dos activos imobiliários do Grupo.

O Grupo teve em consideração que a conjuntura económica vai conduzir a que as Instituições Financeiras venham a deter carteiras crescentes de imóveis, quer como resultado de créditos concedidos, quer como resposta à sucessão de resgates nos Fundos de Investimento Imobiliário. Ponderou também a crescente dificuldade em proceder a alienações, bem como a necessidade de reorientar a actividade, de privilegiar o arrendamento e de estabelecer parcerias.

Por estes motivos, impôs-se assegurar formas de gestão mais profissionalizadas e uma maior articulação entre as várias entidades do Grupo.

Estas alterações começaram por se traduzir num profundo reforço da estrutura governativa da Banif Imobiliária, que passou a dispor de um Conselho de Administração mais alargado e uma Comissão Executiva, dotando-se de mais competências ao nível da sua equipa de gestão.

Também ao nível comercial e técnico, a Banif Imobiliária reforçou a sua estrutura e as suas competências, com o recrutamento interno de vários quadros nas áreas de engenharia, arquitectura, jurídica, comercial e outras.

No final do exercício, esta linha de orientação corporizou-se num aumento de capital de 750 milhares de euros para 200 milhões de euros, na recomposição da estrutura accionista e no aumento muito substancial dos activos da sociedade.

Imóveis afectos à exploração

Como seria de esperar na actual conjuntura, quase não ocorreram aberturas de agências, pelo que a Banif Imobiliária não efectuou nenhuma aquisição de imóveis "afectos à exploração". Uma vez que o processo de venda desses imóveis a um Fundo Especializado estava concluído, também não ocorreram alienações.

Deste modo, o valor dos imóveis arrendados a empresas do grupo era de 16.300 milhares de euros no final do ano e as receitas provenientes do seu arrendamento ascenderam a 1.117 milhares de euros.

Imóveis não afectos à exploração

O valor total dos imóveis considerados nesta rubrica, ou seja todos com excepção dos que estão ao serviço de entidades do Grupo e dos que estão arrendados, totaliza 58.500 milhares de euros. Cerca de 30% deste total corresponde a imóveis habitacionais, 45% a terrenos e o restante a imóveis destinados a comércio, indústria ou serviços.

De salientar que o valor das aquisições de imóveis deste segmento foi marginal, tal como já tinha ocorrido durante grande parte do ano anterior. Por este motivo, a carteira de imóveis tem alguma

antiguidade e algum peso de imóveis cuja alienação está dificultada, normalmente por questões de natureza administrativa.

Por outro lado, a actividade da Banif Imobiliária ressentiu-se da conjuntura económica, com a crescente dificuldade em concretizar vendas. Daí que, particularmente no segmento de habitação, se tenha acentuado uma orientação no sentido do arrendamento, que começa a dar frutos.

Nos outros segmentos, em que predominam imóveis em que, por motivos diversos, a alienação não é possível de imediato, a Banif Imobiliária tem orientado a sua actividade no sentido de resolver as situações administrativas que condicionam a venda.

Imóveis "de rendimento"

Ainda durante o ano de 2010, a Banif Imobiliária celebrou Contratos Promessa de Compra e Venda de vários imóveis com o Fundo de Investimento Imobiliário ImoPredial. Essas aquisições concretizaram-se em 2011 e o seu valor total ascendeu a 78.280 milhares de euros.

A racionalidade destas aquisições derivou de políticas definidas no âmbito do Grupo Banif, nomeadamente quanto à gestão dos Fundos de Investimento Imobiliário. Pelo lado da Banif Imobiliária, o racional derivou do facto de os imóveis adquiridos serem, por regra, bem localizados, de reconhecido prestígio e estarem, na sua grande maioria, arrendados com *yields* interessantes.

Entre os imóveis adquiridos, destacam-se, pelo seu valor, fracções nos seguintes imóveis:

- Edifício Neopark em Carnaxide – 22.100 milhares de euros;
- Plataforma Logística da Taboeira – 9.850 milhares de euros;
- Edifício 3433, Av. da Boavista, Porto – 9.300 milhares de euros;

Ao todo, a carteira de imóveis arrendados a entidades exteriores ao Grupo ascende a 69 milhões de euros.

Aquisições de Unidades de participação em Fundos Imobiliários

A Banif Imobiliária adquiriu, no final do ano, Unidades de Participação em diversos Fundos de Investimento Imobiliário conforme se segue:

Milhares de Euros

Fundo	Nº de UP´s	Valor

Banif ImoPredial	31.850	238.251
Banif ImoGest	2.467	99.067
Banif Property	70	70.305
Banif Gestão Imobiliária	25	22.275
Banif Renda Habitação	10	10.213

Os vendedores destas Unidades de participação foram outras entidades do Banif – Grupo Financeiro e todas as transacções foram efectuadas às cotações de mercado das datas respectivas.

A entidade gestora de todos estes Fundos Imobiliários é a Banif Gestão de Activos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. Em todos os casos, as carteiras são compostas por imóveis localizados em Portugal com algumas excepções pouco relevantes.

O Banif ImoPredial é um fundo de investimento imobiliário aberto constituído em 2001. É um dos maiores da sua classe. Os segmentos de comércio e escritórios são os mais representativos da sua carteira e a componente de habitação é pouco expressiva.

O Banif ImoGest é um fundo de investimento imobiliário fechado também constituído em 2001. Os segmentos mais representativos da carteira são os de escritórios, promoção imobiliária e comércio.
O Banif Property é um fundo especial de investimento imobiliário fechado constituído em 2006. A sua carteira é composta, em mais de 90%, por imóveis arrendados a entidades do Grupo, nomeadamente o Banif. Distribui rendimentos mensalmente.

O Banif Gestão Imobiliária é um fundo especial de investimento imobiliário fechado constituído em 2009. A sua carteira é composta por um conjunto variado de imóveis, maioritariamente proveniente de pagamento de créditos ao Banif. A Banif Imobiliária passou a deter a totalidade das suas Unidades de Participação.

O Banif Renda Habitação é um fundo de investimento imobiliário para arrendamento habitacional constituído em 2009 no âmbito da respectiva legislação. A Banif Imobiliária detém a totalidade das Unidades de Participação e, reflectindo a orientação no sentido de privilegiar o arrendamento habitacional, procedeu, já em 2012, ao aumento do capital para 50 milhões de euros.

Aquisição de participação na LDI – Desenvolvimento Imobiliário, SA

Ainda no âmbito da centralização das participações imobiliárias do Grupo na Banif Imobiliária, a sociedade adquiriu, no final do exercício, uma participação de 12,8% no capital social da LDI – Desenvolvimento Imobiliário, SA pelo valor de 31.157 milhares de euros.

Imóveis sob gestão

Como seria de esperar nas actuais circunstâncias, o volume de imóveis recebidos como forma de pagamento pelo Banif, SA aumentou substancialmente. A gestão destes imóveis mantém-se a cargo da Banif Imobiliária e o seu valor total aumentou de 88 milhões de euros no final de 2010 para 271 milhões de euros no final de 2011.

Assim, no final de 2011, os valores totais do património imobiliário que é propriedade da Banif Imobiliária, ou está sob a sua gestão, evoluiu do seguinte modo:

Milhares de Euros

Rubrica	2011	2010
Imóveis Próprios	143.985	66.002
Imóveis em processo de aquisição		68.339
Imóveis propriedade de outras entidades do Grupo	271.004	88.239
Unidades de participação de Fundos Imobiliários	410.027	
Outros	33.536	2.379
Total	858.552	224.959

Aumento de capital

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 30 de Dezembro de 2011, a Banif Imobiliária aumentou o seu Capital Social de 750 mil euros para 200 milhões de euros.

A estrutura accionista da sociedade passou a ser a seguinte:

- Banif SGPS – 40%;
- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA – 44%;
- Banif Banco de Investimento, SA – 16%;

Análise económico-financeira

Durante o exercício de 2011, a sociedade vendeu imóveis no valor de 1.712 milhares de euros e adquiriu imóveis no valor total de 80 milhões de euros, os quais correspondem, na sua quase totalidade, aos imóveis adquiridos ao Fundo ImoPredial, conforme referido supra.

Deste modo, o valor dos imóveis em carteira aumentou para 143.770 milhares de euros.

Conforme supra referido, a sociedade adquiriu, no final do exercício, Unidades de Participação em diversos Fundos, no valor total de 440.100 milhares de euros, bem como uma participação na LDI, no valor de 31.157 milhares de euros.

Para financiar estas aquisições, a Banif Imobiliária recorreu aos fundos decorrentes do seu aumento de capital e à contratação de suprimentos junto do, agora accionista, Banif.

A sociedade reembolsou ainda, no final do exercício, suprimentos concedidos pela Banif SGPS, no valor de 79.250 milhares de euros.

Resultados

Os proveitos da sociedade provenientes da cobrança de rendas ascenderam a 2.852 milhares de euros, dos quais 1.117 milhares de euros correspondem a imóveis arrendados a entidades do Grupo.

A Banif Imobiliária beneficiou ainda de 712 mil euros de receitas provenientes de serviços prestados a entidades do Grupo.

Conforme referido, as vendas ascenderam a 1.712 milhares de euros, sendo o custo dos imóveis vendidos de 2.019 milhares de euros, o que reflecte as dificuldades do mercado imobiliário. Em todo o caso, é de salientar que este volume de vendas é superior ao alcançado em 2010.

Assim, no total, os proveitos da Banif Imobiliária ascenderam a 5.275 milhares de euros, contra 2.321 milhares de euros em 2010.

Quanto aos custos, verificou-se, fruto do aumento do valor dos imóveis em carteira e do quadro de pessoal, um aumento substancial, que ascendeu a 128 mil euros nos "Fornecimentos e Serviços Externos" e 328 mil euros nos "Gastos com o pessoal".

Os encargos financeiros aumentaram, de forma muito significativa, passando de 1.456 mil euros para 5.744 mil euros e correspondem aos juros pagos pelos suprimentos contratados. Este aumento deve-se ao aumento do capital em dívida para financiar as aquisições de imóveis ao Fundo ImoPredial, bem como o agravamento das condições de financiamento.

Como resultado de todos estes factores, os resultados da Sociedade agravaram-se, tendo os prejuízos atingido 3.456 milhares de euros.

6.2 BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

O plano de actividades da BanifServ para 2011 comportou 40 projectos, dos quais 20 foram concluídos no decorrer do ano, 4 anulados e 7 novos incluídos já no decorrer do ano.

A tecnologia e os sistemas de informação continuaram a ser encarados como um meio para suportar e desenvolver o Negócio, quer através da disponibilização de novas ferramentas orientadas às necessidades, quer disponibilizando os meios necessários para reforçar a eficácia, a eficiência e a racionalização de custos e de recursos.

Dos projectos desenvolvidos, alguns englobando mais do que uma Associada, merecem referência os seguintes:

- Nova solução de suporte às agências do Banif, reforçando os níveis de ergonomia, navegabilidade e qualidade da informação ao dispor dos utilizadores internos e Clientes;
- Conclusão da disponibilização da nova operativa de Depósitos à Ordem para o Banif, melhorando o nível de funcionalidades, operacionalidade, integração e flexibilidade do sistema, criando um novo patamar de cobertura dos requisitos de negócio;
- Fusão/Cisão da associada Banif Co, através da integração dos seus sistemas de informação e respectiva carteira de Negócio no Banif e no Banif Mais;
- Novo sistema de gestão de Terminais de Pagamentos Automático e Caixas Automático para o Banif, reforçando o controlo operacional e melhorando o nível de serviço prestado aos Clientes;
- Disponibilização de novas funcionalidades na Banca Electrónica, alargando dessa forma o leque de operações ao dispor dos clientes do Banif, das quais se citam, a titulo de exemplo, a disponibilização de notas de lançamento em formato electrónico (em curso);
- Novo portal externo do Banif, para Clientes e Não Clientes, disponibilizando uma nova área segura e novas funcionalidades electrónicas para interacção com o Banco;
- Novo portal interno para o Grupo Banif, com novo design, novas funcionalidades, ergonomia reforçada e um novo modelo de gestão de conteúdos;
- Novo sistema de gestão de Linhas e Limites de Crédito para o Banif, melhorando a operacionalidade e o grau de alinhamento da aplicação com os requisitos de Negócio;
- Novo sistema de gestão de Garantias Emitidas para o Banif, tendo por base uma reengenharia dos processos actuais com o objectivo principal de aumentar o controlo e a eficiência da operativa;
- Desenvolvimento e disponibilização de suporte informático a Cartões Pré-Pagos para o Banif, reforçando, por esse meio, a oferta e o leque de produtos para Clientes;
- Revisão da aplicação de Gestão de Colaterais do Banif, reforçando os mecanismos de controlo e o nível de integração com os restantes sistemas;
- Nova aplicação para gestão de Cofres de Aluguer para o Banif.

O número de colaboradores da BanifServ é de 58, dos quais 3 em regime de contrato a termo. Destes elementos, 30 estão afectos à manutenção, ao desenvolvimento de projectos e ao órgão de relacionamento com os clientes, 23 aos sistemas e à gestão da produção, 2 ao suporte administrativo e 3 são elementos de gestão.

No final do ano de 2011 a BanifServ apresentou proveitos de 10.741 milhares de euros, dos quais 9.503 milhares de euros são respeitantes à prestação de serviços às Associadas, 1.184 milhares de euros de trabalhos para o próprio ACE, 52 milhares de euros de outros rendimentos e ganhos e 1.172,37 euros de proveitos financeiros.

O imobilizado total, no final do ano de 2011, era de 31.796 milhares de euros, dos quais 5.629 milhares de euros referentes a imobilizados em curso.

7. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

Para o Banif - Grupo Financeiro, a Sustentabilidade significa considerar os riscos e oportunidades de âmbito económico, ambiental e social na sua actividade e nas suas ligações com a comunidade.

Com vista a concretizar este objectivo, o Grupo possui uma área de Sustentabilidade integrada na Função Imagem Corporativa, a qual é responsável pela articulação de 6 *Task Forces* (TF) criadas para gerir a temática da Sustentabilidade de forma transversal a todas as actividades. Estas *Task Forces* abrangem áreas como códigos de conduta e *business principles*, política de recursos humanos para a Sustentabilidade, política ambiental, filantropia estratégica, riscos ambientais e sociais e produtos ambientais e sociais. A área de Sustentabilidade coordena ainda toda a comunicação interna e externa nesta matéria e o relacionamento com *stakeholders* relevantes.

Em 2011, destacam-se os trabalhos da TF 2 – Política de Recursos Humanos, da TF 3 – Política Ambiental e da TF 5 – Riscos Ambientais e Sociais.

No âmbito da TF 2, a área de Sustentabilidade coordenou a implementação do programa de voluntariado empresarial VAMOS – Valores Mais Humanos, o qual incidiu de forma estratégica nas áreas de literacia financeira e responsabilidade ambiental, com os programas VAMOS Educar e VAMOS Plantar, respectivamente.

Relativamente ao VAMOS Educar, em colaboração com a associação Junior Achievement Portugal – Aprender a Empreender, foi implementado o programa "Economia para o Sucesso" dirigido a alunos do 3º ciclo de várias escolas do Continente e da Região Autónoma da Madeira. Os 77 voluntários do Banif ensinaram conceitos de literacia financeira a 798 alunos perfazendo um total de 539 horas de voluntariado e 5.985 horas de formação em literacia financeira.

No âmbito do VAMOS Plantar e através da parceria com a associação Cascais Natura, foram realizadas duas acções de requalificação ambiental de uma área de 1 hectare do Parque Natural Sintra-Cascais, incluindo a plantação de espécies autóctones. Os 26 voluntários do Banif dedicaram 143 horas de trabalho a estas actividades, contribuindo para a sustentabilidade ambiental sob o lema "Pensar globalmente, agir localmente".

A comunicação deste programa de voluntariado envolveu um microsite que agregou toda a comunicação interna, a realização de um filme, o envio de e-mails e *newsletters* dedicadas ao tema e a produção de *merchandising* próprio (*t-shirts* orgânicas, blocos, sacos e lápis reciclados). Todas estas peças de comunicação desempenharam um papel fundamental para a apropriação dos valores do programa pelos voluntários.

Este programa de voluntariado empresarial foi o primeiro "projecto" a adoptar a identidade corporativa criada especificamente para todas as iniciativas internas e externas de Sustentabilidade, o VAMOS – Valores Mais Humanos. O segundo projecto a adoptar esta identidade foi o VAMOS Preservar, o qual se enquadra na Política Ambiental aprovada para o Banif – Grupo Financeiro.

Assim, no âmbito da TF 3 – Política Ambiental, foi implementada a campanha de sensibilização ambiental "VAMOS Preservar: o nosso Planeta – o clima – o meio ambiente – a natureza". Esta campanha envolveu o desenvolvimento de autocolantes com imagens e mensagens apelativas para a adopção de comportamentos ambientalmente responsáveis no local de trabalho. Colocados nos edifícios centrais do Banif, estes autocolantes foram acompanhados pela disseminação electrónica de dicas de comportamentos com vista à redução de consumos e emissões poluentes.

No pilar ambiental, destaque ainda para a aposta na responsabilidade climática. O Grupo inscreveu a temática das Alterações Climáticas como um vector primordial da sua Política Ambiental, vista tanto sob a perspectiva de risco como de oportunidade. O Grupo respondeu positivamente ao convite da comunidade internacional de Investidores Signatários do Carbon Disclosure Project e preencheu o questionário, reportando, de uma forma transparente, todas as iniciativas e dados relativos a esta matéria. De forma similar, mas para um âmbito nacional, foi também dada resposta ao Questionário "*Ranking* de Responsabilidade Climática" da Euronatura. Adicionalmente, foram neutralizadas 210 toneladas de carbono emitidas pelas seguintes actividades: seis Relatórios e Contas 2010 de empresas do Grupo, Relatório de Sustentabilidade 2010, Revista do Grupo "A Nossa Força" 2011, torneios de golfe de Vale de Lobo (Algarve), Batalha (Açores) e Santo da Serra (Madeira), agenda de secretária 2012 e almoço de Natal do Grupo.

Destaca-se ainda a actividade dos Fundos Especiais de Investimento Fechados New Energy Fund (NEF) e Luso Carbon Fund (LCF). O Banif - Banco de Investimento, SA detém uma participação de 25% na MCO2 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, actual entidade gestora destes fundos, sendo este banco a entidade depositária do NEF e do LCF.

O New Energy Fund, lançado no final de 2007 pela Banif - Gestão de Activos e dirigido especificamente a investidores institucionais, tem como objectivo investir no mercado das energias renováveis, abrangendo toda a cadeia de valor, incluindo tanto a exploração de matérias-primas como o desenvolvimento de tecnologias ou a sua aplicação e exploração.

O Luso Carbon Fund, que tem como objectivo o investimento no mercado de carbono através da aquisição de créditos de redução de emissão de Gases de Efeito de Estufa gerados ao abrigo do Protocolo de Quioto, tem actualmente um compromisso para mais de 10 milhões de toneladas de créditos de carbono.

A 31 de Dezembro de 2011, o NEF atingiu um valor de activos sob gestão de 21,6 milhões de euros e o LCF de 59,8 milhões de euros.

Ainda relativamente ao compromisso ambiental, o Grupo aderiu à iniciativa internacional "Hora do Planeta" que envolveu todas as empresas do Grupo, incluindo o Banif (Malta) e o Banif (Brasil), e participou também na iniciativa nacional Movimento ECO – Empresas contra os Fogos.

Quanto à TF 5 – Riscos Ambientais e Sociais, deu-se continuidade à análise de risco ambiental e social da carteira de crédito do Banif. Em 2011 foi aprovado um pacote de medidas que permitem ao Banco ter uma política de avaliação de riscos ambientais e sociais dos Clientes na concessão de crédito, avaliação e controlo dos riscos. Os temas incluídos nesta avaliação de risco incluem questões de eficiência energética, alterações climáticas, avaliação de impacte ambiental, responsabilidade ambiental, cumprimento de legislação ambiental e gestão do ambiente, da qualidade e da saúde e segurança do trabalho.

O incremento do relacionamento com os *stakeholders* relevantes nesta área é visível, nomeadamente através da participação em eventos e prémios e do estabelecimento de contactos e parcerias. O Grupo é membro do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e tem participado nos Grupos de Trabalho "Desenvolvimento" e "Sustentabilidade no Sector Financeiro" (sendo patrocinador deste) que têm como objectivos incentivar e divulgar as boas práticas de sustentabilidade entre as empresas participantes e à sociedade em geral.

Refira-se também, neste âmbito, que o Banif é membro activo do grupo de trabalho da Associação Portuguesa de Bancos (APB) criado para a temática da literacia financeira.

Em termos de comunicação, esta área coordenou e executou o 4.º Relatório de Sustentabilidade do Banif – Grupo Financeiro, o qual atingiu o nível de qualidade e abrangência da informação "A", o mais elevado de acordo com as "Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade" da organização internacional *Global Reporting Initiative*. O relatório, editado em português e inglês, foi divulgado interna e externamente.

Uma outra vertente da comunicação externa da Sustentabilidade é a participação em vários Inquéritos para os quais o Grupo é convidado a participar, como forma de aplicação dos princípios da transparência e *accountability*. Em 2011, para além dos já abordados Carbon Disclosure Project e Ranking de Responsabilidade Climática da Euronatura, o Grupo participou no Inquérito da Heidrick & Struggles/Diário Económico relativo à 4ª edição do "Prémio Desenvolvimento Sustentável 2010/2011" e na resposta ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do Instituto Superior Técnico / BCSD-Portugal.

A comunicação da Sustentabilidade estende-se ainda aos sites de internet e portais internos das empresas do Grupo, bem como à frequente promoção de comportamentos "sustentáveis" dirigidos a Colaboradores e Clientes. Exemplos desta sensibilização para a Sustentabilidade são a nota "Por

um Mundo Melhor" da *newsletter* do Banif, e as dicas de comportamentos para uma maior responsabilidade climática, presentes nas agendas de secretária para 2012.

Por seu lado, a Açoreana continuou a promover o sucesso escolar através do programa "UNE – Unidos Na Escola" que foi iniciado nos Açores em 2009 em parceria com o Governo Regional dos Açores. Esta iniciativa permitiu que, sempre que se contratasse um seguro no valor mínimo de 100 euros, a Açoreana entregasse 5 euros a escolas destas regiões. No final, a Açoreana duplicou o montante angariado. A angariação de 2011 permitiu a entrega de 15.000 euros, valor aplicado na aquisição de material didáctico e de pacotes de formação para professores para três escolas dos Açores. Em 2011, esta iniciativa contemplou também duas escolas da Madeira.

O almoço de Natal do Grupo, para além de ter sido neutro em carbono, teve também um cariz solidário, com a entrega de 2.000 litros de leite ao Banco Alimentar de Santarém.

Em termos estratégicos, e passados 5 anos da implementação da Estratégia de Sustentabilidade, iniciou-se em 2011 um conjunto de iniciativas com vista à revisão dessa estratégia, bem como do Modelo de *Governance* para a área de Sustentabilidade da Banif SGPS, SA.

03 Análise às Contas Separadas e Consolidadas e Perspectivas Futuras

03
Análise às Contas Separadas e Consolidadas

1. CONTAS SEPARADAS

A Banif SGPS, empresa-mãe do Banif – Grupo Financeiro, prepara e apresenta contas separadas, vulgarmente designadas por contas individuais, em base NCA (Normas de Contabilidade Ajustadas), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. Da análise comparativa destes documentos contabilísticos destaca-se o seguinte:

Demonstração de Resultados

- A Margem Financeira teve um comportamento negativo, registando um decréscimo de 8,7 milhões de euros quando comparada com o valor de 2010. A Sociedade registou um aumento nos juros de empréstimos e de obrigações emitidas no montante de 13 milhões de euros. Os juros obtidos da concessão de suprimentos subiram 4,4 milhões de euros.

- Em Rendimentos de instrumentos de capital, a Sociedade reconheceu, em 2011, dividendos no montante de 0,3 milhões de euros (36,8 milhões de euros em 2010).

- Em 2011 não se registaram Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, enquanto, em 2010, apresentou 12,1 milhões de euros de ganhos resultantes de alienação da participação no Finibanco;

- Como reflexo das situações atrás descritas, o Produto Bancário apresentou um acréscimo de 55,9 milhões de euros, cifrando-se em -16,6 milhões de euros;

- Os Custos de Funcionamento totalizaram 1,5 milhões de euros, registando uma contracção de 5,2%, quando comparados com os de 2010, devido ao decréscimo de 84 milhares de euros verificados ao nível dos Custos com o Pessoal, tendo os Gastos Gerais Administrativos mantido o mesmo nível do ano anterior;

- A Sociedade registou Imparidade no montante de 11,8 milhões de euros (21,4 milhões de euros em 2010) referentes à participação no Bankpime;

- Como consequência do descrito anteriormente, a Banif SGPS apresentou um Resultado Líquido de -27,5 milhões de euros, no final de 2011, uma redução de 291,3% quando comparado com o resultado de 14,4 milhões de euros atingido no final de 2010.

Balanço

O Activo Líquido aumentou 2,8% para 1.335,1 milhões de euros quando comparado com 1.298,5 milhões de euros registados no final de 2010. Para este crescimento, contribuiu o desempenho registado nas seguintes rubricas:

- Diminuição de 1,8 milhões de euros em Disponibilidades de outras Instituições de Crédito;

- Diminuição de 3,5 milhões de euros em Crédito a Clientes, referentes à liquidação do empréstimo de apoio à tesouraria concedido à Rentipar Seguros SGPS, SA no montante de 5 milhões de euros e a concessão de um empréstimo de apoio à tesouraria à Banif Imobiliária de 1,5 milhões de euros;

- Aumento de 95,4 milhões de euros em Investimentos em Filiais e Associadas, como consequência do aumento na participação do capital na Banif Imobiliária, no montante de 79,3 milhões de euros, aumento na participação do Banif Bank Malta no montante de 7,5 milhões de euros e aumento na participação do Banif Holding (Malta) no montante de 10 milhões de euros. A sociedade, em 2011, concedeu prestações suplementares à Banif Comercial SGPS no montante de 10,5 milhões de euros;

- Diminuição de 75 milhões de euros em Outros Activos resultante da essencialmente da diminuição de 69,3 milhões de euros de financiamentos, a título de suprimentos, à Banif Imobiliária, que foram convertidos em capital.

Passivo

- A rubrica "Recursos de Outras Instituições de Crédito" elevou-se a 294,3 milhões de euros, um crescimento de 50,9% relativamente ao final de 2010. Estão nesta rubrica registados os financiamentos obtidos junto do Banif, SA.

- A rubrica "Recursos de Clientes e outros Empréstimos" apresentou um decréscimo de 152,9 milhões de euros, cifrando-se em 28,5 milhões de euros no final do exercício de 2011, que resulta de empréstimos de apoio à tesouraria concedidos pela Banif Investimentos SGPS, SA (28,5 milhões de euros).

- A Banif SGPS procedeu à emissão de Obrigações no montante de 75 milhões de euros, pelo prazo de dois anos (2011-2013), pelo que a rubrica Responsabilidades Representadas por

Títulos, que se elevou a 177,2 milhões de euros, apresentando um crescimento de cerca de 76,4% relativamente ao final de 2010.

Análise Comparativa – Banif SGPS, S.A

Balanço	31-12-2011	31-12-2010	Variação Absoluta	Variação %
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.612	3.378	(1.766)	-52,3%
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	21.274	-	21.274	-
Crédito a clientes	1.523	5.015	(3.492)	-69,6%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.160.292	1.064.901	95.391	9,0%
Activos por impostos correntes	456	2.759	(2.303)	-83,5%
Activos por impostos diferidos	13.850	11.321	2.529	22,3%
Outros activos	136.096	211.120	(75.024)	-35,5%
Total Activo Liquido	1.335.103	1.298.494	36.609	2,8%
Recursos de outras instituições de crédito	294.342	195.097	99.245	50,9%
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.464	181.389	(152.925)	-84,3%
Responsabilidades representadas por títulos	177.233	100.499	76.734	76,4%
Provisões	979	979	-	-
Passivos por impostos correntes	-	1	(1)	-
Instrumentos representativos de capital	3.894	5.651	(1.757)	-31,1%
Outros passivos	43.440	652	42.788	-
Total Passivo	548.352	484.268	64.084	13,2%
Total do Capital	786.751	814.226	(27.475)	-3,4%

Demonstração de resultados	31-12-2011	31-12-2010	Variação Absoluta	Variação %
Margem financeira	(17.798)	(9.042)	(8.756)	-96,8%
Rendimentos de instrumentos de capital	303	36.772	(36.469)	-99,2%
Rendimentos de serviços e comissões	259	-	259	-
Encargos com serviços e comissões	(418)	(474)	56	11,8%
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	12.052	(12.052)	-100,0%
Outros resultados de exploração	1.039	(17)	1.056	6211,8%
Produto bancário	(16.615)	39.291	(55.906)	-142,3%
Custos com pessoal	(466)	(346)	(120)	-34,7%
Gastos gerais administrativos	(1.075)	(1.279)	204	15,9%
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recupera	-	(4.822)	4.822	100,0%
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(11.849)	(21.428)	9.579	44,7%
Impostos	2.529	2.949	(420)	-14,2%
Resultado líquido do exercício	(27.476)	14.365	(41.841)	-291,3%

2. CONTAS CONSOLIDADAS

ANÁLISE ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

A actividade da Banif – SGPS, SA, "holding" do Banif – Grupo Financeiro, no exercício de 2011, foi afectada pela forte deterioração observada na conjuntura económica nacional, que resultou no início da implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira, bem como ao nível internacional, com o agravamento da crise de dívida soberana europeia. Assim, os resultados líquidos consolidados da Banif – SGPS, SA, "holding" do Banif – Grupo Financeiro, atingiram -161,6 milhões de euros no final do exercício de 2011, face aos 34,4 milhões de euros do período homólogo do ano anterior.

Análise dos resultados

O Produto da Actividade do Grupo atingiu 561,6 milhões de euros no final do exercício de 2011, registando um aumento de 1,9% em termos homólogos. Para este resultado contribuíram vários factores, nomeadamente:

- Uma diminuição de 20,4% na Margem Financeira, para 277,3 milhões de euros, devido ao agravamento dos custos de financiamento decorrentes do endividamento das "holdings" do Grupo, que aumentaram 21,7 milhões de euros (+130,3%), mas também devido à consolidação de novas unidades com custos de financiamento de 6,4 milhões de euros (essencialmente o Banif Imopredial - FIIA). Para além das situações atrás referidas, merece ainda referência o agravamento do custo dos recursos de clientes e a redução da actividade creditícia em 2011. Com efeito, o aumento sustentado dos spreads de crédito ao nível do segmento Empresas não foi suficiente para compensar o aumento do custo médio dos depósitos a prazo de clientes, pelo que a margem de intermediação sofreu uma ligeira redução ao longo do período em apreciação.

- Os Outros Proveitos aumentaram 212,2%, para 174,3 milhões de euros. Merece destaque a mais-valia decorrente da alienação da Banif Corretora de Valores e Câmbios, que ascendeu a 46,8 milhões de euros em termos brutos (ou 37,7 milhões de euros líquidos de impostos). De salientar que o Grupo reconheceu, no período em análise, 52,9 milhões de euros relativos à recompra de passivos financeiros emitidos (14,8 milhões de euros no exercício de 2010).

- Os Resultados de Operações Financeiras atingiram -1,1 milhões de euros no final do exercício de 2011, correspondendo a uma diminuição de 104,6%. Em 2010, o Grupo registou um ganho financeiro de 12,1 milhões de euros na alienação da participação no Finibanco – Holdings, em resultado da OPA lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

Relativamente à estrutura de custos, os Gastos Gerais Administrativos e os Custos com Pessoal (custos de funcionamento) totalizaram 326,0 milhões de euros, diminuindo ligeiramente 0,6% face ao final do exercício de 2010, reflectindo as medidas de racionalização e optimização adoptadas pelo Grupo. O rácio Cost to Income (Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade) desceu de 66,3%, no final do exercício de 2010, para 64,4%, no final do exercício de 2011.

O *Cash Flow* de exploração consolidado do Banif – Grupo Financeiro, à data de 31 de Dezembro de 2011, atingiu 235,5 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,5% face ao final do exercício de 2010.

No que diz respeito às provisões e imparidade líquidas, registou-se no final do exercício de 2011 um aumento de 204,8% para 377,8 milhões de euros. Atendendo à actual conjuntura económica, o Grupo manteve uma política prudente e conservadora no que respeita à avaliação da imparidade da carteira de crédito, que resultou em dotações líquidas para imparidade no montante de 342,3 milhões de euros até ao final exercício de 2011, face aos 107,9 milhões de euros contabilizados no final do mesmo período do ano anterior. Em 2011 o Banif – Grupo Financeiro constituiu imparidade de 7,1 milhões de euros referente ao goodwill na participação no Bankpime e 10,2 milhões de euros de imparidade referente a imóveis classificados na rubrica "activos não correntes detidos para venda".

Análise do balanço

O Activo Líquido do Banif - Grupo Financeiro totalizava 15.823,1 milhões de euros, a 31 de Dezembro de 2011, registando um crescimento de 0,8% face ao final do exercício de 2010.

Neste âmbito, importa referir que o Crédito Bruto Concedido a Clientes atingiu 11.948,8 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2011, diminuindo cerca de 6,7% em termos homólogos. No mesmo período, o rácio de Imparidade do Crédito/Crédito Total subiu de 4,73% para 6,81%, influenciado sobretudo pelo agravamento dos níveis de incumprimento do crédito a empresas em Portugal.

Em termos de Recursos de Clientes, merece referência o crescimento homólogo de 2,4% registado nos Depósitos, para 8.030,7 milhões de euros.

Quanto aos recursos "fora de balanço", o seu total ascendia a 2.962 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2011, reflectindo uma queda homóloga de -22,1%.

Os Capitais Próprios, deduzidos de Interesses Minoritários, registaram uma diminuição de 18,3%, de 1.018,3 milhões de euros para 831,8 milhões de euros entre o final dos exercícios de 2011 e 2010, essencialmente em resultado dos seguintes factores (aumentos (+); diminuições (-)):

(-) Resultado acumulado do exercício 2011, de -161,6 milhões de euros;
(-) Diminuição das reservas de reavaliação, em 20,7 milhões de euros;
(-) Variações cambiais negativas, de 20,7 milhões de euros.
(+) Ganhos em recompra de acções preferenciais de 16,1 milhões de euros;

Os Fundos Próprios de Base do Grupo (Tier 1), totalizavam 803,6 milhões de euros, enquanto os Activos Ponderados (Risk Weighted Assets) ascendiam a 11.862,1 milhões de euros, a que correspondia um rácio de Tier 1 no final do exercício de 2011 de 6,77 % (contra 7,75% no final do exercício de 2010). O Core Tier 1 do Grupo no final do exercício de 2011, de 6,78% (contra 6,60% no final do exercício de 2010). Por seu turno, os Fundos Próprios Totais do Banif – Grupo Financeiro elevavam-se a 951,0 milhões de euros, a que correspondia um rácio de solvabilidade total de 8,02% (contra 9,24% no final do exercício de 2010).

Resultados por área de negócio

O Banif - Grupo Financeiro organiza a sua actividade por cinco grandes áreas de negócio, cujo desempenho, em termos dos resultados obtidos, se descreve de seguida:

Banca Comercial: os resultados atingiram cerca de -92,5 milhões de euros, que comparam com um resultado positivo de 35,1 milhões de euros em igual período de 2010. Enquanto o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA registou um resultado de -86,7 milhões de euros, em base IAS, derivado de um significativo aumento das dotações para imparidade de crédito, para 245,8 milhões de euros (206% acima do valor referente ao período homólogo do ano anterior), as unidades internacionais de banca comercial registaram um lucro global de 2,2 milhões de euros.

Crédito especializado: os resultados situaram-se em -10,4 milhões de euros no final do exercício de 2011, face a 19,3 milhões obtidos no final do exercício de 2010. Apesar do bom desempenho operacional das unidades que compõem a sub-holding Banif Mais SGPS, SA, com um resultado positivo de 23,3 milhões de euros (sem integração da Banif Go) no final do exercício de 2011, o processo de integração da Banif Go – Instituição Financeira de Crédito SA por fusão no Banco Mais, SA, e a consequente redução dos níveis de produção, agravada pelo crescente custo de funding, prejudicou o desempenho da Banif Go, que apresentou um resultado negativo de 21,8 milhões de euros, em base IAS.

Banca de Investimento: os resultados situaram-se em 2,0 milhões de euros, face a um prejuízo de 11,4 milhões de euros, no final do exercício de 2010.

Seguros: o contributo da Rentipar Seguros, SGPS, SA para os resultados do Banif - Grupo Financeiro situou-se em 0,4 milhões de euros, face aos 2,1 milhões de euros, no final do exercício de 2010.

Holdings: o impacto da consolidação das holdings agravou-se de -10,9 milhões de euros para -61,1 milhões de euros no final exercício de 2011, reflectindo essencialmente o incremento dos custos de financiamento associados ao respectivo endividamento.

€M	Actividade Doméstica			Actividade Internacional			TOTAL		
Unidade de Negócio	Dez-11	Dez-10	Δ YoY	Dez-11	Dez-10	Δ YoY	Dez-11	Dez-10	Δ YoY
Banca Comercial	-94,7	23,8	-498%	2,2	11,3	-80%	-92,5	35,1	-363%
Banca Investimento	-2,7	9,9	-127%	4,7	-21,2	122%	2,0	-11,4	118%
Crédito Especializado	-8,9	16,3	-155%	-1,5	3,0	-149%	-10,4	19,3	-154%
Seguros	0,4	2,1	-82%	-	-	-	0,4	2,1	-82%
Holdings e outros	-47,0	-8,9	-426%	-14,2	-1,9	-630%	-61,1	-10,9	-462%
Total	-152,9	43,2	-454%	-8,7	-8,8	1%	-161,6	34,4	-570%

Rede comercial

A rede de pontos de venda do Banif - Grupo Financeiro passou de 601 para 561, entre 2010 e de 2011, materializando a estratégia de racionalização da rede de escritórios da área de Seguros do Grupo, que passou de 65 para 59 unidades entre as referidas datas. O número de agências bancárias em Portugal diminuiu também de 380 para 362 nos últimos 12 meses, já que as aberturas ainda ocorridas no início de 2011 foram compensadas pelos encerramentos registados no decorrer deste exercício. Atendendo ao actual enquadramento económico, o Grupo continuará a avaliar de forma criteriosa a dimensão da sua rede em Portugal, baseando-se em critérios de produtividade e eficiência bastante rígidos.

Relativamente à actividade seguradora do Banif – Grupo Financeiro, o volume de prémios emitidos, de 475,3 milhões de euros, evidencia uma diminuição de cerca de 6,8% da produção relativamente ao final do exercício de 2010, sobretudo ao nível do ramo vida (-20,4% relativamente ao período homólogo do ano anterior), não obstante o ramo não vida ter registado um aumento de 5,0%.

ANÁLISE COMPARATIVA
Banif - Grupo Financeiro

Expresso em milhares de Euros

Balanço	31-12-2011	31-12-2010 reexpresso	Variação absoluta	Variação %
Activo Líquido	15.823.114	15.700.135	122.979	0,8%
Crédito Concedido (Bruto)	11.948.846	12.801.111	-852.265	-6,7%
Recursos de clientes	8.030.692	7.840.050	190.642	2,4%
Capitais Próprios (1)	831.812	1.018.336	-186.524	-18,3%

Demonstração de resultados	31-12-2011	31-12-2010 reexpresso	Variação absoluta	Variação %
Margem Financeira	277.275	348.132	-70.857	-20,4%
Rendimento de Instrumentos de Capital	753	905	-152	-16,8%
Comissões líquidas	110.364	122.075	-11.711	-9,6%
Lucros em Operações Financeiras (líq.)	-1.132	24.360	-25.492	-104,6%
Outros Proveitos (líq.)	174.329	55.831	118.498	212,2%
Produto da Actividade	561.589	551.303	10.286	1,9%
Custos com Pessoal	184.133	183.974	159	0,1%
Gastos Gerais Administrativos	141.948	144.176	-2.228	-1,5%
Cash Flow	235.508	223.153	12.355	5,5%
Amortizações do Exercício	35.546	37.327	-1.781	-4,8%
Provisões e Imparidade (líq.)	377.759	123.941	253.818	204,8%
Equivalência Patrimonial	-2.426	-4.039	1.613	39,9%
Diferenças de consolidação negativas	-	-	-	-
Resultado antes de Impostos	-180.223	57.846	-238.069	-411,6%
Impostos (correntes e diferidos)	-26.922	13.904	-40.826	-293,6%
Interesses Minoritários	8.282	9.584	-1.302	-13,6%
Resultado Consolidado	-161.583	34.358	-195.941	-570,3%

Outros Indicadores	31-12-2011	31-12-2010	Variação absoluta	Variação %
Actividade Seguradora				
Prémios de Seguros (Total)	475.349	509.868	-34.519	-6,8%
- Prémios Vida	187.630	235.850	-48.220	-20,4%
- Prémios Não Vida	287.719	274.018	13.701	5,0%
Rácio de Solvabilidade				
Rácio de Solvabilidade (base regulamentar Banco de Portugal)	8,02%	9,24%	-	-
Tier 1 (base regulamentar Banco de Portugal)	6,77%	7,75%	-	-
Core Tier 1 (base regulamentar Banco de Portugal)	6,78%	6,60%	-	-
Crédito a clientes em risco/crédito a clientes	16,40%	12,00%	-	-
Imparidade de Crédito / Crédito Total	6,81%	4,73%	-	-
Rendibilidade				
ROE	-	3,5%	-	-
ROA	-	0,22%	-	-
Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médio	-	0,38%	-	-
Produto da Actividade / Activo Líquido Médio	3,46%	3,64%	-	-
Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios (Incluindo Interesses Minoritários)	-	4,9%	-	-
Eficiência				
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade	64,4%	66,3%	-	-
Custos Com Pessoal / Produto da Actividade	32,8%	33,4%	-	-
Transformação				
Crédito a clientes, líquido/Depósitos	138,7%	155,7%	-	-
Outros Indicadores				
Activos sob Gestão (valores em milhões de euros)	2.962	3.800	-838	-22,1%

Perspectivas Futuras

A 5 de Maio de 2011 o Governo Português assinou, com o apoio dos principais partidos políticos nacionais, um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) liderado conjuntamente pelo FMI e pela UE, comprometendo-se a adoptar medidas de ajustamento no sentido de reduzir desequilíbrios macroeconómicos e implementar reformas estruturais que assegurem as condições necessárias à desalavancagem gradual da economia Portuguesa e fomentem um maior potencial de crescimento. Deste enquadramento emergiram implicações substanciais para a estratégia dos grupos bancários Portugueses, pela imposição de um processo de desalavancagem do sector – que deverá ter um carácter gradual e coerente com a estratégia de crescimento económico - e o reforço sustentado dos seus níveis de capital.

Por outro lado, o início de 2012 marca igualmente um ponto de viragem no percurso do Banif-Grupo Financeiro com a mudança das equipas de gestão bem como do modelo de governo do Grupo, no sentido de uma maior coesão e integração entre as principais unidades de negócio, sobretudo ao nível doméstico, processo no qual o Banif, SA, a principal unidade de negócio do Grupo, deverá desempenhar um papel central.

A nova equipa de gestão reafirma assim o compromisso do Grupo para com os objectivos estabelecidos no âmbito do PAEF, nomeadamente quanto à estratégia de desalavancagem, através de uma gestão selectiva da concessão de crédito e da maximização do potencial de captação de recursos na sua rede de retalho, em especial em Portugal Continental, e quanto ao reforço dos níveis de capital do Grupo, quer por via de transacções de capital nos diversos níveis do seu organograma, quer pela adopção de medidas de optimização dos Activos Ponderados pelo Risco. O Grupo está igualmente a analisar a composição do portefólio de geografias onde está presente, com o objectivo de optimizar a gestão de consumo de capital mas também a capacidade de obtenção de funding nos respectivos mercados locais. Em termos de rendibilidade, manter-se-á um enfoque determinado na melhoria dos níveis de eficiência operacional, através do recurso a medidas efectivas de redução de custos bem como de optimização dos procedimentos operacionais, quer nas unidades domésticas, quer nas estrangeiras.

Finalmente, e tendo em conta que não foi possível à Rentipar Financeira SGPS SA, holding controladora da Banif SGPS SA sobre a qual recai a supervisão feita pelo Banco de Portugal, atingir o rácio de capital exigido a Dezembro de 2011, o Grupo está actualmente a ponderar o recurso ao Fundo de Recapitalização criado no âmbito do PAEF, como medida complementar aos esforços anteriomente mencionados, estando já a decorrer os trabalhos internos para esse efeito.

Adicionalmente, e apesar das implicações decorrentes dos requisitos impostos pelo Programa de Assistência Financeira – que influenciam significativamente o desenvolvimento futuro do Banif-Grupo Financeiro -– o Grupo continua a fundamentar a sua actividade no objectivo de melhorar,

continuamente, os níveis de qualidade dos serviços prestados, e de assegurar a satisfação dos seus Clientes.

04 Proposta de Aplicação de Resultados e de Distribuição de Reservas

04

Proposta de Aplicação de Resultados e de Distribuição de Reservas

Considerando que, no exercício de 2011, a Banif SGPS, SA obteve, no âmbito da sua actividade, um resultado negativo de EUR 27.476.153,83;

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado negativo de EUR 27.476.153,83 seja levado a Resultados Transitados.

05 Nota Final

05
Nota Final

No dia 15 de Abril de 2011, em Assembleia Geral da Sociedade, foram aprovados o Relatório de Gestão do Banif SGPS, SA., Individual e Consolidado, respeitantes ao exercício de 2010, e as Contas da Banif SGPS, SA, Individuais e Consolidadas, respeitantes ao mesmo exercício.

Foram igualmente aprovadas as demais propostas apresentadas, relativos a pontos da ordem do Dia, designadamente a proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração, bem como a declaração, apresentada pela Comissão de Remunerações sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da sociedade, bem como dos demais órgãos dirigentes na acepção do n.º3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Foram ainda aprovadas as propostas do Conselho de Administração para aquisição e alienação de acções próprias e de obrigações próprias e de distribuição de um dividendo extraordinário, durante o exercício de 2011, sujeito à verificação de determinadas condições.

Na mesma data, foi ainda designada a sociedade de revisores oficiais de contas Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA (n.º 178), representada pelo Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC 896), para o exercício das funções previstas no artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º4 do artigo 25º do Contrato de Sociedade, pelo período de um ano, tendo ainda sido eleitos, para o ano de 2011, os membros do Conselho Consultivo da sociedade.

Na mencionada Assembleia Geral anual de Accionistas da Sociedade, realizada em 15 de Abril de 2011, foi também deliberado proceder à ratificação da cooptação do Sr. Dr. Nuno José Roquette Teixeira como membro do Conselho de Administração da Sociedade e à eleição, como membros do Conselho de Administração, em funções até ao final do mandato de 2009-2011, a Sra. Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro e Sr. Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes.

Por carta datada de Maio de 2011 e com efeitos a partir de dia 26 desse mês, o Senhor Dr. Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha apresentou a sua renúncia ao cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade.

Em 14 de Outubro de 2011 teve lugar uma Assembleia Geral onde foi aprovada uma proposta do Conselho de Administração para alteração do número 4 do Artigo Quinto e do número 1 do Artigo Sexto, ambos do Contrato de Sociedade, de modo a converter as acções representativas do capital social em acções sem valor nominal. Foi ainda aprovada outra proposta apresentada pelo Conselho de Administração para alteração do número 5 do Artigo Quinto do Contrato de Sociedade, de modo a autorizar aquele órgão a deliberar o aumento de capital social, uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, nos termos e

condições que entender convenientes, até ao montante máximo de setecentos e cinquenta milhões de euros.

Assim, à data de 31 de Dezembro de 2011, era a seguinte a composição dos órgãos sociais e estatutários:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	*lugar vago*
Secretário:	Dr. Miguel José Luís de Sousa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Vice-Presidente	Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Vogais:	Dr. António Manuel Rocha Moreira
	Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
	Dr. José Marques de Almeida
	Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
	Dr. Nuno José Roquette Teixeira
	Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro
	Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida
Vogais Efectivos:	Dr. António Ernesto Neto da Silva
	Dr. José Lino Tranquada Gomes
Vogal Suplente:	Dr. José Pedro Lopes Trindade

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente:	Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro
Vice-Presidentes:	Comendador João Francisco Justino
Membros Efectivos:	Rentipar Financeira SGPS, SA representada pela Dra. Paula Cristina Moura Roque
	Renticapital – Investimentos Financeiros, SA representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade
	Empresa de Electricidade da Madeira, SA, representada pelo Dr. Rui Alberto Faria Rebelo
	Eng.º António Fernando Couto dos Santos
	Dr. Miguel José Luís de Sousa
	Prof. Doutor António Soares Pinto Barbosa

Comendador Jorge Sá
Dr. Mário Raul Leite Santos
Dr. Roberto de Sousa Rocha Amaral

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Dr. Deodato Nuno de Azevedo Coutinho
Dr. António Gonçalves Monteiro
Dr. Enrique Santos

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus
Suplente: Dra. Vanda Maria Marcelino de Melo

Em Assembleia Geral de Accionistas da Banif SGPS, SA, realizada em 22 de Março de 2012, foi deliberado eleger os seguintes elementos para os órgãos sociais e estatutários:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Dr. Miguel José Luís de Sousa
Secretário: Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Diogo António Rodrigues da Silveira
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida
Dr. Jorge Humberto Correia Tomé
Dr. José António Vinhas Mouquinho
Dr. Luís Filipe Marques Amado
Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes
Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro
Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dra. Paula Cristina Moura Roque
Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

CONSELHO FISCAL

Presidente: Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida
Vogais Efectivos: Dr. António Ernesto Neto da Silva
Dr. Thomaz Paes de Vasconcellos
Vogal Suplente: Dr. José Pedro Lopes Trindade

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Presidente: Dr. António Gonçalves Monteiro
Vogais: Dr. Enrique Santos
Dr. Filipe de Andrade e Silva Lowndes Marques

Nessa mesma reunião de Assembleia Geral foi deliberado aprovar uma proposta para alteração do n.º 3 do artigo 12.º e dos artigos 25.º e 26.º do Contrato de Sociedade, no sentido da extinção do Conselho Consultivo e da criação de um novo órgão estatutário, em substituição deste, designado por Conselho Superior Corporativo, com a seguinte composição:

Presidente: Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro
Vice-Presidente: Dr. Mário Raúl Leite Santos
Vogais: Prof. Doutor António Soares Pinto Barbosa
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Dr. Jorge Humberto Correia Tomé
Dr. José Marques de Almeida
Dr. José Paulo Baptista Fontes
Dr. Mário Henrique de Almeida Santos David
Dra. Paula Cristina Moura Roque

Em reunião do Conselho de Administração da Banif SGPS SA ocorrida em 23 de Março de 2012, SA foi deliberado:

i. Designar para Presidente do Conselho de Administração o Dr. Luís Filipe Marques Amado e para Vice-Presidentes as Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro e Dr.ª Paula Cristina Moura Roque.
ii. Constituir uma Comissão Executiva integrada pelos seguintes administradores:
Dr. Jorge Humberto Correia Tomé
Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida
Dr. José António Vinhas Mouquinho
iii. Designar Secretário da Sociedade o Sr. Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus e respectiva Suplente a Sra. Dra. Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço

A terminar o seu relatório sobre as actividades desenvolvidas em 2011, o Conselho de Administração manifesta ao Conselho Fiscal o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que recebeu daquele órgão da Sociedade.

Declarações, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

Cada um dos membros do Conselho de Administração, signatários do presente documento, infra identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Banif SGPS, SA e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Banif SGPS, SA., e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Ao concluir o seu relatório sobre a actividade desenvolvida durante o exercício de 2011, o Conselho de Administração exprime aos membros do Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e às autoridades de supervisão, o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que sempre demonstraram.

Lisboa, 30 de Abril de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Luís Filipe Marques Amado (Presidente)
Dra. Maria Teresa Moura Roque dal Fabbro (Vice-Presidente)
Dra. Paula Cristina Moura Roque (Vice-Presidente)
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Dr. Jorge Humberto Correia Tomé (Vice-Presidente)
Engº Diogo António Rodrigues da Silveira
Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes
Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida
Dr. José António Vinhas Mouquinho

06 Demonstrações Financeiras

1 – Demonstrações Financeiras Separadas
1.1- Balanço

BANIF - SGPS, SA

BALANCO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

		31-12-2011			31-12-2010
	Notas	Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	1.612	-	1.612	3.378
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6	21.274	-	21.274	-
Activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito		-	-	-	-
Crédito a clientes	7	1.523	-	1.523	5.015
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	8	2	(2)	-	-
Activos intangíveis	9	121	(121)	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	10	1.193.569	(33.277)	1.160.292	1.064.901
Activos por impostos correntes	11	456	-	456	2.759
Activos por impostos diferidos	11	13.850	-	13.850	11.321
Outros activos	12	136.096	-	136.096	211.120
Total do Activo		1.368.503	(33.400)	1.335.103	1.298.494
Recursos de Bancos Centrais		-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	13	-	-	294.342	195.097
Recursos de clientes e outros empréstimos	14	-	-	28.464	181.389
Responsabilidades representadas por títulos	15	-	-	177.233	100.499
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	16	-	-	979	979
Passivos por impostos correntes		-	-	-	1
Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital	17	-	-	3.894	5.651
Outros passivos subordinados		-	-	-	-
Outros passivos	18	-	-	43.440	652
Total do Passivo		-	-	548.352	484.268
Capital	19	-	-	570.000	570.000
Prémios de emissão	19	-	-	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital	19	-	-	95.900	95.900
Acções próprias	19	-	-	(1.035)	(1.035)
Reservas de reavaliação		-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	19	-	-	45.248	30.882
Resultado do exercício	19	-	-	(27.476)	14.365
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Total do Capital		-	-	786.751	814.226
Total do Passivo + Capital		-	-	1.335.103	1.298.494

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.2 - Demonstração de Resultados

BANIF - SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
Juros e rendimentos similares	20	6.478	2.373
Juros e encargos similares	20	(24.276)	(11.415)
Margem financeira		(17.798)	(9.042)
Rendimentos de instrumentos de capital	21	303	36.772
Rendimentos de serviços e comissões	22	259	-
Encargos com serviços e comissões	23	(418)	(474)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	24	-	12.052
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	25	1.039	(17)
Produto bancário		(16.615)	39.291
Custos com pessoal	26	(466)	(346)
Castos gerais administrativos	27	(1.075)	(1.279)
Amortizações do exercício		-	-
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	(4.822)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	10	(11.849)	(21.428)
Resultado antes de impostos		(30.005)	11.416
Impostos		2.529	2.949
Correntes		-	(2)
Diferidos	11	2.529	2.951
Resultado após impostos		(27.476)	14.365
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		(27.476)	14.365

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.3 - Demonstração do Rendimento Integral

BANIF - SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
Resultado Líquido	19	(27.476)	14.365
Total ganhos e perdas reconhecidos no período		(27.476)	14.365

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.4- Demonstração de Variações em Capitais Próprios

BANIF - SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Prémios de Emissão	Outros Instrumentos de Capital	Acções Próprias	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31-12-2010	19	570.000	104.114	95.900	(1.035)	-	30.091	78	713	14.365	814.226
					-	-					
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas	19	-	-	-	-	-	1.437	12.929	-	(14.365)	-
Rendimento integral	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.476)	(27.476)
Remuneração de VMOC's	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31-12-2011		570.000	104.114	95.900	(1.035)	0	31.528	13.007	713	- 27.476	786.751
Saldos em 31-12-2009	19	490.000	104.114	95.900	(1.035)	-	28.881	11.117	713	12.093	741.783
					-	-					
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas	19	-	-	-	-	-	1.210	2.553	-	(3.763)	-
Distribuição de dividendos	19	-	-	-	-	-	-	(11.270)	-	(8.330)	(19.600)
Rendimento integral	19	-	-	-	-	-	-	-	-	14.365	14.365
Remuneração de VMOC's	19	-	-	-	-	-	-	(2.100)	-	-	(2.100)
Aumento Capital	19	80.000	-	-	-	-	-	(222)	-	-	79.778
Saldos em 31-12-2010		570.000	104.114	95.900	(1.035)	0	30.091	78	713	14.365	814.226

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.5- Demonstração de Fluxos de Caixa

BANIF - SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
ACTIVIDADE OPERACIONAL			
Resultados de Exploração:			
Resultado Líquido do Exercício	19	(27.476)	14.365
Provisões do Exercício	10	11.849	26.250
Dotação para Impostos do Exercício	11	(2.529)	(2.949)
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	24	-	(12.052)
Remuneração VMOS's		343	476
Dividendos recebidos	21	303	(572)
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de Outros Activos		8.077	(77.155)
(Aumento)/Diminuição Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6	(21.274)	-
(Aumento)/Diminuição de Activos Financeiros Disponíveis para Venda		-	33.573
(Aumento)/Diminuição de Crédito a clientes	7	3.492	(5.015)
Aumento de Recursos de Outras Instituições de Crédito	13	99.245	42.361
Aumento/(Diminuição) de Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	14	(152.925)	72.300
Aumento/(Diminuição) de Outros Passivos		44.522	(19.913)
Fluxos das actividades operacionais		(36.373)	71.669
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Aquisição de subsidiárias e associadas	10	(27.490)	(50.199)
Concessão prestações suplementares	10	(10.500)	(175.922)
Dividendos recebidos	21	(303)	572
Fluxos das actividades de investimento		(38.293)	(225.549)
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	19	-	79.778
Aumento Responsabilidades representadas por títulos	15	75.000	50.034
Acções próprias	19	-	-
Dividendos distribuídos acções ordinárias e VMOC´s	19	(2.100)	(22.400)
Fluxos das actividades de financiamento		72.900	107.412
TOTAL		(1.766)	(46.468)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	5	3.378	49.846
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	1.612	3.378
		(1.766)	(46.468)
Valor do balanço das rubricas de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro			
Depósitos à ordem em Outras Instituições de Crédito	5	1.612	3.378

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Banif - SGPS, S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anónima, com sede em Rua de João Tavira, n.º30, 9004 – 509 Funchal, que tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades.

As acções da Banif - SGPS, S.A. encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

Em 30 de Abril de 2012, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2011 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas, a qual será efectuada até ao final do mês de Maio de 2012, que tem o poder de as alterar. No entanto, a Gestão do Grupo admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. ADOPÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia, e que não tiveram efeitos na posição financeira ou performance da Sociedade.

IAS 24 (Revista) Transacções entre Partes Relacionadas

As principais alterações são as seguintes:

A definição de parte relacionada foi clarificada com o objectivo de simplificar a identificação das relações entre partes relacionadas, designadamente as resultantes de influência significativa e empreendimentos conjuntos.

Foi introduzida uma isenção parcial de divulgações de partes relacionadas quando existam transacções com entidades ligadas à administração pública. Estas entidades deverão divulgar o seguinte:

- nome da administração pública e natureza da sua relação com a entidade relatora (isto é, controlo, controlo conjunto ou influência significativa);

- natureza e quantia de cada transacção individualmente significativa;
- uma indicação qualitativa ou quantitativa da respectiva dimensão em relação a outras transacções que sejam no seu conjunto mas não individualmente significativas;

IAS 32 (Emenda) Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação de direitos de emissão

A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

Em consequência desta emenda:

- as entidades que emitem direitos (fixados numa moeda diferente da funcional) não são obrigadas a tratar os direitos como derivados com variações no justo valor a serem registadas em resultados;
- a sua aplicação retrospectiva leva a que direitos em moeda estrangeira anteriormente reconhecidos como derivados terão de ser reclassificados para instrumentos de capital e os correspondentes ganhos e perdas acumulados em resultados terão de ser reclassificados para capital próprio.

IFRS 1 (Alteração) Adopção pela primeira vez das IFRS – Isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7

Esta alteração permite que as entidades que adoptem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de Dezembro de 2009.

IFRIC 14 (Emenda) Requisitos de Financiamento Mínimo

A emenda à IFRIC 14 estabelece mais orientações na determinação do valor recuperável de um activo de fundos de benefício definido. Adicionalmente, a emenda permite uma entidade registar como activo um pagamento antecipado relativamente a financiamentos mínimos de fundos de pensões.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

A IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41

da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num Equity Swap devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

Melhorias do Ano 2010:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das IFRS

A emenda:

- esclarece que um adoptante pela primeira vez das IFRS que decida alterar as suas políticas contabilísticas ou utilizar algumas das excepções previstas na IFRS 1 após a apresentação de um relatório financeiro intercalar de acordo com a IAS 34, deverá explicar as alterações efectuadas e actualizar as reconciliações entre o anterior PCGA e as IFRS.
- permite que um adoptante pela primeira vez das IFRS utilize um justo valor mensurado numa determinada data (subsequente à data de transição), devido a um acontecimento como uma privatização ou uma oferta pública inicial como o seu custo considerado, ainda que o evento ocorra após a data de transição mas antes das primeiras Demonstrações Financeiras em IFRS sejam emitidas. Os ajustamentos daí decorrentes devem ser reconhecidos directamente em resultados transitados (ou se apropriado, noutra rubrica do capital próprio).
- permite às entidades com actividades reguladas ou que detenham activos fixos tangíveis ou activos intangíveis que estão ou foram sujeitos a operações de taxas reguladas, utilizar como custo considerado uma quantia escriturada de anteriores PCGA, ainda que esta quantia inclua valores que não são elegíveis para capitalização de acordo com as IFRS. A excepção deverá ser aplicada individualmente a cada item. À data da transição para as IFRS, uma entidade deve testar a imparidade em conformidade com a IAS 36 para cada item em relação ao qual tenha usado esta isenção.

IFRS 3 Concentrações de actividades empresariais

Esta emenda:

- clarifica que alterações ocorridas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração que eliminaram a excepção às retribuições contingentes decorrentes da revisão da IFRS 3 em 2008, não se aplicam às retribuições contingentes decorrentes de uma concentração de actividades empresariais cuja a data de aquisição seja anterior à aplicação da IFRS 3 (revista em 2008).
- limita o âmbito das opções de mensuração dos interesses não controlados. Para cada concentração de actividades empresariais, a adquirente deve mensurar à data de aquisição os componentes de interesses que não controlam na adquirida que constituem interesses de propriedade presentes e conferem aos seus detentores o direito a uma parte proporcional dos activos líquidos da entidade em caso de liquidação:

  (a) pelo justo valor; ou

  (b) pela parte proporcional que os interesses de propriedade presentes representam em relação às quantias reconhecidas para os activos líquidos identificáveis da adquirida.

  Todas as outras componentes dos interesses que não controlam devem ser mensuradas pelo justo valor à data da aquisição, salvo se as IFRS exigirem outra base de mensuração.
- Requer que uma entidade numa concentração de actividades empresariais registe a troca de opções sobre acções ou de outros prémios de pagamento com base em acções no quadro de uma concentração de actividades empresariais como modificações dos prémios de pagamento com base em acções em conformidade com a IFRS 2 Pagamento com Base em Acções.

Se a adquirente substituir os prémios da adquirida, a totalidade ou parte da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição da adquirente deve ser incluída na mensuração da retribuição transferida na concentração de actividades empresariais.

Todavia, nas situações em que os prémios da adquirida caducariam em resultado dessa concentração de actividades empresariais e em que a adquirente substitui esses prémios sem que estivesse obrigada a fazê-lo, a totalidade da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição deve ser reconhecida como custo de remuneração nas demonstrações financeiras pós-concentração em conformidade com a IFRS 2.

Adicionalmente, a emenda especifica o tratamento contabilístico de pagamento com base em acções que o adquirente não troca por transacções de pagamento com base em acções da sua responsabilidade:

Se os respectivos direitos já tiverem sido adquiridos, essas transacções de pagamento com base em acções da adquirida fazem parte do interesse que não controla na adquirida e são mensuradas ao seu valor de mercado.

Se os respectivos direitos ainda não tiverem sido adquiridos, os mesmos são mensurados ao valor de mercado na data de aquisição e alocados aos interesses que não controlam e às despesas de pós-concentração.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda:

- enfatiza a interacção que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros.
- clarifica que apenas os activos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terão de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco.
- requer para todos os activos financeiros uma descrição das garantias detidas a título de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como do respectivo efeito financeiro, no que diz respeito à quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito.
- remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade.
- remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os activos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e activos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Uma entidade deve aplicar as emendas aplicadas à IAS 21 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio decorrentes das alterações à IAS 27 prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2009. Se uma entidade aplicar a IAS 27 (emendada em 2008) a um período anterior, as emendas devem ser aplicadas a esse período anterior.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar

A emenda estabelece orientação sobre a aplicação dos princípios vertidos na IAS 34 e requer informação adicional sobre:

- as circunstâncias possíveis de afectar o justo valor dos instrumentos financeiros e a sua classificação;
- transferência de instrumentos financeiros entre os diferentes níveis de hierarquia do justo valor;
- alterações nas classificações de activos financeiros;
- alterações nos passivos contingentes e activos.

IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes

A emenda clarifica que quando o justo valor dos créditos de prémio é mensurado por referência ao justo valor dos prémios pelos quais podem ser trocados, este deve ter em conta a quantia correspondente aos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos restantes clientes que não ganharam créditos de prémio.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda à IFRS 7 requer novas divulgações qualitativas e quantitativas relativas a transferência de activos financeiros quando:

- uma entidade desreconhecer activos financeiros transferidos na sua totalidade, mas mantiver um envolvimento continuado nesses activos (opções ou garantias nos activos transferidos);
- uma entidade não desreconheça na totalidade os activos financeiros;

IFRS 1 (Emenda) Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os activos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este Justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses activos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de activos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transacções no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.
As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

NORMAS EMITIDAS AINDA NÃO EFECTIVAS

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)
A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos activos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

O impacto da adopção desta norma depende dos instrumentos detidos na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas
O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação e na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Conjuntamente Controladas — Contribuições Não Monetárias por Empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através da método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos

Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).
O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 13 – Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospectiva permitida desde que divulgada.

O impacto da adopção desta norma depende dos activos e passivos detidos na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou "reciclados") para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012.
A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.
Esta alteração apenas é relativa a aspectos de apresentação pelo que não tem impacto na posição financeira ou resultados do Banco.

IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuado através do seu uso.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

O Banco não detém activos classificados como Propriedades de Investimento mensurados ao justo valor, pelo que não espera que esta emenda tenha impactos na sua posição financeira ou resultados.

IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo "método do corredor"; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral ,sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser

retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.

- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

O Banco alterou a política do reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais neste exercício, passando a reconhecer estes efeitos na Demonstração do Rendimento Integral, pelo que não espera que esta emenda tenha impactos relevante na sua posição financeira ou resultados.

IAS 27 (revista em 2011) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011).

IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLITÍCAS CONTABILISTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras separadas da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de euros, com arredondamento para o milhar mais próximo.

3.2 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a outras alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível

na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

O uso de estimativas é mais significativo na seguinte situação:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (marked to market) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (marked to model). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

3.4 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos à ordem junto de outros bancos no país.

3.5 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.6 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica "Investimentos em filiais e associadas" corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a

Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Activos financeiros

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou ao custo de aquisição no caso de instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando o direito ao seu recebimento é estabelecido. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preços de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. A Sociedade considera que um declínio no justo valor de um

instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio por mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado.

3.7.2 Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, recursos de clientes e responsabilidades representadas por títulos, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

3.8 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui outros equipamentos.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com o disposto no Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, que é:

Outro equipamento	4 anos

3.9 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a "software", encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

3.10 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que a Sociedade opera.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

3.11 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.12 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente reconhecidos pelos órgãos competentes das subsidiárias, conforme parágrafo 30 da IAS 18, corroborado pelo disposto no parágrafo 33 da IAS 37, sobre activos virtualmente certos, e pelo facto de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes. Adicionalmente, este tratamento não tem a oposição do Banco de Portugal nos termos das disposições da Circular n.º 18/2004/DSB.

4. RELATO POR SEGMENTOS

A actividade desenvolvida pela Sociedade em 2011 e 2010 resulta da gestão de participações sociais e foi integralmente realizada em Portugal.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.612	3.378
	1.612	3.378

6. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

		Valor nominal	Valor balanço
Acções preferenciais:			
Banif Finance	EUR	20.000	12.000
Banif Finance	USD	15.457	9.274
		35.457	**21.274**

7. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Apoio à Tesouraria:		
Banif Imobiliária, SA	1.500	-
Rentipar Seguros, SGPS	-	5.000
Encargos financeiros	23	15
	1.523	5.015

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

	Saldo em 31-12-2010		Aumentos		Amortizações do exercício	Valor (líquido) em 31-12-2011
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)		
Equipamento Informático	2	2	-	-	-	-
TOTAL	2	2	-	-	-	-

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

	Saldo em 31-12-2010		Aumentos		Amortizações do exercício	Valor (líquido) em 31-12-2011
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)		
Sistemas de tratamento automático de dados (Softwa	121	121	-	-	-	-
TOTAL	121	121	-	-	-	-

10. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

31/12/2011

Nome da Sociedade	Sede	Actividade Principal	% de Participação	Valor da Participação	Valor Capitais Próprios	Resultado Líquido
Banif - Investimentos - SGPS, SA	Portugal	Holding	99,90%	9.969	23.854	(9.005)
Banif Comercial, SGPS, SA	Portugal	Holding	84,80%	239.325	688.897	(28.419)
Banif - Investimentos - SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	20.000	-	-
Banif Comercial, SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	415.150	-	-
Banif Imobiliária, SA	Portugal	Imobiliário	40,00%	80.235	197.999	(3.456)
Banco Caboverdiano de Negócios, SA	Cabo verde	Instituição Financeira	51,69%	5.130	10.341	491
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Instituição Financeira	72,00%	25.500	21.331	(578)
Banca Pueyo, SA	Espanha	Instituição Financeira	33,32%	49.363	83.549	5.117
Bankpime, SA	Espanha	Instituição Financeira	28,66%	35.398	7.400	(16.335)
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Holding	99,90%	9.992	1.535	(1.903)
Inmobiliária Vegas Altas	Espanha	Imobiliário	33,33%	2.499	1.664	72
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Portugal	Seguradora	47,69%	72.244	129.246	463
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Portugal	Seguradora	Prestações suplementares	11.922	-	-
Banif Mais SGPS, SA	Portugal	Holding	100,00%	216.742	948.348	1.197
Banieuropa Holding, SL	Espanha	Holding	100,00%	100	89	(4)
				1.193.569		

31/12/2010

Nome da Sociedade	Sede	Actividade Principal	% de Participação	Valor da Participação	Valor Capitais Próprios	Resultado Líquido
Banif - Investimentos - SGPS, SA	Portugal	Holding	99,90%	9.969	36.578	(779)
Banif Comercial, SGPS, SA	Portugal	Holding	84,80%	239.325	711.121	(4.500)
Banif - Investimentos - SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	20.000	-	-
Banif Comercial, SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	404.650	-	-
Banif Imobiliária, SA	Portugal	Imobiliário	100,00%	985	2.205	(884)
Banco Caboverdiano de Negócios, SA	Cabo verde	Instituição Financeira	51,69%	5.130	10.374	716
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Instituição Financeira	72,00%	18.000	14.287	(2.800)
Banca Pueyo, SA	Espanha	Instituição Financeira	33,32%	49.363	83.922	5.761
Bankpime, SA	Espanha	Instituição Financeira	27,50%	35.398	25.101	(29.474)
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Holding	99,90%	2	403	93
Inmobiliária Vegas Altas	Espanha	Imobiliário	33,33%	2.499	1.623	112
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Portugal	Seguradora	47,69%	72.244	134.239	4.438
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Portugal	Seguradora	Prestações suplementares	11.922	-	-
Banif Mais SGPS, SA	Portugal	Holding	100,00%	216.742	259.040	23.496
Banieuropa Holding, SL	Espanha	Holding	100,00%	100	91	(9)
				1.086.329		

A sociedade, no exercício de 2011, registou uma imparidade de 11.849 milhares de euros (21.428 milhares de euros em 2010) referente à participação no Bankpime, SA, não tendo sido apurada imparidade nos restantes investimentos.

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os Activos por Impostos Correntes são compostos por:

- Pagamentos por conta e IRC retido: 92 milhares de euros
- IRC a recuperar: 364 milhares de euros

O IRC a recuperar refere-se a impostos de exercícios anteriores, objecto de reclamação já decidida favoravelmente ou para as quais a Sociedade espera decisões favoráveis.

O movimento de impostos diferidos no período foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO				FINAL DO EXERCÍCIO
		REFORÇOS		REALIZAÇÕES / ANULAÇÕES		
	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
Prejuízos fiscais reportáveis	11.321		2.529	-	-	13.850
TOTAL	11.321	-	2.529	-	-	13.850

De acordo com a legislação portuguesa, os prejuízos fiscais reportáveis podem ser recuperados no prazo de 6 anos (anteriores a 2010) e 4 anos (anos posteriores a 2010) e na medida em que a sociedade realiza lucros fiscais. A sociedade considera os impostos diferidos recuperáveis, tendo em conta a análise de evolução do negócio.

Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva:

DESCRIÇÃO	31-12-2011			
	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
Gastos com Imposto à Taxa Legal				
Resultado antes de Impostos	(30.005)			
Resultado Líquido do exercício	(27.476)	(6.869)		
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25%			
Variações patrimoniais negativas	0	0		
Despesas não Dedutíveis	**4.017**	**1.004**		
Menos valias contabilísticas		0		
Menos valias fiscais sem intenção de reinvestimento		-		
Juros de empréstimos não aceites fiscalmente	3.976	994		
Outros	41	10		
Outros	**0**	**0**		
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado	0	0		
Receitas não Tributáveis	**(631)**	**(158)**		
Rendimentos nos termos do artigo 51.º	(303)	(76)		
Outros	(328)	(82)		
Lucro / (Prejuízo) Tributável	**(26.619)**	**(6.655)**	**10.116**	**2.529**
Matéria Colectável	**(26.619)**	**(6.655)**		
Retenções na fonte e pagamentos por conta		92		
Imposto sobre pessoas colectivas a recuperar		364		
Imposto sobre pessoas colectivas a pagar		-		
Tributação autónoma		-		
Carga Fiscal Total		-		

DESCRIÇÃO	31-12-2010			
	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
Gastos com Imposto à Taxa Legal				
Resultado antes de Impostos	11.416			
Resultado Líquido do exercício	14.365	3.591		
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25%			
Variações patrimoniais	(222)	(56)		
Despesas não Dedutíveis	**3.978**	**995**		
Juros de empréstimos não aceites fiscalmente	3.976	994		
Outros	2	1		
Receitas não Tributáveis	**(48.824)**	**(12.206)**		
Rendimentos nos termos do artigo 51.º	(36.772)	(9.193)		
Mais Valias contabilísticas	(12.052)	(3.013)		
Lucro / (Prejuízo) Tributável	**(33.652)**	**(8.413)**	**11.804**	**2.951**
Matéria Colectável	**(33.652)**	**(8.413)**		
Retenções na fonte e pagamentos por conta		-		
Imposto sobre pessoas colectivas a pagar		-		
Tributação autónoma		-		
Carga Fiscal Total		-		
Impostos diferidos reconhecidos no exercício			2.951	
Taxa Efectiva de Tributação			-	

12. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Suprimentos	110.899	172.607
Proveitos a receber	384	705
Outros activos	24.813	37.808
	136.096	211.120

Outros activos incluem o montante de 9.367 milhares de euros da venda de acções preferenciais ao Banif Cayman e 12.141 milhares de euros da venda de acções preferenciais à Banif Finance.

Em 31 de Dezembro de 2011, os suprimentos respeitam a 32.900 milhares de euros à Banif Comercial, SGPS, SA, 65.750 milhares de euros à Banif Imobiliária, e 12.249 milhares de euros à Rentipar Seguros, SGPS, SA. Estes suprimentos apresentam as seguintes condições:

Banif Comercial, SGPS S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	32.900	32.900

Este financiamento a título de suprimento não é remunerado.

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	37.000	37.000
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,39%	1,01%
Spread (%)	3,25%	3,25%
Taxa de juro total (%)	4,64%	4,26%

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	18.750	-
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,47%	-
Spread (%)	3,25%	-
Taxa de juro total (%)	4,72%	-

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	1.000	-
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,46%	-
Spread (%)	1,00%	-
Taxa de juro total (%)	2,46%	-

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	1.500	-
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,75%	-
Spread (%)	1,50%	-
Taxa de juro total (%)	3,25%	-

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	4.500	-
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,77%	-
Spread (%)	1,50%	-
Taxa de juro total (%)	3,27%	-

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	3.000	-
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,57%	-
Spread (%)	3,25%	-
Taxa de juro total (%)	4,82%	-

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	-	35.000
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	-	1,05%
Spread (%)	-	3,00%
Taxa de juro total (%)	-	4,05%

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	-	30.000
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	-	1,28%
Spread (%)	-	3,25%
Taxa de juro total (%)	-	4,53%

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	-	24.000
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	-	1,25%
Spread (%)	-	1,50%
Taxa de juro total (%)	-	2,75%

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	-	1.500
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	-	1,28%
Spread (%)	-	1,00%
Taxa de juro total (%)	-	2,28%

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	-	2.500
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	-	1,22%
Spread (%)	-	1,00%
Taxa de juro total (%)	-	2,22%

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	-	4.000
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	-	1,25%
Spread (%)	-	1,00%
Taxa de juro total (%)	-	2,25%

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	-	1.000
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	-	1,25%
Spread (%)	-	1,00%
Taxa de juro total (%)	-	2,25%

Rentipar Seguros, SGPS	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	6.677	-
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,54%	-
Spread (%)	4,75%	-
Taxa de juro total (%)	6,29%	-

Rentipar Seguros, SGPS	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	5.000	-
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,48%	-
Spread (%)	3,75%	-
Taxa de juro total (%)	5,23%	-

Rentipar Seguros, SGPS	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	572	-
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,56%	-
Spread (%)	5,50%	-
Taxa de juro total (%)	7,06%	-

Companhia de Seguros Açoreana, SA	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	-	2.353
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	-	1,25%
Spread (%)	-	1,20%
Taxa de juro total (%)	-	2,45%

Companhia de Seguros Açoreana, SA	31-12-2011	31-12-2010
Montante concedido	-	2.354
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	-	1,27%
Spread (%)	-	1,75%
Taxa de juro total (%)	-	3,02%

13. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Empréstimo	291.239	192.000
Encargos financeiros	3.103	3.097
	294.342	195.097

Os empréstimos no montante de 291.239 milhares de euros foram concedidos pelo Banif, SA.

14. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Empréstimo	28.461	180.700
Encargos financeiros	3	689
	28.464	181.389

O empréstimo no montante de 28.461 milhares de euros foi concedido pela Banif – Investimentos, SGPS, SA.

Em 2010, os empréstimos, nos montantes de 80.700 milhares de euros e 100.000 milhares de euros, foram concedidos pela Banif – Investimentos - SGPS, SA e pela Rentipar Financeira, SGPS, SA respectivamente.

15. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

	31-12-2011	31-12-2010
Obrigações	175.000	100.000
Encargos financeiros	2.233	499
	177.233	100.499

Em 21 de Dezembro de 2010, a Banif – SGPS, SA, emitiu obrigações no montante de 50 milhões euros. Os juros destas obrigações vencem-se semestralmente e postecipadamente. A taxa de juro é 6,00%. O empréstimo obrigacionista tem uma duração máxima de três anos a contar da data de subscrição e será reembolsado integralmente, ao par, na data de vencimento do 6º cupão, ou seja a 21 de Dezembro de 2013, salvo se ocorrer o reembolso antecipado.

Em 03 de Março de 2011, a Banif – SGPS, SA, emitiu obrigações no montante de 50 milhões euros. Os juros destas obrigações vencem-se semestralmente e postecipadamente. A taxa de juro é 6,00%. O empréstimo obrigacionista tem uma duração máxima de três anos a contar da data de subscrição e será reembolsado integralmente, ao par, na data de vencimento do 6º cupão, ou seja a 23 de Dezembro de 2013, salvo se ocorrer o reembolso antecipado.

Em 9 de Agosto de 2011, a Banif – SGPS, SA, emitiu obrigações no montante de 75 milhões euros. Os juros destas obrigações vencem-se semestralmente e postecipadamente. A taxa de juro é 7,00%. O empréstimo obrigacionista tem uma duração máxima de dois anos a contar da data de subscrição e será reembolsado integralmente, ao par. Poderá reembolsar antecipadamente, ao par, as Obrigações, total ou parcialmente, no último caso por redução ao valor nominal, em qualquer Data de Pagamento de Juros ("Datas de Reembolso Antecipado"), inclusive, a partir de 9 de Fevereiro de 2012.

16. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento de provisões, de 2010, no período foi o seguinte:

CATEGORIA	EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO		SALDO EXERCÍCIO
		REFORÇOS	REPOSIÇÕES, ANULAÇÕES E UTILIZAÇÕES	
PROVISÕES :				
Contingências Fiscais	979	-	-	979
TOTAL	979	-	-	979

A Banif – SGPS, SA emitiu uma "corporate guarantee" a favor do K&H Bank, Zrt, Hungria, para contra garantir as actuais responsabilidades do Banif Plus Bank, Zrt (Hungria), junto daquele banco no montante de 25.881 milhares de euros.
A Banif – SGPS, SA prestou uma garantia à Banca Pueyo de 10.000 milhares de euros, no âmbito de financiamento concedido pela Banca Pueyo ao Banif – Banco Internacional do Funchal, SA.

17. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

A rubrica "Instrumentos representativos de capital" corresponde à: remuneração fixa dos VMOCs (fixa: 0,03 Eur por VMOCs / ano). A Banif – SGPS, SA tem registado um passivo no montante de 3.894 milhares de euros referentes a esta remuneração fixa dos VMOCs.

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Credores e outros recursos	43.331	652
Outros encargos a pagar	109	-
Outras contas de regularização	-	-
	43.440	652

A rubrica "credores e outros valores" incluem as seguintes operações:

- compra da acções preferenciais Banif Finance: 12.141 milhares de euros à Euro Invest.
- compra da acções preferenciais Banif Finance: 9.366 milhares de euros à Euro Invest.
- compra da acções preferenciais Banif Finance: 12.141 milhares de euros à Banif Finance.
- compra da acções preferenciais Banif Finance: 9.366 milhares de euros à Banif Finance.

19. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Capital	570.000	570.000
Prémios de emissão	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital	95.900	95.900
Acções próprias	(1.035)	(1.035)
Reservas de reavaliação	-	-
Reserva legal	31.528	30.091
Outras reservas	13.007	78
Resultados transitados	713	713
Resultado do exercício	(27.476)	14.365
Dividendos antecipados	-	-
Total do Capital	786.751	814.226

O capital social é constituído por 570.000.000 acções, de valor nominal de EUR 1,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Juros de aplicações em IC	118	5
Juros de crédito a clientes	54	479
Juros de suprimentos	6.306	1.889
Juros instrumentos dívida	-	-
	6.478	2.373

JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Juros de empréstimos	15.814	9.964
Juros de obrigações emitidas	8.119	975
Juros de instrumentos derivados	-	-
Outros juros	343	476
	24.276	11.415

21. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Dividendos reconhecidos tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Banif Mais, SGPS, SA	-	36.200
Finibanco Holding, SGPS, SA	-	344
Banca Pueyo, SA	200	210
Inmobiliária Vegas Altas	10	18
Banco Caboverdiano de Negócios	93	-
	303	36.772

22. RENDIMENTO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Garantias prestadas	259	-
	259	-

23. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Por serviços bancários prestados	56	58
Por operações realizadas por terceiros	284	135
Outras comissões pagas	78	281
	418	474

24. RESULTADOS EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Finibanco Holding, SGPS, SA	-	12.052
	-	12.052

25. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Outros impostos	(131)	(14)
Outros	1.170	(3)
	1.039	(17)

26. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	382	344
Encargos sociais obrigatórios	80	-
Outros	4	2
	466	346

27. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Serviços especializados	727	1.077
Comunicações	1	1
Publicidade e edição de publicações	56	167
Deslocações, estadas e representação	36	11
Seguros	242	-
Outros	13	23
	1.075	1.279

A sociedade registou um custo com serviços de auditoria no montante de 82 milhares de euros.

28. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade encontra-se sujeita a:

- Riscos de taxa de juro através dos instrumentos de dívida emitida, exposição descrita na Nota 15 “Responsabilidades representadas por títulos”.

29. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	Empresas do grupo e accionistas		Elementos chaves de gestão	
	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010
Disponibilidades em IC	1.610	3.378	-	-
Crédito a clientes	1.523	5.015		
Suprimentos	110.899	172.607	-	-
Outros Activos	22.231	37.390	-	-
	136.263	218.390	-	-
Recursos em IC	294.342	195.097	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.464	181.389	-	-
Outros Passivos	21.584	5.727	-	-
	344.390	382.213	-	-
Custos	16.004	11.101	466	346
Proveitos	6.093	38.917	-	-

Empresas do Grupo

SOCIEDADE IMOBILIARIA PIEDADE

ESPAÇO DEZ

BANIF IMOBILIARIA

BANIF BANK (MALTA)

BANCA PUEYO

BANCO CABOVERDIANO DE NEGÓCIOS

BANKPIME

INMOBILIARIA VEGAS ALTAS

BANIF HOLDINGS (MALTA), LTD

CENTAURUS REALITY GROUP

GRUPO BANIF MAIS SGPS

BANIEUROPA HOLDING

BANIF BRASIL (HOLDINGS), SA

BANIF COMERCIAL-SGPS

BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL

NUMBERONE SGPS

BANIF FINANCE LTD

BANIF AÇORES, SGPS

INVESTAÇOR, SGPS

INVESTAÇOR HÓTEIS

AÇORTUR

TUROTEL

HOTEL PICO

BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc FALL RIVER

BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc SAN JOSÉ

BANIF GO

BANIF RENT

BANCO BANIF BRASIL

ACHALA

ZACF

RENTIPAR SEGUROS, SGPS

BANIF - INVESTIMENTOS SGPS

BANIF BANCO DE INVESTIMENTO

BANIF (CAYMAN)

BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL)

BANIF GESTÃO DE ACTIVOS (BRASIL)

BETA SECURITIZADORA

BANIF INT. ASSET MANAGEMENT

BANIF GESTÃO DE ACTIVOS

BANIF AÇOR PENSOES

BANIF (BRASIL)

BANIF INTERN. HOLDINGS Ltd

BANIF SECURITIES HOLDINGS

ECONOFINANCE

BANIF FINANCIAL SERVICES

BANIF SECURITIES INC.

BANIF FINANCE (USA) CORP.

BANIF FORFAITING COMPANY

BANIF INTERNATIONAL BANK

BANIF CAPITAL - SOC DE CAPITAL DE RISCO

BANIF MULTIFUND

GAMMA

MCO2

KOMODO

WORLDVILAS

BANIF ECOPROGRESSO TRADING

ATLANTES MORTGAGE

ATLANTES MORTGAGE 2

ATLANTES MORTGAGE 3

ATLANTES MORTGAGE 4

ATLANTES MORTGAGE 5

ATLANTES MORTGAGE 6

ATLANTES MORTGAGE 7

ATLANTES FINANCE 3

ATLANTES FINANCE 4

AZOR MORTGAGE

AZOR MORTGAGE 2

ATLANTES SME 1

EURO INVEST S3a, S3b, S8, S9

FIP BANIF REAL ESTATE

BANIF US REAL ESTATE

ART INVEST

BANIF FORTUNY

SPE PANORAMA

IMOGEST

CAPVEN

INFRA INVEST FEIA

BANIF INV CONSERVADOR

BANIF INV MODERADO

BANIF RENDA HABITAÇÃO

BANIF GESTÃO IMOBILIÁRIA

BANIF GESTÃO PATRIMONIAL

GESTARQUIPARK

BANIF GESTÃO ACTIVA

BANIF EUROPA LESTE

BANIF REAL ESTATE POLSKA

TINER POLSKA

IMOPREDIAL

BANIF PROPERTY

TURIRENT

PEDIDOS LIZ

Accionistas

Rentipar Financeira, SGPS

Vestiban – Gestão e Investimentos

Auto-Industrial – Investimentos e Participações, SGPS

Joaquim Ferreira de Amorim

Evalesco SGPS

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

30. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2011, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

Em Assembleia Geral da Sociedade realizada em 23 de Março de 2012, foram eleitos novos órgãos sociais para o triénio 2012-2014.

2 – Demonstrações Financeiras Consolidadas
2.1 - Balanço

BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANCO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

		31-12-2011			31-12-2010	31-12-2010
	Notas	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido Reexpresso	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	288.078	-	288.078	118.734	118.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	183.769	-	183.769	217.814	217.814
Activos financeiros detidos para negociação	8	256.614	-	256.614	461.311	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	203.646	-	203.646	393.508	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda	10,42	569.178	(7.690)	561.488	294.410	294.410
Aplicações em instituições de crédito	11	648.671	-	648.671	491.022	491.022
Crédito a clientes	12,42	11.948.846	(813.531)	11.135.315	12.206.254	12.206.254
Investimentos detidos até à maturidade	13,42	53.706	(200)	53.506	63.939	63.939
Activos com acordo de recompra	14	72.347	-	72.347	51.004	51.004
Derivados de cobertura	15	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	16,42	282.557	(14.879)	267.678	167.456	167.456
Propriedades de investimento	17	844.026	-	844.026	272.591	272.591
Outros activos tangíveis	18	542.176	(172.984)	369.192	269.957	269.957
Activos intangíveis	19	102.399	(74.943)	27.456	23.063	23.063
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	20,42	171.778	(16.108)	155.670	151.280	151.280
Activos por impostos correntes	21	25.067	-	25.067	27.104	27.104
Activos por impostos diferidos	21	151.179	-	151.179	72.697	72.697
Provisões técnicas de resseguro cedido		-	-	-	-	-
Outros activos		600.286	(20.874)	579.412	417.991	428.548
Devedores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-	-
Outros activos	22	600.286	(20.874)	579.412	417.991	428.548
Total do Activo		16.944.323	(1.121.209)	15.823.114	15.700.135	15.710.692
Recursos de Bancos Centrais	23	-	-	2.484.286	1.938.147	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação	24	-	-	89.048	145.259	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	25	-	-	80.946	118.886	118.886
Recursos de outras instituições de crédito	26	-	-	1.088.515	1.286.879	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	27	-	-	8.030.692	7.840.050	7.840.050
Responsabilidades representadas por títulos	28	-	-	2.349.156	2.380.021	2.380.021
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	15	-	-	130	1.303	1.303
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-	-
Provisões	29	-	-	15.405	15.230	15.230
Provisões técnicas		-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	21	-	-	14.290	10.850	10.850
Passivos por impostos diferidos	21	-	-	51.687	32.211	32.211
Instrumentos representativos de capital	30	-	-	43.891	45.651	45.651
Outros passivos subordinados	31	-	-	218.540	268.178	268.178
Outros passivos		-	-	421.612	427.287	349.150
Credores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-	-
Outros passivos	32	-	-	421.612	427.287	349.150
Total do Passivo		-	-	14.888.198	14.509.952	14.431.815
Capital	33	-	-	570.000	570.000	570.000
Prémios de emissão	33	-	-	104.114	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital	33	-	-	95.900	95.900	95.900
Acções próprias	33	-	-	(1.086)	(1.043)	(1.043)
Reservas de reavaliação	33	-	-	(52.004)	(31.258)	(10.572)
Outras reservas e resultados transitados	33	-	-	276.471	246.265	243.328
Resultado do exercício	33	-	-	(161.583)	34.358	33.426
Dividendos antecipados		-	-	-	-	-
Interesses que não controlam	34	-	-	103.104	171.847	243.724
Total do Capital		-	-	934.916	1.190.183	1.278.877
Total do Passivo + Capital		-	-	15.823.114	15.700.135	15.710.692

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.2 – Demonstração de Resultados

BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2011	31/12/2010 Reexpresso	31-12-2010
Juros e rendimentos similares	35	910.154	750.988	750.988
Juros e encargos similares	35	(632.879)	(402.856)	(402.856)
Margem financeira		277.275	348.132	348.132
Rendimentos de instrumentos de capital	36	753	905	905
Rendimentos de serviços e comissões	37	139.696	145.218	145.218
Encargos com serviços e comissões	37	(29.332)	(23.143)	(23.143)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	38	(2.049)	452	452
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	(2.337)	13.130	13.130
Resultados de reavaliação cambial	38	3.254	10.778	10.778
Resultados de alienação de outros activos	39	50.862	2.895	2.895
Prémios líquidos de resseguro		-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros		-	-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	-	-
Outros resultados de exploração	39	123.467	52.936	54.097
Produto da actividade		561.589	551.303	552.464
Custos com pessoal	40	(184.133)	(183.974)	(184.906)
Gastos gerais administrativos	41	(141.948)	(144.176)	(144.176)
Amortizações do exercício	18,19	(35.546)	(37.327)	(37.327)
Provisões líquidas de reposições e anulações	29	(3.880)	1.121	1.121
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	42	(342.276)	(107.944)	(107.944)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	42	(3.771)	(5.113)	(5.113)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	42	(27.832)	(12.005)	(12.005)
Diferenças de consolidação negativas		-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	20	(2.426)	(4.039)	(4.039)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		(180.223)	57.846	58.075
Impostos		26.922	(13.904)	(13.904)
Correntes	21	(23.838)	(13.022)	(13.022)
Diferidos	21	50.760	(882)	(882)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		(153.301)	43.942	44.171
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-	-
Interesses que não controlam	34	(8.282)	(9.584)	(10.745)
Resultado consolidado do exercício		(161.583)	34.358	33.426

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.3 – Demonstração do Rendimento Integral

BANIF - SGPS, SA E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2011	31/12/2010 Reexpresso	31-12-2010
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		(153.301)	43.942	44.171
Outro rendimento integral				
Activos Financeiros Disponíveis para Venda				
Ganhos / (perdas) no justo valor	33	(31.708)	(11.244)	(11.244)
Impostos ganhos / (perdas) no justo valor	33	8.474	3.082	3.082
Ganhos / (perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	33	(3.427)	(14.039)	(14.039)
Impostos ganhos / (perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	33	1.039	3.284	3.284
Ganhos em reavaliações imóveis	33	(560)	1.226	1.226
Impostos Ganhos em reavaliações imóveis	33	421	(988)	(988)
Ganhos/(perdas) actuariais		4.994	(2.397)	-
Impostos ganhos / (perdas) actuariais		(1.083)	479	-
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	33	1.350	1.474	1.474
Impostos de instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	33	(246)	(12)	(12)
		(20.746)	(19.135)	(17.217)
Variações cambiais	33	(20.702)	15.726	15.726
Total do rendimento integral liquido de impostos, antes de interesses que não controlam		(194.749)	40.533	42.680
Interesses que não controlam	34	(8.282)	(9.584)	(10.745)
Total do rendimento integral, liquido de impostos		(203.031)	30.949	31.935

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.4- Demonstração de Variações em Capitais Próprios

BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRACOES DE VARIACÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Outros Instrumentos de Capital	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas de Reavaliação	Resultados Transitados	Outras Reservas	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldos em 31-12-2010	33	570.000	95.900	(1.043)	104.114	(31.258)	374.460	(128.195)	34.358	171.847	1.190.183
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior											
Transferência para reservas	33	-	-	-	-	-	34.358	-	(34.358)	-	-
Aumento de capital	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição\alienação de acções próprias	33	-	-	(43)	-	-	-	-	-	-	(43)
Rendimento integral	33	-	-	-	-	(20.746)	-	(20.702)	(161.583)	-	(203.031)
Recompra acções preferenciais	33	-	-	-	-	-	-	15.851	-	(66.303)	(50.452)
Operações com interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.440)	(2.440)
Outras variações em capital próprio	33	-	-	-	-	-	-	699	-	-	699
Saldos em 31-12-2011		570.000	95.900	(1.086)	104.114	(52.004)	408.818	(132.347)	(161.583)	103.104	934.916
Saldos em 31-12-2009	33	490.000	95.900	(1.035)	104.114	6.645	328.715	(136.662)	54.075	238.174	1.179.926
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior											
Transferência para reservas	33	-	-	-	-	-	45.745	-	(45.745)	-	-
Distribuição dividendos	33	-	-	-	-	-	-	(11.270)	(8.330)	-	(19.600)
Aumento de capital	33	80.000	-	-	-	-	-	-	-	-	80.000
Aquisição\alienação de acções próprias	33	-	-	(8)	-	-	-	-	-	-	(8)
Rendimento integral	33	-	-	-	-	(17.217)	-	15.726	33.426	-	31.935
Recompra acções preferenciais	33	-	-	-	-	-	-	1.401	-	(2.754)	(1.353)
Remuneração VMOC's	33	-	-	-	-	-	-	(2.100)	-	-	(2.100)
Operações com interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	-	-	8.304	8.304
Outras variações em capital próprio	33	-	-	-	-	-	-	1.773	-	-	1.773
Saldos em 31-12-2010		570.000	95.900	(1.043)	104.114	(10.572)	374.460	(131.132)	33.426	243.724	1.278.877
Impacto alteração política contabilística ganhos e perdas actuariais anterior a 2010	3.2	-	-	-	-	(18.768)	-	2.937	-	-	(15.831)
Rendimento integral: ganhos e perdas actuariais 2010	3.2	-	-	-	-	(1.918)	-	-	932	-	(986)
Operações com interesses que não controlam	3.2	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.877)	(71.877)
Saldos em 31-12-2010 Reexpresso		570.000	95.900	(1.043)	104.114	(31.258)	374.460	(128.195)	34.358	171.847	1.190.183

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.5 - Demonstração de Fluxos de Caixa

BANIF - SGPS ,SA E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
ACTIVIDADE OPERACIONAL			
Resultados de Exploração:			
Resultado liquído do exercício	33	(161.583)	34.358
Imparidade em crédito concedido	42	342.276	107.944
Outras perdas por imparidade	42	31.603	17.118
Provisões do exercício	29	3.880	(1.121)
Amortizações do exercício	18,19	35.546	37.327
Dotação para impostos do exercício	21	(26.922)	13.904
Interesses minoritários	34	8.282	10.745
Derivados (liquído)	38	(3.913)	25.644
Resultados de empresas excluídas da consolidação	20	2.426	4.039
Dividendos reconhecidos	36	(753)	(905)
Juros pagos de passivos subordinados	35	21.023	14.706
Juros pagos de passivos não subordinados		16.560	18.042
Canhos não realizados em propriedades de investimento	39	(40.392)	(11.853)
		228.033	269.948
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros detidos para negociação	8	127.045	(78.234)
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	197.635	76.806
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros disponíveis para venda	10	(302.362)	(194.147)
(Aumento)/Diminuição de aplicações em outras instituições de crédito	11	(157.469)	(168.908)
(Aumento)/Diminuição de investimentos detidos até à maturidade	13	10.033	16.460
(Aumento)/Diminuição de empréstimos a clientes	12	729.772	(826.334)
(Aumento)/Diminuição de activos não correntes detidos para venda	16	(110.376)	(84.403)
(Aumento)/Diminuição de activos com acordo de recompra	14	(21.343)	(14.504)
(Aumento)/Diminuição de outros activos		(581.636)	(171.570)
Diminuição/(Aumento) de recursos de bancos centrais	23	546.139	741.588
Diminuição/(Aumento) de passivos financeiros detidos para negociação	24	24.181	4.276
Diminuição/(Aumento) de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	25	(37.940)	(101.363)
Diminuição/(Aumento) de recursos de outras instituições de crédito	26	(323.912)	(526.617)
Diminuição/(Aumento) de recursos de clientes	27	190.259	1.038.576
Diminuição/(Aumento) de responsabilidades representadas por titulos	28	99.135	(26.914)
Diminuição/(Aumento) de outros passivos		(97.257)	(100.969)
		291.904	(416.257)
Fluxos das actividades operacionais		519.937	(146.309)
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Investimento em subsidiárias e associadas	20	(16.501)	(47.744)
Caixa e equivalentes na subsidiária adquirida		3.194	-
Aquisição de activos tangíveis	18	(17.955)	(36.181)
Alienação de activos tangíveis	18	11.164	14.128
Aquisição de activos intangíveis	19	(11.163)	(6.119)
Aquisição de propriedades de investimento	17	(165.284)	(47.654)
Alienação de propriedades de investimento	17	40.087	11.000
Dividendos recebidos	36	753	905
Fluxos das actividades de investimento		(155.705)	(111.665)
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital Social	33	-	80.000
Aquisição de acções próprias	33	(43)	(8)
Emissão de passivos subordinados	31	85.372	-
Reembolso de passivos subordinados	31	(85.159)	(54.141)
Juros pagos de passivos subordinados		(21.023)	(14.706)
Emissão de obrigações não subordinadas	28	20.000	150.000
Reembolso de obrigações não subordinadas		(150.000)	-
Instrumentos representativos de capital	30	(1.760)	-
Juros pagos de obrigações não subordinadas		(16.560)	(18.042)
Dividendos pagos de acções ordinárias e VMOC´s	33	-	(22.400)
Reembolso acções preferenciais		(50.452)	(2.833)
Dividendos pagos de acções preferênciais	33	(9.308)	(9.410)
Fluxos das actividades de financiamento		(228.933)	108.460
		135.299	(149.514)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	6,7	336.548	507.176
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes			-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6,7	471.847	336.548
		135.299	(170.628)
Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro			
Caixa	6	49.358	57.923
Depósitos à ordem em bancos centrais	6	238.720	60.490
Depósitos à ordem em outras instituições de crédito	7	105.723	137.031
Cheques a cobrar	7	22.802	26.865
Outros	7	55.244	54.239
		471.847	336.548
Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade		-	-

O Técnico Oficial de Contas **O Conselho de Administração**

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif - Grupo Financeiro (Grupo) é composto por Sociedades de competência especializada nos sectores bancário e segurador, apoiadas num conjunto de outras sociedades que operam em diversas áreas do sector financeiro. As principais entidades do Grupo e a natureza das actividades que desenvolvem são descritas em maior detalhe no Relatório de Gestão.

A Banif - SGPS, S.A., empresa-mãe do Grupo, com sede na Rua João Tavira, nº 30, 9004 – 509 Funchal, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades, conforme descrito nas Notas 4 e 20.

A Banif – SGPS, SA é detida, directa e indirectamente, em 53,871% pela Rentipar Financeira, SGPS, SA e esta pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque.

As acções da Banif - SGPS, S.A. encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

Em 30 de Abril de 2012, o Conselho de Administração do Grupo reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2011 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas, a qual será efectuada até ao final do mês de Maio de 2012, que tem o poder de as alterar. No entanto, a Gestão do Grupo admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. ADOPÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção das alterações referidas na Nota 3.2 e da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia, e não tiveram efeitos na posição financeira ou performance do Grupo.

IAS 24 (Revista) Transacções entre Partes Relacionadas

As principais alterações são as seguintes:

A definição de parte relacionada foi clarificada com o objectivo de simplificar a identificação das relações entre partes relacionadas, designadamente as resultantes de influência significativa e empreendimentos conjuntos.

Foi introduzida uma isenção parcial de divulgações de partes relacionadas quando existam transacções com entidades ligadas à administração pública. Estas entidades deverão divulgar o seguinte:

- nome da administração pública e natureza da sua relação com a entidade relatora (isto é, controlo, controlo conjunto ou influência significativa);
- natureza e quantia de cada transacção individualmente significativa;
- uma indicação qualitativa ou quantitativa da respectiva dimensão em relação a outras transacções que sejam no seu conjunto mas não individualmente significativas;

<u>IAS 32 (Emenda) Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação de direitos de emissão</u>

A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

Em consequência desta emenda:

- as entidades que emitem direitos (fixados numa moeda diferente da funcional) não são obrigadas a tratar os direitos como derivados com variações no justo valor a serem registadas em resultados;
- a sua aplicação retrospectiva leva a que direitos em moeda estrangeira anteriormente reconhecidos como derivados terão de ser reclassificados para instrumentos de capital e os correspondentes ganhos e perdas acumulados em resultados terão de ser reclassificados para capital próprio.

<u>IFRS 1 (Alteração) Adopção pela primeira vez das IFRS – Isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7</u>

Esta alteração permite que as entidades que adoptem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgação quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de Dezembro de 2009.

IFRIC 14 (Emenda) Requisitos de Financiamento Mínimo

A emenda à IFRIC 14 estabelece mais orientações na determinação do valor recuperável de um activo de fundos de benefício definido. Adicionalmente, a emenda permite uma entidade registar como activo um pagamento antecipado relativamente a financiamentos mínimos de fundos de pensões.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

A IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num Equity Swap devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

Melhorias do Ano 2010:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das IFRS

A emenda:

- esclarece que um adoptante pela primeira vez das IFRS que decida alterar as suas políticas contabilísticas ou utilizar algumas das excepções previstas na IFRS 1 após a apresentação de um relatório financeiro intercalar de acordo com a IAS 34, deverá explicar as alterações efectuadas e actualizar as reconciliações entre o anterior PCGA e as IFRS.
- permite que um adoptante pela primeira vez das IFRS utilize um justo valor mensurado numa determinada data (subsequente à data de transição), devido a um acontecimento como uma privatização ou uma oferta pública inicial como o seu custo considerado, ainda que o evento ocorra após a data de transição mas antes das primeiras Demonstrações Financeiras em IFRS sejam emitidas. Os ajustamentos daí decorrentes devem ser reconhecidos directamente em resultados transitados (ou se apropriado, noutra rubrica do capital próprio).

- permite às entidades com actividades reguladas ou que detenham activos fixos tangíveis ou activos intangíveis que estão ou foram sujeitos a operações de taxas reguladas, utilizar como custo considerado uma quantia escriturada de anteriores PCGA, ainda que esta quantia inclua valores que não são elegíveis para capitalização de acordo com as IFRS. A excepção deverá ser aplicada individualmente a cada item. À data da transição para as IFRS, uma entidade deve testar a imparidade em conformidade com a IAS 36 para cada item em relação ao qual tenha usado esta isenção.

<u>IFRS 3 Concentrações de actividades empresariais</u>

Esta emenda:

- clarifica que alterações ocorridas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração que eliminaram a excepção às retribuições contingentes decorrentes da revisão da IFRS 3 em 2008, não se aplicam às retribuições contingentes decorrentes de uma concentração de actividades empresariais cuja a data de aquisição seja anterior à aplicação da IFRS 3 (revista em 2008).
- limita o âmbito das opções de mensuração dos interesses não controlados. Para cada concentração de actividades empresariais, a adquirente deve mensurar à data de aquisição os componentes de interesses que não controlam na adquirida que constituem interesses de propriedade presentes e conferem aos seus detentores o direito a uma parte proporcional dos activos líquidos da entidade em caso de liquidação:

  (a) pelo justo valor; ou

  (b) pela parte proporcional que os interesses de propriedade presentes representam em relação às quantias reconhecidas para os activos líquidos identificáveis da adquirida.

  Todas as outras componentes dos interesses que não controlam devem ser mensuradas pelo justo valor à data da aquisição, salvo se as IFRS exigirem outra base de mensuração.
- Requer que uma entidade numa concentração de actividades empresariais registe a troca de opções sobre acções ou de outros prémios de pagamento com base em acções no quadro de uma concentração de actividades empresariais como modificações dos prémios de pagamento com base em acções em conformidade com a IFRS 2 Pagamento com Base em Acções.

Se a adquirente substituir os prémios da adquirida, a totalidade ou parte da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição da adquirente deve ser incluída na mensuração da retribuição transferida na concentração de actividades empresariais.

Todavia, nas situações em que os prémios da adquirida caducariam em resultado dessa concentração de actividades empresariais e em que a adquirente substitui esses prémios sem que estivesse obrigada a fazê-lo, a totalidade da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição deve ser reconhecida como custo de remuneração nas demonstrações financeiras pós-concentração em conformidade com a IFRS 2.

Adicionalmente, a emenda especifica o tratamento contabilístico de pagamento com base em acções que o adquirente não troca por transacções de pagamento com base em acções da sua responsabilidade:

Se os respectivos direitos já tiverem sido adquiridos, essas transacções de pagamento com base em acções da adquirida fazem parte do interesse que não controla na adquirida e são mensuradas ao seu valor de mercado.

Se os respectivos direitos ainda não tiverem sido adquiridos, os mesmos são mensurados ao valor de mercado na data de aquisição e alocados aos interesses que não controlam e às despesas de pós-concentração.

<u>IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações</u>

A emenda:

- enfatiza a interacção que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros.
- clarifica que apenas os activos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terão de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco.
- requer para todos os activos financeiros uma descrição das garantias detidas a título de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como do respectivo efeito financeiro, no que diz respeito à quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito.
- remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade.

- remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os activos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e activos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Uma entidade deve aplicar as emendas aplicadas à IAS 21 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio decorrentes das alterações à IAS 27 prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2009. Se uma entidade aplicar a IAS 27 (emendada em 2008) a um período anterior, as emendas devem ser aplicadas a esse período anterior.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar

A emenda estabelece orientação sobre a aplicação dos princípios vertidos na IAS 34 e requer informação adicional sobre:

- as circunstâncias possíveis de afectar o justo valor dos instrumentos financeiros e a sua classificação;
- transferência de instrumentos financeiros entre os diferentes níveis de hierarquia do justo valor;
- alterações nas classificações de activos financeiros;
- alterações nos passivos contingentes e activos.

IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes

A emenda clarifica que quando o justo valor dos créditos de prémio é mensurado por referência ao justo valor dos prémios pelos quais podem ser trocados, este deve ter em conta a quantia correspondente aos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos restantes clientes que não ganharam créditos de prémio.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda à IFRS 7 requer novas divulgações qualitativas e quantitativas relativas a transferência de activos financeiros quando:

- uma entidade desreconhecer activos financeiros transferidos na sua totalidade, mas mantiver um envolvimento continuado nesses activos (opções ou garantias nos activos transferidos);
- uma entidade não desreconheça na totalidade os activos financeiros;

IFRS 1 (Emenda) Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os activos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este Justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses activos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de activos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transacções no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

NORMAS EMITIDAS AINDA NÃO EFECTIVAS

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos activos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

O impacto da adopção desta norma depende dos instrumentos detidos na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação e na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Conjuntamente Controladas — Contribuições Não Monetárias por Empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através da método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).
O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 13 – Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospectiva permitida desde que divulgada.

O impacto da adopção desta norma depende dos activos e passivos detidos na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou "reciclados") para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

Esta alteração apenas é relativa a aspectos de apresentação pelo que não tem impacto na posição financeira ou resultados do Banco.

IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuado através do seu uso.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

O Banco não detém activos classificados como Propriedades de Investimento mensurados ao justo valor, pelo que não espera que esta emenda tenha impactos na sua posição financeira ou resultados.

IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo "método do corredor"; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral ,sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

O Banco alterou a política do reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais neste exercício, passando a reconhecer estes efeitos na Demonstração do Rendimento Integral, pelo que não espera que esta emenda tenha impactos relevante na sua posição financeira ou resultados.

IAS 27 (revista em 2011) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011).

IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011).

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLITÍCAS CONTABILISTICAS

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banif - Grupo Financeiro foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards), tal como adoptadas na União Europeia, em 31 de Dezembro de 2011, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº 1606/02 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, transposto para a legislação Portuguesa através do Decreto – Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros registados ao seu justo valor, nomeadamente activos e passivos detidos para negociação (incluindo derivados), activos e passivos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda, imóveis registados em activos tangíveis e propriedades de

investimento. As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

Em geral, os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior, com excepção das seguintes alterações:

Alteração no reconhecimento das unidades de participação dos fundos de investimento detidas por entidades externas ao Grupo

O Grupo decidiu reconhecer as unidades de participação dos fundos de investimento, que estão incluídos no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo em "Outros passivos", por ser uma responsabilidade do Grupo, conforme AG 29A e BC 68 da IAS 32, deixando de as reconhecer em "Interesses que não controlam".

Alteração da politica contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais

O Grupo decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor (IAS 19 § 92ª) e passando a utilizar o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capitais próprio, na Demonstração do Rendimento Integral (OCI - Other Comprehensive Income (IAS 19 § 93ª)). Esta alteração justifica-se, porque o Grupo considera que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuarias de forma imediata proporciona uma informação mais fiável e relevante do que o método do corredor. Por outro lado, a emenda à IAS 19 aprovada pelo IASB em Junho de 2011, com aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciam em ou a partir de 1 de Janeiro de 2013, abandona o método do corredor.

Estas alterações tiveram impactos nas seguintes rubricas de balanço e demonstração de resultados a 31 de Dezembro de 2010:

	31-12-2010			31-12-2010
	Valor líquido Reexpresso	Alteração ganhos/perdas actuariais	Alteração UP's de fundos de investimento incluidos no perimetro	Valor líquido
Balanço				
Outros activos	417.991	(10.557)	-	428.548
Total do Activo	15.700.135	(10.557)	-	15.710.692
Outros passivos	427.287	6.260	71.877	349.150
Total do Passivo	14.509.952	6.260	71.877	14.431.815
Reservas de reavaliação	(31.258)	(20.686)	-	(10.572)
Outras reservas e resultados transitados	246.265	2.937	-	243.328
Resultado do exercício	34.358	932	-	33.426
Interesses que não controlam	171.847	-	(71.877)	243.724
Total do Capital	1.190.183	(16.817)	(71.877)	1.278.877
Total do Passivo + Capital	15.700.135	(10.557)	-	15.710.692
Demonstração de resultados				
Custos com pessoal	(183.974)	932		(184.906)
Resultado consolidado do exercício	34.358	932		33.426

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue estimativas e julgamentos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas, o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como dos passivos contingentes divulgados. No apuramento das estimativas, a Gestão do Grupo utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Não obstante, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

Os temas que envolvem um maior nível de julgamento ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas, como seguem:

Continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade, dado que a Gestão do Grupo considera que o Grupo e a Empresa – Mãe dispõe de meios e de capacidade para continuar a desenvolver a sua actividade no futuro previsível. Para este julgamento, a Gestão do Grupo teve em consideração as diversas

informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, *cash-flows* e capital.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O Justo valor é baseado em cotações de mercado, sempre que disponíveis. No entanto, e na ausência de cotação, é determinado com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados (market to model) considerando as condições de mercado, factores de volatilidade, correlação, não esquecendo o valor temporal.

Imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma avaliação da sua carteira de crédito, em base periódica, por forma avaliar a existência de evidência de imparidade.

Neste contexto, os clientes identificados com crédito em incumprimento e, cujas responsabilidades totais sejam consideradas de montante significativo para o Grupo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade.

Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e, consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade às restantes operações de crédito que não foram objecto de análise individual, através da alocação de tais operações em segmentos de crédito, com características e riscos similares, sendo estimadas perdas colectivas de imparidade, cujo cálculo tem por base o comportamento histórico das perdas, para o mesmo tipo de activos.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na rubrica "Imparidade de crédito líquida de recuperações e reversões".

Imparidade dos activos financeiros disponíveis *para venda – instrumentos de capital*

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando se verifica uma desvalorização significativa ou prolongada no seu justo valor, abaixo de preço de custo ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros desses activos.

Esta determinação requer julgamento, sendo que o Grupo reúne toda a informação disponível no mercado e fora do mercado para o efeito. Em consequência da volatilidade dos mercados, o Grupo considera que existe evidência objectiva de imparidade, ou seja, que se verifica uma desvalorização significativa ou prolongada, sempre que se registe:

- ✓ um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30%;
- ✓ um declínio por um período superior a 1 ano.

Propriedades de investimento e imóveis de serviço próprio

O Grupo determina o justo valor das propriedades de investimento e de imóveis de serviço próprio com base em avaliações efectuada por peritos avaliadores independentes. Estas avaliações são efectuadas na base do rendimento e dos custos de manutenção ou substituição e, ainda, com base em valores de mercado quando comparáveis.

Activos por impostos diferidos

O Grupo reconhece activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não reconhecidos, quando estima que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito, são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

Consolidação de entidades de finalidade especiais (SPE)

O Grupo recorre à constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE.

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente.

Benefícios de reforma

O Grupo determina as responsabilidades por pensões de reforma e o rendimento dos Fundos de Pensões, constituídos para cobrir estas responsabilidades, com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e do retorno dos activos, que compõem os Fundos de Pensões.

Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas.

3.4 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Banif - SGPS, S.A. e das Entidades por si controladas (denominadas "subsidiárias"), incluindo fundos de investimento nos quais o Grupo detém mais de 50% das unidades de participação e entidades de finalidades especiais (SPE'S), preparadas para a mesma data de referência das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Considera-se que existe controlo, sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade, com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando o Grupo detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade.

As entidades de finalidades especiais, relativamente às quais o Grupo retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade, são também incluídas no perímetro de consolidação. Incluem-se neste âmbito, essencialmente, entidades utilizadas pelo Grupo que integram operações de titularização de créditos e emissão de dívida estruturada.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Banif - Grupo Financeiro.

Os saldos e transacções entre Entidades do Grupo realizados, resultantes de operações intra grupo são eliminados no processo de consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam", incluída no capital próprio.

3.5 Concentrações de actividades empresariais e *goodwill*

O Grupo regista a aquisição de subsidiárias pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transacção, dos activos entregues, dos passivos assumidos, dos instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos directamente imputáveis à transacção. Os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor, na data de aquisição.

O goodwill corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pelo Grupo do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados.

Sempre que, o justo valor exceda o custo de aquisição (goodwill negativo), a diferença é reconhecida em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, o goodwill positivo é registado no activo, não sendo amortizado. No entanto, é objecto de testes de imparidade numa base anual, sendo reflectidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização do teste de imparidade, o goodwill apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O goodwill imputado a cada Unidade é objecto de teste de imparidade, em base anual, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do goodwill é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o goodwill respeita. Quando o montante recuperável das UGC, for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em goodwill não podem ser revertidas em períodos futuros.

3.6 Investimentos em associadas

São classificadas como associadas todas as Entidades sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controlo e, que não sejam nem subsidiárias, nem "Joint ventures", nem participações detidas através de fundos de investimento, de capital

de risco ou de Bancos (seed capital), classificados, no reconhecimento inicial, como instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

O Grupo considera que existe influência significativa sempre que este detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo goodwill determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas de imparidade.

O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

O valor do investimento é anualmente objecto de análise de imparidade.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir as políticas contabilísticas do Grupo.

3.7 Empreendimentos conjuntos

São considerados como empreendimentos conjuntos os investimentos em Entidades sobre as quais o Grupo partilha o controlo com outra parte. Essa partilha é formalizada por acordo contratual, em que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a actividade, exigem o consenso unânime das partes que partilham o controlo.

Os interesses do Grupo em empreendimentos conjuntos são reconhecidos utilizando o método de consolidação proporcional.

No âmbito deste método de consolidação, não existem interesses que não controlam.

3.8 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbios indicativas da moeda funcional na data da transacção.

Na data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, à taxa de câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor, na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão, são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio, até à alienação do activo.

- Demonstrações financeiras de subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira

Na data de balanço, os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro, são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas, sem efeito fiscal, por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio, até à alienação das respectivas entidades.

3.9 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados em balanço de moeda nacional e estrangeira, que se incluem em caixa, depósitos à ordem junto de Bancos Centrais, depósitos à ordem junto de outras instituições de crédito no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

3.10 Instrumentos financeiros

3.10.1 - Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), isto é, na data em que é assumido

o compromisso de compra ou venda. Esta situação verifica-se igualmente para os instrumentos financeiros derivados.

A classificação dos instrumentos financeiros, na data do seu reconhecimento inicial, depende das suas características e da intenção que originou a sua aquisição.

Todos os instrumentos financeiros, são inicialmente mensurados ao justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.10.2 - Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros classificados como activos e passivos detidos para negociação, são adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros, a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador.

Nesta classe incluem-se também, os instrumentos financeiros derivados que não sejam considerados como derivados de cobertura.

Após o reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor, são reflectidos em resultados do exercício. No caso dos instrumentos derivados, os justos valores positivos apurados são registados no activo e, consequentemente, os justos valores negativos no passivo.

Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

São considerados como passivos financeiros de negociação as vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes no seu justo valor relevadas em resultados do exercício, na respectiva rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são activos e passivos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nos termos da opção prevista no IAS 39 - fair value option.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial certos activos e passivos ao justo valor, desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- ✓ a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (accounting mismatch);
- ✓ os activos e passivos financeiros fazem parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos cuja performances são avaliadas numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou

- ✓ o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após o reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros, são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O Grupo classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados, os títulos cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, e como passivos financeiros instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica, os activos financeiros que podem ser objecto de alienação em resposta ou em antecipação, a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado.

À data, o Grupo tem classificado nesta categoria títulos de rendimento fixo, participações consideradas estratégicas e instrumentos de capital, para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial, são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantido ao custo de aquisição.

No caso do Grupo deter instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, os ganhos e perdas são reflectidos na rubrica "Reservas de reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento

no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

Os juros dos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" e, os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando o direito ao seu recebimento é estabelecido,

Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

A cada data de referência das demonstrações financeiras, o Grupo avalia a existência de situações de evidência objectiva de que os activos financeiros disponíveis para venda estão com imparidade, considerando a informação disponível no mercado e a informação disponível sobre os emitentes.

Quando existe evidência objectiva de que um activo financeiro disponível para venda está em imparidade, as perdas são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros detidos até à maturidade

Estão classificados nesta categoria os activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto, na data de aquisição, e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos com acordo de recompra

Estão relevados nesta rubrica, o valor de compra dos activos acrescidos do juro implícito no preço de revenda reconhecidos de acordo com o princípio de especialização do exercício.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

O Grupo regista nestas rubricas as aplicações que tem junto de instituições de crédito e o valor total do crédito concedido a clientes.

Estes activos são classificados como activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, desde que não sejam activos que tenham sido adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou activos que, no seu reconhecimento inicial, tenham sido classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Após o reconhecimento inicial, o valor desembolsado, que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, são mensurados ao custo amortizado, pelo método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é apurado tendo em conta os rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo, como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e rendimentos similares" ou "Juros e encargos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Quando, em determinado momento do tempo, o Grupo considera não haver qualquer expectativa de recuperabilidade sobre um determinado ou um conjunto de créditos, estes são abatidos ao activo.

Esta avaliação, é independente dos procedimentos em vigor , no que se refere a este tema, nas contas individuais das subsidiárias, tendo em conta as especificidades das normas locais aplicáveis.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos / Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e, cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente, valorizados ao custo amortizado, usando

o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e encargos similares".

Justo valor

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros registados nas categorias de Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O Grupo determina o justo valor dos seus activos e passivos financeiros detidos para negiciação e disponíveis para venda de acordo com os seguintes critérios:

- ✓ No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("*bid*") conhecida;
- ✓ No caso de instrumentos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e os instrumentos derivados, que os tenham como activo subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

3.10.3 – Imparidade de activos financeiros

Activos Financeiros ao custo amortizado

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, aplicações em instituições de crédito, instrumentos detidos até à maturidade, crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registe uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- ✓ exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- ✓ quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

a) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- ✓ situação económico-financeira do cliente;
- ✓ exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- ✓ informações comerciais relativas ao cliente;
- ✓ análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- ✓ as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- ✓ A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- ✓ O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- ✓ O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões". Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. O Grupo procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação

contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões" acima referida.

Activos Financeiros disponíveis para venda

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, o IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- ✓ Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não irá ser recuperado na totalidade;
- ✓ Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

A cada data de balanço, os activos financeiros disponíveis para venda são analisados, verificando-se o registo de indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. O Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (30% em 2010) ou um declínio por mais de 1 ano (1 ano em 2010) pode ser considerado significativo ou prolongado.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

As perdas por imparidade registadas em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente, sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. O valor recuperável corresponde à

melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

3.10.4 – Derivados

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados, quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados, registados em rubricas extrapatrimoniais, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado), no caso da contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento, sempre que os seus riscos e características não se encontrem intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento. Nestas situações, a valorização ao justo valor através de resultados, não é feita sobre a totalidade do instrumento.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela IAS 39. Caso tal não se verifique, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, são classificados como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção, e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade, à data de início da transacção, e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

A cada data de balanço, o Grupo testa a eficácia das coberturas, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125%.

Cobertura de Justo Valor

Numa operação de cobertura de justo valor, o valor de balanço do activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, e, bem assim, as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, pelo facto da variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para a carteira de negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

Cobertura de fluxos de caixa

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados, nos períodos

em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte não efectiva da cobertura, é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados, quando a operação coberta também afectar resultados.

Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

3.10.5 – Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- ✓ Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ✓ Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
- ✓ Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Se os direitos de recebimento dos fluxos de caixa forem transferidos ou se tenha celebrado um acordo de "pass-through", e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte, em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e, o reconhecimento de um novo passivo. No caso de se verificar diferenças entre os valores, esta diferença é reconhecida em resultados do exercício.

3.10.6 – Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da IAS 39 - Reclassificação de Instrumento Financeiros. Esta alteração veio permitir mediante a verificação de determinadas circunstâncias, que uma entidade transfira, instrumentos financeiros das categorias de Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Outros créditos e valores a receber ou para Activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros, a partir de 1 de Julho de 2008 e de 31 de Outubro de 2008.

As reclassificações foram registadas ao justo valor dos instrumentos, na data da reclassificação, tomando-se este valor como o valor do custo amortizado nas novas categorias para onde os activos foram reclassificados.

Um activo financeiro reclassificado na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas registados nesse activo anteriormente reconhecidos em Reservas, são amortizados nos resultados do exercício, durante a vida remanescente do activo financeiro pelo método da taxa de juro efectiva. No caso de se verificar, a existência de imparidade nestes activos, o montante que ainda se encontra reconhecido em reservas é registado na demonstração de resultados.

O Grupo pode reclassificar Activos financeitos detidos para negociação, desde que não sejam derivados, para a categoria de Outros créditos e valores a receber se, desde que esses activos se enquadrem nas características da referida classe.

Não obstante, se um activo financeiro for reclassificado para outra categoria de activo e, posteriormente, o Grupo estimar um aumento nos fluxos de caixa futuros em resultado de uma melhor perspectiva de recuperação desses recebimentos de caixa, o efeito desse aumento é registado como um ajustamento à taxa efectiva, desde a data da alteração da estimativa.

3.11. – Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo aqueles activos adquiridos exclusivamente com o objectivo de venda), os activos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata, no seu estado actual, e a venda for altamente provável.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Encontram-se classificados como activos não correntes detidos para venda, essencialmente, os imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio. Se, em determinado momento no tempo, estes activos deixem de reunir as características para se manterem classificados nesta categoria, estes activos são reclassificados para a rubrica "Propriedades de investimento".

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, nomeadamente pelo facto do Grupo não ter recebido ofertas razoáveis, estes activos são reclassificados para a rubrica "Propriedades de investimento".

3.12. – Propriedades de Investimento

Os imóveis detidos pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objectivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor.

O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado, à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

As propriedades de investimento são desreconhecidas, assim que alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção.

Na alienação, a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados, no momento da alienação.

As transferências de, e para a rubrica "Propriedades de Investimento" podem ocorrer sempre que se verificar uma alteração quanto ao seu uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado, para relevação contabilística, é o justo valor, à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio, até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

3.13. – Outros activos fixos tangíveis

Esta rubrica inclui os imóveis de serviço próprio utilizados pelo Grupo no desenvolvimento da sua actividade, veículos e demais equipamentos

Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade.

Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não defiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se, como referência, um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas na rubrica "Reservas de reavaliação", incluídas em capital próprio, excepto e até à medida, que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo, reconhecidas em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que, essas variações possam ser compensados com o registo de reservas de reavaliação positivas existentes para esse mesmo activo.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, e

manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os restantes activos fixos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, como segue:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	[2 – 15] anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como "custo estimado" de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004, ao abrigo da legislação portuguesa.

Um activo tangível é desreconhecido, quando é alienado ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

3.14. – Outros activos fixos tangíveis

O Grupo classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprimdo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificados como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

✓ *Como locatário*

Os pagamentos efectuados pelo Grupo, à luz dos contratos de locação operacional, são re levados em custos nos períodos em que dizem respeito.

✓ *Como locador*

Os activos em regime de locação operacional correspondem essencialmente, a viaturas e são registadas no balanço na rubrica "Outros activos tangíveis" ao custo, deduzidos de amortizações e de eventuais perdas por imparidade.

As rendas relativas aos contratos de locação operacional são registadas em proveitos do período a que respeitam.

Locações financeiras

✓ *Como locatário*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas:

- pelo encargo financeiro, relevado em resultados;
- pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo.

Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil.

Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira.

✓ *Como locador*

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros, de acordo com a taxa efectiva do contrato.

3.15. – Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a software, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se situa entre os 3 e os 8 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas no IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.16. – Imposto sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que o Grupo opera.

O Grupo regista ainda, como impostos diferidos passivos ou activos, os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento. Adicionalmente, são reconhecidos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis apresentados por algumas empresas do Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

3.17. – Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 são as seguintes:

Responsabilidades com pensões e assistência médica

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo planos de benefício definido e planos de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a companhias de seguros.

As entidades do Banif - Grupo Financeiro, seguidamente identificadas, apresentam responsabilidades relativamente ao pagamento de pensões:

a) Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Os empregados desta Sociedade encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social desde a admissão, com excepção dos empregados integrados na sequência fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (BBCA), em 1 de Janeiro de 2009, que passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro.

Nos termos do referido diploma, o Regime Geral da Segurança Social passa a assegurar a protecção dos empregados do BBCA no activo nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade da Sociedade a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte. A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB), que foi extinta. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no activo do BBCA passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT). De acordo com a orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal, atendendo que se manteve inalterado o plano do ACT e que não existiu redução de benefícios na perspectiva do

beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2011, na sequência do Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, foi efectuada a transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas do BBCA, que se encontravam no regime de segurança social substitutivo constante do ACT do sector bancário, quanto às responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência, mantendo-se na responsabilidade das instituições de crédito, através dos respectivos fundos de pensões, o pagamento das actualizações do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões de reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social, da contribuição para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) sobre as pensões de reforma e sobrevivência, do subsídio por morte, da pensão de sobrevivência a filhos, da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivo desde que referente ao mesmo trabalhador e da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012 (pensão de sobrevivência diferida).

A assistência médica dos empregados bancários é assegurada pelo Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelo respectivo Sindicato. O SAMS proporciona aos seus beneficiários serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com regulamentação interna.

Em 2008, a Sociedade celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social para os seus empregados, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBCA, que não são abrangidos por este AE.

Na sequência da entrada em vigor do AE, em 1 de Outubro de 2008, o anterior Fundo do Banif foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III.

Assim, esta Sociedade proporciona aos seus empregados os seguintes benefícios com pensões e assistência médica:

– Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o

respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o SAMS, entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:

- para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
- para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.

– Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;

– Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;

– Plano de Pensões BBCA (benefício definido), fechado a novas adesões, em que a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados do BBCA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, em conformidade com o ACT e os regimes introduzidas pelos Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, e Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o SAMS, com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades desta Sociedade são financiadas através de dois Fundos de Pensões autónomos:

– Fundo de Pensões Banif, que financia os Planos de Pensões I, II e III;
– Fundo de Pensões BBCA, que financia o Plano de Pensões do BBCA.

b) Outras entidades do Grupo

As sociedades Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA, sociedade que em 29 de Dezembro de 2011 foi objecto de uma operação de cisão e fusão no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA e no Banco Banif Mais, SA, a Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A., o Banif – Banco de Investimento, S.A., Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., Banco Banif Mais, S.A, Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, SA e Margem – Mediação de Seguros, Lda, proporcionam aos seus empregados planos de pensões de contribuição definida, financiados através de fundos de pensões autónomos.

O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método "Projected *Unit Credit*", e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 46). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Conforme referido na Nota 3.2, o Grupo decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor (IAS 19 § 92) e passando a utilizar o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capitais próprio, na Demonstração do Rendimento Integral (OCI - Other Comprehensive Income (IAS 19 § 93ª).

De acordo com o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata no rendimento integral:

- o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões;
- os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são

reconhecidos na íntegra em capital próprio, numa conta de Reservas por Ganhos e Perdas Actuariais.

De acordo com o método do corredor, anteriormente adoptado:

- o passivo ou activo reconhecido no balanço correspondia à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos;
- os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões eram diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excediam o corredor eram reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

O aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, que correspondem ao acréscimo de responsabilidades por a reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade, são reconhecidos em custos do exercício.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

O Grupo avalia, para cada plano de benefício definido, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em contribuições futuras necessárias.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões e assistência médica, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores relativas a prémios de antiguidade previstos no ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de "Outros passivos" por contrapartida da rubrica de Resultados.

3.18. – Provisões e passivos contingentes

O Grupo constitui provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflicta o risco específico do passivo. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.19. – Dividendos

O Grupo reconhece os dividendos como passivo e deduzidos da rubrica "Capital", quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício, aprovados pelo Conselho de Administração, após a data de referência das demonstrações financeiras, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

3.20. – Reconhecimento de Proveitos e custos

Em geral, os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda"

os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de repricing, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

3.21. – Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Neste conjunto incluem-se, as comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou as comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado, são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

As comissões e encargos associados a instrumentos financeiros são incluídos na taxa de juro efectiva dos mesmos.

3.22. – Garantias financeiras

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas em resultados, na rubrica "Rendimento de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral foram as seguintes:

			31-12-2011		31-12-2010	
Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	% participação efectiva	Interesses que não controlam	% participação efectiva	Interesses que não controlam
Banif Comercial, SGPS, S.A.	Portugal	Banif SGPS, S.A. Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif (Açores) SGPS, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Finance, Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Numberone, SGPS, Lda	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores, Inc San José	E.U.A	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores, Inc Fall River	E.U.A	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Investaçor, SGPS, S.A.	Portugal	Banif (Açores) SGPS, S.A.	59,20%	40,80%	59,20%	40,80%
Investaçor Hoteis S.A.	Portugal	Investaçor, SGPS, SA	59,20%	40,80%	59,20%	40,80%
Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	Portugal	Investaçor, SGPS, SA	49,37%	50,63%	49,37%	50,63%
Turotel, Turismo e Hoteis dos Açores, S.A.	Portugal	Investaçor, SGPS, SA	58,07%	41,93%	58,07%	41,93%
Investimentos Turisticos e Similares e Apart-Hotel Pico Lda.	Portugal	Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	49,37%	50,63%	49,37%	50,63%
Banif Rent - Aluguer Cestão e Comercio de Veículos Automóveis	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	Brasil	Banif Comercial, SGPS Banif International Holdings, Ltd	98,50%	1,50%	98,50%	1,50%
Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	Portugal	Banif SGPS, S.A. Banif Holding (Malta) PLC	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento, S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Cestão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliario, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S.A.	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimentos, S.A.	64,59%	35,41%	61,89%	38,11%
Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Gamma - Soc. Titularização de Créditos, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Numberone SGPS, Lda	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif International Asset Management Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Multifund Ltd.	Ilhas Cayman	Banif International Asset Management Ltd.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Internacional Holdings, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Financial Services, Inc	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Finance (USA) corp.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Forfaiting Company, Ltd.	Bahamas	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Securities, Inc.	E.U.A	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Econofinance, S.A	Brasil	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Securities Holding, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif (Brasil), Ltd.	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A. Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif International Bank, Ltd	Bahamas	Banif Comercial - SGPS, S.A. Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A. Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif US Real Estate	Brasil	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Cestão de Activos (Brasil), S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Imobiliária, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S.A. Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Sociedade Imobiliária Piedade, S.A.	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banifserv-Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação A.C.E.	Portugal	ACE (*)	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Banif - SGPS, S.A.	72,00%	28,00%	72,00%	28,00%
Banco Caboverdiano de Negócios S.A.	Cabo Verde	Banif - SGPS, S.A.	51,69%	48,31%	51,69%	48,31%
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Banif SGPS, S.A. Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%

			31-12-2011		31-12-2010	
Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	% participação directa	Interesses que não controlam	% participação directa	Interesses que não controlam
Banif Mais, SGPS, SA	Portugal	Banif - SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Tecnicrédito ALD	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banco Banif Mais, SA	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA Banif Comercial - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Plus Bank ZRT	Hungria	Banco Mais SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Margem Mediação de Seguros, Lda	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
TCC Investments Luxembourg	Luxemburgo	Banco Mais, SGPS, SA Banco Mais, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Ecoprogresso Trading, SA	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	50,00%	0,00%	50,00%	0,00%
Banieuropa Holding, SL	Espanha	Banif - SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Beta Securitizadora	Brasil	FIP Banif Real Estate	99,25%	0,75%	99,25%	0,75%
FIP Banif Real Estate	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	99,25%	0,00%	99,25%	0,00%
SPE Panorama	Brasil	FIP Banif Real Estate	99,25%	0,75%	94,29%	5,71%
Art Invest	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	62,58%	0,00%	62,58%	0,00%
Banif Fortuny	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Infra Invest FEIA	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Imogest	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A. Banif Gestão Activa	66,19%	0,00%	62,59%	0,00%
Capven	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco S.A Banif - Banco de Investimento, S.A.	67,98%	0,00%	66,66%	33,34%
Banif Inv. Conservador	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	68,98%	0,00%	62,29%	0,00%
Banif Inv. Moderado	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	70,14%	0,00%	59,10%	0,00%
Banif Renda Habitação	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão Imobiliária	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão Patrimonial	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	82,07%	0,00%	69,13%	0,00%
Gestarquipark	Portugal	Imogest	66,19%	33,81%	62,59%	37,41%
ZACF - Participações Ltda	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	98,50%	1,50%	98,50%	1,50%
Banif Gestão Activa	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	80,59%	0,00%	53,69%	0,00%
Banif Real Estate Polska	Polónia	Imopredial	82,16%	0,00%	-	-
Tiner Polska	Polónia	Imopredial	78,05%	21,95%	-	-
Imopredial	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A. Bnaif (Açores), SGPS	82,16%	0,00%	-	-
Banif Europa Leste	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	61,16%	0,00%	-	-
Banif Property	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	85,78%	14,22%	-	-
Achala	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	98,50%	1,50%	-	-
Komodo	E.U.A	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	-	-
Worldvilas	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	-	-
Turirent	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%		
Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	-	-	100,00%	0,00%
Banif Trading, Inc.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	-	-	85,00%	15,00%
Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	100,00%	0,00%
Banif Iberia	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	49,96%	0,00%
Centro Venture - Soc. Capital de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	51,00%	49,00%
Banif Nitor FI Ações	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	82,10%	0,00%
Banif Nitor Maestro FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	94,06%	0,00%
Banif Nitor Institucional FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	66,15%	0,00%
Banif Equity Hedge FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	87,84%	0,00%

(*) A Banifserv – ACE tem como agrupadas as seguintes empresas do Banif - Grupo Financeiro:

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA	93,0%
Companhia de Seguros Açoreana, SA	1,5%
Banif Banco de Investimento, SA	1,5%
Banif Rent - Aluguer, gestão e Comércio de Veiculos Automóveis	4,0%

O detalhe das entidades associadas está divulgado na Nota 20.

A sociedade Banif Ecoprogresso Trading, SA consolida pelo método proporcional.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as entidades de finalidades especiais incluídas na consolidação foram as seguintes:

		31-12-2011	31-12-2010
Nome da Sociedade	Natureza	% participação	% participação
Atlantes Mortgage Nº1 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº2 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº3 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº4 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº5 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº6 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº7 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Azor Mortgage Nº 1	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Azor Mortgage Nº 2	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Finance Nº3	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
BMORE Finance No. 4 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
BMORE Finance No. 5 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Euro Invest Series 3A, 3B, 8 e 9	Emissão de Dívida Estruturada	100,00%	100,00%
Atlantes N.1	Veículos de Securitização	100,00%	-
Atlantes Finance Nº4	Veículos de Securitização	100,00%	-

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2011, as alterações verificadas no Grupo Foram as seguintes:

A Banif – SGPS, S.A. assinou acordos mediante o qual o Grupo Caixa Geral de Depósitos, através de um investimento de cerca de R$130 milhões (EUR. 57,8 milhões) realizará um aumento de capital na Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. e, posteriormente, adquirirá acções desta sociedade, tomando uma participação global de 70% no respectivo capital social. O Grupo registado uma mais – valia líquida de impostos de 37.652 milhares de euros, correspondente ao desreconhecimento de 100% da Banif Corretora de Valores e Câmbios, SA (ver Nota 39).

O Grupo alienou 51% da sociedade Centro Venture – Soc. Capital de Risco, SA pelo montante de 165 milhares de euros, tendo sido registado uma menos valia de 107 milhares de euros (ver Nota 39).

O Grupo procedeu à consolidação, devido à aquisição de unidades de participação, dos fundos de investimento Imopredial, Banif Property e Turirent e as sociedades Tiner Polska, Banif Real Estate Polska e Banif Brasil (Holdings), SA, cujos activos ascendem a 577.210 milhares de euros, dos quais 3.194 milhares de euros de caixa e seus equivalentes.

O Grupo procedeu à consolidação da Atlantes Nº1 e Atlantes Finance N.º4, referente a operações de titularização de crédito a empresas e ao consumo.

A sociedade Banif Trading Inc, foi dissolvida em Dezembro de 2011.

Em 28 de Dezembro de 2011 foi formalizada a cisão-fusão da Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, SA, nos termos da qual o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA integrou a carteira de leasing imobiliário e o Banco Banif Mais, SA integrou a carteira do leasing mobiliário.

5. RELATO POR SEGMENTOS

O Banif - Grupo Financeiro encontra-se organizado por áreas autónomas de negócio, através de duas sub-holdings: Banif Comercial, SGPS, SA, que agrega a actividade de banca comercial e de crédito especializado, e Banif – Investimentos - SGPS, SA, que engloba a área da banca de investimentos e outras actividades financeiras. O Grupo detém ainda uma unidade autónoma que se dedica exclusivamente à gestão dos imóveis do Grupo, que não tem materialidade.

Neste contexto e conforme requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Grupo correspondem à forma como a informação analisada pela Gestão do Grupo:

Banca Comercial – Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, empresas e instituições, como sendo Crédito à Habitação, Crédito ao Consumo, produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, Factoring, Facilidades de Tesouraria e Créditos de Importação e Exportação.

Banca de Investimento – Abrange a actividade de intervenção no mercado primário e secundário de capitais, por conta própria ou por conta de terceiros, como sendo transacções, corporate finance e aquisições e fusões.

Gestão de Activos – Abrange a oferta de produtos de investimento e respectivos serviços de gestão a particulares e empresas, assim como outros serviços financeiros prestados. Este segmento inclui fundos de investimentos geridos por entidades do Grupo, nos quais o Grupo detém a maioria das suas unidades de participação.

Holdings e Outros – Abrange todas as operações efectuadas pelas holdings do Grupo e segmentos não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

O *reporting* por áreas geográficas, nas quais o Grupo desenvolve a sua actividade: Portugal, Resto da União Europeia, América do Norte (EUA), América Latina (Brasil) e resto do mundo.

Os reportes utilizados pela Gestão têm como base informação contabilística de acordo com as IAS/IFRS.

5.1 – Segmentos de negócio

31-12-2011	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	287.067	1.000	-	11	288.078
Disponibilidades em outras instituições de crédito	150.169	29.777	3.641	182	183.769
Activos financeiros detidos para negociação	59.093	190.158	7.363	-	256.614
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	76.460	60.844	50.600	15.742	203.646
Activos financeiros disponíveis para venda	342.997	183.619	-	34.872	561.488
Aplicações em instituições de crédito	600.248	48.384	39	-	648.671
Crédito a clientes	10.707.936	408.432	9.099	9.848	11.135.315
Investimentos detidos até à maturidade	13.693	39.813	-	-	53.506
Activos com acordo de recompra	72.347	-	-	-	72.347
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	237.762	3.273	-	26.643	267.678
Propriedades de investimento	195.279	-	558.069	90.678	844.026
Outros activos tangíveis	83.060	15.529	151.767	118.836	369.192
Activos intangíveis	20.688	3.710	22	3.036	27.456
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	27.839	3.157	1	124.673	155.670
Activos por impostos correntes	14.388	7.506	1.116	2.057	25.067
Activos por impostos diferidos	108.582	24.474	78	18.045	151.179
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-
Outros activos	353.574	118.108	45.402	62.328	579.412
Total do Activo	**13.351.182**	**1.137.784**	**827.197**	**506.951**	**15.823.114**
Recursos de bancos centrais	2.171.015	313.271	-	-	2.484.286
Passivos financeiros detidos para negociação	14.786	74.262	-	-	89.048
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	67.177	13.769	-	-	80.946
Recursos de outras instituições de crédito	738.007	219.927	63.923	66.658	1.088.515
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.802.877	227.007	-	808	8.030.692
Responsabilidades representadas por títulos	2.051.841	120.182	-	177.133	2.349.156
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	130	-	-	-	130
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	10.262	1.109	3.055	979	15.405
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	11.089	3.130	-	71	14.290
Passivos por impostos diferidos	41.286	6.561	60	3.780	51.687
Instrumentos representativos de capital	39.997	-	-	3.894	43.891
Outros passivos subordinados	215.864	2.676	-	-	218.540
Outros passivos	231.427	19.364	142.373	28.448	421.612
Total do Passivo	**13.395.758**	**1.001.258**	**209.411**	**281.771**	**14.888.198**

31-12-2010	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	116.509	2.218	-	7	118.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito	133.981	82.541	1.154	138	217.814
Activos financeiros detidos para negociação	85.704	346.271	29.336	-	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	167.878	133.752	86.898	4.980	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda	100.609	192.551	-	1.250	294.410
Aplicações em instituições de crédito	472.363	6.042	12.617	-	491.022
Crédito a clientes	11.662.024	522.312	-	21.918	12.206.254
Investimentos detidos até à maturidade	3.548	60.391	-	-	63.939
Activos com acordo de recompra	22.615	28.389	-	-	51.004
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	153.445	2.657	-	11.354	167.456
Propriedades de investimento	37.671	-	177.331	57.589	272.591
Outros activos tangíveis	177.156	17.922	6.898	67.981	269.957
Activos intangíveis	15.809	4.297	24	2.933	23.063
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	55.411	15.308	1.084	79.477	151.280
Activos por impostos correntes	17.645	4.467	724	4.268	27.104
Activos por impostos diferidos	47.355	19.807	1	5.534	72.697
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-
Outros activos	242.905	60.390	26.426	88.270	417.991
Total do Activo	**13.512.628**	**1.499.315**	**342.493**	**345.699**	**15.700.135**
Recursos de bancos centrais	1.650.966	287.181	-	-	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação	28.349	116.773	137	-	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	104.501	14.385	-	-	118.886
Recursos de outras instituições de crédito	1.042.591	180.768	11.500	52.020	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.455.978	282.207	-	101.865	7.840.050
Responsabilidades representadas por títulos	2.155.350	126.657	-	98.014	2.380.021
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	1.303	-	-	-	1.303
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.016	4.702	533	979	15.230
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	8.000	2.769	-	81	10.850
Passivos por impostos diferidos	20.103	1.721	-	10.387	32.211
Instrumentos representativos de capital	40.000	-	-	5.651	45.651
Outros passivos subordinados	253.465	14.713	-	-	268.178
Outros passivos	207.842	140.396	77.937	1.112	427.287
Total do Passivo	**12.977.464**	**1.172.272**	**90.107**	**270.109**	**14.509.952**

31-12-2011	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	267.016	24.359	(4.545)	(9.555)	277.275
Margem Financeira: Inter - Segmentos	46.718	(5.628)	(1.780)	(39.310)	-
Margem financeira	**313.734**	**18.731**	**(6.325)**	**(48.865)**	**277.275**
Rendimento de instrumentos de capital	330	423	-	-	753
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	105.917	28.359	4.762	658	139.696
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	13.629	2.275	4.267	851	21.022
Rendimento de serviços e comissões	119.546	30.634	9.029	1.509	160.718
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(23.980)	(4.308)	(643)	(401)	(29.332)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(7.599)	(52)	(7.170)	(548)	(15.369)
Encargos com serviços e comissões	(31.579)	(4.360)	(7.813)	(949)	(44.701)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	5.188	4.432	(1.333)	(10.336)	(2.049)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(443)	(1.894)	-	-	(2.337)
Resultados de Reavaliação Cambial	(1.122)	4.860	13	(497)	3.254
Outros Resultados de Exploração	115.756	45.551	15.773	16.470	193.550
Produto da Actividade	**521.410**	**98.377**	**9.344**	**(42.668)**	**586.463**
Custos com Pessoal	(153.440)	(25.100)	(2.060)	(3.533)	(184.133)
Outros gastos administrativos	(128.337)	(24.138)	(10.276)	(4.071)	(166.822)
Amortizações do exercício	(30.167)	(2.646)	(519)	(2.214)	(35.546)
Provisões líquidas de anulações	(1.579)	(726)	(1.549)	(26)	(3.880)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(314.842)	(21.070)	-	(6.364)	(342.276)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(3.630)	(108)	-	(33)	(3.771)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(18.554)	(68)	(2.141)	(7.069)	(27.832)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	1.704	(4.510)	-	380	(2.426)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	**(127.435)**	**20.011**	**(7.201)**	**(65.598)**	**(180.223)**
Impostos	34.407	(13.440)	617	5.338	26.922
Correntes	(10.444)	(12.554)	(777)	(63)	(23.838)
Diferidos	44.851	(886)	1.394	5.401	50.760
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	**(93.028)**	**6.571**	**(6.584)**	**(60.260)**	**(153.301)**
Interesses que não controlam	(9.838)	(38)	2.087	(493)	(8.282)
Resultado do Exercício	**(102.866)**	**6.533**	**(4.497)**	**(60.753)**	**(161.583)**

31-12-2010	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	322.019	24.414	1.844	(145)	348.132
Margem Financeira: Inter - Segmentos	18.464	3.272	184	(21.920)	-
Margem financeira	**340.483**	**27.686**	**2.028**	**(22.065)**	**348.132**
Rendimento de instrumentos de capital	385	176	-	344	905
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	99.123	34.144	10.017	1.934	145.218
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	9.399	1.174	3.562	596	14.731
Rendimento de serviços e comissões	108.522	35.318	13.579	2.530	159.949
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(18.763)	(3.489)	(728)	(163)	(23.143)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(3.950)	(377)	(6.606)	(1.526)	(12.459)
Encargos com serviços e comissões	(22.713)	(3.866)	(7.334)	(1.689)	(35.602)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(3.163)	(2.620)	3.257	2.978	452
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(71)	1.149	12.052	-	13.130
Resultados de Reavaliação Cambial	8.675	2.253	(30)	(120)	10.778
Outros Resultados de Exploração	40.971	1.958	815	9.815	53.559
Produto da Actividade	**473.089**	**62.054**	**24.367**	**-8.207**	**551.303**
Custos com Pessoal	(153.260)	(24.231)	(3.406)	(3.077)	(183.974)
Outros gastos administrativos	(109.317)	(24.043)	(6.988)	(3.828)	(144.176)
Amortizações do exercício	(32.458)	(2.443)	(90)	(2.336)	(37.327)
Provisões líquidas de anulações	1.121	-	-	-	1.121
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(106.472)	(1.472)	-	-	(107.944)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(238)	(53)	-	(4.822)	(5.113)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(3.130)	(7.727)	(834)	(314)	(12.005)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	1.920	(8.169)	62	2.148	(4.039)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	**71.255**	**(6.084)**	**13.111**	**(20.436)**	**57.846**
	(8.126)	(3.960)	(2.313)	495	(13.904)
Correntes	(5.338)	(5.306)	(2.313)	(65)	(13.022)
Diferidos	(2.788)	1.346	-	560	(882)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	**63.129**	**(10.044)**	**10.798**	**(19.941)**	**43.942**
Interesses que não controlam	(9.681)	(62)	4	155	(9.584)
Resultado do Exercício	**53.448**	**(10.106)**	**10.802**	**(19.786)**	**34.358**

5.2 – Segmentos geográficos

31-12-2011	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	266.394	7.773	3.636	-	10.275	288.078
Disponibilidades em outras instituições de crédito	166.876	3.176	5.023	7.146	1.548	183.769
Activos financeiros detidos para negociação	100.257	28.056	128.154	-	147	256.614
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	155.328	-	6.003	10.762	31.553	203.646
Activos financeiros disponíveis para venda	511.098	661	39.411	-	10.318	561.488
Aplicações em instituições de crédito	624.772	-	20.920	970	2.009	648.671
Crédito a clientes	9.768.289	250.574	594.278	205.050	317.124	11.135.315
Investimentos detidos até à maturidade	39.812	-	13.558	-	136	53.506
Activos com acordo de recompra	51.233	-	21.114	-	-	72.347
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	254.006	-	13.672	-	-	267.678
Propriedades de investimento	688.183	20.590	81.957	31.447	21.849	844.026
Outros activos tangíveis	349.022	6.441	9.393	260	4.076	369.192
Activos intangíveis	26.362	729	262	-	103	27.456
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	92.813	32.562	30.295	-	-	155.670
Activos por impostos correntes	10.125	-	14.698	-	244	25.067
Activos por impostos diferidos	122.210	5.496	20.854	2.527	92	151.179
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Outros activos	335.070	8.528	142.544	5.766	87.504	579.412
Total do Activo	**13.561.850**	**364.586**	**1.145.772**	**263.928**	**486.978**	**15.823.114**
Recursos de bancos centrais	2.458.551	25.735	-	-	-	2.484.286
Passivos financeiros detidos para negociação	89.015	33	-	-	-	89.048
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	20.375	-	60.571	80.946
Recursos de outras instituições de crédito	912.143	2.322	160.746	8	13.296	1.088.515
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.457.641	266.072	12.600	-	294.379	8.030.692
Responsabilidades representadas por títulos	1.700.355	-	576.019	-	72.782	2.349.156
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	130	-	-	-	-	130
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Provisões	13.360	-	1.896	-	149	15.405
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	6.300	-	5.419	2.391	180	14.290
Passivos por impostos diferidos	37.390	60	12.838	-	1.399	51.687
Instrumentos representativos de capital	43.891	-	-	-	-	43.891
Outros passivos subordinados	218.540	-	-	-	-	218.540
Outros passivos	303.000	1.857	41.894	8.128	66.733	421.612
Total do Passivo	**13.240.316**	**296.079**	**831.787**	**10.527**	**509.489**	**14.888.198**

31-12-2010	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	95.173	6.607	6.228	-	10.726	118.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito	204.629	1.911	4.017	4.388	2.869	217.814
Activos financeiros detidos para negociação	96.153	3.594	361.164	-	400	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	357.259	-	31.739	-	4.510	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda	276.176	-	1.498	-	16.736	294.410
Aplicações em instituições de crédito	459.965	356	29.711	956	34	491.022
Crédito a clientes	10.955.140	157.292	619.913	203.419	270.490	12.206.254
Investimentos detidos até à maturidade	60.391	-	3.409	-	139	63.939
Activos com acordo de recompra	28.389	-	22.615	-	-	51.004
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	146.112	-	21.344	-	-	167.456
Propriedades de investimento	241.690	-	9.834	21.067	-	272.591
Outros activos tangíveis	242.867	5.470	17.039	293	4.288	269.957
Activos intangíveis	21.606	620	613	-	224	23.063
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	70.974	80.306	-	-	-	151.280
Activos por impostos correntes	10.187	-	16.917	-	-	27.104
Activos por impostos diferidos	36.358	5.351	30.619	139	230	72.697
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Outros activos	291.864	1.753	103.119	10.467	10.788	417.991
Total do Activo	**13.594.933**	**263.260**	**1.279.779**	**240.729**	**321.434**	**15.700.135**
Recursos de bancos centrais	1.938.147	-	-	-	-	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação	144.425	78	360	-	396	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.343	-	20.313	-	94.230	118.886
Recursos de outras instituições de crédito	1.136.169	-	140.521	120	10.069	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.032.755	437.256	35.919	-	334.120	7.840.050
Responsabilidades representadas por títulos	1.754.926	-	580.759	-	44.336	2.380.021
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	1.303	-	-	-	-	1.303
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Provisões	9.607	-	5.158	-	465	15.230
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	4.804	58	3.058	2.738	192	10.850
Passivos por impostos diferidos	28.518	-	1.696	-	1.997	32.211
Instrumentos representativos de capital	45.651	-	-	-	-	45.651
Outros passivos subordinados	268.178	-	-	-	-	268.178
Outros passivos	266.981	1.264	141.932	3.604	13.506	427.287
Total do Passivo	**12.635.807**	**438.656**	**929.716**	**6.462**	**499.311**	**14.509.952**

31-12-2011	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	203.034	6.653	54.006	8.834	4.748	277.275
Margem Financeira: Inter - Segmentos	10.305	(1.086)	(4.662)	(11.237)	6.680	-
Margem financeira	**213.339**	**5.567**	**49.344**	**(2.403)**	**11.428**	**277.275**
Rendimento de instrumentos de capital	377	-	331	-	45	753
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	110.844	882	22.987	2.344	2.639	139.696
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	17.666	-	-	875	2.481	21.022
Rendimento de serviços e comissões	128.510	882	22.987	3.219	5.120	160.718
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(19.846)	(547)	(7.163)	(393)	(1.383)	(29.332)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(10.026)	(114)	-	(1.221)	(4.007)	(15.368)
Encargos com serviços e comissões	(29.872)	(661)	(7.163)	(1.614)	(5.390)	(44.700)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(17.719)	1.041	20.871	(3.897)	(2.345)	(2.049)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(1.919)	(1)	-	-	(417)	(2.337)
Resultados de Reavaliação Cambial	5.278	235	(2.545)	(238)	524	3.254
Outros Resultados de Exploração	130.169	(386)	65.145	518	(1.896)	193.550
Produto da Actividade	**428.163**	**6.677**	**148.970**	**(4.415)**	**7.069**	**586.464**
Custos com Pessoal	(139.840)	(4.395)	(33.361)	(3.777)	(2.760)	(184.133)
Outros gastos administrativos	(124.467)	(3.648)	(33.191)	(2.183)	(3.334)	(166.823)
Amortizações do exercício	(31.650)	(691)	(2.711)	(28)	(466)	(35.546)
Provisões líquidas de anulações	(1.248)	-	(1.512)	-	(1.120)	(3.880)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(283.980)	(1.425)	(24.326)	(15.558)	(16.987)	(342.276)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(3.772)	-	-	-	1	(3.771)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(27.832)	-	-	-	-	(27.832)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	0
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	400	(2.953)	127	-	-	(2.426)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	**(184.226)**	**(6.435)**	**53.996**	**(25.961)**	**(17.597)**	**(180.223)**
	40.915	355	(17.560)	2.831	381	26.922
Correntes	(9.013)	-	(14.645)	-	(180)	(23.838)
Diferidos	49.928	355	(2.915)	2.831	561	50.760
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	**(143.311)**	**(6.080)**	**36.436**	**(23.130)**	**(17.216)**	**(153.301)**
Interesses que não controlam	(9.556)	192	(522)	2.392	(788)	(8.282)
Resultado do Exercício	**(152.867)**	**(5.888)**	**35.914**	**(20.738)**	**(18.004)**	**(161.583)**

31-12-2010	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	265.236	2.286	67.928	9.430	3.252	348.132
Margem Financeira: Inter - Segmentos	1.212	2.035	(5.022)	(6.854)	8.629	0
Margem financeira	**266.448**	**4.321**	**62.906**	**2.576**	**11.881**	**348.132**
Rendimento de instrumentos de capital	813	-	-	-	92	905
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	111.804	446	25.243	4.093	3.632	145.218
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	10.529	-	-	1.144	3.058	14.731
Rendimento de serviços e comissões	122.333	446	25.243	5.237	6.690	159.949
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(17.866)	(245)	(3.496)	(220)	(1.316)	(23.143)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(8.579)	(34)	-	(3.844)	(2)	(12.459)
Encargos com serviços e comissões	(26.445)	(279)	(3.496)	(4.064)	(1.318)	(35.602)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(1.339)	68	(493)	2	2.214	452
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	1.078	12.052	-	-	-	13.130
Resultados de Reavaliação Cambial	6.581	530	3.304	(152)	515	10.778
Outros Resultados de Exploração	65.625	(377)	(9.429)	3.366	(4.721)	54.464
Produto da Actividade	**434.281**	**16.761**	**78.035**	**6.965**	**15.261**	**551.303**
Custos com Pessoal	(138.917)	(3.758)	(34.283)	(3.305)	(3.711)	(183.974)
Outros gastos administrativos	(103.384)	(3.830)	(32.709)	(2.232)	(2.021)	(144.176)
Amortizações do exercício	(33.014)	(613)	(2.924)	(56)	(720)	(37.327)
Provisões líquidas de anulações	1.121	-	-	-	-	1.121
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(98.819)	(670)	461	(2.635)	(6.281)	(107.944)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(286)	(4.827)	-	-	-	(5.113)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(2.956)	(8.735)	-	-	(314)	(12.005)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	2.109	(6.148)	-	-	-	(4.039)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	**60.135**	**(11.820)**	**8.580**	**(1.263)**	**2.214**	**57.846**
	(13.675)	1.446	(173)	(1)	(1.501)	(13.904)
Correntes	(7.715)	-	(5.115)	-	(192)	(13.022)
Diferidos	(5.960)	1.446	4.942	(1)	(1.309)	(882)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	**46.460**	**(10.374)**	**8.407**	**(1.264)**	**713**	**43.942**
Interesses que não controlam	(8.987)	784	(334)	(121)	(926)	(9.584)
Resultado do Exercício	**37.473**	**(9.590)**	**8.073**	**(1.385)**	**(213)**	**34.358**

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Caixa	49.356	57.923
Depósitos à ordem em Banco Centrais	238.720	60.490
Juros de disponibilidades	2	321
	288.078	118.734

Os depósitos à ordem em Bancos Centrais incluem o montante de 221.865 milhares de euros, que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa no Banco de Portugal. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Cheques a cobrar		
No país	22.282	26.759
No estrangeiro	521	106
Depósito à ordem		
No país	3.169	13.125
No estrangeiro	102.553	123.906
Outros	55.244	53.918
	183.769	217.814

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País, em 31 de Dezembro de 2011, foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2012.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	77.652	115.023
Instrumentos de dívida	144.869	280.930
Instrumentos de capital	34.093	65.358
	256.614	461.311

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

A carteira de títulos de negociação em 31 de Dezembro de 2011 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos e a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida			
NTN-B	24.850	896	22.255
NTN-B	20.022	900	18.014
DEBENTURES - TRISUL	30.000.000	78,86%	9.793
LETRAS DO TESOURO NACIONAL	23.552.000	95,26%	9.287
CCB POS T - SMI	20.302.275	106,74%	8.970
NTN-F	15.000	434	6.506
NTN-B	6.000	909	5.456
RENTIPAR SEGUROS SGPS SA - 4.75%	5.000.000	100,00%	5.000
NTN-F	10.000	434	4.338
BANCO COMERCIAL PORTUGUES - 3.625%	4.000.000	100,00%	4.000
NTN-B	4.200	895	3.761
PORTUGAL TELECOM INT. FIN - 3.75%	3.000.000	99,56%	2.987
NTN-B	2.970	909	2.701
BANCO ESPIRITO SANTO (BESPL) - 3.75%	2.300.000	99,95%	2.299
NTN-F	5.000	418	2.089
TESOURO	2.220.000	220,26%	2.024
EDP - 4.25%	2.000.000	99,32%	1.986
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL 3.25%	2.000.000	96,01%	1.920
BOV 4.8% 2018	1.900.000	100,78%	1.915
NTN-B	2.056	900	1.850
CXA GERAL DE DEPOSITOS 3.625%	2.100.000	83,50%	1.754
BANCO ESPIRITO SANTO (BESPL) - FLOAT	1.700.000	99,26%	1.687
PETROBRAS INTL FINANCE CO	1.925.000	106,88%	1.628
BPI SA FLOATING	1.500.000	99,80%	1.497
BANCO SANTANDER TOTTA SA 3.75%	1.450.000	99,15%	1.438
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO	410	2.078	852
LETRAS DO TESOURO NACIONAL	2.194.000	86,39%	784

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
BANCO SAFRA SA 3 1/2 05/14	1.000.000	99,75%	774
TELEMAR N LESTE SA 5 1/2 10/20	963.000	99,00%	744
LFT	300	2.077	623
MGS - 5.25%	588.900	101,78%	599
ITAU UNIBANCO HLDG SA/KY 01/21	688.000	101,25%	552
CIA SEG ACORES SA 17/12/2017	685.000	78,00%	535
BANCO BRASIL (CI) BANBRA4 1/2 01/16	500.000	98,60%	514
SANEAMENTO BASIC SABESP6 1/4 20-18	600.000	102,75%	478
FED REPUBLIC OF BRASIL	478.000	119,25%	450
REDE EMPRESAS DE ENERCIA 04/02/2049	659.000	83,00%	437
BR PROPERTIES SA BRPRSA9 12/49-15	530.000	100,00%	418
MORGAN ST & CO MS11 1/2 10/22/20	1.000.000	95,75%	405
BANCO FIBRA SA 5 7/8 05/14	500.000	100,50%	403
PETROBRAS INTL FINANCE 12/18	425.000	121,50%	401
FIMBANK 4.25%	401.500	99,78%	401
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	360.000	127,47%	365
GOL FINANCE	520.000	81,00%	334
SANTANDER BRASIL 4 1/2 10/15	440.000	97,25%	334
CCL FINANCE LTD 9 1/2 08/14	356.000	112,00%	318
PETROBRAS INTL FINANCE CO 01/40	343.000	115,41%	314
PETROLEOS MEXICANOS	275.000	104,19%	301
REPUBLIC OF BRAZIL 01/10/2028	565.000	114,50%	279
ENERGIPE Y SAELPA 07/19/13	292.000	108,00%	254
4.8% BANK OF VALLETTA PLC SUB BONDS 2020	248.400	100,26%	249
CENT ELET BRASIL 5 3/4 10/21	300.000	104,38%	244
EMBRAER OVERSEAS LTD 01/17	280.000	108,00%	240
BANCO DO NORDEST NORBRA3 5/8 11/15	310.000	99,50%	240
BANCO ABC-BRASIL SA 7 7/8 04/20	304.000	97,00%	232
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	250.000	106,50%	213
BANCO BRADESCO SA 04/15/14	195.000	106,74%	211
FED REPUBLIC OF BRASIL 27	161.000	166,50%	209
BANQUE SAFRA LUX 10 01/15	470.000	100,25%	205
VALE OVERSEAS LIMITED 11/39	185.000	113,71%	164
AMBEV INTL FINANCE CO 9 1/2 07/17	350.000	105,00%	158
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	185.000	109,75%	157
BANCO BRADESCO CAYMAN 4 1/8 05/16	200.000	101,25%	157
BANCO PACTUAL/KY 4 7/8 07/16	200.000	98,75%	156
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	250.000	79,00%	153
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	160.000	111,00%	139
BANCO NAC DESENV ECON 09/17	137.000	98,53%	137
BANCO BMG8 04/15/18	200.000	86,00%	136
FED REPUBLIC OF BRASIL	200.000	117,70%	135
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA 07/19	149.000	113,50%	134
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	150.000	113,07%	132
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 5/8 49-15	170.000	100,50%	132

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
PETROLEOS MEXICA PEMEX 4 7/8 03/15	150.000	106,50%	125
ITAU UNIBANCO HOLDING SA 04/15/20	150.000	105,00%	123
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 04/21/20	145.000	107,25%	122
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 01/15	150.000	103,25%	122
RENTIPAR FINANCEIRA SGPS SA	134.000	91,00%	122
CSN ISLANDS XII 7 12/23/49	161.000	96,50%	120
BANCO BRASL 3 7/8 01/17	150.000	98,75%	114
BANCO VOTORANTIM NASSAU 04/10/2014	250.000	103,00%	109
BANCO BMG SA	145.000	93,75%	107
BANCO DO BRASIL 5 3/8 01/21	132.000	100,38%	105
FED REPUBLIC OF BRASIL	108.000	118,50%	101
HSBC BANK MALTA PLC 4.6% - 01/02/2017	92.325	101,63%	94
NTN-B	100	900	90
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	105.000	106,05%	88
SADIA OVERSEAS LTD 05/24/2017	100.000	107,00%	83
GLOBO COMUNICACOES PART 6 1/4 49-15	100.000	104,75%	82
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	82.000	92,75%	80
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 03/15	100.000	102,00%	80
BANCO DAYCOVAL SA 03/15	100.000	100,00%	79
BANCO FIBRA SA	100.000	99,50%	78
BANCO PANAMERICANO 5 1/2 08/15	100.000	99,25%	78
BANCO BMG 9.1501/15/2016	100.000	95,00%	77
OGX PETROLEO E G 8 1/2 06/18	100.000	98,38%	77
BRASIL TELECOM 9 3/4 09/16	185.000	98,00%	77
PETROBRAS INTL FINANCE	80.000	119,47%	75
COSAN OVERSEAS COSAN 8 1/4 49-15	90.000	100,38%	71
ENERGISA SA ENGIBZ9 1/2 01/49	85.000	103,75%	69
CSN ISLANDS IX CORP	77.000	109,30%	68
BANCO MERCANT DO BRASIL 05/08/2012	235.000	100,25%	61
BANCO IND E COM BIC5 1/4 10/25/15	80.000	95,50%	60
FED REPUBLIC OF BRASIL 03/30	39.000	190,0%	58
BANCO VOTORANTIM 6 1/4 05/16	135.000	102,00%	57
BRASKEM FINANCE SA	65.000	111,00%	56
ODEBRECHT VIII/I ODEBRE6.35 21-20	70.000	103,00%	56
FED REPUBLIC OF BRAZIL 06/13	62.000	113,50%	55
PETROBRAS INTL FIN CO 03/01/2018	60.000	109,79%	52
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 10/49	50.000	116,00%	45
ANHEUSER-BUSCH ABIBB 9 3/4 11/15	100.000	105,50%	44
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	46.000	111,25%	40
BANCO MERCANT DO BRASIL 9 5/8 07/20	49.000	100,75%	40
PETROBRAS INTL PETBRA 3 7/8 01/16	50.000	102,95%	40
BANCO BRASL 5 7/8 01/22	50.000	100,65%	40
COSAN FINANCE LTD 02/01/2017	45.000	108,50%	39
MIDI PLC BOND 7% 2016 - 2018	38.000	101,61%	39
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 1/2 49-15	50.000	97,50%	38

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
FIMBANK 4.25%	38.622	99,57%	38
BANCO BMG SA 6 1/2 03/14	48.000	92,00%	35
BANCO SAFRA SA (CAYMAN) 04/03/2017	80.000	99,50%	34
FED REPUBLIC OF BRASIL	28.000	139,75%	31
CSN ISLANDS VIII CORP	35.000	112,29%	30
5.35% BANK OF VALLETTA PLC SUB BONDS 2019	29.100	102,97%	30
BANCO CRUZEIRO 8 1/2 02/15	40.000	74,00%	24
CIMENTO TUPI SA 9 3/4 05/18	30.000	102,00%	24
BANCO CRUZEIRO DO SUL SA 02/15	50.000	57,50%	23
PETROBRAS INTL FINANCE	25.000	113,13%	22
BANCO VOTORANTIM 5 1/4 02/16	27.000	101,00%	21
BANCO PANAMERICANO SA 7 10/26/12	25.000	102,75%	20
BRASKEM FIN LTD BRASKM7 3/8 12/49	25.000	99,50%	20
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	20.000	114,25%	18
MIDI PLC BOND 7%	17.506	101,34%	18
FED REPUBLIC OF BRAZIL 08/40	11.000	132,75%	12
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	25.000	105,50%	11
LFT	5	2.000	10
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	10.000	112,79%	9
MORGAN STANLEY 05/03/2017	22.000	91,25%	8
ODEBRECHT FINANCE LTD 10/18/2017	9.000	108,00%	8
EMBRAER OVERSEAS LTD 6 3/8 01/20	9.000	107,10%	8
CSN RESOURCES SA 6 1/2 07/20	10.000	104,25%	8
PEMEX PROJ FDG MASTER TR 03/01/2018	8.000	110,00%	7
GERDAU HOLDINGS INC	8.000	105,25%	7
			144.869

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Capital			
FIP Real Estate Brasil	3.678	5.555,2	20.433
COTAS DE FDO. EM DIREITOS CRÉDITÓRIOS	6.240.000	1,0	6.240
MULTI FUND REALTY ZZ	1	3.018.973,6	3.019
MULTI FUND REALTY CO	1	2.319.734,9	2.320
FIDC ODEBRECHT - CNO	2.000.000	0,4	888
MILLENNIUM - TIBR6	14.100.000	0,1	759
COTAS MAESTRO FIM	719.053	0,6	429
CIPAN	5.000	1,0	5
IMPRESA SGPS	100	0,5	-
PARMALAT FINANZIARIA SPA	30.000	0,0	-
OCEAN RIG UDW	1	12,2	-
AMERICAN INTERNATIONAL - CW 21	1	5,5	-
			34.093

Instrumentos de dívida no montante de 5.859 milhares de euros encontram-se a caucionar operações de *Repos's.*

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos de capital	78.423	233.306
Instrumentos de dívida	125.223	160.202
	203.646	393.508

A carteira de títulos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2011 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos, a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida			
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	43.400.000	97,00%	43.278
RENTIPAR SEGUROS 2015	28.500.000	100,00%	28.710
EURO INVEST SERIE 12 2011/2014 (EUR)	22.486.000	100,00%	22.495
RENTIPAR 2008/2012	12.342.500	100,00%	12.343
EURO INVEST SERIE 13 2011/2014 (USD)	9.078.000	100,00%	7.018
CDB	14.503	100,00%	6.003
AÇOREANA TX VR DEZ17	2.452.000	100,00%	2.455
REP ANGOLA FLT 15NOV2012 (USD)	2.450.000	100,00%	1.902
OT-5% 15 JUNHO/2012	240.000	95,49%	230
PORTB 0 03/23/12	100.000	98,89%	98
US TREASURY 0.375 12	116.000	100,18%	89
SPGB 3.25 04/16	67.000	96,19%	65
PGB 4 3/8 06/16/14 JUN	80.000	77,64%	64
BOTS 0% 11/15/12	58.000	96,76%	56
PORTB 0 05/18/12	56.000	97,92%	54
ISPIM 2.625 12/12	50.000	97,31%	48
BBVASM FLOAT 01/13	45.000	96,77%	43
SANTAN FLOAT 01/13	45.000	96,50%	43
BCP FINANCE 02/12	40.000	98,31%	40
BESPL FLOAT 03/12	40.000	98,25%	40
TELEFONICA 4.967% 16	40.000	100,29%	40
UCGIM FLOAT 07/12	40.000	98,84%	40
BOTS 0% 05/31/12	35.000	98,68%	35
BRCORO 4.797% 13	40.000	85,00%	34
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5,45	1	85,00%	-
			125.223

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Capital			
APLICAÇÃOURBANAXIV,SA	615.000	30,2	18.577
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	3.485,0	4.189	14.597
MIAMI RIVER	1,0	8.810.573	8.811
AVIVA CENT EUROP FUN	6.749.682	0,9	5.805
NEW ENERGY FUND	213,0	24.239	5.163
PORTO NOVO F.I.I.F.	41.575,0	99	4.122
BANIF MULTI-FUND GLOBAL REAL ESTATE	31.690,0	113	3.577
GCC LISBOA - GESTÃO DE CEN. COMERCIAIS, SA	135.000	18,8	2.542
PREFF-PAN EURO R EST	29.750	82,9	2.466
GED SUR FCR-CL B	49.900,0	46	2.303
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII (CL B)	40.000,0	57	2.273
JPM GREATER CHINA	187.715.162	0,0	1.560
FINE ART FUND	18.170	67,2	1.221
B.EURO ACCOES	659.360	1,5	970
BANIF GLOBAL PRIVATE EQUITY F - FCR	1.000.000,0	1	642
HOZAR PORTUGAL SA	502.391	1,2	610
COMPªQUINTAS SGPS SA	360.000	1,5	530
DB GLOB MAST SER4-05	2.408	128,1	309
DB GLOB MAST L 07/07	2.824	94,9	268
PORTUGAL VENTURE CAPITAL INITIATIVE	249.750	1,0	248
PICTET EASTERN EUR R	734	277,3	204
GREFF- EURO R EST A	2.541	76,9	195
RAIFF EASTER EURO EQ	757	248,4	188
SCHRODER CONVERG EUR	10.010	16,5	165
FRANKLIN MUTUAL BEAC	7.348	18,1	133
BELM RX SPC FI DEC08	1.909	62,3	119
PICTET US EQUI SEL R	1.151	86,0	99
DWS RUSSIA	531	178,6	95
FIDELITY AMERIC USD	18.340	3,7	68
LYXOR ETF EAST EUROP	4.600	14,8	68
ENACOL-EMP. NAC. COMBUSTÍVEIS	59.000	1,0	59
INAPA - INV. PART. GESTÃO	416.372	0,1	59
MELLON GLOBAL FUND	47.528	1,2	56
B.EURO TESOURARIA	4.878	7,6	37
ALLIANZ RCM US EQ.US	450	82,2	37
VISA	36.000	1,0	36
BANIF IBERIA	6.883	5,0	34
FRANKLIN MUTUAL BEAC	1.456	18,5	27
PICTET US EQUI SEL R	289	86,4	25
JP MORGAN EUROP PROP	4	5.553,3	22
AXA WORLD FUND "A"	245	77,5	19
ALLIANZ RCM EU EQ AT	112	158,3	18
WESTAM-EU HIGH YIE B	846	17,4	15

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
DWS EURO CORP HIGH	346	32,1	11
PICTET EUR HIGH YIEL	75	151,6	11
GED SUR FCR-CL A	100,0	46	5
FCP	11.446	0,5	5
SCHRODER EMERG MKT	545	7,3	4
SPDR TRUST SERIES 1	40	100,0	4
LYXOR ETF MSCI EMERG	530	7,0	4
DAX EX	70	54,0	4
PICTET EMERGING MKTS	7	445,8	3
MARINA PALMS	1,0	0	-
PROSHARES SHORT S&P	0	40,3	-
			78.423

Conforme política contabilística apresentada na Nota 3.6, o Grupo classifica na carteira de títulos de "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" as participações em fundos de investimento superiores a 20% e que não detenha o controlo, quando detidos através de fundos de investimento, de capital de risco ou de bancos, atendendo às características destas operações (*seed capital*).

O montante de 64 milhares de euros de Obrigações do Tesouro correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos.

Obrigações do Tesouro no montante de 43.867 milhares de euros estão utilizadas como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos de dívida	488.187	275.314
Instrumentos de capital	80.991	23.215
Imparidade	(941)	-
Imparidade	(6.749)	(4.119)
	561.488	294.410

A carteira de títulos disponíveis para venda tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2011:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
Instrumentos de dívida			
BILHETES DO TESOURO 20JAN2012	175.000.000	174.650	-
BILHETES DO TESOURO 20ABR2012	75.000.000	73.971	-
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	20.500.000	20.442	-
OBRIG. TESOURO 09/14JUN2019 4,75%	33.750.000	19.498	-
PGB 3,35 10/15/15	19.670.000	13.890	-
OBRIGACOES DO TESOURO 4.8 06/15/20	24.655.000	13.797	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO CABOVERDIANO	9.698	9.699	-
NTN-F	20.500	8.722	-
NTN-F	20.000	8.357	-
NTN-F	19.500	8.297	-
OBRIGACOES DO TESOURO 6.4 02/15/16	9.370.000	7.297	-
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	10.000.000	7.018	-
BCP 3,625% 19JAN2012	5.000.000	5.156	-
OBRIG. TESOURO SETEMBRO 1998/2013	5.787.980	5.121	-
CAJAMADRID 4,25% FEV 14	5.000.000	5.071	-
RENTIPAR SEGUROS 2010/2015	5.000.000	5.000	-
BANCO BPI SA 01/12	5.000.000	4.922	-
NTN-F	11.000	4.597	-
BARCLAYS BANK PLC 01/17	4.500.000	4.594	-
NTN-B	5.000	4.499	-
CGD 3,625% JUL14	5.000.000	4.160	-
BES 5,625% 5JUN2014	5.000.000	4.138	-
BCP 4,75% OUT14	5.000.000	4.009	-
CGD 5,125% FEV14	3.750.000	3.543	-
GE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	3.250.000	3.518	-
VODAFONE GROUP PLC 01/22	3.000.000	3.438	-
CAIXA GERAL DEPO 5 1/8 02/14	3.250.000	3.069	-
PORTUGUESE OT'S 4.35 10/16/17	5.000.000	2.966	-
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	2.500.000	2.756	-
EDP FINANCE BV 3 1/4 03/15	3.000.000	2.537	-
LLOYDS BANK TSB BANK PLC 5 3/8	2.500.000	2.418	-
NTN-B	2.600	2.364	-
CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/19	5.000.000	2.343	-
BK IRLAND 4 4,625% SET14	2.500.000	2.156	-
BANO ESPRITO SANTO 3 3/4 01/12	2.050.000	2.118	-
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN 07/13/22	2.000.000	2.095	-
GOLDMAN SACHS GROUP INC 03/17	2.000.000	1.925	-
TELEFONICA EMISIONES SAU	2.000.000	1.852	-
INTESA SANPAOLO SPA	2.000.000	1.761	-
NTN-F	4.000	1.671	-
DAIMLER AG 4 1/8 01/17	1.500.000	1.652	-
VALE SA	1.500.000	1.577	-
RENTIPAR 2008/2012	1.450.000	1.450	-
VOTO VOTORANTIM LDA 04/17	1.200.000	1.232	-

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	1.050.000	1.072	-
GRÉCIA 4,3% MAR 12	2.000.000	1.047	(941)
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	1.000.000	1.037	-
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 01/15	1.000.000	1.018	-
ENI SPA 4 06/29/20	1.000.000	987	-
BANCO BPI SA 3 07/17/12	1.000.000	979	-
GAS NATURAL CAPITAL 4 1/8 01/18	1.000.000	972	-
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	950.000	970	-
GOLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	1.000.000	938	-
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	1.000.000	887	-
AREVA SA 3 1/2 03/21	1.000.000	853	-
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	1.000.000	848	-
TELECOM ITALIA SPA 5 1/4 02/22	1.000.000	845	-
CAIXA GERAL DEPO 8 09/28/15 EMTN	882.000	783	-
GLENCORE FINANCE EUROPE	750.000	781	-
MGS - 5.25% (AFS)	661	661	-
BES INVESTIMENTO BRASIL 5 5/8 03/15	800.000	579	-
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	500.000	566	-
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	500.000	510	-
VIVENDI 4 7/8 12/19	500.000	510	-
SCHNEIDER ELECTRIC SA 3 5/8 07/20	500.000	510	-
KONINKLIJKE KPN NV 3 3/4 09/21/20	500.000	502	-
GAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 11/16	500.000	491	-
ABERTIS INFRAESTRUCTURAS 10/16	500.000	482	-
TELEFONICA EMISIONES SAU 3.661 17	500.000	460	-
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	500.000	452	-
RECOVERY UNITS-BTA BANK 0% JUL20	11.664.749	451	-
MORGAN STANLEY 5 3/8 08/10/20	500.000	447	-
AÇOREANA TX VR DEZ 17	345.000	345	-
UK BOND UKT 4 3/4 09-07-2015	170.000	237	-
PGB 3,35 10/15/15	330.000	233	-
GERMAN BOND OBL 1 3/4 10-09-2015	200.000	210	-
NTN-B	100	90	-
NTN-B	50	45	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO - JUN 02/12	29.350	29	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO - SET 98/13	22.000	24	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO - ABR 05/21	6.500	18	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO 05/15ABR2021	8.000	12	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO - JUN 03/14	10.000	10	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO 05/JUN/2012	6.000	9	-
		487.246	(941)

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
Instrumentos de capital			
LDI DESENV IMOBILIÁRIO	13.317.262	33.622	-
FUNDO FCR	20.000	12.238	-
FOMENTINVEST	4.616.924	6.734	-
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	82	3.688	-
ASCENDI BEIRAS	70.775	3.312	-
ASCENDI NORTE	118.169	1.655	-
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND CLASS1	300.000	1.605	-
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	1.543.012	1.327	-
HABIPREDE SA	5.000	1.250	-
FINE ART FUND (CP)	12.645	1.077	-
PREFF-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	12.750	1.071	-
CORKFOC	271.188	933	(423)
UNICRE, SA	35.076	916	-
TÍT.RENDA VARIÁVEL-AÇÕES MILLENIUM	14.300.000	769	-
KALOUMA HOLDINGS LTD	143	722	-
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	3.000	640	-
WIL	603.750	600	-
SIBS,SA	103.436	445	-
FINANGEST	526	355	(180)
IMOVALOR	19.890	281	-
DIDIER & QUEIROZ, S.A.	50.000	148	(2)
SOGEO - SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES, SA.	24.529	122	-
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII, SA	10.125	120	-
LUSITANIA SEGUROS	476	99	(129)
SITA-SOC. INDUST. TINTAS, SA	97.000	97	-
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	15	83	-
VISA CLASS C	2.533	68	-
COMPANHIS DAS QUINTAS SGPS, S.A.	34.317	51	(121)
ACÇÕES SISP	91.000	51	(40)
NORMA-AÇORES - SOC.ESTUD.APOIO DESENV. REG.	10.000	50	-
GED SUR CAPITAL S.A., SGECR	30.000	25	-
NOVA COMPANHIA GRANDE HOTEL	50.300	23	(162)
BTA BANK JSC - GDR'S	27.324	21	-
S.W.I.F.T.	14	11	-
TRANSINSULAR (AÇORES) - TRASP. MARITI. INSUL.	2.000	11	-
PRETÓRIA LDA	5.736	6	-
NYSE EURONEXT - US6294911010	201	4	-
CEIM, LDA	800	4	-
FLIPTREL PORTUGAL SGPS	2.500	3	-
BELMONT RX SPC FI DEC08	12	1	-
GARVAL	500	1	-
LISGARANTE	500	1	-
NORGARANTE	500	1	-

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
FLIPTREL II SA	577	1	-
BELMONT RX SPC FI SEP08	2	-	-
OPUS CREDIT SP1 NOV08	1	-	-
OPUS CREDIT SP2 DEC08	3	-	-
DB GLOBAL MASTERS FUND-V 13-07	4	-	-
OPUS CREDIT SP LIMITED	3	-	-
BEIRA VOUGA	20.317	-	(10)
BEIRA VOUGA ACÇÕES PREFERENCIAIS	21.500	-	(10)
COLISEU MICAELENSE, S A	83	-	-
MACEDO & COELHO	188	-	-
SC BRAGA SAD	20	-	-
TEATRO MICAELENSE, S A	83	-	-
ACT - C -INDÚSTRIA DE CORTIÇAS, S.A	170.410	-	(852)
SUBERCOR	28.137	-	(141)
VINOCOR	156.421	-	(782)
VNCORK	801	-	-
TAEM SGPS	125	-	-
PAN ATLANTICA	950.000	-	(589)
ASCENDI OPERADORA BLA	139	-	-
ASCENDI OPERADORA NT	210	-	-
AÇORLINE	3.280	-	(3.308)
		74.242	**(6.749)**

O movimento da imparidade de activos financeiros disponíveis para venda, durante o exercício de 2011, é apresentado na Nota 42.

O montante de 12.510 milhares de euros de Obrigações do tesouro correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos e o Sistema de Indemnização.

Títulos no montante de 369.271 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE e crédito intradiário junto do Banco de Portugal, conforme Nota 23.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇOES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Mercado monetário interbancário	-	250.000
Operações de compra com acordo de revenda		
No país	499.952	-
No estrangeiro	3.338	-
Depósitos		
No país	23.429	2.988
No estrangeiro	93.598	175.323
Empréstimos		
No país	-	-
No estrangeiro	3.332	20.784
Aplicações a muito curto prazo		
No país	-	-
No estrangeiro	17.978	40.425
Outros	7.044	1.502
Total	648.671	491.022

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas de Crédito	31-12-2011	31-12-2010
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	1.587.583	1.858.327
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	185.865	281.340
Empréstimos	2.591.433	2.616.700
Descobertos	75.157	90.604
Factoring	182.273	172.284
Locação Financeira	327.180	389.884
Outros	189.422	331.172
Crédito a Particulares		
Habitação	3.387.901	3.369.796
Consumo	925.414	1.064.837
Outras finalidades		
Empréstimos	641.317	668.146
Contas Correntes	166.529	201.571
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	10.675	17.877
Locação financeira	18.887	91.959
Descobertos	45.781	54.256
Outros	193.262	244.609
Outros créditos e valores a receber (titulados)	273.932	440.737
Crédito e juros vencidos	1.064.469	831.401
Rendimentos a receber	94.854	91.012
Despesas com rendimento diferido	-	-
Receitas com rendimento diferido	(13.089)	(15.401)
Imparidade em Crédito Concedido	(813.531)	(594.857)
Total	11.135.315	12.206.254

Dos empréstimos a empresas, o montante de 94 milhões de euros está a ser utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 23.

A rubrica "Outros créditos e valores a receber" inclui 29.622 milhares de títulos de dívida, dos quais o montante de 1.102 milhares de euros estão utilizado como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

A rubrica "Crédito e juros vencidos" inclui prestações vencidas à mais de 90 dias. As prestações vencidas entre 30 dias e 90 dias correspondem a 195.192 milhares de euros (184.549 milhares de euros em 2010).

A rubrica de crédito a clientes inclui o montante de 4.415.156 milhares de euros de créditos objecto de securitização.

O crédito relativo à locação financeira é o seguinte:

	31-12-2011	31-12-2010
Rendas e valores residuais Vincendos:		
Até 1 ano	26.151	53.890
De 1 ano até 5 anos	199.877	260.972
Mais de 5 anos	254.180	253.848
	480.208	**568.710**
Juros vincendos :		
Até 1 ano	1.476	7.930
De 1 ano até 5 anos	13.240	23.406
Mais de 5 anos	50.778	55.531
	65.494	**86.867**
Capital vincendo		
Até 1 ano	24.630	45.961
De 1 ano até 5 anos	185.121	237.565
Mais de 5 anos	195.451	198.317
	405.202	**481.843**

Valores residuais não garantidos que acresçam ao benefício do locador: 20.602 milhares de euros.
As rendas e valores residuais vincendos representam o valor mínimo de locação a receber.

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

Nome	Quant.	valor balanço	valor mercado
GRANITE MORTGAGE PLC	1.000.000	986	1.041
GRANITE MORTGAGE PLC	2.000.000	748	789
HARBOURMASTER CLO	500.000	4.691	3.595
		6.425	5.425

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto positivo de 846 milhares de euros no resultado do exercício de 2011.

Conforme disposto na IFRS 7, os títulos estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado (nível 3).
Não foram registadas perdas por imparidade em títulos de dívida classificados nesta rubrica.

13. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos de dívida	53.706	63.939
Imparidade	(200)	-
	53.506	63.939

Títulos no montante de 30.338 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

Instrumentos de dívida no montante de 5.658 milhares de euros encontram-se a caucionar operações de *Repos's.*

A carteira de títulos de investimentos detidos até à maturidade tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2011:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
Instrumentos de dívida			
FIDIC.Fdo de Invto em Direitos Creditórios	9.847.000	9.847	-
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	8.000.000	8.210	-
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.749	-
PORTUGAL TEL INT FIN	3.900.000	3.922	-
Certificado Depósito Bancário	9.018.036	3.710	-
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.951	-
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	2.400.000	2.560	-
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.557	-
CRITERIA CAIXACORP SA	2.500.000	2.556	-
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.524	-
BRISA CONCESSAO BRCORO 4.797 13	2.500.000	2.471	-
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.470	-
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	1.500.000	1.646	-
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.449	-
NATIONAL BANK OF GREECE SA	1.000.000	748	(200)
TECNICIL IMOBILIÁRIA, SA	91	91	-
SOGEI-SOC. GEST. INVESTIMENTOS	45	45	-
		53.506	**(200)**

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

Nome	Quant.	valor balanço	valor mercado
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.524	2.518
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.557	2.547
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.951	2.838
CREDIT SUISSE USA 04/12/13	7.500.000	5.748	5.658
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.470	2.396
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.449	1.246
		17.699	17.203

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 110 milhares de euros no resultado do exercício de 2011.

Conforme disposto na IFRS 7, os títulos estão valorizados de acordo com cotações de mercado (nível 2).

14. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Os activos com Acordo de Recompra, cujo valor ascende a 72.347 milhares de euros (em 2010 o valor ascendia a 51.004 milhares de euros), correspondem a títulos adquiridos, sobre os quais existe o acordo de os revender por um preço pré-estabelecido, que estão registados no Banco Banif Brasil e Banif – Banco Internacional do Funchal.

Os títulos (colateral) apresentam a seguinte composição:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de dívida		
ESPIRITO SANTO PROPERTY	50.000.000	51.283
Letras do Tesouro Nacional - Brasil	10.195	4.020
Letras do Tesouro Nacional - Brasil	47.806	17.044
		72.347

15. DERIVADOS

Derivados de Negociação

Os instrumentos financeiros derivados, em que o Grupo é contraparte com as variações do justo valor reconhecidas por contrapartida de resultados, correspondentes aos seguintes tipos de instrumentos:

Descrição	Valores Nocionais	31-12-2011		31-12-2010	
		Justo Valor		Justo Valor	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbios					
Swap FX	1.639.866	7.323	79	2.172	6.949
Divisas	103.584	1.983	2.481	10.207	7.950
Contratos sobre taxas de juro					
Interest Rate Swaps	5.872.328	22.407	27.108	44.919	52.377
Contratos sobre crédito					
Credit Default Swap	200.800	41.931	46.716	54.783	68.406
Futuros e outras operações a prazo					
Operações a prazo divisas	65.291	4.008	4.008	2.942	1.222
	7.881.869	77.652	80.392	115.023	136.904

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço em rubricas separadas do Activo e do Passivo. O justo valor positivo é reconhecido em "Activos financeiros detidos para negociação" (Nota 8) e o justo valor negativo em "Passivos financeiros detidos para negociação" (Nota 24).

Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2011	31-12-2010
Activo		
Interest rate swaps	-	-
Passivo		
Interest rate swaps	130	1.303
	130	1.303

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de cash-flows ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras. O Grupo, à data

de 31 de Dezembro de 2011 e de acordo com os critérios contabilísticos aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa variável para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essas emissões.

O Grupo, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa (Cash flow hedge) e apresenta na sua carteira de derivados, swaps de taxa de juro, que estão a cobrir o risco de variações nos fluxos de caixa dos Recursos de outras instituições de crédito e Responsabilidades representadas por títulos.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. No exercício em análise está registado por contrapartida de Reservas de Reavaliação o montante de 1.351 milhares de euros (em 2010: 1.474 milhares de euros), correspondendo à parte efectiva do justo valor dos derivados de cobertura de *cash - flow*.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisadas como segue:

2011				
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Valor Mercado
Interest rate swaps	Empréstimos	Taxa de juro	15.000	(2)
Interest rate swaps	Obrigações	Taxa de juro	30.000	(97)
Interest rate swaps	Obrigações de securitização	Taxa de juro	8.654	(31)
			53.654	(130)
2010				
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Valor Mercado
Interest rate swaps	Bullets	Taxa de juro	35.000	(251)
Interest rate swaps	Obrigações	Taxa de juro	30.000	(776)
Interest rate swaps	Obrigações de securitização	Taxa de juro	27.329	(276)
			92.329	(1.303)

A análise da carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura por maturidades é a seguinte:

2011	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	17.333	(70)
De 1 ano até 5 anos	36.321	(60)
	53.654	(130)

2010	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	12.776	(129)
De 3 meses a 1 ano	34.553	(398)
De 1 ano até 5 anos	45.000	(776)
	92.329	(1.303)

Conforme disposto na IFRS 7, os derivados de cobertura estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado (nível 2) (Ver Nota 45).

16. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo liquído em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Movimento do exercício				Saldo liquído em 31-12-2011	Imparidade acumulada
			Aquisições	Alienações	Outros movimentos	Perdas de imparidade reconhecidas		
Imóveis e equipamentos	155.508	-	132.534	(15.866)	5.656	(10.154)	267.678	(14.879)
Participações	11.948	-		(11.948)	-	-	-	-
Total	167.456	-	132.534	(27.814)	5.656	(10.154)	267.678	(14.879)

No período em referência, as aquisições correspondem ao montante recuperado por meio de execução ou arrematação de garantias colaterais associadas a crédito concedido, correspondendo essencialmente a imóveis.

17. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Reavaliações	Alienações	Transferências			Diferenças de câmbio	Saldo em 31-12-2011
						Imóveis de serviço próprio	Activos detidos p/ venda	Outros activos		
Edifícios e terrenos	272.591	396.700	165.284	40.392	(40.087)	1.113	9.980	-	(1.947)	844.026
	272.591	396.700	165.284	40.392	(40.087)	1.113	9.980	-	(1.947)	844.026

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente

esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

As propriedades de investimento apresentam no exercício os seguintes valores:

- Rendimento de rendas: 21.137 milhares de euros
- Castos operacionais directos: 4.728 milhares de euros

Os imóveis temporariamente não arrendados elevam-se a 364.127 milhares de euros, sendo o montante de 70.841 milhares de euros referentes a imóveis recebidos por reembolso de crédito próprio.

18. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido na Nota 3.13, os imóveis de serviço próprio são registados pelo justo valor, actualizado de 3 em 3 anos. A última reavaliação foi efectuada com referência a 31/12/2009.

18.1 – Movimento ocorrido no período

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade do exercício	Alienações	Abates	Regularizações	Diferenças de cambio	Saldo líquido em 31-12-2011
			Aquisições	Reavaliações (líquido)								
Imóveis	149.927	122.033	2.815	-	(1.484)	(9.159)	-	(2.757)	(94)	-	(896)	260.385
Equipamento	31.053	-	2.670	-	(914)	(8.834)	-	(297)	(2.305)	(112)	(117)	21.144
Activos em locação operacional	77.171	-	7.333	-	(12.359)	(9.813)	(1.205)	(8.110)	-	(542)	-	52.475
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos tangíveis em curso	11.530	23.609	5.045	-	(7.080)	-	-	-	-	-	-	33.104
Outros activos tangíveis	276	-	93	-	2.408	(643)	-	-	(50)	- -		2.084
Total	269.957	145.642	17.956	-	(19.429)	(28.449)	(1.205)	(11.164)	(2.449)	(654)	(1.013)	369.192

O valor líquido dos imóveis, caso os mesmos estivessem contabilizados pelo método do custo, seria 242.090 milhares de euros.

18.2 – Activos fixos tangíveis em regime de locação operacional

Maturidade Residual	Valor Líquido	Pagamentos futuros em locação operacional não cancelável	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Inferior a 1 Ano	166	1	-
Entre 1 e 5 Anos	52.309	19.756	-
Superior a 5 Anos			-
	52.475	**19.757**	**-**

Os activos fixos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas.

19. GOODWILL E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Abates (líquido)	Abates	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 31-12-2011
Goodwill	2.933	-	-	-	-	-		-	-	2.933
Activos intangíveis em curso	14.613	-	3.794	(4.789)	-	-		-	-	13.618
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	4.461	-	7.065	5.001	(6.953)	-		-	327	9.901
Outros activos intangíveis	1.056	-	304	(212)	(144)	-		-	-	1.004
						-		-		
Total	23.063	-	11.163	-	(7.097)	-	-	-	327	27.456

A rubrica Goodwill corresponde às seguintes participações:

Relativamente a 31 de Dezembro de 2011, o Grupo realizou os seguintes testes de imparidade ao goodwill:

Para a sociedade Investaçor, SGPS, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 2.218 milhares de euros), e foi efectuado em 2011 uma actualização do mesmo. Em 2010 foi registado uma imparidade de 314 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows, tendo por base a análise prospectiva da actividade futura da empresa e dos seus negócios consubstanciada em projecções económicas e financeiras a médio e longo prazo (6 anos) e à determinação dos respectivos fluxos financeiros previsionais. Na avaliação, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- Taxa de inflação: 2,00% (2010: 2,00%)
- Taxa de rendimento real: 4,18% (2010: 3,00%)
- Taxa de risco: 3,07% (2010: 4,00%)
- Taxa de actualização: 9,53% (2010: 9,26%)
- Taxa de risco adicional (perpetuidade): 1,00% (2010: 1,00%)
- Taxa de capitalização: 8,45% (2010: 8,19%)

- Para a sociedade Banco Caboverdiano de Negócios, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 872 milhares de euros em 2007 e 215 milhares de euros referentes à aquisição em 2008 de 5,7%), e foi efectuado em 2011 uma actualização do mesmo. Em 2010 foi registada uma imparidade de 57 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado

o método Discounted Cash-Flows. Na avaliação, de 2011, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- Euro Risk free Rate (Rf): 3,00% (2010: 3,21%)
- Mature Market Risk Premium (Rm - Rf): 6,00% (2010: 5,50%)
- Country Rating B1, Default spread: 4,00% (2010: 4,50%)
- Relative Volatility Equity vs Fixed Income Markets: 1,5 (2010: 1,5)
- Adjusted Risk Premium: 12,00% (2010: 12,25%)
- Implied KE: 15,60% (2010: 16,66%)
- Perpetual growth rate: 3,00% (2010: 3,00%)
- Período de análise considerado foi de 6 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comummente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

No exercício de 2011 não foram registas perdas por imparidade em activos intangíveis.

20. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Investimentos em Associadas apresenta a seguinte composição:

					31-12-2011				
Nome da Sociedade	Sede Social	Actividade principal	Detentor de capital	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Avenida Barbosa du Bocage, 85	Seguradora	Banif - SGPS, SA	47,69%	63.277	834	132.687	795	379
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe , 2 Villanuea de la Serena, Badajoz	Banca	Banif - SGPS, SA	33,32%	27.838	27.449	83.549	5.117	1.705
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11 Barcelona	Banca	Banif - SGPS, SA	28,66%	2.121	-	7.400	(16.335)	(4.682)
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 9 Villanueva de la Serena	Imobiliário	Banif - SGPS, SA	33,33%	2.602	-	7.807	72	24
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos - SGPS, SA	25,00%	-	-	(1.030)	(90)	(23)
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Investimentos	Banif - Banco de Investimento, SA	25,00%	1.251	-	5.005	181	45
Pedidos Liz	Portugal	Fundo de Investimento	Imogest	33,10%	1	-	2	(4)	(1)
Centaurus Reality Goup	São Paulo - Brasil	Imobiliário	Banif Holding (Malta) Banif International Holdings	43,45%	30.297	-	70.225	-	127
					127.387	28.283	305.645	(10.264)	(2.426)

					31-12-2010				
Nome da Sociedade	Sede Social	Actividade principal	Detentor de capital	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Avenida Barbosa du Bocage, 85	Seguradora	Banif - SGPS, SA	47,69%	64.017	834	134.239	4.438	2.116
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe , 2 Villanuea de la Serena, Badajoz	Banca	Banif - SGPS, SA	33,32%	27.963	27.449	83.922	5.761	1.920
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11 Barcelona	Banca	Banif - SGPS, SA	27,50%	6.903	7.067	25.101	(29.474)	(8.105)
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 9 Villanueva de la Serena	Imobiliário	Banif - SGPS, SA	33,33%	2.589	-	7.766	112	37
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos - SGPS, SA	25,00%	-	-	(941)	(46)	(11)
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Investimentos	Banif - Banco de Investimento, SA	25,00%	1.338	-	5.351	(254)	(63)
Pedidos Liz	Portugal	Fundo de Investimento	Imogest	31,30%	2	-	6	(2)	(1)
Centaurus Reality Goup	São Paulo - Brasil	Imobiliário	Banif Holding (Malta) Banif International Holdings	10,71%	12.036	-	29.602	(30)	-
Banif Europa Leste	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Fundo de Investimento	Banif - Banco de Investimento, SA	40,29%	1.082	-	2.686	169	68
					115.930	35.350	287.732	(19.326)	(4.039)

Para goodwill registado nas participações da Banca Pueyo e Rentipar Seguros foram realizados teste de imparidade, com recurso à metodologia dos "*Discouted Free Cash Flows to Equity*" e com os seguintes pressupostos:

- Banca Pueyo:

CoE – Cost of Equity: 10,9%

Taxa de crescimento – Perpetuidade: 2,0%

P/E Múltiplo implícito - Valor Terminal: 8,3x

Período de análise: 7 anos

- Rentipar Seguros, SGPS:

Taxa de inflação:2,00%

Taxa de rendimento real: 3,12%

Taxa de risco:4,77%

Taxa de actualização: 10,20%

Taxa de risco adicional (perpetuidade):0,00%
Taxa de capitalização: 8,20%
Taxa de juro sem risco: 4,98%
Taxa de crescimento nominal na perpetuidade: 2,0%
Período de análise: 7 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comummente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2011, as alterações verificadas em associadas foram as seguintes:

- Em Setembro de 2011, foi estabelecido um acordo com a Caixa Bank, SA ("La Caixa"), no âmbito do qual foi alienado os activos e passivos bancários do Bankpime à La Caixa pelo montante global de 16 milhões de euros.

- No exercício de 2011 o Grupo registou uma imparidade, no montante de 7.067 milhares de euros, relativa à totalidade do goodwill do Bankpime. Verificou-se que os pressupostos de apuramento de goodwill à data de aquisição deixaram de se verificar no corrente ano.

- O Grupo adquiriu 32.74% da Centaurus Reality Group, no montante de 16.501 milhares de euros.

As Sociedades registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial reportam os seus dados de acordo com as políticas contabilísticas do Banif – Grupo Banif (Nota 3), não existindo problemas na harmonização das políticas contabilísticas.

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

21.1 Impostos correntes

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade:

	31-12-2011	31-12-2010
Banco Banif Brasil	10.970	12.657
Banif Banco de Investimento	3.951	308
Banif Banco de Investimento (Brasil) SA	3.428	3.450
Tecnicrédito SGPS	1.862	3.679
Banif Gestão de Activos	975	625
Banif	951	935
Banif Imobiliária	583	255
Banif - SGPS SA	456	2.759
Banif Investimentos - SGPS SA	423	382
Banif (Açores) SGPS SA	373	768
Banco Caboverdiano Negocios	244	-
BanifServ	197	185
Beta Securitizadora	164	82
Banif Gestão Activos (Brasil)	132	87
Banif Rent SA	122	107
Gamma	92	47
Açortur	33	36
Ecoprogresso	30	-
Banif Comercial - SGPS SA	25	9
Turotel	17	23
Numberone SGPS	11	5
Gestarquipark	9	12
Investaçor Hoteis SA	7	21
Econofinance SA	4	5
Soc Imobiliária Piedade	4	5
Investaçor SGPS SA	3	5
Hotel do Pico	1	1
Banif Corretora de Câmbios e Valores	-	636
Banif Capital	-	16
Banif Açor Pensões	-	1
Centro Venture	-	3
	25.067	27.104

Os activos por impostos correntes registados no Banco Banif Brasil incluem 4.567 milhares de euros de créditos reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal do Brasil, em processo relativo ao alargamento de Base do Cofins, que aguardam compensação contra impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil. No seguimento desta decisão, a Receita Federal do Brasil pretende, com efeitos retroactivos, o alargamento da base de cálculo do Cofins, situação considerada pelo Grupo com probabilidade de êxito remota.

21.2 Impostos diferidos

Descrição	31-12-2010	Resultados Custo	Resultados Proveitos	Por Capitais Próprios	31-12-2011
Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente					
Outros riscos e encargos	36	-	-	-	36
Imparidade de crédito concedido	1.513	(22.027)	36.314	-	15.800
Prejuizos fiscais reportaveis					
Prejuizos fiscais reportaveis	37.990	(20.629)	34.000	(3.001)	48.360
Valorizações não aceites para efeitos fiscais					
Propriedades de investimento	(2.428)	(1.735)	1.052	-	(3.111)
Imóveis de serviço próprio	(3.371)	-	-	-	(3.371)
Activos disponíveis para venda	3.793	-	-	8.474	12.267
Activos ao justo valor através de resultados	(664)	(647)	2.938	-	1.627
Outros					
Benefícios dos empregados	7.354	(102)	1.940	5.693	14.885
Comissões	177	(362)	-	-	(185)
Outros	(3.914)	(5.324)	25.342	(2.920)	13.184
TOTAL	**40.486**	**(50.826)**	**101.586**	**8.246**	**99.492**

Os activos por impostos diferidos são referentes essencialmente a imposto diferidos por prejuízos fiscais no montante de 48.360 milhares de euros (37.990 milhares de euros em 2010), de activos disponíveis para venda no montante de 12.267 milhares de euros (3.793 milhares de euros em 2010) e imparidade de crédito concedido no montante de 15.800 milhares de euros (1.513 milhares de euros em 2010).

O Grupo, em 31 de Dezembro de 2011, apresenta o montante de 48.360 milhares de euros de imposto diferido activo, oriundos de prejuízos fiscais, essencialmente das seguintes entidades: Banif: 13.477 milhares de euros, BBI Brasil: 11.932 milhares de euros, Banif – SGPS, SA: 13.850 milhares de euros e Banif Bank Malta: 5.461 milhares de euros. É convicção da Gestão do Grupo que estes valores serão recuperados.

Impostos diferidos Banif – Banco Internacional do Funchal:

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são considerados recuperáveis pela Sociedade face às projecções de evolução da actividade e resultados para os próximos anos constantes do "Funding and Capital Plan", que tem como principais pressupostos:

- Depósitos: Crescimento médio dos depósitos até 2015 estimado em cerca de 2,2%, assente em três vectores:
  - i) aproveitamento do potencial comercial da rede de balcões no Continente, atendendo à sua juventude;
  - ii) exploração do segmento da comunidade emigrante, quer nacional (Açores e Madeira) quer internacional; e
  - iii) reconversão de activos sob gestão.
- Crédito: Redução média do crédito concedido em cerca de 1,7%, por via da retenção de reembolsos previstos nalguns segmentos de crédito (hipotecário e consumo) e de uma maior selectividade nas condições de concessão de crédito;
- Produto da Actividade: Pese embora o recente incremento dos custos de funding assumir características estruturais, a margem financeira deverá beneficiar do aumento gradual das taxas Euribor, indexante ao qual está associada a quase totalidade da carteira de crédito do Banco, bem como de uma política recorrente de revisão de spreads. Por outro lado, existe potencial de aumento dos níveis de comissionamento, quer em termos de negócio bancário puro, como de bancassurance, aproveitando a parceria com a seguradora Companhia de Seguros Açoreana SA, uma expectativa já documentada por vários estudos de consultores externos. Por estes factores, é expectável que o Produto da Actividade apresente um crescimento anual médio de 1% ao longo do horizonte em análise;
- Custos: melhoria dos níveis de eficiência, resultante de uma gestão mais criteriosa da rede de balcões e do lançamento de uma plataforma de serviços partilhados transversal a todas as unidades domésticas do Banif-Grupo Financeiro, o que deverá permitir um incremento do rácio Cost-Income para níveis abaixo dos 50%.

Impostos diferidos Banif – SGPS, SA

Para o efeito, a Banif SGPS tem vindo a equacionar um conjunto de operações que, conjugado com a manutenção da actual estrutura de custos, lhe permitirá, nos próximos anos, gerar rendimentos tributáveis de forma sustentada.

As operações prende-se com uma reestruturação dos financiamentos das empresas do Banif – Grupo Financeiro, que se pretende levar a cabo no decurso do ano de 2012. Esta reestruturação assenta no pressuposto de que a Banif SGPS, na qualidade de holding do Grupo, é a Sociedade que deve ir ao mercado obter os recursos financeiros necessários para financiar a actividade das suas filiais. Com isto, espera-se que, por um lado, a Banif SGPS obtenha uma taxa de juro mais baixa do que as suas filiais de *per si* conseguiriam, e, por outro, que possa obter um rendimento razoável com a distribuição dos financiamentos pelas mesmas.

Imposto diferido do BBI Brasil

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são considerados recuperáveis pela Sociedade face às projecções de evolução da actividade e resultados para os próximos anos constantes do "Bussiness Plan" até 2016 e 2021.

Os prejuízos fiscais no Brasil não têm limite temporal

Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva

		31-12-2011
	Taxa	Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses que não controlam		(180.223)
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,00%	(52.265)
Imposto diferido de prejuízos fiscais não reconhecidos	-9,91%	17.853
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-1,10%	1.975
Benefícios fiscais	0,12%	(208)
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	-0,39%	704
Contribuição extraordinária sector da bancário	-2,17%	3.907
Benefícios de empregados	0,58%	(1.037)
Outros	-1,19%	2.148
	14,94%	**(26.922)**

		31-12-2010
	Taxa	Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses que não controlam		57.846
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,00%	16.775
Amortizações não aceites	0,03%	19
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-5,82%	(3.369)
Menos valias em activos tangíveis (líquidas)	-0,55%	(316)
Imparidade Goodwill	4,54%	2.624
Benefícios fiscais	-0,52%	(303)
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	2,02%	1.171
Benefícios de empregados	-1,44%	(830)
Mais valia em participações financeiras	-6,04%	(3.495)
Outros	2,81%	1.628
	24,04%	**13.904**

22. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31/12/2010 Reexpresso	31-12-2010
Ouro	22	22	22
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	500	525	525
Outras disponibilidades sobre residentes	1	1	1
	523	548	548
Bonificações a receber	12.260	10.335	10.335
	12.260	10.335	10.335
Suprimentos	43.454	22.116	22.116
Devedores diversos	254.722	145.176	145.176
Sector público administrativo	14.985	5.199	5.199
Outros rendimentos a receber	2.310	4.972	4.972
Fundo de pensões (Nota 46)	5.071	6.772	17.329
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	12.738	405	405
Seguros	808	786	786
Posição cambial	3.284	7.105	7.105
Aplicações - conta caução	2.964	2.979	2.979
Outros activos	247.167	218.770	218.770
	587.503	414.280	424.837
Perdas de imparidade	(20.874)	(7.172)	(7.172)
	579.412	417.991	428.548

A rubrica "outros activos", em 2011, inclui 54.839 milhares de euros a receber da alienação da Banif Corretora de Câmbios e Valores.

Em 2010, incluia 68.339 milhares de euros de adiantamento relativo à compra de imóveis ao fundo de investimento BANIF IMOPREDIAL, concretizados em 2011.

23. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Recursos de Bancos Centrais	2.485.259	1.937.628
Juros de recursos de Bancos Centrais	2.315	519
Despesas com encargos diferidos	(3.288)	-
	2.484.286	1.938.147

Os "Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez,

garantidas por penhor de activos elegíveis, conforme Nota 28 relativo a títulos emitidos no âmbtito de operações de securitização, Nota 12 relativo a Crédito a clientes, Nota 9, 10 e 13 relativas a títulos.

24. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	80.392	136.904
Posições a descoberto	8.656	8.355
	89.048	145.259

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

25. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados respeitam a instrumentos de dívida emitida pelo Grupo, com um ou mais derivados implícitos que, de acordo com a emenda ao texto da IAS 39 – "Fair Value Option", foram designados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2011	31-12-2010
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	-	4.957
Euro Invest Série 8	29.669	19.518
Euro Invest Série 9	41.746	42.020
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	15.405	5.521
Banif - Banco Investimento (Brasil)	10.331	20.476
Banif Cayman	-	42.837
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(16.205)	(16.443)
Total	**80.946**	**118.886**

Em 31 de Dezembro de 2011, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Detidas pelo Grupo	Valor balanço
Euro Invest S8	13-04-2007	13-04-2012	5%	29.669	(8.888)	20.781
Euro Invest S9	22-10-2007	22-10-2012	6%	41.746	(1.956)	39.790
BBI Brasil	2010	26-03-2012	5,3%	5.185		5.185
BBI Brasil	2010	26-03-2012	5,0%	10.220	(1.636)	8.584
Banco Banif Brasil 2014	17-12-2004	17-12-2014	7%	10.331	(3.725)	6.606
				97.151	(16.205)	80.946

Em 2011, foram reembolsados as seguintes emissões:

- BBCA 2006/2011 no montante de 4.705 milhares de euros;
- Banif Cayman Zero Coupon no montante de 42.837 milhares de euros.

26. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
De Instituições de crédito do país		
Depósitos	120.324	165.761
Empréstimos	416.407	294.750
Outros	2.001	13.879
	538.732	474.390
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	23.874	589.724
Empréstimos	69.312	54.103
Operações de venda com acordo de recompra	360.410	151.558
Outros	90.782	11.788
	544.378	807.173
Encargos financeiros	5.405	5.316
Total	**1.088.515**	**1.286.879**

27. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Depósitos		
À vista	2.290.260	1.647.748
A prazo	5.129.346	5.521.242
Poupança	90.309	108.826
Outros	439.886	409.842
	7.949.801	7.687.658
Outros débitos		
Empréstimos	808	100.908
Outros	80.083	51.484
	80.891	152.392
Total	8.030.692	7.840.050

28. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2011	31-12-2010
Banif Finance	378.643	377.420
Banif	1.355.000	650.000
Atlantes N.º 1	927.167	-
Atlantes Mortgage N.º3	489.846	524.246
Atlantes Mortgage N.º2	284.519	305.817
Atlantes Mortgage N.º4	550.000	550.000
Atlantes Mortgage N.º5	500.000	500.000
Atlantes Mortgage N.º6	74.543	87.159
Atlantes Mortgage N.º7	379.550	397.000
Azor Mortgage N.º2	237.880	252.900
Atlantes Mortgage N.º1	170.722	188.534
Azor Mortgage N.º1	69.968	78.817
Atlantes Finance N.º3	224.908	341.116
Atlantes Finance N.º4	247.500	-
Banif - SGPS	175.000	100.000
Banif Cayman	98.150	84.969
Banif International Bank Ltd	35.000	35.000
Beta Securitizadora	40.294	19.540
Grupo Banif Mais SGPS	241.849	348.329
Banif - Banco de Investimento	150.000	-
Correcção de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	596	2.292
Dívida readquirida	(1.031.621)	(19.518)
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(3.896.012)	(3.120.006)
Sub - Total	1.703.502	1.703.615
Certificados de depósito	624.865	661.616
Encargos Financeiros	20.789	14.790
Total	**2.349.156**	**2.380.021**

Em 31 de Dezembro de 2011, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Readquiridas	Correcção de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	Detidas pelo Grupo	Valor balanço
Banif Finance 2007-2012	22-05-2007	22-05-2012	Euribor 3 meses acrescida 0,30%	300.000	(21.621)	-	(29.263)	249.116
Banif Finance 2010-2013 EUR	23-10-2010	23-10-2013	6,00%	40.000	-	-	(271)	39.729
Banif Finance 2010-2013 USD	23-10-2010	23-10-2013	5,00%	38.643	-	-	(1.208)	37.435
Atlantes Mortgage Nº1 classe A	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 0,27%	133.222	-	-	(12.886)	120.336
Atlantes Mortgage Nº1 classe B	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 0,65%	22.500	-	-	-	22.500
Atlantes Mortgage Nº1 classe C	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 1,30%	12.500	-	-	-	12.500
Atlantes Mortgage Nº1 classe D	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 3,75%	2.500	-	-	-	2.500
Azor Mortgage Nº1 classe A	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	41.968	-	-	(1.182)	40.786
Azor Mortgage Nº1 classe B	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,38%	19.000	-	-	-	19.000
Azor Mortgage Nº1 classe C	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,75%	9.000	-	-	(2.000)	7.000
Atlantes Mortgage Nº2 classe A	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 0,33%	259.171	-	-	(259.171)	-
Atlantes Mortgage Nº2 classe B	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 0,95%	18.007	-	-	(18.007)	-
Atlantes Mortgage Nº2 classe C	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 1,65%	7.340	-	-	(7.340)	-
Azor Mortgage Nº2 classe A	24-07-2008	21-10-2065	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	191.380	-	-	(191.380)	-
Azor Mortgage Nº2 classe B	24-07-2008	21-10-2065	Euribor 3 meses acrescida 0,8%	46.500	-	-	(46.500)	-
Atlantes Mortgage Nº3 classe A	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3 meses acrescida 0,2%	448.446	-	-	(448.446)	-
Atlantes Mortgage Nº3 classe B	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3 meses acrescida 0,5%	41.400	-	-	(41.400)	-
Atlantes Mortgage Nº4 classe A	16-02-2009	20-03-2064	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	514.250	-	-	(514.250)	-
Atlantes Mortgage Nº4 classe B	16-02-2009	20-03-2064	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	35.750	-	-	(35.750)	-
Atlantes Mortgage Nº5 classe A	19-12-2009	23-11-2068	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	455.000	-	-	(455.000)	-
Atlantes Mortgage Nº5 classe B	19-12-2009	23-11-2068	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	45.000	-	-	(45.000)	-
Atlantes Mortgage Nº6 classe A	30-06-2010	23-10-2016	4,5%	74.543	-	-	(74.543)	-
Atlantes Mortgage Nº7 classe A	19-11-2010	19-11-2066	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	339.850	-	-	(339.850)	-
Atlantes Mortgage Nº7 classe B	19-11-2010	19-11-2066	Euribor 3 meses acrescida 0,30%	39.700	-	-	(39.700)	-
Atlantes Finance N.º3 classe A	29-07-2010	29-04-2026	Euribor 3 meses acrescida 1,1%	50.871	-	-	(50.871)	-
Atlantes Finance N.º3 classe B	29-07-2010	29-04-2026	Euribor 3 meses acrescida 2,5%	174.038	-	-	(174.038)	-
Atlantes Finance N.º4 classe A	20-12-2011	19-06-2032	Euribor 3 meses acrescida 1,5%	190.100	-	-	(190.100)	-
Atlantes Finance N.º4 classe B	20-12-2011	19-06-2032	Euribor 3 meses acrescida 2,25%	20.300	-	-	(20.300)	-
Atlantes Finance N.º4 classe C	20-12-2011	19-06-2032	Euribor 3 meses acrescida 3%	37.100	-	-	(37.100)	-
Atlantes N.º1 classe A	21-04-2011	25-08-2042	Euribor 3 meses acrescida 1,8%	371.867	-	-	(161.691)	210.176
Atlantes N.º1 classe B	21-04-2011	25-08-2042	Euribor 3 meses acrescida 2%	555.300	-	-	(555.300)	-
Banif - SCPS 2010 - 2013	21-12-2010	21-12-2013	6,00%	50.000	-	-	(100)	49.900
Banif - SCPS 2011 - 2013	09-08-2011	09-08-2013	7%	50.000	-	-	-	50.000
Banif - SCPS 2011 - 2013	09-08-2011	09-08-2013	7%	75.000	-	-	-	75.000
Banif Cayman 2011 - 2014	29-12-2011	29-12-2014	15,45%	21.100	-	-	-	21.100
Banif Cayman 2011 - 2014	29-12-2011	29-12-2014	14,50%	27.050	-	-	-	27.050
Banif Cayman	22-10-2007	22-10-2012	Euribor 6 meses acrescida 1,4%	50.000	-	-	(50.000)	-
Beta Securitizadora 2017	06-06-2008	06-06-2017	11,00%	2.935	-	-	-	2.935
Beta Securitizadora	2010	30-09-2026	6,77%	12.644	-	-	-	12.644
Beta Securitizadora	2011	01-09-2021	6,25%	11.940	-	-	-	11.940
Beta Securitizadora	2011	01-09-2021	6,73%	12.775	-	-	-	12.775
Banif Internacional Bank	13-04-2007	13-04-2012	Euribor 6 meses acrescida 0,25%	35.000	-	-	(35.000)	-
BMORE Finance N.º5 plc	01-11-2007	01-11-2017	Conduit +1%	181.080	-	-	-	181.080
Banco Mais 2007/2012	26-10-2007	26-10-2012	3,25%	30.000	-	-	-	30.000
Banco Mais 2011-2014 (25M) com garantia da Republica Portuguesa	19-07-2011	19-07-2014	Euribor 3 meses +4,95%	25.000	(25.000)	-	-	-
BMORE N.º4 Class D Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,94%	5.769		-	-	5.769
Banif Banco de Investimento 2011-2014 (55M) com garantia da Republica Portuguesa	19-07-2011	19-07-2014	Euribor 3 meses +4,95%	55.000	(55.000)	-	-	-
Banif Banco de Investimento 2011-2014 (95M) com garantia da Republica Portuguesa	22-12-2011	22-12-2014	Euribor 3 meses +12%	95.000	(95.000)	-	-	-
Banif 2009 - 2012 com garantia República Portuguesa	08-05-2009	08-05-2012	3.25% - taxa de comissão de garantia 0,948%	500.000		596	(58.365)	442.231
Banif 2011	14-10-2011	13-01-2012	Euribor 3 meses +4,5%	20.000		-	-	20.000
Banif Float 2014	29-07-2011	29-07-2014	Euribor 3 meses +1,6%	85.000	(85.000)	-	-	-
Banif Float 2014	21-10-2011	21-10-2014	Euribor 3 meses +1,6%	50.000	(50.000)	-	-	-
Banif 2011-2014 - Garantia	19-07-2011	19-07-2014	Euribor 3 meses +4,95% - taxa de comissão de garantia 1,1348%	200.000	(200.000)	-	-	-
Banif 2011 500M Garantia	22-12-2011	22-12-2014	Euribor 3 meses +12%	500.000	(500.000)	-	-	-
Total				**6.630.539**	**(1.031.621)**	**596**	**(3.896.012)**	**1.703.502**

Em 2011, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Banco Mais PC 8ª Emissão no montante de 20 milhões de euros;
- Banif 2011 no montante de 150 milhões de euros;
- BMore N.4 Class C no montante de 15,3 milhões de euros;
- Banif SGPS 2008-2011 no montante de 47,4 milhões de euros;
- Banif Cayman Zero Coupon EUR 08/11 no montante de 20 milhões de euros;
- Banif Cayman Zero Coupon EUR 08/11 no montante de 14,9 milhões de euros;

Operações de Titularização

O Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito.

As operações de titularização são apresentadas como segue:

Atlantes Mortgage N.º1

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º1

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foi a primeira operação de securitização de créditos imobiliários levada a cabo pelo anterior BBCA (a 2ª do Grupo Banif) com um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a constituída sociedade de titularização do Grupo, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos

créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, do Grupo de securitização original, agências de rating, CMVM, dos investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

Atlantes Mortgage N.º 2

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º 2

Em Julho de 2008, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo anterior BBCA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.
Nesta emissão, o BBCA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 3

No final de Outubro de 2008 foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, com a emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.
O Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações

titularizada Atlantes Mortgage No. 3 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 4

Em Fevereiro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 550 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 4, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 567,2 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º5

Em Dezembro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º5, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 500 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 5, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 520,5 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º6

Em Junho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º6, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 91 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 6, Classe A e B com um valor nominal agregado de 113 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º7

Em Novembro de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º7, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito hipotecário residencial cujo valor ascendeu a 397 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage n.º7, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 460,55 milhões de euros.

Atlantes Finance N.º3

Em Julho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º3, no âmbito da qual o Banif, Banco Mais e Banif Go cederam à Gamma uma carteira de crédito automóvel, leasing automóvel, aluguer de longa duração e crédito ao consumo, cujo valor ascendeu neste caso a 382,5 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance N.º 3, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 411,2 milhões de euros.

Atlantes N.º1

Em Abril de 2011, foi concretizada a operação Atlantes N.º1, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito a empresas cujo valor ascendeu a 1.110,6 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes n.º1, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 1.132,9 milhões de euros.

Atlantes Finance N.º4

Em Dezembro de 2011, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º4, no âmbito da qual o Banif e o Banco Banif Mais cederam à Gamma uma carteira de crédito ao consumo cujo valor ascendeu a 110,2 milhões de Euros e 137,3 milhões de euros, respectivamente, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance n.º4, Classe A, B, C e D com um valor nominal agregado de 260,0 milhões de euros.

BMORE Finance N.º4 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sedeada em Dublin, no âmbito da qual o Banco Mais vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par. O prazo total da operação é de 10 anos, com um revolving period de 3 anos e um limite da operação fixado em 400 milhões de euros.

BMORE Finance N.º5 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 5 plc foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual o Banco Mais vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. Esta é uma operação integrada, em duas fases, sendo a primeira um ramp-up asset backed commercial paper com um revolving period de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de asset backed securitization, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em 400 milhões de euros.

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3, Atlantes Mortgage nº.4, Atlantes Mortgage N.º5, Atlantes Mortgage N.º7, Azor Mortgage N.º2 e Atlantes Finance N.º3, Atlantes Finance N.º4 e Atlantes n.º1 estão detidas por entidades do Grupo, sendo utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE.

29. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 31 de Dezembro de 2011 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Entrada de entidades no perimetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31/12/2011
Provisões para garantias e compromissos	2.126		1.970	(247)	(25)	3.824
Contingências fiscais	11.186		148	(4.107)	(157)	7.070
Outras provisões	1.918	944	4.293	(295)	(2.349)	4.511
Total	**15.230**	**944**	**6.411**	**(4.649)**	**(2.531)**	**15.405**

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica "provisões para contingências fiscais", encontra-se registado, o montante de 919 milhares de euros (1.076 milhares de euros em 2010) relativo ao diferendo que opõe o BBCA à Comissão Europeia no contexto da decisão desta relativamente à adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da natureza das obrigações em causa:

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

Provisões para garantias e compromissos: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com a prestação de garantias e compromissos.

Outras provisões: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos (processos judiciais contra o Grupo e outros riscos bancários).

Operações não incluídas no balanço:

- As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Garantias prestadas (das quais:)	485.515	1.071.263
Garantias e avales	420.044	870.638
Aceites e endossos	-	-
Cartas de Crédito e Stand-by	-	-
Créditos documentários abertos	65.471	200.625

- As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Outros passivos eventuais (dos quais:)	4.667.067	2.712.255
Fianças e Indemnizações	6.209	-
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	-	-
Activos dados em Garantia	4.660.858	2.712.255
Compromissos perante terceiros (dos quais:)	873.349	1.197.193
Compromissos irrevogáveis	260.466	411.516
Compromissos revogáveis	612.883	785.677
	5.540.416	3.909.448

Os "Activos dados em garantia" correspondem a títulos cedidos em repo's e Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal e as operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu.

30. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

A rubrica "Instrumentos representativos de capital" correspondem às seguintes situações:

- Remuneração fixa dos VMOCs (fixa: 0,03 Eur por VMOCs / ano). A Banif – SGPS, SA tem registado um passivo no montante de 3.891 milhares de euros referentes a esta remuneração fixa dos VMOCs.
- Valores mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados, emitidos pelo Banif, nas seguintes condições:

  Emissão: 50 milhões de euros

  Data emissão: 30/12/2009

  Data maturidade: indeterminada

  Taxa de juro: Com sujeição à tomada de deliberação nesse sentido pelo Conselho de Administração do Banif e às limitações ao vencimento de juros:

  (i) Em relação aos dois primeiros períodos de pagamento de juros, o Emitente pagará um juro a uma taxa fixa de 6,25% p.a.;

  (ii) Após o primeiro aniversário da Data de Emissão (exclusive), o Emitente pagará um juro a uma taxa variável correspondente à Euribor a 6 meses, cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 5,00% por ano.

  Em 31/12/2011, existem 10 milhões de euros detidos por entidades do Grupo.

31. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2011	31-12-2010
Banif - Banco de Investimento	17.811	30.000
Banco Mais	6.000	26.688
Banif - Banco Internacional do Funchal	387.413	428.388
Banif Finance Ltd	101.448	158.784
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(242.023)	(373.424)
	270.649	270.436
Encargos Financeiros e encargos diferidos	(52.109)	(2.258)
Total	**218.540**	**268.178**

Em 31 de Dezembro de 2011, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Detidas pelo Grupo	Valor balanço
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	29-06-2006	29-06-2016	Primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 0,875%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	05-05-2007	perpétua	Euribor 3 meses acrescida 1,35%	2.811	(142)	2.669
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	30-12-2005	30-12-2015	até 30/12/2010: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	20.749	-	20.749
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétu	22-06-2006	perpétua	até 22/12/2014: Euribor 3 meses acrescida 1%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2%	30.272	(30.272)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22/12/2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	38.040	(38.040)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	23.056	(23.056)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	6,47%	75.000	(75.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	18-08-2008	18-08-2018	1º ano: 6,25%; até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restante período: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	23.140	(1.063)	22.077
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	30-06-2009	31-12-2019	até 30/06/2014: 4,5%, restante período: Euribor 6 meses acrescida 2,75%	12.738	-	12.738
Banif 2012 - 2019	09-01-2012	09-01-2019	até 09/01/2017: taxa fixa de 6,875%, restante período: 7,875% - emissão a 70%	85.372	-	85.372
BBCA 2006 - 2016	23-10-2006	23-10-2016	primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	19.366	(1.488)	17.878
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até ao 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	9.680	(613)	9.067
BBCA 2007 - perpétua	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	25.000	(25.000)	-
BBCA 2008 - perpétua	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	10.000	(10.000)	-
Banif Co 2005 -2015 (Banif Mais)	30-06-2005	30-06-2015	Euribor 12 meses acrescida 1,5%	6.000	(6.000)	-
Banif Finance 2004 - 2014	29-12-2004	29-12-2014	até ao 21º cupão: Euribor 3 meses acrescida 0,80%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,30%	9.606	(1.251)	8.355
Banif Finance 2006 - perpétua	22-12-2006	perpétua	até 22 de Dezembro de 2016: Euribor 3 meses acrescido 1,37%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 2,37%	9.765	-	9.765
Banif Finance 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22 de Dezembro de 2011: Euribor 3 meses acrescido 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,25%.	11.040	-	11.040
Banif Finance 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	3%, Passivo emitido a 75%	71.037	(98)	70.939
Total				**512.672**	**(242.023)**	**270.649**

Foram reembolsados os seguintes passivos subordinados:

- Banco Mais 2011 no montante de 5.688 milhares de euros;
- Banif 2001-2011 no montante de 3.778 milhares de euros.

A Banif Finance recomprou emissões no montante de 28.373 milhares de euros em 2011 com registo de mais valia de 14.909 milhares de euros.

A emissão Banif – Banco Internacional do Funchal 2009-2019 foi objecto de uma operação pública de troca (OPT) com a emissão Banif 2012-2019. Esta OPT encontrava-se em curso no final do exercício tendo sido reconhecidos em 2011 os montantes relativos às ordens firmes subscritas até 31 de Dezembro de 2011.

Estes passivos subordinados, têm clausulas de reembolso antecipado por opção do emitente ("call option"), ao par, total ou parcialmente, mediante pré-aviso em qualquer data de pagamento de juros a partir do 5º ano, após autorização prévia do Banco de Portugal, ou quando estes instrumentos deixem de se qualificar para efeitos de fundos próprios complementares.

32. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31/12/2010 Reexpresso	31-12-2010
Credores e Outros Recursos	79.983	60.700	60.700
Por gastos com pessoal	29.260	31.095	31.095
Por gastos gerais administrativos	3.463	3.883	3.883
Outros juros e encargos similares	738	3.826	3.826
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	3.049	4.284	4.284
De garantias prestadas o outros passivos eventuais	78	211	211
Posição cambial	823	6.246	6.246
Sector público administrativo	36.610	20.923	20.923
Fundo de pensões (Nota 46)	-	6.260	-
Fundos de Investimento	123.954	71.877	-
Outros	143.654	217.982	217.982
Total	421.612	427.287	349.150

O Grupo decidiu reconhecer as unidades de participação dos fundos de investimento, que estão incluídos no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo em "Outros passivos", por ser uma responsabilidade do Grupo, conforme AG 29A e BC 68 da IAS 32, deixando de reconhecer em "Interesses que não controlam".

33. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31/12/2010 Reexpresso	31-12-2010
Capital	570.000	570.000	570.000
Prémios de emissão	104.114	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital	95.900	95.900	95.900
Acções próprias	(1.086)	(1.043)	(1.043)
Reservas de reavaliação	(52.004)	(31.258)	(10.572)
Reserva Legal	31.527	30.091	30.091
Outras reservas e resultados transitados (livres)	244.944	216.174	213.237
Resultado do exercício	(161.583)	34.358	33.426
Dividendos antecipados	-	-	-
Interesses que não controlam	103.104	171.847	243.724
Total do Capital	**934.916**	**1.190.183**	**1.278.877**

O capital social é constituído por 570.000.000 acções, de valor nominal de EUR 1,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

A informação sobre o rácio de solvabilidade, está apresentada no capítulo III – Análise às Contas Separadas e Consolidadas do Relatório de Gestão.

34. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de interesses que não controlam apresenta a seguinte composição:

	31-12-2011	31/12/2010 Reexpresso	31-12-2010	31-12-2011	31/12/2010 Reexpresso	31-12-2010
Entidade	Valor balanço	Valor balanço	Valor balanço	Resultado	Resultado	Resultado
Banif Finance	67.078	133.760	133.760	(9.994)	(9.410)	(9.410)
Banif Cayman	12.952	13.009	13.009	(504)	(579)	(579)
Banif Bank (Malta)	6.126	3.923	3.923	135	811	811
Banco Caboverdiano de Negocios	4.995	5.011	5.011	(253)	(346)	(346)
Açortur - Investimentos Turísticos dos Açores	2.964	3.010	5.349	31	(40)	(40)
Investaçor SGPS SA	2.537	2.620	(4.071)	88	41	42
Investaçor Hoteis SA	2.149	2.418	5.591	144	122	122
Banif International Holdings	1.214	1.754	2.363	1.037	-	-
Banif Açor Pensões	1.458	1.542	1.542	(26)	(47)	(47)
Tiner Polska	891	-	-	84	-	-
Banif Finance (USA)	582	772	(1.129)	210	(271)	(271)
Investimentos Turísticos e Similares Hóteis e Apart-Hotel Pico	437	457	457	20	15	15
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil)	431	(16)	1.195	(128)	(5)	(5)
Turotel - turismo e Hóteis dos Açores	318	460	1.643	102	53	53
Achala	312	-	-	(324)	-	-
Banif Financial Services Inc	26	27	41	-	-	-
Beta Securitizadora	11	46	46	(6)	(4)	(4)
Gestarquipark	(2)	2.424	2.424	(62)	(96)	(96)
SPE Panorama	(5)	481	481		22	22
Banif Forfaiting Company	(1.370)	(98)	(70)	1.166	148	148
Imogest	-	-	53.122	-	-	(1.160)
Banif Nitor Institucional FIM	-	-	4.496	-	-	(234)
Banif Gestão Patrimonial	-	-	4.300	-	-	317
Banif Iberia	-	-	3.017	-	-	6
Banif Gestão Activa	-	-	1.873	-	-	(35)
Capven	-	-	1.313	-	-	157
Art Invest	-	-	1.037	-	-	(77)
Banif Equity Hedge	-	-	949	-	-	(85)
Banif Maestro	-	-	423	-	-	(24)
Banif Nitor FI Ações	-	-	397	-	-	-
Banif Inv. Moderado	-	-	358	-	-	(11)
Banif Inv. Conservador	-	-	309	-	-	(5)
FIP Banif Real Estate	-	-	279	-	-	(11)
Centro Venture	-	261	261	-	-	-
Banif Trading Inc	-	(19)	20	-	2	2
ZACF	-	5	5	(2)	-	-
	103.104	171.847	243.724	(8.282)	(9.584)	(10.745)

A rubrica de interesses que não controlam relativos à Banif Finance é constituído por:

- Emissão, em 22 de Dezembro de 2004, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 75 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (22 de Dezembro de 2014), acrescido: (i) de uma quantia correspondente ao dividendo preferencial acumulado e não pago respeitante ao período de dividendo

preferencial mais recente, declarado ou não, até à data fixada para o reembolso, e (ii) de quaisquer quantias adicionais, desde que previamente autorizado pelo Banco de Portugal, pelo Garante da Emissão (Banif – Banco Internacional do Funchal), e em conformidade com os requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras no montante de 62,5 milhões de euros (14,5 milhões em 2011).

- Emissão, em 28 de Dezembro de 2007, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (28 de Dezembro de 2017). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman Foram efectuadas recompras no montante de 14,9 milhões de euros em 2011.

- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 20 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 35 milhões de Dólares Americanos. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de

reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 31 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (31 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 dólares, no montante de 15 milhões de Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, anuais e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão total, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 10 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo anualmente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras no montante de 1,4 milhões de em 2011.

-

A rubrica de interesses que não controlam relativa ao Banif Cayman respeita à:

- Emissão, em 12 de Novembro de 2003, de 16.000.000 Acções Preferenciais com um valor de liquidação preferencial unitário de 1 Dólar, emitidas em dois montantes de 10 milhões Dólares e 6 milhões Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, anual e postecipadamente em 12 de Dezembro de cada ano.

35. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Juros e rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades	2.951	2.474
Juros de aplicações em IC	17.718	19.296
Juros de crédito a clientes	664.337	554.035
Juros de crédito vencido	15.213	12.784
Juros e rendimentos similares de outros activos	198.383	150.117
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	11.552	12.282
	910.154	**750.988**
Juros e encargos Similares		
Juros de recursos de bancos centrais	26.967	12.770
Juros de recursos de outras IC	60.970	44.140
Juros de recursos de clientes	282.232	151.482
Juros de emprestimos	3.370	2.540
Juros responsabilidades representadas por títulos sem caracter subordinado	124.796	83.482
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	45.504	36.992
Juros de passivos subordinados	21.023	14.706
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	11.317	16.350
Outros	56.700	40.394
	632.879	**402.856**

36. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Dividendos de activos financeiros disponiveis para venda	753	905
	753	**905**

37. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos com comissões		
Garantias prestadas	13.028	14.592
Operações de crédito	1.933	1.863
Anuidades	4.934	3.551
Gestão de cartões	12.325	11.165
Transferência de valores	1.150	1.138
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	5.475	12.239
Administração de valores	911	1.406
Cobrança de valores	5.799	5.636
Depósito e guarda de valores	1.544	320
Outros serviços prestados	21.616	24.835
Outras comissões recebidas	70.981	68.473
	139.696	145.218
Encargos com comissões		
Garantias recebidas	6.273	4.980
Por outros serviços recebidos	14.099	11.163
Outras comissões pagas	8.960	7.000
	29.332	23.143

Em rendimento com comissões encontram-se registados 5.475 milhares de euros (12.239 milhares de euros em 2010) de gestão de investimentos colectivos em valores mobiliários.

38. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em diferenças cambiais	128.579	133.438
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	36.446	54.940
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	181.246	362.616
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	1.387	14.003
	347.658	**564.997**
Perdas em operações financeiras		
Perdas em diferenças cambiais	125.325	122.660
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	48.615	37.096
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	171.126	380.008
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	3.724	873
	348.790	**540.637**

39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS E OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Outros proveitos		
Ganhos na alienação de outros activos não financeiros	4.771	2.895
Ganhos na alienação de subsidiárias	46.800	-
Activos não correntes detidos para venda	1.943	-
Ganhos na alienação de crédito a clientes	62	-
	53.576	**2.895**
Outros custos		
Perdas na alienação de crédito a clientes	2.607	-
Perdas na alienação de subsidiárias	107	-
	2.714	**-**

Os ganhos na alienação de subsidiárias de 46.800 milhares de euros são referente à alienação da Banif Corretora de Câmbios e Valores, com sede no Brasil.

Descrição	31-12-2011	31/12/2010 Reexpresso	31-12-2010
Outros proveitos			
Prestação de Serviços	10.180	7.188	7.188
Recuperação de crédito e juros	6.728	7.253	7.253
Reembolso de despesas	12.380	14.012	14.012
Renda de locação operacional	15.124	17.092	17.092
Recompra passivos emitidos	52.945	14.800	14.800
Outros	126.399	91.647	91.647
	223.756	151.992	151.992
Outros custos			
Quotizações e donativos	671	737	737
Contribuições para FGD e FGCAM	5.296	4.183	4.183
Outros impostos	17.058	10.486	10.486
Outros	77.264	83.650	82.489
	100.289	99.056	97.895

Os ganhos de recompra passivos emitidos, incluem os montantes de 25.612 milhares de euros relativo à diferença entre o valor nominal e o valor de colocação da emissão Banif 2012-2019, objecto da operação pública de troca (OPT) que está a ser reconhecido de acordo com o método do custo amortizado (taxa efectiva) até ao vencimento do passivo.

40. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31/12/2010 Reexpresso	31-12-2010
Remuneração dos orgãos de gestão e fiscalização	9.939	11.328	11.328
Remuneração de empregados	118.718	124.477	124.477
	128.657	135.805	135.805
Encargos sociais obrigatórios:			
Encargos relativos a remunerações	32.327	31.434	31.434
Encargos com pensões:			
- Plano de beneficio definifo (Nota 46.1.2 e Nota 46.1.4)	10.991	3.497	4.429
- Planos de contribuições definidas		2.610	2.610
Outros encargos sociais	2.180	2.822	2.822
	45.498	40.363	41.295
Outros custos com pessoal	9.978	7.806	7.806
Total	184.133	183.974	184.906

41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Serviços especializados	50.675	45.231
Comunicações	13.127	14.550
Publicidade e edição de publicações	8.009	10.080
Deslocações, estadas e representação	4.759	5.841
Conservação e reparação	9.258	8.516
Água, energia e combustíveis	6.315	5.737
Rendas e alugueres	23.356	25.986
Seguros	3.554	3.048
Transportes	2.059	2.081
Material de consumo corrente	1.109	1.445
Formação de pessoal	361	710
Outros	19.366	20.951
Total	141.948	144.176

A rubrica "serviços especializados" incluí os seguintes valores com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e sua rede de empresas, conforme referido na alínea b) n.º1 dp Artº 508º - F do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços de revisão legal de contas: 1.223 milhares de euros (1.273 milhares de euros em 2010)

Outros serviços de garantia de fiabilidade: 253 milhares de euros (214 milhares de euros em 2010)

Serviços de consultoria fiscal: 17 milhares de euros (24 milhares de euros em 2010)

42. IMPARIDADE EM CRÉDITO E OUTROS ACTIVOS

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em Crédito a Clientes no período findo em 31 de Dezembro de 2011 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2010	Entrada de entidades no perimetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2011
Imparidade em crédito concedido	594.857	-	455.649	(123.602)	(113.373)	813.531
Total	594.857	-	455.649	(123.602)	(113.373)	813.531

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em outros Activos no período findo em 31 de Dezembro de 2011 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2011
Activos Financeiros disponíveis para venda	4.119	-	3.675	-	(104)	7.690
Activos detidos até à maturidade	-	-	200	-	-	200
Activos não correntes detidos para venda	5.379	-	11.999	(654)	(1.845)	14.879
Investimentos em associadas e filiais	9.040	-	7.068	-	-	16.108
Outros activos Tangíveis	-	-	1.205	(155)	-	1.050
Goodwill	371	-	-	-	-	371
Devedores e outras aplicações	7.172	4.174	12.709	123	(3.304)	20.874
Total	**26.081**	**4.174**	**36.856**	**(686)**	**(5.253)**	**61.172**

43. RESULTADOS POR ACÇÃO

43.1 Resultados por acção básicos

Descrição	31-12-2011	31/12/2010 Reexpresso	31-12-2010
Básicos			
Resultado do exercício	(161.583)	34.358	33.426
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	568.914.000	490.921.474	490.921.474
Resultado por acção básico (expresso em EUR por acção)	**(0,28)**	**0,07**	**0,07**

43.2 Resultados por acção diluídos

Descrição	31-12-2011	31/12/2010 Reexpresso	31-12-2010
Diluídos			
Resultado do exercício	(161.583)	34.358	33.426
N.º médio de acções:			
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	568.914.000	490.921.474	490.921.474
VMOC's	70.000.000	70.000.000	70.000.000
Numero médio ponderado de acções ordinárias ajustadas para cálculo do ganho por acção diluído	638.914.000	560.921.474	560.921.474
Resultado por acção diluído (expresso em EUR por acção)	**(0,25)**	**0,06**	**0,06**

44. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A análise sobre riscos de instrumentos financeiros encontra-se apresentada no capítulo II – Actividade do Banif – Grupo Financeiro em 2011, ponto 2.3 – Controlo dos Riscos de Actividade do Relatório de Gestão.

45. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros ao justo valor

Nos quadros seguintes, apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e respectivos métodos de valorização:

			Técnicas de Avaliação					
	Valor de mercado ou cotação		Análise de mercado		Outras		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Activos								
Activos financeiros detidos para negociação	134.109	262.194	55.141	144.334	67.364	54.783	256.614	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	77.012	302.802	18.525	90.706	108.109	-	203.646	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda	490.886	249.604	12.238	10.177	58.364	34.689	561.488	294.470
Passivos								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	42.332	76.833	46.716	68.406	89.048	145.239
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	80.946	118.886	-	-	80.946	118.886

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;
- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado;
- Outras (Nível 3): esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna "outros".

A reconciliação entre saldos de abertura e saldos de fecho do nível 3 é a seguinte:

	31-12-2010	Total (perdas)/ganhos	Aquisições	Alienações	Imparidade	Transferências de níveis	31-12-2011
Activos financeiros detidos para negociação							
Derivados de crédito	54.783	(12.852)	-	-	-	25.433	67.364
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	29.514	-	-	78.595	108.109
Activos financeiros disponíveis para Venda							
Instrumentos de capital	11.318	-	9.404	-	(2.626)	33.473	51.569
Instrumentos de dívida	23.371	-	-	(23.371)	-	6.795	6.795
Passivos financeiros detidos para negociação							
Derivados de crédito	(68.406)	21.690	-	-	-	-	(46.716)

O justo valor segue as políticas definidas na Nota 3.10.2.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2011, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

	EUR		USD	
Prazo	2011	2010	2011	2010
1 dia	0,40%	0,25%	0,10%	0,20%
7 dias	0,60%	0,35%	0,14%	0,23%
15 dias	0,67%	0,43%	0,17%	0,23%
1 mês	0,84%	0,62%	0,26%	0,23%
2 meses	1,06%	0,78%	0,39%	0,25%
3 meses	1,35%	0,96%	0,56%	0,29%
4 meses	1,44%	1,07%	0,64%	0,34%
5 meses	1,53%	1,16%	0,72%	0,40%
6 meses	1,63%	1,26%	0,81%	0,46%
7 meses	1,69%	1,31%	0,85%	0,51%
8 meses	1,76%	1,35%	0,91%	0,56%
9 meses	1,83%	1,40%	0,97%	0,62%
10 meses	1,88%	1,44%	0,87%	0,56%
11 meses	1,94%	1,48%	0,78%	0,51%
1 ano	2,00%	1,53%	0,68%	0,45%
2 anos	1,31%	1,56%	0,73%	0,83%
3 anos	1,36%	1,89%	0,82%	1,31%
4 anos	1,54%	2,23%	1,02%	1,76%
5 anos	1,72%	2,56%	1,22%	2,21%
6 anos	1,90%	2,75%	1,43%	2,54%
7 anos	2,07%	2,93%	1,64%	2,86%
8 anos	2,17%	3,06%	1,77%	3,04%
9 anos	2,28%	3,19%	1,90%	3,23%
10 anos	2,38%	3,32%	2,03%	3,41%
20 anos	2,69%	3,70%	2,52%	4,03%
30 anos	2,56%	3,50%	2,62%	4,13%

As alterações ao justo valor de "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" imputáveis a alterações de risco de crédito da entidade tiveram um impacto de -2.210 milhares de euros nos resultados de 2011 (517 milhares de euros em 2010).

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

Nos quadros seguintes apresenta-se uma análise comparativa entre o valor de balanço e o justo valor das categorias de instrumentos financeiros que se encontram reconhecidos ao custo ou custo amortizado.

	Valor de balanço		Justo valor	
	2011	2010	2011	2010
Activos				
Aplicações e Disponibilidades em IC's	832.440	708.836	832.440	708.836
Créditos e outros valores a receber	11.135.315	12.206.254	11.135.315	12.204.755
Investimentos detidos até à Maturidade	53.506	63.939	53.506	63.840
Passivos				
Recursos de IC's	1.088.515	1.286.879	1.088.515	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.030.692	7.840.050	8.030.692	7.840.050
Responsabilidade representadas por títulos	2.349.156	2.380.021	2.349.156	2.380.021
Instrumentos representativos de capital	43.891	45.651	43.891	45.651
Outros passivos subordinados	218.540	268.178	218.540	268.178

Para as disponibilidades, aplicações e créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Para o crédito a taxa fixa superior a um ano, estimou-se o justo valor pela actualização dos fluxos de caixa esperados, à taxa média das operações efectuadas em Dezembro de 2011 (condições correntes de mercado).

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se incluem depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

46. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

46.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

46.1.1 Descrição Geral

Conforme descrito na Nota 3.17, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Sociedade) proporciona aos seus empregados diferentes planos de benefícios com pensões e assistência médica, que abrangem:

- Plano de Pensões I, de benefício definido (BD), que deu continuidade ao Plano de Pensões de BD anterior ao Acordo de Empresa (AE), integra não só os reformados, como decorre directamente da legislação aplicável, como também os colaboradores ao serviço activo da Sociedade que, à data de 31 de Dezembro de 2006, se encontravam a 5 ou menos anos da reforma por invalidez presumível (65 anos), com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBCA, que não são abrangidos pelo AE;

- Plano de Pensões II, de contribuição definida (CD), integra todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade antes de 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBCA, que não são abrangidos pelo AE. Relativamente aos empregados integrados neste Plano II, foi definido um plano específico de contribuições periódicas mensais, em função dos respectivos salários, e a atribuição de uma contribuição inicial, afectada às respectivas contas individuais, calculada em função (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efectuada pelo Actuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de Dezembro de 2006 e devidamente reportada ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Banco de Portugal, e (ii) do valor actual das contribuições futuras;

- Plano de Pensões III, também de contribuição definida (CD), que abrange todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade após 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, foi definido um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários;

- Plano de Pensões BBCA, de benefício definido (BD), que abrange os empregados integrados na sequência fusão por incorporação do BBCA, em 1 de Janeiro de 2009, e os reformados existentes à data da fusão por incorporação.

As responsabilidades com os referidos planos de pensões estão financiadas por dois Fundos de Pensões:

- Fundo de Pensões Banif, fundo fechado, constituído em 7 de Dezembro de 1989, que tem por objecto financiar as obrigações previstas nos Planos de Pensões I, II e III, que o integram;
- Fundo de Pensões BBCA (ex- Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.), fundo fechado, constituído em 29 de Dezembro de 1988, que tem por objecto financiar as obrigações do Plano de Pensões BBCA.

Para além dos Fundos de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

A entidade gestora dos Fundos de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, entidade relacionada, que subcontratou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos dos fundos.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades dos planos de benefícios definidos, efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são da responsabilidade da actuária Dr.ª Ana Marta Vasa, da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada.

46.1.2 Plano de Pensões I (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2011, o Plano de Pensões I (benefício definido) abrangia uma população de 92 Pensionistas (90, em 2010) e 7 Activos (12, em 2010), beneficiários de pensões de reforma e SAMS, e 2.555 Activos (2.548, em 2010), para efeitos de responsabilidades com SAMS.

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2011	2010
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto - Resp. com Pensões	5,00%	5,00%
Taxa de Desconto - Resp. com SAMS	5,50%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,00%	5,00%
Taxa de Crescimento dos Salários	2,25%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,25%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2010, mantiveram-se as taxas de desconto para actualização das responsabilidades com os benefícios de pensões de reforma do Plano de Pensões I e com o benefício do SAMS, também integrado no Plano de Pensões I. Estas taxas de desconto reflectem a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor das taxas de desconto corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA"), e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades, determinadas com base na média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo para cada um dos benefícios.

Dado que a população abrangida pelo benefício de pensões se encontra fechada a novas adesões e já se encontra na sua maioria a receber pensão, a duração das suas responsabilidades é apenas de 9 anos. Em contrapartida, para o benefício com o SAMS o plano não se encontra fechado a novas adesões e a duração das suas responsabilidades é de 17 anos.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

A redução das taxas de crescimento dos salários e das pensões tem em consideração os ajustamentos em curso e as perspectivas de evolução futura da economia portuguesa e, em particular, do sector bancário

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	2011	2010 reexpresso	2010
Valor Actual das Responsabilidades:			
Pensões em pagamento	17.617	18.052	18.052
Serviços passados de activos	1.246	2.196	2.196
Encargos com SAMS	5.862	5.971	5.971
Total	24.725	26.219	26.219
Justo valor dos activos do Plano	-26.081	-25.865	-25.865
Deficit (Superávit)	-1.356	354	354
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos			
"Corredor"	-	-	-2.622
Excesso ao "Corredor"	-	-	-1.959
Total	-	-	-4.581
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	-1.356	354	-4.227

Atendendo à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 3.2 e Nota 3.17, apresentam-se os dados comparativos de 2010 reexpressos.

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2011, era de 2.974 milhares de euros (3.443 milhares de euros, em 2010).

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo, ou redução, de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 935 milhares de euros (867 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010), ou a redução de 935 milhares de euros (867 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 27,5 milhares de euros (25,5 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010), ou a redução 27,5 milhares de euros (25,5 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010).

c) Ganhos e perdas actuariais

Na sequência da alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 3.17, os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos na íntegra em capital próprio, numa conta de Reservas por Ganhos e Perdas Actuariais.

Os ganhos e perdas actuariais reconhecidos em capital próprio eram:

	2011	2010 reexpresso	2010
Reservas por Ganhos e (Perdas) actuariais início do ano	-7.538	-7.458	-
Ganhos (perdas) actuariais em responsabilidades	1.350	632	-
Ganhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	-881	-712	-
Reservas por Ganhos e (Perdas) actuariais fim do ano	-7.069	-7.538	-

d) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com o Plano de Pensões I:

	2011	2010 reexpresso	2010
Custo do serviço corrente	177	220	220
Custo dos juros	1.341	1.390	1.390
Rendimento esperado	-1.176	-1.205	-1.205
Perdas actuarias reconhecidas no ano	-	-	545
Encargos suportados benef. / outros	0	0	0
Total gastos do exercício	342	405	950

O custo de serviço corrente do Plano de Pensões I (benefício definido) relativo a responsabilidades com pensões de Administradores do Grupo é nulo (nulo em 2010) na medida em que todos se reformaram por invalidez presumível (65 anos) em 2009. A não verificação deste pressuposto não invalida a não afectação de qualquer montante a título de custo de serviço corrente na medida em que a responsabilidade a financiar passa a ser calculado em função dos serviços totais.

e) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2011	2010
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	26.219	26.800
Custo do serviço corrente	177	220
Custo dos juros	1.341	1.390
Perdas (ganhos) actuariais	-1.350	-632
Pensões Pagas	-1.662	-1.559
Valor Actual das Responsabilidades finais	24.725	26.219

f) Variação do valor do fundo de pensões afecto ao Plano de Pensões I

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2011	2010
Valor do Fundo no início do ano	25.865	26.930
Rendimento esperado	1.176	1.205
Ganhos (perdas) actuariais (financeiros)	-881	-712
Contribuição entregue ao fundo	1.584	0
Pensões pagas pelo fundo	-1.663	-1.559
Valor do Fundo no final do ano	26.081	25.865

As contribuições efectuadas em 2011 foram realizadas em numerário. Em 2010 não foram efectuadas contribuições para o Plano de Pensões I, na medida em que estavam cumpridos os níveis de financiamento requeridos pelo Aviso nº 12/2001, do Banco de Portugal, e Instituto de Seguros de Portugal.

Em 2012, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 492 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2011		2010	
	Montante	%	Montante	%
Acções	1.378	5,3%	871	3,4%
Fundos de Investimento	2.027	7,8%	5.302	20,5%
Dívida Pública	771	3,0%	1.614	6,2%
Obrigações diversas	4.426	17,0%	2.767	10,7%
Imóveis	9.333	35,8%	9.333	36,1%
Mercado monetário	7.456	28,6%	4.894	18,9%
Outros	690	2,6%	1.084	4,2%
Total	26.081	100,0%	25.865	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 6.050 milhares de euros (6.049 milhares de euros, em 2010).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2011, 1.700 milhares de euros (2.510 milhares de euros, em 2010) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 2.526 milhares de euros (1.217 milhares de euros, em 2010) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

g) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício e no exercício anterior foram:

	2011	2010
Taxa de Mortalidade	1,98%	1,94%
Taxa de Invalidez	0,00%	0,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	1,18%	1,92%
Taxa Crescimento Salários	1,73%	0,81%
Taxa Crescimento Pensões	0,55%	0,33%
Taxa de 'turnover'	0,00%	0,00%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido em 2011, e nos quatro anos anteriores, apresenta-se da seguinte forma:

	2011	2010	2009	2008	2007
Valor Actual das Responsabilidades	24.725	26.219	26.800	26.123	73.567
Valor do Fundo	26.081	25.865	26.930	25.913	71.140
(Déficit) Superávit	1.356	-354	130	-210	-2.427
Ganhos (perdas) actuariais em responsabilidades	1.350	632	-544	-351	4.888
Ganhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	-881	-712	-64	-2.283	-2.169

46.1.3 Plano de Pensões II e III (contribuição definida)

No exercício de 2011, a Sociedade efectuou contribuições 2.430 milhares de euros (2.419 milhares de euros em 2010) para os Planos de Pensões II e III (contribuição definida), reconhecidas como custos do exercício.

O custo com contribuições para os Planos de Pensões II ou III, relativas a Administradores do Grupo, foram de 81 milhares de euros de contribuição corrente (76 milhares de euros em 2010).

46.1.4 Plano de Pensões BBCA (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2011, o Fundo abrangia uma população de 267 Pensionistas (251, em 2010), 3 ex-trabalhadores conforme cláusula 137-A do ACT (0 em 2010) e 363 Activos (382, em 2010).

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2011	2010
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,50%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,50%	5,50%
Taxa de Crescimento dos Salários	2,25%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,25%	1,75%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2010, mantiveram-se as taxas de desconto, que reflectem a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor da taxa de desconto corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades determinadas como a média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados (19 anos).

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

A redução das taxas de crescimento dos salários e das pensões tem em consideração os ajustamentos em curso e as perspectivas de evolução futura da economia portuguesa e, em particular, do sector bancário

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

		2011	2010 reexpresso	2010
Valor Actual das Responsabilidades:				
	Pensões em pagamento	12.473	52.607	52.607
	Serviços passados de activos	42.730	50.214	50.214
	Encargos com SAMS	6.396	6.729	6.729
	Subsídio por Morte	1.734	1.907	1.907
	Total	63.333	111.457	111.457
Justo valor dos activos do Plano		-67.047	-105.551	-105.551
	Deficit (Superávit)	-3.714	5.906	5.906
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos				
	"Corredor"	-	-	-11.146
	Excesso ao "Corredor"	-	-	-7.862
	Total	-	-	-19.008
	Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	-3.714	5.906	-13.102

Atendendo à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 3.17, apresentam-se os dados comparativos de 2010 reexpressos.

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2011, era de 6.408 milhares de euros (8.647 milhares de euros, em 2010).

Conforme referido na Nota 3.17, na sequência do Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, foi efectuada a transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com os reformados e pensionistas do BBCA, que se encontravam no regime de segurança social substitutivo constante do ACT do sector bancário e que abrangeu 228 reformados e pensionistas. Esta operação foi tratada como uma "liquidação", nos termos da IAS 19, com um impacto de 6.833 milhares de euros em resultados do exercício (Nota 46.1.4, alínea d)) decorrente da diferença entre:

- 40.032 milhares de euros de redução das responsabilidades calculadas de acordo com os pressupostos em uso pela Sociedade numa base de continuidade (Nota 46.1.4, alínea e)); e
- 46.865 milhares de euros do recalculo das responsabilidades transferidas para a Segurança Social, de acordo com os pressupostos definidos no art.º 6º do Decreto-Lei nº 127/2011, e que correspondem à redução no justo valor dos activos do Fundo transferidos e a transferir para o Estado (Nota 46.1.4, alínea f)), em duas tranches:
    - 1ª tranche, efectuada em 30/12/2011, no montante de 26.156 milhares de euros; e
    - 2ª tranche, a ser efectuada até 30/6/2012, no montante de 20.709 milhares de euros.

Os empregados no activo abrangidos por este Plano de Pensões passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, nos termos do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro. Esta integração conduziu a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, dado que não existe redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas. Desta forma, a Sociedade não registou qualquer

impacto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 em consequência da integração destes empregados no Regime Geral da Segurança Social, conforme orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo (ou redução) de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 984 milhares de euros (1.034 milhares de euros, em 2010), ou redução de 984 milhares de euros (1.036 milhares de euros, em 2010) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 15 milhares de euros (20 milhares de euros, em 2010), ou redução de 16 milhares de euros (19 milhares de euros, em 2010).

c) Ganhos e perdas actuariais

Na sequência da alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 3.17, os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos na íntegra em capital próprio, numa conta de Reservas por Ganhos e Perdas Actuariais.

Os ganhos e perdas actuariais reconhecidos em capital próprio eram:

		2011	2010 reexpresso	2010
Reservas por Ganhos e (Perdas) actuariais início do ano		-19.920	-17.603	-
	Ganhos (perdas) actuariais em responsabilidades	10.729	2.072	-
	Ganhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	-6.204	-4.389	-
Reservas por Ganhos e (Perdas) actuariais fim do ano		-15.395	-19.920	-

d) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

	2011	2010 reexpresso	2010
Custo do serviço corrente	562	2.115	2.116
Custo dos juros	6.130	5.990	5.990
Rendimento esperado	-5.506	-5.267	-5.267
Perdas actuarias reconhecidas no ano	-	-	387
Custos Reformas Antecipadas	-	382	382
Corte / liquidação (transferência Seg. Social)	6.833	-	-
Encargos suportados pelos beneficiários	-110	-128	-128
Total gastos do exercício	7.909	3.092	3.479

Este plano não inclui quaisquer responsabilidades com Administradores do Grupo.

O gasto com "Corte / liquidação (transferência Seg. Social)" corresponde ao impacto em resultados da operação de transferência de responsabilidades para a Segurança Social, conforme descrito na Nota 46.1.4, alínea b).

e) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

		2011	2010
Valor Actual das Responsabilidades iniciais		111.457	108.905
	Custo do serviço corrente	562	2.116
	Custo dos juros	6.130	5.990
	Perdas (ganhos) actuariais	-10.729	-2.072
	Acr. responsabilidades c/ reformas antecipadas	-	382
	Acr. Responsabilidades c/ Subsídio por Morte	-	-
	Corte / liquidação (transferência Seg. Social)	-40.031	-
	Pensões Pagas	-4.056	-3.864
Valor Actual das Responsabilidades finais		63.333	111.457

O "Corte / liquidação (transferência Seg. Social)" corresponde à redução das responsabilidades calculadas de acordo com os pressupostos em uso pela Sociedade numa base de continuidade, conforme descrito na Nota 46.1.4, alínea b).

f) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

		2011	2010
Valor do Fundo no início do ano		105.551	101.073
	Rendimento esperado	5.506	5.267
	Ganhos (perdas) actuariais (financeiros)	-6.204	-4.389
	Contribuição entregue ao fundo	13.115	7.463
	Corte / liquidação (transferência Seg. Social)	-46.865	-
	Pensões pagas pelo fundo	-4.056	-3.864
Valor do Fundo no final do ano		67.047	105.551

O "Corte / liquidação (transferência Seg. Social)" corresponde à redução no justo valor dos activos do Fundo transferidos e a transferir para o Estado, conforme descrito na Nota 46.1.4, alínea b).

As contribuições realizadas em 2011, no montante de 13.115 milhares de euros (7.463 milhares de euros, em 2010) foram realizadas em numerário.

Em 2012, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 2.680 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2011		2010	
	Montante	%	Montante	%
Acções	3.009	4,5%	3.083	2,9%
Fundos de Investimento	26.290	39,2%	39.223	37,2%
Dívida Pública	0	0,0%	8.384	7,9%
Obrigações diversas	14.315	21,4%	10.526	10,0%
Imóveis	13.973	20,8%	13.971	13,2%
Mercado monetário	27.213	40,6%	26.663	25,3%
Outros	-17.753	-26,5%	3.700	3,5%
Total	67.047	100,0%	105.551	100,0%

Na rubrica "Outros" está deduzido o montante de 20.709 milhares de euros relativos à 2ª tranche a ser transferida para o Estado até 30/6/2012, conforme descrito na Nota 46.1.4, alínea b).

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 9.187 milhares de euros (9.185 milhares de euros, em 2010).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2011, 6.338 milhares de euros (9.459 milhares de euros, em, 2010) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 14.215 milhares de euros (11.134 milhares de euros, em 2010) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

g) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

	2011	2010
Taxa de Mortalidade	1,59%	0,94%
Taxa de Invalidez	4,01%	0,26%
Taxa de Rendimento do Fundo	-0,63%	0,90%
Taxa Crescimento Salários	1,07%	2,91%
Taxa Crescimento Pensões	-0,95%	0,41%
Taxa de 'turnover'	0,54%	0,52%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido em 2011, e nos quatro anos anteriores, apresenta-se da seguinte forma:

	2011	2010	2009	2008	2007
Valor Actual das Responsabilidades	63.333	111.457	108.905	102.855	98.670
Valor do Fundo	67.047	105.551	101.073	92.046	97.597
(Déficit) Superávit	3.714	-5.906	-7.832	-10.809	-1.073
Ganhos (perdas) actuariais em responsabilidades	10.729	2.072	-322	2.752	9.477
Ganhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	-6.204	-4.389	-591	-16.456	-2.575

46.2 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

A Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA, Sociedade que em 29 de Dezembro de 2011 foi objecto de uma operação de cisão e fusão no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA e no Banco Banif Mais, SA, tinha celebrado, em 31 de Dezembro de 2008, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

O número inicial de unidades de participação desta adesão colectiva, no montante de 1.124,5 milhares de euros, correspondeu ao montante das provisões matemáticas existentes à data do início deste contrato, no anterior contrato de Seguro Grupo celebrado com a Companhia de Seguros Açoreana, denominado "Plano Investimento Futuro", as quais foram transferidas para o actual contrato.

Em 2011, o Associado não efectuou quaisquer contribuições a favor dos respectivos participantes (4,9 milhares de euros, em 2010).

Na sequência da operação de cisão e fusão, os empregados desta Sociedade irão ser integrados nos planos de contribuição definida das respectivas sociedades integrantes.

O plano de pensões desta entidade não contemplava quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

46.3 Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A.

A Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A. celebrou, em 5 de Junho de 2009, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma

Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2011, o montante bruto das contribuições efectuadas pelo Associado a favor dos respectivos participantes foi de 13,4 milhares de euros (13,0 milhares de euros, em 2010).

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

46.4 Banif – Banco de Investimento, S.A. e Associadas

O Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., na qualidade de Associados, constituíram, em 26 de Dezembro de 2003, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o fundo de pensões BBI & Associadas. Trata-se de um fundo de pensões fechado que tem por objecto financiar as obrigações previstas no respectivo plano de pensões, de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2011, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 81,8 milhares de euros (125,4 milhares de euros em 2010), sendo 69,3 milhares de euros (106,2 milhares de euros em 2010) pelo Banif – Banco de Investimento, 10,7 milhares de euros (16,4 milhares de euros em 2010) pela Banif Gestão de Activos e 1,8 milhares de euros (2,8 milhares de euros em 2010) pela Banif Açor Pensões.

O custo com contribuições para o plano de pensões destas entidades, relativas a Administradores do Grupo, foram 14,6 milhares de euros (24,1 milhares de euros em 2010).

46.5 Banco Banif Mais, S.A. e Associadas

O Banco Banif Mais, S.A. e as sociedades Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A. e Margem – Mediação de Seguros, Lda, S.A., na qualidade de Associados, constituíram, em 7 de Dezembro de 2010, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif

Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2011, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 64,8 milhares de euros (47,8 milhares de euros em 2010), sendo 64,0 milhares de euros (47,7 milhares de euros em 2010) pelo Banco Banif Mais, S.A, 0,6 milhares de euros (0,1 milhares de euros em 2010) pela Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A. e 0,2 milhares de euros (0,0 milhares de euros em 2010) pela Margem – Mediação de Seguros, Lda, S.A.

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

47. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os custos incorridos com os activos utilizados em regime de locação operacional são registados no exercício a que respeitam na rubrica de "Rendas e alugueres" dos Gastos Gerais Administrativos (Nota 41) e referem-se principalmente a equipamentos.

Os activos utilizados em regime de locação operacional e respectivos gastos para os exercícios futuros são os seguintes:

Outros activos em locação operacional	Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável	Pagamentos mínimos em locação	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	-	582	207
Entre 1 e 5 Anos	1.287	121	77
Superior a 5 Anos	-	-	-
Total	1.287	703	284

48. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

No curso normal da sua actividade financeira, o Grupo efectua transacções com partes relacionadas. Estas incluem créditos e aplicações bancárias, depósitos, suprimentos, garantias e outras operações e serviços bancários.

O saldo dessas transacções com partes relacionadas no balanço e respectivos custos e proveitos no exercício findo são os seguintes:

	Elementos chave de gestão		Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão		Associadas		Acionistas		Outras Entidades	
	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010
Crédito e aplicações	1.787	2.615	318	247	52.563	55.214	58.423	50.501	80.150	68.898
Depósitos	5.638	6.000	315	887	76.911	82.231	110.505	5.514	5.978	17.336
Suprimentos	-	-	-	-	12.249	16.630	-	-	13.750	13.750
Emprestimos obtidos	-	-	-	-	-	-	-	100.689	-	-
Carantias prestadas	-	-	-	-	1.228	-	-	-	2.383	-
	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010
Comissões e serviçoes prestados	3	21	2	-	1.539	1.312	59	-	222	-
Juros e encargos similares	165	122	18	13	1.013	93	2.140	2.188	629	1
Juros e Rendimentos similares	30	30	10	3	1.835	2.467	1.280	-	2.473	348

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Remunerações do pessoal chave de gestão

2011

Remunerações fixas: 2.910 milhares de euros

Remunerações variáveis: 103 milhares de euros

2010

Remunerações fixas: 2.468 milhares de euros

Remunerações variáveis: 473 milhares de euros

As partes relacionadas do Banif - Grupo Financeiro são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Dr. José Marques de Almeida
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Sr. Vítor Hugo Simons
Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro
Dra. Paula Cristina Moura Roque

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão:

Maria Luísa Cardoso da Silva Maçanita de Almeida
Pedro David Maçanita Duarte de Almeida
Lina Inês de Gouveia Marques dos Santos
Inês de Gouveia Marques dos Santos Henriques Pires
Filipe Gouveia Marques dos Santos
Sandra Margarida Amaro de Oliveira Boarotto
Artur Rangel Fernandes
Nicole Rangel Fernandes
Mateus Boarotto Fernandes
Maria João da Silva Sá dos Reis Rocha Moreira
Joana Sá Reis Rocha Moreira
Guilherme Sá Reis Rocha Moreira
Maria Alice Pereira de Almeida
João Paulo Pereira Marques de Almeida
Maria José Pereira Marques de Almeida
Maria João Pereira Marques de Almeida
Catherine Thérèse Laurence da Silveira
Alexandre Tiago da Silveira
Héloise Maria da Silveira
Gaspar Antoine da Silveira
Luisa Maria Campina Pinto da Piedade
Carolina Pinto Inverno da Piedade
Leonor Pinto Inverno da Piedade
Anabela Delgado Courinha e Ramos Simons
Nidia da Mota Simons

João Pedro da Mota Simons
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons
Lorenzo Roque Dal Fabbro
Bianca Maria Roque Dal Fabbro
Sara Dolores Militão Silva de Cima Sobral Roquette Teixeira
Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
José Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
Isabel Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
Ana Cristina dos Santos de Figueiredo e Sousa Nunes
Sofia Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes
Tomás Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes
Francisco Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes

Entidades Associadas:

Rentipar Seguros, SGPS
Companhia de Seguros Açoreana
Espaço Dez
Banca Pueyo
Bankpime
Inmobiliaria Vegas Altas
MC02
Centaurus Realty Group Invest. Imobiliários S.A.
Pedidos Liz

Accionistas:

Rentipar Financeira, SGPS
Vestiban – Gestão e Investimentos
Auto-Industrial – Investimentos e Participações, SGPS
Joaquim Ferreira de Amorim
Evalesco SGPS

Outras entidades:

Renticapital, Investimentos Financeiros
Rentipar Investimentos, SGPS
Rentipar Industria SGPS
Rentiglobo, SGPS
Empresa Madeirense de Tabacos

SIET Savoy

DISMADE – Distribuição de Madeira

VITECAF – Fabrica Rações da Madeira

RAMA – Rações para Animais

SODIPRAVE – Soc. Dist. De Produtos Avícolas

Avipérola

Aviatlântico

SOIL, SGPS

Rentimundi – Investimentos Imobiliários

Mundiglobo – Habitação e Investimentos

Habiprede – Sociedade de Construções

Genius – Mediação de Seguros

Rentimedis – Mediação de Seguros

MS MUNDI – Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria

RENTICONTROL – Controlo e Gestão de Contabilidade

Fundo de pensões de colaboradores do Grupo

Dualimo – Comercio de Vestuário e Representação, Lda

FN Participações SGPS, SA

Core Investimentos, consultoria e Serviços, Lda

49. CONDIÇÕES ESPECIAIS SOBRE O RISCO SOBERANO DE GRÉCIA, IRLANDA E PORTUGAL

Três países europeus, Grécia, Irlanda e Portugal, sofreram uma deterioração das suas finanças públicas num contexto adverso de conjuntura económica e financeira desfavorável. Esta situação levou os agentes do mercado a não adquirirem títulos de dívida pública emitidos por estes países para financiarem os défices públicos.

As políticas de solidariedade europeias previstas para estas situações, levaram os países da zona euro em conjunto com o Fundo Monetário Internacional a porem em prática um conjunto de mecanismos de apoio, levando à formulação e implementação de planos de ajustamento na Grécia, e posteriormente para a Irlanda e Portugal.

Todos estes planos estão a ser acompanhados por um conjunto de medidas que visam uma redução significativa dos desequilíbrios das contas públicas dos países visados.

Exposições do Grupo:

	Prazo Residual								
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	> 5 anos	Total	Provisões / Imparidade	Reserva JV	Exposição
Portugal									
Activos financeiros Disp Venda									
Governo Central	269.102	5.146	10	21.419	36.290	331.967	-	(33.810)	365.777
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-		-
Bancos	15.218	-	18.919	783	-	34.920	-	(3.892)	38.812
Empresas Públicas	-	7.018	-	-	2.343	9.361	-	(5.875)	15.236
	284.320	12.164	18.929	22.202	38.633	376.248	-	(43.577)	419.825
Investimentos detidos até maturidade									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	8.210	-	2.560	-	-	10.770	-	-	10.770
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	8.210	-	2.560	-	-	10.770	-	-	10.770
Crédito									
Governo Central	2.094	695	1.387	3.858	71.158	79.192	-	-	79.192
Governos Locais e regionais	15.400	30.250	15.000	-	20.000	80.650	-	-	80.650
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicos	14.359	-	865	-	29.934	45.158	-	-	45.158
	31.853	30.945	17.252	3.858	121.092	205.000	-	-	205.000
	324.383	**43.109**	**38.741**	**26.060**	**159.725**	**592.018**	-	**(43.577)**	**635.595**
Grécia									
Activos financeiros Disp Venda									
Governo Central	1.047	-	-	-	-	1.047	(941)	-	1.988
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.047	-	-	-	-	1.047	(941)	-	1.988
Investimentos detidos até maturidade									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	948	-	948	(200)	-	1.148
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	948	-	948	(200)	-	1.148
	1.047	-	-	**948**	-	**1.995**	**(1.141)**	-	**3.136**
Irlanda									
Activos financeiros Disp Venda									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	452	-	3.004	-	-	3.456	-	(455)	3.911
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	452	-	3.004	-	-	3.456	-	(455)	3.911
	452	-	**3.004**	-	-	**3.456**	-	**(455)**	**3.911**

50. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Banif - SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2011, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

Em Assembleia Geral da Sociedade realizada em 23 de Março de 2012, foram eleitos novos órgãos sociais para o triénio 2012-2014.

07 Relatório sobre o Governo da Sociedade

07

Relatório sobre o Governo da Sociedade

A informação que segue, relativa ao Governo da Sociedade, consubstancia o cumprimento do disposto no Regulamento n.º 1/2010 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e no art.º 245.º-A do Código de Valores Mobiliários.

Salvo indicação expressa em contrário, todos os elementos de informação fornecidos se reportam ao exercício de 2011 e/ou à data de 31 de Dezembro de 2011.

CAPÍTULO 0

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

0.1. Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar-se.

Além do Código de Governo das Sociedades emitido pela CMVM, a sociedade não se encontra sujeita a quaisquer códigos de governo das sociedades ou códigos de conduta específicos, a cujo cumprimento se tenha voluntariamente obrigado.

0.2. Indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adoptadas e não adoptadas.[1]

Entende-se, para este efeito, como não adoptadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra.

0.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a sociedade pode igualmente fazer uma avaliação global, desde que fundamentada, sobre o grau de adopção de grupos de recomendações entre si relacionadas pelo seu tema.

0.4. Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade divirjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas ou que a sociedade entenda não serem aplicáveis, respectiva fundamentação e outras observações relevantes, bem como a indicação clara da parte do Relatório onde a descrição dessa situação pode ser encontrada.

[1] Nas situações tidas por relevantes referem-se esclarecimentos adicionais.

I. ASSEMBLEIA GERAL

I.1 Mesa da Assembleia Geral

I.1.1 "O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade".

Recomendação adoptada

I.1.2 "A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade".

Recomendação adoptada

I.2 Participação na Assembleia

I.2.1 "A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis".

Recomendação não aplicável

Com a entrada em vigor do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários (aditado pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio), o bloqueio das acções para participar e exercer direitos de voto em assembleia geral deixou de ser exigível.

Têm direito a participar em Assembleia Geral, e aí discutir e votar, o accionista que, na data de registo, correspondente às 00.00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, for titular de acções que lhe confiram pelo menos um voto.

Para esse efeito cada accionista deverá declarar, por escrito, a intenção de participar na Assembleia Geral, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até ao dia anterior ao quinto dia de negociação anterior ao da realização daquela Assembleia.

I.2.2 "Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão".

Recomendação não aplicável

Com a entrada em vigor do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários (aditado pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio), o bloqueio das acções para participar e exercer direitos de voto em Assembleia Geral deixou de ser exigível (cfr. comentário à recomendação antecedente).

I.3 Voto e exercício do direito de voto

I.3.1 "As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónico".

Recomendação adoptada

I.3.2 "O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis".

Recomendação adoptada

I.3.3 "As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham acções que não confiram o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados".

Recomendação adoptada

I.4 Quórum deliberativo

"As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei".

Recomendação adoptada

I.5 Actas e informação sobre deliberações adoptadas

"Extractos de acta das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos".

Recomendação adoptada

I.6 Medidas relativas ao controlo das sociedades

"As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Os estatutos das sociedades

que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.".

Recomendação adoptada

Não existem medidas adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

Os estatutos não prevêm qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

I.6.2 "Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração".

Recomendação adoptada

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1 Temas gerais

II.1.1 Estrutura e competência

II.1.1.1 "O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar".

Recomendação adoptada

II.1.1.2 "As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos

de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias".

Recomendação adoptada

O sistema de controlo interno está descrito no ponto 2. 5. do Relatório de Governo da Sociedade referente ao exercício de 2011.

II.1.1.3 "O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade".

Recomendação adoptada

A Banif SGPS, SA, é uma Sociedade *holding* sujeita à supervisão do Banco de Portugal, nos termos do n.º 1 do art.º 117.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, encontrando-se integrada, para efeitos de supervisão por aquela entidade, no Grupo Banif/Rentipar Financeira. Neste contexto, e em obediência ao disposto, designadamente, no Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, o Grupo tem implementado, ao nível da "empresa-mãe" e das diversas filiais, sistemas de controlo interno e de gestão de riscos. Ainda em conformidade com o previsto no Aviso n.º 5/2008 (arts.º 25.º e 26.º) , a Rentipar Financeira, SGPS, SA (enquanto "empresa-mãe" para efeitos de supervisão do Banco de Portugal), bem como as instituições de crédito suas filiais produzem e enviam àquele supervisor um relatório anual de controlo interno, no âmbito do qual é emitido um parecer pelo órgão de fiscalização da instituição, contendo uma opinião detalhada sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno implementado.

Embora não esteja obrigada à produção de tal relatório, a Banif SGPS,SA, enquanto entidade integrada no perímetro de supervisão do Grupo e enquanto *holding* dominante de todas as instituições de crédito do mesmo, tem instituído um sistema de controlo interno, em conformidade com as exigências do referido Aviso, o qual é objecto de acompanhamento/avaliação pelo seu Conselho Fiscal.

II.1.1.4 "As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos."

Recomendação adoptada

II.1.1.5 "Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade".

Recomendação adoptada

II.1.2 Incompatibilidades e independência

II.1.2.1 "O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos".

Recomendação não adoptada

Dada a específica natureza de sociedade holding da Banif SGPS, SA, consubstanciada na gestão das suas participações sociais e na definição das principais linhas estratégicas do Banif - Grupo Financeiro, sem um núcleo substancial de actividades de gestão corrente/administração quotidiana, desde a sua constituição e até ao final do exercício de 2011, o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA não dispôs de uma Comissão Executiva. Em 23 de Março de 2012, o Conselho de Administração da sociedade eleito em reunião da Assembleia Geral de 22 de Março de 2012, designou uma Comissão Executiva, à qual, desde então, está confiada a gestão corrente da sociedade. Estão actualmente a ser definidos e implementados os procedimentos e regras tendentes a garantir aos 6 membros não executivos do Conselho de Administração a capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos memebros executivos.

II.1.2.2 "De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores".

Recomendação não adoptada

Considerando a data de referência a que se reportam as informações constantes do presente Relatório, esta documentação é considerada não adoptada, dada a inexistência de Administradores não executivos no órgão de Administração, em 31 de Dezembro de 2011.

Sem prejuízo do referido, informa-se que, à presente data, o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA integra 3 Administradores não executivos considerados independentes, número que representa mais de um quarto do número total de Adminstradores (11).

II.1.2.3 "A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis."

Recomendação não adoptada

Esta recomendação considera-se não adoptada atenta a inexistência de Administradores Não Executivos à data de referência de 31 de Dezembro de 2011. Actualmente, a Recomendação em referência é já adoptada pela Sociedade.

II.1.3 Elegibilidade e nomeação

II.1.3.1 "Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções".

Recomendação adoptada

A Recomendação é considerada adoptada com referência à data de 31 de Dezembro de 2011. Actualmente, o Presidente do Conselho Fiscal (entretanto eleito para um novo mandato, em reunião da Assembleia Geral de 22 de Março de 2012 – triénio 2012-2014) deixou de ser considerado independente dado o número de renovações do respectivo mandato, considerando o disposto na alínea b) do n.º 2 do art.º 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

II.1.3.2 "O processo de selecção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos."

Recomendação não adoptada

Esta recomendação considera-se não adoptada atenta a inexistência de Administradores Não Executivos à data de 31 de Dezembro de 2011. Sem prejuízo do referido, informa-se que, actualmente, a recomendação já seria considerada adoptada uma vez que a escolha de (quaisquer) Administradores é um processo exclusivamente conduzido pela estrutura Accionista da Sociedade (a quem cabe a apresentação e o sufrágio das listas tendentes à respectiva eleição), sem qualquer intervenção de membros executivos do órgão de Administração.

II.1.4 Política de comunicação de irregularidades

II.1.4.1 "A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante".

Recomendação adoptada

A política de comunicação de irregularidades da Sociedade é objecto de descrição no ponto 2.35 do presente Relatório.

II.1.4.2 **"As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades".**

Recomendação adoptada

As linhas gerais da política de comunicação de irregularidades estão descritas no ponto 2.35 do presente Relatório.

II.1.5 Remuneração

II.1.5.1 **"A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma:**

(i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis prédeterminados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa.

(ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser ficados limites máximos para todas as componentes.

(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

(v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.

(vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.

(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador.

(viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.

Recomendação não adoptada

Tendo como período de referência o exercício de 2011, a Banif SGPS, SA considera esta Recomendação não adoptada, uma vez que a remuneração dos membros do órgão de Administração, ao nível da Banif SGPS, SA, é efectuada, exclusivamente, em função das presenças nas reuniões do Conselho de Administração.

No entanto, deverá ter-se presente que a componente mais substancial da remuneração dos membros do órgão de administração/gestores do Banif - Grupo Financeiro não decorre das funções exercidas por estes na Banif SGPS, SA, individualmente considerada, mas sim das funções que igualmente exercem nas várias sociedades ditas "operacionais" do Grupo, estas sim intervindo directamente no mercado.

Esta circunstância está relacionada com o facto de que a Banif SGPS, SA, enquanto sociedade gestora de participações sociais, não tem uma actividade empresarial directa, isto é, não comercializa directamente produtos e serviços financeiros, fazendo-o apenas através de outras sociedades do Grupo.

Os proveitos da Banif SGPS, SA são gerados exclusivamente por via dos dividendos recebidos, directa e indirectamente, das sociedades operacionais, ou seja, dependem, em absoluto, dos resultados destas entidades em cuja estrutura accionista exerce uma posição dominante.

Pela razão descrita, e como referido, a remuneração auferida pelos administradores da Banif SGPS, SA directamente associada às funções espcificamente desempenhadas na sociedade representa uma parte reduzida da totalidade da remuneração auferida pelos mesmos no Banif - Grupo Financeiro, uma vez que a maior parte resulta das funções que aqueles desempenham nas sociedades operacionais.

É em cada uma destas Sociedades operacionais que a componente variável de remuneração está dependente da performance da empresa.

Esta política remuneratória permite, segundo o entendimento da Banif SGPS, SA, alinhar a remuneração (globalmente considerada, ao nível de todo o Banif - Grupo Financeiro) de cada Administrador pelo desempenho e pelos resultados das sociedades operacionais que estão sob a sua Administração e sob a sua responsabilidade directa, uma vez que estes condicionarão os próprios dividendos a receber pela Banif SGPS, SA e, consequentemente, os seus próprios resultados.

II.1.5.2 "A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores".

Recomendação não adoptada

A Comissão de Remunerações não entendeu conveniente a divulgação de eventuais elementos comparativos que hajam sido considerados na definição da política e práticas remuneratórias da sociedade.

II.1.5.3 "A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos."

Recomendação não aplicável

Atenta a sua específica natureza de Sociedade *holding*, apenas os órgãos de administração e fiscalização, nos termos legal e estatutariamente previstos, participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da Banif SGPS, SA, pelo que o entendimento na Sociedade é o de que não existem outros "dirigentes" nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

II.1.5.4 "Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser

aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários".

Recomendação não aplicável

Não estão em vigor, nem estão previstos, planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de Administração e Fiscalização, nem existe um sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de Administração e Fiscalização.

II.1.5.5 "Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de accionistas".

Recomendação adoptada

II.1.5.6 "Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa."

Recomendação adoptada

II.2 Conselho de Administração

II.2.1 "Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade".

Recomendação não adoptada

Como se referiu anteriormente, dada a específica natureza de sociedade holding da Banif SGPS,SA, consubstanciada na gestão das suas participações sociais e na definição das principais linhas estratégicas do Banif - Grupo Financeiro, sem um núcleo substancial de actividades de gestão corrente/administração quotidiana, entendeu-se, até ao final de 2011, que carece de sentido a delegação de tais funções numa Comissão Executiva. No entanto, desde 23 de Março de 2012, as funções de administração quotidiana estão já delegadas numa Comissão Executiva. Adicionalmente, informa-se que a delegação de funções do Conselho de Administração numa Comissão Executiva, é prática seguida em todas as sociedades do Banif - Grupo Financeiro com Administração quotidiana significativa.

II.2.2 "O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais".

Recomendação adoptada

II.2.3 "Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade".

Recomendação não aplicável

Conforme anteriormente referido, pelas razões oportunamente mencionadas, o Conselho de Administração da Sociedade não foi integrado por Administradores não executivos durante o exercício de 2011. Actualmente, o Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas.

II.2.4 "O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados".

Recomendação não aplicável

Conforme anteriormente referido, pelas razões mencionadas, durante o exercício de 2011 o Conselho de Administração da sociedade não foi integrado por Administradores não executivos.

II.2.5 "A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade".

Recomendação não adoptada

Tendo em consideração o modelo de Governo da Sociedade que tem vindo a ser implementado desde 2007, bem como o contexto em que se desenvolve a actividade da Banif SGPS, SA, o órgão de Administração considera que não é conveniente submeter ou condicionar a rotação de pelouros a qualquer política ou critério previamente estabelecido.
O Conselho de Administração considera que a eventual alteração/rotação de pelouros, entre os seus membros, deverá ser determinada por aquele órgão de forma casuística, em função da evolução da actividade da sociedade e das valências dos elementos que o integram.

II.3 Administrador delegado, comissão executiva e conselho de administração executivo

II.3.1 "Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas".

Recomendação adoptada

O Conselho de Administração procura criar as melhores condições para que o Conselho Fiscal exerça a sua actividade de fiscalização na posse de toda a informação relevante e com a maior proximidade possível às matérias tratadas. Neste sentido, o Presidente do Conselho Fiscal é convidado para estar presente em todas e tem efectivamente estado presente na generalidade das reuniões do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal tem conhecimento das Agendas das reuniões do Conselho de Administração, bem como dos documentos analisados no âmbito das mesmas, de todas as deliberações ali tomadas e das respectivas actas. Adicionalmente, o Conselho de Administração está disponível para responder a questões, prestar esclarecimentos ou fornecer informações complementares, quer no âmbito das reuniões, quer no contexto de qualquer solicitação que o Conselho Fiscal entenda promover.

II.3.2 "O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões".

Recomendação não aplicável

A Recomendação é considerada não aplicável na medida em que, durante o exercício de 2011, a Sociedade não dispôs de uma Comissão Executiva. No entanto, importa referir que, de acordo com a prática seguida na sociedade, o Presidente do Conselho Fiscal esteve presente na generalidade das reuniões do Conselho de Administração, recebendo, antecipadamente e relativamente a cada reunião, a respectiva convocatória e a respectiva agenda, bem como, subsequentemente, a respectiva acta. Pelo exposto, considerando que o Presidente do Conselho de Administração tem funções executivas, considera-se esta Recomendação como materialmente cumprida.

II.3.3 "O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões".

Recomendação não aplicável

Recomendação não aplicável no contexto do Modelo de Governação adoptado, que não prevê as figuras do "Presidente do Conselho de Administração Executivo nem do "Presidente do Conselho Geral e de Supervisão". Relevam, no entanto, as considerações desenvolvidas a respeito da recomendação imediatamente anterior.

II.4 Conselho geral e de supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal

II.4.1 "O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais".

Recomendação não aplicável

Recomendação não aplicável no contexto do Modelo de Governação adoptado, que não prevê a existência de um "Conselho Geral e de Supervisão".

II.4.2 "Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas".

Recomendação adoptada

II.4.3 "Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados".

Recomendação adoptada

II.4.4 "O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios".

Recomendação adoptada

II.4.5 "O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito".

Recomendação adoptada

II.4.6 "Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade."

Recomendação não adoptada

A Banif SGPS, SA, enquanto sociedade gestora de participações sociais, não tem uma actividade empresarial directa, isto é, não comercializa directamente produtos e serviços financeiros, fazendo-o apenas através de outras sociedades do Grupo, ditas operacionais, estas sim intervindo directamente no mercado. Pelo exposto, a Banif SGPS,SA não dispõe de uma significativa estrutura de pessoal e, consequentemente, as funções da Auditoria Interna Corporativa são, no essencial, de estabelecimento de directrizes para as auditorias internas de outras sociedades do Grupo e de coordenação transversal da actividade de auditoria do Grupo.
Esta definição de directrizes e coordenação da actividade dos diversos serviços de auditoria pretende concretizar a "*supervisão dos negócios (...) com uma organização e funcionamento interno mais estruturados*", o que é uma tarefa do Conselho de Administração da *holding*, com vista a promover o "*relacionamento mais profundo entre a holding e as demais sociedades, de modo a que estas actuem concertadamente na implementação de estratégias transversais*". Uma vez que a Auditoria Interna Corporativa concretiza uma incumbência do Conselho de Administração da *holding*, entende-se que é a este que aquele órgão deve reportar.

II.5 Comissões especializadas

II.5.1 "Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria"; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador".

Recomendação não adoptada

Durante o exercício de 2011, tendo em consideração a específica natureza de sociedade *holding* da Banif SGPS,SA, a inexistência, pelas razões anteriormente descritas (cfr. v.g. comentário à Recomendação n.º II.2.1), de Administradores não executivos e a própria dimensão do Conselho de Administração (composto por sete elementos), foi entendimento deste órgão que não estão estiveram reunidas as condições ou os pressupostos para a criação das comissões previstas na presente Recomendação.

Sem prejuízo do referido informa-se que o Conselho de Administração eleito em 22 de Março de 2012 para exercício de funções no triénio 2012-2014 consideram a possibilidade de vir a implementar as referidas Comissões ainda durante o exercício de 2012.

II.5.2 "Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração".

Recomendação adoptada

Os membros da Comissão de Remunerações, eleitos na Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2009 para o triénio 2009-2011, são independentes, designadamente tendo em consideração os requisitos de independência previstos no art.º 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais.

Considera-se que os três membros da Comissão de Remunerações têm, em virtude do seu curriculum profissional, conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração, designadamente, no que se refere ao Dr. Deodato Nuno de Azevedo Coutinho, em virtude das funções desempenhadas em órgãos sociais de grandes empresas nacionais nas áreas financeiras e das obras públicas, no que se refere ao Dr. António Gonçalves Monteiro, em virtude de cerca de 30 anos de actividade profissional, exercida nos domínios da auditoria, revisão legal de contas e consultoria de gestão e, no que se refere a D. Enrique Santos, em virtude das funções de administração que desempenhou em diversas empresas, financeiras e não financeiras, bem como em associações empresariais.

II.5.3 "Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços".

Recomendação adoptada

Não foi contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa, o mesmo se aplicando a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.

II.5.4 "Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem".

Recomendação adoptada

III. Informação e auditoria

III.1 Deveres gerais de informação

III.1.1 "As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor".

Recomendação adoptada

III.1.2 "A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:

a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;

b) Estatutos;

c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;

d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;

e) Documentos de prestação de contas;

f) Calendário semestral de eventos societários

g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral;

h) Convocatórias para a realização de assembleia geral".

Recomendação adoptada

III.1.3 "As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição".

Recomendação não adoptada

A sociedade não tem definida uma política específica de rotação do auditor externo. A nomeação do auditor externo é efectuada pela Assembleia Geral, de acordo com recomendação/proposta do Conselho Fiscal.

III.1.4 "O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade".

Recomendação adoptada

Conforme anteriormente referido, a Banif SGPS,SA, é uma sociedade *holding* sujeita à supervisão do Banco de Portugal, nos termos do n.º 1 do art.º 117.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, encontrando-se integrada, para efeitos de supervisão por aquela entidade, no Grupo/Rentipar Financeira. Em obediência ao disposto, designadamente, no Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, o Grupo tem implementado, ao nível da "empresa-mãe" e das diversas filiais, sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, que são periodicamente avaliados pelos órgãos de fiscalização e por aquele regulador. O auditor externo, no âmbito das suas competências e do apoio que presta ao órgão de fiscalização, passou também a ter como atribuições a verificação da aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a par da verificação da eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno. De acordo com os procedimentos definidos internamente na sociedade, o Conselho Fiscal é o primeiro interlocutor do auditor externo e o primeiro destinatário dos relatórios que o mesmo produz, designadamente no que se refere ao reporte de deficiências ou anomalias detectadas.

III.1.5 **A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade".**

Recomendação adoptada

Não foram contratados outros de serviços de consultoria aos auditores externos execepto quanto aos serviços de garantia de fiabilidade e consultoria fiscal conforme indicado no ponto 3.17.

IV. Conflitos de interesses

IV.1 Relações com accionistas

IV.1.1 **"Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado".**

Recomendação não aplicável

Não existem negócios/operações nas condições descritas.

IV.1.2 **"Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art.**

20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção".

Recomendação não aplicável

Não existem negócios/operações nas condições descritas.

CAPÍTULO 1

ASSEMBLEIA GERAL

1.1 Identificação dos membros da mesa da assembleia-geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o art.º 14.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade, por um Presidente e por um ou dois Secretários.

Em 26 de Maio de 2011, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Professor Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha cessou as respectivas funções, por renúncia. Pelo exposto, à data de 31 de Dezembro de 2011, a Mesa da Assembleia Geral era constituída exclusivamente pelo respectivo Secretário, Dr. Miguel José Luís de Sousa.

Em 22 de Março de 2012, foram eleitos, para exercício de funções no triénio 2012-2014, os seguintes membros da Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dr. Miguel José Luís de Sousa
Secretário: Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus

1.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição de ambos os membros da Mesa da Assembleia Geral foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 2 de Março de 2012, para o mandato trienal 2012 – 2014, com termo em 31 de Dezembro de 2014.

1.3 Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia geral

Durante o exercício de 2011, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma remuneração fixa anual de 7.500,00 euros e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma remuneração fixa de anual de 1.500,00 euros.

1.4 Indicação da antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral

Com a entrada em vigor do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários (aditado pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio), o bloqueio das acções para participar e exercer direitos de voto em Assembleia Geral deixou de ser exigível.

Tem direito a participar em assembleia geral, e aí discutir e votar, o accionista que, na data de registo, correspondente às 00.00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, for titular de acções que lhe confiram pelo menos um voto.

Para esse efeito cada accionista deverá declarar, por escrito, a intenção de participar na Assembleia Geral, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até ao dia anterior ao quinto dia de negociação anterior ao da realização daquela Assembleia.

1.5 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia geral

Com a entrada em vigor do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários (aditado pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio), o bloqueio das acções para participar e exercer direitos de voto em Assembleia Geral deixou de ser exigível. De igual modo, não é exigível qualquer bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral (cfr. comentário ao ponto 1.4. supra).

1.6 Número de acções a que corresponde um voto

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 17.º do Contrato de Sociedade, a cada acção corresponde 1 (um) voto.

Esta redacção do n.º 2 do art.º 17.º do Contrato de Sociedade, introduzida em Assembleia Geral de 31 de Março de 2008, permitiu acolher as recomendações da CMVM nesta matéria, enfatizando o esforço da sociedade em fomentar a participação dos detentores de capital nos actos deliberativos.

1.7 Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confiram o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados

O nº 4 do artigo Quinto do Contrato de Sociedade prevê a emissão de acções preferenciais sem voto e outras acções preferenciais, nos termos seguintes:
"*A sociedade poderá emitir quaisquer categorias de acções, nomeadamente acções preferenciais sem voto e outras acções preferenciais, remíveis ou não, podendo a remissão ser efectuada pelo valor nominal, acrescido ou não da concessão de um prémio, mediante delliberação do órgão competente*".

1.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, designadamente no que se refere a quóruns constitutivos e deliberativos, acompanham o regime legal do Código das Sociedades Comerciais (CSC), existindo uma identidade entre o regime estatutário (previsto no art.º 18.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade e o regime legal (previsto, v.g. nos art.º 383.º e 386.º do Código das Sociedades Comerciais). Não existem regras estatutárias sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

1.9 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência

O contrato de Sociedade prevê o exercício do direito de voto por correspondência, por parte dos accionistas, na Assembleia Geral.

Em conformidade com o previsto na alínea f) do n.º 5 do art.º 377.º do Código das Sociedades Comerciais, o Contrato de sociedade (art.º 17.º) regula a forma como o voto por correspondência se processa, bem como as condições de segurança a que deve obedecer e consagra a sua relevância para a formação do quórum constitutivo.

1.10 Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

A Sociedade disponibiliza, no seu sítio de internet – www.grupobanif.pt – um modelo elaborado de modo a conter os diversos conteúdos requeridos para o exercício de voto por correspondência.

Importa referir que, conforme previsto no art. 17.º, n.º 5, al. c. do Contrato de sociedade, a existência de um boletim de voto padrão para cada Assembleia Geral não prejudica a validade do voto por correspondência num modelo que não o padrão, desde que recebido no prazo estipulado e cujo sentido de voto seja inteligível e inequívoco.

1.11 Exigência de prazo que medeie entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia geral

No voto por correspondência são considerados os votos expedidos por carta registada com aviso de recepção, recebidos na sede da sociedade até às dezassete horas do dia útil anterior à data da assembleia (cf. Cap. IV, art. 17.º, n.º 3, do Contrato de Sociedade).

1.12 Exercício do direito de voto por meios electrónicos

Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos na Assembleia Geral.

1.13 Possibilidade de os accionistas acederem aos extractos da actas das reuniões das assembleias gerais no sítio internet da sociedade nos cinco dias após a realização da assembleia geral

A Sociedade disponibiliza aos accionistas e ao público em geral, em conformidade com a Recomendação I.5 do Código de Governo das Sociedades da CMVM (2010), um documento informativo sobre as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações, o qual é conservado no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos. Adicionalmente, os accionistas da sociedade podem aceder, mediante solicitação, às actas das reuniões das assembleias gerais, nos 5 dias após a realização das mesmas.

1.14 Existência de um acervo histórico, no sítio internet da sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

A sociedade disponibiliza, no seu sítio de internet – www.grupobanif.pt – informação relativa às deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade referentes aos três últimos exercícios, bem como o capital social representado e os resultados das votações.

1.15 Indicação do(s) representante(s) da comissão de remunerações presentes nas assembleias gerais

Na Assembleia Geral Anual da Sociedade, ocorrida em 15 de Abril de 2011, a comissão de remunerações foi representada por um dos seus três membros, Dr. Enrique Santos.

1.16 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações, cujo membros (3) são eleitos directamente pela Assembleia Geral (art.º 31.º, n.º 1 do Contrato de sociedade). Além disso, a Assembleia Geral poderá deliberar, sob proposta do Conselho de Administração, sobre a distribuição de lucros a quadros e empregados da sociedade (art.º 31.º, n.º 4 do Contrato de sociedade). Adicionalmente, em conformidade com o

disposto no ponto II.1.5.2 do Código de Governo das Sociedades, divulgado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em Setembro de 2007, e com o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações submete anualmente, para apreciação pela Assembleia Geral Anual de accionistas, uma declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização.

1.17 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções, ou com base nas variações de preços das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à assembleia-geral com vista a uma avaliação correcta desses planos

Depende de deliberação da Assembleia Geral a criação de qualquer sistema de opções sobre as acções representativas do capital social da Sociedade (art.º 31.º, n.º 5 do Contrato de sociedade).

1.18 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários

A concessão aos membros dos órgãos sociais de pensões de reforma e de sobrevivência ou de pensões complementares de reforma e de sobrevivência depende de deliberação da Assembleia Geral (art.º 31.º, n.º 6 do Contrato de Sociedade). No entanto, a Assembleia Geral poderá delegar na Comissão de Remunerações os poderes para o efeito.

1.19 Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas

Não aplicável, na medida em que o Contrato de Sociedade não prevê a limitação de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

1.20 Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração

Não existem nem estão previstas quaisquer medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

1.21 Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais

Não existem nem estão previstos acordos com as características descritas.

1.22 Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem nem estão previstos acordos com as características descritas.

CAPÍTULO 2

Órgãos de administração e fiscalização

SECÇÃO 1 – Temas gerais

2.1 Identificação e composição dos órgãos da sociedade.

Em termos de governação, a sociedade está estruturada de acordo com o Modelo Latino (Reforçado), nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 278.º do Código das Sociedades Comerciais.

A Administração da Sociedade está confiada a um Conselho de Administração (cfr. art.º 20.º e seguintes do Contrato de Sociedade) constituído por um mínimo de 3 e um máximo de 11 elementos, eleitos em Assembleia Geral, por mandatos de 3 anos.

Em reunião de 23 de Março de 2012, o Conselho de Administração delegou as competências de gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva, ao abrigo do disposto no artigo 24.º do Contrato de Sociedade.

A fiscalização da sociedade está confiada a um Conselho Fiscal (art.º 27.º e seguintes do Contrato de Sociedade), constituído por um mínimo de 3 membros efectivos eleitos em Assembleia Geral por mandatos de 3 anos e a uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

2.2 Identificação e composição das comissões especializadas constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

À presente data está apenas constituída, no âmbito do Conselho de Administração, a Comissão Executiva referida no número anterior.

2.3 Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, ou à distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização, e lista de matérias indelegáveis e das competências efectivamente delegadas.

O Conselho de Administração da sociedade, no âmbito de um processo de reconfiguração iniciado em 2007 e progressivamente implementado até à presente data, criou um Modelo de Governo alinhado com seis objectivos fundamentais:

- Criar as condições ideais para o desenvolvimento sustentado do Banif - Grupo Financeiro, em linha com as orientações estratégicas aprovadas: crescimento sustentado e controle do risco;

- Manter a autonomia, flexibilidade e capacidade de inovação das empresas, afectando-as à responsabilidade dos gestores profissionais;

- Reforçar o papel do Presidente Executivo do Grupo apoiando esse papel com as soluções necessárias face ao crescimento e maior complexidade do portfolio de negócios;

- Dotar a "holding" de uma estrutura própria, com competência e dimensão suficientes para desenvolver as funções essenciais de apoio ao Grupo;

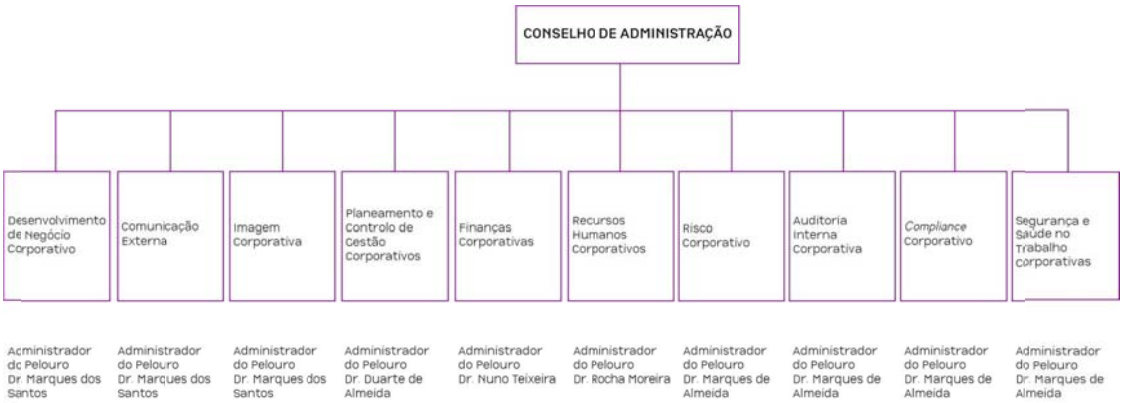
- Alinhar o modelo com as recomendações dos mercado de capitais e códigos de boa conduta, reforçando a imagem de transparência, rigor e controlo de risco do Grupo;

– Fortalecer a capacidade de explorar sinergias de receita e de custo, através de mecanismos transversais aos negócios

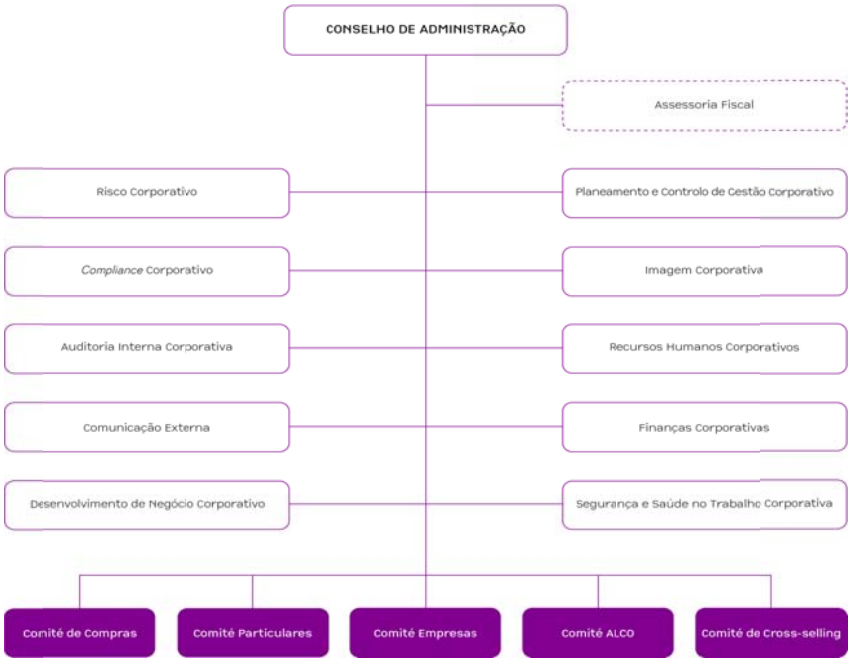
Com vista aos desideratos propostos, foi estruturado um Modelo de Governo caracterizado nos termos seguintes:

i) O Conselho de Administração da Banif SGPS, SA constitui-se como órgão executivo mais elevado do Grupo, com uma organização e funcionamento concretamente definidos e sustentando a sua actuação num modelo interventivo na supervisão dos negócios e na definição de estratégias transversais ao Grupo;

ii) O Conselho de Administração da Banif SGPS, SA é apoiado por um centro corporativo, composto por funções corporativas, com uma estrutura reduzida mas de elevada competência, reportando cada função a um membro do Conselho de Administração.
Durante o exercício de 2011, a distribuição de pelouros no âmbito do Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. foi a seguinte:

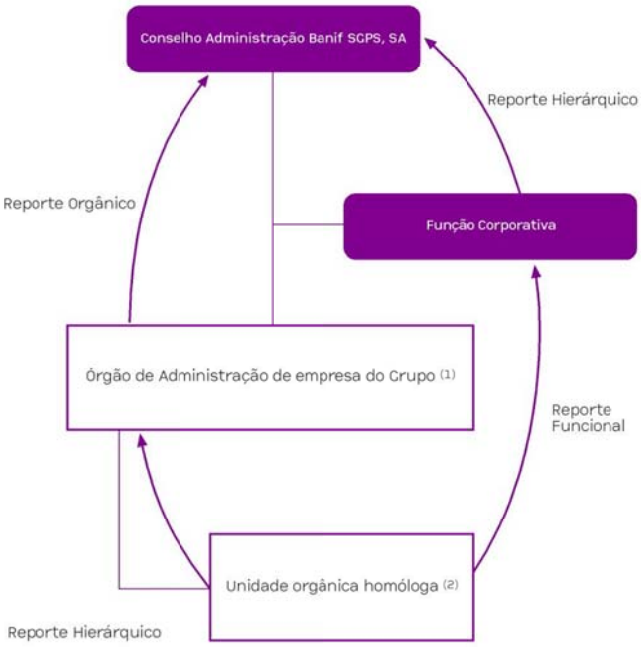


iii) O papel integrador das funções corporativas encontra-se reforçado pela constituição de comités transversais para temas chave para a competitividade e a gestão do risco do Grupo. Os comités têm a participação de quadros das várias Unidades de Negócio e, sempre que necessário, a implementação das medidas propostas é objecto de ratificação em Conselho de Administração da Banif SGPS,SA;
Durante o exercício de 2011, o Centro Corporativo esteve estruturado de acordo com o seguinte modelo:



v) AO modelo de governo implementado pressupõe uma matriz de relacionamento específica entre a Holding e as Unidades de Negócio, quer ao nível das funções corporativas, quer ao nível dos comités.

Modelo de relacionamento das funções corporativas

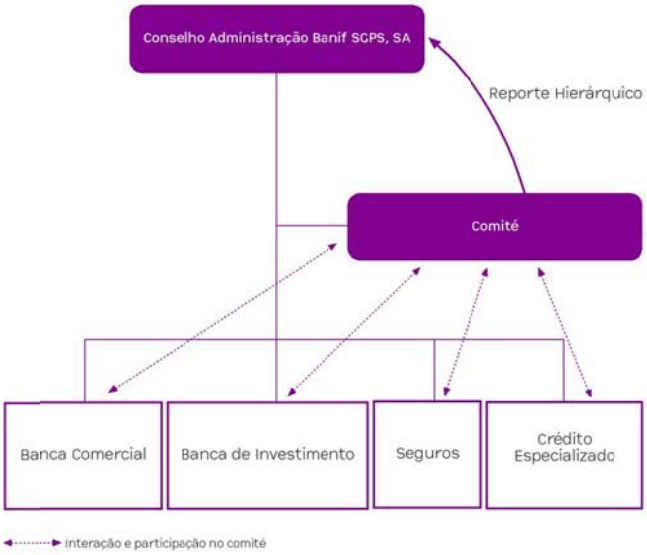


- As funções corporativas reportam hierarquicamente ao Conselho de Administração da Banif SGPS através do Administrador do pelouro;
- As unidades orgânicas homólogas das várias sociedades do Grupo reportam hierarquicamente ao Conselho de Administração das mesmas;
- As unidades homólogas das várias sociedades do Grupo, para além do reporte hierárquico referido, reportam funcionalmente às funções corporativas no âmbito das atribuições das funções corporativas;
- O reporte funcional concretiza-se através da definição de metodologias, a direcção de processos transversais ao Grupo, na articulação global da actividade e, eventualmente, na avaliação da adesão às políticas;
- Caso as medidas careçam de expressão em normas, estas serão aprovadas pelo Conselho de Administração da Banif SGPS, e comunicadas aos Órgãos de Administração das empresas do Grupo para implementação.

(1) Conselho de Administração, Comissão Executiva (consoante o modelo de gestão)

(2) Estrutura orgânica (direcção, gabinete, núcleo, etc.) com atribuições no âmbito de função corporativa

Modelo de relacionamento dos Comités



- Os comités constituem mecanismos que visam promover a articulação entre as Unidades de Negócio (e as empresas que as compõem) do Grupo;
- Os comités assumem maior formalismo organizativo, funcionando com base em Regulamento, Plano de Actividades e Orçamento, aprovados pelo Conselho de Administração da Banif SGPS;
- Cada comité será presidido por um membro do Conselho de Administração da Banif SGPS;
- Os membros do comité são Administradores e Quadros Superiores das várias Unidades de Negócio do Grupo, cuja participação é consensualizada com as respectivas administrações ou Comissões Executivas;
- Os comités materializam a sua actividade na elaboração de propostas de iniciativas e no acompanhamento da sua implementação; e comunicam, às administrações ou Comissões Executivas das empresas participantes, os acordos adoptados através da circulação de actas;
- A execução de quaisquer iniciativas processa-se através das Unidades de Negócio e empresas, carecendo das aprovações hierárquicas internas – de acordo com os modelos de decisão internos aplicáveis.

Desde a Assembleia Geral de 22 de Março de 2012, o Conselho de Administração então eleito tem vindo a implementar significativas alterações no modelo de *governance* do Grupo, nomeadamente

i). Embora, no passado, a natureza de sociedade holding da Banif – SGPS, S.A., sem uma actividade de gestão quotidiana substancial, tenha justificado a inexistência de uma Comissão Executiva, a evolução da actividade do Centro Corporativo e o aumento da necessidade de desenvolver uma gestão transversal ao Grupo levou a que o Conselho de Administração eleito para o triénio 2012-2014 tenha promovido a criação de uma Comissão Executiva, à qual delegou poderes de gestão corrente da sociedade.

ii). Foi criada uma equipa de gestão transversal ao Grupo, com um número muito significativo de administradores comuns à Banif – SGPS, S.A. e às três unidades bancárias do Grupo em Portugal, no sentido de assegurar transversalidade e unidade na estratégia de gestão, que permita uma melhor e mais eficiente utilização dos recursos gerados internamente, uma gestão global e integrada dos riscos e uma unificação da proposta de valor que o Grupo oferece aos seus clientes

iii) Foram efectuadas alterações substanciais ao nível do Centro Corporativo e foi promovida a partilha de serviços e de estruturas entre várias unidades do Grupo, no âmbito de um processo de racionalização e optimização que deverá continuar a ser implementado ao longo dos exercícios de 2012 e seguintes.

2.4 Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detectados, e

serem objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

Os Relatórios Anuais do Conselho Fiscal incluem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detectados (se existentes) e são objecto de divulgação no sítio de internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

A sociedade não dispõe de Conselho Geral e de Supervisão, de Comissão para as matérias financeiras ou de Comissão de Auditoria.

2.5 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia.

Ao nível do modelo de Governo da Sociedade, foi dada continuidade ao processo de implementação de um Centro Corporativo, integrado por funções e comités corporativos, através do qual se pretende dotar a Banif SGPS, como entidade de topo do Banif – Grupo Financeiro, de uma estrutura com competência e dimensão adequadas para a condução transversal e concertada da sua actividade societária e comercial.

Uma das funções referidas, Risco Corporativo, tem como missão principal assessorar o Conselho de Administração da Banif SGPS na gestão integrada dos riscos inerentes às actividades do Banif – Grupo Financeiro, em adequação com as exigências e recomendações das entidades supervisoras, promovendo a sua mitigação e incorporação na tomada de decisão.

Tratando-se essencialmente de uma função de controlo, a sua principal preocupação tem sido sobretudo relacionada com a obtenção e estruturação lógica de informação que permita assegurar o controlo dos diversos riscos de actividade a que o Grupo se encontra exposto, bem como na definição de políticas de risco globais e estruturantes e na promoção e desenvolvimento de projectos de risco de natureza transversal ao Banif - Grupo Financeiro.

Em linha com as recomendações internacionais dos órgãos de supervisão e das melhores práticas, o Grupo reconhece a necessidade de adoptar um compromisso com a Gestão do Risco, quer ao nível de Processos e Tecnologias quer ao nível de Pessoas e Culturas, o que, no contexto das suas actividades, é relativamente complexo, face à diversidade de entidades que o compõem e às diversas geografias onde se encontra presente.

Em termos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos, o sistema de gestão de riscos do Grupo é exercido em cada uma das suas entidades efectuando-se ao nível corporativo um trabalho de natureza similar, agregador de riscos e essencialmente vocacionado para as actividades de

controlo. No essencial é proporcional à dimensão, natureza e complexidade das actividades, estando em linha com a natureza e magnitude dos riscos que o Grupo assume ou pretende assumir.

Para suporte de parte das actividades da Função de Risco Corporativo foi implementado um sistema de informação corporativo que assenta num DataMart de Risco e para o qual contribuem todas as entidades do Grupo que concorrem para o perímetro de supervisão. O Grupo dispõe de aplicações específicas para a recolha, tratamento e preparação de informação de gestão e de natureza prudencial, para os principais riscos da actividade. Os colaboradores afectos às actividades de recolha e tratamento de informação dispõem de formação adequada.

Para garantir formatos adequados e coerência na informação preparada a nível consolidado para efeitos de gestão e de supervisão foram efectuados Reporting Packages onde estão descritos todos os campos de informação necessários, os procedimentos, os responsáveis pela informação e o calendário de reporte. Estes manuais, são actualizados sempre que necessário e são divulgados em português ou inglês a todas as entidades envolvidas no processo. Paralelamente, estão instituídos processos de validação dos dados reportados, com o objectivo de incrementar o seu nível de qualidade.

Em termos gerais, o programa de desenvolvimento do DataMart Corporativo irá continuar, de modo a abranger um leque de informação mais vasto, que possibilite um nível acrescido de gestão dos riscos mais significativos.

O Grupo definiu a sua estratégia de risco, assente a definição de linhas globais de orientação, baseadas na atitude face ao risco e nas abordagens de gestão de risco mais adequadas às suas actividades.

No último exercício o Grupo continuou a promover o desenvolvimento do seu Sistema de Controlo Interno, fomentando sinergias com as actividades de Risco Operacional e mantendo como objectivos a atingir e melhorar:

- Estabelecer o nível do Ambiente de Controlo da organização, conferindo disciplina e estrutura às bases da Função de Controlo Interno quer ao nível central quer ao nível das filiais;
- Promover a efectividade e eficiência nas operações;
- Assegurar que a informação reportada é objectiva, fidedigna e correcta;
- Cumprir com os normativos legais e regulamentares definidos.

A metodologia de implementação de Controlo Interno assenta nos princípios internacionais e num *framework* desenvolvido internamente, pretendendo-se garantir a prossecução de cinco componentes essenciais:

- Ambiente de Controlo – Estabelecendo o grau em que o Grupo influencia a consciência de controlo dos seus colaboradores conferindo-lhe disciplina e estrutura.

- Avaliação do Risco – Identificando e analisando os riscos relevantes (internos e externos), por forma a que os objectivos da organização sejam alcançados e que seja criada uma base adequada para a gestão dos riscos.
- Actividades de Controlo – Assentando em políticas e procedimentos adequados com o objectivo de assegurar que as premissas estabelecidas pela gestão são seguidas e permitem que as acções necessárias sejam realizadas para identificar os riscos inerentes às actividades do Grupo.
- Informação & Comunicação – Garantindo a identificação, captura e comunicação de informação pertinente e relevante que permita a tomada de decisões e que garanta a adequada execução.
- Monitorização - Avaliando a qualidade da performance do Controlo Interno.

Ao nível da função de Controlo Interno Corporativo, foram acompanhadas e promovidas, em 2011, diversas iniciativas, quer de gestão quer regulamentares que cumpre destacar:

- Foi efectuada a auto-avaliação do cumprimento dos requisitos exigidos para as funções de estrutura pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, de 1 de Julho de 2008, utilizando para o efeito os questionários completos de *Self-Assessment*;
- Em cumprimento do disposto no referido Aviso n.º 5/2008, foram realizados durante o primeiro semestre o Relatório de Controlo Interno do Grupo Rentipar Financeira e os Relatórios Individuais de todas as filiais consideradas mais relevantes nos termos do Modelo de Avaliação de Riscos do Grupo, definido pela entidade de supervisão;
- Apresentação do Projecto de Remediação junto das filiais e definição das Acções a realizar;
- Elaboração dos Project Charters (Documento de compromisso com as filiais);
- Execução de acções de Follow-Up dos Projectos de Remediação com reporte bimestral dos pontos de situação das deficiências ao Conselho de Administração da Banif SGPS e ao Banco de Portugal;
- Identificação dos controlos existentes nas várias filiais do Grupo, sendo que numa primeira fase procedeu-se ao envio de Questionários de Control Self-Assessment para as várias Entidades do Grupo.

Em linha com as orientações regulamentares e em particular do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, o Grupo promoveu o desenvolvimento de uma aplicação informática que sustenta a monitorização e controlo das acções realizadas em cada filial. Assim, em cada momento, é possível saber o *status* de cada deficiência e de cada acção de remediação, as quais são devidamente acompanhadas dos documentos e evidências consideradas necessárias. Trata-se de um sistema de comunicação dinâmico entre as filiais e os órgãos corporativos de controlo, que facilita, naturalmente, o conhecimento do Grupo de cada uma das entidades que o compõem.

A equipa corporativa de apoio ao Sistema de Controlo Interno estabelece um diálogo regular com os responsáveis de Controlo Interno das filiais, promovendo a disseminação das orientações do Grupo e colaborando para a proficiência do sistema de gestão de riscos do Grupo.

O Grupo promove com regularidade análises de sensibilidade e de cenários, elaborando testes idiossincráticos e de carácter sistémico por forma a avaliar o seu impacto nas principas rubricas e indicadores da actividade ao nível consolidado. O resultado destes testes, quando material, é considerado como input para as decisões de gestão, avaliando-se as vulnerabilidades detectadas e as medidas correctivas mais adequadas para a sua mitigação.

No decurso de 2011 o Grupo participou em vários exercícios desta índole, definidos pelo Banco de Portugal, nomeadamente o "bottom-up stress test" realizado entre nos meses de Setembro e Outubro e o "SIP-WS3" realizados nos meses de Novembro e Dezembro.

Relativamente ao exercício de "bottom-up stress test" realizado, este não diferiu muito dos exercícios com a mesma índole realizados anteriormente.

No que diz respeito ao âmbito do Programa de Inspecções Especiais (SIP) realizado junto dos 8 maiores grupos bancários portugueses, o Grupo iniciou em Novembro de 2011 a sua participação no Workstream 3 (WS3). O WS3 teve como objectivo uma avaliação das metodologias e parâmetros utilizados na realização de stress tests. Para o efeito, foi solicitado aos bancos que executassem um exercício de stress test semelhante ao realizado em Outubro, servindo este de base aos trabalhos de avaliação, que foram efectuados pela consultora Oliver Wyman e acompanhados e coordenados pelo Banco de Portugal.

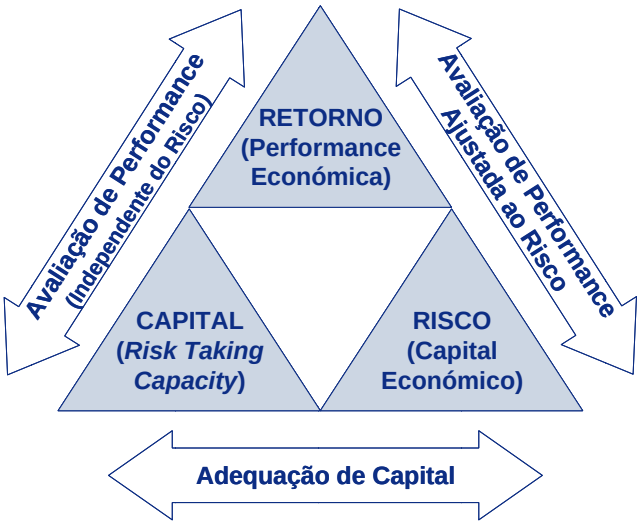
Dando continuidade ao desenvolvimento das iniciativas referentes ao Acordo de Basileia II foi, em Março de 2011, elaborado o Relatório intercalar sobre o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (adiante designado ICAAP) em conformidade com a Instrução n.º 15/2007, cumprindo-se assim os requisitos estabelecidos pelo Acordo para o Pilar II.

O processo ICAAP visa dotar o Banif – Grupo Financeiro de um modelo de capital económico, com clara integração do cálculo de capital interno com o processo de planeamento e alocação estratégica de capital, o que constitui um marco significativo para que esta ferramenta venha a ser um elemento central de suporte dos processos de decisão estratégicos do Grupo.

O Grupo entende que alocação de capital interno consiste num elemento essencial de reforço à estratégia e à consolidação do processo de ICAAP na gestão diária do Grupo. Associada a esta alocação, está presente a definição de medidas de performance ajustadas ao risco, que são consideradas nos sistemas de objectivos das áreas de negócio e nos sistemas de incentivos a colaboradores. A alocação de capital é complementada com uma análise do retorno obtido sobre o mesmo, o que desencadeia acções correctivas que têm como objectivo proceder à alocação do capital interno de modo mais eficiente, e desta forma, possibilitar a melhor rentabilidade do capital ajustado ao risco.

Foram definidos seis vectores de desenvolvimento do ICAAP, que contemplaram a confirmação da ambição do desenvolvimento de negócio (linhas estratégicas de negócio), bem como a sua tolerância e atitude face ao risco (perfil de risco).

Em termos ilustrativos, o processo pode ser visualizado como segue:



Este processo veio dotar o Grupo de um planeamento de capital económico, adequado à sua estratégia de risco, acompanhado pela realização de exercícios que permitem a quantificação de perdas inesperadas para a globalidade do seu activo, e a consequente adequação da estrutura organizacional do governo, processos e controlos. A especificação do perfil de riscos do Grupo permite a criação de cenários de avaliação do seu capital económico em conjunturas adversas, adoptando planos de contingências de capital para mitigar a exposição aos riscos com impactos na solvabilidade do Grupo.

É objectivo do Grupo não só a identificação de todos os riscos que incorre, mas também a definição e consolidação do modelo interno de avaliação das necessidades de capital económico e da sua afectação aos diferentes riscos e linhas de negócio, constituindo factores essenciais:

- Na garantia da solvabilidade financeira;
- Na criação de valor aos accionistas;
- Na preparação da organização face às adversidades da actual conjuntura económica;
- Na utilização do ICAAP, como um elemento central de suporte às decisões estratégicas do Grupo.

A concretização dos objectivos acima descritos assume particular importância no contexto actual, não apenas pelo facto da crise financeira internacional ter vindo reforçar a preocupação das Instituições Financeiras quanto à identificação e medição de riscos a que estão sujeitos, como no seu controle e mitigação. Adicionalmente, a crescente tendência de sofisticação do mercado e a futura emissão de novos requisitos regulamentares, reforçam os desafios, que serão colocados a todos intervenientes do sector financeiro.

Nesse sentido o Banif - Grupo Financeiro assume a sua adesão ao Quadro de Princípios de Governo Interno.

Ainda em 2011, e no enquadramento normativo nacional do Pilar III – Disciplina de Mercado de Basileia II, o Grupo procedeu à divulgação pública de informação mais detalhada sobre a solvabilidade, sobre os riscos incorridos, os processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos nas Entidades do Grupo, tendo assim, disponibilizado ao mercado, um conjunto mais vasto de elementos para a tomada de decisões pelos agentes económicos, contribuindo para uma maior transparência, estabilidade e solidez do sistema financeiro.

No actual quadro regulamentar prudencial, o Grupo considera que a natureza da informação divulgada mostra-se indispensável para o fortalecimento da presença dos participantes no mercado gerando pressões favoráveis e fomentando práticas que promovem uma maior segurança no sistema financeiro.

2.6 Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas que promovam um ambiente de controlo proporcianal e adequado aos riscos da actividade.

2.7 Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente

e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

A Sociedade dispõe de um "Regulamento do Conselho de Administração" e de um "Regulamento do Conselho Fiscal", ambos acessíveis aos investidores e ao público em geral no sítio de *internet* da Sociedade, no endereço - www.grupobanif.pt -.

Não existem regras de incompatibilidades ou de acumulação de cargos definida internamente para os elementos dos órgãos de administração e fiscalização, aplicando-se, nesta matéria, o regime legal, constante, designadamente, do Código das Sociedades Comerciais e do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

SECÇÃO 2 – Conselho de administração

2.8 Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões.

Durante o exercício de 2011, o órgão de Administração (Conselho de Administração) foi constituído exclusivamente por membros executivos. Actualmente, o Conselho de Administração conta, de entre os seus 11 membros, com uma maioria (6) de não executivos, um dos quais o respectivo Presidente.

2.9 Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade.

Pela actividade que desenvolve o Banif – Grupo Financeiro encontra-se sobretudo sujeito aos riscos de actividade mais típicos do negócio, designadamente, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Negócio e Estratégia, e Risco Operacional, Compliance, de Sistemas de Informação e Risco de Reputação.

Para além dos riscos referidos existem tipologias adicionais de risco ás quais o Grupo apresenta uma exposição, como seja o Risco de Imobiliário, Risco de Concentração, Risco de *Spread* de Obrigações e Risco de Taxa de Juro.

2.10 Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

As competências do Conselho de Administração estão previstas no art.º 22.º do Contrato de Sociedade.

De acordo com a referida norma estatutária, ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de "assegurar a gestão dos negócios sociais", dispondo, para o efeito, de competência para deliberar "sobre qualquer assunto da sociedade, que não seja, por força da lei ou do contrato de sociedade, da competência exclusiva de outro órgão e designadamente:

a) Realizar quaisquer operações relativas ao seu objecto social;

b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor e seguir acções, confessar, desistir, transigir e comprometer-se em arbitragem;

c) Adquirir, alienar, locar ou permutar ou, por qualquer forma, onerar bens ou direitos, móveis ou imóveis, incluindo acções e obrigações próprias ou alheias, bem como participações no capital de outras sociedades, ainda que com objecto social diverso;

d) Constituir mandatários;

e) Deliberar sobre a oportunidade e condições da emissão de obrigações e outros títulos de dívida da sociedade;

f) Designar os membros da Comissão Executiva a que se refere o artigo vigésimo quarto infra;

g) Elaborar o Relatório Anual de Gestão, o Balanço e as Contas do Exercício, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral;

h) Deliberar que sejam efectuados aos accionistas adiantamentos sobre os lucros, com observância do disposto no artigo 297º CSC".

Por seu lado, o Regulamento do Conselho de Administração da Banif SGPS, SA concretiza em que termos este órgão deverá assegurar a gestão dos negócios sociais, nomeadamente:

- Decidir as opções estratégicas do Grupo em termos de sectores de actividade e de expansão geográfica;

- Estabelecer políticas gerais do Grupo (por exemplo, de compliance ou de recursos humanos);

- Definir os processos transversais ao Grupo (por exemplo, planeamento, controlo de gestão ou gestão de riscos);

- Estabelecer a estrutura de Unidades de Negócio do Grupo;

- Apreciar os planos estratégicos, planos operacionais e de investimentos das Unidades de Negócio;

- Deliberar sobre os objectivos anuais e plurianuais do Grupo e das Unidades de Negócio;

- Deliberar sobre medidas mais relevantes das Unidades de Negócio, como sejam extensões ou reduções de actividade; fusões, aquisições, e parcerias estratégicas; ou aumentos de capital.

Desde 14 de Outubro de 2011, o Contrato de Sociedade, no n.º 5 do seu art.º 5.º, passou a estabelecer poderes para o Conselho de Administração deliberar sobre um aumento do capital social, nos termos seguintes:

"O Conselho de Administração, após parecer favorável do órgão de fiscalização, poderá aumentar o capital social, uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, até ao montante máximo de setecentos e cinquenta milhões de euros, competindo-lhe definir todas as condições e termos para o efeito, incluindo as datas, prazos de subscrição e realização do capital social".

2.11 Informação sobre a política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.

O Conselho de Administração é formado por um número mínimo de três e máximo de onze Administradores, conforme o que for deliberado em Assembleia Geral, podendo ser eleitos Administradores suplentes, até número igual a um terço do número de Administradores efectivos que venham a ser eleitos.

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de três anos, sem prejuízo da sua reeleição, cabendo, na sua primeira reunião de cada mandato, a designação, de entre os seus membros, de um Presidente e um ou mais Vice-Presidentes.

O Contrato de Sociedade prevê que a falta de um Administrador a 3 reuniões do Conselho de Administração, seguidas ou interpoladas, sem que exista justificação aceite por aquele órgão, implica a respectiva falta definitiva do referido Administrador, susceptível de ser declarada por aquele.

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais. De igual modo, em cumprimento do disposto na parte final da alínea h) do artº 245º A do CVM, informa-se que não existem quaisquer regras específicas aplicáveis no que se refere à alteração dos estatutos da sociedade.

Não está formalizada uma política de rotação de pelouros no Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efectivos, e por um ou dois suplentes, nos termos legais, podendo ser reeleitos, sem prejuízo dos limites decorrentes dos

requisitos de independência previstos na lei (cf. art.º 31.º do Contrato de Sociedade) devendo a maioria dos seus membros ser considerados independentes nos termos da lei.

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de incompatibilidades legalmente previsto e pode ser integrado por sociedades de advogados, sociedades de revisores oficiais de contas, ou accionistas, que, neste último caso, devem ser pessoas singulares com capacidade jurídica plena e ter as qualificações e a experiência profissional adequadas ao exercício das suas funções.

O Presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral ou, caso tal não se verifique, pelos próprios membros do órgão.

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho Fiscal, pelo que esta se processa nos termos previstos no artigo 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

2.12 Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, bem como referência à realização das actas dessas reuniões.

Durante o ano de 2011 tiveram lugar 21 reuniões do Conselho de Administração e 6 reuniões do Conselho Fiscal da Sociedade.

Relativamente a cada uma das referidas reuniões, foi elaborada a respectiva acta.

2.13 Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de actas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e aos Presidente da Comissão para as matérias financeiras.

Durante o exercício de 2011 não esteve constituída, no âmbito do órgão de administração, uma Comissão Executiva.

2.14 Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpririam, se lhes fosse aplicável as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

À data de referência, 31 de Dezembro de 2011, não estava constituída uma Comissão Executiva, pelo que todos os membros do Conselho de Administração eram executivos.
Considerando a designação de uma Comissão Executiva, realizada em 23 de Março de 2012, já no âmbito do Conselho de Administração eleito para o triénio 2012-2014, são os seguintes os respectivos membros executivos/não executivos:

Administradores Executivos

Dr. Jorge Humberto Correia Tomé (Presidente da Comissão Executiva)
Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida
Dr. José António Vinhas Mouquinho

Administradores Não Executivos

Dr. Luís Filipe Marques Amado (Presidente)
Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro (Vice-Presidente)
Dr.ª Paula Cristina Moura Roque (Vice-Presidente)
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes

De entre os Administradores Não Executivos, o Dr. Luís Filipe Marques Amado, o Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira e o Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes cumprem todos os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, do Código das Sociedades Comerciais e cumpririam, se lhes fossem aplicáveis, as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção das previstas nas alíneas b) e c), dado que desempenham funções não executivas em outras sociedades do Banif – Grupo Financeiro.

2.15 Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração.

Não existem regras legais, regulamentares ou outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração, para além dos referenciados no ponto anterior.

2.16 Indicação das regras do processo de selecção de candidatos a administradores não executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos administradores executivos.

A escolha de (quaisquer) Administradores é um processo exclusivamente conduzido pela estrutura Accionista da sociedade (a quem cabe a apresentação e o sufrágio das listas tendentes à respectiva eleição), sem qualquer intervenção de membros executivos do órgão de Administração.

2.17 Referência ao facto de o relatório anual de gestão da sociedade incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos e eventuais constrangimentos detectados.

Não aplicável, na medida em que, ao longo do exercício de 2011 não houve administradores considerados não executivos, no âmbito do Conselho de Administração.

2.18 Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Nota: Tendo em conta que na resposta ao ponto 2.19 se referem as funções desempenhadas por cada um dos elementos do órgão de administração noutras sociedades, à data de referência de 31 de Dezembro de 2011, a resposta ao presente ponto considera apenas as funções que, tendo sido desempenhadas noutras entidades nos últimos cinco anos, já não o são à data de referência, em qualquer dos casos relativamente aos membros do Conselho de Administração em funções durante o exercício de 2011.

<u>Joaquim Filipe Marques dos Santos</u>

- Licenciatura em Finanças – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1971).

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UNICRE – Cartão Internacional de Crédito, SA e da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA (de Junho de 2000 a Abril de 2007), do Banif – Banco de Investimento, SA (de Dezembro de 2000 a Março de 2007), da Companhia de Seguros Açoreana, SA (de Fevereiro de 2001 a Março de 2007) e da VESTIBAN – Gestão de Investimentos, SA (de Março 2005 a Maio 2010); Membro da Comissão de Remunerações da Metalsines – Companhia de Vagões de Sines, SA, em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (de Abril 2004 a Dezembro 2007); Presidente do Conselho de Administração da Banif Crédito, SFAC, SA (de Março de 2000 a Outubro de 2007), da BanifServ - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE (de Abril de 2000 a Julho de 2010), da Banif Finance, Ltd. (de Setembro 2003 a Setembro 2010), da Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA (de Abril 2003 a Abril de 2011), do Banif International Bank, Ltd. (de Junho de 2005 a Janeiro 2011), da Global – Companhia de Seguros, SA e da Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA (de Junho 2010 a Janeiro 2011) do Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd. (de Abril 2000 a Abril 2011) e da Banif GO, Instituição Financeira de Crédito, SA (de Abril de 2000 a 30 de Dezembro de 2011); Banco Banif e Comercial dos Açores, SA (Presidente da Comissão Executiva, de Fevereiro de 2000 a Dezembro de 2008 e Vice-Presidente de Outubro de 2000 a Dezembro de 2008); Banif - Banco Internacional do

Funchal, SA (Vice-Presidente do Conselho de Administração, de Janeiro de 1992 a Junho 2010, Presidente da Comissão Executiva, de Março de 2000 a Junho de 2010); Administrador da Banif (Açores) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (de Novembro 1996 a Junho de 2010), da Banif Comercial, SGPS, SA, e da Banif Investimentos SGPS, SA (de Abril 2002 a Julho de 2010); Vice-Presidente da Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA, e do Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA (de Abril de 2005 a Maio de 2010), do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA (de Março de 2000 a Junho de 2010) e do Banif International Holdings, Ltd. (de Setembro 2004 a Novembro 2010); Vogal da Direcção, em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, da Associação Portuguesa de Bancos (de Abril 2003 a Setembro 2010).

- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 1.714.113 acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA (então denominada Banif - Banco Internacional do Funchal, SA) em 15-01-1988.

- O respectivo mandato diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

<u>Carlos David Duarte de Almeida</u>

- Licenciatura em Gestão e Organização de Empresas – Instituto Superior de Economia (1980).

  BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE (De Março 2004 a Novembro 2007), Banif Securities, Inc. (De Maio 2003 a Agosto 2008), BBCA – Banco Banif e Comercial dos Açores, SA (De Setembro de 1997 a Dezembro de 2008), Banif Mortgage Company (De Março 2002 a Dezembro 2008), Banif Forfaiting (USA) Inc. Ltd. (De Setembro 2006 a Dezembro 2008), Banco de la Pequeña y Mediana Empresa (De Outubro 2007 a Março 2009), Econofinance, SA (De Fevereiro 2001 a Julho 2009), Banif – Banco de Investimento, SA (De Dezembro 2000 a Julho 2010), Global – Companhia de Seguros, SA (De Março 2010 a Janeiro 2011), Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA (De Março 2010 a Janeiro 2011), CSA – Companhia de Seguros Açoreana, SA (De Novembro 1996 a Março 2011), Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA (De Abril 2005 a Dezembro 2011).

- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 144 acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA (então denominada Banif - Banco Internacional do Funchal, SA) em 31-03-1994.

- O respectivo mandato diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

António Manuel Rocha Moreira

- Licenciatura em Economia – Faculdade de Economia do Porto (1977).

  BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE (Administrador de Dezembro de 1997 a Agosto de 2006), Cabo TV Açoreana, SA (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Março de 2004 a Novembro de 2007), Banif Crédito, SFAC, SA (Vogal do Conselho de Administração, de Março de 2000 a Outubro de 2007), Banco Banif e Comercial dos Açores, SA (Vice-Presidente do Conselho de Administração, de Outubro de 2000 a Dezembro de 2008), Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd (Vogal do Conselho de Administração, de Abril de 2000 a Março de 2009), Banif Finance, Ltd (Vogal do Conselho de Administração, de Agosto de 2003 a Setembro de 2010), Banif Go, Instituição Financeira de Crédito (Vogal do Conselho de Administração, de Abril de 2003 a Dezembro de 2011).

- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 177.675 acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA (então denominada Banif - Banco Internacional do Funchal, SA) em 10-05-1999.

- O respectivo mandato diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Artur Manuel da Silva Fernandes

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas – Instituto Superior de Economia (1984); International Investment Banking Program – Leonard Stern School of Business – New York University (1989)

- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE (Vogal do Conselho de Administração, de Março 2000 a Agosto de 2006)

- Não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA (então denominada Banif - Banco Internacional do Funchal, SA) em 10-05-1999.

- O respectivo mandato diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

José Marques de Almeida

- Licenciatura em Finanças – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1966).

- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 1.117.440 acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA (então denominada Banif - Banco Internacional do Funchal, SA) em 30-11-1988.

- O respectivo mandato diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Diogo António Rodrigues da Silveira

- *Diplôme d'Ingenieur* – École Centrale de Lille; *Research Scholar* – Berkeley UC, E.U.A.; Master of Business Administration (MBA) – INSEAD, França.

- ONI SGPS, SA (Vogal do Conselho de Administração/Presidente da Comissão Executiva, de 2005 a 2007), Onitelecom - Infocomunicações, SA (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), Oni Madeira - Infocomunicações, SA (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), Oni Açores - Infocomunicações, SA (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), Comunitel Global, SA (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), Critical Links SA (Membro do Conselho Consultivo de 2005 a 2006).

- Pessoalmente, não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA em 22-12-2008.

- O respectivo mandato diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Nuno José Roquette Teixeira

- Licenciatura em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa - 1987-1992).

- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (Vogal do Conselho de Administração, de Março 2003 a Junho 2008)

- Beta Securitizadora, SA (Vogal do Conselho de Administração, de Setembro 2004 a Novembro 2009)

- Banif Securities Holdings, Ltd. (Vogal do Conselho de Administração, de Abril 2002 a Setembro 2010)

- Banif Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, SA (Vogal do Conselho de Administração, de Setembro 2005 a Dezembro 2010)

- Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, SA (Vogal do Conselho de Administração, de Junho 2006 a Julho 2010)

- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, SA (Vogal do Conselho de Administração, de Novembro 2007 a Julho 2010)

- Banif - Banco de Investimento, SA (Vice-Presidente da Comissão Executiva, de Dezembro 2008 a Julho 2010)

- Pessoalmente, não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif - SGPS, SA.

- Cooptado, em 30 de Junho de 2010, para membro do Conselho de Administração da Banif - SGPS, SA, exercendo funções até ao final do triénio 2009-2011.

Vitor Manuel Farinha Nunes

- Licenciatura em gestão de Empresas – Instituto Superior de Gestão (1989).

- Pessoalmente, não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif SGPS, SA. Indirectamente, através da Sociedade FN Participações, SA, por si dominada, era titular de um total de 1.836.504 acções e 1.820.000 VMOC.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA em 4-07-2011.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro

- Licenciatura em Política, Filosofia e Economia pela Universidade de Oxford, (Reino Unido - 1989-1992).

- Pessoalmente, não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designada, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA em 15-04-2011.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

2.19 Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Informação prestada relativamente aos membros em funções durante o exercício em referência e reportada à data de 31 de Dezembro de 2011.

Joaquim Filipe Marques dos Santos

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif SGPS, SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banco Banif Mais, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banif Comercial, SGPS, SA
- Banif - Investimentos - SGPS, SA
- Banif Brasil (Holdings), SA
- Banif International Holdings, Ltd.
- Banif Imobiliária, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Membro da Comissão de Vencimentos

- BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, SA (em representação da Banif SGPS, SA)

Presidente do Conselho de Supervisão

- Banif Plus Bank Co, Ltd

Membro da Comissão de Vencimentos

- Banif Açor Pensões, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA,
- Banif Gestão de Activos, SA

- Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA

b) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração

- Centaurus Realty Group - Investimentos Imobiliários, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA

Conselheiro

- Conselho Económico e Social (CES) (em representação da Associação Portuguesa de Bancos)

Membro do Conselho Consultivo

- Banif - Banco de Investimento, SA

Membro do Conselho de Governadores

- St. Dominic´s International School

Carlos David Duarte de Almeida

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Forfaiting Company, Ltd
- Banif Finance (USA) Corp.
- Banif Financial Services, Inc.
- Banif Trading, Inc.
- Banif Holding (Malta), Ltd.
- BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
- Banif Finance, Ltd.
- Banif International Bank, Ltd
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif International Holdings, Ltd.
- Banif Imobiliária, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA

- Banif (Açores) SGPS, SA
- Banif Investimentos SGPS, SA
- Banif Bank (Malta), PLC
- Banif Plus Bank Company, Ltd.
- Banif Brasil (Holdings), SA

b) Outras entidades

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Centaurus Realty Group - Investimentos Imobiliários, SA

Vogal de Direcção

- Associação Portuguesa de Bancos (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

António Manuel Rocha Moreira

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, SA
- Banco Banif Mais, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif International Bank, Ltd.
- Banif Plus Bank Company Limited

Membro da Comissão de Vencimentos

- Investaçor SGPS, SA (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

b) Outras entidades

Presidente do Conselho Fiscal

- Zon TV Cabo Madeirense, SA (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

Artur Manuel da Silva Fernandes

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
- Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA
- Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA
- Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, SA
- Banif Multifund, Ltd
- Banif International Asset Management, Ltd.
- Banif Securities, Inc.
- Banif Securities Holdings, Ltd
- Inverpyme SCR de Regimen Comun, SA
- Econofinance, SA
- Banif Gestão de Ativos (Brasil), SA
- Beta Securitizadora SA

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Banco de Investimento, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Centaurus Realty Group Investimentos Imobiliários, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif - Investimentos SGPS, SA
- Banif Financial Services, Inc.
- Banif Bank (Malta), PLC
- Banif Brasil (Holdings), SA

b) Outras entidades

Vice-Presidente do Conselho Geral

- Elo – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e Cooperação

Vogal da Direcção

- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira

José Marques de Almeida

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Administrador

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Rentipar Investimentos SGPS, SA
- Rentiglobo SGPS, SA
- Renticapital - Investimentos Financeiros, SA
- Rentipar Indústria SGPS, SA
- Soil SGPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

Membro da Comissão de Vencimentos

- Banif Imobiliária, SA
- Banif – Banco de Investimento, SA (em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA)

b) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração

- Vestiban - Gestão e Investimentos, SA

Diogo António Rodrigues da Silveira

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente da Comissão Executiva

- Companhia de Seguros Açoreana, SA

Administrador

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Imobiliária, SA
- Sociedade Imobiliária Piedade, SA

b) Outras entidades

Conselheiro

- Conselho Consultivo da Reditus SGPS, SA

Vogal da Direcção

- Associação Portuguesa de Seguradores (em representação da Companhia de Seguros Açoreana, SA)

Sócio

- Firma Shilling Capital Partners, SGPS

Nuno José Roquette Teixeira

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banieuropa Holding, SL
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora Valores e Câmbio, SA
- Banif Securities, Inc
- Banif Finance, Ltd
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

Membro da Comissão de Vencimentos

- Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA
- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA

b) Outras entidades

Membro do Conselho Directivo

- APC - Associação Portuguesa de Sociedades Corretoras Financeiras de Corretagem

Vitor Manuel Farinha Nunes

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Mais, SGPS, SA
- Banco Banif Mais, SA

- Banif Rent, SA
- Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, SA
- Banif Plus Bank Company, Ltd.
- TCC Investments Luxembourg, SARL

Gerente

- Margem - Mediação de Seguros, Lda

b) Outras entidades

Administrador Único

- FN Participações, SGPS, SA

Gerente

- Core Investimentos, Consultoria e Serviços, Lda

Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Renticapital - Investimentos Financeiros, SA
- BanifSGPS, SA

b) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração

- Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Rentipar Financeira, SGPS, SA
- Fundação Horácio Roque - Instituição Particular de Solidariedade Social, SA
- Empresa Madeirense de Tabacos, SA
- Rama - Rações para Animais, SA
- Vitecaf - Fábrica de Rações da Madeira, SA
- Aviatlântico - Avicultura, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Rentipar Investimentos, SGPS, SA
- Câmara de Comércio Luso-Britânica
- Soil - SGPS, SA
- Rentimundi - Investimentos Imobiliários, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Rentimédis - Mediação de Seguros, SA
- Génius - Mediação de Seguros, SA
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola
- Mundiglobo - Habitação e Investimentos, SA
- Câmara de Comércio Luso - Sul Africana
- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
- Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA
- Câmara de Comércio Luso - Namíbia
- Empresa Madeirense de Tabacos, SA
- Rama - Rações para Animais, SA
- Vitecaf - Fábrica de Rações da Madeira, SA
- Aviatlântico - Avicultura, SA
- EPIS - Empresários pela Inclusão Social

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, SA

Membro da Direcção

- *St. Julian´s School*

Membro do Conselho Consultivo

- Banif SGPS, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Confederação da Indústria Portuguesa, SA

SECÇÃO 3 – CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS E CONSELHO FISCAL

2.21. Identificação dos membros do conselho fiscal, declarando-se que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e se cumprem os critérios de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o conselho fiscal procede à respectiva auto-avaliação.

Durante o exercício de 2011, o Conselho Fiscal da Banif SGPS, SA era composto pelos seguintes membros :

Fernando Mário Teixeira de Almeida – Presidente
António Ernesto Neto da Silva – Vogal Efectivo
José Lino Tranquada Gomes – Vogal Efectivo

José Pedro Lopes Trindade – Vogal Suplente

Em Assembleia Geral de 22 de Março de 2012, foram eleitos os seguintes membros do Conselho Fiscal para o triénio 2012-2014:

Fernando Mário Teixeira de Almeida – Presidente
António Ernesto Neto da Silva – Vogal Efectivo
Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos – Vogal Efectivo

José Pedro Lopes Trindade – Vogal Suplente

Declaração do Conselho Fiscal [2]

O Conselho Fiscal da Banif SGPS, SA, declara, nos termos e para efeitos do disposto no Regulamento da CMVM n.º 1/2010, que, com referência à data de 31 de Dezembro de 2011, tendo efectuado um juízo de aferição da "independência" (considerada nos termos descritos no n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais) a todos os seus membros, nomeados para o mandato correspondente ao triénio 2009/2011, concluiu que o Presidente Fernando Mário Teixeira de Almeida e o Vogal António Ernesto Neto da Silva deverão ser considerados independentes, uma vez que reúnem todos os requisitos legalmente previstos para o preenchimento do conceito legal de independência, designadamente, não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontram em qualquer circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão. Relativamente ao Vogal José Lino Tranquada Gomes, considerou-se que não reúne os mencionados requisitos, atento o disposto na alínea b) do n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais e o número de ocasiões em que foi reeleito para órgãos sociais.

O Conselho Fiscal

Fernando Mário Teixeira de Almeida – Presidente
António Ernesto Neto da Silva – Vogal Efectivo
José Lino Tranquada Gomes – Vogal Efectivo

2.22. Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

[2] A declaração constante deste ponto consubstancia uma transcrição do documento original assinado e arquivado na sociedade.

Nota: Tendo em conta que na resposta ao ponto 2.23 se referem as funções desempenhadas por cada um dos elementos do órgão de fiscalização noutras sociedades, à data de referência de 31 de Dezembro de 2011, a resposta ao presente ponto considera apenas as funções que, tendo sido desempenhadas noutras entidades nos últimos cinco anos, já não o são à data de referência, em qualquer dos casos relativamente aos membros do Conselho Fiscal em funções durante o exercício de 2011.

Fernando Mário Teixeira de Almeida

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Doutoramento em Economia pela Universidade de Santiago de Compostela. Revisor Oficial de Contas.

- Universidade Lusíada (Director da Faculdade de Ciências Económicas e da Empresa (até Setembro de 2010), Instituto Superior de Formação Bancária (Docente, desde 2000).

- Era titular, à data de referência, de 213.847 acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho Fiscal da Banif SGPS, SA em 31-03-2005.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009-2011, cessando aquando da designação de novo Conselho Fiscal.

António Ernesto Neto da Silva

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Master em estudos Europeus Contemporâneos (Economia) pela Universidade de Reading, Reino Unido.

- Universidade Católica Portuguesa do Porto (Director Executivo do Curso de Pós-Graduação em Economia Europeia), IESF - Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais (Professor Convidado), Secretaria de Estado do Comércio Externo (Secretário de Estado de Abril de 1990 a Outubro de 1991), Comité Económico e Social da CCE e EURATOM (Presidente da Comissão das Relações Externas, da Política Comercial e da Cooperação, de 1988 a 1990), autor do livro *O Triplo Conflito – Globalização, Fundamentalismo Islâmico e Desenvolvimento Sustentável* (Booknomics, Lisboa, 2007).

- Não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif - SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho Fiscal da Banif - SGPS, SA em 31-03-2007.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho Fiscal.

José Lino Tranquada Gomes

- Licenciatura em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Lisboa. Advogado

- Membro do Conselho de Administração Hotelram - Hotelaria da Madeira, SA (2007)
- Freitas, Sales & Gomes – Empreendimentos Imobiliários, Lda (Gerente, tendo cessado funções em 2010)
- Não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho Fiscal da Banif SGPS, SA em 15-07-2007.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009-2011, cessando aquando da designação de novo Conselho Fiscal.

2.23. Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Informação prestada relativamente aos membros em funções durante o exercício em referência e reportada à data de 31 de Dezembro de 2011.

Fernando Mário Teixeira de Almeida

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho Fiscal
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA

b) Outras entidades

Presidente do Conselho Fiscal
- Companhia de Seguros Açoreana, SA

António Ernesto Neto da Silva

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho Fiscal
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

b) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração

- Deimos Engenharia, SA

Director-Geral

- Financetar - Sociedade de Serviços Financeiros, Empresariais e imobiliários, SA

José Lino Tranquada Gomes

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho Fiscal

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

b) Outras entidades

Gerente

- Tranquada Gomes & Coito Pita - Sociedade de Advogados, RL
- Netanarium - Consultadoria e Gestão, Unipessoal, Lda

2.24. Referência ao facto de o conselho fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de proposta à assembleia-geral de destituição do auditor com justa causa.

O Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo. O auditor externo em funções foi nomeado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, e este órgão tem presente a possibilidade, que lhe é reconhecida, de propor à Assembleia Geral a destituição do auditor externo, por justa causa.

2.25. a 2.29. – Não aplicáveis.

SECÇÃO 4 – REMUNERAÇÃO

2.30. Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere ao artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

Na Assembleia Geral Ordinária de 15 de Abril de 2011, em conformidade com o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, foi aprovada uma declaração sobre política de

remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, apresentada pela Comissão de Remunerações, com o seguinte teor:

"Considerando:

1. *que, nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações da Banif SGPS SA deve submeter, anualmente, a aprovação da Assembleia Geral, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização;*
2. *as recomendações emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários relativas ao tema das remunerações, em geral, e à declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, em particular;*
3. *que a Comissão de Remunerações da Banif SGPS SA tem, nos termos do art.31.º, n.º 1, dos Estatutos, competência para fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais da sociedade;*
4. *que a Comissão de Remunerações exerce tal competência nos termos do mandato da Assembleia Geral;*
5. *que a Banif SGPS SA, enquanto sociedade gestora de participações sociais, desenvolve a sua actividade através do conjunto de sociedades que integram o Banif – Grupo Financeiro;*
6. *que deve ser dada uma visão global clara e completa da política de remunerações do Banif – Grupo Financeiro, assegurando a devida transparência nesta matéria;*

A Comissão de Remunerações da Banif SGPS SA submete a aprovação da Assembleia Geral a seguinte declaração sobre a Política de Remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de fiscalização, em vigor para o exercício de 2011:

A remuneração auferida pelos elementos do Conselho de Administração da Banif SGPS, SA, decorrente das específicas funções exercidas nesta sociedade, é estabelecida exclusivamente em função das respectivas presenças nas reuniões daquele órgão.

Esta política remuneratória resulta do facto de que a Banif SGPS, SA, enquanto sociedade gestora de participações sociais, não tem uma actividade empresarial directa, isto é, não comercializa directamente produtos e serviços financeiros, fazendo-o apenas através de outras sociedades do Grupo, ditas operacionais, estas sim intervindo directamente no mercado (doravante designadas "sociedades operacionais").

Pela razão descrita, a remuneração auferida pelos administradores da Banif SGPS, SA, directamente associada às funções especificamente desempenhadas na sociedade, representa uma parte reduzida da totalidade da remuneração auferida pelos mesmos no Banif – Grupo Financeiro, uma vez que a maior parte resulta das funções que aqueles desempenham nas sociedades operacionais.

É pois, em cada uma destas sociedades operacionais, que a política de remuneração se concretiza, reconhecendo-se, não obstante, que a sua implementação deve ser feita de forma coerente com as estratégias, os objectivos e os valores corporativos, com uma gestão de risco sólida e eficaz e de forma consistente, tendo em consideração a dimensão do Grupo e a natureza e complexidade das suas actividades.

Neste sentido, a Comissão de Remunerações considera três tipos distintos de sociedades no Grupo, em função da respectiva abordagem de mercado, dos segmentos a quem dirigem a sua oferta de produtos e serviços financeiros ou de intermediação financeira e da já aludida dimensão, natureza e complexidade das actividades desenvolvidas.

Em primeiro lugar, sociedades de maior dimensão e complexidade e com intervenção directa junto dos clientes do Grupo, designadamente o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, o Banif - Banco de Investimento, SA, a Companhia de Seguros Açoreana, S.A. e o Banco Mais, SA, nas quais importa diferenciar as soluções de remuneração dos membros executivos e não executivos dos respectivos órgãos de Administração.

Ao nível dos Administradores executivos, a quem compete a gestão dos negócios correntes das referidas sociedades, a Comissão de Remunerações considera relevante estabelecer um alinhamento entre a componente variável e o desempenho de longo prazo das empresas, estando previstos mecanismos específicos para esse efeito, ao dispor das comissões de remunerações de cada uma das sociedades, e cujos elementos essenciais, designadamente os critérios de definição da componente variável da remuneração, constam do Anexo 1 à presente declaração – "Linhas Gerais da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Banif - Grupo Financeiro".

Relativamente aos administradores não executivos, considera-se conveniente não estabelecer qualquer componente variável, de modo a não comprometer a sua isenção e objectividade, sendo a remuneração constituída exclusivamente por senhas de presença e/ ou quantia fixa.

Em segundo lugar, as sociedades em que a respectiva natureza, dimensão e actividades prosseguidas não requerem uma gestão corrente nem têm intervenção directa junto dos clientes do Grupo mas cuja complexidade, decorrente designadamente da jurisdição onde operam e/ ou do ambiente regulatório específico onde se inserem, justifica uma remuneração específica dos respectivos órgãos de administração. Nestas sociedades, a remuneração dos membros destes órgãos é constituída exclusivamente por senhas de presença e/ ou quantia fixa.

Finalmente, um terceiro tipo de sociedades, cuja menor dimensão e complexidade não justifica qualquer remuneração específica dos respectivos órgãos de administração para além daquela que os seus membros já auferem no âmbito das funções exercidas nas sociedades anteriormente referidas.

Tendo em consideração que a única sociedade do Grupo com acções admitidas à negociação é a Banif SGPS, SA e que, como anteriormente referido, pela sua natureza de *holding*, esta não tem um desempenho directamente mensurável, não se considera adequada a implementação de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções a membros do seu órgão de administração.

Nas outras sociedades, ditas operacionais, em que o desempenho é directamente mensurável, a atribuição de acções, não da própria sociedade, mas da Banif SGPS SA, desvirtuaria os princípios subjacentes à remuneração através de *equity*, pelo que também não se recomenda a adopção de qualquer mecanismo desta natureza.

Por outro lado, em virtude da longevidade que tem vindo a caracterizar as relações que a generalidade dos membros dos órgãos de administração mantêm com as sociedades do Grupo e da expressão, materialmente pouco significativa, que as componentes de remuneração variável assumem nas políticas remuneratórias do Grupo, não se tem sentido a necessidade de proceder ao diferimento, no todo ou em parte, para apuramento das contas dos exercícios correspondentes a todo o mandato, do pagamento da componente variável das suas remunerações, quando exista.

De igual modo, pelas razões apontadas, não tem sido sentida a necessidade de criação de mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da sociedade no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Não obstante, atento o actual enquadramento recomendatório, as Comissões de Remunerações das sociedades operacionais de maior dimensão deverão ponderar a implementação dos seguintes mecanismos, designadamente quando a Remuneração Variável assumir uma componente substancial da Remuneração Global do membro do órgão de Administração:

- Um mecanismo que sujeite a diferimento uma parcela da componente variável da remuneração, determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração e da senioridade da função exercida.
- Um sistema de limitação da remuneração variável capaz de impactar a parcela diferida desta componente da remuneração, do órgão de administração colectivamente considerado e/ ou dos membros do órgão de administração individualmente considerados, quando a performance da sociedade, aferida por critérios financeiros e não financeiros, ficar aquém dos objectivos delineados.

A remuneração dos membros não executivos dos órgãos de administração é exclusivamente constituída por senhas de presença e/ ou quantia fixa.

A fim de garantir a isenção e o rigor na acção fiscalizadora do Conselho Fiscal, a remuneração dos seus membros é estabelecida exclusivamente em função das respectivas presenças nas reuniões

daquele órgão, ou por quantia fixa, não estando, por qualquer forma, dependente ou relacionada com os resultados da sociedade.

Adicionalmente, informa-se que a remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é estabelecida exclusivamente em função das respectivas presenças nas reuniões daquele órgão, através do pagamento de senhas de presença.

Por fim, considerando que apenas os órgãos de Administração e fiscalização, nos termos legal e estatutariamente previstos, participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da Banif SGPS, SA, entende a Comissão de Remunerações que não existem outros *"dirigentes" nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários"*.

Durante o exercício de 2011 a política de remunerações descrita na declaração acima transcrita foi integralmente aplicada pela Banif SGPS, SA e pelas demais sociedades do Banif – Grupo Financeiro. Neste contexto, a remuneração dos elementos do órgão de Administração, ao nível da Banif SGPS, SA, foi efectuada, exclusivamente, em função das presenças nas reuniões do Conselho de Administração.

A remuneração dos elementos do órgão de fiscalização, no exercício de 2011, foi efectuada, exclusivamente, em função das presenças nas reuniões do Conselho Fiscal, através do pagamento de senhas de presença.

2.31. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga.

Montante anual das remunerações auferidas individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade:

Conselho de Administração

(A remuneração auferida diz respeito, exclusivamente, a senhas de presença)

- Joaquim Filipe Marques dos Santos - € 63.450,00
- Carlos David Duarte de Almeida - € 28.600,00
- António Manuel Rocha Moreira - € 28.600,00
- Artur Manuel da Silva Fernandes - € 26.400,00
- José Marques de Almeida - € 61.100,00
- Diogo António Rodrigues da Silveira - € 28.600,00
- Nuno José Roquette Teixeira - € 28.600,00
- Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro - € 15.700,00

- Vítor Manuel Farinha Nunes - € 11.000,00

Conselho Fiscal

(A remuneração auferida diz respeito, exclusivamente, a senhas de presença)

- Fernando Mário Teixeira de Almeida - € 13.100,00
- António Ernesto Neto da Silva - € 7.200,00
- José Lino Tranquada Gomes - € 7.200,00

2.32. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

Tendo presentes as remunerações pagas durante o exercício de 2011, verifica-se que a componente mais substancial da remuneração dos membros do órgão de administração/gestores do Banif - Grupo Financeiro não decorre das funções exercidas por estes na Banif SGPS, SA, individualmente considerada, mas sim das funções que igualmente exercem nas várias sociedades ditas "operacionais" do Grupo, estas sim intervindo directamente no mercado.

Esta circunstância está relacionada com o facto de que a Banif SGPS, SA, enquanto sociedade gestora de participações sociais, não tem uma actividade empresarial directa, isto é, não comercializa directamente produtos e serviços financeiros, fazendo-o apenas através de outras sociedades do Grupo.

Os proveitos da Banif SGPS, SA são gerados exclusivamente por via dos dividendos recebidos, directa e indirectamente, das sociedades operacionais, ou seja, dependem, em absoluto, dos resultados destas entidades em cuja estrutura accionista exerce uma posição dominante.

Pela razão descrita, e como referido, a remuneração auferida pelos administradores da Banif SGPS, SA directamente associada às funções espcificamente desempenhadas na sociedade representa uma parte reduzida da totalidade da remuneração auferida pelos mesmos no Banif - Grupo Financeiro, uma vez que a maior parte resulta das funções que aqueles desempenham nas sociedades operacionais.

É em cada uma destas sociedades operacionais que a componente variável de remuneração está dependente da performance da empresa.

Esta política remuneratória permite, segundo o entendimento da Banif SGPS, SA, alinhar a remuneração (globalmente considerada, ao nível de todo o Banif - Grupo Financeiro) de cada Administrador pelo desempenho e pelos resultados das sociedades operacionais que estão sob a sua administração e sob a sua responsabilidade directa, uma vez que estes condicionarão os

próprios dividendos a receber pela Banif SGPS, SA e, consequentemente, os seus próprios resultados.

2.33. Relativamente à remuneração dos administradores executivos:

a) **Referência ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho;**

As remunerações pagas aos administradores, pela sociedade, são consideradas remunerações fixas em virtude de resultarem exclusivamente da presença nas reuniões do Conselho de Administração, sem relação imediata com o desempenho da Sociedade.

No que concerne ao critério para o pagamento da remuneração (globalmente considerada, em termos de Grupo), este é o referido no ponto 2.32. acima.

b) **Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos;**

O único órgão da Sociedade com competência para avaliar o desempenho dos Administradores executivos é a Assembleia Geral.

c) **Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos;**

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores executivos.

d) **Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente;**

As remunerações pagas aos Administradores, pela sociedade, são exclusivamente consideradas remunerações fixas em virtude de resultarem da presença nas reuniões do Conselho de Administração, sem relação imediata com o desempenho da Sociedade.

e) **Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

Não existe qualquer diferimento no pagamento das remunerações auferidas pelos Administradores, dada a inexistência de remuneração variável.

f) **Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento;**

Não aplicável, sem prejuízo das considerações constantes do ponto 2.32.

g) **Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das acções da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;**

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de acções e/ou qualquer outro sistema de incentivos com acções.

h) **Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;**

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de direitos a adquirir opções sobre acções.

i) **Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;**

A Sociedade não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

j) **Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;**

A Sociedade não paga remunerações sob a forma de participações nos lucros e/ou pagamento de prémios.

l) **Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;**

Nenhum membro do Conselho de Administração cessou funções durante o exercício em referência.

m) **Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.**

Não se encontra formalizada qualquer política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada de contratos, sendo as situações respectivas analisadas casuisticamente.

n) **Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;**

Montantes a qualquer título pagos por outras Sociedades em relação de domínio ou de Grupo:

Valores em Euros

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÕES FIXAS (INCLUI SENHAS DE PRESENÇA)	REMUNERAÇÕES VARIÁVEIS
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos	525.862,50	1.944,84
Dr. Carlos David Duarte de Almeida	627.518,14	4.504,98
Dr. António Manuel Rocha Moreira	448.100,90	4.186,86
Dr. Artur Manuel Silva Fernandes	403.578,08	0,00
Dr. José Marques de Almeida	56.380,00	0,00
Engº Diogo António Rodrigues da Silveira	93.940,00	0,00
Dr. Nuno José Roquette Teixeira	381.990,89	1.949,76
Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes	370.308,66	90.000,00
Dra. Maria Teresa H. S. Moura Roque Dal Fabbro	2.249,40	0,00

o) **Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela assembleia geral;**

A Sociedade não tem qualquer regime complementar de pensões ou reforma antecipada, designadamente para Administradores.

p) **Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.**

Não se verifica a atribuição, pela sociedade, de benefícios não pecuniários.

q) **Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.**

Não existem quaisquer mecanismos com as características descritas, atenta a própria natureza da remuneração (senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração).

2.34. Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis.

Não aplicável, na medida em que todos os membros do Conselho de Administração são considerados executivos, conforme ponto 2.14.

2.35. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respectiva intervenção no procedimento).

A Banif SGPS, SA, acreditando que a adopção de uma política de comunicação de irregularidades é um contributo relevante para fomentar, no seio do Banif - Grupo Financeiro, uma cultura responsável e de *compliance*, tem implementada, desde o exercício de 2009, uma política de comunicação de irregularidades que visa prevenir, detectar e actuar sobre irregularidades, evitando a ocorrência de prejuízos agravados pela subsistência de tais práticas e garantindo, simultaneamente, a confidencialidade e a protecção dos autores das comunicações.

Consideram-se "irregularidades" a prática, por colaboradores das empresas que integram o Grupo, de actos de gestão, relacionados com os domínios da contabilidade, dos controlos contabilísticos internos, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro, que possam provocar danos gravosos à actividade da Banif SGPS, SA ou de qualquer sociedade que integre o Grupo.

As comunicações que apontem explicitamente irregularidades podem ser feitas através do endereço de correio electrónico comunicar.irregularidades@banif.pt, exclusivamente destinado à recepção deste tipo de comunicações e com acesso reservado ao Conselho Fiscal, nos termos legais estipulados.

Alternativamente, as comunicações poderão ser feitas através de carta dirigida ao Presidente do Conselho Fiscal (Av. José Malhoa, 22, 9.º Andar, 1099-012 Lisboa).

As comunicações recebidas são objecto de apreciação preliminar sobre a sua verosimilhança e consistência, com vista a suportar a decisão do Conselho Fiscal de promover um processo de averiguações ou o respectivo arquivamento. Caso seja deliberada a abertura de processo de averiguações, este será conduzido pela Auditoria Interna Corporativa, que poderá solicitar a colaboração das Auditorias Individuais das Sociedades do Grupo a que se refiram os factos, ou por auditores externos, em casos devidamente justificados.

Concluído o processo de averiguações, será elaborado um Relatório final, a remeter ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

Compete ao Conselho de Administração, depois de ouvido o Conselho Fiscal, deliberar sobre o Relatório final, competindo à Auditoria Interna Corporativa o acompanhamento da implementação da deliberação.

A identidade dos autores das comunicações será mantida confidencial, a menos que os próprios expressamente declarem o contrário, atribuindo a Banif SGPS, SA particular ênfase à confidencialidade e à protecção dos autores das comunicações.

SECÇÃO 5 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS

2.36. Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador.

Com referência ao exercício de 2011, não foram constituídas, no âmbito dos órgãos de administração ou fiscalização, quaisquer comissões com competências específicas nessas matérias.

2.37. Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das actas dessas reuniões.

Não aplicável, face ao explicitado no ponto anterior.

2.38. Referência ao facto de um membro da comissão de remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.

Considera-se que os três membros da Comissão de Remunerações que exerceram funções durante o exercício de 2011 têm, em virtude do seu *curriculum* profissional, conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração, designadamente, no que se refere ao Dr. Deodato Nuno de Azevedo Coutinho, em virtude das funções desempenhadas em órgãos sociais de grandes empresas nacionais nas áreas financeiras e das obras públicas, no que se refere ao Dr. António Gonçalves Monteiro, em virtude de cerca de 30 anos de actividade profissional, exercida nos domínios da auditoria, revisão legal de contas e consultoria de gestão e, no que se refere a D. Enrique Santos, em virtude das funções de Administração que desempenhou em diversas empresas, financeiras e não financeiras, bem como em associações empresariais.

2.39. Referência à independência das pessoas singulares ou colectivas contratadas para a comissão de remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço

relativamente ao conselho de administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação actual com consultora da empresa.

Nenhum dos elementos da Comissão de Remunerações foi contratado por contrato de trabalho ou de prestação de serviços, nem existe relação entre algum daqueles e qualquer entidade consultora da sociedade.

CAPÍTULO 3

Informação e Auditoria

3.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

O capital social é integralmente representado por 570.000.000 de acções ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal unitário de 1 euro, admitidas à negociação em mercado regulamentado.

3.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

– HERANÇA INDIVISA DE HORÁCIO DA SILVA ROQUE.[3]

Detinha, directamente, em 31 de Dezembro de 2011, 808.888 acções da Banif SGPS, SA, correspondentes a 0,142% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 307.063.133 acções, correspondentes a 53,871% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS,SA de que é titular a **Rentipar Financeira, SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;

- 1.152.997 acções, correspondentes a 0,202% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que são titulares os **membros do órgão de administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA** – Dr. Fernando José Inverno da Piedade: 20.082 acções, Dr. José Marques de Almeida: 1.117.440 acções e Sr. Vitor Hugo Simons: 15.475 acções - (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

[3] A cabeça-de-casal da Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque é a Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro, filha do Sr. Comendador Horácio Roque.

- 27.583.051 acções, correspondentes a 4,839% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a **Vestiban – Gestão e Investimentos, SA**, sociedade dominada pela Rentipar Financeira, SGPS, SA (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);

- 267.750 acções, correspondentes a 0,047% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a **Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda.,** sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;

- 162.049 acções, correspondentes a 0,028% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que é titular a **Renticapital – Investimentos Financeiros, SA**, entidade dominada pela Rentipar Financeira, SGPS, SA (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);

Num total de **337.037.868** acções, correspondentes a **59,128%** do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA.

- **AUTO-INDUSTRIAL, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA**

Pessoa colectiva n.º 505 025 752, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa, era titular de **76.377.857** acções, representativas de **13,400%** do capital social e direitos de voto da Banif SGPS,SA. A accionista é ainda titular de 59.405.000 Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC's), sendo que a participação qualificada de 13,400% diz respeito apenas às acções subscritas e não considera os direitos incorporados nos VMOC's, que apenas deverão vir a ser considerados aquando da sua conversão em acções.

- **JOAQUIM FERREIRA DE AMORIM**

Com domicílio na Rua da Corticeira, 34, 4536-902, Mozelos, contribuinte n.º 174.303.050, a quem são imputáveis os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 12.718.936 acções, correspondentes a 2,231% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS,SA de que é titular a **Evalesco, SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;

3.3. Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não existem accionistas titulares de direitos especiais.

3.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

Não existem restrições à transmissibilidade das acções representativas do capital social da sociedade.

3.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Enquadra-se no âmbito do presente ponto, o contrato celebrado em 10 de Julho de 2009 entre a Banif SGPS, SA e os então accionistas controladores da Tecnicrédito, SGPS, SA [‘Tecnicrédito’] (aos quais se substituiu a Auto Industrial – Investimentos e Participações, SGPS, SA [‘AI SGPS’], por aditamento de 7 de Agosto de 2009) referente à integração da Tecnicrédito na Banif SGPS, SA.

Nos termos deste contrato, estão previstas restrições à alienação, por parte da AI SGPS, das acções e valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis [‘VMOCs’] que esta veio a subscrever no âmbito do aumento de capital da Banif SGPS, SA, por contrapartida das acções representativas do capital social da Tecnicrédito. As restrições são as seguintes:

Até 30 de Junho de 2011, a AI SGPS comprometeu-se a não alienar, ou de qualquer outro modo transferir ou onerar, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, as acções e os VMOCs ou os direitos que lhes são inerentes.

Após 30 de Junho de 2011, e até à data de efectiva conversão dos VMOCs, a AI SGPS comprometeu-se a não reduzir, seja de que forma for, o seu interesse económico para uma percentagem inferior a dois terços do interesse económico adquirido aquando da concretização das transacções previstas naquele contrato.

Excluiram-se do referido quaisquer transacções de acções e de VMOCs efectuadas entre a AI SGPS e sociedades dominadas directa ou indirectamente por si e entre aquelas sociedades entre si, desde que o adquirente se vincule ao contrato celebrado.

3.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

Não existem regras específicas, designadamente de natureza estatutária, aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade, sendo integralmente aplicável o regime legal previsto, designadamente, no Código das Sociedades Comerciais.

3.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não está previsto qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital da sociedade.

3.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente:

a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;

b) O anúncio de resultados;

c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

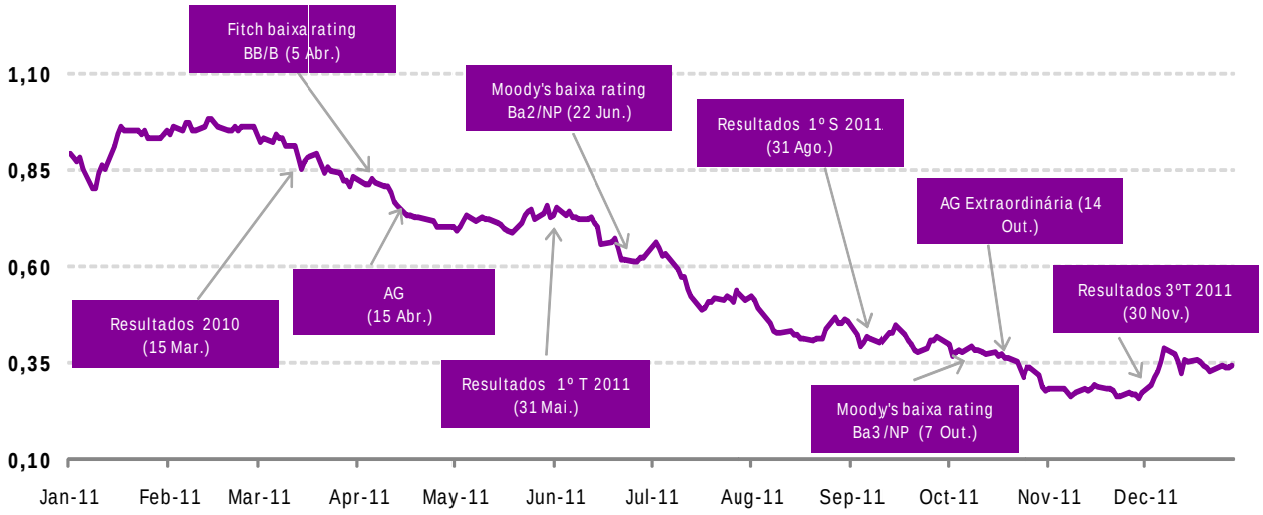
As acções representativas do capital social do Banif foram inicialmente admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa (então denominado por Bolsa de Valores de Lisboa), em Novembro de 1992.

Em 1 de Abril de 2002, em virtude da operação de reestruturação do Grupo Banif implementada naquela data, a denominação social da entidade com acções admitidas à cotação passou a ser Banif - SGPS, SA, entidade que tem actualmente o estatuto de sociedade com o capital aberto ao investimento do público.

No decurso de 2006, o valor nominal unitário das acções representativas do capital social da Sociedade foi renominalizado de 5 euros para 1 euro, alterando-se, em consequência, o número de acções emitidas, pelo que as transacções efectuadas na Euronext Lisboa a partir de 23 de Outubro de 2006 têm por base esse novo valor nominal.

Em 2011, em Assembleia Extraordinária de 14 de Outubro, foi deliberada a conversão das acções representativas do capital em acções sem valor nominal, pelo que a 31 de Dezembro de 2011 o capital social da Banif SGPS estava representado por quinhentos e setenta milhões de acções, sem valor nominal.

O gráfico seguinte apresenta a evolução das cotações da Banif SGPS, SA, durante o ano de 2011, com a indicação dos eventos relevantes.



No dia 21 de Março de 2011, a Banif SGPS passou a fazer parte do índice PSI 20. A entrada no índice de referência do Euronext Lisboa permite uma maior visibilidade à instituição e uma maior aproximação aos investidores institucionais.

Adicionalmente, a entrada da Banif SGPS no índice permitiu um incremento do sector financeiro peso no referido índice, que agora integra quatro grupos bancários.

Tomando como referência os valores contabilísticos consolidados, apresenta-se na tabela abaixo a evolução dos principais indicadores, nos últimos cinco anos.

Evolução de Indicadores relevantes nos 5 últimos anos

	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011
Nº de acções emitidas	250.000.000	350.000.000	490.000.000	570.000.000	570.000.000
Nº de acções admitidas à cotação	250.000.000	350.000.000	490.000.000	570.000.000	570.000.000
Cotação (€)	4,00	1,09	1,25	0,87	0,34
Capitalização bolsista (€^3)	1.000.000	381.500	612.500	495.900	193.800
Resultado líquido por acção (€)	0,4043	0,1692	0,1104	0,0682	-0,2835
Valor contabilístico por acção (€)	2,4603	1,6668	1,9219	2,1116	1,4593
Cotação / Valor contabilístico (*PBV*)	1,63	0,65	0,65	0,41	0,23
Cotação / Resultado Líquido por acção (*PER*)	9,89	6,44	11,33	12,76	-1,20
Dividendo bruto por acção (€)	0,150	0,065	0,040	*	-
Dividendo líquido por acção (€)	0,12	0,52	0,32	*	-
Dividendos brutos / Resultado Líquido (*Payout*)	37,1%	38,4%	36,2%	*	-
Dividendo por acção / Cotação média (*Dividend yield*)	2,8%	3,1%	3,2%	*	-

* - Os resultados gerados em 2010 foram retidos sob a forma de reservas

3.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

A política de distribuição de dividendos da Sociedade assenta no princípio da distribuição dos resultados que não se mostrem indispensáveis à constituição de reservas legais e/ou ao regular financiamento da sua actividade, o que até 2009 se vinha traduzindo na distribuição de um dividendo anual correspondente a um valor entre 35% e 40% do lucro consolidado do exercício. Em 2010, as exigências conjunturais e regulamentares de reforço dos capitais próprios do Banif – Grupo Financeiro determinaram a impossibilidade de distribuição de dividendos referentes àquele exercício (nota: a indicação do dividendo distribuído nos três últimos exercícios consta do mapa apresentado no âmbito do número anterior).

3.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria

e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

Indicação:

a) Do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano;

b) Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano:

c) Da apreciação em assembleia-geral das características dos planos adoptados ou vigentes no exercício em causa.

Não estiveram em vigor, nem foram adoptados, no exercício em causa, quaisquer planos de atribuição de acções ou quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de acções.

3.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

Não existem negócios/operações nas condições descritas.

3.12. Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

Não existem negócios/operações nas condições descritas.

3.13. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a

sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Considerando a natureza da Banif - SGPS, SA, de sociedade gestora de participações sociais, os negócios celebrados com titulares de participação qualificada limitam-se à eventual tomada de fundos, a título de suprimentos/operações de tesouraria, junto da accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA, as quais não estão sujeitas à intervenção prévia do Conselho Fiscal.

3.14. Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.

Além de eventuais situações legalmente previstas, não existe intervenção prévia do Conselho Fiscal nos negócios da sociedade.

3.15. Indicação da disponibilização, no sitio da Internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, pela comissão para as matérias financeiras, pela comissão de auditoria e pelo conselho fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos deparados, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

Estão disponíveis, no sítio da Sociedade na *internet*, os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal. A Sociedade não dispõe de um Conselho Geral e de Supervisão, nem de uma comissão para as matérias financeiras, nem uma comissão de auditoria.

3.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a:

a) Funções do Gabinete;

b) Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete;

c) Vias de acesso ao Gabinete;

d) Sítio da sociedade na Internet;

e) Identificação do representante para as relações com o mercado.

O Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais (GRII) integra, desde 2010, a Área de Finanças Corporativas do Grupo, e tem como missão a prestação contínua de informação ao mercado, privilegiando um ambiente de transparência com as diversas partes interessadas, designadamente com accionistas, investidores e analistas, em consonância com as melhores práticas a nível nacional e internacional.

As suas principais atribuições colaborar na preparação de informação que o Grupo periodicamente divulga, nomeadamente a relacionada com os Relatórios de Gestão e Contas anuais e semestrais, assessorar o CFO no âmbito de eventos em que represente a Sociedade, tais

como conferências, roadshows e reuniões individuais com analistas e institucionais, e, ainda, responder a solicitações sobre informação financeira e outra de carácter público que seja passível de influenciar a decisão dos investidores actuais e potenciais.

Ao longo do exercício de 2011, o GRII manteve um contacto permanente com o mercado, através da divulgação dos comunicados com informação relevante a todos os investidores, particulares e institucionais, que o haviam expressamente solicitado, por meio do correio electrónico. Também por essa via, ou por telefone, o Gabinete prestou esclarecimentos e respondeu a questões que lhe foram colocadas por investidores e analistas, em momentos específicos da vida societária. Toda a informação prestada foi baseada em critérios de veracidade, precisão, utilidade e, sempre que possível, quantificada.

Também durante o período em referência, o Gabinete preparou e coordenou as reuniões com as agências de *rating* Fitch Ratings e Moody´s, visando a revisão anual das notações de *rating* da sua participada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A..

O ano de 2011 foi particularmente difícil, com as sucessivas revisões em baixa da notação de rating da República pelas três agências e que arrastaram também, em baixa, as notações de rating dos bancos portugueses, neles incluído o Banif. As várias revisões implicaram a preparação de informação relevante numa base mais regular, alargada a temas que cobriam, desde a exposição ao risco soberano, *funding*, liquidez e solvabilidade, e a novos formatos com maior exigência de detalhe, implicando a preparação de um fluxo maior de informação, de forma a manter as agências de rating devidamente esclarecidas.

O Banif – Grupo Financeiro dispõe de um sítio na *internet* que funciona como meio privilegiado de difusão de informação, assegurando o seu carácter tempestivo e equitativo.

Em - www.grupobanif.pt - é disponibilizada, em português e em inglês, informação privilegiada tornada pública, no decurso do exercício de 2011, para consulta de accionistas e demais partes interessadas. Paralelamente, também se pode encontrar informação sobre a actividade comercial do Grupo, possibilitando o conhecimento do leque de produtos e serviços, nas diferentes áreas de negócio que o Grupo põe à disposição dos actuais e potenciais clientes, permitindo a avaliação da implementação do Grupo nos diferentes mercados.

No sítio da *internet* e na opção Relações com Investidores podem ser consultadas várias matérias, a saber:

Indicadores Financeiros	– Síntese – Dimensão e Crescimento – Rendibilidade – Fundos Próprios – Balanços – Demonstração de Resultados
Relatório e Contas	– Banif SGPS, S.A. e Sociedades Participadas
Ratings	– Fitch Ratings – Moody´s
Dividendos	– Declarações relativas aos exercícios entre 2002 e 2009
Assembleia Geral	– Acta – Lista de Presenças – Convocatória – Boletim de Voto – Formulário de Procuração – Minuta para o envio do Boletim de Voto – Outros documentos (Nº1 – Art.º 289 do C.S.C.)
Informação Obrigatória aos Investidores	– Estatutos – Órgãos Sociais – Relatório e Contas – Relatório de Disciplina de Mercado – Relatório de Governo da Sociedade – Regulamento do Conselho de Administração – Regulamento do Conselho fiscal – Cabinete de Apoio ao Investidor – Outros Comunicados

O GRII disponibiliza vários canais de acesso, por meio dos quais poderá ser solicitada toda a informação de carácter público sobre o Banif – Grupo Financeiro, com o objectivo de facilitar a comunicação com o mercado.

Cabinete de Relações com Investidores e Institucionais	
Morada:	Avenida José Malhoa 22 – 5º
	1099-012 Lisboa
Telefone:	+ 351 217 211 532
Fax:	+ 351 217 211 532
Email:	accionista@banif.pt ou investidor@banif.pt
Sítio da Internet:	www.grupobanif.pt

3.17. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

a) Serviços de revisão legal de contas;

b) Outros serviços de garantia de fiabilidade;

c) Serviços de consultoria fiscal;

Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor.

Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio.

Valores sem IVA

Serviços	€ Total	%
Serviços de revisão legal de contas	1.222.669,00	82%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	252.720,00	17%
Serviços de consultoria fiscal	16.875,00	1%
Total	1.492.264,00	100%

Os serviços incluídos em cada categoria são os seguintes:

Serviços de revisão legal de contas

Inclui os honorários relativos ao exercício de 2009 no âmbito da revisão legal das contas e auditoria externa das contas consolidadas da Banif SGPS, SA e contas individuais das suas subsidiárias e associadas.

Outros serviços de garantia e fiabilidade

Inclui os honorários cobrados no âmbito da prestação de serviços de reporte ao Banco de Portugal (sobre os sistemas de controlo interno e provisões económicas) e emissão de cartas conforto sobre temas específicos (tais como operações de securitização e emissão de dívida).

Serviços de consultoria fiscal

Inclui os honorários cobrados no âmbito de serviços de consultoria técnico-fiscal.

Outros serviços que não de revisão legal

Inclui honorários cobrados no âmbito de serviços de consultoria permitidos de acordo com as regras de independência em vigor.

Medidas de salvaguarda da independência do auditor

A Ernst & Young tem estabelecido um sistema de controlo interno e monitorização das políticas estabelecidas em matéria de independência, as quais têm em linha de conta as normas de independência vigentes a nível nacional e internacional, as ameaças à independência e as respectivas salvaguardas. Nesta política estão estabelecidos os serviços proibidos por poderem ter impacto na independência do auditor. A divulgação destas políticas é efectuada via intranet a todos os colaboradores da rede da Ernst & Young.

A monitorização do cumprimento das referidas políticas a nível mundial é efectuada através de uma aplicação na intranet denominada "Ernst & Young Global Independence System – GIS". Cada sócio, gerente e colaborador profissional atesta formalmente o seu conhecimento e cumprimento das referidas políticas ou alterações às mesmas. Periodicamente são efectuadas acções de formação obrigatórias sobre as referidas políticas.

Em concreto, o sistema de controlo interno da Ernst & Young incorpora designadamente os seguintes mecanismos:

- Disponibilidade na intranet de lista actualizada de clientes de interesse público e mecanismo de aprovação prévia pelo Partner responsável de potenciais propostas de prestação de serviços adicionais a clientes de auditoria;
- Proibição de detenção de interesses financeiros em relação aos clientes de auditoria aplicável aos sócios e membros da equipa da Ernst & Young. Esta proibição aplica-se também os cônjuges e filhos menores dos mesmos;

- Testes de conformidade ao cumprimento das políticas e procedimentos sobre independência no âmbito do programa internacional de controlo de qualidade.

A Ernst & Young também tem implementado um processo interno que condiciona à autorização do Partner responsável pela auditoria do Grupo a prestação de serviços a entidades que dele fazem parte por qualquer entidade da rede Ernst & Young. No pedido de autorização inclui a descrição do trabalho solicitado e avaliação do seu enquadramento no âmbito dos serviços

permitidos de acordo com as regras de independência referidas. Adicionalmente o Partner responsável pela auditoria recebe mensalmente a lista de todos os projectos realizados para todas as entidades do Grupo.

Seguindo a política estabelecida, na prestação dos serviços de serviços de consultoria foi assegurado que não foram tomadas decisões nem participação na tomada de decisões em nome da Banif SGPS, SA ou de qualquer das suas subsidiárias ou associadas em matérias fiscais ou outras.

3.18. Referência ao período de rotatividade do auditor externo.

A sociedade não tem estabelecidos ou previstos períodos de rotatividade do auditor externo.

4. Avaliação do Modelo de Governo pelo Conselho de Administração

Em linha com as melhores práticas de governo corporativo, o Conselho de Administração efectua avaliações regulares do modelo de governo da Sociedade. Neste domínio, da iniciativa com características estruturantes empreendida com o apoio de um consultor externo, em 2007, resultou uma reconfiguração do modelo de governo do Banif - Grupo Financeiro, aprovado no final daquele exercício e que, nos seus elementos essenciais e devidamente actualizado, foi apresentado aos Srs. Accionistas na Assembleia Geral Anual de 15 de Abril de 2011.

O modelo de governo do Grupo, então apresentado, assenta em cinco pilares essenciais:

i. O Conselho de Administração da Banif SGPS, SA permanece como órgão executivo mais elevado do Grupo, implementando um modelo mais interventivo na supervisão dos negócios e com uma organização e funcionamento interno mais estruturados;
ii. A Banif SGPS, SA deve implementar, e tem implementado, um conjunto de iniciativas para garantir um maior alinhamento com as melhores práticas e recomendações de Corporate Governance;
iii. O Conselho de Administração da Banif SGPS, SA é apoiado por um Centro Corporativo, composto por Funções Corporativas, com uma estrutura reduzida mas de elevada competência, reportando, o responsável por cada uma, a um membro do Conselho de Administração;
iv. O papel integrador das Funções Corporativas é reforçado por comités transversais já criados para temas chave para a competitividade e a gestão do risco do Grupo;
v. O modelo de governo estabelecido implica uma forma de relacionamento mais profunda entre a *holding* e as demais sociedades, de modo a que estas actuem concertadamente na implementação de estratégias transversais.

Estes pilares têm vindo a ser gradualmente implementados através de iniciativas cobrindo as várias dimensões de governação do Grupo.

Durante o exercício de 2011, as diversas Funções Corporativas continuaram a desenvolver o âmbito e a aperfeiçoar a qualidade da sua actuação, consolidando a sua importância na estrutura de governo do Grupo. Estes órgãos continuaram a contribuir de modo relevante para a implementação de projectos comuns a várias filiais da Banif SGPS, SA e, dentro das suas específicas áreas de actuação, para a definição e concretização de estratégias transversais ao Grupo.

Já em 2012, na Assembleia Geral de 22 de Março, foi aprovada pelos accionistas uma alteração estatutária tendente à extinção do Conselho Consultivo e à sua substituição por um novo órgão, designado Conselho Superior Corporativo.

Na base desta medida esteve o facto de que "*a rápida evolução que se tem verificado nos anos mais recentes, quer em termos de conjuntura económica, quer em termos de exigências regulamentares e de requisitos de governance, tem evidenciado a necessidade de um envolvimento mais profundo e estruturado por parte do órgão societário com natureza consultiva, em termos que lhe permitam um efectivo acompanhamento da actividade da sociedade, bem como a promoção de iniciativas concretas em matérias diversas, que se traduzam num contributo mais assertivo e consequente tal actividade*".

O Conselho de Administração subscreve o entendimento subjacente à referida medida, considerando que, conforme pretendido, este novo órgão preserva a característica essencial de fórum de reflexão, além de que passou agora a dispor de condições estatutárias e logísticas para vir a assumir outro tipo de iniciativas e de responsabilidades, nomeadamente, através de avaliações, análises e estudos em matérias de interesse especialmente relevante, constituir um verdadeiro e efectivo apoio para os órgãos de administração e fiscalização da sociedade.

A dicionalmente, desde a Assembleia Geral de 22 de Março de 2012, o Conselho de Administração então eleito para o mandato 2012-2014 tem vindo a implementar significativas alterações no modelo de *governance* do Grupo.

Embora, no passado, a natureza de sociedade holding da Banif SGPS, SA, sem uma actividade de gestão quotidiana substancial, tenha justificado a inexistência de uma Comissão Executiva, a evolução da actividade do Centro Corporativo e o aumento da necessidade de desenvolver uma gestão transversal ao Grupo levou a que o Conselho de Administração eleito para o triénio 2012-2014 tenha promovido a criação de uma Comissão Executiva, à qual delegou poderes de gestão corrente da sociedade.

Por outro lado, foi criada uma equipa de gestão transversal ao Grupo, com um número muito significativo de administradores comuns à Banif SGPS, SA e às três unidades bancárias do Grupo em Portugal, no sentido de assegurar transversalidade e unidade na estratégia de gestão, que permita

uma melhor e mais eficiente utilização dos recursos gerados internamente, uma gestão global e integrada dos riscos e uma unificação da proposta de valor que o Grupo oferece aos seus clientes

Por fim, foram efectuadas alterações substanciais ao nível do Centro Corporativo e foi promovida a partilha de serviços e de estruturas entre várias unidades do Grupo, no âmbito de um processo de racionalização e optimização que deverá continuar a ser implementado ao longo dos exercícios de 2012 e seguintes.

Atenta a presente fase de consolidação do modelo de governo do Grupo e os desenvolvimentos acima referidos, é convicção do Conselho de Administração que o quadro de referência de *governance* do Banif – Grupo Financeiro, estando naturalmente sujeito a um processo evolutivo e de maturação, continua devidamente ajustado à sua realidade".

.

08 Outras Informações

Outras Informações

1. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Informação sobre as acções e obrigações previstas no art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, e no n.º 7 do artigo 14º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, com **referência a 31 de Dezembro de 2011**, incluindo o movimento de acções e obrigações realizado durante o respectivo exercício.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Pessoalmente, era titular de 1.714.113 acções da Banif SGPS, SA.

Era titular, ainda, de 1 acção do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto), 1 acção da Banif Brasil (Holdings), SA e 1 acção da Centaurus Realty Group – Investimentos Imobiliários, SA.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Pessoalmente, era titular de 144 acções da Banif SGPS, SA.

Era titular, ainda, de 1 acção do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto), e 1 acção da Centaurus Realty Group – Investimentos Imobiliários, SA.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Pessoalmente, era titular de 177.675 acções da Banif SGPS, SA, 125 Obrigações Banif - SGPS, SA 2010-2013, no valor unitário de € 1.000,00, 50 Banif SGPS, SA 2011-2013, no valor unitário de € 1.000,00, 15 Obrigações Rentipar Financeira, SGPS – 2008/2012, no valor unitário de € 1.000,00

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

Pessoalmente não era titular de quaisquer acções da Banif SGPS, SA.

Era titular, de 1 acção do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA, de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, de 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA, de 1 acção da Econofinance, SA (todas acções preferenciais sem direito a voto), bem como de 1 acção da Banif Gestão de Activos SA, de 1 acção da Econofinance, SA, de 1 acção da Beta Securitizadora, SA, de 1 acção da Centaurus Realty Group Investimentos Imobiliários, SA e de 1 acção do Banif Brasil (Holdings), SA (todas acções ordinárias com direito a voto).

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. José Marques de Almeida

Pessoalmente era titular de 1.117.440 acções da Banif SGPS, SA. Era ainda titular de 40 acções Banif Finance FLI PERP.

A Rentipar Financeira, SGPS, SA, sociedade da qual é membro do Conselho de Administração, era titular de 307.063.133 acções da Banif SGPS, SA, não tendo transaccionado acções da Banif SGPS, SA no exercício de 2011.

A Vestiban - Gestão e Investimentos, SA, sociedade da qual é Presidente do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif - SGPS, SA.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas

relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Vitor Manuel Farinha Nunes

A FN Participações, SGPS, SA, sociedade por si detida, era titular de 1.836.504 acções da Banif - SGPS, SA, de 1.820.000 valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis em acções da Banif SGPS, SA e de 2.638 Obrigações de Caixa Subordinadas "Banco Mais 2004/2011", no valor nominal unitário de 50,00 euros.

Em 15 de Março de 2011, foram reembolsadas 2.638 Obrigações de caixa Subordinadas 2004-2011 detidas pela FN Participações SGPS, SA, no valor total de 131.900,00 Euros.

Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro

Não é titular de acções da Banif SGPS, SA.

É cabeça-de-casal da Herança Indivisa do Comendador Horácio da Silva Roque, a qual detém, directamente, 808.888 acções da Banif SGPS, SA e à qual serão imputáveis, nos termos do art.º

20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes a um total de 337.037.868 acções da Banif SGPS, SA.

À excepção das transacções referentes à Renticapital, acima descritas, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida

Pessoalmente era titular de 213.847 acções da Banif SGPS, SA.

A sociedade **Quinta do Sourinho - Agricultura e Turismo, Lda**, integralmente detida pelo próprio e pelas pessoas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, era titular de 220.238 acções da Banif SGPS, SA.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. António Ernesto Neto da Silva

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. José Lino Tranquada Gomes

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

2. TRANSACÇÕES DE ACÇÕES OU DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS COM ELAS RELACIONADOS EFECTUADAS PELA RENTIPAR FINANCEIRA SGPS, SA, PELOS SEUS DIRIGENTES E POR PESSOAS ESTREITAMENTE RELACIONADAS COM AQUELES

Em cumprimento do disposto nos n.º 6 e 7 do art.º 14.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, segue a descrição das transacções realizadas em 2011, referentes a acções da Banif SGPS, SA ou a instrumentos financeiros com elas relacionados, efectuadas pela Rentipar Financeira, SGPS, SA[4], pelos seus dirigentes e pelas pessoas estreitamente relacionadas com aqueles. A referência é feita apenas aos dirigentes da Rentipar Financeira SGPS, SA que, à data de 31 de Dezembro de 2011 não eram comuns à Banif SGPS, SA, uma vez que as acções/instrumentos relacionados transaccionados por estes estão divulgados no ponto imediatamente anterior.

RENTICAPITAL INSTRUMENTOS FINANCEIROS SGPS, SA ('Renticapital')

Sociedade dominada pela Rentipar Financeira, SGPS, SA e que integra, no seu Conselho de Administração, Administradores comuns à Banif SGPS, SA e à Rentipar Financeira, SGPS, SA

Transacções de acções da Banif - SGPS, SA em 2011 (art.º 9, nº 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

ENTIDADE ENVOLVIDA	TIPO OPERAÇÃO	DATA	UNIDADES	PREÇO MÉDIO UNIT (€)	MONTANTE (€)
Renticapital	Compra	23-Jun.	41.636	0,617	25.698,95
	Compra	24-Jun.	40.000	0,619	24.760,00
	Compra	27-Jun.	32.000	0,609	19.504,71
	Compra	28-Jun.	10.000	0,610	6.100,00
	Compra	29-Jun.	7.774	0,620	4.819,88
	Compra	07-Jul.	1.000	0,632	632,00
	Compra	08-Jul.	4.639	0,621	2.880,82
	Compra	11-Jul.	25.000	0,591	14.775,00

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

Dr. Fernando José Inverno da Piedade

- À excepção das transacções referentes à Renticapital, acima descritas, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

[4] Sociedade considerada em relação de domínio com a Banif SGPS, SA, nos termos e para os efeitos do art.º 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

Dr. Victor Hugo Simons

- À excepção das transacções referentes à Renticapital, acima descritas, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

Dr.ª Paula Cristina Moura Roque

Não é titular de acções da Banif SGPS, SA.

É cabeça-de-casal da Herança Indivisa do Comendador Horácio da Silva Roque, a qual detém, directamente, 808.888 acções da Banif SGPS, SA e à qual serão imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes a um total de 337.037.868 acções da Banif SGPS, SA.

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

CONSELHO FISCAL DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

Dr. José Luís Pereira de Macedo

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

Dr. Carlos Alberto da Costa Martins

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

Dr.ª Teresa Lucinda Camoesas Castelo

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

Encontram-se referidos no Capítulo VII deste relatório, respeitante ao Governo da Sociedade, os **cargos desempenhados noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração** (Ponto II. 19 do Relatório de Governo da Sociedade) **e do Conselho Fiscal** (pontos II. 23 do Relatório de Governo da Sociedade).

A seguir se informa sobre as acções e obrigações de sociedades do Banif - Grupo Financeiro transaccionadas e/ou detidas durante o exercício em apreço, por sociedades do mesmo Grupo (exceptuando acções da Banif SGPS, SA, identificadas no ponto 3 infra, em quadro próprio).

Banif - SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Mais, SGPS, SA					17.500.000	216.741.739,51
Acções Banif - Investimentos SGPS, SA					1.998.000	9.968.963,20
Acções Banif Comercial, SGPS, SA					47.488.000	239.324.646,71
Acções Banif - Imobiliária, SA	Aumento Capital Social Banif Imobiliária	30-12-11	15.850.000	79.250.000,00	16.000.000	80.235.375,25
Acções Rentipar Seguros, SGPS, SA					12.930.529	72.243.800,49
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA					465.182	5.129.647,00
Acções Preferenciais Banif Bank Malta PLC	Aumento Capital Social Banif Bank Malta	28-02-11	7.500.000	7.500.000,00	7.500.000	7.500.000,00
Acções Banif Bank Malta PLC					17.999.999	17.999.999,60
Acções Banca Pueyo, SA					9.996.000	49.363.497,59
Acções Bankpime					25.169.037	2.120.840,00
Banif Holding (Malta) PLC	Aumento Capital Social Banif Holding (Malta)	30-09-11	9.990.000	9.990.000,00	9.991.998	9.991.998,00
Acções Banieuropa, SL					100.000	100.000,00
Acções Inmobiliária Vegas Altas					669	2.499.632,58
Acções Banif Finance Ltd	Compra Venda Compra	30-12-11 30-12-11 30-12-11	20.000 20.000 20.000	12.000.000,00 12.000.000,00 12.000.000,00	20.000	12.000.000,00
Acções Banif Finance Ltd	Compra Venda Compra	30-12-11 30-12-11 30-12-11	20.000 20.000 20.000	(USD) 12.000.000,00 (USD) 12.000.000,00 (USD) 12.000.000,00	20.000	(USD) 12.000.000,00

Banif Comercial, SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif 2009 Float Perp Cond	Compra Venda	08-04-11 30.12.11	10.000.00 10.000.000	10.000.000,00 10.000.000,00	0	0
Acções Banif (Açores) SGPS, SA					4.016.983	20.735.497,00
Acções Banif Banco Internacional do Funchal SA	Aumento do Capital Social do Banif, SA, incluído na operação de fusão com a Banif Go	30.12.11	2.900.000	18.427.860,12	2.900.000	18.427.860,12
Acções Banif Banco Internacional do Funchal SA					156.000.000	775.338.574,25
Acções Banco Banif Mais, SA	Aquisição incluída na operação de fusão com a Banif Go	30.12.11	1.000.000	1.223.847,10	1.000.000	1.223.847,10
Acções Banif Rent					60.000	500.000,00
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do Banif (Brasil), SA	28-07-11			253.363.365	60.937.120,83
Acções Banif Banco Internacional do Funchal					45.312.757	10.897.573,06
Acções Banif International Bank, Ltd					25.000	25.000,00
Acção Banif Bank (Malta) PLC					1	0,40

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2011	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Acções Preferenciais:						
Acções Pref Banif Finance FLT PRP	Entrada	25-01-2011	520	520.000		
	Entrada	24-10-2011	10	9.500		
	Entrada	15-11-2011	38	36.100		
	Entrada	22-11-2011	15	13.500		
	Saída	29-12-2011	10	5.000	**1.177**	**1.177.000**
Acções Pref Banif Finance 2009 USD	Entrada	04-02-2011	29	12.577	**29**	**13.448**
Obrigações Não Residentes:						
Obrigações Banif Finance FLT DEZ 14					**600.000**	**501.135**
Obrigações Banif Finance Sub DEZ 19					**92.000**	**71.070**
Obrigações Banif Fin. 5% NOV 13 USD	Saída	03-01-2011	9.196.000	9.196.000 USD		
	Saída	07-01-2011	105.000	105.000 USD		
	Saída	11-02-2011	162.000	162.000 USD	0	0
Obrigações Banif Fin. 6% NOV 13	Saída	03-01-2011	7.359.000	7.359.000		
	Saída	26-01-2011	51.000	51.000	**0**	**0**
Obrigações Residentes:						
Obrigações Banif 05/15 (ex-Leasing)					**6.000.000**	**6.109.290**
Obrigações INV.TX VR 2016					**15.000.000**	**15.002.332**
Obrigações Rentipar 2008/2012	Entrada	28-03-2011	10.000	10.000	**24.685.000**	**24.685.000**
	Entrada	30-06-2011	2.764.000	2.611.980		
	Entrada	26-07-2011	10.000	9.450		
	Entrada	16-08-2011	25.000	23.625		
	Entrada	14-09-2011	20.000	18.900		
	Entrada	28-09-2011	50.000	47.250		
	Entrada	29-09-2011	1.000	800		
	Entrada	10-11-2011	20.000	18.900		
	Amortização	30-12-2011	13.792.500	13.792.500	**13.792.500**	**13.792.500**
Obrigações Açoreana TX VR DEZ 17	Entrada	10-01-2011	4.000	3.220	**1.502.000**	**1.503.443,41**
	Entrada	12-01-2011	10.000	8.050		
	Entrada	25-01-2011	4.000	3.200		
	Entrada	13-04-2011	100.000	95.000		
	Entrada	08-06-2011	25.000	22.500		
	Entrada	10-11-2011	2.000	1.610		

	Entrada	17-10-2011	200.000	200.000	**1.847.000**	**1.849.059**
Rentipar Seguros 2015	Saída	03-01-2011	5.000.000	5.000.000	**24.500.000**	**24.681.028**

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2011	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif SGPS 2008/2011	Entrada	11-01-2011	1.000	975		
	Entrada	24-01-2011	6.000	5.790		
	Entrada	08-02-2011	4.000	3.900		
	Entrada	29-03-2011	187.000	185.130		
	Entrada	15-06-2011	33.000	32.670		
	Entrada	30-06-2011	644.000	630.476		
	Reembolso	08-07-2011	1.808.000	1.808.000	**0**	**0**
Obrigações Banif SGPS 2010/2013	Entrada	28-03-2011	100.000	100.000	**100.000**	**100.133**
Fundos Residentes Abertos:						
Infrainvest FEIA					**60.980**	**2.518.541**
Fundos Residentes Fechados:						
Fundo de Capital de Risco Capven					**150**	**227.404**
Banif Renda Habitação	Saída	31-12-2011	10.000	10.213.431	**0**	**0**
Banif Imogest	Saída	31-12-2011	1.788.535	71.820.948	**0**	**0**
Banif Gestão Imobiliária	Saída	31-12-2011	25.000	22.274.955	**0**	**0**

Banif (Açores), SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Açoreana TX VR DEZ17					950.000	950.000,00
Obrigações Rentipar Seguros 2010/2015					4.000	4.000.000,00
Obrigações Banif 08/18 CX SUB					546.000	546.000,00
Obrigações Euroinvest 8 2007 / 2012	Aquisição	29/06/11	8.833.000	8.666.056,30	8.833.000	8.666.056,30
Investaçor SGPS, SA					1.183.900	9.376.488,00
Habiprede, SA					5.000	1.250.000,00

Banif Investimentos, SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Quota Espaço Dez					1	1.250,00
Acções Banif – Banco de Investimento, SA	Aumento do Capital Social	30-12-11	6.000.000	30.000.000,00	17.000.000	85.000.000,00
Acções Banif Comercial, SGPS, SA					8.512.000	42.560.000,00
Acções Banif (Cayman), Ltd					26.000.000	29.640.000,00
Acções Banif Brasil, Ltda					120.000	58.800,00
Acções Banif Securities Holding, Ltd					2.108	2.391.926,52
Acções Banif International Bank, Ltd					24.975.000	24.975.000,00
Acções Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do BBI Brasil	28-07-11	21.768.680	3.370.029,21	208.853.246	2.088.532,46
Acções Banif International Holdings					15.008.874	15.008.874

Banif Açor Pensões, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2011
	Operação	Data	Quant.	Valor	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Alienação	22-12-11	250.000,00	125.000	0

Banif International Asset Management

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2011
	Operação	Data	Quant.	Valor	
Acções Banif Multifund, Ltd					100 USD

Numberone, SGPS, Lda

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor em 31/12/2011
	Operação	Data	Quant.	Valor	
Acções Banif Finance, Ltd.					99.000 / 68.721,37 EUR

Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	Posição 31/12/11	MOVIMENTOS Operação	Data	Quant.	Valor	Moeda
Obrigações BANIF 08/18 CX SUB	507.000,00					EUR
PTBAFOXE0003						
Obrigações CX BCA 2007/2017	612.800,00					EUR
PTBCAIXE0004						
Obrigações BANIF 01/11 CX SUB	0	Reembolso Final	18-07-11	8.720.000,00	8.720.000,00	EUR
PTBAFGXE0003						
Obrigações CX BCA 2007/2017	1.488.250,00					EUR
PTBCAFXE0007						
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ14	650.000,00					EUR
XS0208463306						
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ2015	0	Venda	02-08-11	12.125.000,00	8.972.500,00	EUR
XS0239804445						
Acções BANIF FIN ACC PRF 07	*3.661*					EUR
XS0337503154						
Acções BANIF FIN ACC PRF 09	683					USD
XS0433814158						
Acções BANIF FIN ACC PRF 09	7.173	Compra	08-07-11	1.438	1.394.860,00	USD
XS0433827994						
Acções BANIF FIN ACC PRF 08	25.000	Compra	30-12-11	25.000	25.000.000,00	EUR
XS0407145886		Venda	30-12-11	25.000	25.000.000,00	EUR
Acções BANIF FIN ACC PRF 08		Compra	30-12-11	20.000	12.000.000,00	USD
XS0406452929		Venda	30-12-11	20.228	12.288.000,00	USD

Banif International Bank, Ltd (Bahamas)

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BANIF FIN SUB DEZ14 XS0208463306	Venda	1-12-11	274.000	228.790,00	0	
Obrigações BANIF FIN SUB 3% DEZ19 XS0476077366	Venda	28-09-11	2.681.000	1.957.130,00		
	Venda	29-09-11	1.068.000	779.640,00		
	Venda	30-09-11	6.240.000	4.555.200,00		
	Venda	03-10-11	1.165.000	850.450,00		
	Venda	04-10-11	840.000	613.200,00		
	Venda	06-10-11	880.000	642.400,00		
	Venda	07-10-11	415.000	302.950,00		
	Venda	11-10-11	268.000	195.640,00		
	Venda	12-10-11	1.111.000	811.030,00		
	Venda	13-10-11	163.000	118.990,00		
	Venda	14-10-11	668.000	487.640,00		
	Venda	17-10-11	1.216.000	887.680,00		
	Venda	18-10-11	481.000	351.130,00		
	Venda	19-10-11	307.000	224.110,00		
	Venda	20-10-11	1.003.000	732.190,00		
	Venda	21-10-11	15.000.000	11.925.000,00		
	Venda	27-10-11	175.000	127.750,00		
	Venda	28-10-11	212.000	154.760,00		
	Venda	31-10-11	265.000	193.450,00		
	Venda	02-11-11	550.000	401.500,00		
	Venda	03-11-11	284.000	207.320,00		
	Venda	04-11-11	40.000	29.200,00		
	Venda	08-11-11	132.000	96.360,00		
	Venda	10-11-11	20.000	14.600,00		
	Venda	21-11-11	20.000	14.600,00		
	Venda	22-11-11	315.000	229.950,00		
	Venda	23-11-11	207.000	151.110,00		
	Venda	25-11-11	245.000	178.850,00		
	Venda	01-12-11	52.418.000	40.492.905,00		
	Compra	06-12-11	50.000	36.500,00		
	Venda	06-12-11	50.000	36.500,00		
	Compra	12-12-11	100.000	73.000,00		
	Venda	12-12-11	100.000	73.000,00		
	Compra	13-12-11	1.015.000	507.500,00		
	Venda	13-12-11	1.015.000	507.500,00		

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
	Compra	15-12-11	355.000	177.500,00		
	Venda	15-12-11	355.000	177.500,00		
	Compra	19-12-11	1.284.000	642.000,00		
	Venda	19-12-11	1.284.000	642.000,00		
	Compra	20-12-11	1.807.000	903.500,00		
	Venda	20-12-11	1.807.000	903.500,00		
	Compra	22-12-11	1.240.000	620.000,00		
	Venda	22-12-11	1.240.000	620.000,00		
	Compra	23-12-11	1.034.000	517.000,00		
	Venda	23-12-11	1.034.000	517.000,00		
	Compra	27-12-11	7.052.000	3.526.000,00		
	Venda	27-12-11	7.052.000	3.526.000,00		
	Compra	28-12-11	11.673.000	5.836.500,00		
	Venda	28-12-11	11.673.000	5.836.500,00		
	Compra	29-12-11	2.694.000	1.347.000,00		
	Venda	29-12-11	2.694.000	1.347.000,00		
	Compra	30-12-11	6.910.000	3.455.000,00		
	Venda	30-12-11	6.910.000	3.455.000,00		
					0	0,0
Acções BANIF FIN ACC PRF 04 XS0208508845	Compra	22-12-11	450	225.000,00		
	Compra	27-12-11	1.050	525.000,00		
	Compra	28-12-11	244	122.000,00		
	Compra	28-12-11	1.336	668.000,00		
	Compra	29-12-11	1.222	611.000,00		
	Compra	30-12-11	50	25.000,00		
	Compra	30-12-11	165	82.500,00		
	Compra	30-12-11	50	25.000,00		
	Compra	30-12-11	4.567	2.283.500,00		
					0	0,0
Obrigações BANIF FIN SUB PERP XS0280064204	Compra	21-12-11	586.000	321.200,00		
	Compra	28-12-11	250.000	137.500,00		
	Compra	28-12-11	863.000	474.650,00		
	Compra	30-12-11	400.000	220.000,00		
	Compra	30-12-11	1.1.64.000	640.200,00		
	Compra	30-12-11	250.000	137.500,00		
	Venda	30-12-11	3.511.000	1.931.050,00		
					0	0,0

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Acções BANIF ACC PRF 07 XS0337503154	Compra	21-12-11	100	50.000,00		
	Compra	15-12-11	530	265.000,00		
	Compra	16-12-11	355	177.500,00		
	Compra	22-12-11	240	120.000,00		
	Compra	27-12-11	190	95.000,00		
	Compra	28-12-11	515	257.500,00		
	Compra	28-12-11	723	361.500,00		
	Compra	29-12-11	5.408	2.704.000,00		
	Compra	30-12-11	4.696	2.348.000,00		
	Compra	30-12-11	358	179.000,00		
	Compra	30-12-11	1.911	955.500		
	Compra	30-12-11	332	166.000,00		
	Compra	30-12-11	51	25.500,00		
	Compra	30-12-11	339	169.500,00		
	Venda	30-12-11	15.748	7.874.000,00		
					0	0,0
Acções BANIF FIN ACC PRF 09 XS0433827994	Compra	28-12-11	250	125.000,00		
	Compra	29-12-11	252	126.000,00		
	Compra	30-12-11	150	75.000,00		
	Compra	30-12-11	61	30.500,00		
	Compra	30-12-11	50	25.000,00		
	Compra	30-12-11	150	75.000,00		
	Compra	30-12-11	500	250.000,00		
	Venda	30-12-11	1.413	706.500,00		
					0	0,0

Banif Holding (Malta) PLC

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Investimentos, SGPS, SA PREF.S/VOTO					2	10.000,00

Banif Bank (Malta) PLC

VALORES MOBILIÁRIO	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif SGPS 2008/2011 PTBNFL0E0002	Reembolso Final	15-07-11	920.000	892.400,00	0	0
OBRIGAÇÕES BANIF FIN FLT MAI12 XS0300795746	Compra	08-08-11	1.000.000	872.500,00		
	Compra	11-08-11	3.000.000	2.610.000,00	4.000.000	3.482.500
OBRIGAÇÕES BANIF FIN 6% NOV 13 XS0568463367	Compra	03-01-11	7.359.000	7.359.000,00		
	Venda	05-01-11	59.000	59.000,00		
	Venda	06-01-11	292.000	292.000,00		
	Venda	07-01-11	201.000	201.000,00		
	Venda	07-01-11	150.000	150.000,00		
	Venda	10-01-11	70.000	70.000,00		
	Venda	11-01-11	100.000	100.000,00		
	Venda	12-01-11	280.000	280.000,00		
	Venda	13-01-11	75.000	75.000,00		
	Venda	13-01-11	240.000	240.000,00		
	Venda	18-01-11	255.000	255.000,00		
	Venda	21-01-11	250.000	250.000,00		
	Venda	26-01-11	334.000	334.000,00		
	Venda	27-01-11	68.000	68.000,00		
	Venda	31-01-11	170.000	170.000,00		
	Venda	01-02-11	463.000	463.000,00		
	Venda	03-02-11	338.000	338.000,00		
	Venda	04-02-11	300.000	300.000,00		
	Venda	10-02-11	60.000	60.000,00		
	Venda	14-02-11	125.000	125.000,00		
	Venda	15-02-11	50.000	50.000,00		
	Venda	22-02-11	350.000	350.000,00		
	Venda	23-02-11	200.000	200.000,00		
	Venda	24-02-11	300.000	300.000,00		
	Venda	25-02-11	100.000	100.000,00		
	Venda	01-03-11	80.000	80.000,00		
	Venda	04-03-11	211.000	211.000,00		
	Venda	09-03-11	178.000	178.000,00		
	Venda	10-03-11	69.000	69.000,00		
	Venda	5-03-11	504.000	504.000,00		
	Venda	16-03-11	110.000	110.000,00		
	Venda	18-03-11	62.000	62.000,00		
	Venda	22-03-11	79.000	79.000,00		

VALORES MOBILIÁRIO	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
	Venda	23-03-11	65.000	65.000,00		
	Venda	24-03-11	65.000	65.000,00		
	Venda	25-03-11	135.000	135.000,00		
	Venda	07-04-11	58.000	58.000,00		
	Venda	15-04-11	50.000	50.000,00		
	Venda	27-04-11	50.000	50.000,00		
	Venda	04-05-11	70.000	70.000,00		
	Venda	09-05-11	50.000	50.000,00		
	Venda	11-05-11	9.000	9.000,00		
	Venda	08-06-11	163.000	163.000,00		
	Venda	28-06-11	250.000	250.000,00		
					271.000	271.000,00
Obrigações BANIF FIN 5% NOV 13 XS0568466030	Compra	30-01-11	9.196.000	(USD) 9.196.000,00		
	Venda	14-01-11	160.000	(USD) 160.000,00		
	Venda	18-01-11	163.000	(USD) 163.000,00		
	Venda	21-01-11	107.000	(USD) 107.000,00		
	Venda	11-02-11	138.000	(USD) 138.000,00		
	Venda	14-02-11	110.000	(USD) 110.000,00		
	Venda	15-02-11	479.000	(USD) 479.000,00		
	Venda	17-02-11	100.000	(USD) 100.000,00		
	Venda	28-02-11	190.000	(USD) 190.000,00		
	Venda	04-03-11	460.000	(USD) 460.000,00		
	Venda	17-03-11	100.000	(USD) 100.000,00		
	Venda	18-03-11	293.000	(USD) 293.000,00		
	Venda	23-03-11	924.000	(USD) 924.000,00		
	Venda	25-03-11	113.000	(USD) 113.000,00		
	Venda	18-04-11	452.000	(USD) 452.000,00		
	Venda	20-04-11	108.000	(USD) 108.000,00		
	Venda	04-05-11	2.000.000	(USD) 2.000.000,00		
	Venda	11-05-11	100.000	(USD) 100.000,00		
	Venda	28-06-11	255.000	(USD) 255.000,00		
	Venda	06-07-11	597.000	(USD) 597.000,00		
	Venda	14-07-11	100.000	(USD) 100.000,00		
	Venda	20-07-11	194.000	(USD) 194.000,00		
	Venda	29-08-11	109.000	(USD) 109.000,00		
	Venda	05-09-11	157.000	(USD) 157.000,00		
	Venda	12-10-11	223.000	(USD) 223.000,00		
					1.564.000	1.564.000,00

Banif Finance Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif Float 30 DEZ 2015	Venda	30-06-11	9.390	9.390.000,00	0	0
Obrigações Banif Float 30 DEZ 2015	Venda	30-06-11	2.736	2.257.200,00	0	0
Obrigações Banif SFE 09 FIT PRP					10.000	10.000.000,00
Obrigações BIB 6,5% PERP					10.000	10.000.000,00

Banif Mais - SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Acções Banco Mais, SA					100.000.000	100.000.000,00
Acções Tecnicrédico ALD – Aluguer de Automóveis, SA					200.000	1.000.000,00
Quotas Margem – Mediação de Seguros, Lda.					3	6.234,97
Acções TCC Investments Luxembourg SARL					100	12.500,00
Obrigações de Caixa Subordinadas com Juro Suplementar Banco Mais 2004 / 2011	Reembolso	15-03-11	2	100,00	0	

Banco Banif Mais, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Plus Bank Zártkoruen Mukodo Reszvenytársaság					1.500.000	3.000.000.000 HUF
Obrigações BMORE 4 Class E	Amortização Parcial	21.02-11		548.727,38		
	Amortização Parcial	20-05-11		447.635,71		
	Amortização Parcial	22-08-11		358.141,25		
	Amortização Parcial	22-11-11		279.538,14	757.224,60	757.224,60
Obrigações BMORE 5 Class B					41.250.000	41.250.000,00
Acções TCC Investments Luxemburg SARL	Aumento Capital Social	04-02-11	900	112.500,00	900	112.500,00
Banco Mais, SA 3Y Floating Rate Government Guaranteed Notes	Operação Reforço Liquidez	19-07-11	250	25.000.000,00	250	100.000,
Obrigações de Caixa Subordinadas – Banif Leasing, SA 2005 / 2015	Incorporação da Banif Co	30-12-11	6.000	6.000.000,00	6.000	6.000.000,00
Obrigações Atlantes Finance 3 Class C					1	6.125.173,00
Obrigações Atlantes Finance 4 Class D	Investimento Financeiro	21-12-11	69,02	6.901.526,75	69,02	

TCC Investments Luxembourg, SARL

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BMORE 4 Class D	Amortização Parcial	21-11-11	22,31	1.000.000,00	57,69	3.000.000,00
Obrigações BMORE 4 Classe E	Amortização Parcial	21-02-11		243.386,85		
	Amortização Parcial	20-05-11		198.547,86		
	Amortização Parcial	22-08-11		158.852,78		
	Amortização Parcial	22-11-11		123.988,54	300.052,71	2.534.419,03
Obrigações BMORE 5 Class C					2.750.000	2.750.000,00

Banif - Banco de Investimento, SA

Entidade	Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade/ valor nominal em 31/12/11
		Tipo de Transacção	Data	Quant.	Valor	
BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, SA	Banif Gestão de Activos, SA					400.000
	Banif Açor Pensões, SA	Aquisição	30-12-11	10.000	106.800	199.000
	Banif Capital, SA					150.000
	Centro Venture	Alienação	29-06-11	382.500	165.007	0
	Gamma STC, SA					250.000
	Banif International Asset Management					USD 50.000
	Acções Banif SGPS	Aquisição	10-01-2011	8.000	6.450	
	Acções Banif SGPS	Alienação	12-01-2011	8.000	6.720	
	Acções Banif SGPS	Alienação	17-01-2011	8.000	7.150	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	17-01-2011	5.000	4.250	
	Acções Banif SGPS	Alienação	19-01-2011	4.000	3.840	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	25-01-2011	4.000	3.760	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	27-01-2011	13.000	12.350	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	28-01-2011	3.000	2.760	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	31-01-2011	2.000	1.880	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	11-02-2011	2.500	2.375	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	15-02-2011	2.500	2.400	
	Acções Banif SGPS	Alienação	16-02-2011	15.000	14.850	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	16-02-2011	15.000	14.700	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	10-03-2011	1.000	930	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	11-03-2011	19.000	17.267	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	15-03-2011	2.500	2.200	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	16-03-2011	10.000	8.645	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	17-03-2011	100	86	
	Acções Banif SGPS	Alienação	23-03-2011	2.212	1.858	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	23-03-2011	5.000	4.220	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	30-03-2011	5.000	4.055	
	Acções Banif SGPS	Alienação	01-04-2011	5.000	4.195	
	Acções Banif SGPS	Alienação	06-04-2011	5.000	4.008	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	15-04-2011	6.000	4.566	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	18-04-2011	3.612	2.655	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	26-04-2011	5.000	3.591	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	27-04-2011	2.115	1.459	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	04-05-2011	4	3	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	20-05-2011	3.885	2.681	
	Acções Banif SGPS	Alienação	24-05-2011	28.019	20.813	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	01-06-2011	10.749	7.793	

Entidade	Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade/ valor nominal em 31/12/11
		Tipo de Transacção	Data	Quant.	Valor	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	14-06-2011	2.500	1.815	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	15-06-2011	3.770	2.709	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	16-06-2011	5.000	3.500	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	17-06-2011	12.500	8.280	
	Acções Banif SGPS	Alienação	22-06-2011	9.997	6.638	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	22-06-2011	9.997	6.518	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	23-06-2011	10.000	6.298	
	Acções Banif SGPS	Alienação	04-07-2011	10.000	6.490	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	06-07-2011	5.000	3.075	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	11-07-2011	10.022	5.812	
	Acções Banif SGPS	Alienação	12-07-2011	7.500	4.343	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	12-07-2011	7.478	3.993	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	14-07-2011	5.000	2.750	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	15-07-2011	5.000	2.595	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	18-07-2011	2.000	988	
	Acções Banif SGPS	Alienação	20-07-2011	1.000	519	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	20-07-2011	1.000	490	
	Acções Banif SGPS	Alienação	21-07-2011	1.000	520	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	21-07-2011	1.000	501	
	Acções Banif SGPS	Alienação	22-07-2011	5.000	2.695	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	25-07-2011	73	37	
	Acções Banif SGPS	Alienação	26-07-2011	4	2	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	27-07-2011	10.000	5.150	
	Acções Banif SGPS	Alienação	29-07-2011	12.500	6.698	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	02-08-2011	5.000	2.595	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	03-08-2011	12.119	6.302	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	05-08-2011	5.000	2.500	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	08-08-2011	7.500	3.453	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	11-08-2011	8.300	3.498	
	Acções Banif SGPS	Alienação	12-08-2011	8.300	3.602	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	17-08-2011	4.855	2.000	
	Acções Banif SGPS	Alienação	18-08-2011	10.000	4.100	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	18-08-2011	15.780	6.528	
	Acções Banif SGPS	Alienação	19-08-2011	5.780	2.393	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	22-08-2011	500	205	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	26-08-2011	7.953	3.380	
	Acções Banif SGPS	Alienação	29-08-2011	7.500	3.510	

Entidade	Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade/ valor nominal em 31/12/11
		Tipo de Transacção	Data	Quant.	Valor	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	01-09-2011	7.500	3.441	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	05-09-2011	7.500	3.240	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	06-09-2011	5.000	2.000	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	07-09-2011	1.000	401	
	Acções Banif SGPS	Alienação	13-09-2011	2.500	1.020	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	13-09-2011	1.000	393	
	Acções Banif SGPS	Alienação	19-09-2011	1.000	428	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	19-09-2011	1.000	412	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	21-09-2011	10.000	3.990	
	Acções Banif SGPS	Alienação	27-09-2011	18.000	7.354	
	Acções Banif SGPS	Alienação	03-10-2011	100	40	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	03-10-2011	200	80	
	Acções Banif SGPS	Alienação	04-10-2011	1.100	419	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	04-10-2011	2.500	943	
	Acções Banif SGPS	Alienação	06-10-2011	1.500	578	
	Acções Banif SGPS	Alienação	21-10-2011	6.104	2.215	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	21-10-2011	6.104	2.136	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	25-10-2011	3.146	1.041	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	26-10-2011	5.000	1.585	
	Acções Banif SGPS	Alienação	07-12-2011	10.000	3.400	
	Acções Banif SGPS	Alienação	09-12-2011	5.000	1.940	
	Acções Banif SGPS	Aquisição	09-12-2011	5.000	1.830	EUR 152.146
	Banif Imobiliária, SA	Aquisição	30-12-2011	6.400.000	32.000.000	EUR 6.400.000
	Trade Invest LTD Var 06/11	Reembolso	20-06-2011	742.000	742.000	0
	Trade Invest 06/11	Reembolso	20-06-2011	5.750.000	5.750.000	0
	Euro Invest 12/29/49	Aquisição	24-10-2011	110.000	88.000	EUR 110.000
	Euro Invest Ltd Euro I 5 12/29/49	Alienação	29-06-2011	296.000	277.056	0
	Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	28-06-2011	750.000	562.500	
	Banif Finance Cayman 2004-2014	Alienação	28-06-2011	4.010.000	2.991.524	
	Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	28-06-2011	2.000.000	1.500.000	
	Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	28-06-2011	260.000	169.000	
	Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	28-06-2011	1.000.000	750.000	
	Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	18-10-2011	1.000.000	750.000	
	Banif Finance Cayman 2004-2014	Alienação	18-10-2011	1.000.000	750.000	0

Entidade	Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade/ valor nominal em 31/12/11
		Tipo de Transacção	Data	Quant.	Valor	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	06-09-2011	1.112.000	333.600	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	28-09-2011	1.000.000	300.000	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	30-09-2011	2.112.000	633.600	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	19-10-2011	2.947.000	1.237.740	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	19-10-2011	2.053.000	862.260	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	19-10-2011	5.000.000	2.100.000	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	25-10-2011	900.000	405.000	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	25-10-2011	1.197.000	508.950	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	25-10-2011	539.000	242.550	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	25-10-2011	539.000	242.550	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	25-10-2011	67.000	23.450	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	26-10-2011	145.000	65.250	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	26-10-2011	145.000	65.250	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	27-10-2011	220.000	99.000	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	27-10-2011	450.000	202.500	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	02-11-2011	220.000	77.000	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	02-11-2011	220.000	77.000	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	10-11-2011	98.000	34.300	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	15-11-2011	98.000	34.300	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	17-11-2011	60.000	21.000	
	Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	17-11-2011	60.000	21.000	0
	Banif SA 2005-2010	Aquisição	29-06-2011	1.000.000	740.000	
	Banif SA 2005-2010	Aquisição	29-06-2011	965.000	714.100	
	Banif SA 2005-2010	Aquisição	29-06-2011	3.000.000	2.175.000	
	Banif SA 2005-2010	Aquisição	30-06-2011	250.000	162.500	
	Banif SA 2005-2010	Alienação	30-06-2011	5.715.000	4.124.115	
	Banif SA 2005-2010	Aquisição	30-06-2011	500.000	325.000	0
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-06-2011	70.000	31.500	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	28-06-2011	7.000.000	3.500.000	

Entidade	Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade/ valor nominal em 31/12/11
		Tipo de Transacção	Data	Quant.	Valor	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	28-06-2011	500.000	250.000	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	28-06-2011	7.570.000	3.800.428	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	30-06-2011	196.000	98.000	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	30-06-2011	25.000	12.500	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	30-06-2011	171.000	85.500	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	01-07-2011	25.000	12.500	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	20-09-2011	481.000	226.070	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-09-2011	40.000	18.000	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	28-09-2011	63.000	28.350	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	30-09-2011	609.000	284.951	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	24-10-2011	38.000	20.900	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	24-10-2011	38.000	20.900	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	25-10-2011	5.126.000	2.426.700	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	1.688.000	759.600	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	400.000	220.000	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	800.000	440.000	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	600.000	270.000	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	25-10-2011	600.000	270.000	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	2.238.000	1.007.100	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	112.000	61.600	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	332.000	149.400	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	1.138.000	625.900	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	175.000	96.250	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	26-10-2011	2.791.000	1.398.450	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	1.034.000	465.300	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-10-2011	285.000	128.250	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	27-10-2011	435.000	210.750	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-10-2011	50.000	27.500	

Entidade	Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade/ valor nominal em 31/12/11
		Tipo de Transacção	Data	Quant.	Valor	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-10-2011	100.000	55.000	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	28-10-2011	130.000	58.500	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	02-11-2011	500.000	225.000	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	02-11-2011	50.000	22.500	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	02-11-2011	70.000	31.500	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	02-11-2011	250.000	112.500	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	07-11-2011	160.000	72.000	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	07-11-2011	250.000	112.500	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	07-11-2011	90.000	40.500	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	14-11-2011	200.000	90.000	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	14-11-2011	200.000	90.000	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	21-12-2011	586.000	263.700	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	21-12-2011	586.000	263.700	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	30-12-2011	29.000	13.050	
	Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	30-12-2011	29.000	13.050	0
	Banif Finance 2006-2016	Aquisição	09-12-2011	100.000	65.000	
	Banif Finance 2006-2016	Alienação	20-12-2011	100.000	65.000	0
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	14-01-2011	700.000	588.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	04-02-2011	700.000	602.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	09-03-2011	5.000.000	4.200.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	07-03-2011	5.000.000	4.175.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	09-03-2011	5.000.000	4.200.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	08-03-2011	5.000.000	4.175.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	03-05-2011	300.000	256.500	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	03-05-2011	300.000	255.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	25-05-2011	300.000	255.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	25-05-2011	300.000	256.500	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	26-05-2011	300.000	259.500	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	26-05-2011	300.000	258.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	08-06-2011	300.000	258.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	08-06-2011	300.000	256.500	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	15-06-2011	100.000	87.000	

Entidade	Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade/ valor nominal em 31/12/11
		Tipo de Transacção	Data	Quant.	Valor	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	15-06-2011	550.000	475.750	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	15-06-2011	50.000	43.500	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	15-06-2011	400.000	348.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	22-06-2011	1.000.000	825.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	24-06-2011	150.000	123.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	27-06-2011	1.000.000	820.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	27-06-2011	2.000.000	1.650.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	29-06-2011	4.150.000	3.428.373	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	30-06-2011	5.000.000	4.262.500	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	30-06-2011	6.953.000	5.927.433	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	30-06-2011	11.953.000	10.189.933	
	Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	08-08-2011	3.000.000	2.610.000	
	Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	08-08-2011	3.000.000	2.610.000	0
	Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	13-12-2011	510.000	255.000	
	Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	22-12-2011	250.000	125.000	
	Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	19-12-2011	600.000	300.000	
	Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	20-12-2011	1.241.000	620.500	
	Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	27-12-2011	3.680.000	1.840.000	
	Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	27-12-2011	200.000	100.000	
	Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	30-12-2011	3.825.000	1.912.500	
	Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	28-12-2011	730.000	365.000	
	Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	28-12-2011	236.000	118.000	
	Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	29-12-2011	183.000	91.500	
	Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	30-12-2011	734.000	367.000	
	Banco Comercial dos Açores Float 03/11	Reembolso	31-03-2011	210.000	210.000	0
	Banco Comercial dos Açores Float 10/16	Alienação	29-06-2011	185.750	178.692	0
	Banco Comercial dos Açores Float 09/17	Alienação	29-06-2011	164.000	155.800	0
	Banif Float 07/11	Alienação	29-06-2011	644.000	630.476	0
	Banif SA 2008-2018	Aquisição	05-01-2011	10.000	10.000	
	Banif SA 2008-2018	Alienação	05-01-2011	10.000	10.000	EUR 10.000
	Banif Finance 2009-2019	Aquisição	19-09-2011	375.000	187.500	
	Banif Finance 2009-2019	Aquisição	28-09-2011	70.000	33.600	

Entidade	Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade/ valor nominal em 31/12/11
		Tipo de Transacção	Data	Quant.	Valor	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	30-09-2011	445.000	221.121	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	24-10-2011	38.000	19.000	
	Banif Finance 2009-2019	Aquisição	24-10-2011	38.000	19.000	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	25-10-2011	485.000	242.500	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	25-10-2011	440.000	220.000	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	25-10-2011	880.000	440.000	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	25-10-2011	810.000	405.000	
	Banif Finance 2009-2019	Aquisição	25-10-2011	2.130.000	1.065.000	
	Banif Finance 2009-2019	Aquisição	25-10-2011	485.000	242.500	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	112.000	56.000	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	1.000.000	450.000	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	192.000	96.000	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	135.000	67.500	
	Banif Finance 2009-2019	Aquisição	26-10-2011	1.603.000	801.500	
	Banif Finance 2009-2019	Aquisição	26-10-2011	1.000.000	450.000	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	1.164.000	582.000	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	27-10-2011	405.000	202.500	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	27-10-2011	50.000	25.000	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	27-10-2011	110.000	55.000	
	Banif Finance 2009-2019	Aquisição	27-10-2011	565.000	282.500	
	Banif Finance 2009-2019	Aquisição	19-12-2011	450.000	180.000	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	19-12-2011	450.000	180.000	
	Banif Finance 2009-2019	Aquisição	27-12-2011	200.000	100.000	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	27-12-2011	200.000	100.000	
	Banif Finance 2009-2019	Aquisição	28-12-2011	4.061.000	2.030.500	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	28-12-2011	3.825.000	1.912.500	
	Banif Finance 2009-2019	Alienação	28-12-2011	236.000	118.000	0
	Banif Invest. Brasil 5 1/4 03/12	Alienação	28-03-2011	903.000	882.683	0
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	25-01-2011	60.000	58.500	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	04-03-2011	195.000	189.930	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	24-03-2011	50.000	49.000	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	23-03-2011	50.000	48.875	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	28-03-2011	5.037.000	4.936.260	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	28-03-2011	60.000	58.800	

Entidade	Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade/ valor nominal em 31/12/11
		Tipo de Transacção	Data	Quant.	Valor	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	28-03-2011	50.000	48.875	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	28-03-2011	60.000	58.650	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	31-03-2011	200.000	195.500	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	31-03-2011	100.000	97.750	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	31-03-2011	150.000	146.625	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	31-03-2011	60.000	58.650	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	06-04-2011	130.000	128.050	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	06-04-2011	50.000	49.250	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	11-04-2011	210.000	205.275	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	11-04-2011	80.000	78.200	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	06-05-2011	100.000	99.400	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	03-06-2011	500.000	487.500	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	16-06-2011	250.000	247.500	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	22-06-2011	50.000	47.000	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	03-11-2011	20.000	19.180	
	Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	25-11-2011	50.000	48.250	EUR 1.615.000
	Banif SGPS 2009-2012	Alienação	24-08-2011	5.000.000	4.707.500	
	Banif SGPS 2009-2012	Aquisição	24-08-2011	5.000.000	4.694.000	EUR 48.186.000
	Banif Banco de investimento Float 07/14	Emissão	19-07-2011	55.000.000	55.000.000	
	Banif Banco de investimento Float 07/14	Subscrição	25-07-2011	55.000.000	55.000.000	0
	Banif Banco de investimento Float 12/14	Emissão	22-12-2011	95.000.000	95.000.000	
	Banif Banco de investimento Float 12/14	Subscrição	22-12-2011	95.000.000	95.000.000	0

3. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 448.º DO CÓDIGO DOS SOCIEDADES COMERCIAIS

Dando cumprimento ao disposto no Art.º 448.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais e segundo os registos da Sociedade e informações prestadas, informa-se que, na data do encerramento do exercício a que se reporta o presente relatório anual:

- a Rentipar Financeira, SGPS, SA era titular de mais de metade e menos de dois terços do capital social da Banif SGPS, SA;
- a Auto-Industrial, Investimentos e Participações SGPS, SA, era titular de mais de um décimo e menos de um terço do capital social da Banif SGPS, SA.

4. INFORMAÇÃO SOBRE ACÇÕES PRÓPRIAS

Durante o exercício de 2011 a Banif SGPS, SA não efectuou qualquer transacção sobre acções próprias, mantendo-se titular, em 31 de Dezembro, das mesmas 821.951 unidades que detinha no início do exercício.

5. TITULARES DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUALIFICADAS

Nos termos do art.º 8.º n.º 1, al. b) do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informa-se, com referência à data de 31 de Dezembro de 2011, sobre os accionistas titulares de participações qualificadas, no final do ano em apreciação, de acordo com o artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com os elementos existentes na sociedade:

- **HERANÇA INDIVISA DE HORÁCIO DA SILVA ROQUE.**[5]
  Detinha, directamente, em 31 de Dezembro de 2011, 808.888 acções da Banif SGPS, SA, correspondentes a 0,142% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 307.063.133 acções, correspondentes a 53,871% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a **Rentipar Financeira SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;

- 1.152.997 acções, correspondentes a 0,202% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que são titulares os **membros do órgão de administração da Rentipar Financeira**

[5] A cabeça-de-casal da Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque é a Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro, filha do Sr. Comendador Horácio Roque.

SGPS, SA – Dr. Fernando José Inverno da Piedade: 20.082 acções, Dr. José Marques de Almeida: 1.117.440 acções e Sr. Vitor Hugo Simons: 15.475 acções (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

- 27.583.051 acções, correspondentes a 4,839% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a **Vestiban - Gestão e Investimentos, SA**, sociedade dominada pela Rentipar Financeira, SGPS, SA (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);

- 267.750 acções, correspondentes a 0,047% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a **Espaço Dez - Sociedade Imobiliária, Lda.**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;

- 162.049 acções, correspondentes a 0,028% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que é titular a **Renticapital – Investimentos Financeiros, SA**, entidade dominada pela Rentipar Financeira, SGPS, SA (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);

Num total de **337.037.868** acções, correspondentes a **59,128%** do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA.

- **AUTO-INDUSTRIAL, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA**

Pessoa colectiva n.º 505 025 752, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa, era titular de **76.377.857** acções, representativas de **13,400%** do capital social e direitos de voto da Banif SGPS,SA. A accionista é ainda titular de 59.405.000 Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC's), sendo que a participação qualificada de 13,400% diz respeito apenas às acções subscritas e não considera os direitos incorporados nos VMOC's, que apenas deverão vir a ser considerados aquando da sua conversão em acções.

- **JOAQUIM FERREIRA DE AMORIM**

Com domicílio na Rua da Corticeira, 34, 4536-902, Mozelos, contribuinte n.º 174.303.050, a quem são imputáveis os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 12.718.936 acções, correspondentes a 2,231% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS,SA de que é titular a **Evalesco, SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;

09 Recomendações do FSF e do CEBS Relativas à Transparência de Informação e à Valorização de Activos

09

RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

O Banco de Portugal, através da Carta-Circular nº 58/2009/DSB, de 5/8/2009, reiterou a necessidade de continuar a ser dado cumprimentos às recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade constante das Carta-Circular nº 46/08/DSBDR, de 15/7/2008, e Carta-Circular nº 97/2008/DSB, 3/12/2008.

A generalidade da informação objecto das recomendações já se encontra divulgada ao longo do Relatório de Gestão ou no ponto "2.6 Anexo às Demonstrações Consolidadas" da parte "VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS" (doravante designado por Anexo), pelo que, quando tal suceder, se fará a remissão para esses documentos.

I. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio

O modelo de negócio do Grupo encontra-se pormenorizadamente descrito na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2011" do Relatório de Gestão. A evolução das principais áreas de negócio (segmentos operacionais) do Grupo está apresentada na nota "5. RELATO POR SEGMENTOS" do Anexo.

2. Descrição das estratégias e objectivos

As estratégias e objectivos do Grupo encontram-se descritos na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2011" do Relatório de Gestão. As estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados encontram-se descritos nas notas "28. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS" e "25. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS", respectivamente, do Anexo.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio

As actividades desenvolvidas pelo Grupo e respectiva contribuição para o negócio encontram-se pormenorizadamente descritas na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2011" do Relatório de Gestão.

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos / investimentos devem cumprir.

O tipo de actividades desenvolvidas, instrumentos e produtos/investimentos encontram-se pormenorizadamente descritos na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2011" do Relatório de Gestão.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.

Os objectivos e envolvimento da instituição relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2011" do Relatório de Gestão.

II. Riscos e Gestão dos Riscos

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados pelo Grupo encontram-se pormenorizadamente descritos no ponto "2.3 Gestão dos Riscos de Actividade" da parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2011" do Relatório de Gestão.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.

As práticas de gestão de risco encontram-se pormenorizadamente descritas no ponto "2.3 Gestão dos Riscos de Actividade" da parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2010" do Relatório de Gestão.

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados.

Descrição apresentada no ponto seguinte.

9. Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).

No mapa seguinte são apresentados os valores registados em resultados (potenciais e realizados) e em reservas por tipo de produto definido, nomeadamente: *commmercial mortgage-backed securities* (CMBS), *residential mortgage-backed securities* (RMBS), *colateralised debt obligations* (CDO) e *asset-backed securities* (ABS), para os períodos em referência.

(valores em euros)

	31-12-10			31-12-11		
Tipo Produto	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas
ABS	1.023.318	566.554	-70.778	0	492.974	0
CDO	16.015	-881.500	0	0	-501.000	0
CLO	1.897.716	0	-115.571	829.628	1.046.929	607.447
CMBS	16.375	138.445	-6.460	-704.065	13.096	154.500
RMBS	-30.378	0	-7.993	14.719	305.671	14.909
Total	2.923.046	-176.502	-200.803	140.282	1.357.669	776.856

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.

As perdas no mercado americano de crédito hipotecário *sub-prime* foram o principal factor que despoletou a crise iniciada no Verão de 2007, a qual se traduziu num acentuado alargamento dos spreads e redução generalizada da liquidez no mercado, com fortes perdas a fazerem-se sentir, em particular, nas estruturas complexas de activos. A aversão ao risco dos investidores cresceu substancialmente, manifestando-se numa enorme relutância em transaccionar todo o tipo de instrumentos estruturados - o mercado tornou-se ilíquido -, fazendo aumentar a pressão sobre os respectivos preços de mercado. O colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008 veio agravar ainda mais a situação, despoletando uma crise ímpar no sector financeiro, com particular impacto na vertente de liquidez, traduzindo-se num contínuo agravamento dos spreads de crédito e níveis históricos de aversão ao risco por parte dos investidores, com especial impacto nos activos do sector financeiro e de maior complexidade, entre os quais, os produtos estruturados ou activos de securitização.

Ao nível do Grupo, um dos principais impactos resultantes da turbulência sofrida nos mercados financeiros adveio, desta forma, do risco de mercado inerente às exposições em produtos estruturados, reavaliados integralmente *marked-to-market* até à primeira metade de 2008, o que se reflectiu em fortes desvalorizações nesta classe de activos, com impacto negativo ao nível dos resultados e dos capitais próprios do Grupo.

Os últimos anos em retrospectiva

Em 2009, assistiu-se de forma global a uma forte recuperação do mercado dos produtos estruturados, nomeadamente no segmento dos CDOs. Não obstante os quatro primeiros meses adormecidos, estes produtos registaram elevados volumes de transacção no mercado secundário no conjunto do ano, com uma queda acentuada dos spreads a partir de Maio. As taxas de *default* nos CLOs, que vinha a aumentar continuamente desde 2008 até aos primeiros meses de 2009, registaram posteriormente uma redução gradual. Reflectindo um impressionante *rally* durante o ano, especialmente a partir da segunda metade, a maior parte de activos resultantes de securitizações ofereceu em 2009 um retorno muito superior ao investimento em obrigações *Investment Grade*.

O ano de 2010 foi também de recuperação transversal às várias classes de activos de securitização, quer em termos absolutos como relativos, embora com ritmos díspares entre os vários tipos de produtos. Nos ABS americanos de financiamento ao consumo, os mercados voltaram quase para os níveis pré-crise em termos de spreads e novas emissões, os preços dos RMBS registaram uma forte apreciação, e os CMBS, CLOs e ABS Europeus ocuparam uma posição intermédia em termos de performance. De uma forma global, a política acomodatícia e copiosa em termos de injecção de liquidez por parte dos bancos centrais contribuiu para retornos positivos nos activos de risco, mas com os activos de securitização (*asset-backed securities* ou ABS, em sentido lato) a registar uma performance superior em termos de retorno total, acima do crédito *Investment Grade* (IG) e mesmo *High Yield* (HY). A primeira metade pautou-se pela manutenção da tendência positiva iniciada em 2009, traduzida no estreitamento dos spreads dos produtos estruturados e correspondente aumento do preço. Esta melhoria de mercado foi também patente no crescimento da colocação de novas transacções em investidores terceiros, por parte de emitentes internacionais, com o montante emitido em Março de 2010 a atingir o valor mais alto desde Dezembro de 2007.

Na segunda metade de 2010, os spreads dos ABS permaneceram a níveis constantes e bastante estáveis, excepto no que diz respeito ao estreitamento dos spreads nos CMBS, em contraste com a volatilidade observada nas obrigações de empresas e os mercados de CDS. Contudo, esta estabilidade foi meramente reflexo da reduzida liquidez e da inactividade do mercado secundário. Já no final do ano, os spreads dos RMBS em alguns países periféricos da zona euro com maiores desequilíbrios orçamentais permaneceram a níveis superiores aos atingidos após a falência da Lehman Brothers em Setembro de 2008. Com efeito, o mercado de securitização permaneceu em baixa em 2010, reflectido nos níveis reduzidos de volumes de emissão no mercado de ABS, que caiu para o nível mais baixo desde 2003.

2011 em análise

Pelo terceiro ano consecutivo desde a intensificação da turbulência financeira no Outono de 2008, os riscos permanecem elevados na zona euro, nomeadamente quanto ao risco de contágio das economias mais periféricas às mais desenvolvidas, tendo como foco, uma vez mais, a interligação entre os sectores financeiro e soberano. Em 2011, o mercado de produtos estruturados continuou uma tendência gradual recuperação desde a queda abrupta de 2008-2009, em sintonia com o desenvolvimento geral dos mercados, mas com acrescida volatilidade e pressões negativas conjunturais. O volume de novas emissões ficou algo aquém do ano anterior, mas com o número de transacções efectuadas a excederem as verificadas em 2010.

Os eventos macroeconómicos pesaram negativamente nos mercados de produtos de securitização em 2011, sendo que o ano foi marcado por uma maior volatilidade do que o inicialmente esperado. Globalmente, verificou-se uma tendência decrescente do preço destes activos, não obstante a existência de picos em alguns meses, nomeadamente entre Fevereiro e Abril, e que foram aproveitados para a venda maciça de activos desta natureza detidos em carteira no Grupo, inserida na estratégia global de desalavancagem.

No que diz respeito ao mercado dos ABS, tanto a actividade primária como secundária continuaram em baixa em 2011, limitando, desta forma, a capacidade de os bancos se financiarem através da emissão destes instrumentos, com particular ênfase no que toca às instituições cujos *ratings* caíram para níveis abaixo de *Investment Grade* (ex. Grécia e Portugal). A emissão de ABS, que seriam retidos em carteira por parte dos bancos, na sua larga maioria com o objectivo de utilização como colateral nas operações de refinanciamento no Eurosistema, reduziu significativamente, em grande parte, devido ao apertar dos critérios de elegibilidade pelo ECB. Exigências regulamentares ao nível dos bancos, com penalização ao nível da ponderação de risco de produtos estruturados, colocaram igualmente estes títulos sob pressão. O sector enfrenta potenciais impactos negativos de um regime regulamentar punitivo e algo incerto, designadamente a implementação da regra *Volker* e a legislação de *Basel III* relativa à retenção do risco e de requisitos de capital afectaram a liquidez, volatilidade e o valor relativo entre as várias classes de activos de securitização, especialmente evidente nos títulos com maior risco de crédito.

Os spreads dos RMBS continuaram a caracterizar-se por uma elevada diferenciação entre os vários países da zona Euro, com os países atingidos quer por recessões económicas severas ou afectados por bolhas no mercado imobiliário, a transaccionar a spreads elevados, enquanto outros países, com uma situação económica mais benevolente, mostraram uma tendência de redução. Com efeito, o segmento residencial enfrentou uma fase de elevada correcção, espelhando um aumento generalizado dos indicadores de delinquência em consequência da

desaceleração económica (em alguns casos, recessão mesmo) e o aumento das taxas de desemprego, especialmente na Europa.

A erosão da liquidez no mercado, aliada às estratégias generalizadas de desalavancagem por partes dos bancos, condicionou fortemente o comportamento destes mercados, salientando-se pela negativa as vendas forçadas de activos imobiliários com impacto ao nível dos CMBS. Em termos de doutrina, poderá considerar-se que os fundamentais do mercado de *commercial real estate* seguem a economia, na medida que o abrandamento e recessão económica reflectem-se negativamente nos valores dos arrendamentos e nas taxas de ocupação. Desta forma, as alterações negativas nas perspectivas macroeconómicas dos países da Zona Euro, ao longo de 2011, reflectiram-se respectivamente no alargamento dos spreads dos CMBS. O ano foi ainda marcado várias reestruturações de CMBS, com os *servicers* a terem na sua agenda um conjunto alargado de créditos problemáticos para lidar, e tendo-se verificado um elevado recurso a extensões do prazo.

No futuro, a manutenção dos spreads dos ABS a níveis reduzidos é uma pré-condição para a recuperação do mercado de titularização como uma fonte de *funding*, sendo importante realçar que os montantes mais elevados de novas emissões observaram-se nos mercados com spreads mais baixos, i.e. ABS colateralizados por financiamento automóvel e RMBS emitidos por bancos com ratings elevados.

No cômputo global, desde o eclodir da crise do sub-prime, a boa conjuntura nesta classe de activos nos últimos tempos possibilitou anular as perdas dos anos anteriores, sendo que, em 2010, houve uma reversão dos resultados potenciais na carteira de produtos estruturados do Grupo Banif, em particular das reservas, que passaram pela primeira vez para valores positivos desde a crise pós Lehman.

Já em 2011, inserida na estratégia geral de desalavancagem de balanço, o Banif – Grupo Financeiro procedeu a uma venda substantiva das posições de titularização detidas em carteira, com especial relevância na primeira metade do ano, o que se consubstanciou, em termos globais, na materialização das mais-valias potenciais em efectivas. Com efeito, em 2011 foram realizadas mais-valias de 1,4 milhões euros(que compara com uma perda de 176 mil eurosem 2010), destacando-se, pela positiva, o segmento dos CLOs que liderou os ganhos e, pela negativa, os CDOs com resultados negativos. Em contrapartida, no final de Dezembro 2011, as mais-valias potenciais eram de apenas 140 mil euros, o que compara com 2,9 milhões de euros registados no mesmo período do ano anterior. As reservas de reavaliação ascendiam a 777 mil euros no final de 2011 (versus 201 mil euros negativos no período homólogo).

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.

A comparação dos impactos entre períodos (relevantes) está apresentada no ponto 9 deste anexo. As rubricas de balanço e demonstração de resultados nas quais se reflectiram os referidos impactos estão desenvolvidas detalhadamente nas notas "8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO", "9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS" e 210. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA" do Anexo.

12. Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados.

Informação apresentada no ponto 9 deste anexo.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.

Conforme já referido anteriormente neste anexo e ao longo do Relatório de Gestão, o período de turbulência nos mercados financeiros, iniciado em meados de 2007, traduziu-se numa crise generalizada dos mercados accionistas e obrigacionistas internacionais. Ao nível do sector financeiro, as preocupações com a qualidade e os riscos dos activos detidos pelas instituições, originou uma crise de liquidez que se traduziu num acréscimo dos *spreads* de crédito e, consequentemente, num aumento dos custos de *funding*, colocando dúvidas relativamente à capacidade destas instituições em dar continuidade aos seus planos de crescimento da actividade e nos ROE evidenciados nos últimos anos.

Esta conjuntura de extrema aversão ao risco, de crise de liquidez e de incerteza relativamente à capacidade de crescimento e de rendibilidade futura, levou a uma quebra muito acentuada das cotações de mercado das acções das instituições financeiras. Esta situação, no que concerne às instituições financeiras nacionais, inverteu-se ligeiramente no segundo semestre de 2009, mas retomou a tendência negativa em Fevereiro de 2010, tendo-se agravado significativamente no mês de Abril, na sequência das reduções do *Rating* da República Portuguesa e do pedido de auxílio financeiro internacional.

A evolução da cotação das acções da Banif SGPS, SA e dos eventos relevantes que afectaram o seu desempenho são apresentados no ponto "3.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente" da parte "VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE".

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.

A 31 Dezembro de 2011, a carteira de produtos estruturados do Banif – Grupo Financeiro, a qual se encontra sedeada no Banif Banco de Investimento (BBI), em Portugal, ascendia apenas a 6,8 milhões de euros, medida em termos de valor de mercado, traduzindo numa redução de 82%

face aos 38,2 milhões de euros do período homólogo, montante irrelevante em termos do activo líquido consolidado do Grupo e dos capitais próprios. Em paralelo, o valor nominal da carteira registou uma queda de 80% de 43,3 para 8,5 milhões de euros, reflectindo, por um lado, a venda maciça destes activos durante o primeiro semestre do ano – englobada na estratégia de desalavancagem do banco de investimento – e, por outro, as amortizações e reembolsos verificados nos títulos (ao valor nominal, não tendo existido, desde a constituição da carteira, nenhuma ocorrência de eventos de crédito), em alguns casos antecipadamente, revelador da boa qualidade creditícia dos mesmos.

Em termos retrospectivos, face a um pico registado em Junho de 2007 em que exposição do Grupo a produtos estruturados tinha atingido cerca de 114 milhões de euros a valores nominais e de mercado, a trajectória dos últimos quatro anos foi de decréscimo a ritmo acelerado, tendo atingindo actualmente um valor residual inferior a 7 milhões de euros a valores de mercado.

A mitigar o risco existe uma compra de protecção (*credit default swap*) sobre activos detidos em carteira, e cujo montante *outstanding* é de cerca 2,5 milhões de euros, em que o risco de crédito é transferido para terceiros. Desta forma, o impacto sobre o Grupo é pouco significativo, mesmo admitindo o cenário extremo de perda total do valor dos activos, situação de probabilidade reduzida tendo por base os dados observáveis no mercado, nomeadamente as taxas de *default* e as taxas de recuperação para instrumentos comparáveis aos detidos em carteira.

De referir que, tendo-se verificado que os produtos estruturados deixaram de ter um mercado activo, espelhado numa extrema falta de liquidez, e face às alterações à IAS 39 emitidas pelo IASB em Outubro de 2008 – "*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition*" – o BBI procedeu à reclassificação da larga maioria dos produtos estruturados detidos para a carteira LaR (*Loans and Receivables*), considerando o objectivo de mantê-los em carteira a prazo (*foreseeable future*) e a qualidade creditícia dos mesmos, usufruindo de um tratamento contabilístico idêntico a uma carteira de crédito.

Desta forma, houve uma alteração significativa em termos dos impactos desta carteira, na medida que o Grupo deixou de estar sujeito às variações de preço destes títulos, não sendo afectado em termos de risco de mercado, mas apenas em termos de risco de crédito, ou seja, na possibilidade de perdas devido a *defaults* dos títulos.

Não obstante o tratamento contabilístico, a alocação de capital à carteira de produtos estruturados do Grupo tem sido realizada tendo por base os requisitos de capital prudenciais para cobertura de risco de crédito, específica para este tipo de activos, de acordo com as regras actuais de *Basel II*, o que constitui uma posição mais conservadora do que a alocação de capital tendo por base os requisitos de capital para cobertura do risco de mercado, e que se encontra em linha com as recomendações do FSF publicadas no relatório de Abril de 2008.

Em Junho de 2010, o Comité de Basileia anunciou alguns ajustamentos ao acordo de Basileia II, entre os quais, o tratamento das posições de securitização detidas na carteira de *trading* de forma similar ao das outras carteiras, ou seja, a adopção de uma tratamento uniforme de alocação de capital às posições de securitização. A introdução desta medida não teve qualquer impacto sobre a alocação de capital das posições detidas em carteira pelo Banif – Grupo Financeiro. Analogamente, as novas regras que incrementam os ponderadores de risco a aplicar às posições que se enquadrem na definição de re-securitizações, não tiveram qualquer impacto sobre o consumo de capital, dado que nenhum dos activos detidos em carteira se enquadra nesta definição.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.

A presente informação está incluída na nota "45. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS" do Anexo.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas".

Detalhe do valor nominal (*outstanding*) e justo valor das posições "vivas" nos instrumentos acima identificados.

(valores em euros)

	31-12-10		31-12-11	
Tipo Produto	Valor Mercado	Valor Nominal	Valor Mercado	Valor Nominal
ABS	7.357.714	7.633.620	0	0
CDO	1.372.215	2.000.000	0	0
CLO	18.576.044	23.000.000	3.590.500	5.000.000
CMBS	4.130.116	4.042.743	1.419.295	1.725.797
RMBS	6.844.831	6.648.068	1.829.375	1.767.440
Grand Total	38.280.919	43.324.431	6.839.170	8.493.237

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes.

O quadro seguinte apresenta o detalhe do *credit default swap* em que se efectuou uma compra de protecção para alguns instrumentos que compõem a carteira em análise.

(valores em euros)

	31-12-2011	
Tipo Produto	CDS Outstanding	CDS +/- Valia
ABS	0	207.104
CDO	0	0
CMBS	0	0
RMBS	0	0
CLO	2.500.000	107.983
Grand Total	2.500.000	315.087

18. Divulgação detalhada sobre as exposições.

A 31 de Dezembro de 2011, a exposição do Grupo a produtos estruturados, sedeada no BBI, ascendia apenas a 6,8 milhões de euros a valores de mercado, repartidos por quatro títulos / tranches, na sequência da forte venda de títulos da carteira própria, inserida na estratégia de desalavancagem global de balanço por parte do Banco. Os CLO representam mais de metade dessa exposição, os CMBS 21%, e os RMBS os restantes 27%.

Em termos de senioridade das posições detidas, por regra, o Grupo investiu nas tranches mais seniores das operações. Da carteira inicial, o Grupo possuía apenas uma exposição correspondente a *first loss position*, com um valor de mercado de 1,4 milhões de euros, mas que foi entretanto vendida, pelo que, no final de 2011, todas as posições correspondiam às tranches mais seniores.

A forte venda de activos de securitização pelo Grupo na primeira metade do ano traduziu-se naturalmente na redução da exposição em risco, que é inferior a 7 milhões de euros a valores de mercado. Contudo, teve um efeito pernicioso em termos da distribuição da carteira actual em termos de *ratings*, na medida em que os activos que não foram vendidos apresentam *ratings* baixos e, por outro, com a redução da base, o peso relativo é maior. A assinalar que, apenas na primeira metade do ano, foram vendidos 19 títulos, pelo que restam apenas quatro títulos/ tranches diferentes na carteira do Grupo. Desta forma, a evolução temporal da distribuição da carteira por *ratings*, em termos de pesos, não é comparável.

A 31 Dezembro de 2011, dos quatro títulos / tranches detidos em carteira, apenas dois eram *Investment Grade*, correspondendo a uma exposição de 1,8 milhões de euros a valores de mercado, ou um peso de 27%. Contudo, é de assinalar que, face ao final do ano anterior, apenas um dos títulos foi *downgraded* (de B para CC), num período marcado por forte descidas de *ratings* nas várias classes de risco, entre as quais, se destaca a deterioração das notações dos soberanos, o que influenciou também os ratings das securitizações, em particular dos RMBS.

Todas as exposições foram adquiridas no mercado primário, à excepção das posições referentes às titularizações do Grupo, como por exemplo a Azor Mortgage e Atlantes Mortgage, que são anuladas em termos de posição consolidada do Grupo (é realizada a consolidação com as SPEs/ veículos de titularização). Em termos de análise *vintage*, a carteira foi adquirida maioritariamente até 2005, não

tendo existindo qualquer nova aquisição após 2007, ano do despoletar da crise do sub-prime (à excepção de activos de securitização do próprio Grupo). A assinalar que a tranche mais antiga, relativa a 2003, foi reembolsada em 2010.

Desta forma, na carteira actual, em termos de decomposição por ano de aquisição, a totalidade é respeitante ao período 2004-2005. A assinalar que foram vendidas durante o primeiro semestre todas as posições adquiridas em 2007, já no culminar da bolha verificada nestes mercados, pelo que neste momento a *vintage* mais recente é anterior (2005).

Reflectindo já as fortes vendas durante o primeiro semestre, a carteira de produtos estruturados mantém um perfil de investimento de médio prazo, com a *WAL* média (*weighted average life*, vida média) nos 4,4 anos, a 31 de Dezembro de 2011, para a qual contribui consideravelmente o título de CMBS com prazos de vencimento muito curto (WAL de 0,6 anos), contudo com um perfil de risco de crédito elevado espelhado no rating actual médio de CC, fruto dos *downgrades* ocorridos durante o ano.

18.1 – REPARTIÇÃO DA CARTEIRA POR TIPO / SECTOR

Tipo de Produto	Valor Mercado	
	Montante	Peso
CLO	3.590.500	52,5%
CMBS	1.419.295	20,8%
RMBS	1.829.375	26,7%
TOTAL	6.839.170	100,0%

Valores em euros.

18.2 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR RATING DE EMISSÃO

Ratings	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
A +			1.040.600	1.040.600	*15,2%*
BBB+			788.775	788.775	*11,5%*
Investment Grade			**1.829.375**	**1.829.375**	***26,7%***
BB	3.590.500			3.590.500	*52,5%*
CC		1.419.295		1.419.295	*20,8%*
Non Investment Grade	**3.590.500**	**1.419.295**		**5.009.795**	**73,3%**
TOTAL	**3.590.500**	**1.419.295**	**1.829.375**	**6.839.170**	***100,0%***

Valores em Euros. *Ratings* médios das emissões atribuídos pelas agências Moody´s, S&P e Fitch.

18.3 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR REGIÃO/ PAÍS DE ORIGEM

Região / País de Origem	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	*Peso*
Europa	3.590.500			3.590.500	*52,5%*
Holanda		1.419.295		1.419.295	*20,8%*
Reino Unido			1.829.375	1.829.375	*26,7%*
TOTAL	**3.590.500**	**1.419.295**	**1.829.375**	**6.839.170**	**100,0%**

Valores em Euros.

18.4 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR VINTAGE

Vintage	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	*Peso*
2004			1.829.375	1.829.375	*26,7%*
2005	3.590.500	1.419.295		5.009.795	*73,3%*
TOTAL	**3.590.500**	**1.419.295**	**1.829.375**	**6.839.170**	***100,0%***

Valores em Euros.

18.5 – WAL Média e Distribuição por Buckets

Buckets	6m a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	> = 5 anos	TOTAL	WAL Média (anos)
CLO				3.590.500		3.590.500	**3,9**
CMBS	1.419.295					1.419.295	**0,6**
RMBS					1.829.375	1.829.375	**8,2**
TOTAL	**1.419.295**			**3.590.500**	**1.829.375**	**6.839.170**	**4,4**
Peso	***20,8%***			***52,5%***	***26,7%***	***100,0%***	**--**

Valores em Euros. *Weighted Average Life* (WAL) das estruturas tendo por base informação disponibilizada nos *investors reports* e da Bloomberg.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.).

Os movimentos ocorridos durante os períodos em referência foram os seguintes:

(valores em euros)

Tipo Produto	Tipo de Transacção	31-12-10	31-12-11
ABS	REEMBOLSO	12.500.000	4.500.000
	VENDA		6.425.500
CDO	VENDA	685.000	1.260.000
CLO	VENDA		14.778.100
CMBS	REEMBOLSO	3.000.000	
	VENDA		8.073.000
RMBS	VENDA		6.763.750

20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

Não se verificavam exposições nesta situação.

21. Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados.

Não aplicável. A única exposição enquadrável neste ponto venceu em Julho de 2010.

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.

A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota "3.10 instrumentos financeiros" do Anexo.

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.

Os SPE e outros "veículos" incluídos no perímetro de consolidação estão discriminados na nota "4. EMPRESAS DO GRUPO" do Anexo.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros.

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros e restante informação solicitada estão descritos na nota "3.10 instrumentos financeiros" e na nota "45. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS" do Anexo.

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

Informação incluída no ponto anterior.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira encontram-se descritos no ponto "3.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar" da parte "VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE".

ANEXOS

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, da Banif - SGPS, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 1.335.103 milhares de euros e um total de capital próprio de 786.751 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 27.476 milhares de euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

   a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa;
   b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
   c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
   d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
   e) a de informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração/pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Banif - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas no Aviso 1/2005 do Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de Abril de 2012

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, da Banif – SGPS, S.A., as quais compreendem: o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 15.823.114 milhares de euros e um total de capital próprio de 831.812 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 161.583 milhares de euros), a Demonstração de Resultados Consolidados, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

   a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados;
   b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
   c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
   d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
   e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Banif - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as

Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos à atenção para o contexto macro económico adverso e impactos no sistema financeiro, referidos no nº 3 do Capítulo 1 do Relatório de Gestão, e as perspectivas da nova gestão e estratégia de financiamento para o Banif Grupo Financeiro, conforme referidos no final do capítulo 3 e na alínea b) do nº 2.3.5.1 do Capitulo 2 do Relatório de Gestão.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e que o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de Abril de 2012

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, elaborou o Conselho Fiscal o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora durante o exercício de 2011, e presta igualmente parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração de Banif - SGPS, SA.

2. O Conselho Fiscal manteve, como habitualmente, um diálogo permanente com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Quadros Superiores e Administração da Sociedade, essenciais para que muitos dos aspectos fundamentais da acção fiscalizadora possam ser levados a cabo.

3. Nesse contexto, o Conselho Fiscal solicitou às referidas entidades todas as informações e documentos referentes à sociedade, nos diversos aspectos e áreas da sua actividade, tendo igualmente solicitado e obtido todos os esclarecimentos complementares que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado quaisquer dificuldades ou constrangimentos nessa matéria.

4. O Presidente do Conselho Fiscal esteve presente na generalidade das reuniões do Conselho de Administração, teve acesso a toda a documentação que instruiu as referidas reuniões, acompanhou o processo de formação das deliberações tomadas e tomou conhecimento do teor das respectivas actas.

5. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório do Conselho de Administração descreve pormenorizadamente o que foi a actividade da Banif – SGPS, SA e das diversas empresas do Grupo durante o exercício de 2011.

6. O Conselho Fiscal analisou o Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Certificação Legal das mesmas, com que declara concordar, para os efeitos do disposto no nº 2 do Art.º 452º do Código das Sociedades Comerciais.

7. O Conselho Fiscal procedeu ao exame das Contas Consolidadas da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2011, e à apreciação da concordância, com essas contas, do Relatório Consolidado de Gestão de acordo com o nº 1 do Artº 508º-D, do Código das Sociedades Comerciais.

8. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Artº 245º, nº 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, aplicável por remissão da alínea a) do nº 1 do Artº 8º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, *infra* identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Banif - SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da Banif - SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

9. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;

b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;

c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com as normas legais aplicáveis;

d) Aprove o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas da Sociedade referentes ao mesmo período; e

e) Nos termos do Art.º 455º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 30 de Abril de 2012

Dr. FERNANDO MÁRIO TEIXEIRA DE ALMEIDA – Presidente

_____

Dr. ANTÓNIO ERNESTO NETO DA SILVA

_____

Dr. THOMAZ PAES DE VASCONCELOS

_____

ÍNDICE DE ABREVIATURAS UTILIZADAS

Açoreana	Companhia de Seguros Açoreana, SA
AE	Área do Euro
AIC	Auditoria Interna Corporativa
APB	Associação Portuguesa de Bancos
APS	Associação Portuguesa de Seguradores
Banco de Investimento	Banif - Banco de Investimento, SA
Banif	Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
Banif Açor Pensões	Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA
Banif BI (Brasil)	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
Banif (Brasil)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
Banif (Malta)	Banif Bank (Malta) Plc
Banif (Cayman)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), SA
Banif Capital	Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA
Banif Comercial	Banif Comercial SGPS, SA
Banif Gestão de Activos	Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
Banif Go	Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
Banif Imobiliária	Banif Imobiliária, SA
Banif Investimentos	Banif Investimentos SGPS, SA
Banif Mais SGPS	Banif Mais SGPS, SA
Banif Rent	Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
BanifServ	BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
Banif SGPS	Banif SGPS, SA
Bankpime	Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, SA
Bank Plus	Bank Plus Bank, Zrt
BBCA	Banco Banif e Comercial dos Açores, SA (incorporado por fusão no Banif em 01-01-2009)
BCE	Banco Central Europeu
BCN	Banco Caboverdiano de Negócios
BCV	Banco de Cabo Verde
BFC	Banif Forfaiting Company
BFS	Banif Financial Services, Inc.
BFUSA	Banif Finance (USA), Inc.
BIB	Banif International Bank, Ltd.
BIH	Banif International Holdings, Ltd.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
Companhia	Companhia de Seguros Açoreana, SA
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNPD	Comissão Nacional de Protecção de Dados

CPD	Centro de Processamento de Dados
CSA	Companhia de Seguros Açoreana, SA
CSpA	Credit Support Annex
DAE	Desfibrilhação Automática Externa
DAI	Direcção de Auditoria e Inspecção
DAJ	Direcção de Assessoria Jurídica (Banif)
DC	Direcção de Compliance (Banif Banco de Investimento, SA)
DCO	Direcção de Compliance
DCP	Direcção de Contabilidade e Planeamento
DCRAA	Direcção Comercial da Região Autónoma dos Açores (Banif)
DCRAM	Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (Banif)
DEO	Direcção do Executivo de Operações (Banif)
DEP	Direcção de Empresas e Banca Privada (Banif)
DF	Direcção Financeira (Banif)
DGR	Direcção de Gestão Global de Risco (Banif)
DI	Direcção Internacional (Banif)
DMC	Direcção de Marketing e Comunicação (Banif)
DME	Direcção de Marketing Estratégico (Banif)
DMIF	Directiva de Mercados e Instrumentos Financeiros
Dólares	Dólares norte-americanos (USD)
DOQ	Direcção de Organização e Qualidade (Banif)
DPC	Direcção de Private Clients
DRA	Direcção da Rede de Agências (Banif)
DRE	Direcção de Residentes no Exterior (Banif)
DRD	Direcção de Rede Directa (Banif)
EBA	European Banking Authority
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
FATF/GAFI	Financial Action Task Force / Group d'Action Finnancière
FCP	Funding & Capital Plan
FDIC	Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios
FED	Reserva Federal Norte-americana (Federal Reserve)
Finab	Finab International Corporate Management Services Ltd.
FMI	Fundo Monetário Internacional
FX	Foreign Exchange
GAOI	Gabinete de Auditoria Operacional e Inspecção
GASI	Gabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação
GC	Gabinete de Compliance
GCC	Gabinete de Controlo de Cumprimentos
GRII	Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais (Banif)

GPBC-FT	Gabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo
Grupo	Banif - Grupo Financeiro
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IFB	Instituto de Formação Bancária
INE	Instituto Nacional de Estatística
Interbolsa	Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de valores Mobiliários, SA
ISDA	International Swaps and Derivatives Association, inc.
PBC - FT	Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo
PCHS	Pequenas Centrais Hidroelectrícas
Rentipar Seguros	Rentipar Seguros, SGPS, SA
RERAM	Rede de Agências da Região Autónoma da Madeira (Banif)
SEPA	Single Euro Payments Area
SHST	Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
SPE	Special Purpose Entities
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
VaR	Value – at - Risk

Nota Ambiental

Tomando consciência que as alterações climáticas são um dos principais desafios globais, o Banif - Grupo Financeiro acredita que pode fazer a diferença.

Numa atitude de responsabilidade climática, o Banif - Grupo Financeiro decidiu neutralizar as emissões de todo o ciclo de vida deste relatório através da aquisição de créditos de carbono associados ao projecto "Biomassa Brasil", verificados de acordo com o standard VCS *(Verified Carbon Standard)* por entidades acreditadas pelas Nações Unidas. Este projecto visa substituir a utilização de combustíveis fósseis por resíduos de madeira e, desta forma, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa na produção de electricidade. A biomassa é um combustível considerado neutro em carbono por sequestrar dióxido de carbono da atmosfera durante o seu crescimento.

Assim, este relatório é Carbonfree®, ou seja, neutro em carbono.

Banif SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede Social: Rua de João Tavira, 30 – 9004-509 Funchal

Capital Social: 570.000.000 Euros

Número Único de Matrícula e Pessoa Colectiva 511 029 730

BANIF

GRUPO
FINANCEIRO